



**CONGRESSO NACIONAL**

**ANAIS DO SENADO FEDERAL**

ATAS DA 8ª SESSÃO À 11ª SESSÃO DA 5ª SESSÃO  
LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA

VOLUME 30 Nº 4  
26 JAN. A 31JAN.

SENADO FEDERAL  
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
**SUBSECRETARIA DE ANAIS**  
BRASÍLIA – BRASIL  
2006

## **VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL**

**1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.**

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.  
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-  
v. ; 27 cm.  
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531  
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal  
Subsecretaria de Anais - SSANS  
Via N 2, Unidade de Apoio I.  
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



## **SENADO FEDERAL**

### **COMISSÃO DIRETORA (2005-2006)**

<b>PRESIDENTE</b>	<b>Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)</b>
<b>1º VICE-PRESIDENTE</b>	<b>Senador TIÃO VIANA (PT-AC)</b>
<b>2º VICE-PRESIDENTE</b>	<b>Senador ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)</b>
<b>1º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)</b>
<b>2º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador JOÃO ALBERTO DE SOUZA (PMDB-MA)</b>
<b>3º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador PAULO OCTÁVIO (PFL-DF)</b>
<b>4º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB-TO)</b>

### **SUPLENTES DE SECRETÁRIO**

<b>1º Senadora</b>	<b>SERYS SLHESSARENKO (PT- MT)</b>
<b>2º Senador</b>	<b>PAPALÉO PAES (PSDB-AP)</b>
<b>3º Senador</b>	<b>ALVARO DIAS (PSDB-PR)</b>
<b>4º Senador</b>	<b>AELTON FREITAS (PL-MG)</b>

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

### Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho\*<sup>S</sup>  
PFL – Antonio Carlos Magalhães \*\*  
PFL – César Borges\*\*

### Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino\*  
PMR – Marcelo Crivella\*\*  
PMDB – Sérgio Cabral\*\*

### Maranhão

PMDB – João Alberto Souza\*  
PFL – Edison Lobão\*\*  
PFL – Roseana Sarney\*\*

### Pará

PMDB – Luiz Otávio\*  
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa\*\*  
PSDB – Flexa Ribeiro\*\*<sup>S</sup>

### Pernambuco

PFL – José Jorge\*  
PFL – Marco Maciel\*\*  
PSDB – Sérgio Guerra\*\*

### São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy\*  
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante\*\*  
PFL – Romeu Tuma\*\*

### Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas\*<sup>S</sup>  
PSDB – Eduardo Azeredo\*\*  
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira\*\*<sup>S</sup>

### Goias

PMDB – Maguito Vilela\*  
PFL – Demóstenes Torres\*\*  
PSDB – Lúcia Vânia\*\*

### Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros\*  
PFL – Jonas Pinheiro\*\*  
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko\*\*

### Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon\*  
BLOCO-PT – Paulo Paim\*\*  
PTB – Sérgio Zambiasi\*\*

### Ceará

PSDB – Reginaldo Duarte\*<sup>S</sup>  
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes\*\*  
PSDB – Tasso Jereissati\*\*

### Paraíba

PMDB – Ney Suassuna\*  
PFL – Efraim Morais\*\*  
PMDB – José Maranhão\*\*

### Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta\*<sup>S</sup>  
PMDB – Gerson Camata\*\*  
BLOCO-PL – Magno Malta\*\*

### Piauí

PMDB – Alberto Silva\*  
PFL – Heráclito Fortes\*\*  
PMDB – Mão Santa\*\*

### Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra\*  
PMDB – Garibaldi Alves Filho\*\*  
PFL – José Agripino\*\*

### Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen\*  
BLOCO-PT – Ideli Salvatti\*\*  
PSDB – Leonel Pavan\*\*

### Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena\*  
PMDB – Renan Calheiros\*\*  
PSDB – Teotônio Vilela Filho\*\*

### Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves\*  
PMDB – Almeida Lima\*\*  
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares\*\*

### Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho\*  
PSDB – Arthur Virgílio\*\*  
PDT – Jefferson Péres\*\*

### Paraná

PSDB – Alvaro Dias\*  
BLOCO-PT – Flávio Arns\*\*  
PDT – Osmar Dias\*\*

### Acre

BLOCO-PT – Tião Viana\*  
S/ Partido – Geraldo Mesquita Júnior\*\*  
BLOCO-PT – Sibá Machado\*\*<sup>S</sup>

### Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca\*  
PT – Delcídio Amaral\*\*  
PMDB – Ramez Tebet\*\*

### Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral\*<sup>S</sup>  
PDT – Cristovam Buarque\*\*  
PFL – Paulo Octávio \*\*

### Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos\*  
BLOCO-PL – João Ribeiro\*\*  
PC do B – Leomar Quintanilha\*\*

### Amapá

PMDB – José Sarney\*  
PMDB – Gilvam Borges\*\*  
PSDB – Papaléo Paes\*\*

### Rondônia

PMDB – Amir Lando\*  
BLOCO-PT – Fátima Cleide\*\*  
PMDB – Valdír Raupp\*\*

### Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti\*  
PDT – Augusto Botelho\*\*  
PMDB – Romero Jucá\*\*

### Mandatos

\*: Período 1999/2007 \*\*: Período 2003/2011

## ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
<b>ACRE</b>			
Agradecimentos à direção da CEF pela reinstalação de Superintendência da Instituição no Estado do Acre. Senador Sibá Machado. ....	240	Registro do artigo “O grande construtor”, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 26 de janeiro de 2006. Senador Flexa Ribeiro.....	261
Interiorização da universidade em diversos municípios do Estado do Acre. Senador Sibá Machado. ....	240	Registro da matéria intitulada “PF indiciará Valério, Duda, Delúbio, Genoino e Pizzolato”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 25 de janeiro de 2006. Senador Antero Paes de Barros. ....	266
<b>AGRICULTURA</b>			
Considerações acerca de sua vontade de que o Projeto nº 1.517, que beneficiará os agricultores, seja aprovado. Senador César Borges. ....	28	Registro da matéria intitulada “TCU na “Operação tapa-fraude”, publicada no jornal <i>Correio Brasileiro</i> , edição de 25 de janeiro de 2006. Senador Leonel Pavan. ....	267
<b>ARTIGO DE IMPRENSA</b>			
Comentários sobre matéria de autoria de S.Exa., publicada na <i>Folha de S.Paulo</i> , de 26 de janeiro de 2005, enfatizando a necessidade da continuidade da política externa brasileira. Senadora Ideli Salvatti. ....	102	Registro do artigo intitulado “A voz da razão prevaleceu”, de autoria do jornalista Augusto Nunes, publicado no <i>Jornal do Brasil</i> , edição dia 8 de janeiro de 2006. Senador Papaléo Paes. ....	268
Registro do editorial intitulado “Nitroglicerina pura”, publicado na seção Notas & Informações do jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 19 de janeiro de 2006. Senador Teotonio Vilela Filho. ....	138	Comentário sobre a matéria intitulada “Presidente não dobrará poder de compra, como tinha prometido”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 25 de janeiro de 2006. Senador Flexa Ribeiro.....	269
Registro do artigo intitulado “Maturidade e desonra”, de autoria do jornalista Tales Alvarenga, publicado na revista <i>Veja</i> , edição de 25 de janeiro de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca. ....	140	Registro da matéria intitulada “Opção pelo improvisado”, publicada na revista <i>Exame</i> , edição de primeiro de fevereiro de 2006. Senador Papaléo Paes. ....	374
Registro da matéria intitulada “Alerta no Supremo”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 25 de janeiro de 2006. Senador Almeida Lima. ....	141	Registro da matéria intitulada “Brasil vai crescer 3% e será lanterninha dos emergentes”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 25 de janeiro de 2006. Senador Flexa Ribeiro. ....	377
Registro da matéria intitulada “Assim não dá”, publicada pela revista <i>Veja</i> , edição de 25 de janeiro de 2006. Senador Antero Paes de Barros. ....	143	Comentários sobre artigo de autoria da jornalista Miriam Leitão a respeito do Presidente Lula, publicado no jornal <i>O Globo</i> . Senador Arthur Virgílio. ....	381
Registro do artigo intitulado “Operação Cuba”, publicado pela revista <i>Veja</i> , edição de 25 de janeiro de 2006. Senador Flexa Ribeiro. ....	145	<b>ATUAÇÃO PARLAMENTAR</b>	
		Comentário sobre declaração feita sobre S.Exa. atribuída ao Governador de seu Estado, Zeca do PT. Senador Ramez Tebet. ....	205

	Pág.		Pág.
Histórico da eleição de S.Exa. para o Senado Federal. Senadora Heloísa Helena. ....	365	Acre, bem como com os resultados advindos do evento. Senador Sibá Machado. ....	129
<b>BANCO CENTRAL</b>		Falta de instrumentos regionais de desenvolvimento ocasionaram o baixo crescimento do Estado de São Paulo, assim como contribuiu para a concentração de renda - dados do IBGE/PNAD. Senador Aloizio Mercadante. ....	242
Considerações acerca da Mensagem do Presidente da República nº 138, de 2005, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Alexandre Antônio Tombini para ocupar o cargo de diretor do Banco Central do Brasil. Senador Rodolpho Tourinho. ....	50	<b>EDUCAÇÃO</b>	
(CPI)		A questão do ensino de terceiro grau e a necessidade de se interiorizar o ensino universitário no País. Senador Mão Santa. ....	111
Comentários acerca das declarações do Ministro Antônio Palocci na CPI dos Bingos. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador José Jorge. ....	112	Necessidade de se interiorizar o ensino universitário no País. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Wellington Salgado de Oliveira. ....	113
Considerações sobre o depoimento do Ministro Palocci na CPI dos Bingos. Senador Alberto Silva. ....	246	A questão do ensino de terceiro grau e a necessidade de se interiorizar o ensino universitário no País, dando também condições a uma educação de qualidade. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Flexa Ribeiro. ....	113
(CPMI)		Necessidade de se interiorizar o ensino universitário no País e da criação de cursos profissionalizantes. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador José Maranhão. ....	114
Considerações sobre a quebra do sigilo do Sr. Okamoto pela CPMI dos Correios. Senador Arthur Virgílio. ....	346	Necessidade de se interiorizar o ensino universitário no País. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Heráclito Fortes. ....	115
Considerações sobre a quebra do sigilo do Sr. Okamoto pela CPMI dos Correios. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Magno Malta. ...	347	A questão do ensino de terceiro grau e a necessidade de se interiorizar o ensino universitário no País. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Sibá Machado. ....	116
Considerações sobre a quebra do sigilo do Sr. Okamoto pela CPMI dos Correios. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Romeu Tuma. ...	349	Defesa da aprovação do Fundeb bem como de uma reforma do Estado. Senador Garibaldi Alves Filho. ....	121
Considerações sobre a quebra do sigilo do Sr. Okamoto pela CPMI dos Correios. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Wellington Salgado de Oliveira. ....	350	Crise por que passam as universidades federais. Senador Papaléo Paes. ....	208
Considerações sobre a quebra do sigilo do Sr. Okamoto pela CPMI dos Correios. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Heráclito Fortes. ....	350	Proposta de criação de <i>campi</i> da Universidade Federal do Amapá em diversos municípios do Estado. Senador Papaléo Paes. ....	208
<b>DESEMPREGO</b>		Crise por que passam as universidades federais. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Mão Santa. ....	209
Desemprego: índice atual é o mais baixo desde 2002. Senadora Ideli Salvatti. ....	264	Crise por que passam as universidades federais. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Ramez Tebet. ....	210
<b>DESENVOLVIMENTO REGIONAL</b>		Considerações sobre os principais desafios encontrados na área da educação no Brasil. Senador Garibaldi Alves Filho. ....	262
Apoio incessante de S.Exa. no desenvolvimento econômico e social da Região Norte do País. Senador Valdir Raupp. ....	80	Considerações sobre os principais desafios encontrados na área da educação no Brasil. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho. Senador Mão Santa. ....	263
Manifestação de satisfação com a visita do Presidente Lula e alguns ministros ao Estado do			

	Pág.	III	Pág.
Iniciativas do Governo do Presidente Lula para ampliar as oportunidades de estudo da população. Senadora Ideli Salvatti. ....	264	Críticas ao aumento do lucro dos bancos no Governo Lula. Senador Mão Santa. ....	220
<b>ELEIÇÃO</b>		Críticas ao Governo Lula. Senador Mão Santa. ....	371
Considerações sobre a queda da “verticalização” das eleições. Senador Leonel Pavan. ....	93	<b>HOMENAGEM</b>	
<b>ELOGIO</b>		Homenagem pelo transcurso do aniversário da cidade de Porto Velho e do Estado de Rondônia. Senadora Fátima Cleide. ....	100
Elogios à atuação de Senador Garibaldi Alves Filho. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho. Senador Mão Santa. ....	122	Homenagem pela passagem do Dia dos Carteiros, dia 25 de janeiro de 2005. Senadora Heloísa Helena. ....	126
Elogios à atuação do Senador Ramez Tebet. Aparte ao Senador Ramez Tebet. Senador Mão Santa. ....	207	Homenagem pela passagem do Dia dos Carteiros, dia 25 de janeiro de 2005. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Mão Santa. ....	127
Elogios à Senadora Heloísa Helena. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Eduardo Suplicy. ....	369	Homenagem pela passagem do Dia dos Carteiros, dia 25 de janeiro de 2005. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Amir Lando. ....	127
<b>EXPORTAÇÃO</b>		Homenagem pela passagem do Dia dos Carteiros, dia 25 de janeiro de 2005. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Heráclito Fortes. ....	128
Preocupação com a queda do lucro das exportações brasileiras no ano de 2005 e as altas taxas de juros adotadas no Brasil. Senador José Agripino. ....	238	Homenagem pela passagem do Dia dos Carteiros, dia 25 de janeiro de 2005. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Sibá Machado. ....	128
Queda do lucro das exportações brasileiras no ano de 2005. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Arthur Virgílio. ....	238	Homenagem ao Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto. Senadora Serys Shhessarenko. ....	147
Queda do lucro das exportações brasileiras no ano de 2005. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Mão Santa. ....	239	Homenagem ao Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto. Senador Sibá Machado. ....	153
<b>GOVERNO FEDERAL</b>		Homenagem ao Senhor Bem Abraham, vítima do holocausto. Senadora Serys Shhessarenko. ....	155
Comentários acerca da ação do Governo Federal de adiar votações de projetos importantes. Senador César Borges. ....	36	Homenagem ao Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto. Senador Mão Santa. ....	156
Questionamentos sobre a aplicação dos recursos do BNDES pelo Governo Lula. Senador Álvaro Dias. ....	211	Homenagem ao Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto. Senador Paulo Paim. ....	158
Aplicação dos recursos do BNDES pelo Governo Lula. Aparte ao Senador Álvaro Dias. Senador Ramez Tebet. ....	211	Homenagem ao Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto. Senador Luiz Otávio. ....	162
Aplicação dos recursos do BNDES pelo Governo Lula. Aparte ao Senador Álvaro Dias. Senador Mão Santa. ....	213	Homenagem ao Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem dos 50 anos de sua posse como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Senador Paulo Octávio. ....	274
Aplicação dos recursos do BNDES pelo Governo Lula. Aparte ao Senador Álvaro Dias. Senador Valdir Raupp. ....	214	Homenagem ao Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem dos 50 anos de sua posse como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Senador Antonio Carlos Magalhães. ....	276
		Homenagem ao Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem dos 50 anos de sua posse como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Senador Eduardo Azeredo. ....	278

	Pág.		Pág.
Homenagem ao Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem dos 50 anos de sua posse como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Senador Aloizio Mercadante. ....	280	Homenagem ao Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem dos 50 anos de sua posse como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Senador Flexa Ribeiro. ....	299
Homenagem ao Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem dos 50 anos de sua posse como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Senador Arthur Virgílio. ....	283	Homenagem ao Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem dos 50 anos de sua posse como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Senadora Lúcia Vânia. ....	301
Homenagem ao Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem dos 50 anos de sua posse como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Senador Heráclito Fortes. ....	285	Homenagem ao Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem dos 50 anos de sua posse como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Senador Eduardo Azeredo. ....	352
Homenagem ao Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem dos 50 anos de sua posse como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Senador Mão Santa. ...	286	<b>HOMENAGEM PÓSTUMA</b>	
Homenagem ao Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem dos 50 anos de sua posse como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Senadora Serys Slhessarenko. ....	288	Pesar pelo falecimento de Coretta Scott King, viúva do ativista negro americano, Martin Luther King Jr. Senador Eduardo Suplicy. ....	365
Homenagem ao Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem dos 50 anos de sua posse como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Senador Maguito Vilela. ....	290	<b>MATO GROSSO DO SUL</b>	
Homenagem ao Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem dos 50 anos de sua posse como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Senador José Agripino. ....	291	Considerações acerca do Aviso (nº 2.140, na origem) nº 34, de 2004 cujo assunto foi submetido Senado Federal pelo TCU em razão do entendimento de que por procedimento adotado pelo Estado de Mato Grosso do Sul resultou descumprimento por este de obrigações constantes do contrato de refinanciamento que firmou com a União, estando, por isso, sujeito às conseqüências previstas no parágrafo único do art. 2º da Resolução nº 69, de 1998, do Senado Federal. Senador Aelton Freitas. ....	40
Homenagem ao Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem dos 50 anos de sua posse como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Senador Eduardo Suplicy. ....	293	Registro do relatório da Controladoria-Geral da União que aponta superfaturamento em contratos suspeitos assinados pela Funasa, no Mato Grosso do Sul. Senador Juvêncio da Fonseca. ....	79
Homenagem ao Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem dos 50 anos de sua posse como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Senador Ramez Tebet. ....	293	Apelo ao Presidente Lula para que apóie mais o Estado de Mato Grosso do Sul. Senador Ramez Tebet. ....	205
Homenagem ao Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem dos 50 anos de sua posse como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Senador Amir Lando. ....	294	<b>MENSAGEM</b>	
Homenagem ao Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem dos 50 anos de sua posse como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Senador Demóstenes Torres. ....	296	Mensagem nº 76, de 2006, (nº 44/06, na origem) que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Vice-Almirante Murillo de Moraes Rego Corrêa Barbosa para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ. ....	163
Homenagem ao Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem dos 50 anos de sua posse como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Senador Paulo Paim. ....	297	Mensagem nº 77, de 2006, (nº 45/06, na origem) que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Décio Mauro Rodrigues Da Cunha para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ. ....	169
Homenagem ao Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem dos 50 anos de sua posse como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Senador Antônio Carlos Valadares. ....	297		



	Pág.		Pág.
Mensagem nº 78, de 2006, (nº 46/06, na origem) que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor José Ricardo Ruschel Dos Santos, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, na vaga do Senhor Ronaldo Herbst Dotta.....	176	Abordagem sobre a questão recorrente do Orçamento da União. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Mão Santa. ....	134
<b>MUNICÍPIOS</b>		<b>PARÁ</b>	
Comentários acerca da dificuldade de liberação de verba aos Municípios. Aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca. Senador Leonel Pavan. ....	80	Manifestação de decepção com a administração da Prefeitura de Belém do Pará. Senadora Ana Júlia Carepa. ....	104
<b>(ONU)</b>		<b>PARECER</b>	
Registro de determinação da ONU que designou o dia 27 de janeiro como Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto. Senador Paulo Paim. ....	161	Parecer nº 70, de 2006, da Comissão de Educação, sobre a Mensagem nº 283, de 2005 (nº 843/2005, na origem), que submete à apreciação do Senado a indicação do Senhor Leopoldo Nunes da Silva Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Cinema – ANCINE. Senador Gerson Camata. ....	5
Comentários sobre declaração do Secretário Geral da ONU. Senador Paulo Paim. ....	217	Parecer nº 71, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício “S” nº 1, de 2005 (nº 561/2004, na origem), do Ministro de Estado da Fazenda, que comunica, nos termos do art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, que o Município de São Paulo realizou, sem a prévia autorização da Secretaria do Tesouro Nacional, operação de crédito, relativa ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, por meio do Aditivo Contratual de 5-2-2004, em desacordo com o artigo 32 da Lei Complementar nº 101, de 4-5-2000, e da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001. Senador Luiz Otávio. ....	8
<b>ORÇAMENTO</b>		<b>PIAÚÍ</b>	
Considerações acerca da Mensagem do Senado Federal nº 137, de 2005, não terminativa, que encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, a programação monetária relativa ao segundo semestre de 1995. Senador Delcídio Amaral. ....	49	Afirmção de que o Estado do Piauí está enfrentando uma das piores estiagens dos últimos anos. Senador Heráclito Fortes. ....	325
Esclarecimentos prestados pelo Ministro das Cidades, Márcio Fortes, sobre o procedimento para o empenho de emendas individuais ao Orçamento da União. Senador Leonel Pavan. ....	93	<b>POLÍTICA AGRÍCOLA</b>	
Defesa da implantação do orçamento impositivo. Senador Leonel Pavan. ....	93	Apelo ao Governo no sentido de rever a dívida dos agricultores. Senador Efraim Moraes. ....	250
Comentários acerca dos esclarecimentos prestados pelo Ministro das Cidades, Márcio Fortes, sobre o procedimento para o empenho de emendas individuais ao Orçamento da União, dando ênfase à distribuição do Orçamento do Estado do Pará. Aparte ao Senador Leonel Pavan. Senador Flexa Ribeiro. ....	94	Comentários acerca do crédito rural. Aparte ao Senador Efraim Moraes. Senador José Agripino. ..	251
Comentários acerca dos esclarecimentos prestados pelo Ministro das Cidades, Márcio Fortes, sobre o procedimento para o empenho de emendas individuais ao Orçamento da União. Aparte ao Senador Leonel Pavan. Senador Sérgio Guerra. ..	96	Preocupação com as perdas de renda no agronegócio brasileiro. Senador Antônio Carlos Valadares. ....	353
Abordagem sobre a questão recorrente do Orçamento da União. Senador Heráclito Fortes. ..	132	Preocupação com as perdas de renda no agronegócio brasileiro. Aparte ao Senador Antônio Carlos Valadares. Senador Mão Santa. ....	355
Abordagem sobre a questão recorrente do Orçamento da União. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Amir Lando. ....	133		

	Pág.		Pág.
Preocupação com as perdas de renda no agronegócio brasileiro. Aparte ao Senador Antônio Carlos Valadares. Senador Efraim Morais. ....	356	Proposta de criação da Biobrás. Senador Alberto Silva. ....	246
<b>POLÍTICA AMBIENTAL</b>		Comentários acerca do biodiesel e da Petrobrás. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Romeu Tuma. ....	261
Necessidade de preservação do Meio Ambiente. Aparte ao Senador Valdir Raupp. Senador Leonel Pavan. ....	82	<b>POLÍTICA FISCAL</b>	
<b>POLÍTICA DE TRANSPORTES</b>		Considerações acerca do PLS nº 199, de 2003, que dispõe sobre a destinação a ser dada aos valores relativos às cotas de fundos de investimentos em títulos e valores mobiliários representativos de fundos fiscais, criados pelo Decreto-Lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, não resgatados por seus respectivos titulares. Senador Aloizio Mercadante. ....	33
A ofensiva do Governo Federal que, por intermédio do Ministério dos Transportes, está lançando um programa emergencial de recuperação das rodovias brasileiras, restabelecendo suas condições de trafegabilidade e segurança. Senador Aelton Freitas. ....	92	Esclarecimentos sobre fraudes fiscais praticadas por algumas empresas do Pólo Industrial de Manaus, e as providências tomadas pela Superintendente da Suframa, Dra. Flávia Grosso, no sentido de coibir tais práticas. Senador Arthur Virgílio. ....	225
O descaso do Governo Lula para com a situação das estradas brasileiras, fato que contribuiu para sua maior deterioração. Senador João Batista Motta. ....	125	Repúdio as matérias publicadas no <i>Em questão</i> sobre as contas fiscais do governo em 2005. Senador Arthur Virgílio. ....	321
<b>POLÍTICA ENERGÉTICA</b>		<b>POLÍTICA PARTIDÁRIA</b>	
Comentários acerca do Programa Reluz que permite a troca da luz de mercúrio por sódio, possibilitando, assim, a expansão da iluminação pública. Senador Aloizio Mercadante. ....	30	Comentários sobre a aprovação no dia 25 de janeiro de 2005, na Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda à Constituição 548, de 2002, que determina o fim da “verticalização” para as coligações dos partidos políticos. Senador José Jorge. ....	98
Cobrança da implantação do projeto do gasoduto Urucu-Porto Velho. Senador Valdir Raupp. ....	80	<b>POLÍTICA SALARIAL</b>	
Registro de encaminhamento de ofício das Bancadas paraibanas na Câmara e no Senado, solicitando ao Ministro de Minas e Energia apoio na luta pela instalação de um pólo petroquímico na Paraíba. Senador José Maranhão. ....	117	Cumprimentos ao Governo Lula pela decisão de antecipar o novo valor do salário mínimo em R\$ 350,00, a partir do mês de abril de 2005. Senadora Ana Júlia Carepa. ....	104
Registro de encaminhamento de ofício das Bancadas paraibanas na Câmara e no Senado, solicitando ao Ministro de Minas e Energia apoio na luta pela instalação de um pólo petroquímico na Paraíba. Aparte ao Senador José Maranhão. Senador Ney Suassuna. ....	118	Comentários acerca do aumento do salário mínimo. Aparte à Senadora Ana Júlia Carepa. Senador Mão Santa. ....	105
Biodiesel: alternativa aos combustíveis minerais derivados do petróleo e a potencialidade do Estado de Rondônia na produção dos insumos para a cadeia desse biocombustível. Senador Valdir Raupp. ....	214	Comentários acerca do aumento do salário mínimo. Aparte à Senadora Ana Júlia Carepa. Senador Flexa Ribeiro. ....	105
Considerações acerca da utilização do Biodiesel. Aparte ao Senador Valdir Raupp. Senador Amir Lando. ....	215	Considerações sobre a definição do reajuste do salário mínimo para R\$ 350,00 e sua antecipação para o mês de abril de 2005. Senadora Serys Silhessarenko. ....	119
Considerações acerca da utilização do Biodiesel. Aparte ao Senador Valdir Raupp. Senador Mão Santa. ....	216	Apelo ao Ministro do Trabalho para que o Governo envie ao Congresso Nacional um projeto de lei sobre o novo valor do salário mínimo, e não uma medida provisória. Senador Paulo Paim. ....	217

	Pág.		Pág.
Posição contrária à idéia de desvincular o salário mínimo dos direitos previdenciários. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Amir Lando. ....	217	prepara para anunciar, com intuito de marketing eleitoral, a auto-suficiência brasileira de petróleo. Senador José Jorge. ....	252
Críticas ao novo valor do salário mínimo de R\$350,00. Senador Antonio Carlos Magalhães. ...	244	Comentários sobre matéria divulgada pela imprensa, segundo a qual o Presidente Lula se prepara para anunciar, com intuito de marketing eleitoral, a auto-suficiência brasileira de petróleo. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Flexa Ribeiro. ....	252
Poder de compra do novo salário mínimo: o maior desde 1985. Senadora Ideli Salvatti. ....	264	Expectativa da presença do Presidente Lula no Congresso Nacional, quando da leitura da mensagem presidencial. Senador Eduardo Suplicy.....	374
Reajuste do salário mínimo. Senador Geraldo Mesquita Junior. ....	379		
<b>POLÍTICA SOCIAL</b>		<b>PREVIDÊNCIA SOCIAL</b>	
Registro da participação de S.Exa. na inauguração da Fábrica Esperança, em Belém, projeto de grande importância para a restauração da cidadania e dignidade de egressos do sistema penitenciário paraense. Senador Flexa Ribeiro. ....	109	Considerações acerca do Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2003, que altera a lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1955, para assegurar a isenção parcial de impostos sobre a renda das pessoas físicas a contribuintes cujo descendente ou seu dependente sem direito a benefício previdenciário ou assemelhado seja portador de doença crônica. Senador Sérgio Cabral. ....	35
Comentários acerca da na inauguração da Fábrica Esperança, em Belém, projeto de grande importância para a restauração da cidadania e dignidade de egressos do sistema penitenciário paraense. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Sibá Machado. ....	110	Considerações acerca do Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2003, que altera a lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1955, para assegurar a isenção parcial de impostos sobre a renda das pessoas físicas a contribuintes cujo descendente ou seu dependente sem direito a benefício previdenciário ou assemelhado seja portador de doença crônica. Senador César Borges. ....	39
Crescimento do país e diminuição das desigualdades sociais. Senador Paulo Paim. ....	217	Considerações acerca do Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2003, que altera a lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1955, para assegurar a isenção parcial de impostos sobre a renda das pessoas físicas a contribuintes cujo descendente ou seu dependente sem direito a benefício previdenciário ou assemelhado seja portador de doença crônica. Senador Delcídio Amaral.....	40
Necessidade de se alcançar a igualdade entre a população brasileira. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Augusto Botelho. ....	219		
Considerações sobre a situação social do País. Senadora Heloísa Helena.....	365	<b>PROJETO DE LEI DA CÂMARA</b>	
Considerações sobre a situação social do País. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Eduardo Suplicy. ....	369	Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006, (nº 1.696/2003, na Casa de Origem) que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde. (Acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde). ....	183
<b>POLÍTICA TRIBUTÁRIA</b>			
Comentários acerca dos dados divulgados pelo Diretor do Departamento do Banco Central, Sr. Altamir Lopes, com respeito à evolução dos juros da dívida do Setor Público, somando os juros da dívida pública dos Municípios, dos Estado e da União. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Eduardo Suplicy. ....	369	Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006, (nº 1.984, de 2003, na Casa de Origem) que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. (Inclui as normas técnicas	
Gastos do Governo Federal com os juros da dívida interna. Senador Mão Santa. ....	371		
Gastos do Governo Federal com os juros da dívida interna. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Eduardo Suplicy. ....	373		
<b>PRESIDENTE DA REPÚBLICA</b>			
Comentários sobre matéria divulgada pela imprensa, segundo a qual o Presidente Lula se			

	Pág.		Pág.
como obras protegidas pela lei dos direitos autorais). .....	184	Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2006, (nº 3.484/2004, na Casa de Origem) que estabelece diretrizes para a representação da sociedade civil e dos trabalhadores em educação em todos os conselhos ou órgãos colegiados de gestão democrática, nos diferentes sistemas e níveis da educação nacional. ....	196
Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2006, (nº 4.473/2004, na Casa de Origem) que institui o dia do Radialista. ....	186	Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2006, (nº 4.108/2004, na Casa de Origem) que modifica critérios para condenação em honorários de advogado, alterando o art. 20 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil. ....	198
Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de Origem – De iniciativa do Presidente da República) que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. ....	187	Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2006, (nº 4.842/2005, na Casa de Origem) que institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus. ....	200
Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2006, (nº 2.472/2000, na Casa de Origem) que dispõe sobre a obrigatoriedade de mensagem estimuladora do exercício da cidadania na publicidade dos serviços e obras realizados pelos órgãos públicos federais. ....	189	Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2006, (nº 4.924/2005, na Casa de Origem) que altera o § 4º do art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. (Dispõe sobre a representação nas causas de valor até vinte salários mínimos). ....	201
Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2006, (nº 4.524/2001, na Casa de Origem) que acrescenta § 3º-A ao art. 115 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro. (Dispõe sobre placas de veículos oficiais). ....	190	<b>PROJETO DE LEI DO SENADO</b>	
Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2006, (nº 6.864/2002, na Casa de Origem) que denomina “Aeroporto de Santarém - Pará - Maestro Wilson Fonseca” o aeroporto da cidade de Santarém - PA. ....	192	Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2006, que fixa o valor do Salário Mínimo, a partir de maio de 2006 e dá outras providências. Senadora Heloísa Helena. ....	78
Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2006, (nº 653/2003, na Casa de Origem) que dispõe sobre a distribuição de materiais escolares e equipamentos de informática compatíveis com a atividade escolar declarados abandonados ou objeto de pena de perdimento. ....	192	Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2006, que autoriza o Poder Executivo a criar <i>campi</i> avançados da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) nos Municípios de Santana, Oiapoque, Laranjal do Jarí e Amapá, no Estado do Amapá. Senador Papaléo Paes. ....	202
Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2006, (nº 953/2003, na Casa de Origem) que institui o dia do Biomédico. ....	193	Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2006, que altera a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001, para dispor sobre a cobertura securitária em financiamentos no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Senador Paulo Paim. ....	203
Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2006, (nº 1.467/2003, na Casa de Origem) que altera o art. 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. (Proíbe a publicidade custeada com recursos públicos que contenha agradecimento a autoridades públicas pela realização de obras e serviços). ....	194	Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2006, que estabelece incentivo fiscal de dedução do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas a empresas que fizerem doações de materiais para uso em programas governamentais de habitação popular. Senadora Maria do Carmo Alves. ....	306
Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006, (nº 2.822/2003, na Casa de Origem) que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho. ....	195	Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2006, que acrescenta dispositivos à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, com a finalidade de instituir Permissão Especial para Dirigir, destinada aos menores com idade en-	

	Pág.		Pág.
tre dezesseis e dezoito anos, nas condições que especifica. Senador Gilvam Borges. ....	309	conservação da natureza. Senador Augusto Botelho. ....	222
<b>PROJETO DE RESOLUÇÃO</b>		<b>REQUERIMENTO</b>	
Projeto de Resolução nº 9, de 2006, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para dispor sobre a votação, mediante acesso eletrônico remoto, em caso de ausência justificada de senador. Senador Marcelo Crivella. ....	316	Requerimento nº 73, de 2006 que requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e da alínea “a” do inciso I do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro da Fazenda, informações sobre operação de crédito contratada entre o Estado do Maranhão e a empresa Camargo Correa, a título de acordo por cobrança judicial de crédito pela referida empresa. Senador Gilvam Borges. ....	3
<b>RECEITA FEDERAL</b>		Requerimento nº 74, de 2006, que requer, nos termos do art. 221, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam enviadas condolências à família de D. Maria Proença de Macedo, esposa do ex-Senador pelo Estado do Ceará, José Dias de Macedo, falecida no dia 30 de janeiro de 2006, em Fortaleza. Senador Tasso Jereissati. ....	265
Considerações acerca do Requerimento que solicita seja realizada audiência pública no Senado Federal com a participação do Secretário-Adjunto da Receita Federal, Dr. Ricardo Pinheiro, a fim de instruir a deliberação dos Projetos de Lei nºs 411 e 495, de 2003, de autoria do Senador César Borges; do Projeto de Lei nº 41, de 2004, de autoria do Senador Rodolpho tourinho; e do Projeto de Lei nº 423, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella. Senador César Borges. ....	36	Requerimento nº 75, de 2006, que requer, nos termos dos artigos 160 e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, que a hora do expediente da Sessão do dia 13 de fevereiro de 2006, seja destinada a homenagear os Aposentados e Pensionistas Brasileiros. Senador Paulo Paim. ....	265
Considerações acerca do Requerimento que solicita seja realizada audiência pública no Senado Federal com a participação do Secretário-Adjunto da Receita Federal, Dr. Ricardo Pinheiro, a fim de instruir a deliberação dos Projetos de Lei nºs 411 e 495, de 2003, de autoria do Senador César Borges; do Projeto de Lei nº 41, de 2004, de autoria do Senador Rodolpho tourinho; e do Projeto de Lei nº 423, de 2003, de autoria do Senador Aloizio Mercadante. Senador Aloizio Mercadante. ....	37	Requerimento nº 76, de 2006, que requer, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno, voto de pesar e apresentação de condolências aos familiares, pelo falecimento de Coretta Scott King, viúva e inspiradora de Martin Luther King nas lutas e transformações raciais americana, ocorrido dia 31 de janeiro de 2006. Senador Paulo Paim. ....	306
Considerações acerca do Requerimento que solicita seja realizada audiência pública no Senado Federal com a participação do Secretário-Adjunto da Receita Federal, Dr. Ricardo Pinheiro, a fim de instruir a deliberação dos Projetos de Lei nºs 411 e 495, de 2003, de autoria do Senador César Borges; do Projeto de Lei nº 41, de 2004, de autoria do Senador Rodolpho tourinho; e do Projeto de Lei nº 423, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella. Senador Delcídio Amaral. ....	40	Requerimento nº 77, de 2006, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de aplauso à Cidade de Balneário Camboriú, como patrocinadora pelo “Mundialito de Fast Triathlon Feminino” e à rede Globo de Televisão, realizadora do evento, disputado no dia 29 de janeiro de 2006. Senador Leonel Pavan. ....	306
<b>REGIMENTO INTERNO</b>		Requerimento nº 78, de 2006, que requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto De Aplauso ao jornalista Paulo Nogueira, o editor que fez de VIP uma das mais importantes revistas do Brasil, e da qual ele se afasta espontaneamente, para novos desafios. Senador Arthur Virgílio. ....	306
Favorável a acabar com a Comissão Mista de Plano, Orçamento Público e Fiscalização. Aparte ao Senador Leonel Pavan. Senador Paulo Paim. ....	95	Requerimento nº 79, de 2006, que requer nos termos regimentais, a inserção em Ata de voto de pesar; apresentação de condolências à família e a Câmara Municipal de Olinda, pelo falecimento, do Senador Nivaldo Machado, ocorrido dia 27 de	

	Pág.		Pág.
janeiro de 2006, na cidade de Olinda, Estado de Pernambuco. Senador Marco Maciel. ....	317	do Nordeste” e à família do jornalista. Senadora Patrícia Saboya Gomes. ....	319
Requerimento nº 80, de 2006, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 396, de 2005, “Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para disciplinar as relações de consumo realizadas por meio eletrônico”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo. Senador Gerson Camata. ....		RIO GRANDE DO SUL	
Requerimento nº 81, de 2006, que requer, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do brasileiro Felipe Carvalho Barbosa, que, como fuzileiro naval das forças militares dos Estados Unidos, morreu em acidente na região de Falluja, a 50 km de Bagdá, onde integrava a corporação norte-americana no Iraque. Senador Arthur Virgílio. ....	317	Considerações sobre a necessidade de radicalizar a política turística do Estado do Rio Grande do Sul. Senador Paulo Paim. ....	146
Requerimento nº 82, de 2006, que solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário sobre o quantitativo de famílias assentadas pelo atual governo. Senador Arthur Virgílio. ....	317	SÃO PAULO	
Requerimento nº 83, de 2006, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado das Comunicações sobre a decisão da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT de realizar novo concurso para provimento de cargos naquela empresa pública, em detrimento de candidatos aprovados em concurso realizado anteriormente para preenchimento dos mesmos cargos. Senador Arthur Virgílio. ....	318	Desenvolvimento tecnológico de São Paulo. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Alberto Silva. ....	243
Requerimento nº 84, de 2006, que requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam fornecidos, em meio magnético, pelo Ministro de Estado da Justiça, dados de OSCIP - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, bem como de seus dirigentes. Senador Sérgio Guerra. ....	319	SAUDAÇÃO	
Requerimento nº 85, de 2006, que requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, seja registrado, nos Anais do Senado Federal, voto de aplauso ao colunista político do jornal “Diário do Nordeste” Edilmar Norões, pelos 50 anos de exercício profissional dedicados à sociedade cearense, assim como requer seja dado conhecimento desta homenagem ao jornal “Diário		Saudação ao Deputado Paulo José, liderança política do Estado do Amapá, presente no plenário do Senado Federal. Senador Papaléo Paes. ....	208
		SAÚDE	
		Situação de calamidade que se encontra o Hospital Laureano, no Estado da Paraíba, que é o único do câncer no referido estado. Senador Ney Suassuna. ....	124
		Alerta às autoridades sanitárias, a fim de implementar medidas urgentes para controlar um surto de malária e dengue que assola o Estado de Rondônia. Senador Amir Lando. ....	134
		Necessidade de se manter o Serviço Nacional da Febre Amarela e o Serviço Nacional da Malária e da Dengue, para evitar que se cuide dos surtos das referidas doenças somente em casos de emergência. Aparte ao Senador Amir Lando. Senador Alberto Silva. ....	135
		Manifestação sobre o pronunciamento do Senador Amir Lando, cujo tema foi um alerta às autoridades sanitárias, a fim de implementar medidas urgentes para controlar um surto de malária e dengue que assola o Estado de Rondônia. Senador Alberto Silva. ....	136
		Combate aos vetores da malária e da dengue. Aparte ao Senador Alberto Silva. Senador Amir Lando. ....	137
		Combate aos vetores da malária e da dengue. Aparte ao Senador Alberto Silva. Senador Mão Santa. ....	137
		Preocupação com doença verificada às margens do Rio Araguaia, no Tocantins, que deteriora a visão das pessoas, chegando à cegueira, cuja	

	Pág.		Pág.
causa não foi, até o momento, descoberta. Senador Leomar Quintanilha. ....	222	SECA	
Apelo para que o Governo libere recursos para o combate à dengue. Senador Alberto Silva. ....	246	Situação de calamidade pública verificada em diversas cidades no Nordeste em virtude da seca que assola a região. Senador Efraim Morais. ....	250
Crise por que passa o Hospital Napoleão Laureano, na Paraíba, especializado no tratamento de pacientes com câncer. Senador Ney Suassuna. ....	248	Situação de calamidade pública verificada em diversas cidades no Nordeste em virtude da seca que assola a região. Aparte ao Senador Efraim Morais. Senador Ramez Tebet. ....	252
Crise por que passa o Hospital Napoleão Laureano, na Paraíba, especializado no tratamento de pacientes com câncer. Aparte ao Senador Ney Suassuna. Senador Efraim Morais. ....	248	SEGURANÇA PÚBLICA	
Crise por que passa o Hospital Napoleão Laureano, na Paraíba, especializado no tratamento de pacientes com câncer. Aparte ao Senador Ney Suassuna. Senador Mão Santa. ....	249	Descaso e falta de compromisso do Governo de Rondônia com a política de segurança pública. Senadora Fátima Cleide. ....	100
Crise por que passa o Hospital Napoleão Laureano, na Paraíba, especializado no tratamento de pacientes com câncer. Aparte ao Senador Ney Suassuna. Senador Romeu Tuma. ....	249	VOTO DE PESAR	
Solidariedade com as dificuldades enfrentadas pelo Hospital Napoleão Laureano, na Paraíba. Senador Efraim Morais. ....	250	Encaminha à votação o Requerimento nº 79, de 2006, que requer nos termos regimentais, a inserção em Ata de voto de pesar; apresentação de condolências à família e a Câmara Municipal de Olinda, pelo falecimento, do Senador Nivaldo Machado, ocorrido dia 27 de janeiro de 2006, na cidade de Olinda, Estado de Pernambuco. Senador Marco Maciel. ....	319
Falta de recursos para conclusão de pronto-socorro em Teresina/PI. Senador Mão Santa. ....	371	Encaminha à votação o Requerimento nº 79, de 2006, que requer nos termos regimentais, a inserção em Ata de voto de pesar; apresentação de condolências à família e a Câmara Municipal de Olinda, pelo falecimento, do Senador Nivaldo Machado, ocorrido dia 27 de janeiro de 2006, na cidade de Olinda, Estado de Pernambuco. Senador Heráclito Fortes. ....	320
Apelo ao Governo Federal no sentido de que adote providências para debelar a epidemia de malária que assola a região do Juruá, no Acre. Senador Geraldo Mesquita Junior. ....	379		
Apelo ao Governo Federal no sentido de que adote providências para debelar a epidemia de malária em Roraima. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Junior. Senador Augusto Botelho. ....	380		





# Ata da 8ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 26 de janeiro de 2006

5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Papaléo Paes, Mão Santa, Leonel Pavan,  
Flexa Ribeiro, Romeu Tuma e Sérgio Zambiasi

Às 14 horas, acham-se presentes as Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores

## REGISTRO DE COMPARECIMENTO

### SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 26/1/2006 07:39:36 até 26/1/2006 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X						
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X		PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X		PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X		PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X		Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X		PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X	
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X		PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X		PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X		PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X		PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X		PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X		PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X		PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X		PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X		Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	X		PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X		PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X		PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X		PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X		Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X		PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
-	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X		PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X		PFL	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X		PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X		PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X		PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X		Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X		Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X		PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X		PTB	DF	VALMIR AMARAL	X	
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X		PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X						
PFL	SC	JORGÉ BORNHAUSEN	X						
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X						
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						

**Compareceram 73 Senadores**

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para “Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”

### Lista de Presença dos Senhores Senadores Membros 52ª Reunião, em 26.01.2006.

#### SENADORES NÃO MEMBRO

SENADORES NOME

ASSINATURAS

01 -

*Luiz Borges*

02 -

*Neleto Malena*

03 -

*DEMOSTRADO TODOS TODOS*

04 -

*[Signature]*

05 -

*Ana Júlia Carepa*

06 -

07 -

08 -

09 -

10 -

11 -

12 -

13 -

14 -

15 -

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 73 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

### **REQUERIMENTO Nº 73, DE 2006**

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e da alínea a do inciso I do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro da Fazenda, sobre operação de crédito contratada entre o Estado do Maranhão e a empresa Camargo Correa, a título de acordo por cobrança judicial de crédito pela referida empresa:

- 1) cópia de toda documentação enviada pelo Estado do Maranhão solicitando a regularização da operação de crédito, bem como de todos os pareceres emitidos a esse respeito pelos diferentes órgãos do Ministério da Fazenda;
- 2) descrição da operação no que diz respeito a: montante, prazo, taxa de juros, correção monetária do débito, forma de pagamento (se em dinheiro, crédito tributário, títulos da dívida do Estado, bens ou outros ativos) e eventuais garantias;
- 3) demonstração cabal de que a operação de crédito não fere: a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2000), o acordo de refinanciamento da dívida do Estado com a União celebrado ao amparo da Lei nº 9.496, de 1997, e os limites e condições de endividamento estabelecidos pelo Senado Federal através da Resolução nº 43, de 2001;
- 4) em caso de terem sido utilizados títulos da dívida pública do Estado do Maranhão como forma de pagamento de parte ou totalidade da dívida, especificar as seguintes características dos títulos: data de emissão, data de vencimento e número da Resolução do Senado Federal que autorizou a emissão dos títulos;
- 5) em caso de terem sido oferecidos créditos contra a fazenda Estadual, para pagamento de tributos, especificar as seguintes características: número da Lei Estadual que permite a utilização de tal instrumento para o pagamento de dívidas e características do crédito (ou seja, se passível de negociação com terceiros, quais são os tributos que podem ser pagos com o crédito e demais características contratuais relevantes);
- 6) se a Procuradoria Geral da Fazenda analisou a legalidade do acordo celebrado entre o Estado do Maranhão e a empresa Camargo Correa, em espe-

cial, e se tal acordo não feriu a ordem cronológica de pagamento de dívidas judiciais, estabelecida pelo art. 100 da Constituição Federal;

- 7) em havendo a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional analisado a legalidade do acordo, que seja encaminhada cópia de tal parecer ou pareceres.

### **Justificação**

O Governo do Estado do Maranhão celebrou um acordo para pagamento de cerca de R\$148 milhões com a empresa Camargo Correa. Tal pagamento apresenta diversas características que levantam suspeita a respeito de sua legalidade, bem como de que possa ter havido lesão ao interesse público.

Em primeiro lugar, a celebração de tal operação de crédito foi realizada sem que o Estado do Maranhão solicitasse autorização para contratá-la, conforme exige a Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal. Somente quando se detectou a existência da operação, claramente definida como um empréstimo, tanto na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto na já citada Resolução, é que o Governo do Estado tomou a iniciativa de solicitar ao Ministério da Fazenda a regularização do empréstimo.

O Ministério da Fazenda aprovou tal pedido de regularização. Contudo, restam inúmeras dúvidas sobre se, de fato, a operação não fere a Constituição, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Resolução nº 43, de 2001. Sendo esta uma operação de crédito interno, não se exige a aprovação do pleito pelo Senado Federal. Esta Casa delegou ao Ministério da Fazenda poderes para autorizar a contratação do pleito. Vêm ao Senado Federal apenas os pedidos de autorização para a tomada de empréstimos externos e para a concessão de garantias pela União. Por não ter vindo o pleito ao Senado, não puderam os Senadores examinar se, de fato, havia total conformidade com a legislação.

Uma vez que o acerto de contas entre o Estado do Maranhão e a empresa Camargo Correa está sendo objeto de intensa contestação por parte da opinião pública daquele Estado, vieram à baila diversas informações que representam indícios de irregularidades. Vale citar, por exemplo, o fato de que as obras pelas quais a empreiteira está sendo paga não foram concluídas, uma vez que foram suspensas pelo antigo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT), por causa da constatação de irregularidades. Outro indício é a inexistência de créditos no orçamento para o pagamento da dívida, bem como de lei do Poder Legislativo local autorizando o aceno de contas. Existem dúvidas, também, sobre os meios utilizados para fazer o pagamento da dívida: créditos contra o Tesouro Estadual e títulos da dívida do Estado. Serão esses os mecanismos legais? Há

que se considerar, ainda, que o Estado do Maranhão assinou um acordo de refinanciamento de sua dívida com o Tesouro Nacional no qual se comprometeu a não contrair novas dívidas. Resta, então, saber como a operação em questão pôde ser considerada legal pelo Ministério da Fazenda.

Frente ao exposto, considero que as informações solicitadas neste Requerimento são fundamentais para que o Senado Federal exerça a sua competência constitucional privativa de controle da dívida pública, inscrita no art. 52 da Carta Magna.

Sala das Sessões, 26 de janeiro de 2006. – Senador **Gilvam Borges**.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 461, de 2005** (nº 1.720/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Jaguaruna a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguaruna, Estado de Santa Catarina;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 494, de 2005** (nº 1.341/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Sociedade de Rádio Araguaia de Brusque Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 496, de 2005** (nº 1.672/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Integração Comunitária de Santa Cruz do Sul – Acicom a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 497, de 2005** (nº 1.705/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio Gurinhatãense – Rádio Novo Horizonte a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gurinhatã, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 498, de 2005** (nº 1.762/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à SBC – Sistema Brasileiro de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência*

*modulada na cidade de Timóteo, Estado de Minas Gerais;*

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 499, de 2005** (nº 1.764/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Mensageiros da Paz de Iepê a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iepê, Estado de São Paulo;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 500, de 2005** (nº 1.766/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores e Amigos de Chonin de Cima “Amacci” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 501, de 2005** (nº 1.768/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Centro de Assistência Social e Educacional “John F. Kennedy” (Case) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Oriente, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2005** (nº 1.774/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São José de Lagoa Grande do Maranhão – MA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Grande do Maranhão, Estado do Maranhão;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2005** (nº 1.787/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Organização Cultural e Ecológica de Missal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Missal, Estado do Paraná;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 505, de 2005** (nº 1.822/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Nossa Bom Repouso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Repouso, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 507, de 2005** (nº 1.615/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Ágape Mantense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mantena, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 508, de 2005** (nº 1.632/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Cuiabá Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso;*

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 510, de 2005** (nº 1.694/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores de Pedra Lavrada (Ampla), a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedra Lavrada, Estado da Paraíba;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 512, de 2005** (nº 1.767/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores e Amigos do Bairro de Pedra (Asmoape) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 513, de 2005** (nº 1.769/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Itaiense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaí, Estado de São Paulo;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 514, de 2005** (nº 1.772/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Educacional e Cultural – Interativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Medianeira, Estado do Paraná;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 515, de 2005** (nº 1.773/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Barreirinhas FM – ACRBFM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barreirinhas, Estado do Maranhão;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 516, de 2005** (nº 1.788/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Abaíra – BA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abaíra, Estado da Bahia;* e
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 518, de 2005** (nº 1.593/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Martinópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Martinópolis, Estado de São Paulo.*

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 4/2006

Brasília, 26 de janeiro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Antero Paes de Barros para integrar a CPI dos Bingos em substituição ao Senador Álvaro Dias, que passa à condição de membro suplente da mesma Comissão.

Cordialmente, – **José Jorge**, Líder do Bloco Parlamentar da minoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, comunicação que passo a ler.

É lida a seguinte:

De acordo com o Inciso I, do artigo 39 combinado com o Inciso II, letra **b** do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a V. Ex<sup>a</sup>, em retificação ao Requerimento de igual teor, do dia 25 próximo passado, que me ausentarei do País no período de 5 a 9 de fevereiro próximo, conforme designação de V. Ex<sup>a</sup>, quando estarei, na qualidade de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, participando de Missão desta Casa como observador das eleições gerais da República do Haiti, a serem realizadas no dia 7 de fevereiro.

Sala das Sessões, 26 de janeiro de 2006. – **Roberto Saturnino**.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) –

O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **PARECER Nº 70, DE 2006**

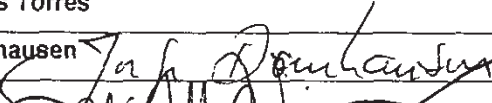
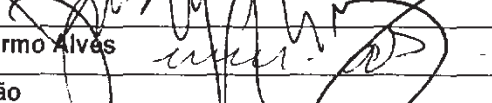

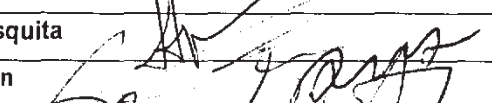
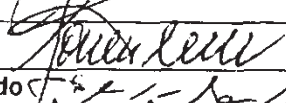
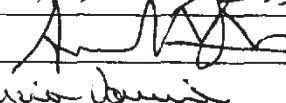
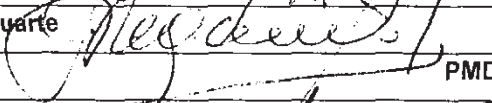

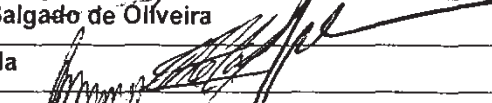
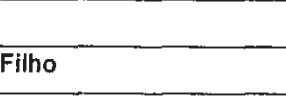
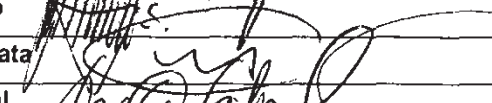
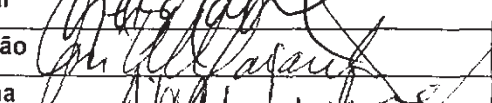
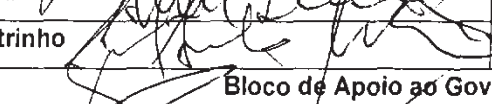
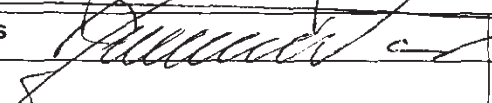
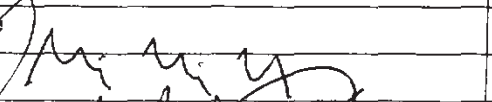
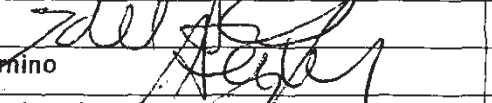
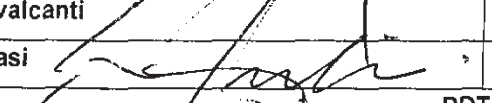
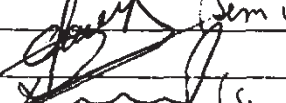
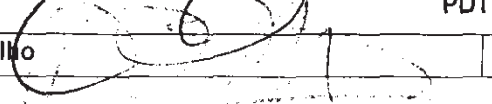



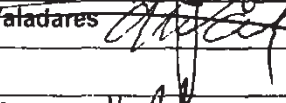
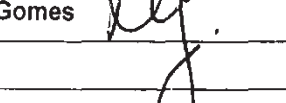
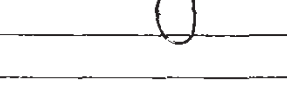
**Da Comissão de Educação, sobre a Mensagem nº 283, de 2005 (nº 843/2005, na origem), que submete à apreciação do Senado a indicação do Senhor Leopoldo Nunes da Silva Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Cinema – ANCINE.**

A Comissão de Educação, em votação secreta realizada em 25 de janeiro de 2006, apreciando o relatório apresentado pela Senhora Senadora Patrícia Saboya Gomes sobre a Mensagem nº 283, de 2005, opina pela aprovação da indicação do Senhor Leopoldo Nunes da Silva Filho, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional Do Cinema – ANCINE, por 27 votos favoráveis, – contrário(s) e – abstenção(ões).

Sala das Comissões, 26 de janeiro de 2006.

– **Gerson Camata**, Presidente – **Patrícia Saboya**, Relatora.

## MENSAGEM DO SENADO FEDERAL N ° 283, DE 2005

BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres	1-Roseana Sarney
Jorge Bornhausen 	2-Jonas Pinheiro
José Jorge 	3-César Borges
Maria do Carmo Alves 	4-Cristovam Buarque
Edison Lobão	5-Marco Maciel
Marcelo Crivella 	6-Romeu Tuma 
Teotônio Vilela Filho	7-Eduardo Azeredo 
Geraldo Mesquita 	8-Sérgio Guerra 
Leonel Pavan 	9-Lúcia Vânia 
Reginaldo Duarte 	10-Juvêncio da Fonseca
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira 	1-Amir Lando
Maguito Vilela 	2-Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp 	3-(vago)
Gerson Camata 	4-(vago)
Sérgio Cabral 	5-Mão Santa
José Maranhão 	6-Luiz Otávio  (sem voto)
Ney Suassuna 	7-Romero Jucá  (sem voto)
Gilberto Mestrinho	8-(vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB e PL)	
Aelton Freitas 	1-(vago)
Paulo Paim 	2-Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3-Fernando Bezerra
Flávio Arns	4-Delcídio Amaral 
Ideli Salvatti	5-Antônio Carlos Valadares 
Roberto Saturnino	6-Magno Malta
Mozarildo Cavalcanti	7-Patricia Saboya Gomes 
Sérgio Zambiasi	8-João Ribeiro
PDT	
Augusto Botelho	1-(vago)

## RELATÓRIO

Relatora: Senadora **Patrícia Saboya Gomes**

Com base no art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, e de conformidade com os termos do art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Senhor Leopoldo Nunes da Silva Filho, para ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, encaminhando, para tanto, a Mensagem nº 283, de 2005 (Mensagem nº 843, de 12-12-2005, na origem), na qual está incluído o **curriculum vitae** do indicado.

Do referido **curriculum vitae**, consta sua última atividade como Diretor de Patrocínios da Secretaria de Comunicação Institucional da Secretaria-Geral da Presidência da República, cargo que ocupa desde junho de 2004, bem como sua graduação em Comunicação, com especialização em Cinema, em 1995, pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, e a realização de curso de roteiro e dramaturgia na Escuela Internacional de Cine y TV de San Antonio de los Baños, em Cuba, em 1988.

Consta, também, relação de relevantes funções exercidas pelo indicado no setor audiovisual, entre as quais ressaltam-se: programador e exibidor do Cineclubes Cauim, de Ribeirão Preto, em 1984; produtor da Usina Press, de São Paulo, em 1986; diretor, roteirista e produtor da TV dos Trabalhadores, de São Bernardo do Campo, entre 1988 e 1992; diretor e roteirista da STV, de São Paulo, em 1994; diretor e roteirista do Documento Especial, Comunicação Alternativa / Band, do Rio de Janeiro, em 1995; diretor da VCR, de São Paulo, em 1997; crítico de cinema, televisão e política cultural entre 1999 e 2002, com publicação de artigos nas Revistas dos Bancários de São Paulo e Sinopse; e chefe de Gabinete da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, entre janeiro de 2003 e maio de 2004.

O Senhor Leopoldo Nunes da Silva Filho possui, ainda, uma obra cinematográfica significativa, composta dos seguintes títulos: A Idade do Lixo, curta-metragem em 35 mm, de 1990; O Argonauta Alemão, curta-metragem em 16 mm, de 1994; O Profeta das Cores, média-metragem em 16 mm, de 1995, obra que recebeu o Prêmio Estímulo, da Secretaria Estadual de Cultura de São Paulo, de 1995, e o Prêmio de Melhor Documentário, no Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, de 1995; Erra uma Vez, curta-metragem em 16 mm, de 1997; A Lata, curta-metragem em 35 mm, de 2003, que recebeu o Prêmio Estímulo da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo; o Prêmio Especial do Júri e Prêmio Cinema para a Infância – Andi, no

36º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro; o Prêmio de Melhor Filme do Júri Popular, o Prêmio Kodak e o Prêmio Quanta, no Florianópolis Audiovisual Mercosul, todos do ano de 2003; e, por fim, o documentário em longa metragem Aparecido das Águas, de 2005, filme convidado para encerrar o Festival de Brasília do Cinema Brasileiro desse ano.

Além de sua atividade cinematográfica, o Senhor Leopoldo Nunes da Silva Filho tem atuado como membro de várias comissões e conselhos da área do audiovisual, ressaltando-se a Comissão Estadual de Cinema de São Paulo, entre 1998 e 2000; o Congresso Brasileiro de Cinema, do qual foi Diretor, entre 1999 e 2002; a Comissão Nacional de Cinema, do Ministério da Cultura, entre 1999 e 2002; o Fórum de Competitividade, do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio, entre 2000 e 2001 e, desde 2004, o Conselho Petrobras Cultural, como representante da Secretaria de Comunicação da Presidência da República.

Atuou, ademais, na organização e defesa da sua categoria profissional, participando ativamente de associações de classe: foi Presidente da Seção São Paulo da Associação Brasileira de Documentaristas em 1998/1999 e 2001, e Presidente da Associação Brasileira de Documentaristas, de âmbito nacional, por duas gestões (1999/2001 e 2001/2003).

Em face do histórico pessoal e profissional apresentado e já resumido, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do nome do Senhor Leopoldo Nunes da Silva Filho ao cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – (ANCINE).

Sala das Comissões, 26 de janeiro de 2006.  
– **Gerson Camata**, Presidente – **Patrícia Saboya**, Relatora.

### LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

.....  
Art. 52. Compete privativamente ao Seriado Federal:

.....  
III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de

.....  
f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.228-1,  
DE SETEMBRO DE 2001

**Estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, cria o Conselho Superior do Cinema e a Agência Nacional do Cinema – ANCINE, institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional – PRODECINE, autoriza a criação de Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional – FUNCINES, altera a legislação sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional e dá outras providências.**

.....  
Art. 8º A Ancine será dirigida em regime de colegiado por uma diretoria composta de um Diretor-Presidente e três Diretores, com mandatos não coincidentes de quatro anos.

§ 1º Os membros da Diretoria serão brasileiros, de reputação ilibada e elevado conceito no seu campo de especialidade, escolhidos pelo Presidente da República e por ele nomeados após aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea “f” do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

§ 2º O Diretor-Presidente da Ancine será escolhido pelo Presidente da República entre os membros da Diretoria Colegiada.

§ 3º Em caso de vaga no curso do mandato de membro da Diretoria Colegiada, este será completado por sucessor investido na forma prevista no § 1º deste artigo, que o exercerá pelo prazo remanescente.

§ 4º Integrarão a estrutura da Ancine uma Procuradoria-Geral, que a representará em juízo, uma Ouvidoria-Geral e uma Auditoria.

§ 5º A substituição dos dirigentes em seus impedimentos será disciplinada em regulamento.  
.....

**PARECER Nº 71, DE 2006**

**Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício “S” nº 1, de 2005 (nº 561/2004, na origem), do Ministro de Estado da Fazenda, que comunica, nos termos do art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, que o Município de São Paulo realizou, sem a prévia autorização da**

**Secretaria do Tesouro Nacional, operação de crédito, relativa ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, por meio do Aditivo Contratual de 5-2-2004, em desacordo com o artigo 32 da Lei Complementar nº 101, de 4-5-2000, e da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.**

Relator: Senador **Luz Otávio**

**I – Relatório**

O Senhor Ministro da Fazenda, no dia 27 de dezembro de 2004, comunicou a esta Casa que o Município de São Paulo realizou, sem a prévia autorização da Secretaria do Tesouro Nacional, operação de crédito, relativa ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (RELUZ), por meio do Aditivo Contratual de 5 de fevereiro de 2004, em desacordo com o art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

Tal comunicação atende a determinação do § 2º do art. 24 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, que estipula que:

Art. 24. A constatação de irregularidades na instrução de processos de autorização regidos por esta Resolução, tanto no âmbito do Ministério da Fazenda quanto no do Senado Federal, implicará a devolução do pleito à origem sem prejuízo das eventuais cominações legais aos infratores.

.....  
§ 2º Caso a irregularidade seja constatada pelo Ministério da Fazenda, este deverá informar, também, ao Senado Federal.

Coube-me relatar a matéria em 15 de março de 2005 e, de imediato, submeti a esta Comissão requerimento de convite à ex-Prefeita Marta Suplicy para que prestasse esclarecimentos sobre a matéria. Em resposta, a Senhora Suplicy enviou correspondência, datada de 4 de maio de 2005, apresentando argumentos negando qualquer infração legal.

Em 31 de maio de 2005, por proposta do Senador Aloizio Mercadante, aprovou-se o Requerimento nº 29, de 2005 – CAE, requerendo informações ao Ministério da Fazenda sobre que municípios, além de São Paulo, haveriam eventualmente infringido dispositivos da Lei



de Responsabilidade Fiscal e que não teriam atendido à Resolução nº 43, de 2001, em operações de crédito relacionadas ao Programa Reluz.

Também propus dois requerimentos, ambos aprovados pela CAE e pelo Plenário do Senado, solicitando informações adicionais ao Ministro da Fazenda e à então Ministra de Minas e Energia sobre as operações de crédito realizadas no âmbito do Reluz (Requerimentos nºs 176 e 177, de 2005).

Tendo recebido, em 19 de agosto de 2005, as respostas a esses requerimentos (Aviso nº 314, de 2005, do Ministro da Fazenda e Aviso nº 204, de 2005, do Ministro de Minas e Energia), considero já dispor de informações suficientes para apresentar meu parecer sobre a matéria.

## II – Análise

### II. 1 – O Programa Reluz e o Problema das Operações de Crédito não Autorizadas

O Programa Reluz tem por objetivo substituir equipamentos com vistas a aumentar a eficiência e reduzir os custos da iluminação pública. Para tanto, a Eletrobrás oferece uma linha de financiamento às concessionárias de energia elétrica. As concessionárias podem utilizar tais recursos de duas formas distintas: realizarem, elas próprias, as obras do Programa ou financiarem a realização das obras pelos municípios.

No que tange o controle do endividamento público pelo Senado Federal, com o suporte do Ministério da Fazenda, interessa analisar os casos em que as prefeituras optaram por realizar, elas mesmas, as obras, tomando financiamento junto às respectivas concessionárias de energia elétrica.

Ocorre que um grande número de municípios contratou tal financiamento sem solicitar autorização ao Ministério da Fazenda, infringindo o art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal e o art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

Isto ocorreu porque a oportunidade de contratação da operação de crédito foi criada pela Eletrobrás, via concessionárias de energia. Ou seja, não se tratava de instituição financeira, regularmente fiscalizada pelo Banco Central, como em geral são os credores de operações de crédito. Por isso, a operação passou ao

largo do controle do Ministério da Fazenda, que tem maior proximidade institucional com o Banco Central do que com o Ministério das Minas e Energia.

Esse Ministério, por sua vez, afirma que não se viu obrigado a fazer qualquer comunicado ou solicitação ao Ministério da Fazenda, nos termos da LRF, uma vez que concedeu financiamentos às concessionárias de energia, que são empresas que não se caracterizam como “empresas estatais dependentes” e, portanto, estão fora dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pelo Senado Federal.

Criou-se, assim, um problema de coordenação, interno ao Poder Executivo, que abriu a possibilidade para que municípios – por dolo ou desconhecimento das leis – contratassem operações de crédito sem a devida autorização do Ministério da Fazenda e do Senado Federal.

De acordo com o Memorando nº 1.623/2005-STN/COPEM/COAFI, emitido em resposta ao Requerimento de Informações nº 177/2005, enviado pelo Senado ao Ministério da Fazenda, “os primeiros casos de celebração de contratos no âmbito do Programa Reluz que o Ministério da Fazenda tomou conhecimento foram os de Alvorada (RS) e Viamão (RS), no segundo semestre de 2003, quando da análise de pedidos desses municípios de outras operações de crédito”.

Nesse momento, o Ministério da Fazenda viu-se diante da seguinte situação:

- um número desconhecido de municípios havia contratado operações de crédito sem solicitar autorização do Ministério da Fazenda e do Senado;
- o Ministério não dispunha de instrumentos ou informações suficientes para detectar quais municípios se encontravam nessa situação;
- a operação de crédito no âmbito do Programa Reluz mostrava-se benéfica do ponto de vista fiscal, pois possibilitaria, segundo estimativas da Eletrobrás, significativa redução nos custos da iluminação pública, com o retorno do investimento estimado para um prazo entre dois e seis anos;
- outras operações de crédito com impacto fiscal positivo, como aquelas destinadas a modernizar a administração fiscal em busca de maior arrecadação tributária, já eram excluídas dos limites de endividamento fixados pelo Senado.

Frente a essa situação e analisado o problema no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, buscou-se solucionar o problema através da edição

da Resolução do Senado Federal nº 19, de 2003, por meio da qual:

- as operações no âmbito do Reluz foram excluídas do cômputo do limite de endividamento, uma vez que se trata de operação com impacto fiscal favorável a médio-prazo;
- foi concedida uma espécie de “anistia” às operações de Reluz contratadas até a data de publicação da Resolução (5 de novembro de 2003) no que tange ao pedido de autorização ao Ministério da Fazenda; isto porque, como afirmado acima, o referido Ministério não dispunha de informação suficiente para detectar quais municípios haviam feito essa operação, não podendo, por isso, puni-los; assim, exigiu-se apenas que os municípios com contratos relativos ao Reluz comunicassem essa situação à Secretaria do Tesouro Nacional;
- a partir da data de edição da Resolução, operações no âmbito do Reluz deveriam ser precedidas de todo o rito de autorização, ou seja, os municípios deveriam solicitar autorização ao Ministério da Fazenda nos termos do art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal e do art. 21 da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

A esta altura do raciocínio pode-se perguntar: por que solicitar autorização do Ministério da Fazenda para operações de Reluz se a Resolução nº 19/2003 isentou tais operações do cumprimento do limite de endividamento?

Não seria essa solicitação um mero ato burocrático, que levaria necessariamente à autorização da contratação?

A resposta é não, pois, ao solicitar ao Ministério da Fazenda autorização para contratar uma operação de crédito, o ente federado não deve apenas provar que tal operação está enquadrada nos limites de endividamento. Por exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 32) e da Resolução nº 43/2001 do Senado (art. 21), ele deve provar, também, que cumpre diversos outros requisitos legais, tais como:

- existência de autorização do legislativo municipal para a realização da operação;
- comprovação de que os recursos da operação de crédito estão previstos no orçamento;
- certidão do respectivo tribunal de contas quanto ao cumprimento de limites de despesa com pessoal e à publicação dos Relatórios de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal;

- inexistência de obrigações junto a fornecedores sem a correspondente autorização orçamentária;
- comprovação de que as operações de crédito não superam as despesas de capital, conforme exigido pelo art. 167, III, da Constituição.

É no momento de autorizar uma operação de crédito que está a oportunidade para que as entidades de controle chequem se o ente federado está cumprindo com os ditames básicos da responsabilidade fiscal. Caso contrário, esse é o momento de puni-lo, mediante a proibição de contratação da operação de crédito. Por isso, mesmo uma operação isenta do cumprimento dos limites de endividamento, como o Reluz, pode não ser autorizada, no caso em que o ente não esteja cumprindo, por exemplo, o limite máximo de despesa com pessoal ou não tenha solicitado autorização à câmara de vereadores para realizar a operação.

É justamente nessa condição que se encaixa a operação de crédito da Prefeitura de São Paulo em exame: trata-se de uma operação, no âmbito do Reluz, contratada após à edição da Resolução nº 19/2003, sem que a Prefeitura tenha solicitado autorização ao Ministério da Fazenda.

Ao não solicitar tal autorização, a Prefeitura deixou de prestar contas quanto ao cumprimento dos itens acima listados, tais como a existência de autorização do poder legislativo local para a contratação da operação, a inexistência de obrigações junto a fornecedores sem a correspondente autorização orçamentária etc.

Passo, em seguida, a analisar em maiores detalhes o Aditivo Contratual em questão.

## **II.2 – O Programa Reluz e o Problema das Operações de Crédito não Autorizadas**

No Ofício nº “S” 1, de 2005, ora relatado, o Senhor Ministro da Fazenda afirma que “o Aditivo Contratual celebrado (pela Prefeitura de São Paulo) em 5-2-2004, sem a prévia autorização deste Ministério da Fazenda foi realizado em desacordo com o artigo 32 da Lei Complementar nº 101, de 4-5-2000, e da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001”.

Instada por esta Comissão a se manifestar sobre o assunto, a ex-Prefeita de São Paulo, Sra. Marta Suplicy, enviou correspondência, anexada ao processado ora relatado, no qual apresenta como linha de defesa o argumento de que o referido aditamento “teve por objetivo apenas adequar os termos

do Contrato ora questionado àqueles do Contrato de Financiamento firmado entre a Eletrobrás e a Eletropaulo, apenas e tão somente introduzindo cláusulas de caráter meramente formal (...)". Por isso, não se trataria de uma nova operação de crédito, mas apenas de ajustamentos contratuais realizados anteriormente à edição da Resolução nº 19/2003 e, portanto, "anistiada" por aquela Resolução da necessidade de solicitação de autorização ao Ministério da Fazenda.

A Nota Técnica nº 977/2005 da Consultoria Legislativa do Senado, incluída no processado em análise e por mim lida em sessão anterior desta Comissão, demonstrou que o aditamento contratual celebrado entre a Prefeitura não constituiu mero ajuste formal e sim uma genuína operação de crédito. Nesse sentido, a Prefeitura de São Paulo teria, de fato, descumprido a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Resolução nº 43/2001 do Senado.

Igual interpretação apresenta o Ministério da Fazenda em resposta ao Requerimento do Senado 177/2005, onde se lê: "o segundo aditamento ao contrato ocorreu em 5-2-2004, tendo como uma das principais modificações o aumento do valor dos investimentos a serem realizados, passando para R\$140.280.218,67". Esse aumento nos investimentos programados, financiado pela Eletropaulo, é suficiente para caracterizar o aditamento contratual como uma nova operação de crédito, nos termos do art. 29, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em reforço a esta tese, acrescenta ainda o Ministério da Fazenda que:

A análise da PGFN [Procuradoria Geral da Fazenda Nacional] foi encaminhada por meio do Parecer PGFN/CAF nº 2.014, de 14 de dezembro de 2004. Sua conclusão é de que, diferentemente do entendimento do Município de São Paulo, o termo aditivo celebrado em 5 de fevereiro de 2004 está sujeito à prévia autorização do Ministério da Fazenda.

Instado a responder se outros municípios encontravam-se em situação similar à de São Paulo, o Ministério da Fazenda afirmou que, em seus registros, apenas os Municípios de Alvorada (RS) e Viamão (RS) apresentavam operações de RELUZ sem autorização do Ministério da Fazenda. Todavia, essas operações eram anteriores à Resolução nº 19, de 2003, e, portanto, dispensadas do pedido de solicitação. Acrescenta, ainda, o Ministério da Fazenda que, devido ao fato de a origem das ope-

rações estar na Eletrobrás, o Ministério das Minas e Energia certamente teria informações mais detalhadas sobre o assunto.

Questionado o Ministério das Minas e Energia, foi-nos informado que nada menos que 1.696 municípios e 19 regiões administrativas do Distrito Federal contrataram operações no âmbito do Reluz. É possível que muitos outros municípios se encontrem em situação similar à da Prefeitura de São Paulo, tendo realizado aditamentos ou contratações após à edição da Resolução nº 19, de 2003, sem solicitar autorização ao Ministério da Fazenda.

### III – Voto

A conduta adotada pela Prefeitura Municipal de São Paulo pode configurar, em tese:

- infração ao art. 359-A do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 1940);
- crime comum em relação ao Prefeito (art. 1º, inciso VIII, do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967);
- ato de improbidade administrativa, descrito no art. 11, inciso I, da Lei nº 8.429, de 1992.

Por isso, voto pelo envio de correspondência ao Ministério Público do Estado de São Paulo comunicando os fatos aqui analisados, anexando-se cópia de todo conteúdo do processado.

Tendo em vista o disposto no art. 24, § 4º, da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, com redação dada pela Resolução nº 19, de 2003, voto ainda para que se comunique à Prefeitura Municipal de São Paulo que o Senado Federal constatou a existência de operação de crédito contratada por aquela Prefeitura junto a instituição não-financeira sem autorização prévia desta Casa ou do Ministério da Fazenda e que, por isso, fica suspensa a realização de nova operação de crédito pelo Município até que seja regularizada a operação pendente de autorização.

Faz-se necessário, também, comunicar a decisão acima referida ao Chefe do Poder Legislativo do Município de São Paulo e ao Tribunal de Contas da respectiva jurisdição.

Por fim, depois de tomadas as providências acima, o Ofício "S" nº 1, de 2005, deve ser arquivado.

Sala da Comissão, 26 de janeiro de 2006.

## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

OFÍCIO "S" Nº 01, DE 2005

NÃO TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 13/12/05, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: Em Exercício Sua Romes Tuma

RELATOR(A):

## Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
GILBERTO GOELLNER (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
VAGO	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)

## PMDB

RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTÁVIO	2- ROMERO JUCÁ
GARIBALDI ALVES FILHO	3- WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
GIACINTO MESTRINHO	6-GERSON CAMATA
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
JOSÉ MARANHÃO	8-VAGO

## Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-IDELI SALVATTI (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLICY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
ERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
ILSON CAPIBERIBE (PSB)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
MATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

## PDT

ISMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
------------	--------------------

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
Art. 167. São vedados:

.....  
III – a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,  
DE 4 DE MAIO DE 2000

**Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.**

.....  
Art. 29. Para os efeitos desta Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições:

.....  
III – operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros;

.....  
Art. 32. O Ministério de Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

.....  
§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:

I – existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;

II – inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;

III – observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal;

IV – autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo;

V – atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição;

VI – observância das demais restrições estabelecidas nesta Lei Complementar.

§ 2º As operações relativas à dívida mobiliária federal autorizadas, no texto da lei orçamentária ou de créditos adicionais, serão objeto de processo simplificado que atenda às suas especificidades.

§ 3º Para fins do disposto no inciso V do § 1º, considerar-se-á, em cada exercício financeiro, o total dos recursos de operações de crédito nele ingressados e o das despesas de capital executadas, observado o seguinte:

I – não serão computadas nas despesas de capital as realizadas sob a forma de empréstimo ou financiamento a contribuinte, com o intuito de promover incentivo fiscal, tendo por base tributo de competência do ente da Federação, se resultar a diminuição, direta ou indireta, do ônus deste;

II – se o empréstimo ou financiamento a que se refere o inciso I for concedido por instituição financeira controlada pelo ente da Federação, o valor da operação será deduzido das despesas de capital;

III – (VETADO)

§ 4º Sem prejuízo das atribuições próprias do Senado Federal e do Banco Central do Brasil, o Ministério da Fazenda efetuará o registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa, garantido o acesso público às informações, que incluirão:

I – encargos e condições de contratação;

II – saldos atualizados e limites relativos às dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantias.

§ 5º Os contratos de operação de crédito externo não conterão cláusula que importe na compensação automática de débitos e créditos.

.....  
DECRETO-LEI Nº 2.848,  
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

**Código Penal.**

.....  
Art. 359-A. Ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa: (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

Pena – reclusão, de 1 (um) a 2 (dois) anos. (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

Parágrafo único. Incide na mesma pena quem ordena, autoriza ou realiza operação de crédito, interno ou externo: (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

I – com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei ou em resolução do Senado Federal; (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

II – quando o montante da dívida consolidada ultrapassa o limite máximo autorizado por lei. (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

Inscrição do despesas não empenhadas em restos a pagar (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

.....  
 DECRETO-LEI Nº 201,  
 DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967

**Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências.**

.....  
 Art. 1º São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:

.....  
 VIII – Contrair empréstimo, emitir apólices, ou obrigar o Município por títulos de crédito, sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei;

.....  
 LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992

**Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.**

.....  
 Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

I – praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;

.....  
**DOCUMENTOS ANEXADOS NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO**

**VOTO EM SEPARADO**

**Perante a Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício “S” nº 1, de 2005,**

**do Ministro de Estado da Fazenda, que comunica, nos termos do art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, que o Município de São Paulo realizou, sem a prévia autorização da Secretaria do Tesouro Nacional, operação de crédito, relativa ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, por meio do Aditivo Contratual de 5-2-2004, em desacordo com o artigo 32 da Lei Complementar nº 101, de 4-5-2000, e da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.**

Relator: Senador **Aloizio Mercadante**

**I – Relatório**

O Senhor Ministro da Fazenda, no dia 27 de dezembro de 2004, comunicou a esta Casa que o Município de São Paulo realizou, sem a prévia autorização da Secretaria do Tesouro Nacional, operação de crédito, relativa ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (RELUZ), por meio do Aditivo Contratual de 5 de fevereiro de 2004, em desacordo com o art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

Tal comunicação teria sido feita em obediência ao § 4º do art. 24 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, que assim prescreve:

Art. 24. A constatação de irregularidades na instrução de processos de autorização regidos por esta Resolução, tanto no âmbito do Ministério da Fazenda quanto no do Senado Federal, implicará a devolução do pleito à origem sem prejuízo das eventuais cominações legais aos infratores.

.....  
 § 2º Caso a irregularidade seja constatada pelo Ministério da Fazenda, este deverá informar, também, ao Senado Federal.

A matéria foi relatada pelo Excelentíssimo Senhor Senador Luiz Otávio, desta Comissão de Assuntos Econômicos, que apresentou requerimento de convite à ex-Prefeita de São Paulo, Senhora Marta Suplicy, para que prestasse esclarecimentos. Em resposta, a Senhora Suplicy enviou correspondência, datada de 4 de maio de 2005, apresentando sólidos argumentos e explicações elucidativas sobre a questão.

O Excelentíssimo Senhor Relator também propôs dois requerimentos solicitando informações adicionais ao Ministro da Fazenda e ao Ministério de Minas e Energia sobre as operações de crédito realizadas no âmbito do RELUZ (Requerimentos nºs 176 e 177, de 2005).

Tendo recebido, 19 de agosto de 2005, as respostas a esses requerimentos (Aviso nº 314, de 2005, do Ministro da Fazenda e Aviso nº 204, de 2005, do Ministro de Minas e Energia), é de se dizer que a matéria foi suficientemente analisada por esta Comissão, de modo que ofereço parecer pelo arquivamento, ante a evidência de absoluta regularidade das avenças entre o Município de São Paulo e a concessionária Eletropaulo no bojo do importante Programa Nacional de Iluminação Pública.

## II – Análise

### II.1 – Sobre o Reluz

Por primeiro, é importante que se faça uma exposição acerca do Reluz para que tenhamos um conceito preciso da importância desse programa, sua finalidade, e por conseguinte, a natureza das relações jurídicas que a Administração trava ao dele participar.

Há de se fazer menção que as informações a seguir foram trazidas a essa Comissão pela Sra. Marta Suplicy, apesar de não terem integrado o Relatório do Nobre Senador Luiz Otávio.

O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, foi criado pela Eletrobrás, no âmbito do PROCEL – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica, com o objetivo de financiar programas de efficientização dos parques de iluminação dos entes municipais, com recursos oriundos da RGR – Reserva Global de Reversão.

O RELUZ prevê investimentos de R\$2 bilhões por parte da Eletrobrás para tornar eficientes 9,5 milhões de pontos de iluminação pública, além de instalar outros R\$3 milhões adicionais. O seu lançamento se deu em junho de 2000 e, naquele mesmo ano, foi prorrogado até 2010. Desta forma, o programa pretende abranger 77% do potencial de conservação nacional de iluminação pública, atualmente composta por 14,5 milhões de pontos de iluminação, sendo que, destes, 12,3 milhões podem ganhar mais eficiência.

Sendo essa meta atingida, haverá uma economia de R\$340 milhões por ano, além de uma descomunal economia de energia. O objetivo principal do RELUZ é a promoção do desenvolvimento de sistemas eficientes de iluminação pública, bem como a valorização de espaços urbanos, de modo a favorecer a melhora da segurança e das condições de iluminação das cidades brasileiras.

O Reluz trará diversas melhorias para o setor elétrico, como a redução de 540 MW da carga, no horário de ponta, do sistema elétrico e a economia de 2.400 milhões de KW por ano.

Da mesma forma, o Reluz deve propiciar resultados operativos interessantes para as concessionárias

do setor, na medida em que promoverá a redução das perdas e melhoria das condições operativas e uma maior disponibilidade de energia elétrica possibilitando o atendimento de novos consumidores e o desenvolvimento de novos negócios na área de conservação de energia.

Por fim, os municípios serão extremamente beneficiados, uma vez que, além de melhorar a qualidade da administração pública, pode-se esperar uma redução de 30 a 40% do consumo de energia elétrica, além de diversos outros benefícios como a valorização de espaços outrora ociosos, a valorização do potencial turístico destas cidades, a melhora da segurança pública e da qualidade de vida em áreas mais carentes.

Dito isso, diante da realidade do Município de São Paulo, dadas as suas características de município mais populoso do Brasil, seu pólo econômico mais importante e local de existência de bolsões imensos de pobreza, era imprescindível a sua adesão ao Programa, o que foi feito em 2002.

### 11.2 – O Município de São Paulo e o Reluz

No bojo das possibilidades descritas, soubemos que a Prefeitura do Município de São Paulo decidiu aderir ao programa em 2002, através da concessionária de energia elétrica local, a Eletropaulo S.A., que iniciou negociação com a Eletrobrás para a obtenção de uma linha de financiamento para este fim.

No dia 2 de outubro de 2002 foi firmado o Contrato nº 02/SIURB/2002, entre a Eletropaulo S.A. e a Prefeitura do Município de São Paulo, objetivando a efficientização do parque de iluminação pública do Município de São Paulo. A contratação foi feita com dispensa de licitação, dada a situação especial da Eletropaulo, capaz de oferecer condições únicas a que sejam atingidos os objetivos do Contrato.

O referido Contrato, em sua cláusula segunda, item 2.1, subitem I, alínea **c**, estabelece que compete à Eletropaulo realizar os investimentos para a efficientização, na ordem de 75% do valor do projeto, correspondentes a R\$113.480.474,18, com recursos provenientes do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, por meio do Contrato celebrado entre a Eletropaulo e a Eletrobrás.

As alíneas **e** e **f** do mesmo subitem facultam à Eletropaulo a contratação de empresa para a execução do projeto, mediante prévia anuência da Prefeitura, e contratar empresa para o gerenciamento do projeto, ficando, então, autorizada sub-contratação, desde que com a prévia anuência da Prefeitura.

O subitem II, alínea **e**, da cláusula 2.1 do Contrato, estabelece que compete à Prefeitura disponibilizar os valores, a partir de janeiro de 2003, relativos às despesas necessárias à efficientização do parque

de iluminação pública, na ordem de 25% do valor do projeto, correspondentes a R\$37.826.824,73, com recursos provenientes da economia verificada mensalmente, durante a implementação do Programa Reluz, ou com recursos próprios.

No dia 4 de junho de 2003, foi celebrado Termo de Aditamento ao Contrato, com o objetivo único de disciplinar a cessão, pela Prefeitura, de materiais para a instalação na rede de iluminação pública, os quais deveriam ser posteriormente devolvidos à municipalidade. O referido termo foi assinado durante a negociação entre a Eletropaulo e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, para a contratação do empréstimo.

No dia 5 de fevereiro de 2004, foi firmado o Termo de Aditamento nº 05/SIURB/2003 e Consolidação do Termo de Contrato nº 02/SIURB/2002, entre a Eletropaulo S.A. e a Prefeitura do Município de São Paulo, para a eficientização do parque de iluminação pública, no âmbito do Reluz, sendo apresentadas as seguintes razões:

a) O interesse das partes em celebrar um instrumento de Consolidação de Dívida, Encontro de Contas e Outras Avenças, na qual o Município se reconhece devedor da Eletropaulo, de determinado valor referente ao fornecimento de energia elétrica pela Eletropaulo ao Município, até o final de 2003;

b) A Eletropaulo realizou contratação de empréstimo, por meio do Contrato de Financiamento nº ECF – 2300/2003, junto à Eletrobrás, para a implementação do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ – no Município de São Paulo. Desta forma, considerando a ausência de cláusulas-espelho, no Termo de Contrato firmado entre o Município e a Eletropaulo, que refletem alguns termos do Contrato de Financiamento entre a Eletrobrás e a Eletropaulo, foi firmado o mencionado Termo de Aditamento e Consolidação entre a Eletropaulo e o Município de São Paulo.

Vistos estes aspectos, cumpre destacar que os termos de aditamento anteriormente mencionados apresentam apenas a inserção de cláusulas de natureza estritamente formais, que objetivam adequar o Termo de Contrato nº 02/SIURB/2002 firmado entre a Eletropaulo e o Município de São Paulo às obrigações firmadas entre a Eletropaulo e a Eletrobrás, no bojo do Contrato de Financiamento ECF nº 2300/2003.

Assim é que essas alterações no contrato firmado entre a Eletropaulo e o Município de São Paulo redundam apenas em um aumento da obrigação de

investimento pela Eletropaulo para R\$140.280.218,67 e do Município para R\$46.760.072,89.

### **II.3 – Sobre o alegado descumprimento a normas legais, decorrente da assinatura do Termo de Aditamento N<sup>o</sup> 002/SIURB/2003 e Consolidação do Termo de Contrato N<sup>o</sup> 002/SIURB/2002**

Antes de adentrarmos no mérito da questão, cumpre destacar o arcabouço jurídico vigente que permeia a relação jurídica ora discutida.

#### **1. Das normas jurídicas aplicáveis**

O artigo 32, da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, em seu § 1º, II, estabelece que:

“Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas direta ou indiretamente.

§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:

I – A Existência de prévia e expressa autorização para a contratação no texto da Lei Orçamentária, em créditos adicionais, ou em Lei específica.”(grifamos)

A Resolução do Senado nº 43, de 2001, que teve a sua redação alterada pela Resolução do Senado nº 19, de 2003, prevê que:

“Art. 7º As operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios observarão ainda os seguintes limites:

(...)

§ 3º São excluídas dos limites de que trata o caput as seguintes modalidades de operação de crédito:

II – contratadas no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, estabelecido com base na Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.” (grifamos)

A Resolução do Senado nº 19, de 2003 prevê ainda que:

“Art 3º São dispensadas da aplicação das providências contidas no art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal,



as operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de iluminação Eficiente –RELUZ, estabelecido com base na Lei nº 9.991, de 2000, que tenham sido realizadas até a data da publicação desta Resolução, devendo o Estado, o Distrito Federal ou o Município apenas comunicar ao Ministério da Fazenda a existência da operação, seu valor, prazo e demais condições contratuais. “(grifamos)

## **2. Da rigorosa legalidade da assinatura do termo de aditamento nº 5/SIURB/2003 e consolidada do termo de contrato nº 2/SIURB/2002**

A interpretação que enseja a conclusão de ter a assinatura do Termo supracitado contrariado os dispositivos legais acima elencados é absolutamente improcedente, uma vez que não houve, no caso, a realização de nova contratação.

### **2.1 – das características do termo de aditamento nº 5/SIURB/2003 e consolidação do termo de contrato nº 2/SIURB/2002**

A existência de um contrato, cumpre dizer, implica um acordo de vontades com o fim de adquirir, resguardar, modificar, ou extinguir direitos. Para que fossem atingidos os objetivos desejados pela Prefeitura do Município de São Paulo e a Eletropaulo S.A., no sentido de se promover a eficiência do Parque de Iluminação Pública do Município de São Paulo, no âmbito do Reluz, foi firmado o Termo de Contrato nº 2/SIURB/2002, com cinco anos de vigência, o qual, diga-se, Jamais Sofreu Qualquer Contestação.

Deve ser ressaltado o fato de não ter sido introduzido nos instrumentos antes mencionados (nº 5/SIURB/2003 e nº 2/SIURB/2002) qualquer forma de nova ação, que seria essencial para caracterizá-los como um novo contrato.

Com efeito, o conceito de novação implica a necessidade de extinção de uma obrigação para a criação de uma outra obrigação. E isso jamais ocorreu com o Termo de Contrato nº 2/SIURB/2002, que segue vigente, não tendo havido qualquer alteração quantitativa ou qualitativa na operação original nele prevista.

Repita-se, por oportuno, que a assinatura do Termo de Aditamento nº 5/SIURB/2003 e Consolidação do Termo de Contrato nº 2/SIURB/2002, conforme já descrito, teve por objetivo apenas adequar os termos do Contrato ora questionado àqueles do Contrato de Financiamento firmado entre a Eletrobrás e a Eletropaulo (ECF-2300/2003), apenas e tão somente introduzindo cláusulas de caráter meramente formal, além de promover a consolidação das dívidas existentes entre a Prefeitura do Município de São Paulo e a Eletropaulo até o final de 2003 e prever um aditivo dos valores a

serem investidos, tanto pela Eletropaulo, quanto pela Prefeitura do Município, os quais se encontram em estreita observância às exigências legais.

O Contrato nº 2/SIURB/2002, uma vez que objetiva a eficiência do parque de iluminação pública do Município de São Paulo, faculta, na sua Cláusula Segunda, à Eletropaulo, a contratação de empresas para a execução e para o gerenciamento do projeto, sempre com a anuência da Prefeitura, autorizando, inclusive, a subcontratação.

Desta forma, o aditivo dos valores a serem investidos, tanto pela Eletropaulo, quanto pela Prefeitura, previsto no Termo de Aditamento nº 5/SIURB/2003 e Consolidação do Termo de Contrato nº 2/SIURB/2002, tem por objetivo o restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro do contrato, dado o lapso de tempo transcorrido entre a assinatura do Contrato e a assinatura do Termo aqui abordado.

Tal procedimento observa o disposto no art. 37 da Constituição Federal, em seu inciso XXI, que acaba por estabelecer que as condições de pagamento ao particular deverão ser respeitadas segundo as condições reais e concretas contidas na proposta. No caso concreto, pode-se inferir que este dispositivo deve resguardar os contratos firmados com as empresas particulares, dos efeitos provocados pela inflação no período, sendo tal aditamento, portanto, necessário.

### **II.4 – Da Conversão em lei da Medida Provisória nº 237, de 27 de janeiro de 2005 na Lei nº 11.131, de 1º de julho de 2005**

Não bastasse a comprovação cabal da legalidade da operação aqui abordada, a aprovação pela Câmara Federal em 24 de maio de 2005 e, logo após, pelo Senado Federal, em 13 de junho de 2005, da Medida Provisória nº 237, de 2005, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 11 de 2005, convertido na Lei nº 11.131, de 1º de julho de 2005, tomaram-se completamente inócuas as discussões sobre o alegado descumprimento pela Prefeitura do Município de São Paulo, do artigo 32 da Lei Complementar nº 101/2000 e da Resolução do Senado Federal nº 43 de 2001.

Prevê a Lei nº 11.131/2005, em seu artigo 10, o seguinte:

“Art. 10. O art. 8º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, passando o atual parágrafo único a vigorar como § 1º, com a seguinte redação:

‘Art. 8º(...)

§ 1º Excluem-se das vedações a que se refere o inciso II do **caput** deste artigo:

(...)

III – as operações de crédito destinadas à implantação de projeto de melhoria em sistemas de iluminação pública, no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ.” (grifamos)

A operação aqui discutida, como se pode ver, é integralmente coberta pelas disposições contidas no texto aprovado.

Diante da clara demonstração da legalidade da operação aqui abordada, e após o crivo do Congresso Nacional, representado pela aprovação da Lei nº 11.131/2005, não existe qualquer razão para o questionamento da mesma.

Diante do exposto, emergem, em síntese, as seguintes conclusões:

**a)** não houve nova operação de crédito, tratando-se, apenas, de uma adequação da avença havida entre o Município de São Paulo e a Eletropaulo aos termos do contrato entre esta última e a Eletrobrás;

**b)** sendo o RELUZ um programa criado com o objetivo de financiar programas de eficientização dos parques de iluminação dos municípios, trazendo com isso grande economia ao erário, a adesão da Prefeitura do Município de São Paulo ao mencionado programa não lesa, em qualquer aspecto, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ao contrário, tem como objetivo auxiliar a Administração municipal a se adequar aos seus ditames;

**c)** Sempre houve, no decorrer do processo de adesão do Município de São Paulo ao RELUZ, diligência e acatamento ao Senado, tendo a Administração, à época, enviado toda a documentação atinente aos atos do processo, inclusive ao termo de aditamento aqui discutido.

Dessa forma, não é possível concluir-se pela ocorrência de crime previsto no art. 359-A do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 1940), do crime comum em relação ao Prefeito (art. 1º inciso VIII, do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967), tampouco de ato de improbidade administrativa, descrito no art. 11, inciso I, da Lei nº 8.429, de 1992, uma vez ter ocorrido, ao longo do procedimento, observância da legislação vigente e dos princípios da Administração Pública.

Acrescente-se que a recomendação de envio de correspondência ao Ministério Público do Estado de São Paulo, comunicando os fatos analisados no presente procedimento, não merece ser acolhido, uma vez que, caso houvesse as irregularidades apontadas

– que como se viu, não ocorreram – a competência seria do Ministério Público Federal.

### III – Voto

Do quanto aqui relatado, é de se concluir que a conduta adotada pela Prefeitura Municipal de São Paulo foi absolutamente concorde ao ordenamento jurídico vigente.

Por isso, voto pelo arquivamento deste feito.

Sala da Comissão,

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE  
DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS  
DO SENADO FEDERAL – SENADOR LUIZ OTÁVIO

Marta Suplicy, ex–Prefeita do Município de São Paulo/SP, vem pela presente, em acatamento ao teor do Ofício nº 34/2005 CAE, datado de 22 de março p.p. – que requer esclarecimentos adicionais quanto à assinatura do “Termo de Aditamento nº 5/SIURB/2003 e Consolidação do Termo de Contrato nº 2/SIURB/2002” – e honrada em se dirigir a este Egrégio Sodalício, oferecer os referidos esclarecimentos, conforme o quanto segue:

### I – Sobre o Reluz

O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, foi criado pela Eletrobrás, no âmbito do PROCEL – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica, com o objetivo de financiar programas de eficientização dos parques de iluminação dos entes municipais, com recursos oriundos da RGR – Reserva Global de Reversão.

O RELUZ prevê investimentos de R\$2 bilhões por parte da Eletrobrás para tornar eficientes 9,5 milhões de pontos de iluminação pública, além de instalar outros 3 milhões adicionais. O seu lançamento se deu em junho de 2000 e, naquele mesmo ano, foi prorrogado até 2010. Desta forma, o programa pretende abranger 77% do potencial de conservação nacional de iluminação pública, atualmente composta por 14,5 milhões de pontos de iluminação, sendo que, destes, 12,3 milhões podem ganhar mais eficiência.

Sendo esta meta atingida, haverá uma economia de R\$340 milhões por ano, além de uma descomunal economia de energia. O objetivo principal do RELUZ é a promoção do desenvolvimento de sistemas eficientes de iluminação pública, bem como a valorização de espaços urbanos, de modo a favorecer a melhora da segurança e das condições de iluminação das cidades brasileiras.

O RELUZ trará diversas melhorias para o setor elétrico, como a redução de 540 MW da carga, no horário de ponta, do sistema elétrico e a economia de 2.400 milhões de KW por ano.

Da mesma forma, o Reluz deve propiciar resultados operativos interessantes para as concessionárias do setor, na medida em que promoverá a redução das perdas e melhoria das condições operativas e uma maior disponibilidade de energia elétrica possibilitando o atendimento de novos consumidores e o desenvolvimento de novos negócios na área de conservação de energia.

Por fim, os municípios serão extremamente beneficiados, uma vez que, além de melhorar a qualidade da administração pública, pode-se esperar uma redução de 30 a 40% do consumo de energia elétrica, além de diversos outros benefícios como a valorização de espaços outrora ociosos, a valorização do potencial turístico destas cidades, a melhora da segurança pública e da qualidade de vida em áreas mais carentes.

Dito isso, diante da realidade do Município de São Paulo, dadas as suas características de município mais populoso do Brasil, seu pólo econômico mais importante e local de existência de bolsões imensos de pobreza, era imprescindível a sua adesão ao Programa, o que foi feito em 2002.

## II – O Município de São Paulo e o Reluz

No bojo destas possibilidades acima, a Prefeitura do Município de São Paulo decidiu aderir ao programa em 2002, através da concessionária de energia elétrica local, a Eletropaulo S.A., que iniciou negociação com a Eletrobrás para a obtenção de uma linha de financiamento para este fim.

No dia 2 de outubro de 2002 foi firmado o Contrato nº 2/SIURB/2002, entre a Eletropaulo S.A., e a Prefeitura do Município de São Paulo, objetivando a efficientização do parque de iluminação pública do Município de São Paulo. A contratação foi feita com dispensa de licitação, dada a situação especial da Eletropaulo, capaz de oferecer condições únicas a que sejam atingidos os objetivos do Contrato.

O referido Contrato, em sua cláusula segunda, item 2.1, subitem I, alínea c, estabelece que compete a Eletropaulo realizar os investimentos para a efficientização, na ordem de 75% do valor do projeto, correspondentes a R\$113.480.474,18, com recursos provenientes do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, por meio do Contrato celebrado entre a Eletropaulo e a Eletrobrás.

As alíneas e e f do mesmo subitem facultam à Eletropaulo a contratação de empresa para a execução do projeto, mediante prévia anuência da prefeitura, e contratar empresa para o gerenciamento do projeto, ficando, então, autorizada subcontratação, desde que com a prévia anuência da Prefeitura.

O subitem II, alínea e, da cláusula 2.1 do Contrato, estabelece que compete à Prefeitura disponibilizar os valores, a partir de janeiro de 2003, relativos às despesas necessárias à efficientização do parque de iluminação pública, na ordem de 25% do valor do projeto, correspondentes a R\$37.826.824,73, com recursos provenientes da economia verificada mensalmente, durante a implementação do Programa Reluz, ou com recursos próprios.

No dia 4 de junho de 2003, foi celebrado Termo de Aditamento ao Contrato, com o objetivo único de disciplinar a cessão, pela Prefeitura, de materiais para a instalação na rede de iluminação pública, os quais deveriam ser posteriormente devolvidos à municipalidade. O referido termo foi assinado durante a negociação entre a Eletropaulo com as Centrais Elétricas Brasileiras S.A., – Eletrobrás, para a contratação do empréstimo.

No dia 5 de fevereiro de 2004, foi firmado o Termo de Aditamento nº 5/SIURB/2003 e Consolidação do Termo de Contrato nº 2/SIURB/2002, entre a Eletropaulo S.A., e a Prefeitura do Município de São Paulo, para a efficientização do parque de iluminação pública, no âmbito do Reluz, sendo apresentadas as seguintes razões:

a) O interesse das partes em celebrar um instrumento de Consolidação de Dívida, Encontro de Contas e Outras Avenças, na qual o Município se reconhece devedor da Eletropaulo, de determinado valor referente ao fornecimento de energia elétrica pela Eletropaulo ao Município, até o final de 2003;

b) A Eletropaulo realizou contratação de empréstimo, por meio do Contrato de Financiamento nº ECF – 2300/2003, junto à Eletrobrás, para a implementação do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ \_ no Município de São Paulo. Desta forma, considerando a ausência de cláusulas-espelho, no Termo de Contrato firmado entre o Município e a Eletropaulo, que refletiam alguns termos do Contrato de Financiamento entre a Eletrobrás e a Eletropaulo, foi firmado o mencionado Termo de Aditamento e

Consolidação entre a Eletropaulo e o Município de São Paulo.

Vistos estes aspectos, cumpre destacar que os termos de aditamento anteriormente mencionados apresentam apenas a inserção de cláusulas de natureza estritamente formais, que objetivam adequar o Termo de Contrato nº 02/SIURB/2002 firmado entre a Eletropaulo e o Município de São Paulo às obrigações

firmadas entre a que Eletropaulo e a Eletrobrás, no bojo do Contrato de Financiamento ECF nº 2300/2003.

Assim é que essas alterações no contrato firmado entre a Eletropaulo e o Município de São Paulo redundam apenas em um aumento da obrigação de investimento pela Eletropaulo para R\$140.280.218,67, e do Município para R\$46.760.072,89.

## **II – Sobre o alegado descumprimento a diversas normas legais, decorrente da assinatura do termo de aditamento nº 05/siurb/2003 e consolidação do termo de contrato nº 02/siurb/2002**

O Ofício 034/2005/CAE, da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, datado de 22 de março, propõe Audiência Pública para que se possam “prestar esclarecimentos adicionais a respeito do descumprimento pela Prefeitura Municipal de São Paulo, do artigo 32 da Lei Complementar nº 101 de 2000 e da Resolução do Senado nº 45, de 2001”.

Antes de adentrarmos no mérito da questão, cumpre destacar o arcabouço jurídico vigente que permeia a relação jurídico ora discutida.

### **1. Das normas jurídicas aplicáveis**

O artigo 32, da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, em seu § 1º, I, estabelece que:

“Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas direto ou indiretamente.

§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:

I – A Existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto cuja Lei Orçamentária, em créditos adicionais, ou em Lei específica.”

A Resolução do Senado nº 43, de 2001, que teve a sua redação alterada pela Resolução do Senado nº 19 de 2003, prevê que:

“Art. 7º As operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios observarão ainda os seguintes limites:

§ 3º São excluídas dos limites de que trata o caput as seguintes modalidades de operação de crédito:

II – contratadas no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, estabelecido com base na Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.”

A Resolução do Senado nº 19 de 2003 prevê ainda que:

“Art. 3º São dispensados da aplicação das providências contidas no art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, as operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Eficiente – RELUZ, estabelecido com base na Lei nº 9.991, de 2000, que tenham sido realizadas até a data da publicação desta Resolução, devendo o Estado, o Distrito Federal ou o Município apenas comunicar ao Ministério da Fazenda a existência da operação, seu valor, prazo e demais condições contratuais.

### **2. Da rigorosa legalidade da assinatura do termo de aditamento nº 05/SIURB/2003 e consolidação do termo de contrato nº 02/SIURB/2002**

A interpretação que enseja a conclusão de ter a assinatura do Termo supracitado contrariado os dispositivos legais acima elencados é absolutamente improcedente, uma vez que não houve, no caso, a realização de nova contratação.

#### **2.1 – Das características do termo de aditamento nº 05/SIURB/2003 e consolidação do termo de contrato nº 02/SIURB/2002**

A existência de um contrato, cumpre dizer, implica um acordo de vontades com o fim de adquirir, resguardar, modificar, ou extinguir direitos. Para que fossem atingidos os objetivos desejados pela Prefeitura do Município de São Paulo e a Eletropaulo S.A., no sentido de se promover a eficientização do Parque de Iluminação Pública do Município de São Paulo, no âmbito do Reluz, foi firmado o Termo de Contrato nº 02/SIURB/2002, com cinco anos de vigência, o qual, diga-se, jamais sofreu qualquer contestação.

Deve ser ressaltado o fato de não ter sido introduzido nos instrumentos antes mencionados (nº 05/SIURB/2003 e nº 02/SIURB/2002) qualquer forma de novação, que seria essencial para caracterizá-los como um novo contrato.

Com efeito, o conceito de novação implica a necessidade de extinção de uma obrigação para a criação de uma outra obrigação. E isso jamais ocorreu com o Termo de Contrato nº 02/SIURB/2002, que segue vigente, não tendo havido qualquer alteração quantitativa ou qualitativa na operação original nele prevista.

Repita-se, por oportuno, que a assinatura do Termo de Aditamento nº 05/SIURB/2003 e Consolidação do Termo de Contrato nº 02/SIURB/2002, conforme já descrito, teve por objetivo apenas adequar os termos do Contrato ora questionado àqueles do Contrato de Financiamento firmado entre a Eletrobrás e a Eletropaulo (ECF-2300(2003), apenas e tão somente introduzindo cláusulas de caráter meramente formal, além de promover a consolidação das dívidas existentes entre a Prefeitura do Município de São Paulo e a Eletropaulo até o final de 2003 e prever um aditivo dos valores a serem investidos, tanto pela Eletropaulo, quanto pela Prefeitura do Município, os quais se encontram em estreita observância às exigências legais.

O Contrato nº 02/SIURB/2002, uma vez que objetiva a efficientização do parque de iluminação pública do Município de São Paulo, faculta, na sua Cláusula Segunda, à Eletropaulo a contratação de empresas para a execução e para o gerenciamento do projeto, sempre com a anuência da Prefeitura, autorizando, inclusive a subcontratação.

Desta forma, o aditivo dos valores a serem investidos, tanto pela Eletropaulo, quanto pela Prefeitura, previsto no Termo de Aditamento nº 05/SIURB/2003 e Consolidação do Termo de Contrato

Nº 002/SIURB/2002, tem por objetivo o restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro do contrato, dado o lapso de tempo transcorrido entre a assinatura do Contrato e a assinatura do Termo aqui abordado.

Tal procedimento observa o disposto no art. 37 da Constituição Federal, em seu inciso XXI, que acaba por estabelecer que as condições de pagamento ao particular deverão ser respeitadas segundo as condições reais e concretas contidas na proposta. No caso concreto, pode-se inferir que este dispositivo deve resguardar os contratos firmados com as empresas particulares, dos efeitos provocados pela inflação no período, sendo tal aditamento, portanto, necessário.

## **2.1 – Da Medida Provisória nº 237 de 27 de janeiro de 2005**

Em que pese ter sido desnecessária – para o caso sob exame a edição da Medida Provisória nº 237/2005, lá que não houve nova contratação de crédito, nem mesmo novação à obrigação já existente, seu advento trouxe a ratificação da excepcionalidade dos contratos de crédito a envolver o Programa Reluz. Fica patente o reconhecimento dos méritos do referido programa no sentido de aumentar a eficiência na prestação desse importante serviço público.

A Medida Provisória nº 237, de 27 de janeiro de 2005 prevê em seu artigo 9º o seguinte:

Art. 9º O art. 8º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, fica acrescido de § 2º, passando o seu parágrafo único a vigorar como § 1º, com a seguinte redação:

Art. 8º .....

§ 1º Excluem-se das vedações a que se refere o inciso II (possibilidade de contratação de novas dívidas):

.....

III – As operações de crédito destinadas à implantação do projeto de melhoria em sistemas de iluminação pública, no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ.

Desta forma, acreditamos que resta comprovada a estrita observância da legislação vigente na assinatura do Termo de Aditamento nº 05/SIURB/2003 e Consolidação do Termo de Contrato nº 02/SIURB/2002, uma vez que o mesmo não tem a natureza de contratação de crédito e, sim, de mero aditamento a um contrato previamente firmado, que jamais foi contestado, estando ademais a assinatura do Termo em conformidade com o disposto na Medida Provisória nº 237 de 27 de janeiro de 2005, acreditamos estarem solucionadas as dúvidas surgidas acerca do assunto.

Diante do exposto, emergem, em síntese, as seguintes conclusões:

i) não houve nova operação de crédito, tratando-se, apenas, de uma adequação da avença havida entre o Município de São Paulo e a Eletropaulo aos termos do contrato entre esta última e a Eletrobrás;

ii) sendo o Reluz um programa criado com o objetivo de financiar programas de efficientização dos parques de iluminação dos municípios, trazendo com isso grande economia ao erário, a adesão da Prefeitura do Município de São Paulo ao mencionado programa não lesa, em qualquer aspecto, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ao contrário, tem como objetivo auxiliar a Administração municipal a se adequar aos seus ditames;

iii) Sempre houve, no decorrer do processo de adesão do Município de São Paulo ao Reluz, diligência e acatamento ao Senado, tendo a Administração, à época, enviado toda a documentação atinente aos atos do processo, inclusive ao termo de aditamento aqui discutido.

Assim, diante dos fatos aqui apresentados e das razões de direito acima esmiuçadas, os quais esclarecem todos os aspectos atinentes à operação questionada por esta D. Comissão, requer a apreciação da

presente como seu depoimento pessoal, colocando-me à disposição, como não poderia deixar, desta insigne Casa de Leis.

Aproveitamos o ensejo para renovar os votos de estima e consideração.

São Paulo, 4 de maio de 2005. – **Marta Suplicy**.

**Ata da Décima Terceira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 17 de maio, de 2005, as 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.**

Às dez horas e quinze minutos do dia dezessete de maio do ano de dois mil e cinco, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores César Borges, Edison Lobão, Jorge Bornhausen, Rodolpho Tourinho, Romeu Tuma, Almeida Lima, Eduardo Azeredo, Lúcia Vênia, Sérgio Guerra, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Ramez Tebet, Mão Santa, Sérgio Cabral, Gilberto Mestrinho, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Aloizio Mercadante, Delcídio Amaral, Fernando Bezerra, João Capiberibe, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Roberto Saturnino, Osmar Dias e Jefferson Peres e, ainda, do Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Jonas Pinheiro, Tasso Jereissati, Garibaldi Alves Filho, José Maranhão, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy e Patrícia Saboya Gomas. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Antes de dar início à apreciação das matérias, o Presidente, Senador Luiz Otávio, faz a leitura da correspondência da ex-Prefeita do Município de São Paulo, Marta Suplicy, oferecendo esclarecimentos, em acatamento ao teor do Ofício nº 34/2005-CAE, quanto à assinatura do “Termo de Aditamento nº 5/SIURB/2003 e Consolidação do Termo de Contrato nº 2/SIRB/2002”. Após a leitura, usam da palavra os Senadores Jefferson Feres, César Borges, Romeu Tuma, Aloizio Mercadante e Mão Santa. Em seguida, a Presidência dá início à apreciação das matérias constantes da Pauta; Item 1 – Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências”, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3 e favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 29-6-04, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Em 5-10-04, foi apresentado Voto em Sepa-

rado, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, concluindo pela rejeição do Projeto. Em 8-3-05, foi apresentada a Emenda nº 2 de autoria do Senador Leonel Pavan. Em 22-3-05, foi apresentada a Emenda nº 3 de autoria do Senador Osmar Dias. Em 3-5-05, foi lido pelo Relator, Senador Jonas Pinheiro, o seu novo Parecer e, sendo solicitado Vista pelos Senadores Delcídio Amaral, José Agripino e Leonel Pavan, o Presidente concede Vista Coletiva nos termos Regimentais. A apreciação da matéria é adiada; Item 2 – Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2003, terminativo, que “altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para assegurar isenção parcial do Imposto sobre a Renda das pessoas físicas a contribuinte cujo descendente, seu dependente, sem direito a benefício previdenciário ou assemelhado, seja portador de doença crônica”, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Sérgio Cabral, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. Após a leitura do Relatório pelo Senador Sérgio Cabral, usam da palavra os Senadores César Borges, Romeu Tuma, Aloizio Mercadante, Ramez Tebet, Jefferson Feres, Delcídio Amara! e Edison Lobão. Em atenção ao Requerimento apresentado pelos Senadores Delcídio Amaral, Ney Suassuna, Ideli Salvatti, Valdir Raupp e Ana Júlia Carepa, a Comissão delibera transformar o Requerimento inicial de Audiência Pública, com a presença do Secretário Ricardo Pinheiro, em um Pedido de Informações à Receita Federal, a ser respondido no prazo de 15 dias, a contar de seu recebimento. Nesse sentido, será solicitado que seja encaminhada à Comissão a posição da Receita Federal a respeito dos Projetos de Lei, que alteram a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a Legislação do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas; PLS nºs 411 e 495, de 2003, de autoria do Senador César Borges, nº 41, de 2004, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, e nº 423, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella. Portanto, a Comissão decide adiar a apreciação da matéria; Item 3 – Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2003, terminativo, que “institui seguro obrigatório por danos pessoais causados por disparo de arma de fogo”, de autoria do Senador Delcídio Amaral, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; item 4 – Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre a destinação a ser dada aos valores relativos às cotas de fundos de investimento em títulos e valores mobiliários representativas de fundos fiscais criados pelo Decreto-Lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, não resgatadas por seus respectivos titulares”, de autoria do Senador Roberto Saturni-

no, tendo como Relator o Senador Aloizio Mercadante, que apresenta Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. Após a leitura do parecer pelo Relator, Senador Aloizio Mercadante, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto com a Emendas nºs 1 e 2-CAE, por dezesseis votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção; Item 5 – Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2002, terminativo, que “concede isenção do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais educativos destinados a pessoas portadoras de deficiência visual”, de autoria do Senador Roberto Saturnino, tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4 que apresenta. Em 2-12-03, foi concedida Vista ao Senador Ney Suassuna, que devolveu sem manifestação. A apreciação da matéria é adiada; Item 6 – Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2003, terminativo, que “altera o inciso I, do artigo 2º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que ‘institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências’”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 7 – Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2002, terminativo, que “dispõe sobre a dedução do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas, das doações ao Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior – FIES”, de autoria do Senador Ricardo Santos, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, terminativo, que “altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003 (Isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas)”, de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece parecer pelo arquivamento do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2004, não terminativo, que “concede incentivos às médias, pequenas e microempresas para a criação de novos empregos, de autoria do Senador Marcos Guerra, tendo como Relator o Senador Fernando Bezerra, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº

129, de 2003, terminativo, que “acrescenta o § 6º ao artigo 2º da Lei nº 9317, de 5 de dezembro de 1996, estendendo a opção pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) às pessoas jurídicas que especifica”, de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece parecer pela rejeição e arquivamento do Projeto. Em 29-6-04, a discussão da matéria foi encerrada, ficando adiada a votação. A apreciação da matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2002, terminativo, que “dispõe sobre a dedução do imposto de renda devido por empregadores pessoas jurídicas de encargos previdenciários, pagos durante o período que especifica, no caso de contratações adicionais de empregados, e dá outras providências”, de autoria do Senador Edison Lobão, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 26-11-02, foi encaminhado o Requerimento nº 24/2002-CAE ao Secretário da Receita Federal solicitando informações para instruir a matéria, sendo o Requerimento atendido em 17-3-03. A apreciação da matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2002, terminativo, que “altera a redação do artigo 2º do Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968, que ‘estende benefícios do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, a áreas da Amazônia Ocidental, e dá outras providências’, de autoria do Senador Moreira Mendes, tendo como Relator o Senador Aelton Freitas, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 13 – Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2002, terminativo, que “dispõe sobre o seguro educacional”, de autoria do Senador Carlos Bezerra, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 14 – Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2004, terminativo, que “institui o cheque promissivo”, de autoria do Senador Duciomar Costa, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; item 15 – Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2003, terminativo, que “modifica a redação do inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, alterada pelo artigo 47 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, e pelo artigo 30 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a isenção do imposto de renda das pessoas físicas acometidas pelas moléstias que especifica”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Sérgio

Guerra, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 16 – Projeto de Lei do Senado nº 495, de 2003, terminativo, que “altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir às pessoas físicas deduzir do imposto de renda devido o valor de doações feitas a entidades sem fins lucrativos”, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 17 – Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003, terminativo, que “altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 10451, de 10 de maio de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências e estabelece a atualização anual das tabelas do imposto de renda das pessoas físicas”, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2003, que “dispõe sobre a atualização dos valores referidos na legislação do imposto sobre renda e sobre a tributação de lucros e dividendos distribuídos”, de autoria do Senador Jefferson Peres, tendo como Relator o Senador João Capiberibe, que apresenta Parecer favorável ao Requerimento nº 803/04 e pelo sobrestamento do PLS nº 361/03 até que seja submetido à apreciação do Senado o Projeto de Lei nº 3.265, em tramitação na Câmara dos Deputados. A apreciação da matéria é adiada; Item 18 – Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2003, não terminativo, que “dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, objetivando tomar mais eficiente a perseguição penal dos crimes de lavagem de dinheiro”, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que se encontra tramitando em conjunto com Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2003, não terminativo, que “acrescenta o inciso VIII ao artigo 1º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, ampliando a tipificação dos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores”, de autoria da Senadora Ide- li Salvatti, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que apresenta Parecer pela rejeição do PLS nº 188, de 2003, em face de ter sido aprovado na CAE o Parecer favorável ao PLS nº 209, de 2003, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 19 – Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2004, Complementar, não terminativo, que “dispõe sobre a certificação e a utilização de créditos oriundos de precatórios judiciais”, de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 20 – Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2004, não ter-

minativo, que “altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações para determinar que pelo menos trinta por cento dos recursos a ele destinados sejam aplicados em educação”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Educação e pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, cabendo à última a decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 21 – Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2005, complementar, não terminativo, que “altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar o contingenciamento das despesas que especifica”, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 22 – Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2004, não terminativo, que “institui o Programa de Incentivo à Conclusão da Educação Básica – Poupança Escola”, e dá outras providências”, de autoria do Senador Cristovam Buarque, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Educação com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 23 – Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2004, complementar, não terminativo, que “altera a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, que autoriza antecipação do pagamento do complemento de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e dá outras providências”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 24 – Ofício “S” nº 18, de 2004, não terminativo, que “comunica, nos termos do art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, irregularidade na contratação de operação de crédito entre a Prefeitura Municipal de Cachoeirinha (RS) e o Estado do Rio Grande do Sul”, de autoria do Ministro da Fazenda, tendo como Relator o Senador Almeida Lima, que apresenta Parecer pelo encaminhamento, pelo Presidente do Senado, do Projeto e do Parecer ao Ministério Público do Rio Grande do Sul e pelo encaminhamento aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo de Cachoeirinha (RS) e, também, ao Ministério da Fazenda e, em seguida, ao Arquivo do Senado Federal. A apreciação da matéria é adiada; Item 25 – Ofício “S” nº 19, de 2004,



não terminativo, que “comunica, nos termos do art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, irregularidade na contratação de operação de crédito entre a Prefeitura Municipal de Herval D’Oeste (SC) e a COHAB-SC”, de autoria do Ministro da Fazenda, tendo como Relator o Senador César Borges, que apresenta Parecer pelo encaminhamento de Expediente, pelo Presidente do Senado, ao Prefeito de Herval D’Oeste e ao Ministério da Fazenda, informando a decisão da CAE e posterior arquivamento da matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 26 – Projeto de Lei do Senado nº 448, de 1999, terminativo, que “altera o parágrafo único do art. 7º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências”, de autoria do Senador Luiz Pontes, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que apresenta Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A apreciação da matéria é adiada; Item 27 – Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2001, terminativo, que “altera a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, para excluir o setor elétrico do processo de privatização”, de autoria do Senador Roberto Freire e outros Senadores, tendo como Relator o Senador Rodolpho Tourinho, que apresenta Parecer pelo arquivamento da matéria. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. A apreciação da matéria é adiada; Item 28 – Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2002, terminativo, que “altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para instituir o registro de expressão ou sinal de propaganda no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)”, de autoria do Senador Carlos Bezerra, tendo como Relator o Senador Romeu Tuma, que apresenta Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 29 -Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2003, terminativo, que “altera os incisos II e III do artigo 17 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, para ressarcir os valores retidos a título de contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, relativa a salários, proventos e outros benefícios previdenciários”, de autoria do Senador Mão Santa, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que apresenta Parecer favorável com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. Em seguida, é aprovada pela Comissão, por solicitação do Relator, Senador Aelton Freitas, a aprecia-

ção, em extra-pauta, do Aviso SF nº 34, de 2004, não terminativo, que “encaminha ao Senado Federal, para conhecimento e adoção de medidas cabíveis, cópia de expediente que versa sobre irregularidades no recolhimento do ICMS pela Petrobras, no Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com o previsto na Resolução nº 69, de 1998, do Senado Federal (TC-011.582/2003-6)”, de autoria do Presidente do Tribunal de Contas da União, tendo como Relator o Senador Aelton Freitas, que oferece Parecer pelo conhecimento da Comissão e encaminhamento da matéria ao arquivo. Após a leitura do parecer do Relator, Senador Aelton Freitas, usam da palavra para discutir a matéria os Senadores César Borges, Delcídio Amaral e Mão Santa. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator, concluindo pelo conhecimento da matéria a Comissão e o posterior envio ao arquivo. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, em 17 de maio de 2005, às 10h15min, na Sala de Reuniões nº 19, na Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, vou ler uma correspondência que a ex-Prefeita da cidade de São Paulo, Martha Suplicy, remeteu à Comissão de Assuntos Econômicos.

“Exmº Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Senador Luiz Otávio.

Martha Suplicy, ex-Prefeita do Município de São Paulo vem, pela presente, em acatamento ao teor do Ofício nº 34, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, datado de 22 de março próximo passado, que requer esclarecimentos adicionais quanto à assinatura do Termo de Aditamento nº 5, de 2003, e da consolidação do termo do contrato nº 2/2002, honrada em se dirigir a esse egrégio sodalício e oferecer os referidos esclarecimentos, conforme o quanto segue:

Sobre o Reluz.

O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ foi criado pela Eletrobrás, no âmbito do Programa Nacional de Conservação e Energia Elétrica, com o objetivo

de financiar programas de eficiência dos parques de iluminação dos entes municipais, com recursos oriundos da reserva global de reversão.

O Reluz prevê investimentos de R\$2 bilhões por parte da Eletrobrás para tornar eficientes 9,5 milhões de pontos de iluminação pública, além de instalar outros três milhões adicionais.

O seu lançamento se deu em junho de 2000 e naquele mesmo ano foi prorrogado até 2010. Dessa forma, o programa pretendia ou pretende abranger 77% do potencial de conservação nacional de iluminação pública, atualmente composta por 14,5 milhões de pontos de iluminação, sendo que desses 12.300 milhões podem ganhar maior eficiência.

Sendo essa meta atingida, haverá uma economia de 340 milhões por ano, além de uma descomunal economia de energia.

O objetivo principal do Reluz é a promoção do desenvolvimento de sistemas eficientes de iluminação pública, bem como de valorização de espaços urbanos, de modo a favorecer a melhor segurança e dar condições de iluminação às cidades brasileiras.

O Reluz trará diversas melhorias para o setor elétrico, com a redução de 540 megawatts de carga no horário de ponta do sistema elétrico e economia de 2.400 milhões quilowatts por ano. Da mesma forma, o Reluz deve propiciar resultados operativos interessantes para as concessionárias do setor na medida em que promoverá a redução de perdas e melhoria de condições operativas e uma maior disponibilidade de energia elétrica, possibilitando o atendimento a novos consumidores e o desenvolvimento de novos negócios na área de conservação de energia.

Por fim, os municípios serão extremamente beneficiados, uma vez que, além de melhorar a qualidade da administração pública, pode-se esperar uma redução de 30% a 40% do consumo de energia elétrica, além de diversos outros benefícios, como a valorização de espaços outrora ociosos, a valorização do potencial turístico dessas cidades, a melhoria da segurança pública e a qualidade de vida em áreas carentes.

Dito isso, diante da realidade do Município de São Paulo, dadas às suas características de município mais populoso do Brasil, seu pólo econômico mais importante em local de

existência de bolsões imensos de pobreza, era imprescindível a sua adesão ao Programa, o que foi feito em 2002.

Item nº 2 da correspondência da ex-Prefeita Martha Suplicy.

O Município de São Paulo e o Reluz.

No bojo dessas possibilidades acima, a Prefeitura do Município de São Paulo decidiu aderir ao Programa em 2002, através da concessionária de energia elétrica local, a Eletropaulo, que iniciou negociação com a Eletrobrás para a obtenção de uma linha de financiamento para esse fim.

No dia 2 de outubro de 2002, foi firmado o Contrato 02 entre a Eletropaulo S.A., e a Prefeitura do Município de São Paulo, objetivando a eficiência do parque de iluminação pública do Município. A contratação foi feita com dispensa de licitação dada à situação especial da Eletropaulo, capaz de oferecer condições únicas a que sejam atingidos os objetivos do contrato.

O referido contrato, em sua cláusula 2ª, item 2.1, subitem 1º, alínea **c**, estabelece que compete à Eletropaulo realizar os investimentos para eficiência na ordem de 75% do valor do projeto, correspondente a R\$113.480.474,18 milhões, com recursos provenientes do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, por meio do contrato celebrado entre a Eletropaulo e a Eletrobrás.

As alíneas **a**, **e** e **f**, do mesmo subitem facultam à Eletropaulo a contratação de empresa para execução do projeto, mediante prévia anuência da prefeitura e contratar empresa para o gerenciamento do projeto, ficando então autorizada a subcontratação, desde que com a prévia anuência da Prefeitura de São Paulo.

O Subitem 2, alínea **e** da cláusula 2.1 do contrato estabelece que compete à prefeitura disponibilizar os valores, a partir de janeiro de 2003, relativos às despesas necessárias à eficiência do parque de iluminação pública, na ordem de 25% do valor do projeto, correspondentes a R\$37.826.824,73 milhões, com recursos provenientes da economia verificada mensalmente durante a implementação do Programa Reluz ou com recursos próprios.

No dia 4 de junho de 2003, foi celebrado o termo de aditamento ao contrato com o objetivo único de disciplinar a cessão pela prefeitura de materiais para a instalação na rede de iluminação pública, os quais deveriam ser posteriormente devolvidos à municipalidade.

O referido termo foi assinado durante a negociação entre a Eletropaulo com as Centrais Elétricas Brasileiras, a Eletrobrás, para a contratação do empréstimo.

No dia 05 de fevereiro de 2004, firmado o Termo de Aditamento nº 5 e consolidação do Termo de Contrato nº 2 entre Eletropaulo SA e a Prefeitura do Município de São Paulo para a eficientização do parque de iluminação pública no âmbito do Reluz, sendo apresentadas as seguintes razões:

a) o interesse das partes em celebrar um instrumento de consolidação de dívida, encontro de contas e outras avenças, nas quais o Município se reconhece devedor da Eletropaulo de determinado valor referente ao fornecimento de energia elétrica pela Eletropaulo ao Município até o final de 2003;

b) a Eletropaulo realizou contratação de empréstimo por meio do contrato de financiamento nº 2.300/2003 junto à Eletrobrás para a implementação do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, no Município de São Paulo.

Desta forma, considerando a ausência das cláusulas espelho no termo de contrato firmado entre o Município e a Eletropaulo, que reflipam alguns termos de contrato...

Eu pediria à Secretaria, que, por favor, se manifestasse dentro de uma forma que eu possa ler e depois as pessoas que, pelo menos os Senadores, pudessem interpretar o documento que foi encaminhado pela ex-Prefeita Martha Suplicy, do Município de São Paulo.

Assim, faremos essa discussão paralela logo após a reunião, já que, inclusive, hoje temos um pedido de encurtamento da reunião feito pelo Presidente do Senado Federal, do Congresso Nacional, e do Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo em vista a argüição e votação de membros indicados para o Conselho de Justiça, o que se iniciará a partir das 12 horas, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT-AM) – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para esclarecer que a informação que V. Ex<sup>a</sup> está dizendo é que o assunto é urgente. Temos que examinar hoje os indicados para os tribunais para o Conselho Nacional de Justiça; amanhã, para o Conselho do Ministério Público; e votarmos isso na terça-feira próxima em plenário, Sr. Presidente, porque o prazo está...

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – O prazo já se esgotou ontem.

Ainda com relação à reunião de hoje, o Ministro Antonio Palocci me ligou ontem à noite pedindo que o Item 1 do projeto do Senador César Borges, que o Governo me confirmou, que o Ministro da Economia Antonio Palocci tem interesse, inclusive, em aprovar o projeto, e S. Ex<sup>a</sup> pedia que, com a ausência do Senador Jonas Pinheiro, que se encontra na Antártida, que é o relator do projeto, e devido ao tempo exíguo da nossa reunião hoje, que ficasse adiada a apreciação do projeto.

Esta Presidência, por delegação, até sem consultar o Senador César Borges, disse ao Ministro o seguinte: “Ministro é melhor não marcarmos isso para a próxima semana, porque na próxima semana temos indicação já feita pelo Governo de um membro do CADE e também virá a indicação do novo diretor do Banco Central para ser também argüido e votado na próxima semana, terça-feira.”

Eu, até sem consultar V. Ex<sup>a</sup>, Senador César Borges, pedi ao Ministro que, até que se fosse em 15 dias, mas que, realmente, definisse a proposta do Governo, que demonstrou interesse dizendo que o Ministro Palocci disse, inclusive, que quer aprovar e precisa fazer alguns ajustes, mas que, realmente, quer aprovar o projeto.

Pela primeira vez, senti o interesse. Eu não tinha sido procurado até ontem à noite pelo Governo, e ser procurado diretamente pelo Ministro da Fazenda eu considero que, realmente, há uma vontade e uma necessidade até de conversar com V. Ex<sup>a</sup>, já que hoje, realmente, o Senador Jonas Pinheiro não se encontra presente e, de qualquer maneira, seria adiada a votação, mas, pelo menos que, nas próximas semanas, possamos realmente resolver esse impasse.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL-BA) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador César Borges.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL-BA) – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> ainda não concluiu a leitura da carta da ex-Prefeita...

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Não, e é muito importante a conclusão.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL-BA) – Penso que ainda vai concluí-la. Eu estava aqui, de forma atenta, ouvindo os termos da carta e pediria a V. Ex<sup>a</sup> que pudesse, desde já, mandar copiar e distribuir aos Senadores para um melhor conhecimento...

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – O Secretário, Dr. Gonzaga, já estava providenciando isso, antes de eu ler a carta. Aqui a coisa é mais rápida do que nós. É online.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL-BA) – Eu estava bastante atento, mas mesmo assim muitas dúvidas ainda temos com relação a esse problema, porque...

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Já tem a cópia e já vai distribuí-la para V. Ex<sup>as</sup> acompanharem a leitura da carta.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL-BA) – Sabe, V. Ex<sup>a</sup>, que é uma questão que suscita muita polêmica, por conta que foi aditada, e uma medida provisória está inclusa, está dentro de uma medida provisória, algo que sana o problema do endividamento que seria vetado por lei, por resolução do Senado Federal porque fere a lei de responsabilidade fiscal esse empréstimo com a Reluz.

Quanto a relatar, como foi feito por V. Ex<sup>a</sup>, na leitura da carta da prefeita, das virtudes e das necessidades do Reluz, penso que todos nós, que conhecemos o Reluz, sabemos que ele é importante. Não é essa a questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Aqui no próximo item ela fala sobre o alegado descumprimento. Aí ela vai entrar realmente no âmago da...

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL-BA) – Isso. Essa é a questão do mérito.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Aqui a primeira parte é mais de...

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL-BA) – Com relação ao meu projeto. Na verdade, penso que V. Ex<sup>a</sup>, no afã de trazer essa proposta do Ministro Antonio Palocci, falou que o Ministro Palocci quer aprová-lo, penso que ele quer é ver o projeto aprovado, porque, na verdade, quem aprova é o Senado, não é bem o Executivo; o desejo é do ministro em ver aprovado o projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Até porque essa é uma matéria que já vem sendo discutida com o Governo. Falei dessa forma, sinceramente, até porque V. Ex<sup>a</sup> uma vez me disse: “Olha, Senador Luiz Otávio, não adianta a gente... o ideal é aprovar.”

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL-BA) – Apenas só para situar porque entendi que a sua intenção é essa.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Até V. Ex<sup>a</sup> me disse: “Não adianta colocar para votar e depois lá vetarem, como fizeram, até recentemente, com uma matéria que inclusive o próprio Líder, na época, alertou o Senador Aloizio Mercadante que a matéria iria ser vetada.”

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL-BA) – Há uma ansiedade muito grande do setor agrícola, do setor pecuário do Brasil, principalmente do Nordeste – tenho sido visitado por vários presidentes de federação de agricultura –, para que seja realmente decidida a aprovação desses projetos, ou até outros que estão

em tramitação na Câmara dos Deputados, que tentam a renegociação ampla e geral do setor e que têm dificuldades efetivas. É claro que tenho mantido todo o interesse em ver aprovado o meu projeto. Penso que o inimigo do bom é o ótimo. Se puder ser aprovado esse projeto, é um passo importante. Aqui está o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, que tem sabido da nossa disponibilidade de sempre negociar e procurar uma saída.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Penso que fiz bem, Senador César Borges, em dizer que, nos próximos 15 dias...

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL-BA) – V. Ex<sup>a</sup> sempre faz muito bem, V. Ex<sup>a</sup> é o presidente que sempre acerta com precisão, mesmo sem a presença do relator. Só espero que essa novela, porque está se transformando numa novela, esse Projeto nº 1.517, de minha autoria, tenha um desenlace que seja favorável aos agricultores que estão sofrendo efetivamente. E pelo tempo que temos tido, pela nossa disponibilidade de negociar, e agora, diz V. Ex<sup>a</sup>, com o apoio do Ministro... Só para colocar com precisão, não é o Ministro da Economia, apesar de que acho que ele, no fundo, é o Ministro da Economia, mas ainda há o título, é Ministro da Fazenda, porque cuida da parte da Fazenda, da parte da economia há outros ministros, o Luiz Furlan, o do Planejamento etc, mas S. Ex<sup>a</sup> é um ministro fortíssimo, sem sombra de dúvida, dentro do Governo. V. Ex<sup>a</sup> reconhece isso e quem sou eu para discordar de V. Ex<sup>a</sup>.

Então, apoio a sua assertiva e, agora, com o apoio do Ministro Antonio Palocci, tenho certeza que podemos ver um desiderato aí rápido desse projeto, porque já está demorando muito e há uma ansiedade muito grande.

Portanto, Sr. Presidente, quero concordar com V. Ex<sup>a</sup>.

Agora, quanto a esse ponto que V. Ex<sup>a</sup> citou, e muito bem, gostaria que fosse definido um prazo, quer dizer, se não pode ser na próxima semana, porque já se tem uma (inaudível) superveniente, que seja nas próximas duas reuniões, dentro de 15 dias, no máximo. Lembra-se de quantas vezes já marcamos a votação desse projeto?

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Mas ele ainda não tinha realmente, eu pelo menos não a tinha ouvido, a posição direta do Ministro Antonio Palocci a respeito do assunto. Então, S. Ex<sup>a</sup> fez questão de ligar e dizer que tinha realmente interesse na aprovação.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL-BA) – Essa confiança que V. Ex<sup>a</sup> está depositando na posição e na palavra do Ministro, realmente, agora me conduz a

uma expectativa de que vamos ter isso aprovado dentro de 15 dias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Continuo a ler a correspondência da ex-Prefeita Martha...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL-SP) – Só um apertinho rápido aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Pois não, Senador Romeu Tuma, do nosso grande Estado de São Paulo, do PFL.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL-SP) – V. Ex<sup>a</sup> está edossando a palavra do Ministro Antonio Palocci?

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Perfeito.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL-SP) – O noticiário que trouxe ao nosso autor da proposta é que um membro do Governo não queria fazer a negociação da dívida dos agricultores.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Eu a li.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL-SP) – Então, como o Senador Jonas Pinheiro está na Antártida, que ele não congele o projeto. Essa é a nossa esperança, que ele o mantenha no forno quentinho para que se possa realmente aprová-lo rapidamente, porque essa é uma situação de dificuldade enorme para os agricultores, principalmente pela mudança internacional de comportamento na compra de produtos agrícolas do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Com certeza. Volto a ler a correspondência da ex-Prefeita Martha Suplicy.

Visto esses aspectos, cumpre destacar que os termos de aditamento anteriormente mencionados apresentam apenas uma cessão de cláusulas de natureza estritamente formais, que objetivam adequar o termo do Contrato n<sup>o</sup> 2, firmado entre a Eletropaulo e o Município de São Paulo, as obrigações firmadas entre a Eletropaulo e a Eletrobrás.

Assim é que essas alterações no Contrato firmado entre a Eletropaulo e o Município de São Paulo redundam apenas um aumento da obrigação de investimentos, pela Eletropaulo, para R\$140.280.218,67 e do Município apenas R\$46.760.072,89. Agora, sim, a ex-Prefeita Marta Suplicy – eu pediria, primeiro, ao meu Líder do meu Partido, Senador Ney Suassuna, para que pelo menos ouvisse esta parte; a outra parte não.

No item 3<sup>o</sup>, sobre o alegado descumprimento a diversas normas legais decorrentes da assinatura do Termo de Aditamento e Consolidação do Termo de Contrato, o Ofício n<sup>o</sup> 34, da CAE, Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, datado de 22 de março – parece que o Líder resolveu sair antes de

terminar a alegação da ex-Prefeita –, para que se possam prestar esclarecimentos adicionais a respeito do descumprimento, pela Prefeitura Municipal do Estado de São Paulo, do art. 32 da Lei Complementar n<sup>o</sup> 101, de 2000 e da Resolução do Senado n<sup>o</sup> 43, antes de adentrarmos no mérito da questão, cumpre destacar o arcabouço jurídico vigente que permeia a relação jurídica ora discutida.

Das Normas Jurídicas Aplicáveis: o art. 32 da Lei Complementar n<sup>o</sup> 101 – e, aí, ele cita 4 de maio de 2000– diz:

“Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativas à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles contratada direta ou indiretamente”.

Aí, cita o art. 32.

A resolução do Senado n<sup>o</sup> 43, que teve a sua redação alterada pela Resolução n<sup>o</sup> 19, de 2003, prevê que:

Art. 7<sup>o</sup> As operações de crédito internas – aí, ela faz a relação da Resolução n<sup>o</sup> 43 e da Resolução n<sup>o</sup> 19, que alterou a Resolução n<sup>o</sup> 43.

Ela então cita a rigorosa legalidade da assinatura do termo de aditamento e a consolidação do termo de contrato.

A interpretação que enseja a conclusão de superpraticado, contrariados os dispositivos legais acima impropriedades na versão da ex-Prefeita Marta Suplicy, caso, a realização de nova contratação.

Assim, ela justifica também que não houve nova contratação. Foi apenas um aditivo e que jamais sofreu qualquer contestação – ela frisa isso bem em negrito aqui, que nunca foi contestada em relação a este assunto.

Deve ser ressaltado o fato de não ter induzido nos instrumentos, antes mencionados, qualquer forma de inovação que seria essencial para caracterizá-los como um novo contrato.

Ela fala da quantidade e da qualidade dos serviços, e para não tornar a leitura monótona, eu estou apenas acelerando aqui.

Ela cita os termos aditivos que foram feitos.

Da Medida Provisória n<sup>o</sup> 237.

Em que pese ela ter sido desnecessária para o caso – ela, aqui, diz que é desnecessária a medida provisória.

A edição da Medida Provisória n<sup>o</sup> 237, já que não houve contratação de crédito, nem mesmo novação à

obrigação já existente, seu advento trouxe a ratificação da excepcionalidade dos contratos de crédito que envolveram o Programa Reluz.

Realmente, se não houve necessidade, não sei por que fizeram a medida provisória.

Dessa forma, ela acredita que resta comprovada a estrita observância da legislação vigente na assinatura do termo de aditamento.

Diante do exposto, emergem, em síntese, as seguintes conclusões:

– não houve nova operação de crédito, tratando-se apenas de uma adequação da avença entre o Município de São Paulo e a Eletropaulo, nos termos do contrato entre esta última e a Eletrobrás;

– sendo o Reluz um programa criado com o objetivo de financiar programas de eficiência do espaço de iluminação dos municípios, trazendo com isso grande economia ao erário a adesão da Prefeitura do Município de São Paulo, o mencionado Programa não lesa, em qualquer aspecto, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ao contrário, tem como objetivo auxiliar a administração municipal e de se adequar aos seus ditames;

– sempre houve, no decorrer do processo de adesão do Município de São Paulo ao Reluz, diligência e acatamento ao Senado, tendo a administração, à época, enviado toda a documentação atinente aos atos do processo, inclusive ao termo de aditamento aqui discutido.

Assim, diante dos fatos aqui apresentados e das razões de direito acima esmiuçados, os quais esclarecem todos os aspectos atinentes à operação questionada por esta douta Comissão, requer a apreciação da presente como seu depoimento pessoal, colocando-me à disposição, como não poderia deixar, desta insigne Casa de leis.

Aproveito o ensejo para renovar os votos de estima e consideração.

Marta Suplicy, 4 de maio de 2005.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL-SP) – V. Exa. permite-me dar uma palavrinha a respeito?

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Pois não. Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, Vice-Presidente da Comissão de Economia e Senador pelo Estado de São Paulo.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL-SP) – Com todo respeito à ex-Prefeita Marta Suplicy, que é simpática e gentil com todos nós, entendo que a representação apresentada ao Senado Federal, como seria uma de-

núncia criminis por inserir em dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal, contrária ao sem bom respeito a essa legislação, foi do Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que comunicou a infringência à Lei de Responsabilidade.

Então, se isso não exime a Ministra de ter analisado a denúncia do Ministro, que é uma denúncia, que S. Ex<sup>a</sup> assinou e encaminhou a esta Casa.

Solicito a V. Ex<sup>a</sup>, que junte isso aos autos, ao procedimento, para que o Relator possa analisá-lo para que, posteriormente, possamos tomar uma decisão a respeito, até porque vamos ter uma medida provisória a ser votada.

Pelo que diz, a ex-Prefeita pede ao Presidente Lula que retire a medida provisória. Pelo menos foi o que entendi aqui. Como o Senador César Borges estava presente desde o início, não sei se S. Ex<sup>a</sup> entendeu assim também, que ela disse que não precisava da medida provisória. Se ela não precisava, acredito...

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Senador Romeu Tuma, permite-me um aparte?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Pois não.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Mas se o Governo retirasse a medida provisória a pedido da ex-Prefeita estaria confessando que se trata de uma medida casuística para beneficiar a Prefeitura de São Paulo.

O Governo, certamente, não fará isso.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Mas é o que ela diz aqui na carta. Eu já terminei.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, do Partido dos Trabalhadores do Estado de São Paulo.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Eu queria, em primeiro lugar, lembrar que o Reluz é um programa de amplo alcance social. Ele basicamente permite trocar a luz de mercúrio por sódio, com uma redução de custos da ordem de 35% do consumo e, dessa forma, pode-se expandir a iluminação pública, especialmente nos grandes centros, sem custo de manutenção e de gastos correntes futuros. E a expansão da rede é financiada pela taxa de iluminação.

Então, é um programa que ajuda, sobretudo, a segurança pública, protege as famílias da periferia, não onera o município porque se está trocando a lâmpada e economizando o gasto com energia, e a ampliação da rede é financiada com a taxa de iluminação.

O problema é que é auto-sustentável do ponto de vista fiscal e, nesse sentido, ele não se enquadra nas exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em segundo lugar, eu queria lembrar que não é apenas a prefeita Marta Suplicy que deve explicações

sobre esse programa: são 130 municípios. Na Prefeitura de Salvador, o ex-Prefeito Embassy está envolvido no mesmo tipo de experiência; o Prefeito César Maia, do Rio de Janeiro, está envolvido também no mesmo tipo de situação, exatamente assemelhada. Da mesma forma, o Município de Guarujá, Araçatuba e várias outras prefeituras do País, e, portanto, a medida provisória busca exatamente assegurar que este programa tenha continuidade. Trata-se de um programa de alcance social e auto-sustentável do ponto de vista fiscal e do ponto de vista da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Proponho que debatamos essa matéria quando estiver na Casa a medida provisória que se encontra na Câmara dos Deputados. Aguardaríamos a votação da Câmara e, quando chegar à Casa, poderemos debetê-la e aprofundar a matéria.

**O SR. ROMEUTUMA** (PFL – SP) – Senador Aloizio Mercadante, permita-me falar. Sempre fui favorável, no aspecto da segurança pública, à importância da iluminação pública. V. Ex<sup>a</sup> foi Governador e sabe que se trata de um fator bastante positivo na manutenção da segurança. Então, ninguém de nós é contra o projeto. O que se discute é se houve ou não infringência a uma lei votada nesta Casa.

O Ministério tem obrigação de comunicar a todos os outros Municípios que o fizeram a fim de que haja discussão sobre a matéria de modo geral. Se a medida provisória vem ou não realizar correção, será assunto a ser discutido pelo Relator no Plenário. Estamos debatendo outro aspecto – não a importância do projeto, cuja continuação é imprescindível –, ou seja, se houve ou não infringência ao dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, do PMDB do Piauí.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Eu pretendia falar sobre outro assunto.

Sou Relator de um projeto que entendo muito oportuno, pois é a respeito de desemprego. Ele nasceu da luz do nosso Senador Jefferson Péres, possibilitando uma esperança de emprego àqueles que têm mais de 40 anos, uma vez que a população brasileira passa por esse desespero.

Houve uma audiência pública, mas, coincidentemente, o nosso Senador Paulo Paim é autor de outro projeto que está em tramitação. Ele já pediu que o projeto que ora relato sejam pinçados, mas eu gostaria de continuar na relatoria desse projeto, que nasceu do Divino Espírito Santo, que pousou nas cabeças iluminadas dos Senadores Jefferson Péres e Paulo Paim.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senador Mão Santa, o projeto seguiu para a Mesa Diretora do Senado Federal, retornará à Comissão e V. Ex<sup>a</sup> será novamente designado Relator por determinação da Mesa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Em nome dos desempregados, apresento meus agradecimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Assim sendo, daremos continuidade à sessão. Mas, primeiramente, preciso dar um esclarecimento, pois naquela hora eu não dispunha do nome da indicada para o Cade, a Dr<sup>a</sup> Denise Maria Ayres de Abreu. O projeto encontra-se com a Senadora Patrícia Saboya Gomes para relatar. Ainda não tenho o nome do novo indicado para a Diretoria do Banco Central. Logo mais, poderei anunciá-lo.

Havendo número legal, declaro encerrada a primeira parte da reunião, que dizia respeito à leitura do ofício da ex-Prefeita Marta Suplicy. Peço aos Srs. Senadores que dispensem a leitura da Ata anterior e a aprovem.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a Ata.

A pauta da reunião e a cópia da carta da ex-Prefeita foram entregues a todos, Senador Romeu Tuma.

O Item 1 da pauta, que se refere ao Projeto de Lei do Senado n<sup>o</sup> 517/2003, terminativo, de autoria do eminente Senador César Borges, sendo Relator o Senador Jonas Pinheiro, ficou adiado, conforme discutimos no início da sessão.

Atendemos também ao pleito do Senador Mão Santa.

O Item 2, igualmente de autoria do Senador César Borges, refere-se ao Projeto de Lei do Senado n<sup>o</sup> 411/2003, terminativo. Fica adiado o Item 2, uma vez que o Relator não está presente

**O SR. AELTON FREITAS** (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Aelton Freitas. Em seguida, fará uso da palavra o Senador César Borges.

**O SR. AELTON FREITAS** (Bloco/PL – MG) – Peço a inclusão extra pauta de um relatório meu, se for possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Qual é o número do Projeto?

**O SR. AELTON FREITAS** (Bloco/PL – MG) – Trata-se do Aviso n<sup>o</sup> 2.140, de 28 de outubro de 2004.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que aprovam a proposta

do Senador Aelton Freitas queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Votaremos, então, em seguida, o Aviso.

Concedo a palavra ao Senador César Borges.

**O SR. CESAR BORGES** (PFL – BA) – Na verdade, V. Ex<sup>a</sup> já havia decidido e gostaria que pudesse rever a sua decisão com relação ao Item 2, porque esse projeto já está há algum tempo em pauta, podendo ser designado Relator **ad hoc**. O Senador Rodolpho Tourinho poderia fazer esse trabalho com muita eficiência, como é contumaz, sempre faz com muita eficiência e, mais uma vez, procede assim.

Poderia ser um projeto com largo alcance social, conta com a aprovação do Relator, Senador Sérgio Cabral. Então, se fosse o caso só de leitura, poderíamos discuti-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB–PA) – V. Ex<sup>a</sup> propõe que seja discutido o projeto?

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB–PA) – E a votação deixaremos para outra oportunidade?

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Veja bem, Sr. Presidente, senão vamos sempre adiar a votação de projetos.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – O problema é a ausência do Relator. Sinceramente, o Senador Eduardo Azeredo sempre me procura para pedir-me relatoria. Quer discutir os assuntos sempre.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – É o item nº 2, cujo Relator é o Senador Sérgio Cabral.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Pois é, item nº 2. Eu já estava no 3. Então, pronto! Mas o Senador Sérgio Cabral também não se encontra presente.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – O Secretário está-me dizendo que a regra é a seguinte: procura-se sempre o Relator presente.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Sr. Presidente, o Relator dos itens nºs 14 e 20 está presente.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Vamos esperar até quarta-feira?

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, se for assim, não vamos votar projeto nenhum. Sempre vamos ter alguma dificuldade.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Sr. Presidente, estou presente e sou o Relator dos itens nºs 14 e 20, respectivamente dos Senadores Duciomar Costa e Paulo Paim, o qual está à minha esquerda.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Pois é, mas há vários Senadores presentes, os Senadores Mão Santa e Aloizio Mercadante. O próprio Relator César Borges é Relator do item nº 5. Há um item também aqui do Senador Romeu Tuma.

Vamos, então, seguir a pauta! Passemos ao item nº 4.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Então, isto passa a ser norma na Comissão: não estando o Relator, não poderá ser designado Relator **ad hoc**.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Como sempre brasileiro não tem jeito.

**O SR. CESAR BORGES** (PFL – BA) – Só queria saber qual é a norma de procedimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Peça que alguém ligue para o Senador... S. Ex<sup>a</sup> já está a caminho. E para que eu não tenha problema com o Relator. Se o Relator o permitir, não haverá problema. A questão é o Relator chegar e alegar que é o Relator. Ele está dizendo que o Relator avisou que está chegando.

**O SR. CESAR BORGES** (PFL – BA) – Então, se o eminente Senador Sérgio Cabral chegar, votaremos a pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Lógico. Pode ser assim, Senador César Borges?

**O SR. CESAR BORGES** (PFL – BA) – Obrigado, Sr. Presidente. V. Ex<sup>a</sup> sempre sabe de suas decisões.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Como o Relator do item nº 3 também não está presente, passamos ao item nº 4.

PLS nº 199, de 2003, terminativo, que dispõe sobre a destinação a ser dada aos valores relativos às cotas de fundos de investimentos em títulos e valores mobiliários representativas de fundos fiscais, criados pelo Decreto–Lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, não resgatados por seus respectivos titulares.

Autor: Senador Roberto Saturnino, que se encontra presente.

Relator: Senador Aloizio Mercadante, que também se encontra presente.

Antes, porém, saúdo o retorno, desde ontem, às nossas atividades parlamentares do Senador Ramez Tebet, ex–Presidente desta Casa, do Congresso Nacional e desta Comissão e meu amigo particular do qual muito me orgulho às nossas atividades parlamentares. Estamos satisfeitos com sua presença!

**O SR. (Orador não identificado)** – (Fora do micro fone.) Todos nós! Graças a Deus!

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Não apenas eu sou seu amigo.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, Relator do projeto.



**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP)

– Estendo também os votos de recepção calorosa na acolhida do nosso ex-Presidente desta Comissão e desta Casa, Senador Ramez Tebet.

Submete esta Casa o PLS nº 199, de 2003, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que dispõe sobre destinação a ser dada aos valores relativos às cotas dos fundos de investimentos em títulos e valores mobiliários representativas dos fundos fiscais, criados pelo Decreto-Lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, não resgatados por seus respectivos titulares.

O art. 1º delimita o alcance da proposta.

O art. 2º estabelece que as instituições administradoras de valores não reclamados publiquem editais de convocação dos titulares por três vezes em jornais de grande circulação, para que esses possam sacar as importâncias atinentes ou expressamente concordar com a manutenção da aplicação.

O art. 3º prevê que os valores não reclamados sejam transferidos em um fundo único, denominado Fundo Residual nº 157, a ser administrado pelo BNDES, mediante o pagamento da taxa de administração equivalente à média das taxas cobradas pelas administradoras dos dez maiores fundos-espécie. Esse Fundo Residual deverá ser liquidado em dois anos.

O art. 4º dispõe que o detentor de direitos sobre os referidos valores poderá solicitar o resgate de suas cotas até a data de encerramento do fundo e que o não exercício desse direito equivale ao abandono das cotas.

O art. 5º prevê que o patrimônio do fundo apurado em liquidação será transferido ao tesouro nacional.

O art. 6º cria exceção ao objeto do PLS em análise dispondo sobre os recursos oriundos de aplicações voluntárias, não estando sujeitos à regra de transferência para o Fundo residual nº 157.

O art. 7º revoga a Lei nº 7.482, de 1986.

O art. 8º é cláusula de vigência.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

As finalidades principais do PLS nº 199, de 2003, são evitar a exaustão dos recursos depositados nos fundos fiscais, criados pelo Decreto-Lei nº 157, de 1967, o que ocorreria com a incidência de custos de manutenção bancária garantindo os direitos de propriedade dos legítimos detentores de cotas e repassar os recursos abandonados ao Tesouro Nacional.

O originalmente chamado Fundo nº 157 foi instrumento de incentivo ao desenvolvimento do mercado de ações no Brasil. Os interessados poderiam aplicar parte do Imposto de Renda devido na compra de cotas disponíveis desse Fundo representativas de ações.

O projeto em exame prevê uma chamada pública dos detentores de cotas, a exemplo do que já ocorreu

no ano de 1996, por iniciativa da CVM, que detectou a existência de 2,9 milhões de investidores detentores desse tipo de ativo.

Como afirmado no relatório, há previsão de uma chamada de cotistas em jornais de grande circulação por três vezes consecutivas. Uma vez não sendo reclamados, os tais recursos seriam transferidos para o Fundo Residual nº 157, a ser administrado pelo BNDES, que, para tanto, receberia uma taxa de administração. Findo esse período, o Fundo seria liquidado com imediata transferência dos valores remanescentes a favor do Tesouro Nacional, sem prejuízo de eventuais requisições de cotistas, que poderiam ser feitas até a data da liquidação.

Estão excluídas do recolhimento do Fundo Residual nº 157 as cotas que representam recursos provenientes das aplicações voluntárias ocorridas após a transformação do Fundo em Fundo de Investimento de Títulos de Valores Mobiliários.

A matéria não tem vício de constitucionalidade, de juridicidade e iniciativa. A União tem competência para legislar sobre a matéria de direito civil e direito financeiro, que pode ser tratada por lei ordinária.

Para aumentar a eficiência da proposição, seria importante evitar os altos custos das três publicações sucessivas para cada instituição administradora. O melhor seria que tal tarefa fosse centralizada na Associação Nacional de Bancos de Investimentos, de modo a reduzir os custos da publicação e favorecer os próprios cotistas, que poderiam consultar uma única lista, tornando mais fácil a detecção de eventuais valores a receber do cidadão comum.

Outro aspecto que merece aperfeiçoamento refere-se ao agente financeiro encarregado da gestão do Fundo Residual 157. Por suas características de banco especializado na concessão de crédito de longo prazo, o BNDES não seria o agente mais indicado para administrar um fundo constituído para durar apenas dois anos. Mais interessante seria transferir à Caixa Econômica Federal a tarefa de centralizar e administrar esse recurso.

Nesse particular, é importante lembrar que a Caixa operou com grande sucesso a completa centralização das cotas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, prevista na Constituição de 1988. A experiência adquirida naquele processo certamente dará àquela Instituição uma vantagem na tarefa prevista no projeto de lei em exame.

Alguns reparos de pequena monta são também recomendados e deverão ser providenciados na redação final.

O primeiro é substituir a menção ao parágrafo anterior, constante no art. 3º, § 2º, por § 1º; no art. 4º,

do mesmo art. 3º, deve ser eliminada a referência ao vocábulo “uma”; e no art. 4º, **caput**, o vocábulo “titular” deve ser grafado no plural.

Voto.

Tendo em vista o exposto, manifesto pela aprovação do PLS nº 99, de 2003, com as emendas que apresento.

Emenda nº 1:

Dá-se ao art. 2º a seguinte redação:

No prazo de 90 dias de entrada em vigor desta lei, as instituições que têm sob sua administração saldos de cotas de fundos de investimentos mencionados no art. 1º, deverão repassar a relação de titular da Associação Nacional de Bancos de Investimento – ANBID.

Parágrafo único. Decorridos 30 dias do prazo estabelecido no **caput**, a Anbid fará publicar em jornais de grande circulação nacional, por três vezes consecutivas, por prazo de 30 dias, entre a publicação e a seguinte, para convocar os titulares dos referidos saldos a efetuar o resgate de suas cotas ou a manifestarem expressamente seu interesse em manter a aplicação.

Emenda nº 2, da CAE:

A referência feita ao BNDES, no **caput** do art. 3º, deve ser substituída pela expressão “Caixa Econômica Federal”. E as demais referências ao BNDES presentes nos parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º do art. 3º e no **caput** do art. 4º devem ser substituídas pelo termo “Caixa”.

Sala das Comissões, Relator Aloísio Mercadante.

Eu queria registrar, portanto, Sr. Presidente, que temos estimados cerca de 2,7 milhões cotistas que aplicaram recursos nesses fundos, que era o estímulo fiscal no Imposto de Renda pelo Decreto-Lei de 1967. Esses recursos ficaram dispersos em muitas instituições financeiras. Os cotistas não sabem sequer se têm direito a esses recursos. Então, o que se propõe é centralizar todos os recursos na Caixa Econômica Federal, publicar 3 vezes em jornais de grande circulação a lista de todos os cotistas, com prazo de 30 dias a cada publicação, para que o cidadão que tem interesse vá lá e saque. A partir daí esses recursos seriam administrados pela Caixa e, depois, transferidos, de forma definitiva, para o Tesouro Nacional, beneficiando toda a população brasileira.

Então, é um patrimônio de quase 40 anos que está aí paralisado, ou a serviço de algumas instituições financeiras. Centralizaríamos na Caixa Econômica Federal e, posteriormente, transferiríamos esses recursos ao Tesouro Nacional. E um projeto altamente meritório, as emendas apenas corrigem o sentido e a operacionalidade, mas mantém-se a essência da proposição, que tem alcance social e beneficia o contribuinte brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – A matéria está em discussão.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Senador, será uma lista nacional, não é? Ela se direcionará a cada Estado?

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Não. É uma lista nacional, publicada...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Qualquer um pode ter mudado de Estado, então ela será nacional.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – ... publicada em jornais de grande circulação nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto.

Lembro que o projeto é terminativo, exige **quórum** qualificado e votação nominal. Consulto o Plenário se podemos fazer uma só votação para o projeto e para as emendas.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O Sr. Senador Ney Suassuna é contra? (Pausa.)

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Projeto e emendas.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Não. A favor. Aprovado.

Vamos então à votação.

Quem vota com o Relator, vota “sim”. Quem vota contra o Relator, vota “não”.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Está encerrada a votação.

Aprovado com 16 votos sim, por unanimidade.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Pela ordem tem a palavra o Senador César Borges.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, com a chegada do nobre Relator Sérgio Cabral, que é Relator do Item nº 2, eu pediria a V. Exª que esse fosse o próximo item da pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Antes eu quero confirmar o que iniciou o nosso entendimento sobre a questão das relatorias. O próprio Senador Eduardo Azeredo, que foi aqui defendido para manter a relatoria do seu projeto, já pediu pela ordem. O Senador Sérgio Cabral é quem vai relatar o projeto de V. Exª.

Com a palavra o Eduardo Azeredo, pela ordem.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente, na questão do projeto do item 3, há necessidade ainda de algumas informações adicionais. O autor do projeto é o Senador Delcídio Amaral. De maneira que peço a retirada D pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMD – B PA) – A Mesa acata a retirada de pauta do item 3, a pedido do Senador Eduardo Azeredo.

**Item 2:**

Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2003, terminativo. Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para assegurar a isenção parcial dos impostos sobre a renda das pessoas físicas a contribuintes cuja descendente ou seu dependente sem direito a benefício previdenciário ou assemelhado seja portador de doença crônica.

Autor: Senador César Borges.

Relator: eminente Senador e futuro governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, do PMDB do Rio.

**O SR. SÉRGIO CABRAL** (PMDB-RJ) – Benza Deus, Senador Luiz Otávio.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Há um requerimento sobre a mesa. O Secretário daqui...

**O SR. SÉRGIO CABRAL** (PMDB-RJ) – Estou ao lado do Senador Eduardo Azeredo...

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – V. Ex<sup>a</sup> pode relatar, depois eu lerei o requerimento do Senador Delcídio pedindo também uma...

**O SR. SÉRGIO CABRAL** (PMDB-RJ) – Senador Luiz Otávio, estou ao lado de um Senador mineiro, o Senador Eduardo Azeredo e, como dizem os mineiros, e o dizem muito bem “Eleição e mineração, só depois da apuração.”

V. Ex<sup>a</sup> já leu o **caput** do projeto do eminente Senador César Borges, que é basicamente o início da minha análise no relatório.

O projeto acrescenta o inciso VII ao art. 4º da Lei nº 9.250, de 1995, possibilitando a dedução para a determinação da base de cálculo sujeita à incidência mensal do Imposto sobre a Renda na quantia equivalente a percentual do valor máximo fixado para os benefícios do regime geral da Previdência Social, correspondente a parcela isenta dos rendimentos recebidos pelo contribuinte que tenha descendente seu dependente portador de doença crônica que não receba benefício previdenciário ou assemelhado.

O percentual de dedução será estabelecido no regulamento do Imposto de Renda.

O projeto também altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 1995, que trata da base de cálculo do Imposto de Renda, a fim de adequá-lo à regra do inciso VII do art. 4º da mesma lei.

O autor justifica a sua proposta demonstrando seu elevado cunho social, já que dá razoável isenção compensatória ao contribuinte que tenha descendente seu dependente portador de doença crônica, que não receba qualquer benefício previdenciário.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

É o relatório.

Análise.

A matéria objeto do projeto sob análise é de competência da União federal, não havendo vício de inconstitucionalidade.

No mérito, a proposta merece aplausos. Os ascendentes que possuam descendentes portadores de doença crônica, que sejam deles dependentes economicamente, incorrem em enormes despesas para fazer frente aos altos custos que caracterizam o tratamento dessas doenças.

Nada mais justo, portanto, que determinar a isenção de parte dos rendimentos do contribuinte para fins do Imposto de Renda para conceder um alívio fiscal para quem tem dependente, filhos ou netos, portadores de doenças crônicas.

Não há risco do projeto ora em discussão causar perdas insuportáveis ao Fisco, tendo em vista dispor ele que o percentual do desconto será fixado no Regulamento do Imposto de Renda expedido pela autoridade fazendária, após os estudos de impacto econômico e financeiro que se fizerem necessários.

Pelo exposto, Sr. Presidente, o meu parecer é no sentido da aprovação do projeto na forma da sua redação original, mais uma vez me regozijando com o autor, o eminente Senador César Borges pela iniciativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Passo a ler o Requerimento.

Requer a V. Ex<sup>a</sup>, nos termos regimentais seja realizada audiência pública neste órgão técnico com a participação do Secretário-Adjunto da Receita Federal, Dr. Ricardo Pinheiro, a fim de instruir a deliberação dos Projetos de Lei nºs 411 e 495, de 2003, de autoria do nobre Senador César Borges; do Projeto de Lei nº 41, de 2004, de autoria do nobre Senador Rodolpho Tourinho; e do Projeto de Lei nº 423, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella.

Assinam o Senador Delcídio Amaral, a Senadora Ana Júlia Carepa, o Senador Ney Suassuna, a Senadora Ideli Salvatti e o Senador Valdir Raupp.

**O SR. DELCIDIO AMARAL** (Bloco/PT-MS) – Sr. Presidente, o objetivo é que, como existem vários projetos tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos que levam em consideração questões de ordem fiscal, seja por meio de isenção, seja por meio de outras alternativas, como deduções.

Então, estou apresentando esse requerimento exatamente para encaminhar esses projetos todos, de tal maneira que a Comissão de Assuntos Econômicos tenha todas as informações necessárias e delibere sobre os projetos que são efetivamente importantes, principalmente um projeto que parte, entre outros, do Senador César Borges, um Senador competente que tem sempre participado dos principais debates nacionais – apesar de falar que eu, agora, sou engavetador na Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Substituindo Geraldo Brindeiro – lá na Procuradoria, aqui, não. Não é verdade, também.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Para discutir o requerimento, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Antes de V. Ex<sup>a</sup> discutir, Senador César Borges, eu queria anunciar que o nome do indicado para diretor do Banco Central é Dr. Alexandre Antonio Tombini, para a Diretoria de Estudos Especiais, que vai substituir o Dr. Henrique Eduardo Loyo. A mensagem vai ser lida no plenário do Senado Federal e, em seguida, chegará à Comissão de Assuntos Econômicos, para nossa arguição e votação.

Para discutir o requerimento proposto pelo Senador Delcídio Amaral, Líder do Partido dos Trabalhadores, o Senador César Borges tem a palavra.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, penso que há uma ação coordenada pelo nobre Líder do PT, prezado Senador Delcídio Amaral, e pelo Governo de modo geral de procrastinar votações de projetos importantes que têm, inclusive, um cunho social como esse que nós aqui apresentamos, que, sem sombra de dúvidas, tem mérito – mérito esse que foi reconhecido, quero agradecer publicamente, pelo relator, Senador Sérgio Cabral, que é um homem sensível, que soube avaliar bem o projeto e que trouxe o seu relato a esta Comissão.

Acho que os Srs. Senadores são plenamente aptos e têm toda a competência e conhecimento sobre o problema tributário para tomar uma decisão. Não vejo nenhuma necessidade dessa audiência pública. É apenas uma medida procrastinadora, para se levar para adiante, para não ser aprovada. Também não se desaprova. Se o Governo não quer aprovar os projetos, que se posicione claramente, dizendo: não queremos aprovar, não vamos aprovar, e assumo isso perante o autor do projeto, perante o relator e perante a própria sociedade. Agora, procrastinar não é a melhor forma, a melhor via. Portanto, não vejo necessidade da aprovação desse requerimento.

Sr. Presidente, acabamos de ver uma forma eficiente que V. Ex<sup>a</sup> trouxe aqui. A Prefeita Marta Suplicy,

em resposta a um ofício da Presidência desta Comissão – cá não veio, não está conosco, não nos deu essa honra -, mandou uma explicação por escrito. Isso já foi, de certa forma, discutido na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no sentido de ser uma fórmula para não causar obstáculos no andamento dos trabalhos desta Comissão importante, com os projetos ficando sempre sem serem votados. Aqui, somente se vota medida provisória que for do interesse do Governo. No mais, no que for de origem parlamentar, sempre tem há todo tipo de obstáculo, de dificuldade, em audiências públicas, e os projetos nunca chegam ao momento da votação, que é o momento democrático. Se o Governo tem maioria e não quer aprovar o projeto, que diga e que assumo isso.

Então, Sr. Presidente, dos males o menor: se esse requerimento tiver de ser aprovado, que, pelo menos, se peça à Secretaria da Receita Federal que encaminhe o seu parecer. Já que precisamos ouvir a Secretaria da Receita Federal para instruir os processos, que são de total autonomia da Comissão de Assuntos Econômicos, que se peça, então, por escrito. Eles podem emitir um parecer, ou favorável ou contrário, ou simplesmente fazendo uma análise. Que não tenhamos de esperar. Quando eles se dispuserem a vir à comissão, mais uma reunião será utilizada para fazer a audiência pública, para que, depois, se vote o projeto.

Que, depois, não nos acusem de que não estamos trabalhando, de que não há iniciativas parlamentares. Temos, sim; o Congresso Nacional está cheio de boas iniciativas. No entanto, somente se vota aquilo que é do interesse do Governo. O que não é do interesse do Governo dormita nas gavetas...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu me inscrevi para discutir.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – ...e as medidas protelatórias e procrastinadoras estão sendo usuais nesta Casa. Eu me subordino contra isso, Sr. Presidente.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador?

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, estou inscrito.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Concedo um aparte, com muita honra, ao Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu somente diria uma coisa: precisamos deixar de amordaçar o Congresso Nacional. O Congresso está amordaçado, com a mão praticamente algemada, porque não pode decidir. Mas qualquer membro desta Comissão pode, a

qualquer tempo, solicitar à Receita Federal um parecer para seu conhecimento e colocação em Plenário. Se eu quiser um parecer da Receita Federal, eles terão prazer em me fornecer, analisando. Eu posso fazer um substitutivo com base no parecer deles. Assim, não há necessidade de convocação.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Até desmerece o relato do Senador Sérgio Cabral.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Além da consultoria que há nesta Casa, que é competente e tem nos auxiliado brilhantemente para sanar qualquer dúvida que temos a respeito do projeto.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Incorporo o aparte do Senador Romeu Tuma.

Sr. Presidente, ou não aprovamos esse requerimento, que é procrastinador, ou, se ele tiver que ser aprovado – a maioria é democrática –, paciência, que o transformemos em um pedido de informação da própria Secretaria, que não tenhamos de fazer uma audiência pública.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Com a palavra o Senador Aloízio Mercadante, Líder do Governo no Senado Federal.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Começamos esta reunião com o Senador César Borges achando que a Mesa queria procrastinar porque o Relator não estava presente. Depois chegou o Relator e o Projeto entrou na pauta. Portanto, não procedia a primeira preocupação do Senador César Borges. Do meu ponto de vista, também não procede à segunda. Se o Senador quiser votar agora, podemos fazê-lo. Eu vou votar contra o projeto e vou dizer o porquê.

Primeiro, porque, com relação aos gastos com saúde, já está prevista, no Imposto de Renda, a dedução referente aos dependentes. O fato de ser uma doença crônica – e não está definido aqui o que é doença crônica, quais são os males, não há definição alguma no projeto – não altera uma prerrogativa que está estabelecida na lei do Imposto de Renda.

Então, a proposta de ouvir a Receita Federal... Inclusive porque transfere à Receita a regulamentação do dispositivo, o que significa, também, que não assegura nenhum direito, porque, se a Receita estiver contrária, ela vai regulamentar de uma forma que o direito não será líquido e certo.

Em terceiro lugar, fere a LDO e a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque não estabelece o montante da renúncia e quais rubricas serão cortadas no Orçamento em função dessa previsão. Poderíamos organizar isso no texto que deveria ter sido feito e não foi.

De qualquer forma, do meu ponto de vista, se for possível definir o que é doença crônica e verificar se

os incentivos que a Receita dá hoje aos gastos com saúde são insuficientes, o projeto é meritório. Também concordo com a sugestão de buscar transformar o requerimento, em vez de em uma audiência pública, em um parecer da Receita, analisando o projeto e dando subsídios. Eu acho que facilita o trabalho da Comissão e podemos fazer uma discussão mais qualificada.

Por tudo isso, espero que o Senador César Borges entenda – quero apoiar a iniciativa do Senador Delcídio Amaral – que é uma forma de enriquecer e fazer um texto bem feito. Transformamos em um requerimento de informação e pedimos à Receita para ser pronunciado e fazer sugestões em relação ao projeto para, assim, termos uma avaliação melhor sobre como construir.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Senador Aloízio Mercadante, eu gostaria de fazer um acréscimo. É difícil definir – o Mão Santa e outros são médicos – o que é doença crônica, mas não é difícil definir as doenças crônicas. Tanto é assim que fiz um projeto aqui sobre uma doença que acomete o fígado que foi aprovado com isenção do Imposto de Renda. Assim, já há algumas classificadas.

Então, talvez haja alguma alteração no projeto, porque ele é válido. Hoje, o que se gasta, Senador, com remédios é algo profundamente amargo. Há um artigo nesta semana, nos jornais e revistas, que diz que se desconta do Imposto de Renda o tratamento em hospital e em clínicas, mas não o tratamento em casa, por ser difícil a comprovação e isso poderá gerar fraudes.

Não sei se é essa a idéia de V. Ex<sup>a</sup>, que se possa contornar essa situação e estabelecer regras mais fortes para que haja um controle e a Receita possa aceitar o desconto com o tratamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Com a palavra o Senador Ramez Tebet.

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS) – Srs. Senadores, eu penso que a sugestão do Senador Aloízio Mercadante deveria ser acatada e vou dar as minhas razões.

O projeto é de um conteúdo humanitário muito grande. O Senador Mercadante alega que já há desconto com despesa médica. Não! Há desconto com honorários médicos. Mas os gastos com medicamentos, por exemplo, não estão descontados.

Por outro lado, o requerimento de autoria do Líder do PT, meu conterrâneo e de outros Parlamentares que o subscrevem, não chama o titular da Secretaria da Receita Federal. Creio que a Comissão não pode mais ficar realizando audiências públicas. É certo que deve acontecer, mas não sempre. Temos de analisar caso por caso. Assim, penso que seria melhor formular

um pedido – e aí fica com o Senador Mercadante – de informações, no qual S. Ex<sup>a</sup> poderia emitir sua opinião, independentemente de sua presença aqui.

Eu perguntaria ao Líder do PT e os Senadores que subscreveram o seu requerimento se concordam em transformá-lo em um requerimento de informações, que considero a maneira mais adequada.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres e, depois, o Senador Delcídio Amaral.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Sr. Presidente, eu não diria, como o eminente Senador César Borges, que o requerimento de autoria do Senador Delcídio Amaral é protelatório porque, assim, eu estaria avaliando intenções, mas qualquer pedido de audiência pública protela. Ainda que não tenha sido essa a intenção do Senador Delcídio Amaral, não há dúvida de que protela. No entanto, Senador César Borges, o requerimento de informações à Receita, se não houver fixação de prazo, poderá ser pior.

Estou vendo no ítem 11, um projeto de autoria do Senador Edison Lobão, relatado pelo Senador Antonio Carlos Valadares, relativamente ao qual foi encaminhado requerimento ao Secretário da Receita Federal em 26 de novembro de 2002, respondido em 17 de março de 2003. A resposta pode demorar cinco meses. É verdade que houve um recesso, mas o requerimento poderia ter sido respondido no recesso, de forma que já no início dos trabalhos parlamentares tivéssemos recebido a resposta.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Senador Jefferson Péres?

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Então, isso pode ser inútil, a não se fixe prazo para a Receita Federal.

Pois não.

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS) – Poderíamos fazer constar do requerimento a exigência de que o requerimento seja respondido no prazo legal.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – E o prazo legal é de 30 trinta.

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS) – Então, que o Secretário responda no prazo legal de 30 trinta. Se não responder, ficará sujeito à legislação.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Mas a audiência pública pode ser realizada em menos de 30 trinta dias. Então, não vejo vantagem no encaminhamento do requerimento sobre a realização da audiência pública.

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS) – Veja V. Ex<sup>a</sup>, sendo um convite, ele marca data para quando ele quiser, porque convite é convite.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – No mérito, Sr. Presidente, tenho sempre muita restrição, muita reserva, a respeito de projetos de concedem isenção ou abatimento de Imposto de Renda a pessoas físicas porque os resultados acabam sendo injustos. E que beneficia o assalariado e beneficia o rico também, que, tendo um filho deficiente, obtém abate do Imposto de Renda. Senador César Borges, se analisarmos bem, verificaremos que beneficiará quem ganha pouco e que tem esse problema, mas beneficiará também o rico que não precisa, mas que também abaterá do seu Imposto de Renda, se tiver um filho com essa doença. Há esse inconveniente, eu diria do ponto de vista da justiça social, mas...

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Com a palavra, o Senador César Borges.

**O SR. CESAR BORGES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, com relação à realização de audiência ou da solicitação de um parecer à Secretaria da Receita Federal, como bem disse o Senador Jefferson Péres, pode ser até pior, creio que a Mesa poderia resolver o problema fixando um prazo – e o Senador Ramez Tebet expôs isso muito bem – para a resposta. Não vejo por que...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Talvez a audiência pudesse facilitar o questionamento sobre medicamentos e outras coisas, se fosse realizada na semana que vem.

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS) – Senador Romeu Tuma, não é nem o titular que está sendo convidado.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não. E um técnico. A Receita tem técnicos...

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Há uma sugestão da assessoria da Mesa, no sentido de que isso poderia ser encaminhado para a Consultoria Jurídica da Casa, da própria Comissão. E mais rápido.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Sr. Presidente, outra possibilidade seria, para se evitar procrastinação, fixar um prazo à Receita para audiência pública. Marca-se para a próxima semana. Se a Receita não vier, é porque não tem interesse.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – O Senador Delcídio Amaral está querendo usar da palavra há algum tempo para sugerir uma solução, Senador César Borges.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – O Poder Executivo, quando solicitado pelo Presidente do órgão colegiado do Poder Legislativo, no prazo máximo de 60 dias, nesse caso específico, pode mandar uma resposta com relação à diminuição de receita ou

ao aumento de despesa ou subsídios técnicos para realizá-la.

Sr. Presidente, quero dizer o seguinte: nós fizemos o requerimento. Primeiro, o projeto do Senador César Borges é absolutamente pertinente. Ninguém está querendo ser desumano.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMOB-PA) – Senador Delcídio Amaral, o Senador Jefferson Péres está me lembrando o horário. Temos que acelerar porque haverá argüição na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dos membros do Conselho Nacional de Justiça.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Pois não. Então, para resumir, Sr. Presidente, existem projetos de outros ilustres Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos que levam em consideração isenções fiscais.

Seria muito mais meritório eu conversar com o Secretário-Adjunto. Por que foi escolhido Secretário-Adjunto o Dr. Ricardo Pinheiro, que é um especialista nessas questões? Exatamente no sentido de trazer uma pessoa que rapidamente nos esclareça sobre esses pontos, que não afetam, única e exclusivamente, o projeto do Senador César Borges, mas também de outros Srs. Senadores.

Sugiro que eu tenha uma conversa com o Secretário-Adjunto e rapidamente, faríamos isso. Se for feita uma consulta, dentro do prazo regimental, dentro do prazo que o Poder Executivo tem para responder, poderíamos, eventualmente, sofrer com uma demora maior.

Faço essa ponderação. O objetivo maior é buscar os esclarecimentos. Vamos discutir da melhor forma.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Concedo a palavra ao Senador César Borges.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Em primeiro lugar, o Senador Aloízio Mercadante, assim como o Senador Delcídio Amaral queriam esclarecimentos ou colaborar e tinham todas as condições dentro das normas regimentais. S. Ex<sup>as</sup>. poderiam ter consultado o Governo, apresentado emendas, enriquecido o projeto. Mas isso não foi feito. Essa preocupação nasceu na hora em que o projeto chegou a esta Comissão para ser votado.

Se o Senador Mercadante e sua competente assessoria tivessem se debruçado sobre o projeto, veriam que muitas das dúvidas não existem.

O art. 3º do nosso projeto dispõe que “o Poder Executivo, com vista ao cumprimento no disposto do artigo da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto dessa lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o §6º do art. 165 da Constituição,

o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se dá após decorridos 60 dias da publicação dessa lei.”

O art. 4º inciso III do nosso projeto se reporta ao inciso XVI do art. 6º da Lei nº 7.703, de 22 de setembro de 1988, que diz:

“Art. 6º Ficam isentos do Imposto de Renda os seguintes rendimentos percebidos por pessoas físicas, os proventos de aposentadoria ou reforma motivado por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondilartrose anquilosante, neuropatia grave, estados avançados de doença de Piaget, Síndrome de Imunodeficiência Adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois de aposentado...”

Há uma disciplina. Já existe uma caracterização da doença e se remete a essa lei.

Por fim, digo ao Senador Jefferson Péres que é justa a preocupação de S. Ex<sup>a</sup> sobre o alcance social. Mas, se estimarmos o número de ricos neste País, que é pouquíssimo – pode haver riqueza concentrada, mas o número de ricos é pequeno que tenham esse tipo de doença também, é mais raro ainda. Então, esse tipo de doença alcançará principalmente a base de nossa pirâmide social, que são os mais pobres. Então, podemos até em um momento cometer uma injustiça com um rico ou outro que tenha uma doença, mas será realmente uma probabilidade bem pequena dentro das estatísticas. Por isso, quero voltar a defender aqui esse projeto, esperando que V. Ex<sup>a</sup> possa ter uma decisão, que seja uma decisão que tenha eficácia: solicitar o parecer da Receita Federal e que, dentro de 15 dias, tenhamos esse projeto aqui, com o parecer daquele órgão sobre os projetos, distribuídos para os Srs. Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Parece-me viável, Senador César Borges, extremamente viável, um parecer em 15 dias ou uma audiência em sete dias, porque o Senador Delcídio Amaral colocou que se poderia fazer uma audiência já na próxima semana. Não é isso?

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Só preciso checar a agenda do secretário-adjunto, mas evidentemente a idéia é fazer o mais rapidamente possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – E dar a prioridade para cá, haja vista que temos 15 dias,

que poderemos ter um parecer. Concordam, então, em fazer a audiência na próxima semana?

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Sr. Presidente, o problema da audiência...

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Sábio Senador Edison Lobão, ajude-me, por favor.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Quanto à audiência em sete dias, é claro que seria até mais rápido do que em 15 dias a manifestação por escrito. O que ocorre é que audiência pública nos toma a manhã inteira, ao passo que o documento escrito resolve...

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Fica bom assim então, Senador Delcídio Amaral? Daqui a 15 dias? (Pausa.)

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)** – Sr. Presidente, eu queria ponderar o seguinte: para mim, o problema aqui não é a urgência. Não há uma urgência urgentíssima. O problema aqui é fazer um projeto de lei bem feito, que não haja espaço para fraude, que realmente proteja as pessoas necessitadas, que haja uma estimativa do impacto fiscal dessa medida. Minha sugestão é de que se dê o prazo de 30 dias e se solicite à Receita Federal que apresente um estudo, se possível em 15 dias, para dar tempo, inclusive, de podermos conversar e ver as sugestões, quais são as mudanças que eventualmente poderiam ser incorporadas ao projeto. Então, seria dado o prazo de 30 dias, solicitando à Receita que o faça até 15 dias. O prazo legal do requerimento é de 30 dias. Então, que o faça até 15 dias e, assim que recebermos, nossa disposição será sentar evidentemente com o autor, com o Relator, para buscar o entendimento em relação à matéria.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, estou sempre aberto, uma boa negociação é melhor do que o enfrentamento. Então, se há essa disposição do Líder do Governo, nós a estamos acautando.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Senador Delcídio Amaral.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Sr. Presidente, só quero lembrar que, daqui a 30 dias, estaremos às vésperas do recesso de julho, e o projeto pode não ser votado se a Receita responder no último dia. O projeto corre o risco de não ser votado...

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, se há toda essa urgência, vamos votar. Para mim, não há problema nenhum em votar. Acho apenas que não é um bom caminho.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Estou tentando construir uma saída consistente. As pessoas têm que entender que o País vive uma grave crise fiscal, que, por sinal, não foi gerada por este Governo, veio do Governo anterior a dívida pública que aí está. Este Governo não está privatizando, não pode aumentar a carga tributária, portanto há uma demanda de investimento, de gastos sociais brutais. O Sistema Único de Saúde carece de todo tipo de recursos. Por sinal, a maioria dos pobres que está no Sistema Único de Saúde sofre de doenças crônicas, sequer imposto de renda recolhem. Metade da população brasileira não tem nem carteira de trabalho assinada e só apenas 16,5 milhões de pessoas declaram imposto de renda. Por tudo isso, os mais pobres não serão atingidos por esse projeto. Os mais pobres estão no SUS, onde falta dinheiro, há gente morrendo na fila porque não faz uma cirurgia, porque não tem o remédio, porque não tem o atendimento de pronto-atendimento. Por tudo isso, essa coisa tem que ser bem feita e bem estudada, para que façamos uma coisa que tenha alcance social, que proteja as famílias de classe média que estão nessa situação, mas que não percamos de vista a situação fiscal do País e o problema da saúde pública, que é, eu diria, o grande desafio, porque a maioria da população, infelizmente, não será beneficiada por este projeto. A maioria da população não tem imposto de renda para deduzir, não tem. E por tudo isso que acho que precisamos fazer uma discussão bem feita. O projeto (inaudível) doença crônica. Daríamos um prazo de 30 dias à Receita Federal, faremos o apelo, eu me empenharei pessoalmente para que eles respondam no prazo máximo de 15 dias, para que possamos sentar, negociar e aprofundar a matéria, que acho que é o espírito de todos...

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – OK. Fica decidido desta forma que, dentro dos 30 dias, com prorrogação de até 30 dias, para decidirmos com parecer e com audiência, podemos encaminhar o projeto do Senador César Borges.

Assim sendo, temos já aprovado no início da reunião um pedido de votação da matéria do Senador Aelton Freitas e encerramos a reunião tendo em vista que o Senador Antonio Carlos Magalhães já está se encaminhando para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Com a palavra o Senador Aelton Freitas.

**O SR. AELTON FREITAS** (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu queda fazer uma correção em tempo, porque li o Aviso que veio da origem, de nº 2.140. Aqui na Casa, Sr. Presidente, ele é de nº 34, de 2004.



O assunto foi submetido ao Senado pelo Tribunal de Contas da União em razão do entendimento de que deste procedimento adotado pelo referido Estado resultou descumprimento por este de obrigações constantes do contrato de refinanciamento que firmou com a União, estando, por isso, sujeito às conseqüências previstas no parágrafo único do art. 2º da Resolução nº 69, de 1998, do Senado Federal.

Por meio do Ofício nº 131, de 2 de maio de 2005, o Exmº. Sr. Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, legítimo interessado no esclarecimento dos fatos, encaminhou a este Relator para juntada aos autos e servir de subsídio para apreciação da matéria, cópia de extensa documentação, juntamente com os dispositivos legais nos quais o Estado se embasou para adotar os procedimentos em análise.

Após o exame da documentação, a conclusão é de que não há nenhuma sanção a ser imposta ao Estado de Mato Grosso do Sul com base no § 2º do artigo da Resolução nº 69, de 1998, do Senado Federal, por qualquer que seja o ângulo que se analise o resultado do seu procedimento na compensação de débito de ICMS, efetivamente, no entendimento de que os débitos de ICMS compensados com o crédito do sujeito passivo contra a Fazenda Pública não caracterizam receita. Porquanto, não há entrada de recurso no Tesouro do Estado. Não se pode afirmar que o Estado deixou de cumprir com suas obrigações decorrentes do contrato firmado com a União relativamente ao refinanciamento de sua dívida. Por isso, em tal hipótese, a parte do débito de ICMS absorvida pela compensação não implica receita para o Estado. Com isso, ela não pode ser considerada na base de cálculo da parcela mensal da dívida que o estado está obrigado a pagar à União.

Por outro lado, Sr. Presidente, ainda que se entenda que os referidos débitos deveriam ter sido contabilizados com a receita, não se pode afirmar que a falta dessa contabilização implicou prejuízos para a União. Isso porque, conforme a conclusão do próprio Tribunal de Contas da União, com o procedimento adotado pelo Estado, sua dívida para com a União não deixou de existir, mas permanece sofrendo atualização monetária e incidência de juros.

O Estado é obrigado a pagar a dívida na sua integralidade, independentemente do valor das parcelas mensalmente pagas. A eventual redução nas parcelas não implica redução da dívida. A parte reduzida da parcela teoricamente estabelecida permanece no total da dívida, tendo, como conseqüência, apenas um eventual adiantamento no prazo do seu pagamento. Assim, não tendo havido prejuízo, nenhuma sanção deve ser aplicada contra o Estado do Mato Grosso do Sul.

Realmente, se a sanção tem por objetivo forçar o cumprimento das obrigações para evitar o prejuízo decorrente do seu descumprimento, não tendo havido no presente caso qualquer prejuízo, concluímos que não há motivo para sua aplicação.

Diante do exposto, uma vez o Senado Federal tendo tomado conhecimento dos fatos como Relator, sugerimos o encaminhamento da matéria ao Arquivo.

É o nosso parecer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Antes de colocar a matéria em discussão, eu gostaria de registrar a presença do Senador Geraldo Cândido, do PT do Rio de Janeiro. S. Exª. se encontra no plenário e o cumprimento em nome da Comissão de Assuntos Econômicos.

Em discussão.

O Senador César Borges tem a palavra.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, este assunto é extrapauta, chega nesta Casa inopinado e não temos efetivamente um conhecimento mais profundo. Confesso que meu desejo inicial seria um pedido de vista para ter mais tempo para análise, mas vejam como há diferença de procedimento entre nós da Oposição e o Governo. O nobre Senador Delcídio veio e, rapidamente, com sua capacidade de síntese, conseguiu me dar uma luz sobre o projeto, mostrando a importância que tem para seu Estado. Por isso, não proporei o pedido de vista. Apenas discutirei o projeto, dizendo que essa é nossa posição para dar ao Senador Delcídio a oportunidade de ver seu aviso aprovado rapidamente. Vejam a sutileza da diferença de procedimento do Governo com a Oposição Parlamentar e da Oposição com o Governo.

Eu só queria citar esse ponto. Não pediremos vista e darei total credibilidade às informações passadas pelo nobre Senador Delcídio Amaral.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Continua em discussão o projeto.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS)

– Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS)

– Eu só gostaria de registrar que essa atitude fidalga do Senador César Borges não é especificamente com relação a qualquer... Isso pauta a postura do Senador César Borges ao longo de toda a sua vida. Não só a sua vida política como a sua vida pessoal.

Eu quero aqui deixar muito claro para o Senador César Borges que os projetos de S. Exª são muito bem elaborados. Eu acabei de falar a S. Exª que seus projetos são complexos. E como são projetos importantes e impactam efetivamente e favoravelmente o dia-a-dia do

cidadão e da sociedade, eles exigem uma ação maior junto ao Governo e aos ministérios, com o intuito de, aproveitando esses projetos competentes apresentados pelo Senador César Borges, melhorarmos o dia-a-dia da nossa gente.

Então, o que eu quero também, primeiro, Senador César Borges, é agradecer mais uma vez esse gesto, que não me surpreende pela postura. Mas também eu quero dizer à Vossa Excelência que não tenha dúvidas que o Governo está empenhado e entende o mérito dos projetos de V. Ex<sup>a</sup>

E registro fundamentalmente o item nº 1 da pauta que foi um projeto apresentado e já discutido há muitas semanas. Eu mesmo assumi este compromisso com o Senador César Borges e eu não tenho dúvidas que este projeto terá um final feliz porque atende efetivamente a nossa agricultura, uma agricultura que está sofrendo muito com as condições climáticas e efetivamente vai corresponder aos anseios e ao mérito que pautou esta iniciativa do Senador César Borges.

Muito obrigado, meu caro Senador César Borges.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Continua em discussão. Com a palavra o Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Senador Luiz Otávio, eu estava atentamente ouvindo sobre a sensibilidade do Senador César Borges quanto a uma maneira de devolver aos que têm doença crônica o dinheiro gasto. Então, eu só pediria ao Líder do PT, Senador Delcídio Amaral, que levasse uma Constituição para o Ministro da Saúde e para o Presidente da República. Lá está escrito: “A saúde é direito de todos e dever do Estado.” Não teria razão a sensibilidade do nosso César Borges estar com essa medida toda se o Presidente da República e o Ministro da Saúde cumprissem a Constituição. Mas ainda há grande esperança neste extraordinário Líder do Pique é o Senador Delcídio do Amaral.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. E nós tudo faremos para encaminhar este projeto que é muito importante e de um impacto social forte e é outro projeto apresentado pelo Senador César Borges e muito bem aqui relatado pelo nosso querido Senador Sérgio Cabral, provavelmente futuro governador do Rio de Janeiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Continua a discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que concordam permanecem sentados. (Pausa.)

Aprovado o Aviso do Senado Federal de nº 34, não terminativo, de autoria do hoje Presidente do Tribunal de Contas da União, que teve como relator o Senador Aelton Freitas que pediu, no início da reunião, que fosse pautada esta matéria, o que foi aprovado por unanimidade pelos Senadores presentes, como também a aprovação do projeto.

Eu gostaria também, antes de encerrar a reunião, de anunciar para o dia 7 de junho de 2005 a presença confirmada do Presidente do Banco Central do Chile, Dr. Vítório Corto para audiência pública que tratará da autonomia do Banco Central.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Com a palavra o Senador César Borges.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Não seria justo, antes de encerrar, já que foram nomeados aqui tantos futuros governadores, V.Ex<sup>a</sup> não nomear outros futuros governadores, como o Senador Sérgio Cabral, futuro Governador do Estado do Rio de Janeiro.

**O SR. (Orador não identificado)** – O Senador Sérgio Guerra também chegou.

**O SR. (Orador não identificado)** – Para que não cometamos injustiça, quero dizer que o nobre Senador Delcídio Amaral será o futuro Governador de Mato Grosso do Sul.

**O SR. (Orador não identificado)** – É verdade.

**O SR.** – Não faria sentido se não nos lembrássemos também dessa situação.

**O SR. (Orador não identificado)** – É um candidato de consenso.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Sr. Presidente, V.Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Senador do Piauí, Governador do Piauí.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Futuro é muito longe. Será o próximo.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – O próximo Governador do Piauí, também, Senador Mão Santa.

**O SR. (Orador não identificado)** – Sr. Presidente, conversei com o Senador Sérgio Guerra e percebi que, como há muitos futuros governadores aqui, faltará Estado para a Federação.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – O Senador Sérgio Guerra também será o nosso futuro governador do Estado de Pernambuco.

Cumprindo o acordo assumido com o Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, e com o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Antonio Carlos Magalhães, de que encerraríamos a reunião até o meio-

dia de hoje, terça-feira, para que pudéssemos ouvir e votar o nome dos indicados para o Conselho Nacional de Justiça, encerro a presente reunião, convocando os Srs. Senadores para a reunião na próxima terça-feira, no mesmo horário e no mesmo local.

*(Levanta-se a reunião.)*

**Ata da Décima Quarta Reunião da Comissão de Assuntos Económicos, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 24 de maio, de 2005, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.**

Às dez horas e dezessete minutos do dia vinte e quatro de maio do ano de dois mil e cinco, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio, reúne-se a Comissão de Assuntos Económicos, com a presença dos Senadores César Borges, Jonas Pinheiro, Rodolpho Tourinho, Romeu Tuma, Almeida Lima, Eduardo Azarado, Lúcia Vânia, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, José Agripino, Demóstenes Torres, Arthur Virgílio, Ramez Tebet, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Mestrinho, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Hélio Costa, Pedro Simon, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, João Capiberibe, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Sibá Machado, Serys Shlessarenko e Jefferson Pares e, ainda, dos Senadores Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, Jorge Bornhausen, Mão Santa, Sérgio Cabral, José Maranhão, Fernando Bezerra, Patrícia Saboya Gomes e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente, Senador Luiz Otávio, faz a leitura da Nota Técnica nº 977, de 2005, da Consultoria Legislativa do Senado Federal, referente à STC nº 200503544, que solicita elaboração de Nota Técnica sobre a correspondência recebida pela CAE, encaminhada pela ex-Prefeita de São Paulo, Senhora Martha Suplicy, em resposta ao ofício expedido pela referida Comissão que convida a ex-Prefeita a comparecer ao Senado Federal para prestar esclarecimento sobre o Ofício “S” nº 1, de 2005, originário do Ministério da Fazenda, que comunica ao Senado Federal que o Município da São Paulo infringiu a legislação federal de controle de endividamento a contratar operação de crédito no âmbito de Reluz. Usam da palavra os Senadores Jefferson Pares, Aloizio Mercadante, que solicita que seja feito um pedido de informações sobre quais os municípios

que eventualmente tenham infringido dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, e Romeu Tuma. Em seguida, a Presidência dá início à 1ª Parte da Reunião com a apreciação da Mensagem do Senado Federal nº 138, de 2005, não terminativa, que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Alexandre Antonio Tombini para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Rodolpho Tourinho que apresenta Parecer a ser apreciado em votação secreta. O Presidente da Comissão solicita aos Senadores Ney Suassuna e Delcídio Amaral que conduzam o indicado para sentar-se à Mesa. Após a leitura do Parecer pelo Relator, Senador Rodolpho Tourinho, usa da palavra o Senhor Alexandre Antonio Tombini para dar início à sua exposição. Em seguida, usam da palavra para arguir o sabatinado os Senadores Ney Suassuna, Aloizio Mercadante, Serys Shlessarenko, Arthur Virgílio, Eduardo Suplicy, Jefferson Peres, César Borgas, Rodolpho Tourinho, Sérgio Guerra, Ana Júlia Carepa, Garibaldi Alves Filho e Lúcia Vânia. Após a votação secreta, são designados escrutinadores os Senadores Garibaldi Alves Filho e Rodolpho Tourinho. A Comissão aprova a indicação do Sr. Alexandre Antonio Tombini para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, por vinte e quatro votos favoráveis, um contrário e nenhuma abstenção. Em seguida, a Presidência dá início à apreciação das matérias constantes da 2ª parte da Pauta; Item 1 – Mensagem do Senado Federal nº 137, de 2005, não terminativa, que “encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre de 2005”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer favorável nos termos do PDS que apresenta. Após a leitura do Parecer pelo Relator Senador Delcídio Amaral, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PDS apresentado; Item 2 – Mensagem do Senado Federal nº 136, de 2005, não terminativa, que “encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, a Programação Monetária relativa ao primeiro trimestre de 2005”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer favorável nos termos do PDS que apresenta. Após a leitura do Parecer pelo Relator, Senador Delcídio Amaral, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PDS apresentado; Item 3 – Mensagem do Senado Federal nº 122, de 2005, não terminativa, que “encaminha ao Senado Federal nos termos do § 1º do inciso II do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, a

Programação Monetária relativa ao terceiro trimestre de 2004, recebida, no Senado Federal, em 14 de julho de 2004”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer favorável nos termos do PDS que apresenta. Após a leitura do Parecer pelo Relator, Senador Delcídio Amaral, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PDS apresentado; Item 4 – Mensagem do Senado Federal nº 135, de 2005, não terminativa, que “encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2004”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que apresenta Parecer favorável nos termos do PDS que apresenta. Após a leitura do Parecer pelo Relator, Senador Delcídio Amaral, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PDS apresentado; Item 5 – Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências”, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3 e favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 29-6-04, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Em 5-10-04, foi apresentado Voto em Separado, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, concluindo pela rejeição do Projeto. Em 8-3-05, foi apresentada a Emenda nº 2 de autoria do Senador Leonel Pavan. Em 22-3-05, foi apresentada a Emenda nº 3 de autoria do Senador Osmar Dias. Em 3-5-05, foi lido pelo Relator, Senador Jonas Pinheiro, o seu novo Parecer e, sendo solicitado Vista pelos Senadores Delcídio Amaral, José Agripino e Leonel Pavan, o Presidente concede Vista Coletiva nos termos Regimentais. A apreciação da matéria é adiada; Item 6 – Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2003, terminativo, que “institui seguro obrigatório por danos pessoais causados por disparo de arma de fogo”, de autoria do Senador Delcídio Amaral, tendo como Relator o Senador Eduardo Azarado, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 7- Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2002, terminativo, que “concede isenção do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais educativos destinados a pessoas portadoras de deficiência visual”, de autoria do Senador Roberto Saturnino, tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece parecer favorável ao Pro-

jecto com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4 que apresenta. Em 2-12-03, foi concedida Vista ao Senador Ney Suassuna, que devolveu sem manifestação. A apreciação da matéria é adiada; Item 8 – Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2002, terminativo, que “dispõe sobre a dedução do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas, das doações ao Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior – FIES”, de autoria do Senador Ricardo Santos, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 9 – Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, terminativo, que “altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003 (Isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas)”, de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece parecer pelo arquivamento do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 10 – Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2004, não terminativo, que “concede incentivos às médias, pequenas e microempresas para a criação de novos empregos”, de autoria do Senador Marcos Guerra, tendo como Relator o Senador Fernando Bezerra, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 11 – Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2003, terminativo, que “acrescenta o § 6º ao artigo 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, estendendo a opção pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES) às pessoas jurídicas que especifica”, de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece parecer pela rejeição e arquivamento do Projeto. Em 29-6-04, a discussão da matéria foi encerrada, ficando adiada a votação. A apreciação da matéria é adiada; Item 12 – Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2002, terminativo, que “dispõe sobre a dedução do imposto de renda devido por empregadores pessoas jurídicas de encargos previdenciários, pagos durante o período que especifica, no caso de contratações adicionais de empregados, e dá outras providências”, de autoria do Senador Edison Lobão, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 26-11-02, foi encaminhado o Requerimento nº 24/2002-CAE ao Secretário da Receita Federal solicitando informações para instruir a matéria, sendo o Requerimento atendido em 17-3-03. A apreciação da matéria é adiada; Item 13 – Projeto de Lei do Senado

nº 120, de 2002, terminativo, que “altera a redação do artigo 2º do Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968, que ‘estende benefícios do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, a áreas da Amazônia Ocidental, e dá outras providências’”, de autoria do Senador Moreira Mendes, tendo como Relator o Senador Aelton Freitas, que oferece parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 14 – Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2002, terminativo, que “dispõe sobre o seguro educacional”, de autoria do Senador Carlos Bezerra, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 15 – Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2004, terminativo, que “institui o cheque promissivo”, de autoria do Senador Duciomar Costa, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 16 – Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2003, terminativo, que “modifica a redação do inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, alterada pelo artigo 47 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, e pelo artigo 30 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a isenção do imposto de renda das pessoas físicas acometidas pelas moléstias que especifica”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 17 – Projeto de Lei do Senado nº 495, de 2003, terminativo, que “altera Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir às pessoas físicas deduzir do imposto de renda devido o valor de doações feitas a entidades sem fins lucrativos”, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alvas Filho, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 18 – Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003, terminativo, que “altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 10451, de 10 de maio de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências e estabelece a atualização anual das tabelas do imposto de renda das pessoas físicas”, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre a atualização dos valores referidos na legislação do imposto sobre renda e sobre a tributação de lucros e dividendos distribuídos”, de autoria do Senador Jefferson Pares, tendo como Relator o Senador João Capiberibe, que apresenta Parecer favorável ao Requerimento nº 803/04 e pelo so-

breastamento do PLS nº 361/03 até que seja submetido à apreciação do Senado o Projeto de Lei nº 3.265, em tramitação na Câmara dos Deputados. A apreciação da matéria é adiada; Item 19 – Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2003, não terminativo, que “dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, objetivando tornar mais eficiente a perseguição penal dos crimes de lavagem de dinheiro”, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que se encontra tramitando em conjunto com Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2003, não terminativo, que “acrescenta o inciso VIII ao artigo 1º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, ampliando a tipificação dos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores”, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que apresenta Parecer favorável ao PLS nº 209, de 2003, com as Emendas nº 1, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, nº 2 e nº 3, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, e pela rejeição do PLS nº 188, de 2003. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; tem 20 – Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2004, Complementar, não terminativo, que “dispõe sobre a certificação e a utilização de créditos oriundos de precatórios judiciais”, de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 21 – Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2004, não terminativo, que “altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações para determinar que pelo menos trinta por cento dos recursos a ele destinados sejam aplicados em educação”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Educação e pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, cabendo à última a decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 22 – Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2005, complementar, não terminativo, que “altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para vedar o contingenciamento das despesas que especifica”, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 23 – Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2004, não terminativo, que “institui o Programa de Incentivo à Conclusão da Educação Básica – ‘Poupança Escola’, e dá outras providências”, de autoria do Senador Cristovam Buar-

que, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Educação com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 24 – Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2004, complementar, não terminativo, que “altera a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, que autoriza antecipação do pagamento do complemento de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e dá outras providências”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 25 – Ofício “S” nº 18, de 2004, não terminativo, que “comunica, nos termos do art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, irregularidade na contratação de operação de crédito entre a Prefeitura Municipal de Cachoeirinha (RS) e o Estado do Rio Grande do Sul”, de autoria do Ministro da Fazenda, tendo como Relator o Senador Almeida Lima, que apresenta Parecer pelo encaminhamento, pelo Presidente do Senado, do Projeto e do Parecer ao Ministério Público do Rio Grande do Sul e pelo encaminhamento aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo de Cachoeirinha (RS) e, também, ao Ministério da Fazenda e, em seguida, ao Arquivo do Senado Federal. A apreciação da matéria é adiada; Item 26 – Ofício “S” nº 19, de 2004, não terminativo, que “comunica, nos termos do art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, irregularidade na contratação de operação de crédito entre a Prefeitura Municipal de Herval D’Oeste (SC) e a COHAB–SC”, de autoria do Ministro da Fazenda, tendo como Relator o Senador César Borges, que apresenta Parecer pelo encaminhamento de Expediente, pelo Presidente do Senado, ao Prefeito de Herval D’Oeste e ao Ministério da Fazenda, informando a decisão da CAE e posterior arquivamento da matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 27 – Projeto de Lei do Senado nº 448, de 1999, terminativo, que “altera o parágrafo único do art. 79 da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que “dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências”, de autoria do Senador Luiz Pontes, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que apresenta Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A apreciação da matéria é adiada; Item 28 – Projeto

de Lei do Senado nº 32, de 2001, terminativo, que “altera a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, para excluir o setor elétrico do processo de privatização”, de autoria do Senador Roberto Freire e outros Senadores, tendo como Relator o Senador Rodolpho Tourinho, que apresenta Parecer pelo arquivamento da matéria. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. A apreciação da matéria é adiada; Item 29 – Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2002, terminativo, que “altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para instituir o registro de expressão ou sinal de propaganda no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)”, de autoria do Senador Carlos Bezerra, tendo como Relator o Senador Romeu Tuma, que apresenta Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e três minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Declaro aberta a 14ª reunião ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da 3ª Sessão Legislativa e da 52ª Legislatura, em 24 de maio de 2005, às 10 horas e 17 minutos, na sala de reuniões, Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, lerei rapidamente o parecer da nota técnica do eminente Consultor Legislativo da Casa, Dr. Marcos Mendes, a respeito do ofício encaminhado pela ex-Prefeita Marta Suplicy, de São Paulo.

Foi solicitada uma nota técnica sobre a correspondência recebida pela CAE, encaminhada pela ex-Prefeita de São Paulo, Srª Marta Suplicy, em resposta ao ofício expedido pela Comissão de Assuntos Econômicos que convida a ex-prefeita a comparecer ao Senado, a fim de prestar esclarecimentos sobre o Ofício nº 1, de 2005, originário do Ministério da Fazenda que comunica ao Senado Federal que o Município de São Paulo infringiu a legislação federal de controle de endividamento a contratação de operação de crédito no âmbito do Reluz.

Antecedentes.

Antes de descrever o conteúdo da correspondência em epígrafe, é importante relembrar os pontos principais do episódio ao qual se refere. A ex-Prefeita é acusada de ter contratado operação de crédito no âmbito do Programa Reluz com as seguintes irregu-

laridades: não solicitou autorização à Câmara de Vereadores; não solicitou autorização ao Ministério da Fazenda. Essas irregularidades estão tipificadas na legislação penal brasileira, o inciso VIII do art 1º do Decreto-Lei nº 201, de 27-2-1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores e dá outras providências. Estabelece que são crimes de responsabilidade dos Prefeitos municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores, contrair empréstimos, emitir apólices ou obrigar o Município por títulos de crédito sem autorização da Câmara ou em desacordo com a lei.

Bom dia, Senador Rodolpho Tourinho.

Senador, estou lendo o parecer técnico da Consultoria Legislativa do Dr. Marcos Mendes a respeito da correspondência aqui recebida da ex-Prefeita Marta Suplicy.

Além disso, o parecer faz referência ao art. 359 do Código Penal, baseado no Decreto-Lei nº 2.848, de 7-12-1940, faz referência ao art. 32, segundo o qual o Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativas à realização de operações de crédito de cada ente da Federação e resume, afirmando que, frente a esses fatos, cabe à ex-Prefeita esclarecer quais foram as características do aditamento contratual realizado entre a Prefeitura de São Paulo e a Eletropaulo em 5 de fevereiro de 2004 – montante do empréstimo, prazo, taxas de juros, garantias, etc.

Uma vez descritas essas características, pode-se verificar se o aditamento contratual em questão pode ou não ser caracterizado como uma nova operação de crédito. Caso o aditamento seja caracterizado como uma operação de crédito, cabe questionar a ex-Prefeita sobre se ela solicitou e obteve autorização da Câmara de Vereadores para realizar a operação.

Item 2: conteúdo da correspondência e sua análise.

Na correspondência enviada à Comissão de Assuntos Econômicos, a ex-Prefeita faz, nas primeiras três páginas e meia, uma descrição do programa Reluz, o que pouco acrescenta aos esclarecimentos demandados pela Comissão de Assuntos Econômicos. Em seguida, passa ao item “O Município de São Paulo e o Reluz”, no qual, em resumo, argumenta que o aditamento contratual celebrado com a Eletropaulo em 5 de fevereiro de 2004 tratava apenas de questões formais e, por isso, não se caracterizava como operação de crédito. Em não se tratando de operação de crédito, não haveria por que se falar em desrespeito à legislação de controle de endividamento.

Contudo, a descrição que faz do conteúdo do aditamento contratual mostra evidências de que se tratou,

sim, de uma operação de crédito. A seguir, o parecer transcreve e analisa os trechos mais relevantes da argumentação apresentada pela ex-Prefeita.

Solicito ao Secretário que tire cópia desse parecer técnico, dessa nota técnica do Dr. Marcos Mendes, Consultor Legislativo, para que os Srs. Senadores possam já ter em mão o parecer técnico. E aí faz uma descrição do conteúdo do aditamento contratual.

Na seqüência da descrição, ele faz também do aditamento e afirma que a ex-Prefeita, como argumenta no documento como um todo, fala da consolidação de dívidas, de encontro de contas e outras avenças, e, em resposta aos pontos todos, na verdade, o parecer da nota técnica contradiz os argumentos da ex-Prefeita Marta Suplicy.

Encerra, dizendo:

“Quanto ao item II, parece haver o uso de argumento falacioso.

É verdade que, ao permitir economia na conta de energia dos municípios, o Reluz contribui para o equilíbrio fiscal, como, aliás, reconhece o Senado Federal, que isentou tais operações do cumprimento de limites de endividamento. Isso, contudo, não quer dizer que as Prefeituras possam contrair tais operações sem pedir autorização do Senado, conforme determina o art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal e o RSF – Regimento do Senado Federal, pela Resolução nº 43, de 2001.

No que diz respeito ao Item III, “parece estranha a afirmação de que a Prefeitura sempre enviou toda a documentação atinente aos atos do processo. Se assim fosse, não haveria motivos para que a Secretaria do Tesouro Nacional enviasse ao Senado Federal o Ofício nº 1, de 2005, comunicando o descumprimento de normas pela Prefeitura”.

Conclui dizendo:

“Concluo esta nota técnica considerando que os argumentos apresentados pela ex-Prefeita não são capazes de rebater os indícios de desrespeito à legislação de controle do endividamento público. Fornecem, isso sim, elementos a favor da tese de que houve uma operação de crédito sem prévia autorização do Senado Federal, e, provavelmente, sem que lei municipal autorizasse a contratação de tal operação”.

O Consultor, Dr. Marcos Mendes, encontra-se presente nesta Comissão para, se for o caso, hoje ou em outra oportunidade...

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – ...apresentar esclarecimentos com relação à correspondência recebida da ex-Prefeita Marta Suplicy, do Município de São Paulo.

Concedo a palavra o Senador Jefferson Péres para uma questão de ordem.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Sr. Presidente, essa matéria não será apreciada nesta reunião?

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB–PA) – Não, Sr. Senador, apenas aproveitei a oportunidade da chegada dos Srs. Senadores para ler a nota técnica emitida pelo...

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT–AM) – Não, é porque tenho um compromisso agora, e não pudei participar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL–SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB–PA) – Esse assunto não será discutido no momento.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL–SP) – Então, é só para dizer que...

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB –PA) – Foi apenas lido, comunicado...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL–SP) – Cumprimos o Consultor.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB–PA) – ... e distribuído aos Srs. Senadores.

O Senador Romeu Tuma faz um cumprimento ao Consultor Legislativo do Senado Federal.

Com a palavra o Senador Aloísio Mercadante.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT–SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de encaminhar à Mesa desta Comissão uma demanda para que a Mesa entrasse em contato com o Ministério da Fazenda e informasse à Comissão quais os Municípios que se encontram nesta situação, para que possamos analisar o conjunto dos Municípios que, eventualmente, estejam envolvidos na mesma problemática. É fundamental que possamos tomar uma providência...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL–SP) – Permite um aparte, Senador?

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT–SP) – Pois não, Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL–SP) – Eu gostaria de dizer que, na última sessão, quando foi apresentada a carta da ex-Prefeita, solicitei isso. Acho que é importante, porque a alegação de que não foi só a Prefeita que feriu a Lei de Responsabilidade, que se trouxessem todos à análise desta Comissão, porque

a instrução da Lei de Responsabilidade saiu daqui. Acho que é uma obrigação nossa analisarmos todas. Não há perdão para ninguém. Acho que uma medida provisória que ajuda todo mundo não pode entrar em conflito com o que está decidido pela Lei de Responsabilidade, sob pena de ela estar sendo revogada pela medida provisória.

Então, V. Ex<sup>a</sup> tem razão e concordo com seu pedido.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT–SP) – Então, a Presidência poderia tomar essa providência?

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB–PA) – Com certeza, Senador Aloísio Mercadante. Até porque não só V. Ex<sup>a</sup>, como Líder do Governo, pode formalizar o requerimento, como vamos aproveitar para cobrar novamente do Ministério da Fazenda as questões levantadas e as perguntas feitas pela Consultoria da Casa, que ainda dependem de uma resposta do Ministério da Fazenda para a formalização de parecer com relação a esse assunto.

Passamos agora à pauta da reunião, que foi desmembrada. A primeira parte, que é a apresentação do parecer do eminente Senador Rodolpho Tourinho, do PFL da Bahia, com relação à indicação do Dr. Alexandre Antônio Tombini para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. A segunda parte trata da pauta normal, inclusive com a apreciação de mensagens enviadas para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Gostaria de saber se o indicado, Dr. Alexandre Tombini, já se encontra no recinto.

(Pausa.)

Não se encontra ainda no recinto o indicado.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT–SP) – Sr. Presidente, não poderíamos, antes de...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL–SP) – Sugiro que passe para outro dia só. Se não está presente, sugiro que passe para outro dia.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT–SP) –... votar, primeiro,, a mensagem...

Não, ele está presente, sim. Posso chamá-lo imediatamente. Mas tínhamos na pauta também a mensagem da programação monetária relativa ao quarto trimestre. Proporia...

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB –PA) – Mas o Senador Delcídio Amaral não está presente, é o relator.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT–SP) – Está também.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB–PA) – Está aqui na frente, mas não está aqui dentro. Tragam-no.



Passamos, então, à segunda parte. Retornaremos logo quando da chegada do indicado.

Item 1:

Mensagem do Senado Federal nº 137, de 2005, não terminativa. Encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, a programação monetária relativa ao segundo semestre de 1995.

Autoria: Presidência da República

Relator: Senador Delcídio Amaral

O parecer é favorável nos termos do PDS que apresenta.

Com a palavra, o Senador Delcídio Amaral, Líder do PT, do Estado do Mato Grosso do Sul.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT-MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu prefiro resumir, Sr. Presidente, a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 2004, quarto trimestre de 2004, primeiro trimestre de 2005 e segundo trimestre de 2005.

Se V. Exª me permite, Sr. Presidente, já vou caminhar – se V. Exª me permite ler a alguns comentários relativos à programação. É importante registrar, Sr. Presidente, que, como reação ao requerimento de diligências apresentado nesta Comissão, a Presidência do Senado recebeu várias mensagens, dentre elas a de nº 122, pela qual a Presidência da República, nos termos do § 1º do inciso II do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, encaminha a programação monetária relativa ao terceiro semestre de 2004, ao quarto e aos dois primeiros semestres de 2005.

A referida mensagem foi autuada por cópia, uma vez que já houvera sido recebida em sua versão original, dando continuidade ao processo antes interrompido.

Já foi muito debatida nesta Comissão a caducidade do procedimento de aprovação da programação monetária pelo Senado Federal. Como resultado desse debate, o Senador Garibaldi Alves Filho apresentou – e a Comissão aprovou – o Projeto de Lei do Senado nº 326/2003, que revoga dispositivos da Lei do Real relacionados ao ritual de elaboração e aprovação da programação monetária.

Esse projeto encontra-se pronto para entrar em pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, já contando com parecer favorável do Senador Ney Suassuna.

Uma vez que ainda não foi revogado o comando legal para apreciação da programação monetária pelo Senado Federal, cabe a esta Comissão votar o documento elaborado pelo Banco Central e enviado pela Presidência da República.

Sr. Presidente, a razão desta introdução é exatamente registrar que temos que dotar o Senado de

novos mecanismos para fazer esse acompanhamento, uma vez que mudamos a sistemática de operação do Banco Central. Isso motivou o Senador Garibaldi Alves a apresentar um projeto que efetivamente leve o Senado a fazer esse acompanhamento de maneira mais objetiva, de maneira mais fundamentada na realidade que hoje vivenciamos.

É importante registrar que esses procedimentos se basearam numa época em que o câmbio era fixo e a política monetária era baseada numa programação de expansão de oferta da moeda. Hoje, Sr. Presidente, temos um câmbio flutuante e uma política monetária baseada em metas de inflação.

Para concluir, quanto ao mérito, cabe assinalar que a programação dos agregados monetários para os quatro trimestres – citei-os logo no início da exposição – alinhou-se ao cenário traçado para o comportamento do PIB, da inflação, das taxas de juros e do câmbio, além de outras variáveis relevantes. Dado o seu caráter meramente indicativo, a mencionada programação não teve qualquer efeito prático sobre o sistema de metas para a inflação hoje em vigor.

Portanto, Sr. Presidente, em função dos argumentos apresentados, concluo pela aprovação da programação monetária do terceiro trimestre de 2004, do quarto trimestre de 2004 e dos dois primeiros trimestres de 2005.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovada a matéria.

Por uma questão regimental, para que não haja dúvidas, o secretário pediu que colocasse em votação uma matéria seguida de outra.

Mensagem do Senado Federal nº 137, de 2005, não terminativa, que encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, a programação monetária relativa ao segundo trimestre de 2005. A autoria é da Presidência da República, e o Relator é o Senador Delcídio Amaral.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Mensagem nº 136 encaminhada ao Senado Federal, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069. A autoria é da Presidência da República. Trata-se também da programação monetária relativa ao trimestre de 2005.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Mensagem n<sup>o</sup> 122, não terminativa, encaminhada ao Senado Federal, nos termos do § 1<sup>o</sup> do inciso II do art. 6<sup>o</sup>, da Lei n<sup>o</sup> 9.069. Trata-se da programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 2004. A autoria é da Presidência da República, e Relator é o Senador Delcídio Amaral.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Aprovada.

Mensagem n<sup>o</sup> 135. Trata-se da programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2004. A autoria é da Presidência da República, e o Relator é o Senador Delcídio Amaral.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Foram aprovadas, por unanimidade, todas as mensagens de autoria da Presidência da República relativas a programação monetária.

Alguma coisa a mais? Não?

Havendo número legal, coloco em pauta a discussão e a votação da ata da sessão anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL-SP) – Peço a dispensa da leitura.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – O Senador Romeu Tuma pediu a dispensa, inclusive, da leitura.

Pergunto à Secretaria se o Dr. Alexandre Tombini já chegou. O indicado já se encontra no recinto da Comissão.

Solicito ao Senador Ney Suassuna, como líder do PMDB, e ao Senador Delcídio Amaral, do Partido dos Trabalhadores, que conduzam o Dr. Alexandre Tombini para que compareça à sala da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, onde será argüido. (Pausa)

Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, está presente o Dr. Alexandre Antônio Tombini, indicado para assumir a diretoria do Banco Central pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Rodolpho Tourinho, eminente Senador do PFL da Bahia, para que proceda a leitura do seu parecer sobre o indicado, Dr. Alexandre Tombini.

Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL-BA) – Sr. Presidente, Senador Luiz Otávio, Sr. Vice-presidente, Senador Romeu Tuma, Dr. Alexandre Tombini, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores. O Senhor Presidente da República, por intermédio do...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Eu pediria aos Srs. Membros da Comissão e aos Senhores e Senhoras presentes que mantivéssemos silêncio para ouvir o relator, Senador Rodolpho Tourinho.

Garantida a sua palavra, Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL-BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Senhor Presidente da República, por intermédio da Mensagem n<sup>o</sup> 138, de 2005, submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d da Constituição Federal a indicação do Sr. Alexandre Antônio Tombini para ocupar o cargo de diretor do Banco Central do Brasil.

O currículo do candidato atesta a sua qualificação acadêmica e ampla experiência profissional. Bacharel em Economia pela Universidade de Brasília, Alexandre Tombini é também Doutor em Economia pela University of Illinois at Urbana-Champaign. Funcionário de carreira do Banco Central do Brasil desde 1998, ali exerceu atividades diretamente ligadas à área de estudos e pesquisas, para a qual é agora indicado como diretor. Foi chefe do Departamento de Estudos e Pesquisas de março de 1999 a junho de 2001, período em que teve oportunidade de ser um dos principais técnicos responsáveis pela implantação do sistema de meta de inflação.

Atualmente, exerce a função de assessor sênior do diretor executivo e membro da diretoria executiva do Fundo Monetário Internacional, o que lhe permitiu participar das negociações dos programas brasileiros junto ao FMI desde 2001 até 2004.

Anteriormente, exerceu outros cargos públicos de relevância. Foi consultor da diretoria do Banco Central de maio de 1998 a março de 1999; assessor especial da Câmara de Comércio Exterior de fevereiro de 1995 a maio de 1998 e coordenador da área externa da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda de 1992 a 1995, quando teve oportunidade de dar grande contribuição à implantação do Mercosul.

Seu currículo exhibe diversas publicações de artigos especializados, dos quais destaco as mais relevantes para o cargo que irá exercer. São: “As metas de inflação no Brasil – choques e indexação de preços e condicionalidades do Fundo Monetário Internacional”;

o outro, é “Implementação das metas de inflação no Brasil”, publicados em co-autoria com outros economistas do Banco Central.

Queria enfatizar ainda mais no currículo do Dr. Alexandre Tombini não só essa sua participação no programa de fixação de metas do Banco Central, mas também o fato de ele ser um funcionário de carreira, o que é muito importante, sobretudo num momento em que discutimos a autonomia do Banco Central. Esse processo de discussão já foi iniciado aqui no Senado. Um dos aspectos apontados talvez como empecilho a essa autonomia do Banco Central é o fato de que freqüentemente ou na maioria das vezes os diretores do Banco Central serem oriundos do mercado financeiro, serem de mercado. Estamos assistindo aqui, neste momento, a uma mudança de atitude: o fato de o Dr. Alexandre Tombini ser funcionário de carreira do Banco Central.

Entendo, pessoalmente, que o Banco Central tem funcionários sempre a altura para exercício desses cargos. Tenho e tive no passado uma longa vivência no trato com o Banco Central. Essa é uma convicção pessoal muito forte, mas que eu gostaria, neste momento, de enfatizar: considero positiva a indicação do Dr. Alexandre Tombini para o cargo do Banco Central, sobretudo, volto a repetir, no momento em que se discute a independência ou autonomia do Banco Central.

Outro fato que também quero destacar é a participação dele no sistema de metas implantado no Banco Central e que está funcionando.

Por último, ressalto a experiência dele no exterior. Entendo que não é apenas por meio de participação no mercado que se adquire essa experiência. Tem o Dr. Alexandre Tombini essa experiência sem ser membro do mercado tradicional.

De forma que, para finalizar, considero que as informações constantes do currículo do Sr. Alexandre Tombini comprovam a sua qualificação, para adequado desempenho do cargo, motivo pelo qual esta Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a sua indicação para o cargo de diretor do Banco Central. Antecipo meu voto favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Agradeço ao Senador Rodolfo Tourinho.

Passo a palavra ao Dr. Alexandre Antônio Tombini para que faça uma breve exposição.

Peço à Secretaria que distribua uma cópia do discurso do Dr. Tombini.

Com a palavra Dr. Alexandre Tombini, indicado à diretoria do Banco Central.

**O SR. ALEXANDRE ANTÔNIO TOMBINI** – Muito obrigado.

Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Luiz

Otávio, Exm<sup>o</sup> Sr. Vice-Presidente, Senador Romeu Tuma, Exm<sup>o</sup> Sr. Relator, Senador Rodolpho Tourinho, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores presentes, é uma honra estar diante desta Comissão como indicado à diretoria do Banco Central do Brasil. Como funcionário de carreira, vejo a possibilidade de compor a diretoria não somente como preenchimento de uma aspiração pessoal, mas também como reconhecimento da alta qualidade do corpo técnico do Banco Central do Brasil.

Caso aprovado por esta Casa, procurarei desempenhar minha função utilizando ao máximo a experiência e o conhecimento acumulados para dar minha contribuição no sentido de se aprofundar a estabilidade macroeconômica e assentar as bases para o crescimento sustentado do País.

Quero deixar público também meu sincero agradecimento ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Antônio Palocci, e ao Presidente do Banco Central, Henrique de Campos Meirelles, pela confiança em mim depositada pela indicação do meu nome a esta Casa.

Como todos sabemos a inflação tem efeitos altamente regressivos sobre a renda da população, prejudicando especialmente os menos favorecidos, que não dispõem dos mecanismos para delas se protegerem. O controle da inflação além de mirar uma inflação baixa deve ter por objetivo tornar a inflação mais previsível possível, de forma a facilitar o planejamento da sociedade nas suas decisões de consumo, poupança e investimento. Somente com uma inflação baixa e previsível é que teremos a possibilidade de alcançar o desenvolvimento econômico sustentado, onde a renda real da sociedade seja o principal motor de sustentação da economia e o investimento privado, a sua mola propulsora.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tendo eu participado da adoção do Regime de Metas de Inflação no Brasil, em 1999, quando chefiava – como Relator o Senador Tourinho – o então recém-criado Departamento de Estudos e Pesquisas do Banco Central, eu gostaria de, nesta oportunidade, de fazer uma breve avaliação retrospectiva da nossa curta porém rica experiência.

Nos quase seis anos, desde a sua implantação, o sistema tem obtido sucesso como instrumento de coordenação das expectativas de controle da inflação, especialmente tendo-se em conta a dimensão e a freqüência dos choques que atingiram a economia no período.

Creio que, durante a curta experiência brasileira com o Regime de Metas de Inflação, o balanço seja inequivocamente positivo. O País, nesse período, sofreu toda sorte de choques econômicos e soube enfrentá-los com flexibilidade.

Primeiro tivemos os efeitos da forte desvalorização do câmbio na transição para o novo regime, em 1999.

Posteriormente, no ano 2000, tivemos a crise da bolha no mercado de ações vinculado à tecnologia da informação e o aumento dos preços internacionais do petróleo.

Em 2001, tivemos uma combinação de choques: a deterioração da situação econômica na Argentina, o racionamento de energia no Brasil e, por último, os ataques terroristas de 11 de setembro nos Estados Unidos.

Em 2002, o ano mais complicado para o novo regime de política monetária, combinaram-se, ao longo do ano, um novo e forte ajuste da taxa de câmbio, com a elevação da versão ao risco e com a crise de confiança que levou também à monetização parcial da dívida mobiliária interna.

Em 2003, a política econômica tratou de dissipar as dúvidas iniciais quanto à sustentabilidade da dívida pública e retomar o controle da inflação.

Em 2004, uma vez normalizadas as condições financeiras e consolidado o processo de retomada econômica, o País, pela primeira vez, desde a implantação do Regime de Metas, teve que lidar com pressões inflacionárias em boa parte originadas pelo lado da demanda agregada. Também os preços internacionais do petróleo subiram, de novo atingindo recordes históricos.

Esse breve inventário dos choques a que fomos submetidos sugere que, apesar de curta no tempo, a experiência brasileira com metas de inflação tem sido bastante rica em relação às mudanças do ambiente econômico.

Com respeito ao desenho do sistema, a definição de metas numéricas para a inflação futura fornece informação inequívoca para a sociedade sobre os objetivos da política monetária a médio e longo prazos e, na presença de choques inflacionários adversos, oferece uma trajetória clara para o processo de desinflação, ajudando a conformar as expectativas da sociedade.

Ao alinhar as expectativas da sociedade aos objetivos de médio e longo prazo, a economia ganha em previsibilidade, permitindo aos indivíduos e empresas planejar as suas decisões de consumo, poupança e investimento, portanto contribuindo para aumentar a eficiência da economia como um todo.

Combinado ao regime de câmbio flutuante e à disciplina da política fiscal, o sistema de metas tem servido bem às necessidades do País. O tripé da política macroeconômica tem permitido lidar de forma eficiente com choques que assolaram a economia brasileira num período recente. Por exemplo, choques externos refletiram-se em mudanças duradouras nos preços relativos. Os ajustes iniciais da taxa de câmbio, somados ao controle da inflação, ajudaram a preservar as mudanças no câmbio real, restaurando o equilíbrio externo da economia sem maiores sacrifícios da economia interna.

A inflação não fugiu ao controle nem a atividade econômica se contraiu. A expansão das exportações brasileiras aumentou a renda, levando a um impacto positivo no produto da economia e no nível de emprego.

O sistema, ao mesmo tempo em que tem permitido à autoridade monetária responder de forma flexível aos choques que incidem na economia, exige também disciplina dos gestores da política monetária.

A simplicidade do regime, ao definir objetivos numéricos explícitos para a inflação, conduz a um alinhamento natural entre a sofisticação exigida do gestor e do especialista em política monetária e o entendimento do leigo. Este último conhece com clareza os objetivos perseguidos pela autoridade monetária, consubstanciados nas metas numéricas. Assim sendo, tem condições de aferir com precisão o desempenho do seu Banco Central.

Para obter êxitos em sua missão, o Banco Central precisa construir a sua credibilidade no combate à inflação. É inconcebível, por exemplo, supor que um Banco Central que, sistematicamente, falhe no controle da inflação e seja percebido como transigente na luta contra a elevação dos preços consiga manter as expectativas da sociedade em linha com as metas futuras.

Por outro lado, é possível que a sociedade reconheça que, a despeito dos desvios temporais da inflação, a autoridade monetária retenha a capacidade, no futuro, de trazer de volta a inflação para a trajetória de metas. Isso é parte do exercício de construção de credibilidade no Banco Central, que exige disciplina, inteligência e intransigência com inflação. E, uma vez obtida e preservada essa credibilidade, confere ao Banco Central maior flexibilidade para enfrentar os desafios do dia-a-dia e, em última instância, reduzir o custo social da política monetária.

Apesar da clareza de seus objetivos, o sistema de meta de inflação exige sempre um esforço maior de comunicação de suas decisões em relação aos outros regimes de política monetária. Em outros regimes,

como no caso, por exemplo, de uma regra de câmbio previamente conhecida, ou de uma regra de expansão da moeda, a necessidade de comunicação é mínima. O Banco Central pode comunicar-se por meio de suas ações cotidianas, seja nas mesas de moeda estrangeira ou nas mesas de títulos.

No caso do regime metas, entretanto, a autoridade monetária tem que fundamentar suas decisões de política no curto prazo, estabelecendo o nexos, com o objetivo de inflação mais a longo prazo. É justamente a consistência das ações de política monetária, juntamente com uma clara comunicação dessa política, que darão forma à credibilidade do regime de metas de inflação.

O sistema no Brasil tem sido conduzido com elevado grau de transparência, ingrediente fundamental na construção e consolidação dessa credibilidade. A divulgação das notas do Comitê de Política Monetária, com defasagem mínima, e a publicação de relatórios de inflação trimestrais, contendo as previsões de inflação do Banco Central e os riscos associados, são avanços institucionais importantes no esforço de transparência e comunicação da política monetária brasileira. O sistema brasileiro já é reconhecido internacionalmente, não somente pela quantidade de informações disponibilizadas, mas, sobretudo pela qualidade dessas informações.

Além da transparência, um outro aspecto extremamente importante do sistema de metas no Brasil diz respeito à obrigação de prestação de contas da sociedade. Em caso de o Banco Central não cumprir com as metas de inflação, envia carta aberta ao Ministro de Estado da Fazenda, explicando as razões do descumprimento e informando as medidas corretivas adotadas, bem como a previsão de retorno da inflação para a trajetória de metas. Ainda no processo de prestação de contas à sociedade, o papel do Parlamento brasileiro, o mais perfeito representante da sociedade, é central. A autoridade monetária tem a obrigação de prestar contas da execução de sua política monetária ao Poder Legislativo, inclusive por meio de esclarecimentos adicionais às informações disseminadas com frequência em seus relatórios periódicos.

Além de exigirem elevado grau de transparência, as ações de política monetária devem ser adotadas de forma antecipatória, os seus efeitos sobre a inflação ocorrem com defasagens. A meta de inflação é fixada para o futuro e, portanto, o Banco central ajusta seus instrumentos hoje para que a inflação projetada seja compatível com as metas predefinidas. Esse processo exige um permanente esforço de se obter um melhor entendimento do mecanismo de transmissão da política monetária. Precisam ser conhecidas às intensidades

com que reage a inflação aos estímulos de política monetária e as defasagens entre o ajuste na taxa de juros e outros instrumentos, e seus efeitos finais sobre a trajetória de inflação.

Caso conte com a aprovação dessa digníssima Casa, trabalharei com os demais colegas da diretoria colegial do Banco Central do Brasil e, sobretudo, com o qualificado corpo técnico da instituição, para continuar o processo de aperfeiçoamento do sistema de metas de inflação no Brasil. Nesse sentido, vejo ainda a importância do debate público que se trava em torno de como aperfeiçoar a atuação da autoridade monetária.

Devemos, no Banco Central, acompanhar com atenção o debate que se desenvolve aqui no Congresso, no Senado e nesta Comissão.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, para avaliarmos o desempenho do regime de metas de inflação nesses cerca de seis anos, devemos, no meu entendimento, utilizar pelo menos dois critérios complementares: O primeiro: Devemos comparar a inflação ocorrida a cada exercício com as metas de inflação predefinidas, incluídas as margens de tolerância. Nesse critério, os resultados seriam em boa medida favoráveis. Se por um lado em três dos seis anos, a saber, 1999, 2000 e 2004, a inflação observada ficou dentro das metas previamente estabelecidas, por outro, em 2001 e 2002, o desvio da inflação superou a banda de tolerância. O ano de 2003 foi um caso à parte. Conquanto a meta originalmente estabelecida tenha sido superada, o desvio da inflação observada em relação à meta operacional estabelecida no ano anterior foi relativamente modesto.

O segundo critério de avaliação do regime baseia-se na evolução das expectativas de inflação, ou seja, ainda que a inflação tenha se desviado da meta, caberia averiguar se o Banco Central reteve a capacidade de manter as expectativas de inflação sob controle e em linha com os objetivos anunciados.

Sob esse critério, apesar do desvio da meta ocorrida em 2001, as expectativas de inflação, ao final daquele ano, para o ano de 2002 mantiveram-se bem comportadas. Ou seja, por mais fortes que tenham sido os choques que atingiram a economia brasileira em 2001, e a despeito do desvio da inflação ocorrida, a natureza dos choques e a reação do Banco Central, juntamente com a existência de metas de inflação conhecidas para o futuro, deram conta de manter as expectativas de inflação em linha com os objetivos do Governo. O mesmo ocorreu em 2003.

Como mencionei anteriormente, o tripé de política econômica adotada nesses últimos seis anos, combinando disciplina fiscal, câmbio flutuante e metas de

inflação, permitiu enfrentar com flexibilidade períodos de grandes dificuldades, e o resultado foi bastante satisfatório: preservou-se o equilíbrio macroeconômico a um custo social moderado.

Caberia ressaltar ainda que essa flexibilidade do regime de política monetária, juntamente com um forte ajuste fiscal no período, de mais de cinco pontos de percentagem do PIB, permitiu uma significativa virada no saldo da conta corrente do balanço de pagamentos da ordem de quase sete pontos de percentagem do PIB.

Esse forte ajuste do setor externo brasileiro, diferentemente da experiência de outros países, não se deu à custa da contração da economia. A economia real brasileira foi capaz de absorver os choques externos com flexibilidade, fazendo com que a composição da demanda agregada respondesse de forma rápida e forte às mudanças de preços relativos em favor dos produtos comercializáveis, gerando robusto superávit da balança comercial nos últimos anos, que hoje supera a marca de US\$35 bilhões.

Quanto ao futuro, estou otimista. Creio que a atual política macroeconômica dará conta de ajustar a inflação à sua trajetória de metas e permitirá, ao longo do tempo, caminhar no sentido que todos desejamos: de taxas de juros reais mais baixas.

Olhando mais à frente, em horizonte de dois a três anos, vejo como muito promissora a possibilidade de o Brasil convergir para um grau de risco de investimento. A expansão sustentada da economia, o equacionamento da questão fiscal, com a redução firme e gradual da relação dívida/PIB e a continuidade do processo de melhora dos indicadores de endividamento externo deverão contribuir muito nesse processo de convergência para o grau de investimento. A velocidade dessa convergência, porém, dependerá dos avanços adicionais nas reformas estruturais que permita uma resposta maior a oferta global da economia. Esses avanços deveriam compreender uma maior formalização do mercado de trabalho, o equacionamento da questão previdenciária, o maior aprofundamento do mercado de crédito e de capitais, a melhoria da qualidade dos gastos públicos e a melhoria das condições de concorrência com os avanços na área do comércio exterior.

Cabe ressaltar que a obtenção do grau de investimento não se trata de um capricho de economistas, nem tampouco algo cujo impacto ficará limitado ao setor financeiro. Ao ser promovido a esse novo patamar de risco, os ativos brasileiros automaticamente se valorizariam, ampliando a capacidade das empresas aqui instaladas de financiarem os seus investimentos produtivos e consolidando o País como o destino mais seguro para os investimentos produtivos estrangeiros,

ampliando assim as oportunidades de emprego e de renda para os brasileiros.

Em resumo, procurei elencar aqui alguns dos pontos principais que caracterizam a atuação do Banco Central do Brasil e que batizarão a minha contribuição caso seja aprovado nesta Casa.

Agradeço a V. Exas. e mais uma vez expresso a minha gratidão ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao Ministro Antônio Palocci e ao Presidente Henrique Meirelles pela oportunidade de estar aqui.

Estou à disposição de V. Exas.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Após a manifestação do Dr. Antônio Tombini, abriremos inscrição para perguntas.

Com a palavra, o Senador Ney Suassuna, como Líder do PMDB.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB-PB) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Fico muito satisfeito de estar aqui entrevistando uma pessoa preparada, que sabe aonde quer chegar em relação ao seu papel no Banco Central.

Gostaria de fazer apenas duas perguntas.

Dr. Tombini, para combater a inflação, um dos remédios mais fortes tem sido a taxa de juros, criticada por “Deus e o mundo”. A crítica vai desde o Vice-Presidente a todos os empresários, todos os comerciantes. Não há sindicatos, não há quem goste de taxas de juros altas, e nós, lamentavelmente, estamos com uma taxa de juros muito alta.

O que eu não consigo entender é que, se existe alguma alternativa... Por exemplo, se pegássemos a taxa de requerimento de capital, que os bancos cobram em média 0,25% a título dela para emprestarem dinheiro, e a aumentássemos, não seria mais salutar do que aumentar os juros?

Porque, vejam: quando se aumentam os juros, nós estamos aumentando a dívida, nós pagamos muito mais. E quem ganha mais? São os bancos estrangeiros. Se fosse a taxa de requerimento seria só para quem vai tomar dinheiro. Se a opção é para conter a verba que está sendo emprestada, se esse é o objetivo, por que não usar essa taxa de consumo de capital, conhecida também como taxa de requerimento? Hoje, é uma taxa insignificante de 0,25%, que nós poderíamos colocar para 3%, 4% ou 5%, e inibiria do mesmo jeito que inibe quando se aumenta a taxa de juros, que é genérica e pesa sobre a dívida. Esta é a primeira pergunta.

A segunda pergunta é: existem vários projetos de independência do Banco Central, e um deles é de minha autoria. Já tinha feito um antes, em 1994, quando tentamos regulamentar o artigo da Constituição que

cuidava de todo o Sistema Financeiro. Naquela época terminou sendo relatado pelo hoje prefeito de Porto Alegre, o nosso Senador também do PMDB, e não foi levado adiante na Câmara. Voltamos a fazer o projeto. Em todos os países que tivera os seus bancos centrais tornados independentes ou pelo menos parcialmente independentes aumentou-se a taxa de confiabilidade da perseguição das metas e com isso a inflação caiu. Não seria também salutar se no Brasil nós tornássemos – pelo menos parcialmente – o Banco Central independente? Isso também não ajudaria na queda da inflação? Não seriam dois remédios que, com toda a certeza, não gerariam aumento de dívida, aumentariam a confiabilidade e não criariam os problemas que hoje cria, por exemplo, essa famigerada taxa de juros?

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Com a palavra, o Dr. Alexandre Antonio Tombini.

**O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI** – Muito obrigado, Senador, pelas perguntas. São perguntas muito oportunas.

Em relação à questão da taxa de juros, como V. Ex<sup>a</sup> mencionou, elas estão altas, mas acredito que, infelizmente, são necessárias neste momento. Como mencionei na minha breve introdução, estou otimista em relação à capacidade das políticas atuais de trazerem essa inflação – acho que o foco, aqui, é a inflação – o mais rapidamente para a sua trajetória de metas e, com isso, abrir espaço, ao longo do tempo, para flexibilizar as condições monetárias e quem sabe rumar para uma taxa de juros real mais baixa num horizonte talvez não tão longo.

Em relação ao instrumento que V. Ex<sup>a</sup> mencionou, do requerimento de capital, eu quero dizer que acho que o Banco Central não deve abrir mão de nenhum instrumento. Isso é uma questão de princípio.

Em relação aos compulsórios e a outros mecanismos de regulação prudencial, eu acho que nós temos correndo em paralelo um outro processo, que é o de aprofundar o mercado de crédito brasileiro. Hoje nós já temos um estoque de compulsórios bastante elevado. Temos 53% nos depósitos à vista, 23% nos depósitos a prazo, 30% no depósito de poupança. O nível de depósito compulsório, tomando por base a experiência internacional, é bastante elevado no Brasil. E também os objetivos desses depósitos de requerimento de capital são de regulação prudencial, ou seja, de fazer com que as instituições tenham capacidade de absorver os riscos que elas detêm nas suas posições ativas. Nós sabemos que a melhor garantia para os depositantes reaverem os seus recursos depositados nas instituições financeiras é a qualidade dos ativos. Esses instrumentos, então, são calibrados para assegurar e trabalhar de forma antecipativa, evitando cri-

ses tanto sistêmicas quanto de instituições individuais. Penso que desviar esse instrumento com o objetivo de inflação talvez não seja o mais apropriado, tendo em vista o estoque já elevado que nós temos, por exemplo, com os depósitos compulsórios.

Então, como eu disse, acho que não devemos abrir mão de nenhum instrumento, por princípio. Mas eu creio que o Banco Central deveria continuar enfocando no instrumento mais tradicional neste momento e esperar para ver se há condições de flexibilização uma vez que a inflação venha para baixo, porque eu estou otimista em relação a isso.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB-PB) – Mas, se a gente utilizar essa taxa de requerimento, a gente não aumentaria o pagamento que o Governo tem que fazer não só para a dívida interna quanto para a externa? Quem ganha com isso são só os bancos. Eu não entendo por que a gente generaliza, fazendo todo mundo sofrer, principalmente os investidores, quando a gente poderia fazer só na inibição de consumo de quem está tomando dinheiro emprestado.

**O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI** – Muito obrigado pela adição.

Voltando ao ponto, já temos um estoque amplo. Quer dizer, o Banco Central já vem fazendo isso de certa forma. Os compulsórios estão em níveis bastante elevados do que o nível observado na experiência internacional; temos 53% de depósito a vista; 23% de depósito a prazo. Ou seja, já temos um “colchão” nesse caso.

Em relação à questão da independência, creio que o fundamental aqui é justamente o desenrolar do processo que se inicia nesta Casa, dos debates em torno das vantagens de caminharmos no sentido da autonomia operacional do Banco Central. Vou acompanhar – e tenho acompanhado com alguma atenção – esse processo a sua iniciativa em relação ao projeto de fixação dos mandatos para os diretores do Banco Central e a justaposição parcial entre esses mandatos, além da não-coincidência com o mandato do Presidente da República. Acompanhei também o projeto do Senador Rodolpho Tourinho, um projeto bastante amplo, de autonomia operacional de juro para a autoridade monetária. Creio que isso é importante.

Na minha condição de candidato a compor a diretoria do Banco Central, quero dizer que a minha opinião é mais ou menos em linha com autonomia operacional representando um avanço institucional para o País. Mas vou acompanhar com bastante atenção o desenrolar dos debates nesta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Senador Aloizio Mercadante. V. Ex<sup>a</sup> dispõe do tempo regimental para a sua pergunta.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT-SP)

– Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar a indicação, porque a sua carreira de servidor público no Banco Central, e com experiência, depois, no Fundo Monetário Internacional, e um especialista em relação ao sistema de metas, V. S<sup>a</sup> teve um papel importante na implantação desses sistemas no Brasil, acho que o credenciam e acho que pode ser um elemento extremamente importante para enriquecer a reflexão sobre o sistema de metas.

Quero dizer que eu, particularmente, sou favorável ao sistema de metas. Acho que esse tripé câmbio flutuante/metad de inflação/superávit primário é um instrumento indispensável para que possamos ter fundamentos macroeconômicos sólidos no Brasil.

No entanto, se analisamos algumas experiências históricas, veremos que a Nova Zelândia levou 15 anos aperfeiçoando seu sistema de metas; o Chile levou 10 anos adotando o sistema de metas – e o fizeram de forma gradualista. O Brasil adotou o sistema de metas em junho de 1999, logo depois da desvalorização, usando o modelo mais duro possível. Quer dizer, temos metas explícitas, temos transparência, temos uma ampla política de participação com o público. Ou seja, notas da imprensa com a decisão do Copom, publicidade das atas do Copom, relatórios regulares da inflação, pronunciamentos do Presidente do BC, artigos de diretores e pesquisadores do Banco Central, equação de reação do Banco Central, de conhecimento público, temos pesquisas de expectativa do mercado financeiro – o Focus. Portanto, procuramos dar mais previsibilidade e preservar a credibilidade da autoridade monetária com todo esse sistema de transparência absoluta e previsibilidade das decisões.

No entanto, há outras experiências exitosas em que a política de comunicação é mais ou menos ampla, em alguns casos há cláusulas de escape, a meta é dentro de um intervalo, há diferentes margens de tolerância em relação às metas, há ritmos distintos de desinflação da economia, há indicadores distintos de inflação, inclusive com expurgo de índices, há prazos diferenciados, portanto temos várias experiências.

Quero mencionar algumas. Por exemplo:

A Austrália tinha um expurgo, entre 1994 e 1998, de 49% de IPC, e depois continuou com um pequeno expurgo;

O Canadá tem um expurgo de 16% do índice cheio e tem de seis a oito trimestres para acomodar a convergência para a meta. Portanto, eles têm um prazo mais dilatado do que 12 meses;

A Nova Zelândia, que é um país pioneiro, expurga o pagamento de juros e impostos dos juros sobre

os preços, também tem prazo anual e, depois, seis a oito trimestres para acomodar a meta;

O Reino Unido tem a exclusão dos juros de hipoteca sobre o índice de preços, mas o prazo é anual;

A Suécia tem de quatro a oito meses para fazer a convergência da meta;

O Chile tem avaliação anual, mas, no caso de desvio da meta, passam a ser oito trimestres para convergência em direção à meta;

A Coréia do Sul exclui preços de petróleo e produtos agrícolas, menos cereais, e o prazo é anual;

A República Tcheca expurga 18% do índice de preços, e a Tailândia também tem um expurgo de 19% do IPC.

Portanto, há duas alternativas. Uma delas é o expurgo de índice, que, particularmente, tenho grandes dúvidas se é o melhor caminho. Temos um peso muito grande de contratos indexados, mas não me parece ser um bom caminho, em termos de credibilidade, de previsibilidade e de consistência da política monetária, embora haja várias experiências em que há um prazo mais lento, um prazo mais dilatado para a convergência em direção à meta.

Então, a primeira pergunta que faço é: como o Sr. Alexandre Tombini analisa essa questão do prazo?

A segunda questão: se observarmos a nossa história econômica, só tivemos inflação abaixo de 5,5% em dois anos atípicos da nossa história. Em 1946, no Governo Dutra, saímos da guerra cheios de reservas cambiais e fomos destruindo essas reservas em uma velocidade muito grande, o que gerou a apreciação da taxa de câmbio; tivemos uma inflação abaixo de 5,5%. E em 1998, um ano também totalmente atípico, em que houve um esgotamento daquele populismo cambial, da âncora cambial, que antecede um ataque especulativo. Portanto, a meta de 5,5% é extremamente ambiciosa quando analisamos a nossa história econômica.

A minha pergunta é: por que definimos uma meta de 4,5% para este ano, como fez o Conselho Monetário Nacional, tendo um choque externo de preços? V. Ex<sup>a</sup>. mencionou inclusive o preço do petróleo, a siderurgia e algumas commodities, com a economia crescendo a 5,2%. Por que passar uma meta de 5,5% para 4,5%, se a inflação, no ano passado, foi de 7,6%? Tanto estava errada essa meta – e eu me bati muito por isso – que o Banco Central acabou depois sinalizando uma meta de 5,1%.

Como será a reunião do Conselho Monetário Nacional de junho agora que decidirá a meta do ano que vem, confirmando-a ou não, e fará a previsão da meta de 2007, pergunto se não seria bastante razoável que mantivéssemos um ritmo de deflação? A inflação tem que continuar em trajetória de queda, mas lenta, como



fizeram Nova Zelândia, Chile e outros países, para permitir manter-se um ritmo de crescimento de economia forte, para evitar esse sobrecarregamento da política monetária e essa pressão que estamos tendo sobre a política fiscal, que é uma decorrência disso.

Assim, pergunto qual é a análise, quais são os subsídios e a reflexão que o senhor faz em relação ao sistema de metas no Brasil? O senhor vê alguma possibilidade de aperfeiçoamento desse sistema? E em relação à definição do centro da meta e dos intervalos para a definição da política monetária em 2006 e em 2007?

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB–PA)

– Com a palavra, o Dr. Alexandre Tombini.

**O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI** – Muito obrigado, Sr. Senador. Penso que V. Ex<sup>a</sup> traz ao debate público um tema bastante importante.

O desenho do sistema se deu num momento de ruptura com o regime cambial pré-existente. Precisávamos de uma âncora nominal para a economia que não fosse, por exemplo, a dolarização, que não tinha a menor chance de evoluir no caso brasileiro. Teoricamente, havia a possibilidade de correr para um sistema de regra de expansão da moeda. Todos sabemos que esse regime exige uma estabilidade da demanda por moeda, o que não seria possível em uma economia como a brasileira.

Quero dizer que a relação entre moeda e produto e, por conseguinte, entre moeda e inflação é bastante instável, e não teríamos controle do instrumento em relação ao objetivo de assegurar a estabilidade monetária. Voltar a um novo nível de câmbio esbarrava no problema da credibilidade, porque acabávamos de sair daquele regime de câmbio administrado.

Assim, precisávamos de um sistema que, ao mesmo tempo em que desse alguma flexibilidade para condução da economia naquele momento, também impusesse um grau elevado de disciplina. Precisávamos restabelecer a credibilidade do regime de política econômica, e esse sistema mostrou-se adequado e ganhou, como V. Ex<sup>a</sup> disse, bastante adeptos no mundo, tanto economias emergentes como economias desenvolvidas. Esse sistema, como disse na apresentação, tem servido bem ao País, porque ele pode ser usado com flexibilidade e vem sendo usado dessa forma.

Em relação à questão do prazo de convergência, creio que isso tem que ser estudado. Comprometo-me – claramente é uma questão de interesse – a estudar a questão porque a considero importante, caso seja aprovada por esta Casa.

Creio que a questão do prazo de retorno se dá melhor quando já estamos no nível, digamos, da inflação de médio ou longo prazo para uma economia

qualquer. Podemos correr para um sistema de metas de inflação com uma janela em que, todo mês, a inflação acumulada em doze meses teria que estar em linha com o objetivo definido pelo Governo ou pela sociedade e com margens de tolerância. Essa janela corre todo mês, caso a inflação seja maior, além das bandas, e o Banco Central ou a autoridade monetária deveria dizer em quanto tempo retornará para a inflação. Mas isso é um processo. Como ainda estamos em processo de desinflação gradual ou menos gradual, mas em processo de desinflação, ainda ficamos presos à questão do ano-calendário, num limite de passagem de uma trajetória de inflação.

Eu aprendi no Banco Central que, sem um conjunto amplo de informações, sem estar dedicado com exclusividade a esse tema, é difícil fazer um juízo bem-informado da minha parte. Entretanto, acredito que há idéias interessantes a serem estudadas, e vamos estudá-las ao longo do tempo.

Em relação à meta ser ambiciosa, observando a experiência internacional, quando foram fixadas as primeiras metas – imagino ainda no momento – levou-se em conta o fato de utilizarmos o índice cheio e não termos cláusulas de escape, como V. Ex<sup>a</sup> mencionou que há em outros países. Por isso, estabeleceu-se uma trajetória de metas e, além disso, um intervalo de tolerância que, comparado ao de outros países, tende a ser mais generoso. E esse intervalo de tolerância tem sido usado ao longo do tempo.

Uma coisa é perseguir a meta, outra coisa é atingi-la. Para atingir uma meta, é preciso contar com todos os tipos de elementos, inclusive sorte, porque, como estamos no ano-calendário, pode ser que um choque de grandes proporções atinja a economia, e a política monetária não tenha condições de reagir ou, dependendo da natureza do choque, tenha de acomodar os efeitos de primeira ordem desse choque. Então, o atingimento da meta é uma coisa, e a perseguição da meta é outra.

Em relação a alterar o valor da meta, alguns estudos recentes – que depois eu gostaria de compartilhar com V. Ex<sup>a</sup> – têm mostrado que uma das variáveis-chave na determinação da expectativa de inflação é a própria meta. Ou seja, a partir do momento em que se ajusta a meta de inflação, ajustam-se as expectativas de inflação. Sob o ponto de vista do custo social ou do custo da política monetária, a conclusão não é muito clara sobre se abre espaço. No longo prazo não há espaço, porque essa relação de pouco mais de inflação, pouco menos de desemprego não se sustenta no longo prazo, mas, na administração de curto prazo, estudos vêm mostrando que, ao alterar-se a meta de inflação, alteram-se as expectativas. Conseqüentemen-

te, o custo da política monetária pode ser tão elevado quanto em relação ao sistema original.

É isso, Sr. Senador.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT-SP)

– Primeiro, elogio a resposta porque, ao dizer que vai estudar, significa que está aberto para refletir. De fato, precisamos aperfeiçoar nosso sistema de metas. Espero que esse debate seja enriquecido com sua formação técnica e com a competência específica que tem nessa área, para que nos ajude nessa reflexão.

Vejo dois caminhos. Um é a questão do horizonte temporal, de podermos ter, como várias outras experiências históricas, a possibilidade de acomodar em um prazo mais longo que o ano calendário.

O debate quanto à definição da meta tem que ser aprofundado no País. Há alguns estudos, como, por exemplo, do George Akerlof, Prêmio Nobel de Economia, mostrando que o nível de inflação zero na economia americana é entre 2% e 2,5%. Ora, se, nos Estados Unidos, a inflação zero é entre 2% e 2,5%, seguramente, o nosso nível de deflação é acima disso. Nossos parceiros comerciais estão com uma média de inflação acima de 4%. Estamos saindo de um patamar de 2,5%, 9,5%, 7,6%. Por que temos que ter uma meta de 4,5% com uma velocidade de ajuste como esta que estão tentando impor? A consequência disso é a pressão da política monetária, a pressão da política fiscal e todo esse clima. Aí, há um processo de se usar âncora cambial, porque se eleva uma apreciação do câmbio, com superávit de US\$35 bilhões e com superávit de transações correntes, que começa a punir o nível de atividade pelas exportações e pelo crédito, além de agravar a situação do Estado brasileiro, que tem pouca capacidade de investimento e gasto público.

Precisamos olhar para as experiências do Chile, da Nova Zelândia e outras experiências que tiveram êxito e que fizeram um processo de deflação mais lento.

Segundo argumento: exatamente porque não se deve alterar meta de inflação, por que saímos de 5,5% para 4,5% e tivemos que voltar para 5,1%? Pergunto se isso não se pode repetir para a frente, com esse preço de petróleo que temos, siderurgia e outras commodities.

Pelo menos, eu defenderia manter 5,5% por três anos, porque aí o prazo de ajustamento é mais longo e se faria uma aterrissagem mais lenta, sempre em uma trajetória de deflação.

Ao fixar em 4,5% com uma banda de 2,5%, fixamos 7% como teto. Fechamos o ano com 7,6%. Era inevitável uma pressão na política monetária no início deste ano.

Pondero pelo menos se manterem 5,1%. Se estivermos com 5,1%, mantenhemos 5,1% para o ano que vem e fazemos um ajuste mais lento, para preservar o nível de atividade, que é o grande desafio da nossa economia.

Peço que V. Ex<sup>a</sup> reflita bastante sobre esse assunto. Estou interessado nesse estudo e quero continuar o debate porque essa é uma questão central para o êxito do Banco Central, do Governo e do desempenho da economia brasileira no próximo período.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko para a sua pergunta e, depois, aos Senadores Romeu Tuma, Eduardo Suplicy e, assim, uma relação de ainda 14 inscritos.

A Senadora Lúcia Vânia também pede inscrição.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Dr. Tombini, serei bastante breve. Eu gostaria de fazer duas colocações antes de fazer duas breves perguntas.

A primeira seria a importância da indicação de um funcionário de carreira, o que mostra, realmente, o compromisso que nosso Governo tem com pessoas que assumirão determinados cargos como esse que V. S<sup>a</sup>. assumirá, e para o qual precisam de duas características fundamentais: competência técnica e compromisso político – não veja compromisso político como político-partidário. Não! Sou educadora e, como tal, o compromisso político é visto como algo que realmente precisa ser levado avante, junto com a competência técnica, no sentido do compromisso para com o País, para com sua população. E, apesar de não ter podido permanecer presente o tempo todo durante o seu discurso – tive que me retirar –, já fiz a leitura das suas palavras, e vejo que o senhor traz isso em sua bagagem. Então, fico muito contente com isso.

A outra questão é que é muito difícil falar depois do Senador Aloízio Mercadante. S. Ex<sup>a</sup> não está sendo avaliado aqui, mas acredito que todos nós – e o Brasil conhece a competência do Senador Aloízio Mercadante na área da economia – sabemos e acreditamos das posturas políticas assumidas por S. Ex<sup>a</sup> para com a economia do Brasil. Precisava dizer isso, sim, porque acredito que nesse momento é importante mostrarmos ao Brasil que conhecemos e sabemos da postura de nosso Senador, Líder do Governo; portanto, precisamos dizer isso aflorar para que as pessoas o conheçam também.

Gostaria de fazer-lhe duas perguntas. A primeira: qual a inserção institucional – como o senhor a vê – desejável para o Banco Central, particularmente na relação com o Governo e com o sistema financeiro? O senhor entende que é desejável manter com o Banco

Central atribuições relativas à supervisão, fiscalização e empréstimos de última instância, caso seja conferida autonomia para a autarquia executar a política monetária? No caso de autonomia, como o senhor vê essa questão? Inclusive não estou dizendo qual é minha posição com relação à autonomia, pergunto-lhe.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Com a palavra o Sr.

Alexandre Antonio Tombini.

**O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI** – Muito obrigado pelas palavras, Senadora.

Quanto à inserção do Banco Central, primeiramente em relação ao mercado financeiro, temos que levar em conta que, em primeira instância, as decisões de política monetária, decisões sobre juros, sobre compulsórios, sobre redesconto, são transmitidas por meio do setor financeiro. Ou seja, o esclarecimento das políticas e o conhecimento pelo setor financeiro do regime de política monetária – câmbio – que o Banco Central e o Governo perseguem são importantes para dar a transmissão dessa política monetária e atingir os objetivos que a autoridade monetária deseja. Por exemplo, se temos um Banco Central que é percebido como respondendo a pressões políticas e não à política a que V. Ex<sup>a</sup> se refere, mas pressões políticas para fazer uma coisa ou outra, é bem possível que o Banco Central, uma vez definido tecnicamente que seria desejável, por exemplo, reduzir a taxa de juros, e essa decisão não fosse percebida como uma decisão técnica, poderia o mercado achar que, ainda de forma infundada, essa decisão não está fundamentada tecnicamente, e conseqüentemente, as taxas de mercado, ao invés de baixarem, juntamente com a taxa de controle do Banco Central, podem subir. Ou seja, o resultado da política do Banco Central, justamente o inverso do objetivo inicial. Isso tem a ver com a transmissão que o setor financeiro dará a um impulso inicial do Banco Central. Então, é importante – acho que o Banco Central tem que esclarecer, tem que manter informado, o setor financeiro tem que conhecer, em linhas gerais, o regime, para evitar, enfim, questões relativas à eficiência da transmissão da política.

Em relação à inserção com o Governo, acho que a política monetária não atua no vácuo. O Banco Central atua essencialmente sobre a demanda agregada da economia, e temos uma série de outras políticas que afetam a capacidade potencial de uma economia crescer: as políticas de oferta, que o Banco Central tem pouca interferência sobre essas políticas. Mas imagino que o diálogo seja importante. A transparência canaliza esse diálogo de uma forma mais pública, e o Banco Central tem que chamar a atenção para as políticas pelo lado da oferta e se essas políticas têm,

digamos, afetadas de forma desfavorável o objetivo do Banco Central de cumprir o objetivo do Governo de metas de inflação.

Vejo que essa relação tem de ser próxima; tem que haver uma separação clara entre autoridade monetária e o resto do Governo, mas a política monetária não atua no vácuo.

Com relação ao desenho institucional de um eventual processo na direção da autonomia operacional de júri do Banco Central, creio que o debate da sociedade nesta Casa é que definirá esse desenho. Enfim, no meu caso, caso eu seja aprovado, teremos, obviamente, de nos adaptar a esse desenho.

Quanto à questão da supervisão, temos experiências internacionais diversas. Os países nórdicos e alguns outros países têm a separação histórica. Outros países têm caminhado na direção dessa separação, como, por exemplo, a Inglaterra, que separou o Banco da Inglaterra da autoridade da supervisão, visando a aproveitar a sinergia entre os diversos órgãos de fiscalização da área de seguros, de ações e dos bancos. Temos de estudar a experiência, mas esse processo será definido pela sociedade, com apoio do Executivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Com a palavra o Senador Romeu Tuma, que cede o tempo reservado a S. Ex<sup>a</sup> ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB no Senado Federal, Senador pelo Estado do Amazonas.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr<sup>as.</sup> e Srs. Senadores, Dr. Tombini, eu já me ponho de acordo com a idéia das metas de inflação em 4,5%, com os 2,5% de tolerância. Entendo que qualquer tolerância psicológica a algum índice acima desses significa criarmos um clima no País que não é o desejável e não é sequer o necessário. Na minha cabeça, Dr. Tombini, não temos incompatibilidade alguma entre essas metas e o crescimento de 3,5% ao ano. Elas são perfeitamente compatíveis com 3,5% ao ano. O que é incompatível com 3,5% ao ano é a taxa de investimentos da formação brusca de capital fixo, que é insignificante em relação à necessidade brasileira. Isso transcende – devo admitir – aos limites deste Governo, como transcendia aos limites do Governo anterior. Há uma série de deficiências estruturais e institucionais no Brasil que levam a essa conclusão. Chegamos a ter 23% no auge do Plano Real, e hoje devemos estar com algo em torno de 20%, calculo isso, mas precisaríamos de 25% a 28% para sustentar um crescimento de 5% ao ano sem pressões inflacionárias adicionais. Eu não gostaria de trabalhar com a idéia de três anos seguidos, como propõe o Líder Mercadante, três anos seguidos de inflação supostamente acima de 7%. Vejo que, nas condições atuais de taxas de investimentos,

dá para trabalhar com 3,5% de crescimento e dá para trabalhar com até 7% de inflação. Vejo que a taxa de investimentos é pálida por várias razões, entre outras coisas porque há uma lei de agências reguladoras muito mim mandada pelo Governo e sendo discutida na Câmara dos Deputados. Precisamos implementar para valer e com seriedade a reforma do Judiciário e agilizar esse procedimento que é um dos gargalos brasileiros.

Precisamos tocar para frente aquele leque de reformas microeconômicas propostas pelo Dr. Marcos Lisboa ao Ministro Palocci, que, a meu ver, são partes de uma agenda essencial para o País. Temos de desencantar a reforma tributária, que foi, a meu ver, melhorada aqui no Senado e, de certa forma, engavetada na Câmara. Ela é vítima desse impasse que, a meu ver, tem a ver com a condução política imperfeita do Governo. Nós temos de ser explícitos em relação à independência do Banco Central, porque nós temos, enfim, que obter os necessários superávits menos pelo bafejo das conjunturas, menos pelo aumento das arrecadações a partir do aumento de carga tributário constatado – não dá para se ser, ao mesmo tempo, intelectualmente sério e negar que houve aumento de carga tributária – e mais pela diminuição dos gastos com custeio. Nós temos de procurar restabelecer os investimentos públicos, que estão em ponto críticos: desde 89 que não se viam os investimentos públicos em ponto tão crítico.

Nós temos, portanto, de criar o ambiente para que o investimento aconteça a partir de uma porção de reformas estruturais no País. Essas reformas precisam ser tocadas independentemente de ser ano de eleição, de ter ou não ter comissão parlamentar de inquérito, independentemente de se ter quaisquer problemas. Certas motivações são da agenda nacional, e essa agenda tem de ser restabelecida.

Eu vejo muitas referências aos tais preços administrados. Eu não tenho tempo para discutir todas as razões de termos chegado a eles, mas a mexida nos preços administrados, quando e se ocorrer, terá de acontecer a partir de um amplo consenso. Não dá para nós mudarmos porque um ministro ou uma ministra voluntarioso resolveram que o índice tal de reajuste é extorsivo e, por isso, é preciso mudar a cartilha. Não é assim que se procede se quer tornar o Brasil um País atraente para investimentos que, ao longo do tempo, nos garantam a perspectiva do crescimento com taxas elevadas e crescimento com boa dose de sustentabilidade.

E eu lhe digo mais. Nós temos aqui algumas pendências que estamos, pelo diálogo e civilidade, procurando resolver, mas eu não poderia nunca deixar de

colocar aqui, com clareza, o meu apoio à sua indicação, seja por conhecer o seu trabalho, a sua formação acadêmica, a sua experiência profissional, a sua história enfim, seja pela recomendação muito enfática que me fez do seu nome – não era nem necessária, mas é muito bom que ele tenha feito, é uma figura muito querida para mim o ex-Presidente do Banco Central Armínio Fraga –, seja pela recomendação que também não era necessária, mas foi feito por outra figura muito querida, que é o doutor Murilo Portugal.

Enfim, eu creio que Vossa Excelência tem um grande papel a cumprir no Banco Central ao substituir um técnico do melhor preparo, que é o doutor Loyo. Não vim aqui, portanto, questionar nada, porque tenho certeza absoluta de que Vossa Excelência é o right man to the right placa. Não tenho nenhuma dúvida quanto a isso.

Confio plenamente nisso.

Aliás, eu estou convidando o doutor Murilo Portugal para nós discutirmos dívida interna, porque, mais do que ninguém, ele entende desse assunto e ele poderá aclarar o debate e, quem sabe, contribuir para, a partir de sua presença aqui, nós elevarmos o debate sobre dívida interna, para não ficarmos naquela cantiga meio eleitoreira do tipo: “O governo passado encontrou a dívida interna em tantos bilhões e em poucos anos foi para não sei quanto”. Já estou chegando ao ponto de procurar um psicanalista, isso cansa. E de uma pobreza tão grande, que isso cansa. Então, quando Murilo Portugal vier aqui, ele vai explicar tim tim por tim tim. Estou muito feliz com a perspectiva da presença dele, pois sei que ele é uma garantia de austeridade, é uma garantia de que se vai tentar agora, e de uma vez por todas, cortar gastos como expressão máxima e expressão ideal do ajuste fiscal.

Nada tenho a opor à indicação de Vossa Excelência e devo-lhe dizer que alguns senadores me fizeram uma observação: a de que Vossa Excelência não teria feito – fez depois dos debates –, referência a juros – estou sendo agora arauto dessa observação, não chega a ser um queixume – ou a compulsório na sua exposição, mas falou sobre isso ao longo das respostas que deu.

É preciso olhar o que o Banco Central pode fazer. O Banco Central pode fazer algumas coisas. O Banco Central tem de cuidar da moeda, e o dever de qualquer banco central sério é cuidar de jogar a inflação o mais para baixo possível. Eu não consigo imaginar que o Banco Central deva fazer a outra parte: cuidar de ter a inflação lá em cima. Não, ele tem de jogar a inflação lá para baixo. Outros fatores devem concorrer para nós termos possibilidade de crescimento sem pressões inflacionárias. E, para mim, vamos ao fulcro

da questão, que é a taxa de investimentos, que deve ser aumentada não por decreto. Sugiro mudanças profundas na abordagem de política exterior, que, segundo entendo, ajudaria a criar uma mente de negócio mais favorável.

Há gargalos de infra-estrutura terríveis. É preciso haver, no País, enfim, uma luta interna muito dura e forte pelo poder. Mas devemos ter a idéia de alguma continuidade. Essa história de que se reinventa e se refunda um país não ocorre. Temos de continuar com o que já faz parte de uma cultura brasileira na direção de um País mais justo, com menos gargalos e problemas.

Então, sinto-me plenamente natural. Votei em V. Ex<sup>a</sup> – e fiz questão de estabelecer esse símbolo – antes de ouvi-lo. Votaria se fosse o Governo passado do qual fui Líder e voto do mesmo jeito. Se a mim fosse indicado fazer o convite, eu convidaria V. S<sup>a</sup> para integrar a Diretoria do Banco Central.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB/PA) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. Em seguida, farão uso da palavra os Senadores Jefferson Péres, César Borges, Rodolpho Tourinho e Sérgio Guerra.

Alerto ao Senador Eduardo Suplicy que, hoje, há uma lista grande de inscritos.

**O SR. EDUARDO SUP LIC Y** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Luiz Otávio e Dr. Alexandre Antonio Tombini, peço primeiramente que V. S<sup>a</sup> faça uma breve exposição, uma síntese sobre os fatores que afetam a procura e a oferta agregadas na economia, explicando como eles determinam os níveis de equilíbrio dos preços, dos salários, dos juros, do emprego e da produção da economia.

Faço, em seguida, a seguinte pergunta: V. S<sup>a</sup> considera que uma diminuição gradual e persistente da taxa de juros, em virtude de diversos fatores e elementos da economia, pode contribuir para estimular os investimentos, aumentar a capacidade instalada e, assim, expandir a oferta de bens e serviços, contribuindo, conseqüentemente, para que o objetivo da estabilidade de preços, da meta de inflação, seja compatibilizado com o aumento da produção e do nível de emprego?

Solicito também que V. S<sup>a</sup> diga a sua opinião sobre a decisão tomada pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que propôs, na semana passada, seja ampliado para até nove membros e que representasse a sociedade civil. O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, sabendo que hoje o Conselho Monetário Nacional é composto dos Ministros da Fazenda e do Planejamento bem como do Presidente do Banco Central, avaliou, pelo que pude perceber que seria próprio ter mais algumas pessoas, mantendo-se

a maioria do Governo. Possivelmente – mas ficaria a critério do Presidente –, imagino que seriam Ministros da área produtiva, do Desenvolvimento Industrial, do Trabalho e da Agricultura. Nesse caso, já seriam seis, mas haveria três ou quatro membros representantes da sociedade civil.

Se pudesse ser feita uma recomendação nessa proposta, quais seriam os tipos de representantes da sociedade civil? Poderiam ser empresários do setor produtivo, do setor financeiro ou representante dos trabalhadores? Ou seriam pessoas de notório saber na área da economia, da política econômica, economistas que pudessem eventualmente se distinguir. No debate a respeito da ampliação do Conselho Monetário Nacional há uma experiência que ocorreu anteriormente quando apresentava mais membros, inclusive representantes empresariais e de trabalhadores. Foi dito à época que tais representantes – empresários A, B e C – estavam tendo uma interação com os ministros da área econômica, com privilégio, por conhecerem informações e interagirem como eles, de tal forma que outros não o faziam. Talvez, por essa razão, tenha-se enxugado o Conselho Monetário para apenas três membros. Como avalia essa questão?

E, finalmente, a preocupação com as decisões do Banco Central, do Copom e do mercado de trabalho. Notei que, nas últimas atas do Copom, começou-se a ter um pouco mais de preocupação com o nível de emprego, mas gostaria de conhecer sua visão sobre como deveria o Copom estar mais atento às metas de inflação. Estou de pleno acordo que a estabilidade de preços é um objetivo, conforme assinalou muito importante. E também em que medida deve o Copom, o Banco Central dar atenção aos objetivos de aumento da produção, das oportunidades de trabalho, do pleno emprego e da melhor distribuição da renda, mesmo que não tenha acesso a todos os demais instrumentos de política econômica, seja da política fiscal e assim por diante. Obrigado.

**O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI** – Obrigado pelas perguntas, Senador Eduardo Suplicy. V. Ex<sup>a</sup>. abordou vários temas. Quero fazer jus à quantidade e qualidade desses temas.

Em relação à questão da oferta e da procura, creio que são mais ou menos padrões os fatores que afetam a oferta agregada da economia. Quer dizer, todos aqueles fatores que contribuem para alterar o custo do investimento, dos fatores de produção: a mão-de-obra, a qualidade desses fatores e a questão da tecnologia, ou seja, a combinação desses fatores é elemento que vai potencializar ou não o lado da oferta da economia.

Em relação à demanda, percebo que são aqueles fatores que afetam os componentes da demanda agregada, o consumo, o investimento, os gastos do setor público, bem como as exportações líquidas, aquilo que afeta tanto exportações quanto importações. Então, há a combinação de fatores afetando as duas coisas.

Em relação a como isso interage para afetar a trajetória de preços, acredito que, nos estudos que fizemos no acompanhamento dessa questão, temos que sempre cotejar a posição atual da economia e as perspectivas com a oferta, ou seja, o crescimento do produto potencial em uma economia. Quer dizer, alterar essa taxa de crescimento exige políticas mais bem estruturadas, as quais, com exceção de uma ou outra, estão fora do alcance do Banco Central, que essencialmente cuida da demanda, calibrando seus instrumentos, para fazer com que o crescimento seja não-inflacionário, ou seja, se atingem as metas definidas para inflação.

Quanto à sua segunda questão, que queria juntar com a quarta, sobre a redução de juros, investimentos e mercado de trabalho, como eu disse anteriormente, é preciso haver lá dentro dedicação exclusiva, para ter uma posição bem formada sobre esses assuntos. Do ponto de vista mais filosófico, vejo que o Banco Central tem, sim, uma preocupação obviamente de atingir as metas de inflação estabelecidas pela Administração, pelo Governo, e nesse processo conduzir a economia a um crescimento sustentado. Creio que um fator importantíssimo para definir o investimento privado diz respeito às perspectivas de crescimento e à manutenção da sustentabilidade desse crescimento ao longo do tempo.

Com isso, creio que o Banco Central tem olhado para o lado do trabalho. Acredito que a sustentabilidade do processo de crescimento, a propagação do crescimento sustentado se dá com base na renda doméstica, na renda interna. E, ao combater a inflação e trazê-la para as metas, na realidade, o Banco Central, por exemplo, tenho visto os dados, vem trazendo a massa salarial real crescendo desde meados de 2003. Esse processo tem sido contínuo e dá base à sustentabilidade para o consumo agregado, que é dois terços da demanda agregada de uma economia. Então, a propagação e sustentabilidade do crescimento devem ser baseadas na sustentabilidade, na ampliação sustentável da renda real e, no caso, da massa salarial. Vejo o Banco Central olhando para esse aspecto, sim, o qual tem impacto relevante sobre as decisões de investimento.

Quanto à última questão, é uma definição que vai muito além do que seria minha área de atuação, caso fosse aprovada por esta comissão a organização

do Conselho Monetário Nacional, o que vejo como sendo um conselho deliberativo tratando de matérias macroeconômicas. Vejo, essencialmente, uma questão macro da economia brasileira, quer dizer, uma participação direta, setorial. Não é claro para mim como isso se agrega no processo de definição da política macroeconômica.

Aqueles que definem a política têm que estar olhando e ouvindo com atenção os reclamos da sociedade, porém não se trata aqui de questões setoriais, trata-se de questões mais amplas como inflação, metas, crédito. Não tenho claro o que ganharíamos em termos de qualidade da política com o elemento setorial.

Em relação ao objetivo que se dá à autoridade monetária, acho que quanto mais amplo o processo de consulta de entendimentos sobre esse objetivo tanto melhor. Em países como a Inglaterra, por exemplo, é o Parlamento que define a meta de inflação; a perseguição é o Banco Central que tem, no caso, autonomia operacional de juros mais a meta definida. Enfim, com o mais amplo processo de consulta.

Como se um trata de um órgão deliberativo de questões macroeconômicas, realmente confesso que não vejo claros os ganhos que esse projeto de ampliação traria.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Com a palavra, o Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Bom dia, Dr. Tombini.

Não pretendo fazer nenhuma pergunta e desde já antecipo o meu voto. V. S<sup>a</sup>. é um profissional qualificado e manifestou seu firme compromisso, de forma muito hábil, em linguagem muito diplomática, com o cumprimento de metas fiscais e o parabenizo por isso.

Compartilho da idéia do Senador Arthur Virgílio se seria preocupante se começasse a elevar metas de inflação. As metas de inflação têm que ser decedentes mesmo. Todos os políticos brasileiros elogiam o Chile, que é um modelo, o único país sul-americano em estado de equilíbrio sistêmico, porque, entre outras coisas, lá se criou uma cultura de combate à inflação, de que o país não pode ser tolerante com a inflação. Lá, não há direita nem esquerda e direita e esquerda não divergem quanto a isso. É por isso que o Chile faz esse milagre de crescer mais de 5% ao ano com uma inflação de nível internacional na média.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Senador Jefferson Péres, V. Ex<sup>a</sup>. me permite um aparte?

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Pois não.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – A importância da Esquerda e da Direita, nessas matérias, é menor do que a importância de direita e esquerda para

a sinalização de trânsito. No trânsito, é eficaz, mesmo: vá para a direita; se errar vai bater em outra cidade.

Nesse caso, não “ideologizar” isso, de fato, é de uma estultice que causa espécie.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Mas muitos políticos brasileiros, como grande parte da sociedade, procuram aquilo que os alquimistas medievais procuravam, a pedra filosofal. Outros, o motor contínuo. O que eles procuram? A cura indolor da inflação. Não existe essa utopia. A cura da inflação, o combate à inflação é sempre, muito ou pouco, doloroso, sempre causa dor.

O Banco Central existe é para isso mesmo. Compete ao Governo, por meio do Conselho Monetário Nacional, fixar as metas, e o Banco Central tem de fazer o necessário para que essas metas sejam cumpridas. No caso, só há um instrumento hoje, no Brasil, que é a taxa de juros.

Por que a taxa de juros é tão alta no Brasil? Por que o Governo não faz a sua parte. Qual seria a sua parte? Aquilo que a maioria dos governos não gosta de fazer: cortar os gastos públicos, melhorar a qualidade dos gastos públicos, e, para isso, teria de aumentar o superávit primário – essa é a minha convicção, embora eu possa estar errado, cortar fundo os gastos públicos, de forma a eliminar o déficit nominal. Se fosse eliminado o déficit nominal e se a relação dívida/PIB começasse a cair, o Banco Central poderia reduzir sistematicamente a taxa de juros.

Portanto, políticos e setores da sociedade atiram no alvo errado, que é o Banco Central. Deveriam atirar no Governo que não faz a sua parte, de modo a permitir ao Banco Central reduzir a taxa de juros.

Creio que já falei demais, mas me pareceu necessário apresentar aqui a minha posição, para não pensarem que faço demagogia em torno da taxa de juros. Sou de oposição, mas não o faço.

Só espero que V. S<sup>a</sup>. seja, no Copom, no Banco Central, aquilo que se espera do Banco Central: o guardião da moeda. Meus parabéns pela sua indicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Antes de dar a palavra ao Dr. Alexandre Tombini, registro a presença do Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, que comparece, para prestigiar a indicação e a arguição do Dr. Alexandre Tombini para a Diretoria do Banco Central.

Com a palavra, o Dr. Alexandre Tombini. (Pausa.)

Passamos, então, ao próximo Senador inscrito, Senador César Borges, do PFL da Bahia. Depois falarão o Senador Rodolpho Tourinho, o Senador Sérgio Guerra, a Senadora Ana Júlia Carepa, que teve sua inscrição cedida pelo Senador Romeu Tuma, o Senador Garibaldi

Alves Filho, a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Pedro Simon e, encerrando, o Senador Tasso Jereissati, que fez questão de se inscrever por último.

Com a palavra, o Senador César Borges.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup>. Senadoras, saúdo o Dr. Alexandre Tombini, que vem ver seu nome submetido à sabatina nesta Comissão de Assuntos Econômicos, com um currículo que o qualifica para o cargo para o qual está sendo indicado.

Como já foi dito, S. S<sup>a</sup> vem com a indicação de nomes que reputamos da maior competência. Apesar de dispensável, apresentação como a do Dr. Murilo Portugal, que já conhecemos pela competência, pela atuação correta nos cargos que exerce, reforça sua posição.

Seu currículo mostra a sua experiência como Diretor Executivo do Fundo Monetário Internacional – representação do Brasil – e em tantos outros cargos assumidos. Portanto, de antemão, quero dizer a V. S<sup>a</sup>. que estaremos junto com todos aqueles que aprovam o seu nome. V. S<sup>a</sup>. é um nome que com certeza contribuirá com a política traçada pelo Banco Central para o País.

Se V. S<sup>a</sup>. me permite, tenho algumas questões a fazer. Não podemos perder a oportunidade de, ao ver alguém que passará a ser membro do Copom e que tem entre suas atribuições apresentar sugestões junto a esse importante organismo, saber a sua posição, que já foi talvez aqui explicitada, mas tenho que colocar essas dúvidas.

Esta semana, a revista **Veja** traz uma reportagem com relação à política de metas de inflação combinada com as de crescimento no País. O que se verifica é que outros países que passaram por situações idênticas às do Brasil alcançaram metas de inflação inferiores à nossa, ou seja, mostrando que a inflação ainda persegue o País com seus efeitos danosos, sabemos, e conseguiram taxas mais elevadas de crescimento. Em tabela publicada pela revista **Veja**, verifica-se que a Tailândia, que começou quase próximo ao Brasil, tem uma meta que alcança, no período, 3,1%, e uma taxa de crescimento do PIB é de 5,1%. O Chile também é outro exemplo clássico, em que a taxa de inflação é de 2,9%, e a do crescimento de 5,6%.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (BLOCO/PT – SP) – Senador César Borges, gostaria de fazer apenas um comentário.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Pois não, Senador Aloizio Mercadante.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (BLOCO/PT – SP) – É que, no caso do Chile, que está sendo men-

cionado, em 1991, a meta era entre 15% e 20%. Em 1992, de 13% e 12%. Em 1993, de 10% a 12%. Em 1994, de 9% a 11%. Em 1999, de 4,3%.

Somente em 2001 eles definiram a meta de 4%. Foram, na realidade, dez anos de deflação progressiva, para alcançar a meta de 4%. Com relação à Tailândia, é verdade que a meta é mais baixa, mas eles têm um deflator sobre o índice de inflação de 19%, quer dizer, eles expurgam vários componentes do índice de inflação.

**O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA)** – Agradeço Senador Aloizio Mercadante, mas nosso raciocínio é no sentido de que outros países conseguiram metas de inflação menores e de crescimento maiores, coisa que não estamos alcançando, pois há uma pressão inflacionária. Caso não houvesse, não seria necessário que o Banco Central, pelo nono mês consecutivo, aumentasse a taxa Selic, que está em 19,75%.

Tenho uma indagação. E gostaria que o Senador Aloizio Mercadante preste atenção, porque sei que, apesar de Líder do Governo, S. Ex<sup>a</sup> tem uma posição divergente da do Ministério da Fazenda em relação às metas de inflação. S. Ex<sup>a</sup> acredita que poderiam ser superiores às praticadas, e o artigo da **Veja** é no sentido contrário, de que as metas deveriam ser mais apertadas.

O que defendemos é que não permaneçamos apenas na política de juros. Até o Presidente Lula, que não é economista, já percebeu isso. A única saída parece ser a política de acrescentar cada vez mais percentuais à taxa Selic, aumentando juros, o que acarreta dificuldades à economia.

Por exemplo, a questão dos preços administrados, preços que são do próprio Governo e sobre os quais não há controle, infelizmente, Dr. Alexandre Tombini, penso que V. S<sup>a</sup>. concorda com isso, esses preços estão indexados. Estamos ainda em uma economia indexada. Seria necessário quebrar essa indexação. O Governo tem uma função importante, porque ou são preços de estatais, do próprio Governo, ou são concessionárias do Governo. Existem agências reguladoras, e sei que há contratos que devem ser mantidos, mas esses preços administrados trazem uma dose inflacionária que, com certeza, forçam a inflação a se elevar e, com isso, qual é a saída do governo? Jogar mais juros sobre a economia, taxas mais elevadas de juros, e me parece que nunca resolveremos o problema inflacionário somente pelas taxas de juros. Pergunto se esse é o seu entendimento.

A segunda pergunta, exatamente a que foi feita pelo nobre Senador Jefferson Peres, o Governo não controla seus gastos, a qualidade de gastos. Podemos analisar todos os gastos do Governo, o Sifai nos apre-

senta de forma transparente, como faz há algum tempo no País com as contas governamentais, gastando cada vez mais, principalmente na atividade-meio, com custeio, em detrimento do investimento. Aumenta-se o custeio, contratam-se 40 mil novos funcionários públicos, contratam-se 20 mil cargos comissionados. Gasta-se mais com passagens aéreas, com diárias, com representação da própria Presidência da República, com viagens, com o avião presidencial e assim por diante. Então, eu vi V. Ex<sup>a</sup>. na sua fala, falar aqui de que tem sido mantido um ajuste fiscal duro, difícil, mas o que assistimos é que o Governo cresce as suas despesas. E, por outro lado, para fazer face a essas despesas, aumenta a carga tributária, que tem batido recordes consecutivos. Mas é inquestionável que a população brasileira está pagando mais impostos. Penso que ninguém do Governo pode chegar e dizer que não há hoje um esforço imenso da população no pagamento de tributos, de taxas ao Governo Federal. Isso existe, porque a arrecadação bate sempre recordes. O PIS foi dobrado, a Cofins mais do que dobrado; o CSLL, e, então, temos uma série de medidas tomadas pelo Governo e já há uma grita da população, haja vista a Medida Provisória nº 232, que o próprio Governo teve de fazer um recuo estratégico porque não poderia passar com ela aqui. É essa a outra questão sobre a questão dos gastos públicos, que eu colocaria.

Mais duas pequenas perguntas com relação ao que o Senador Rodolpho Tourinho disse que é quase ma obsessão minha, e a Senadora Lúcia Vânia também, é a questão do **spread** bancário, porque, em uma ata do Copom, fala-se exatamente que os juros praticados nas operações com pessoas jurídicas é de 32,9%, enquanto a taxa média das operações com pessoas físicas ficou estável em 64% ao ano.

Ora, eu pergunto a V. S<sup>a</sup>. será que é possível crescer com essas taxas de juros e com esse spread bancário já que a taxa Selic é 19,35%, mas se paga 64% ao ano para pessoa física? Eu fiz uma proposta para que o Banco Central pudesse também entrar nessa questão do controle do **spread**. Mas me parece que essa é uma questão que ninguém quer mexer. A cada ano, os balanços – agora mesmo já tivemos balanços trimestrais dos bancos – apresentam os bancos com lucros recordes, estratosféricos, crescentes, sempre lucros que vão batendo em níveis inacreditáveis para a economia brasileira.

Então, pergunto a V. S<sup>a</sup> também se o Banco Central não poderia, já que não temos sistema livre, de livre concorrência no setor bancário, sabemos que ele é oligopolizado, talvez, em certos aspectos, até cartelizado, se não poderia ser feito algo? Por fim, uma pergunta curta para não haver protestos dos compa-



nheiros porque estaria me alongando em demasia, vejo que, no seu currículo, Dr. Tombini, o senhor foi um dos pioneiros da Camex, de 1995 a 1998, que foi criado no Governo passado. Tem sido importante a Camex para integração do Governo com a tarefa de incrementar o comércio exterior. Essa questão do dólar, os exportadores brasileiros estão apreensivos, e muito, com esse problema do dólar, perdendo competitividade, e poderemos ter, a médio e longo prazo a queda nas nossas exportações. Pergunto como o senhor vê essa questão; se o senhor acha que o Banco Central deve intervir, ou não, ou podemos deixar os juros caírem, como alguns analistas já fizeram, chegar a 2,20%, que é a previsão que foi feita por alguns bancos que atuam no Brasil.

São essas as perguntas que lhe faria, de qualquer foram, desde já, antecipando o meu voto favorável a sua indicação por tudo que mencionei anteriormente.

Muito obrigado, Dr. Alexandre Tombini.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB–PA)

– Com a palavra o Dr. Alexandre Tombini, indicado para a Diretoria do Banco Central.

**O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI** – Muito obrigado, Senador, pelas questões.

Como mencionei, as questões mais de conjuntura, algo que aprendi no Banco Central. Para ter uma informação, um julgamento embasado e bem informado, temos que contar com o amplo conjunto de informações e uma dedicação exclusiva. Então, essas questões mais conjunturais do que o Copom fez recentemente, a sua comunicação, eu gostaria de caso aprovado por esta Casa, ter dedicação exclusiva a esses temas.

Dito isso, vejo que não é realista que qualquer regime de metas de inflação não reconheça que um regime de política econômica não possa ser aperfeiçoado. Tudo na vida pode melhorar. Ao longo da experiência, no meu entendimento, temos de ter esse enfoque em relação às coisas e em relação a esse regime também.

Agora, penso que o nosso regime é aquele que vai nos levar a uma taxa de juros real, no médio e no longo prazo, a mais baixa possível para a economia brasileira. E um regime em que o câmbio flutuante tome conta do balanço de pagamentos, do equilíbrio externo e em que se focam os instrumentos de política monetária no equilíbrio interno, na estabilidade de preços. Ou seja, ao desonerar a política monetária de ter de carregar um balanço de pagamentos nas costas, no meu entendimento, esse regime é o que vai nos levar à taxa de juros reais mais baixas para a economia brasileira no momento.

Com relação à política fiscal, penso que muitos bancos centrais gostariam de ter a política fiscal que

temos no Brasil, com uma política econômica complementar no seu combate à inflação. Ai há duas questões. Há a solvência do setor público, em que a qualidade do ajuste faz alguma diferença, mas o importante é ter, no final do dia, os recursos em caixa para assegurar a solvência dessa dívida, com isso, tranquilizando aqueles que investem nos papéis do Governo de que eles podem aceitar uma remuneração que possa embutir um prêmio de risco menor possível. E há o outro lado da política fiscal, que é seu impacto sobre a demanda agregada. Ai, a composição entre gasto e receita tributária faz a diferença, porque o gasto entra direto na demanda agregada e a receita diminui a renda disponível das pessoas e, com isso, afeta o consumo. Mas não é uma relação direta. Então, dependendo da mistura desse ajuste, há diferença sobre o impacto da política fiscal na demanda agregada. Quanto mais embasada em ajuste nos gastos, tanto maior o seu impacto sobre a demanda.

Em relação aos spreads, concordo com V. Ex<sup>a</sup> que são bastante elevados. Eles são recordes internacionais. E uma questão que vamos continuar olhando com muito cuidado – o Banco Central, o Governo. O Parlamento tem mostrado interesse grande sobre isso. Temos

Do ponto de vista do volume, ele tem avançado bastante bem, mas o spread ainda é um foco importante.

Com relação à sua última pergunta, temos de ver essa de caminhar no sentido de juros finais ao tomar – que são juros importantes para definir o desenvolvimento do mercado de créditos – mais em linha com a economia internacional. O processo de convergência e de maior inserção da economia tem de levar a uma convergência maior nessa área também. Já tive oportunidade de olhar o seu projeto sobre spread. Creio que ele tem idéias interessantes, sobretudo na questão do acompanhamento. Temos, desde 1999, um time no Banco Central extremamente qualificado e motivado, que vem olhando, em tempo integral, essa questão.

A despeito do vai-e-vem do **spread**, que sofre influência da conjuntura macroeconômica também, creio que as administrações têm obtido algum sucesso importante, não tanto olhando para o preço, mas olhando para os volumes. Hoje, temos o segmento de crédito livre doméstico que, em 1999, representava em torno de 5% do PIB, hoje representando quase 12%. Metade do crédito total do sistema financeiro é representado hoje pelo crédito livre doméstico. Em 1999, quando o Banco Central iniciou aquele processo sobre juros e spread, no sentido de entender melhor e de adotar ações no sentido de reduzi-lo, esse segmento representava algo em torno de 18% do total de crédito do sistema financeiro.

Então, têm havido progressos importantes, e as pessoas, o corpo técnico com quem conversei, estão extremamente motivadas em continuar esse processo. Não podemos nos dissimular pelo vai-e-vem do spread. relação bilateral entre real e dólar. Isso se deve em boa parte a um movimento internacional.

Se analisarmos a moeda de economias emergentes, economias desenvolvidas e a evolução dessas moedas em relação ao dólar, nos últimos doze meses, com exceção do Rinminbi, da China, que, por definição, está constante em 8,28 já há algum tempo, e da moeda da Indonésia, que sofreu uma desvalorização frente ao dólar, todas as demais moeda se apreciaram nos últimos doze meses.

Ou seja, isso é sobretudo um fenômeno internacional, um fenômeno que responde ao equacionamento dos desequilíbrios em conta corrente entre especialmente os Estados Unidos e a Ásia. Penso que estamos num processo de ajuste, e esperamos que esse ajuste seja ordeiro.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Apenas um dado.

Nessa semana, o dólar se valorizou no resto do mundo, e no Brasil ele caiu. Isso indica que há uma grande atratividade pelas taxas de juros pagas pelo Governo no Brasil.

Temos um capital especulativo, aplicado aqui pela taxa Selic de 19,75%, o que realmente é algo espetacular versus juros de 3% nos Estados Unidos. Então, vamos continuar nesse aspecto, numa tendência de queda.

O senhor não acha que isso vai gerar problemas com a balança de pagamentos por conta das exportações, que, mais cedo ou mais tarde, terão efeito negativo com relação a esse dólar muito baixo?

**O Sr. Alexandre Antonio Tombini** – Essa é uma dimensão que eu iria tratar depois, na questão das características da economia brasileira. V. Ex<sup>a</sup> mencionou o diferencial de juros.

Voltando à questão internacional, não estamos iniciando um período, um ciclo de liquidez abundante. Estamos, mais bem, chegando no fim desse processo. Com relação a esse ajuste do dólar em relação às moedas, vendo a situação, os fundamentos em termos da liquidez internacional, estamos caminhando para o fim desse ciclo.

Esse diferencial deve se ajustar por conta de movimentos lá fora. Em relação ao diferencial de juros, existe. Esse diferencial de juros, ajustado pelo risco que diminuiu bastante ao longo dos últimos meses, realmente atrai capital. Um ativo atrai um investidor se ele está pagando muito ou se ele está muito desvalorizado.

Desvalorizar artificialmente para tentar afetar esse processo, que é sobretudo internacional, cuja conclusão estamos atingindo, é simplesmente convidar fluxos adicionais para o País.

Se se muda artificialmente esse preço, o risco de ele se desvalorizar diminui, e o diferencial de juros vai para o bolso do investidor. Ou seja, é uma força de atração.

Portanto, vejo esse processo com uma certa tranquilidade do ponto de vista das condições internacionais, que não devem permanecer como estão. Entendo que, no regime de câmbio flutuante, pretendemos deixar a moeda flutuar e deixar a política monetária focada para trazer a inflação para as suas metas, reduzindo o risco macro-econômico. Com isso, podemos fechar esse diferencial pela nossa parte. Pela parte internacional, creio que esse diferencial vai fechando.

É basicamente isso que eu teria a dizer.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Eu lhe agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Sr. Presidente, Senador Tasso Jereissati, Sr. Alexandre Tombini, serei muito breve.

Eu apenas quero trazer de volta, sem pedir a sua opinião, Dr. Tombini, a questão da autonomia do Banco Central. Tenho um projeto bastante detalhado sobre a autonomia do Banco Central. Só vou falar isso porque tenho a honra de ter o Senador Tasso Jereissati como Relator do projeto. Temos conversado muito sobre a questão. Não entendo que seja o melhor projeto, mas abre caminho para uma longa discussão em torno do tema.

Com relação ao que se referiu aqui o Senador Aloizio Mercadante sobre ele ter sido apontado pela imprensa e até pelos companheiros de Governo como discordando da política econômica do Governo, creio que tem absoluta razão em relação às metas inflacionárias, que deveriam ser mais baixas. Isso tem até sido apontado como motivo de divergência entre ele e o Ministério da Fazenda. Mas entendo que o preço do petróleo e da siderurgia está em alta, além de outro **commodities**, além dos preços administrados pelo Governo em relação aos quais não se pode fazer nada. Não se podem quebrar contratos. Seria, no meu entendimento, catastrófico para o País.

Se formos olhar o IPC em relação aos preços da energia, nos últimos anos, por exemplo, a energia cresceu o dobro do que cresceu o IPCA. Hoje até se anuncia como uma grande novidade – mas não é novidade nenhuma – na questão da energia a questão do fator x. Foi algo previsto, Senador Tasso Jereissati, há

dez anos quando foram contratos de privatização. Isso poderá reduzir os preços da energia, não há dúvidas. No entanto, o caminho mais rápido para reduzirmos os preços da energia seria tirar o novo Cofins, que veio taxar o preço da energia e o elevou 4%.

O modelo do novo sistema elétrico brasileiro, aprovado aqui no Senado, prevê a modicidade tarifária. Creio até que de uma forma correta. Ao mesmo tempo, é contra novos investimentos. De repente, a ministra consegue aprovar dessa forma, mas o próprio Governo, do outro lado, retira parte dessa modicidade impondo uma nova taxaço.

Creio que esses são os grandes problemas nessas discussões de política monetária e fiscal que estariam contempladas nesses projetos de autonomia do Banco Central.

Gostaria de deixar registrado esse pensamento e mostrar que o Congresso passará a ter uma discussão maior dentro desse novo projeto e que o Líder do Governo não seja acusado, por exemplo, de discordar da política. O meu projeto seria o de uma discussão normal, natural.

De resto, quero outra vez desejar felicidades ao senhor. Creio que sua tarefa não é fácil, mas confio muito na sua competência.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – O próximo inscrito é o Senador Sérgio Guerra, de Pernambuco.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – Sr. Presidente, Senador Tasso Jereissati, Dr. Alexandre Tombini, estou de acordo com o relatório do Senador Rodolpho Tourinho, dizendo, como S. Ex<sup>a</sup>., que é muito importante a escolha para a diretoria do Banco Central se dê, como agora, para um funcionário de carreira e qualificado do Banco. Não tenho nenhum preconceito contra o mercado, nem contra o fato de dirigentes do Banco Central ser oriundos do mercado. Conheço vários dos que ocuparam, dos que ocupam cargos desse tipo. São pessoas que cumprem o seu papel com competência, com qualidade. Portanto, nada a opor a que homens, pessoas do mercado, sejam convocados para tarefas de direção do Banco Central.

No entanto, toda vez que um servidor de carreira é convocado para uma tarefa dessas, considero muito bom para o País, pois ele tem uma vida profissional e que, além disso, desenvolveu experiências, aprofundou conhecimentos sobre a matéria de que vai tratar. Tenho certeza de que meu partido, assim como os partidos da Oposição, tem absoluta concordância com relação à questão.

Seria inimaginável que tivéssemos uma atitude, a não ser de solidariedade, diante de uma indicação

desse padrão. Não acredito que nenhum de nós tivesse essa idéia.

Além do mais, sua exposição de hoje foi, diria, equilibrada, de bastante bom senso e de conteúdo relevante. E claro que as situações levantadas aqui não poderiam hoje merecer tratamento de alguém indicado hoje e que deve ser objeto de exame posterior.

Como o Senador Tourinho, creio que as ponderações feitas pelo Líder Mercadante sejam pertinentes, não são descabidas e não ferem absolutamente o conceito da política macroeconômica, que tem um tripé bastante óbvio e que vem sendo bem-sucedido no geral.

A capacidade de constrangimento das instituições, no geral, e do Banco Central, em particular, sobre taxa de **spread** bancário, como bem salientou hoje o ex-Governador da Bahia, é extremamente limitada, porque há evidentemente uma festa, um exagero que precisa ser combatido e, de alguma forma, evitado. Se as metas são ambiciosas, e não sei se o deveriam ser, o fato concreto é que resultam numa limitada capacidade de investimento, de uma maneira especial, do Estado brasileiro, no plural, do Município, do Estado e do próprio Governo Federal, que investe quase nada e com péssima qualidade.

Não tem nada a ver com esta sua audiência, mas os jornais de hoje divulgam, por exemplo, em relação à questão de uma comissão parlamentar de inquérito, que o Governo está arbitrando as decisões sobre investimentos públicos com vistas aos votos que pode garantir na sua base para a retirada de assinaturas de uma comissão parlamentar de inquérito.

Esses são fatores que não têm nada a ver com a gestão do Banco Central, mas que evidentemente perturbam uma compreensão mais tranqüila, mais sensata, mais justa, que possa ter reconhecimento nacional e internacional de um País como o Brasil. Não podemos administrar dinheiro público dessa forma, nem o devemos.

Da mesma maneira que esse relativo sucesso macroeconômico não está completado por ações que, por exemplo, atuassem para melhorar a questão da distribuição de renda, ou entre regiões ou entre pessoas: o fato é que, quanto mais arrocho se dá, mais se aprofundam as dificuldades que já eram bastante profundas antes, e que estão sendo agravadas permanentemente.

Mas gostaria de desejar ao Dr. Alexandre uma boa gestão, uma boa administração, dizendo que nós da Oposição temos muita tranqüilidade. Meu voto é de aprovação – creio que muitos também o fizeram – a sua indicação porque aponta na direção das coisas sensatas. A sua apresentação teve conteúdo, o

seu currículo justifica a sua presença aqui hoje e a sua nomeação, e o relatório do Relator Tourinho, com a competência que todos reconhecemos nele, é, na verdade, a opinião de todos nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Senadora Ana Júlia.

**A SR. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA)

– Obrigada.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, gostaria, antes de votar – e isso não quer dizer que não aprovarei o seu nome, Dr. Alexandre Tombini –, de colocar algumas questões que são dúvidas da própria sociedade brasileira, de que a Diretoria do Banco Central deve prestar contas, como a exposição que o senhor faz aqui.

E positivo que o senhor, como funcionário de carreira, como eu, pois sou funcionária do Banco do Brasil há 22 anos, tenha conseguido chegar aonde chegou. Mas não poderia deixar de saber por que, na verdade, temos uma política de juros neste País que tem sido aprofundada nos últimos tempos e que acaba tendo como motivação principal algumas questões que são, no mínimo, contraditórias. Um dos motivos que se alega para haver altos juros seria que a oferta dos produtos, a oferta da indústria já estaria chegando no seu ponto máximo, e, com isso, se houver uma grande demanda, poderia haver um aumento de preços e, portanto, gerar a inflação. Ora, mas o jornal **O Estado de S. Paulo** divulgou, no domingo, uma pesquisa da Fiesp, que mostra uma capacidade de expansão na oferta das indústrias paulistas de até 30% – produção que pode crescer –, inclusive constando uma afirmação do diretor do Departamento de Pesquisas Econômicas da Fiesp de que isso não custa caro.

Eles apresentam várias oportunidades, como hora-extra e até a utilização de outros turnos. Então, esse é um motivo que não se justifica. Não é real a justificativa de que teria que reprimir essa demanda por conta de uma capacidade já quase esgotada por causa do seu limite, porque não é isso que os próprios números dos setores interessados colocam.

Essa política faz a opção de penalizar o emprego, de penalizar principalmente a geração de emprego, porque uma política que possa expandir a produção vai, com certeza, gerar mais emprego.

Quanto a essa questão de que estaria havendo uma tendência dos preços, não é o que dizem vários economistas, que dizem que os preços estão subindo e descendo e também que não há nada, sequer uma pesquisa, que, científica ou até empiricamente, mostre uma tendência de subida de preços, preços que um dia está subindo e no outro estão caindo.

Uma questão que já foi colocada aqui, mais de uma vez, é que, quando se aumentam os juros a níveis muito altos, como estão atualmente no Brasil, está-se aumentando a própria dívida do Governo. É uma contradição. Percebemos que o grande esforço que esta Casa fez de apresentar uma proposta de reforma tributária onde a relação dívida/PIB fosse cada vez menor, com essa política de juros altos, esse esforço se anula, porque a dívida do Governo cresce tanto que não há como manter todo o esforço.

Então, além de uma questão já colocada, que diz respeito à entrada do capital internacional, especulativo, apenas investindo em papéis por conta de altas taxas, com a política de câmbio livre, também desvaloriza o dólar, também prejudica as exportações no País. O Brasil tem um grande superávit comercial que acaba afetando também essa indústria.

Quero dizer que sou contrário a essa política de juros altos, que acho contraditória. O Brasil se livrou, digamos, de uma restrição na balança de pagamentos, mas, deixando o câmbio despencar dessa forma, acaba tendo que voltar à restrição.

Tem que haver, sim, uma política de controle. Essa política de juros altos é de uma eficácia dúbia. Penso que o senhor não respondeu muito à pergunta da Senadora Serys Slhessarenko, em relação, de forma mais clara, à independência do Banco Central, o que eu defendo, sim. Defendo um Banco Central mais independente, principalmente no sistema financeiro. Essa é a independência que eu defendo, mais nenhuma, para que quem é eleito povo para administrar o País possa, livremente, fazer com que os instrumentos financeiros de controle possam também estar de acordo com uma política votada pelo povo. Quero dizer que, diferentemente da Oposição, que elogia, mesmo com algumas críticas, a política econômica, exatamente nesse ponto divirjo. Eu não elogio nem concordo com essa política conservadora. Alguns pontos que a Oposição critica – por exemplo, o aumento de gastos, principalmente gastos com a população mais pobre, até pela necessidade de contratar mais gente – são aqueles gastos que aplaudo.

Quero falar da minha esperança de que a sua ida à Diretoria do Banco Central possa alterar a dubiedade de eficácia dessa política de taxas de juros absurdas, que tem levado, no nosso entendimento, a sacrificar aquilo que já é sacrificado no nosso País, que é a geração de emprego.

Na verdade, eu queria conhecer a posição, mas muito mais fazer um apelo à Diretoria do Banco Central. É por isso, inclusive, que o Conselho de Política Social faz a indicação. E não é nenhuma indicação absurda a participação de outros setores da sociedade. O FED,

o Banco Central Americano, tem na sua composição setores do trabalho e da produção. Então, o controle social, principalmente sobre a política monetária, sobre a política econômica e sobre os recursos públicos é uma defesa incontestável. A partir da própria Constituição de 88, já foram propostos mecanismos de controle social maior que têm sido extremamente positivos, essa é a verdade. Mesmo havendo manipulação em alguns conselhos municipais, por exemplo, onde o prefeito tem o controle, em muitas cidades, se não fosse a presença desses conselhos, com a participação da sociedade, talvez a sociedade não soubesse também de muitos escândalos, de muitos desvios de recursos públicos que hoje estão sendo apurados e evitados em vários locais.

Quero dizer que defendo o controle social. Não defendo a autonomia do Banco Central, defendo a independência do sistema financeiro. Isso, sim, temos que defender. Tenho a esperança de que a ida de V. S<sup>a</sup>. à Diretoria do Banco Central possa contribuir para que tenhamos uma política econômica mais de acordo com aquilo, inclusive, para o que o Presidente Lula foi eleito.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Com a palavra o Dr.

Alexandre Tombini.

**O SR. ALEXANDRE ANTÔNIO TOMBINI** – Muito obrigada, Senadora Ana Júlia, pelos comentários à minha pessoa.

Em relação às questões levantadas, às questões mais conjunturais, como tive a oportunidade de falar anteriormente, uma coisa que aprendi no Banco Central, nesses anos de participação na área de política monetária, é que esse é um processo intenso de avaliação de um amplo conjunto de informações. Olhando de longe, ainda como candidato, tecer comentários sobre a conjuntura, sobre decisões recentes, não seria de minha parte um comentário bem informado e bem fundamentado neste momento.

Gostaria de responder ao último ponto que V. Ex<sup>a</sup>. levantou, que é a questão da transparência. De uma forma distinta, sou totalmente favorável à prestação de contas e à transparência na política monetária, inclusive. Acredito que esse é um dos elementos desse sistema que trouxe um maior avanço institucional na forma como o Banco Central faz a sua política, ou seja, há uma disseminação de informações quantitativas e há uma disseminação forte, com uma mínima defasagem, e na questão do relatório da inflação, algo extremamente completo, em que o Banco Central inclusive faz as suas projeções de inflação, sinaliza para a sociedade como ele está vendo os riscos da inflação com relação às metas estabelecidas pelo Governo. Isso é

totalmente novo. Como foi dito aqui, foi uma opção de regime, ou seja, partir para um processo mais aberto de transparência, e a questão da prestação de contas. No caso brasileiro, nós já tivemos experiência de escrever três cartas abertas, justificando o porquê do não-cumprimento da meta de inflação. Isso é um dispositivo institucional impensado anteriormente. Quer dizer, há veículos importantes, e a sociedade está cada vez – creio – aproveitando mais esses veículos para questionar as decisões e fazer com que elas se justifiquem à luz dos objetivos de médio e longo prazo. Então, vejo essa questão de uma forma muito positiva, ou seja, de grande transparência no processo decisório e na prestação de contas, inclusive a esta Casa.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA)

– Permita-me. Na sua exposição, fiz questão de anotar a página 4, quando o senhor coloca o seguinte: precisam ser conhecidas as intensidades com que reage a inflação aos estímulos de política monetária e às defasagens entre o ajuste na taxa de juros e outros – o senhor até acrescentou, na hora de falar, algo que não estava aqui, e outros –, os seus efeitos finais sobre a trajetória da inflação.

Ou seja, quando eu falo da minha esperança de que, mesmo o senhor tendo, inclusive, estudos, artigos sobre a questão do controle da inflação, haja outros mecanismos de controle que não seja só a taxa de juros, que tem penalizado a sociedade, principalmente o lado mais fraco da sociedade, os desempregados, aqueles que estão almejando, e com esperança ainda – esperança que eu acho justificável, que eu também tenho, mas era mais para que o senhor pudesse colocar para nós, então, porque o senhor teria alternativas – que não fosse essa única que eu já falei que tem eficácia dúbia, que é a alta de juros, inclusive citada pelo senhor aqui – mesmo não estando escrito, eu fiz questão de anotar, além da taxa de juros.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Senadora Ana Júlia Carepa, agora V. Ex<sup>a</sup>. já pode votar. Será a última. Ainda quer que ele responda para votar? Então, Dr. Alexandre Antonio Tombini com a palavra.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN)

– (inaudível)

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– V. Ex<sup>a</sup>. tem 30 minutos para fazer a pergunta após a resposta do Dr. Alexandre.

**O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI** – Creio que mesmo o Banco Central nunca abriu mão de todos os seus instrumentos de política, sendo o principal a taxa de juros, mas, inclusive, foi mencionada aqui por outros Senadores a questão dos compulsórios, a questão dos requerimentos mínimos de capital, enfim, há

uma série de instrumentos, alguns mais direcionados para a questão da regulação prudencial e outros que poderiam auxiliar nesse processo. E claro que, como mencionei anteriormente, por exemplo, o depósito compulsório está em níveis bastante mais elevados que a experiência de outros países.

Dito isso, como eu mencionei também anteriormente, Senadora, a política monetária não atua no vácuo. Há políticas econômicas complementares, que são um dado de realidade para o Banco Central. O Banco Central, então, atua, ajusta os seus instrumentos de forma a trazer a inflação para as suas metas. Basicamente, era isso que eu poderia agregar.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho e, logo após, a Senadora Lúcia Vênia, para encerrar a arguição do Diretor Alexandre Antonio Tombini, indicado pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para a Diretoria do Banco Central.

Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho, do PMDB do Rio Grande do Norte.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN)

– Sr. Presidente, a esta altura dos acontecimentos, a minha pergunta já foi respondida, e só me resta aqui dizer ao Dr. Alexandre Antonio Tombini que ele vai sair daqui com uma responsabilidade muito grande, que é a responsabilidade da unanimidade, porque, se a votação não contrariar o meu vaticínio, eu creio que, pelos pronunciamentos feitos aqui, 5. 5' vai sair daqui vitorioso amplamente, e eu acho, principalmente, pelo otimismo que ele revelou, quando disse que, quanto ao futuro, estava otimista. Creio que a atual política macroeconômica dará conta de ajustar a inflação à sua trajetória de metas e permitirá, ao longo do tempo, caminhar no sentido que todos desejam, de taxas de juros reais mais baixas.

Diria Dr. Alexandre, sem querer fazer nenhum gracejo, que depois de uma afirmação dessa só cabe aquele “amém”, porque, na verdade, a população brasileira está desejando que tudo isso possa culminar realmente em uma taxa de juros que venha permitir que o sistema econômico gerasse uma produção razoável e possa criar mais empregos para os que estão querendo ingressar no mercado de trabalho.

Realmente, não tenho mais nenhuma pergunta, Sr. Presidente. Quero apenas louvar a exposição do Dr. Alexandre e dizer que, na Comissão de Assuntos Econômicos, esperamos que S. S<sup>a</sup>. possa voltar para confirmar esse seu vaticínio de que estamos chegando ao patamar máximo do aumento de juros e vamos ter um limite e um freio nisso tudo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vênia, do PSDB do Estado de Goiás.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO) – Sr. Pre-

sidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, Dr. Alexandre, quero cumprimentá-lo pela sua indicação para diretoria do Banco Central, uma indicação que significa, sem dúvida nenhuma, uma grande valorização do como técnico do Banco Central, reconhecidamente qualificado.

Portanto, quero cumprimentá-lo e dizer que a sua indicação causa tranquilidade ao País, uma vez que V. S<sup>a</sup>. participou da formulação do sistema de metas e guarda consigo, naturalmente, o histórico dessas metas, bem como os seus reflexos nos choques internos e externos. Tudo isso nos tranquiliza de que iremos ter estabilidade e futuramente estabilidade com empregos, que é o que mais desejamos.

Vou fazer duas perguntar e V. S<sup>a</sup>. pode ficar à vontade de respondê-las ou não, uma vez que está assumindo agora. Preocupa-me um pouco a questão do crédito consignado em folha. É sabido que o Governo trabalhou a expansão desse crédito e eu gostaria de saber qual é o impacto na política monetária e qual o perfil desse endividamento, se é apenas uma substituição do crédito antes mais caro por um outro mais barato ou se há realmente uma expansão do crédito.

A segunda pergunta seria sobre a relação crédito/PIB, que é muito baixa, chegando a cerca de 26%, enquanto em outros países chega a 50%. Isso não exigiria uma ação mais enérgica do Banco Central em relação à concorrência bancária?

Essas são as minhas perguntas e quero finalizar cumprimentando o Relator Rodolpho Tourinho pelo relatório e dizendo que o PSDB, por meio de nosso Líder, já falou da nossa satisfação em vê-lo à frente de uma diretoria do Banco Central.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Concedo a palavra ao Dr.

Alexandre Tombini, indicado para a diretoria do Banco Central.

**O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI** – Muito

obrigado, Senadora Lúcia Vênia. Essas são questões específicas que, caso eu seja aprovado por esta Comissão, será uma das áreas que vou procurar enfatizar. Temos um grupo altamente qualificado cuidando desses temas e, caso confirmado, vou empenhar-me para estar próximo desse grupo no sentido de entender melhor essas questões, inclusive sob três enfoques: o enfoque do desenvolvimento do mercado de crédito, que é o enfoque estrutural que interessa a todos. O enfoque é da política monetária. Devemos ter um conhecimento o mais preciso possível das transmissões. Estamos abrindo um canal de transmissão da política

monetária importante, o canal de créditos, que está sendo desobstruído. O grau da alavancagem ainda é baixo, como à senhora mencionou.

O terceiro aspecto que V. Ex<sup>a</sup>. citou diz respeito à questão prudencial de ter o crescimento dessas novas modalidades feito em bases sustentáveis e com segurança. Em relação à questão específica, vou tratar de me informar com o grupo que cuida disso, grupo de alta competência, do Banco Central.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senador Eduardo Suplicy, vou pedir para que os votos sejam apurados. Solicito a presença dos Senadores Garibaldi Alves Filho e Rodolpho Tourinho para servirem de escrutinadores.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, enquanto fazem as apurações dos votos, quero informar que, inclusive, votei favoravelmente ao Dr. Alexandre Tombini.

Eu gostaria apenas de fazer uma indagação. Noto nas atas do Copom que não há muita referência relativamente à evolução dos agregados humanitários, diferentemente, por exemplo, daquilo que está no relatório trimestral da evolução da política monetária, que ainda hoje foi apreciada nesta Comissão, porque ali está a evolução dos conceitos de oferta monetária, M1, base monetária, até M4, e assim por diante. Por que razão isso? Pergunto: quando o Copom normalmente examina a evolução, se foi atingida ou não a meta de preços, e a evolução da taxa de juros no mercado, para, então, decidir qual será a taxa de juros Selic, por que não descreve a evolução também dos agregados monetários? Esta é a principal pergunta que formulo.

**O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI** – Obrigado, Senador, pela pergunta. É bastante interessante e oportuna. O sistema é de metas, o objetivo é dado, meta numérica explícita para inflação. O instrumento principal, instrumento básico, taxa de juros.

Em relação à questão do agregado monetário, mencionei anteriormente que para usar esse tipo de instrumento, para ter controle sobre os efeitos desse instrumento na demanda agregada e, por conseguinte, na inflação, tínhamos que ter uma estabilidade da demanda por moeda, ou seja, teríamos que conhecer essa demanda por moeda, conseguir predizê-la e, com isso, definir uma trajetória de expansão para um agregado monetário, de forma que isso conduzisse a convergência dos preços aos objetivos do Governo.

Isso não passa porque a demanda por moeda é muito instável. E instável na maioria dos países e, no Brasil, sobretudo, por processo de inovação financeira,

processo choques. O que acontece? Temos, de tempos em tempos, uma remonetarização da economia. Aumenta a confiança, aumenta a demanda por moeda; aumenta a confiança na capacidade de manter a inflação sob controle, aumenta a demanda por moeda, ou seja, se esse processo de confiança se dá, e temos estabelecido uma meta de crescimento para agregado monetário fixa, a política fica apertada automaticamente. Ao mesmo tempo, se temos definido uma política de expansão para agregados monetários e a demanda por moeda cai, ou seja, a sociedade começa a fugir da moeda nacional, essa meta de expansão monetária fica muito frouxa.

Então, em vez de termos um instrumento indireto, melhor termos um instrumento em que tenhamos mais controles das condições, como a taxa de juros. Por isso, temos de olhar sempre um segundo pilar, mas a taxa de juros é um elemento básico.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Encerrada a apuração dos votos, totalizando a contagem de 25 votantes, foram 24 votos “Sim” e 1 voto “Não”.

Fica, portanto, aprovada a indicação do Sr. Alexandre Antonio Tombini, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, indicação feita pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Com a palavra o Senador Tasso Jereissati, em primeiro lugar. Após S. Ex<sup>a</sup>, falará o Senador Romeu Tuma.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Senador Romeu Tuma, já lhe devolvo a palavra, apenas gostaria de me congratular com a excelente escolha do Sr. Alexandre Tombini, dono de um currículo da maior qualidade, pessoa que tem condições de, realmente, fazer um trabalho técnico no Banco Central.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, havia me inscrito para fazer um questionamento, do qual abri mão para um outro Senador. E claro que o Senador Tasso Jereissati tem sempre a prerrogativa de estar à nossa frente por razões da sua competência e do seu conhecimento, no que diz respeito a parte econômica da postura do Governo. Aqui se discute muito, Senador Tasso Jereissati, acerca da independência ou não do Banco Central. Penso que o importante é a independência da consciência de cada membro da Diretoria. Eu não me fixo muito nessa idéia de dependência ou de independência do Governo, porque tem tido uma demonstração clara de que o Banco Central tem tomado posições que até contradizem membros do Governo. Então, queremos acreditar na política que o Banco Central dirige. O que temos notado, por

onde quer que andemos, é que há uma angústia profunda por parte dos comerciantes de todas as áreas, principalmente no meio em que nasci e cresci, tendo em vista os juros altos, da falta de financiamento e de uma série outros fatores. O Governo tem buscado equilibrar a situação econômica do País, e isso realmente tem proporcionado sacrifícios. Eu acredito na independência da consciência de V. S<sup>a</sup>, porque sempre fui e sou a favor de que alguns órgãos técnicos do Governo tenham em suas diretorias pessoas de carreira, como V. S<sup>a</sup>. Portanto, sou favorável ao aproveitamento daqueles que fazem a carreira e têm vários anos de experiência.

Desejo-lhe boa sorte.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Passo a palavra ao Dr. Alexandre Tombini, para as considerações finais.

**O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI** – Sr. Presidente; Sr. Vice-Presidente, eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui e tentar esclarecer os questionamentos que me foram feitos acerca do meu posicionamento. Quero dizer que eu vou trazer a minha experiência acumulada nesses anos de setor público, a experiência internacional também nos últimos quatro anos, para dar uma contribuição efetiva no processo de condução da nossa política monetária e da política econômica como um todo.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Muito obrigado.

Agradecemos a presença de todas as Sr<sup>as</sup> e os Srs Senadores.

Antes de encerrarmos a reunião, convoco uma reunião para a próxima terça feira.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 13h03.)*

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE  
DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS  
DO SENADO FEDERAL SENADOR LUIZ OTÁVIO**

Marta Teresa Suplicy ex-Prefeita do Município de São Paulo/SP, vem, pela presente, tendo em vista o Parecer de lavra de V. Ex<sup>a</sup>, de 2005, apresentar Pedido de Reconsideração, pelas razões a seguir aduzidas.

Nos termos do parecer supra mencionado, V. Ex<sup>a</sup> entendeu que, a conduta adotada pela Prefeitura Municipal de São Paulo poderia configurar, em tese:

**a)** infração ao art. 359-A do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 1940);

**b)** crime comum em relação ao Prefeito (art. 1º, inciso VIII, do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967);

**c)** ato de improbidade administrativa, descrito no art. 11, inciso I, da Lei nº 8.429, de 1992.

Por conseguinte, entendeu V. Ex<sup>a</sup> por bem que fosse enviada correspondência ao Ministério Público do Estado de São Paulo comunicando os fatos analisados.

Além disso, segundo o parecer, tendo em vista o disposto no art. 24, § 4º, da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, com redação dada pela Resolução nº 19, de 2003, V. Ex<sup>a</sup> entendeu que deve-se comunicar à Prefeitura Municipal de São Paulo que o Senado Federal constatou a existência de operação de crédito contratada por aquela Prefeitura junto a instituição não-financeira sem autorização prévia desta Casa ou do Ministério da Fazenda e que, por isso, fica suspensa a realização de nova operação de crédito pelo município até que seja regularizada a operação pendente de autorização.

Todavia, com a devida vênia, as determinações mencionadas não merecem ser aplicadas, uma vez que a conduta da Administração Pública Municipal em questão, pautou-se dentro dos parâmetros legais e dos princípios da Administração Pública, como se passa a demonstrar.

**I – Síntese do Caso em Exame**

O Senhor Ministro da Fazenda, no dia 27 de dezembro de 2004, comunicou ao Senado Federal que o Município de São Paulo teria realizado, sem a prévia autorização da Secretaria do Tesouro Nacional, operação de crédito, relativa ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (RELUZ), por meio do Aditivo Contratual de 5 de fevereiro de 2004, em suposto desacordo com o art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

Tal comunicação teria sido feita em obediência ao § 4º do art. 24 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, que assim prescreve:

“Art. 24. A constatação de irregularidades na instrução de processos de autorização regidos por esta resolução, tanto no âmbito do Ministério da Fazenda quanto no do Senado Federal implicará a devolução do pleito à origem sem prejuízo das eventuais cominações legais aos infratores.

§ 2º Caso a irregularidade seja constatada pelo Ministério da Fazenda, este deverá informar, também, ao Senado Federal.”



A matéria foi relatada por V. Ex<sup>a</sup>, que apresentou requerimento de convite à requerente, para que prestasse esclarecimentos. Em resposta, a requerente enviou correspondência, datada de 4 de maio de 2005, apresentando sólidos argumentos e explicações elucidativas sobre a questão.

O Excelentíssimo Senhor Relator também propôs dois requerimentos, ambos aprovados por esta Comissão pelo Plenário do Senado, solicitando informações adicionais ao Ministro da Fazenda e ao Ministério de Minas e Energia sobre as operações de crédito realizadas no âmbito do Reluz (Requerimentos nºs 176 e 177, de 2005).

Foram recebidas, em 19 de agosto de 2005, as respostas a esses requerimentos (Aviso nº 314, de 2005, do Ministro da Fazenda e Aviso nº 204, de 2005, do Ministro de Minas e Energia), sendo que, restou evidente a absoluta regularidade das avenças entre o Município de São Paulo e a concessionária Eletropaulo no bojo do importante Programa Nacional de Iluminação Pública.

## II – Análise do Caso

### II. 1 – Sobre o Reluz

Por primeiro, é importante que se faça uma exposição acerca do Reluz para que tenhamos um conceito preciso da importância desse programa, sua finalidade, e, por conseguinte, a natureza das relações jurídicas que a administração trava ao dele participar.

Há de se fazer menção que as informações a seguir foram trazidas a essa Comissão pela requerente.

O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, foi criado pela Eletrobrás, no âmbito do PROCEL – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica, com o objetivo de financiar programas de eficiência dos parques de iluminação dos entes municipais, com recursos oriundos da RGR – Reserva Global de Reversão.

O Reluz prevê investimentos de R\$2 bilhões por parte da Eletrobrás para tornar eficientes 9,5 milhões de pontos de iluminação pública, além de instalar outros 3 milhões adicionais. O seu lançamento se deu em junho de 2000 e, naquele mesmo ano, foi prorrogado até 2010. Desta forma, o programa pretende abranger 77% do potencial de conservação nacional de iluminação pública, atualmente composta por 14,5 milhões de pontos de iluminação, sendo que, destes, 12,3 milhões podem ganhar mais eficiência.

Sendo essa meta atingida, haverá uma economia de R\$340 milhões por ano, além de uma descomunal economia de energia. O objetivo principal do Reluz é

a promoção do desenvolvimento de sistemas eficientes de iluminação pública, bem como a valorização de espaços urbanos, de modo a favorecer a melhora da segurança e das condições de iluminação das cidades brasileiras.

O Reluz trará diversas melhorias para o setor elétrico, como a redução de 540MW, da carga, no horário de ponta, do sistema elétrico e a economia de 2.400 milhões de KW por ano.

Da mesma forma, o Reluz deve propiciar resultados operativos interessantes para as concessionárias do setor, na medida em que promoverá a redução das perdas e melhora das condições operativas e uma maior disponibilidade de energia elétrica possibilitando o atendimento de novos consumidores e o desenvolvimento de novos negócios na área de conservação de energia.

Por fim, os municípios serão extremamente beneficiados, uma vez que, além de melhorar a qualidade da administração pública, pode-se esperar uma redução de 30 a 40% do consumo de energia elétrica, além de diversos outros benefícios como a valorização de espaços outrora ociosos, a valorização do potencial turístico destas cidades, a melhora da segurança pública e da qualidade de vida em áreas mais carentes.

Dito isso, diante da realidade do Município de São Paulo, dadas as suas características de município mais populoso do Brasil, seu pólo econômico mais importante e local de existência de bolsões imensos de pobreza, era imprescindível a sua adesão ao Programa, o que foi feito em 2002.

### II. 2 – O Município de São Paulo e o Reluz

No bojo destas possibilidades acima, a Prefeitura do Município de São Paulo decidiu aderir ao programa em 2002, por meio da concessionária de energia elétrica local, a Eletropaulo S.A., que iniciou negociação com a Eletrobrás para a obtenção de uma linha de financiamento para este fim.

No dia 2 de outubro de 2002 foi firmado o Contrato nº 02/Siurb/2002, entre a Eletropaulo S.A., e a Prefeitura do Município de São Paulo, objetivando a eficiência do parque de iluminação pública do Município de São Paulo. A contratação foi feita com dispensa de licitação, dada a situação especial da Eletropaulo, capaz de oferecer condições únicas a que sejam atingidos os objetivos do contrato.

O referido contrato, em sua cláusula segunda, item 2.1, subitem I, alínea c, estabelece que compete à Eletropaulo realizar os investimentos para a eficiência, na ordem de 75% do valor do projeto, correspondentes a R\$113.480.474,18, com recursos prove-

nientes do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, por meio do Contrato celebrado entre a Eletropaulo e a Eletrobrás.

As alíneas **e** e **f** do mesmo subitem facultam à Eletropaulo a contratação de empresa para a execução do projeto, mediante prévia anuência da prefeitura, e contratar empresa para o gerenciamento do projeto, ficando, então, autorizada sub-contratação, desde que com a prévia anuência da prefeitura.

O subitem II, alínea **e**, da cláusula 2.1 do contrato, estabelece que compete à prefeitura disponibilizar os valores, a partir de janeiro de 2003, relativos às despesas necessárias à efficientização do parque de iluminação pública, na ordem de 25% do valor do projeto, correspondentes a R\$37.826.824,73, com recursos provenientes da economia verificada mensalmente, durante a implementação do Programa Reluz, ou com recursos próprios.

No dia 4 de junho de 2003, foi celebrado Termo de Aditamento ao Contrato, com o objetivo único de disciplinar a cessão, pela prefeitura, de materiais para a instalação na rede de iluminação pública, os quais deveriam ser posteriormente devolvidos à municipalidade. O referido termo foi assinado durante a negociação entre a Eletropaulo com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, para a contratação do empréstimo.

No dia 5 de fevereiro de 2004, foi firmado o Termo de Aditamento nº 05/Siurb/2003 e Consolidação do Termo de Contrato nº 02/SIURB/2002, entre a Eletropaulo S.A., e a Prefeitura do Município de São Paulo, para a efficientização do parque de iluminação pública, no âmbito do Reluz, sendo apresentadas as seguintes razões:

**a)** O interesse das partes em celebrar um instrumento de Consolidação de Dívida, Encontro de Contas e Outras Avenças, na qual o Município se reconhece devedor da Eletropaulo, de determinado valor referente ao fornecimento de energia elétrica pela Eletropaulo ao Município, até o final de 2003;

**b)** A Eletropaulo realizou contratação de empréstimo, por meio do Contrato de Financiamento nº ECF – 2300/2003, junto à Eletrobrás, para a implementação do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ no Município de São Paulo. Desta forma, considerando a ausência de cláusulas-espelho, no Termo de Contrato firmado entre o município e a Eletropaulo, que reflitam alguns termos do Contrato de Financiamento entre a Eletrobrás e a Eletropaulo, foi firmado o mencionado Termo

de Aditamento e Consolidação entre a Eletropaulo e o Município de São Paulo.

Vistos estes aspectos, cumpre destacar que os termos de aditamento anteriormente mencionados apresentam apenas a inserção de cláusulas de natureza estritamente formais, que objetivam adequar o Termo de Contrato nº 02/Siurb/2002 firmado entre a Eletropaulo e o Município de São Paulo às obrigações firmadas entre a Eletropaulo e a Eletrobrás, no bojo do Contrato de Financiamento ECF nº 2300/2003.

Assim é que essas alterações no contrato firmado entre a Eletropaulo e o Município de São Paulo redundam apenas em um aumento da obrigação de investimento pela Eletropaulo para R\$140.280.218,67 e do Município para R\$46.760.072,89.

### **II. 3 – Sobre o Alegado Descumprimento a Normas Legais, Decorrente da Assinatura do Termo de Aditamento nº 05/Siurb/2003 e Consolidação do Termo de Contrato nº 02/Siurb/2002.**

Antes de adentrarmos no mérito da questão, cumpre destacar o arcabouço jurídico vigente que permeia a relação jurídica ora discutida.

#### **II 3.1 – Das normas jurídicas aplicáveis.**

O artigo 32, da Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000, em seu § 1º, I, estabelece que:

“Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas direta ou indiretamente.”

§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo – benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:

I – “A Existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da Lei Orçamentária, em créditos adicionais, ou em Lei específica.” A Resolução do Senado nº 43, de 2001, que teve a sua redação alterada pela Resolução do Senado nº 19 de 2003, prevê que:

“Art. 7º As operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios observarão ainda os seguintes limites:

(...)

§ 3º São excluídas dos limites de que trata o **caput** as seguintes modalidades de operação de crédito:

II – contratadas no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, estabelecido com base na Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000. “

A Resolução do Senado nº 19, de 2003 prevê ainda que:

“Art. 3º São dispensadas da aplicação das providências contidas no art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, as operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Eficiente – RELUZ, estabelecido com base na Lei nº 9.991, de 2000, que tenham sido realizadas até a data da publicação desta Resolução, devendo o Estado, o Distrito Federal ou o Município apenas comunicar ao Ministério da Fazenda a existência da operação, seu valor, prazo e demais condições contratuais.”(grifamos)

### **II.3.2 – Da rigorosa legalidade da assinatura do termo de aditamento nº 05/SIURB/2003 e consolidação do termo de contrato nº 02/SIURB/2002**

A interpretação que enseja a conclusão de ter a assinatura do Termo supracitado contrariado os dispositivos legais acima elencados é absolutamente improcedente, uma vez que Não houve, no caso, a realização de nova contratação.

#### **II.3.2.1 – das características do termo de aditamento nº 05/SIURB/2003 e consolidação do termo de contrato nº 02/SIURB/2002.**

A existência de um contrato, cumpre dizer, implica um acordo de vontades com o fim de adquirir, resguardar, modificar, ou extinguir direitos. Para que fossem atingidos os objetivos desejados pela Prefeitura do Município de São Paulo e a Eletropaulo S.A., no sentido de se promover a efficientização do Parque de Iluminação Pública do Município de São Paulo, no âmbito do Reluz, foi firmado o Termo de Contrato nº 02/SIURB/2002, com cinco anos de vigência, o qual, diga-se, jamais sofreu qualquer contestação.

Deve ser ressaltado o fato de não ter sido introduzido nos instrumentos antes mencionados (nº 05/SIURB/2003 e nº 02/SIURB/2002) qualquer forma de novação, que seria essencial para caracterizá-los como um novo contrato.

Com efeito, o conceito de novação implica a necessidade de extinção de uma obrigação para a

criação de uma outra obrigação. E isso jamais ocorreu com o Termo de Contrato nº 02/SIURB/2002, que segue vigente, não tendo havido qualquer alteração quantitativa ou qualitativa na operação original nele prevista.

Repita-se, por oportuno, que a assinatura do Termo de Aditamento nº 05/SIURB/2003 e Consolidação do Termo de Contrato nº 02/SIURB/2002, conforme já descrito, teve por objetivo apenas adequar os termos do Contrato ora questionado àqueles do Contrato de Financiamento firmado entre a Eletrobrás e a Eletropaulo (ECF-2300/2003), apenas e tão-somente introduzindo cláusulas de caráter meramente formal, além de promover a consolidação das dívidas existentes entre a Prefeitura do Município de São Paulo e a Eletropaulo até o final de 2003 e prever um aditivo dos valores a serem investidos, tanto pela Eletropaulo, quanto pela Prefeitura do Município, os quais se encontram em estreita observância às exigências legais.

O Contrato nº 02/SIURB/2002, uma vez que objetiva a efficientização do parque de iluminação pública do Município de São Paulo, faculta, na sua Cláusula Segunda, à Eletropaulo, a contratação de empresas para a execução e para o gerenciamento do projeto, sempre com a anuência da Prefeitura, autorizando, inclusive a subcontratação.

Desta forma, o aditivo dos valores a serem investidos, tanto pela Eletropaulo, quanto pela Prefeitura, previsto no Termo de Aditamento nº 05/SIURB/2003 e Consolidação do Termo de Contrato nº 02/SIURB/2002, tem por objetivo o restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro do contrato, dado o lapso de tempo transcorrido entre a assinatura do Contrato e a assinatura do Termo aqui abordado.

Tal procedimento observa o disposto no art. 37 da Constituição Federal, em seu inciso XXI, que acaba por estabelecer que as condições de pagamento ao particular deverão ser respeitadas segundo as condições reais e concretas contidas na proposta. No caso concreto, pode-se inferir que este dispositivo deve resguardar os contratos firmados com as empresas particulares, dosefeitos provocados pela inflação no período, sendo tal aditamento, portanto, necessário.

### **II.3.3 – Da Conversão em lei da Medida Provisória nº 237, de 27 de janeiro de 2005 na Lei nº 11.131, de 10 de julho de 2005**

Não bastasse a comprovação cabal da legalidade da operação aqui abordada, a aprovação pela Câmara Federal em 24 de maio de 2005 e, logo após, pelo Senado Federal, em 13 de junho de 2005, da

Medida Provisória nº 237 de 2005, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 11 de 2005, convertido na Lei nº 11.131, de 1º de julho de 2005, afastam completamente qualquer irregularidade pelo alegado descumprimento pela Prefeitura do Município de São Paulo, do artigo 32 da Lei Complementar nº 101/2000 e da Resolução do Senado Federal nº 43 de 2001.

Prevê a Lei nº 11.131/2005, em seu artigo 10 o seguinte:

“Art. 10. O art. 8º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º passando o atual parágrafo único a vigorar como § 1º, com a seguinte redação:

‘Art. 8º (...)

§ 1º Excluem-se das vedações a que se refere o inciso II o inciso do **caput** deste artigo:

(...)

III – as operações de crédito destinadas à implantação de projeto de melhoria em sistemas de iluminação pública, no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ.” (grifamos)

A operação aqui discutida, como se pode ver, é integralmente coberta pelas disposições contidas no texto aprovado.

### III – Conclusão

Diante da clara demonstração da legalidade da operação aqui abordada, e após o crivo do Congresso Nacional, representado pela aprovação da Lei nº 11.131/2005, não existe qualquer razão para o questionamento da mesma.

Diante do exposto, emergem, em síntese, as seguintes conclusões:

**a)** não houve nova operação de crédito, tratando-se, apenas, de uma adequação da avença havida entre o Município de São Paulo e a Eletropaulo aos termos do contrato entre esta última e a Eletrobrás;

**b)** sendo o Reluz um programa criado com o objetivo de financiar programas de eficiência dos parques de iluminação dos municípios, trazendo com isso grande economia ao erário, a adesão da Prefeitura do Município de São Paulo ao mencionado programa não lesa, em qualquer aspecto, a lei de responsabilidade fiscal. Ao contrário, tem como objetivo auxiliar a Administração municipal a se adequar aos seus ditames;

**c)** Sempre houve, no decorrer do processo de adesão do Município de São Paulo ao Reluz, diligência e acatamento ao Senado, tendo a Administração, à época, enviado toda a documentação atinente aos atos do processo, inclusive ao termo de aditamento aqui discutido.

Dessa forma, não é possível concluir-se pela ocorrência de crime previsto no art. 359-A do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 1940), do crime comum em relação ao Prefeito (art. 1º inciso VIII, do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967), tampouco de ato de improbidade administrativa, descrito no art. 11, inciso I, da Lei nº 8.429, de 1992, uma vez ter ocorrido, ao longo do procedimento, observância da legislação vigente e dos princípios da Administração Pública.

### IV – Do Pedido

Á vista do exposto, requer-se a reconsideração do Parecer de lavra de V. Ex<sup>a</sup>, a fim de que se conclua que a conduta adotada pela Prefeitura Municipal de São Paulo foi absolutamente concorde ao ordenamento jurídico vigente, e, assim, que seja determinado o arquivamento do presente feito.

Termos em que, Pede deferimento, Brasília, 4 de novembro de 2005. – **Luiz Fernando Massonetto**, OAB/SP 173.712 – **Roberta Maria de Barros Fernandes**, OAB/SP 221.756.

OF Nº 229/2005/CAE

Brasília, 6 de dezembro de 2005

A Sua Excelência a Senhora  
Martha Suplicy  
Ex-Prefeita do Município de São Paulo  
Assunto: Audiência Pública

Excelentíssima Senhora,

Venho por meio do presente, convidar Vossa Excelência para uma Audiência Pública, a realizar-se no dia 13 de dezembro do corrente, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, para “prestar esclarecimentos adicionais a respeito do descumprimento pela Prefeitura Municipal de São Paulo do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, e da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001”, em atendimento à deliberação desta Comissão em Reunião realizada nesta data.

Atenciosamente, – Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SEP-09-2005 05:03 PM INST. SAO. PAULO

551132880867



São Paulo, 06 de dezembro de 2005.

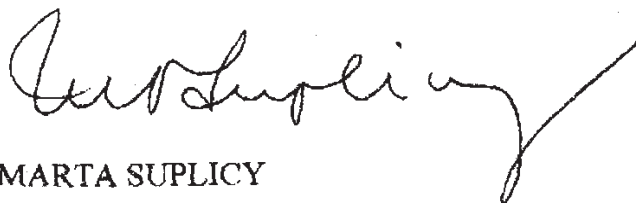
Ilmo Sr.  
Senador LUIZ OTÁVIO  
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Excelentíssimo Senador,

Acuso o recebimento do convite para “prestar esclarecimentos adicionais a respeito do descumprimento pela Prefeitura Municipal de São Paulo do artigo 32 da Lei Complementar nº 101 de 2000, e da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001”. Infelizmente por compromissos inadiáveis coloco-me à disposição da Comissão de Assuntos Econômicos para prestar os esclarecimentos solicitados em outra data.

No aguardo de uma nova proposta de data,

Atenciosamente



MARTA SUP LICY

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 22, DE 2006**

**Fixa o valor do salário mínimo, a partir de maio de 2006 e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A partir de 1º de maio de 2006, o valor do salário mínimo será reajustado de acordo com o índice de inflação medido pelo IPCA.

Parágrafo único. Além da reposição inflacionária será acrescido ao reajuste o índice de 26%.

Art. 2º Os benefícios mantidos pela Previdência Social serão reajustados, em 1º de maio de 2006, na mesma proporção do artigo 1º e seu parágrafo único.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a estender, a partir de 1º de maio de 2006, o reajuste de que tratam o art. 1º às remunerações dos servidores públicos civis e militares da União.

Art. 4º A partir da entrada em vigor desta lei, anualmente, cada categoria terá assegurada a recomposição plena do valor de seus salários, correspondente ao IPCA acumulado nos últimos doze meses, sem prejuízo das negociações por melhoria salarial e de condições de trabalho.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

A Constituição Federal em seu artigo 7º, inciso IV, determina que o salário mínimo do trabalhador deva ser “capaz de atender as suas necessidades básicas e as de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social”.

Este preceito constitucional jamais foi cumprido em nosso País. Se aprovado, este projeto de lei tampouco vai instaurar a legalidade preconizada pela Constituição. Para isto, segundo o Dieese, seria necessário um salário mínimo de cerca de R\$1.800,00, ou seja, seis vezes mais que o existente (R\$300,00). Esta é a meta a ser perseguida por qualquer governo ou Casa Legislativa que pretenda instituir a justiça social neste País.

O compromisso de campanha assumido pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva foi o de dobrar o poder de compra do salário mínimo nestes quatro anos de governo. Uma meta modesta, embora muito

relevante frente a enorme miséria da maioria da população e do papel importante do salário mínimo na sua redução.

O primeiro ano de governo, entretanto, não iniciou o cumprimento deste compromisso. Aliás, nenhum compromisso de campanha foi, efetivamente, cumprido ou encaminhado na direção do cumprimento. Em 2003, o reajuste do mínimo foi de 20% e a inflação de 19,29%. Isso significa que o reajuste real foi próximo de zero, quando deveria ser de 19% acima da inflação para iniciar o processo que culminaria em dobrar o poder de compra do mínimo em quatro anos.

Este projeto visa atualizar o que apresentamos em março de 2003. Tendo o Governo perdido o primeiro ano, para chegar ao dobro do poder de compra em três anos o índice necessário acima de inflação é de 26%.

O projeto estabelece, ainda, o repasse dos mesmos índices para os benefícios da Previdência Social e a recuperação das inflações para todas as categorias, ambas as propostas inspiradas no Projeto nº 4.919/2001 do então Deputado Federal Paulo Paim. É inaceitável que os preços estejam livres, as tarifas públicas sejam reajustadas em muitos casos mais de uma vez ao ano, os trabalhadores sigam sem nenhuma garantia legal da recuperação da inflação em seus salários.

Sala das Sessões, 26 de janeiro de 2006. – Senadora **Helóisa Helena** – PSOL/AL.

*(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Sociais e Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Juvêncio da Fonseca.

S. Exª terá 10 minutos e, se necessário for, dois minutos de prorrogação.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pela ordem.) – Senador Papaléo, faço uma solicitação. Estou enquadrado no art. 17, mas V. Exª, com o seu poder e generosidade, pode me dar um indulto, ou então me inscrever para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> está incurso no art.17, ou seja, falou no plenário por duas vezes nesta semana.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Não. A bem da verdade, falei na segunda, na terça e na quarta-feira, ou seja, por três vezes, mas eu queria o indulto de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O indulto será concedido para uma comunicação inadiável. Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Ex<sup>a</sup> terá o direito de usar a palavra por cinco minutos.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Está bom.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu gostaria de não precisar voltar à tribuna para tratar desta questão. Refiro-me à questão indígena de Dourados, da denúncia feita ao País, no ano passado, a respeito da mortandade, vamos dizer assim, de crianças indígenas por falta de assistência da Funai e da Funasa.

O assunto foi amplamente discutido e recebeu o necessário realce pela imprensa nacional. A Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, a qual presido, fez um levantamento completo, mostrando e denunciando à Nação o que estava ocorrendo em Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul.

Hoje, a imprensa nacional trata da matéria. O **Correio Braziliense** publica: “Relatório da CGU aponta superfaturamento em contratos suspeitos assinados pela Funasa, no Mato Grosso do Sul. Vinte e uma crianças guaranis-caiouás morreram no estado no mesmo período”, ou seja, no mesmo período dessa corrupção que está sendo denunciada há tanto tempo.

Eu gostaria, para melhor esclarecimento da população, das Sr<sup>as</sup> e dos Srs. Senadores, de fazer referência – até lendo alguns trechos – a um editorial do jornal de maior circulação no Estado do Mato Grosso do Sul, o **Correio do Estado**, publicado, ontem, sob o título “O escândalo na Funasa”.

Logo no início do artigo, uma frase interessante é destacada: “Ficam a mácula e a prova de que a corrupção é uma espécie de anti-humanismo, que transforma pessoas em seres patologicamente doentes”. Essa é uma grande verdade. Há pessoas, lideranças políticas e gestores públicos que, diante do poder, transformam-se de maneira patológica, tornando-se até perigosos. Essa é a questão que está acontecendo hoje no País, que a imprensa tem noticiado tanto e a respeito de que, no ano passado, houve tantos e

tantos casos relatados nesta tribuna e por toda a comunidade brasileira.

Este artigo de fundo do jornal **Correio do Estado** diz o seguinte:

Sob o comando de Gaspar Francisco Hickmann (...) [indicado por um Deputado Federal do PT de Mato Grosso do Sul], a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) de Mato Grosso do Sul, no decorrer do ano passado, tornou-se mundialmente conhecida por negligência, incompetência e corrupção.

E a principal razão foi um desastre humano que deixou marcas profundas na história do Estado: a morte de dezenas de crianças indígenas na região de Dourados por desnutrição.

Todo o fato – agora devidamente esquadrinhado em minucioso relatório da Controladoria-Geral da União (CGU), que durante meses analisou licitações e contratos celebrados pelo órgão – pode ser resumido da seguinte forma: o Governo Federal enviava recursos e aqui eles eram filtrados por um esquema mafioso, que subtraía parte considerável das verbas, por meio de fraudes e superfaturamentos, o que transformou a Funasa/MS numa organização criminosa, na medida em que os desvios terminaram resultando em mortalidade infantil por fome e falta de assistência social.

(...)

(...)Toneladas de alimentos apodreciam sem serem distribuídas, em armazéns fechados em Dourados, mostravam reportagens na televisão. Denúncias de caos administrativo eram levantadas por funcionários da própria Funasa, declaravam as lideranças sindicais. Enfim: ficava evidente que o jeito PT de governar era sinônimo de caos.

(...) o Tribunal de Contas da União e a Controladoria-Geral da União (CGU) abriram frentes de investigação para escrutinar procedimentos, analisar processos e, assim, percorrer o ralo, pelo qual mais de R\$5 milhões foram desviados, sem que se saiba exatamente para onde.

(...) Mas ficam a mácula e a prova de que a corrupção é uma espécie de anti-humanismo, que transforma pessoas em seres patologicamente perigosos, visto que perdem a percepção do outro e provocam danos irreparáveis à sociedade.

Repito: “a corrupção transforma pessoas em seres patologicamente perigosos”. E observem V. Ex<sup>as</sup>

que a Funasa, que não tem tantos recursos assim no Estado de Mato Grosso do Sul para serem usados corruptamente, mesmo assim, Lideranças do PT – está aqui claro e evidente que foram Lideranças do PT –, usando a Funasa, por indicação de Deputado Federal da Funasa, praticaram corrupção. Está aqui.

O interessante é que, quando pessoa vislumbra a possibilidade do exercício do poder, a pessoa se transforma. Há pessoas que se transformam perigosamente, de maneira surpreendente, só pela expectativa de terem a oportunidade de exercer o poder. Aliás, isso tem acontecido na Bancada de Mato Grosso do Sul aqui em Brasília. Ou seja, há uma pirataria estabelecida, Senador Mão Santa, na execução das emendas parlamentares. Pessoas sérias, ou aparentemente sérias, mas desejosas de poder, usando documentação inadequada, usando influências em Ministérios da União, transformam emendas de companheiros e de amigos como se fossem suas, transformam emendas de execução dos Municípios para serem de execução do Estado, só porque o Estado, com essas emendas já empenhadas, poderia usufruir vantagens políticas, levando para os Municípios, pelas mãos do Governador, a obra ou os instrumentos de trabalho em favor da comunidade previstos na emenda. Então, essas pessoas, que vislumbram, que estão querendo o poder, transformam-se, como diz este artigo em boa oportunidade, em patologicamente perigosas.

Vejamos o drama da questão indígena, o qual o Senador Paulo Paim e eu acompanhamos no ano passado. Como podem essas pessoas, por causa de alguns centavos, de alguns Reais, trocarem seu sentimento humanitário pela morte de crianças indígenas? Essas pessoas, que praticam atos como esses, são patologicamente perigosas.

Concedo o aparte ao Senador Leonel Pavan.

**O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC)** – Senador Juvêncio da Fonseca, quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pela sua coragem em colocar a questão de colegas Parlamentares que, aproveitando do prestígio perante o Ministério e sendo da Base do Governo, tiram recursos da Bancada de outros para benefício de seus Municípios. Ontem, a Bancada de Santa Catarina detectou isso também. Enquanto muitos de nós não recebemos as nossas parcelas para as distribuímos aos Municípios, Parlamentares que tinham um percentual bem menor em suas emendas de Bancada, conseguiram triplicar os recursos para colocá-los em outros Municípios. Ora, se é de Bancada, todos têm a mesma responsabilidade, todos são responsáveis pela liberação da verba para o Município A ou B. Em Santa Catarina, infelizmente, eu estou sendo prejudicado, assim como outros, pelo fato de o Governo beneficiar Parlamentares ou porque são mais próximos ou porque dão apoio maior ao Governo Federal. Quero cumprimentá-lo. Acredi-

to que, às vezes, V. Ex<sup>a</sup> não consegue levar recursos para o seu Município, ou para aqueles outros que o procuram, V. Ex<sup>a</sup> não consegue atendê-los, V. Ex<sup>a</sup> não consegue liberar as emendas aprovadas, os dias que V. Ex<sup>a</sup> teve para tentar colocar o Município. E, agora, além de não liberarem, outros se apropriam daquilo que V. Ex<sup>a</sup> tentou conseguir para as cidades do seu Estado. Parece-me que foi esse o pensamento de V. Ex<sup>a</sup>, porque isso também ocorreu no meu Estado, Santa Catarina.

**O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PSDB – MS)** – Obrigado, Senador Leonel Pavan, é justamente essa definição do fato que ocorreu também em Mato Grosso do Sul. É triste dizer isso, principalmente porque a Bancada do Mato Grosso do Sul agia em unidade. Todos se mobilizavam em favor das emendas e também dos recursos extra-orçamentários para que o Estado se beneficiasse.

Sr. Presidente, aproveitando meus últimos minutos, eu gostaria de parabenizar os Deputados Federais Waldemir Moka e Nelson Trad, que, mesmo prejudicados com uma ação de Liderança da nossa Bancada, que causou uma nulidade intransponível, Senador Paulo Paim, nos empenhos de mais de R\$6 milhões, S. Ex<sup>as</sup> concordaram com que esse coordenador aceitasse aquelas indicações absurdas, que foram feitas, para que o Estado não perdesse os recursos daquelas emendas anuladas. Parabéns aos Deputados Waldemir Moka e Nelson Trad.

Espero que, do acordo feito, o Governo do PT, que afirma que seus Municípios serão respeitados, na hora da destinação desses recursos, cumpra o compromisso feito perante o Ministro Roberto Rodrigues.

Sr. Presidente, obrigado pela tolerância.

Vamos prestar atenção nos nossos indígenas, em Mato Grosso do Sul. Aquelas crianças não podem ficar mais ao abandono. Essa conclusão da CGU é objetiva e põe à tona, a nu, a ação corrupta de determinados dirigentes da Funasa em Mato Grosso do Sul.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)** – Senador Juvêncio da Fonseca, obrigado por suas palavras.

Convido V. Ex<sup>a</sup>, Senador Juvêncio da Fonseca, para assumir os trabalhos da Mesa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp, como orador inscrito.

S. Ex<sup>a</sup> terá 10 minutos para o seu pronunciamento e 2 minutos de prorrogação, se necessário for.

**O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, desde que assumi o mandato de Senador da República há pouco mais de 3 anos, e, no fiel cumprimento das responsabilidades a mim confiadas pelo povo do meu Estado, Rondô-



nia, venho dedicando a maior parte da minha energia e da minha capacidade a apoiar incansavelmente o desenvolvimento econômico e social da Região Norte do País.

É uma luta que resulta, ao fim e ao cabo, em benefício de todo o povo brasileiro, até porque não consigo imaginar nada que possa impactar mais fortemente o crescimento nacional, de forma justa, equilibrada e sustentada, do que o aproveitamento do imenso potencial de riqueza e de progresso que hoje adormece nas fronteiras mais distantes e esquecidas do País.

Esse esforço, que é realizado no âmbito do Senado Federal por todos os Parlamentares que representam o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste, às vezes conhece momentos de recompensa. Na contabilidade desses avanços, não posso deixar de registrar o anúncio feito pela Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, ex-Ministra de Minas e Energia, e pelo atual Ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, do leilão das usinas hidrelétricas do rio Madeira – usinas de Santo Antonio e de Jirau –, agendado para o final do mês de maio. Tudo indica que vai ser licitada, leiloada a construção das usinas hidrelétricas do Rio Madeira, gerando emprego e renda para o povo de Rondônia.

Relembro, Sr. Presidente, a preocupação que expressei em novembro do ano passado, desta mesma tribuna, acerca do vazio representado pelas iniciativas governamentais na área de geração, quando o assunto era o planejamento para 2008 e 2010. Naquela ocasião, demonstrei que, de acordo com a lista de empreendimentos sem restrições legais e ambientais, divulgada pela própria Secretaria Nacional de Energia, não fecharíamos a conta da demanda calculada para a virada da década.

O complexo do Madeira, com capacidade de geração estimada em cerca de sete mil *megawatts*, deverá integrar os revestimentos em energia nova necessários a sustentar as projeções de consumo até o ano de 2010 ou além de 2010, constituindo uma parte significativa do montante global.

Se essas usinas são decisivas para que as perspectivas brasileiras de abastecimento de energia não sejam sombrias, devemos, entretanto, permanecer alertas, uma vez que as surpresas negativas são, infelizmente, uma constante absoluta quando o tema é a construção de infra-estrutura para o desenvolvimento, especialmente se o foco se concentra na Amazônia.

Não exagero ao fazer tal afirmativa, que é, aliás, o que me leva ao principal ponto desse meu pronunciamento: a situação em que se encontra o projeto do gasoduto Urucu-Porto Velho, projeto tão debatido aqui nesta tribuna.

Numa semana em que a mídia nacional repercutiu incessantemente a possibilidade de construção do gasoduto do Mercosul, da Venezuela à Argentina, cortando longitudinalmente todo o território brasileiro; numa semana em que tanto se discutiu o risco que a eleição do Presidente Evo Morales traz aos investimentos em gás,

feitos pela Petrobras na Bolívia; numa semana, enfim, em que a importância do gás para a indústria e para o conforto humano foi tão apaixonadamente analisada e debatida, me pergunto, Sr. Presidente: o que será feito do gás de Urucu? Qual a importância do gás brasileiro na nossa matriz energética? Por que motivo Urucu ainda é uma potencialidade absolutamente inexplorada, esquecida no coração da Amazônia? Se estamos falando em gás na Venezuela, se estamos preocupados com o gás da Bolívia, da instabilidade política do país vizinho, da Bolívia? Esse gasoduto que cortará o Brasil, talvez a Bolívia ou o Paraguai chegará até a Argentina, certamente trará também danos, impactos ao meio ambiente, tanto do Brasil como o de outros países, e por que o nosso gasoduto Urucu-Porto Velho ainda não saiu?

Será que o impacto ambiental do gasoduto Urucu-Porto Velho é maior do que o impacto ambiental do gasoduto que sairá da Venezuela e passará também pelo Amazonas, passará pelo Estado de Rondônia, cortando grande parte do Brasil?

Não se trata, Sr. Presidente, quero deixar claro, de preconceito contra a matéria-prima estrangeira ou de ignorância acerca da necessidade de diversificar fontes e fornecedores, de forma a minimizar os riscos de desabastecimento, até mesmo porque, ainda que se considerem taxas modestas de crescimento, as perspectivas da demanda brasileira por energia são clara e fortemente crescentes.

É uma preocupação constante o risco de racionamento de energia ou a falta dela para a sustentabilidade do crescimento econômico do nosso País, nobre Senador Paulo Paim.

Mas o gás de Urucu, para Rondônia, não significa apenas a substituição do ônus financeiro representado pelo alto custo daqueles milhões de litros de óleo *diesel* consumidos mensalmente pela Termonorte – e outras usinas térmicas da Eletronorte e da Ceron – usina essa que é responsável por parcela significativa, de cerca de 360 megawatts da eletricidade demandada em Rondônia e no Estado do Acre. O gás de Urucu também significa milhares de empregos que seriam criados na construção do gasoduto; centenas de postos de trabalho que seriam alocados na sua operação regular; e, não menos importante, uma clara contribuição à qualidade de vida e à sustentabilidade do meio ambiente da região, tendo em vista que o gás é mais barato e menos poluente do que óleo *diesel*.

Isso tudo, Sr. Presidente, para não falar das enormes oportunidades que se abririam para as aplicações industriais e no transporte coletivo dos táxis, dos ônibus do Estado do Estado do Acre e do Estado de Rondônia.

A disponibilidade de gás natural em solo rondoniense poderia prenunciar uma verdadeira revolução nas perspectivas regionais de industrialização. Mas a quantas anda, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o projeto do gasoduto? Chamo-o de gasoduto da esperança.

A licença ambiental, como costuma acontecer nesses casos com regularidade espantosa, consumiu, na fase de expedição, um prazo superior ao previsto para a própria obra, ou talvez duas vezes maior do que o tempo que se levaria para construir a obra do gasoduto Urucu-Porto Velho; e, quando finalmente veio à luz, deixou de autorizar um trecho de 70 quilômetros, situado próximo à metade do percurso projetado. Após mais de três anos de interminável querela burocrática, é esse o resultado. O Ibama autoriza que se construa Urucu-Porto Velho, com 500 quilômetros de extensão, desde que fique faltando o trecho central de 70 quilômetros. Como se vai construir? Qual empresa que vai investir em uma obra, que se construa uma ponta e a outra, e fique o meio dessa obra sem ser construído? Como vai transportar? Não existe transporte de gasoduto por outras vias a não ser dentro da floresta.

Mas o absurdo da cena não estaria completo se não esclarecêssemos os motivos que levaram a tão rematado disparate. E ele é simples, Sr. Presidente: a implantação de uma floresta nacional, que vem sendo estudada há mais de uma década, foi finalmente decretada, justo agora que estava na hora de liberar a licença do gasoduto. Não somos contra a criação de floresta, não somos contra a preservação do meio ambiente. Ao contrário, quando Governador, criei o Programa Agroecologia e Florestal, que determina que o Estado de Rondônia preserve mais de 70% do seu Território.

O decreto de demarcação, concluído em 2005, após anos de idas e vindas nos gabinetes, definiu que, além de ferido de morte o projeto, estaria perdida toda a esperança depositada pela sofrida população de Rondônia nas promessas da área de energia do Governo Federal.

Para os técnicos do Ibama, como já tive oportunidade de relatar a este Plenário, só restam duas opções: ou se muda o traçado do duto, ou se espera a conclusão do plano de manejo ambiental, cujos prazos e resultados incertos poderão chegar, entre outras conclusões, à inviabilidade da obra na área do parque nacional. Absurdo ou não, esse é o quadro.

Sinceramente, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não sou de desistir facilmente de qualquer luta, mas já estou quase perdendo as esperanças; melhor dizendo, perdendo a paciência por causa de tanta demora na liberação dessa obra.

Finalizando, Sr. Presidente, gostaria de cobrar da Ministra Dilma Rousseff, a quem, no início deste pronunciamento, atribuí a grande alegria de ver anunciado o leilão das hidrelétricas do Madeira, o compromisso que tomou, nos primeiros meses de Governo, quando em audiência pública havida na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura desta Casa.

Naquela oportunidade, ainda Ministra de Minas e Energia, S. Ex<sup>a</sup> definiu Urucu-Porto Velho como prioridade absoluta do Governo, no sentido de resolver definitivamente as necessidades de energia do norte do

País. Pelo teor dessa promessa e, mais ainda, por sua sensibilidade técnica e política, encontra-se a Ministra em situação que lhe permite exigir, por parte da máquina de governo, em especial da estrutura de gestão das políticas ambientais, uma solução em curto prazo para toda essa confusão, para todo esse absurdo que foi criado em torno do gasoduto da esperança, o Gasoduto Urucu-Porto Velho.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – V. Ex<sup>a</sup> está encerrando o pronunciamento?

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Faltam uns três minutos.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Está bom. Quero um aparte para falar justamente sobre a questão ambiental, logo depois que o senhor terminar o seu pronunciamento.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Com muito prazer, concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Leonel Pavan.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Senador Valdir Raupp, ouvi V. Ex<sup>a</sup> dizer que estava no final do pronunciamento e esperava que terminasse para aproveitar o seu tema, que levantou a questão ambiental, do reflorestamento, a preservação das matas, para me manifestar sobre o que ocorre hoje mais em Santa Catarina, o meu Estado. Quando fui prefeito pela primeira vez, criei a primeira secretaria municipal do meio ambiente de Santa Catarina e comecei a recuperar morros que foram devastados por incêndio, desmatados ou prejudicados com o corte de pedras. Tentei, com parceria, recuperar aquela vegetação. E recuperamos, plantando lá em torno de um milhão de árvores em diversos pontos da nossa cidade, inclusive nas cidades de Porto Belo, Bombinhas, Balneário Camboriú e assim por diante. Aproveito o gancho para dizer o seguinte: somos uma cidade turística, Balneário Camboriú vive do turismo. Permite-se a derrubada de árvores na Amazônia, sem fiscalização, sem punição, o desmatamento à revelia – parece-me que, a cada cinco minutos, há derrubada de árvores do tamanho de cinco estádios de futebol, ou seja, a cada um minuto, o volume de árvores derrubadas na Amazônia é do tamanho de um estádio de futebol. Enquanto isso, no meu Estado, proíbe-se a construção de *resorts*, de equipamentos turísticos, acessos a lugares com potencialidade turística; não se permite a construção de casas, mesmo com planejamento e plano diretor; apenas 10% da área dos terrenos podem ser ocupadas por moradia, impedindo-se que Municípios planejem as suas atividades e obras para o crescimento social e econômico na cidade turística. Isso traz grandes prejuízos a essa atividade e a Municípios que dependem exclusivamente do turismo. São residências, restaurantes, hotéis, que vão melhorar a economia da cidade, do Estado e do Brasil, trazendo turistas do exterior a diversos lugares do Brasil. É preciso rever essa questão da preservação do meio ambiente. O Ibama e o Governo precisam rever essa questão. É

diferente desmatar matas nativas, áreas que estão aí para serem protegidas porque servem como pulmão para nosso Brasil, para os Estados. É bem diferente preservar essas matas do que pequenas restingas, onde se quer fazer um acesso às praias, a alguma vila, a um *resort*, onde se quer construir algo que venha trazer comida à mesa, que venha trazer empregos. É preciso diferenciar essa questão. O meio ambiente tem de ser preservado, e assim o faço e defendo; até fui considerado um “ecochoato”. No entanto, há casos e casos. Não é possível que se proíba o progresso de diversos Estados, de diversos Municípios, apenas pelo capricho de algumas ONGs que se dizem donas de áreas de preservação, que as utilizam quase que exclusivamente para uso particular, para passeios e tal, sem nenhuma infra-estrutura, o que deveria ser implantado caso liberado pelo Ibama. É preciso rever a questão ambiental. Permita-me mais um segundo, pois o tempo está livre. Eu era prefeito, e os ambientalistas diziam que era necessário desassorear um rio; tinha de se fazer dragagem, pois o rio estava asfíxiado, morrendo. Contratamos a dragagem e recebemos apoio do governo estadual lá também com as dragas. Aí, os ambientalistas que criticaram que o rio estava morrendo, depois, entraram com uma ação para paralisar a dragagem, porque estava sendo retirada areia, que era da vida comum do rio. Então, primeiro denunciam, exigem a dragagem, e, depois, é necessário paralisar a obra porque está atingindo o ecossistema e a vida do rio; apresentam artifícios, ao lado do Ministério Público, para impedir investimentos desse porte. Temos de fazer urgentemente um novo projeto, uma nova discussão sobre a questão ambiental, principalmente em regiões que dependem das atividades turísticas, como é o caso de Santa Catarina.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Muito obrigado, nobre Senador Leonel Pavan. Concordo plenamente com V. Ex<sup>a</sup>. O Ibama trabalhou errado o tempo todo, principalmente na área da fiscalização. Sou radicalmente contra o desmatamento em encostas, serras, morros e margens de rios. Isso é um crime ambiental que o Ibama deveria ter combatido há muito tempo. E sempre tem de haver as compensações.

Creio que os madeireiros, espalhados por todo o Brasil, já cometeram muitos crimes ambientais. Alguns trabalham certo, outros trabalham errado. E, muitas vezes, trabalham errado por falta de orientação do Ibama. No passado, o antigo IBDF cobrava uma taxa de reflorestamento dizendo que era para reflorestar, compensando as florestas derrubadas em outras regiões. No entanto, o IBDF e o Ibama nunca plantaram uma árvore, nobre Presidente Mão Santa. Esse foi o grande erro, no passado, que continua ainda hoje.

Agora, eu vejo que...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Valdir Raupp, lembro que V. Ex<sup>a</sup> ocupa há 20 minutos a tribuna, embora eu compreenda que foi

o Senador Leonel Pavan quem ocupou a metade do tempo. Creio que S. Ex<sup>a</sup> já cedeu seu tempo ao Senador Paulo Paim, o próximo orador inscrito.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Sr. Presidente, concluo em apenas dois minutos.

O desmatamento do traçado do Gasoduto Urucu-Porto Velho. Vou falar agora como fala sempre o nosso Presidente Mão Santa: “atentai para esse dado! Atentai bem!” Apenas 50 hectares! Todo o traçado do gasoduto vai desmatar apenas 50 hectares de floresta. Enquanto isso, milhares e milhares de hectares de floresta são derrubados todos os anos. Esses 50 hectares que vão ser derrubados para o traçado serão repostos. A floresta será reposta, e, em oito anos praticamente, se sobrevoarem de helicóptero o traçado, não mais verão o desmatamento, porque a floresta crescerá. Na Amazônia, a floresta cresce rapidamente.

Não é desculpa, para as autoridades ambientais, não conceder essa licença dizendo que isso será um impacto para o meio ambiente.

Recursos não faltam, Sr. Presidente. Não falta empenho à Petrobras e ao BNDES para alocar ao projeto volumes suficientes para bancar as necessidades financeiras, tal como hoje se tem por certo alocar ao trecho Urucu-Manaus – esse está garantido, inclusive com suporte de financiamentos internacionais. Não falta nada que não seja vontade de fazer e de transformar.

É esta a hora, como vem dizendo o Presidente Lula, de deixar claro a que veio o Governo. É hora de mostrar, com ações e com realizações, o valor que têm, para a estrutura do Executivo, as promessas presidenciais, feitas em campanha. É hora de fazer e não de justificar o que não foi feito.

Não me conformo, Sr. Presidente, com o estágio de desencontro administrativo a que se chegou no trato dos interesses da Amazônia, com o elevado grau de falta de decisão com que o caso Urucu-Porto Velho demonstra estarem contaminados os setores ambientalistas do Governo. Para mim, basta! O Planalto precisa fazer prevalecer as posições lúcidas e racionais que, bem sei, caracterizam a maioria dos quadros a serviço do Governo Federal, em especial na área de energia elétrica.

Acho que o Governo Federal não deveria, ele também, conformar-se com o quadro triste que os fatos revelam.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, e agradeço sua generosidade com o tempo.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR VALDIR RAUPP EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**DECRETO DE 17 DE FEVEREIRO DE 2005.**

Cria a Floresta Nacional de Balata-Tufari, nos Municípios de Tapauá e Canutama, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 17 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, e o que consta do Processo no 02001.008743/2001-32,

**DECRETA:**

Art. 1o Fica criada a Floresta Nacional de Balata-Tufari, nos Municípios de Tapauá e Canutama, no Estado do Amazonas, com os objetivos de promover o manejo de uso múltiplo dos recursos florestais, a manutenção e a proteção dos recursos hídricos e da biodiversidade, a recuperação de áreas degradadas, a educação ambiental, bem como o apoio ao desenvolvimento de métodos de exploração sustentável dos recursos florestais das áreas limítrofes.

Art. 2o A Floresta Nacional de Balata-Tufari possui uma área total aproximada de oitocentos e dois mil e vinte e três hectares, conforme o seguinte memorial descritivo e perímetro:

I - a Área 1, denominada Gleba Balata, possui superfície aproximada de duzentos e oitenta e dois mil, setecentos e oitenta e um hectares, com as seguintes delimitações: inicia-se o perímetro da área junto ao P-01, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63o11'07" WGr e latitude 06o50'49" S, situado junto à foz do igarapé Jacarezinho, afluente da margem esquerda do Rio Ipixuna, limite com a Gleba Boa Vista; deste, segue pelo Rio Ipixuna, a montante, por sua margem direita, por uma distância aproximada de 65.000m, até o P-02, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63o14'38" WGr e latitude 07o04'47" S, situado na divisa com terras de domínio privado; deste, por uma linha seca, divisa com terras de domínio privado, e rumo aproximado 00o05'30" NW, segue por uma distância aproximada de 3.800m, até o P-03, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63o14'38" WGr e latitude 07o02'39" S; deste, por uma linha seca e rumo aproximado 00o00'00" W, segue por uma distância aproximada de 4.750m, até o P-04, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63o17'11" WGr e latitude 07o02'39" S; deste, por uma linha seca e rumo aproximado 00o00'00" S, segue por uma distância aproximada de 2.000m, até o P-05, de coordenadas geográficas aproximadas Longitude 63o17'11" WGr e latitude 07o03'43" S; deste, por uma linha seca e rumo aproximado 00o00'00"W, segue por uma distância aproximada de 3.450m, até o P-06, de coordenadas geográficas aproximadas Longitude 63o19'03" WGr e latitude 07o03'43" S; deste, por uma linha seca e rumo aproximado 08o05'26" SW, segue por uma distância aproximada de 4.500m, até o P-07, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63o19'24" WGr e latitude 07o06'10" S; deste, por uma linha seca e rumo aproximado 00o00'00" W, segue por uma distância aproximada de 3.750m, até o P-08, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63o21'27" WGr e latitude 07o06'10" S; deste, por uma linha seca e rumo aproximado 02o02'43" SE, segue por uma distância aproximada de 4.350m, até o P-09, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63o21'22" WGr e latitude 07o08'31" S; deste, por uma

linha seca e rumo aproximado  $00^{\circ}00'00''$  E, segue por uma distância aproximada de 4.600m, até o P-10, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}18'48''$  WGr e latitude  $07^{\circ}08'31''$  S, situado na margem esquerda do Rio Ipixuna; deste, segue pelo Rio Ipixuna, a montante, por sua margem direita e por uma distância aproximada de 21.000m, até o P-11, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}17'13''$  WGr e latitude  $07^{\circ}14'27''$  S, situado na divisa com terras de domínio privado; deste, por uma linha seca, divisa com terras de domínio privado e rumo aproximado  $89^{\circ}44'27''$  SW, segue por uma distância aproximada de 8.600m, até o P-12, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}21'51''$  WGr e latitude  $07^{\circ}14'28''$  S; daí, com rumo aproximado  $00^{\circ}14'41''$  SW, segue por uma linha seca e distância aproximada de 4.000m, até o P-13, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}21'52''$  WGr e latitude  $07^{\circ}16'42''$  S; deste, por uma linha seca e rumo aproximado  $89^{\circ}51'23''$  NE, segue por uma distância aproximada de 6.600m, até o P-14, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}18'13''$  WGr e latitude  $07^{\circ}16'42''$  S, situado na margem esquerda do Rio Ipixuna; deste, segue a montante, por sua margem direita e distância aproximada de 13.200m, até o P-15, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}18'09''$  WGr e latitude  $07^{\circ}20'42''$  S, situado na divisa com terras de domínio privado; deste, segue por uma linha seca, divisa com terras de domínio privado, com rumo aproximado  $76^{\circ}43'45''$  NW e por uma distância aproximada de 1.200m, até o P-16, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}18'47''$  WGr e latitude  $07^{\circ}20'51''$  S; deste, por uma linha seca, com rumo aproximado  $78^{\circ}58'19''$  NW, segue por uma distância aproximada de 1.700m, até o P-17, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}20'40''$  WGr e latitude  $07^{\circ}20'29''$  S; daí, por uma linha seca, com rumo aproximado  $02^{\circ}52'41''$  SE, segue por uma distância aproximada de 3.650m, até o P-18, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}20'34''$  WGr e latitude  $07^{\circ}22'35''$  S; daí, por uma linha seca, com rumo aproximado  $00^{\circ}00'00''$  E, segue por uma distância aproximada de 4.800m, até o P-19, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}17'57''$  WGr e latitude  $07^{\circ}22'30''$  S; daí, por uma linha seca e rumo aproximado  $00^{\circ}00'00''$  S, segue por uma distância aproximada de 950m, até o P-20, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}17'57''$  WGr e latitude  $07^{\circ}23'02''$  S; deste, por uma linha seca e rumo aproximado  $00^{\circ}00'00''$  E, segue por uma distância aproximada de 2.800m, até o P-21, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}16'26''$  WGr e latitude  $07^{\circ}23'02''$  S; deste, por uma linha seca e rumo aproximado  $00^{\circ}00'00''$  S, segue por uma distância aproximada de 300m, até o P-22, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}16'26''$  WGr e latitude  $07^{\circ}23'12''$  S; deste, por uma linha seca e rumo aproximado  $00^{\circ}00'00''$  W, segue por uma distância aproximada de 1.650m, até o P-23, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}17'18''$  WGr e latitude  $07^{\circ}23'12''$  S; deste, por uma linha seca e rumo aproximado  $00^{\circ}00'00''$  S, segue por uma distância aproximada de 900m, até o P-24, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}17'18''$  WGr e latitude  $07^{\circ}23'44''$  S; deste, por uma linha seca e rumo aproximado  $77^{\circ}11'06''$  S, segue por uma distância aproximada de 2.600m, até o P-25, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}15'54''$  WGr e latitude  $07^{\circ}24'03''$  S, localizada na margem direita do Rio Ipixuna; daí, segue a montante pelo Rio Ipixuna, por uma distância aproximada de 44.000m, até o P-26, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}20'04''$  WGr e latitude  $07^{\circ}29'36''$  S, situado junto à foz do Igarapé Balata com o Rio Ipixuna; deste, segue pelo Igarapé Balata, a

montante, por sua margem direita e distância aproximada de 14.000m, até o P-27, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}24'25''$  WGr e latitude  $07^{\circ}26'36''$  S, situado na margem direita do Igarapé Balata, divisa com o Imóvel Abelhas; deste, segue por uma linha seca, divisa com o imóvel Abelhas, com o rumo aproximado  $68^{\circ}18'29''$  NW e por uma distância aproximada de 8.800m, até o P-28, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}28'50''$  WGr e latitude  $07^{\circ}24'50''$  S, situado junto à foz de um igarapé sem denominação com outro igarapé sem denominação, afluentes pela margem direita do Igarapé Abelhas; deste, segue por uma linha seca, divisa com o imóvel Abelhas, com rumo aproximado  $81^{\circ}55'09''$  NW e distância aproximada de 32.500m, até o P-29, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}46'14''$  WGr e latitude  $07^{\circ}22'22''$  S, situado na margem direita do Rio Itaparaná, divisa com o imóvel Abelhas e com a Gleba Tufari; deste, segue pelo Rio Itaparaná, a jusante, e distância aproximada de 44.900m, até o P-30, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}43'34''$  WGr e latitude  $07^{\circ}08'20''$  S; situado na divisa com terras de domínio privado, na margem direita do Rio Itaparaná; deste, por uma linha seca, divisa com terras de domínio privado, segue pelo rumo aproximado  $65^{\circ}02'49''$  NE e distância aproximada de 3.000m, até o P-31, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}42'05''$  WGr e latitude  $07^{\circ}07'39''$  S; deste, segue por uma linha seca e rumo aproximado  $27^{\circ}16'16''$  NW, por uma distância aproximada de 4.800m, até o P-32, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}43'15''$  WGr e latitude  $07^{\circ}05'23''$  S, situado na margem direita do Rio Itaparaná; deste, segue pelo referido Rio Itaparaná, a jusante, por uma distância aproximada de 5.900m, até o P-33, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}41'54''$  WGr e latitude  $07^{\circ}03'18''$  S, situado na divisa, com terras de domínio privado; deste, segue por uma linha seca, divisa com terras de domínio privado e rumo aproximado  $00^{\circ}00'00''$  E, por uma distância aproximada de 1.100m, até o P-34, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}41'18''$  WGr e latitude  $07^{\circ}03'18''$  S; daí, segue pelo rumo aproximado  $73^{\circ}12'05''$  NE, por uma distância aproximada de 650m, até o P-35, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}40'59''$  WGr e latitude  $07^{\circ}03'24''$  S; daí, segue pelo rumo aproximado  $70^{\circ}20'46''$  NE, por uma distância aproximada de 800m, até o P-36, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}40'33''$  WGr e latitude  $07^{\circ}03'15''$  S; deste, segue pelo rumo aproximado  $84^{\circ}32'23''$  NE, por uma distância aproximada de 1.500m, até o P-37, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}39'44''$  WGr e latitude  $07^{\circ}03'10''$  S; daí, segue pelo rumo aproximado  $35^{\circ}04'39''$  NE e por uma distância aproximada de 10.300m, até o P-38, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}36'31''$  WGr e latitude  $06^{\circ}58'34''$  S; daí, segue por uma linha seca e rumo aproximado  $17^{\circ}53'58''$  NE, por uma distância aproximada de 11.200m, até o P-39, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}34'39''$  WGr e latitude  $06^{\circ}52'48''$  S; deste, segue por uma linha seca e rumo aproximado  $78^{\circ}29'42''$  NW, por uma distância aproximada de 1.250m, até o P-40, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}35'20''$  WGr e latitude  $06^{\circ}52'39''$  S; deste, por uma linha seca e rumo aproximado  $48^{\circ}25'25''$  NW, segue por uma distância aproximada de 900m, até o P-41, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}35'42''$  WGr e latitude  $06^{\circ}52'20''$  S, situado na margem direita do Rio Itaparaná; deste, segue pelo Rio Itaparaná, a jusante e por uma distância aproximada de 6.600m, até o P-42, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}35'23''$  WGr e latitude  $06^{\circ}49'42''$  S, situado na divisa, com terras de

domínio privado, na margem direita do Rio Itaparaná; deste, por uma linha seca, divisa com terras de domínio privado, segue pelo rumo aproximado  $85^{\circ}15'35''$  SE e por uma distância aproximada de 6.800m, até o P-43, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}31'46''$  WGr e latitude  $06^{\circ}49'60''$  S; deste, por uma linha seca, segue pelo rumo aproximado  $00^{\circ}00'00''$  N e por uma distância aproximada de 5.000m, até o P-44, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}31'46''$  WGr e latitude  $06^{\circ}47'17''$  S; daí, por uma linha seca e rumo aproximado  $86^{\circ}08'04''$  NW, segue por uma distância aproximada de 4.950m, até o P-45, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}34'26''$  WGr e latitude  $06^{\circ}47'06''$  S, situado na margem direita do Rio Itaparaná; deste, segue pelo Rio Itaparaná, a jusante, por uma distância aproximada de 7.700m, até o P-46, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}32'38''$  WGr e latitude  $06^{\circ}45'43''$  S, situado na margem direita do Rio Itaparaná, divisa com as Glebas: Tufari, Coati e Boa Vista; deste, segue por uma linha seca, divisa com a Gleba Boa Vista, com rumo  $47^{\circ}31'51''$  SE e distância aproximada de 33.200m, até o P-47, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}19'23''$  WGr e latitude  $06^{\circ}57'51''$  S, situado junto à nascente do Igarapé Jacarezinho, afluente da margem esquerda do Rio Ipixuna; deste, segue pelo Igarapé Jacarezinho, a jusante, por sua margem esquerda e distância aproximada de 24.700m, até o P-01, ponto inicial da descrição, perfazendo um perímetro aproximado de 444.841m;

II - a Área 2, denominada Gleba Tufari, possui superfície aproximada de trezentos e sessenta mil, cento e sessenta e oito hectares, com as seguintes delimitações: inicia-se o perímetro da área junto ao P-01, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}53'40''$  WGr e latitude  $06^{\circ}35'13''$  S, situado junto à confluência do Rio Jacaré com igarapé sem denominação, no limite de jurisdição do Projeto Fundiário de Humaitá; deste, por uma linha seca, divisa com a área de jurisdição estadual, com o rumo aproximado de  $24^{\circ}31'29''$  NE e distância aproximada de 12.000m, chega-se ao P-02, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}51'00''$  WGr e latitude  $06^{\circ}29'24''$  S, situado na divisa com a Gleba Coati, limite de jurisdição do Projeto Fundiário Humaitá; deste, por uma linha seca, divisa com a Gleba Coati, com o rumo aproximado de  $48^{\circ}21'37''$  SE e distância aproximada de 45.600m, chega-se ao P-03, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}32'38''$  WGr e latitude  $06^{\circ}45'43''$  S, situado na margem esquerda do Rio Itaparaná; deste, pelo Rio Itaparaná, a montante e distância aproximada de 50.700m, chega-se ao P-04, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}40'20''$  WGr e latitude  $06^{\circ}58'53''$  S, situado junto a foz de um igarapé sem denominação, afluente da margem esquerda do Rio Itaparaná; deste, pelo referido igarapé a montante, por sua margem direita e distância aproximada de 300m, chega-se ao P-05, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}40'30''$  WGr e latitude  $06^{\circ}58'55''$  S, situado na margem direita do referido igarapé; deste, segue por linhas secas, divisa com o referido igarapé, pelos seguintes rumos e distâncias:  $08^{\circ}07'48''$  NE e 150m, até o P-06, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}40'29''$  WGr e latitude  $06^{\circ}58'50''$  S;  $24^{\circ}26'38''$  NW e 150m, até o P-07, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}40'31''$  WGr e latitude  $06^{\circ}58'46''$  S;  $02^{\circ}27'14''$  NE e 750m, até o P-08, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}40'30''$  WGr e latitude  $06^{\circ}58'21''$  S;  $86^{\circ}36'55''$  NW e 2.050m, até o P-09, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}41'37''$  WGr e latitude  $06^{\circ}58'17''$  S;  $01^{\circ}17'31''$  SW e 1.500m, até o P-10, de coordenadas geográficas aproximadas

longitude 63°41'38" WGr e latitude 06°59'05" S, situado à margem esquerda do referido igarapé sem denominação; 85°36'04" SE e 450m, até o P-11, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°41'24" WGr e latitude 06°59'06" S, situado na margem direita do referido igarapé sem denominação; deste, segue por linhas secas, na divisa com o referido igarapé, pelos rumos e distâncias aproximadas: 02°25'10" SW e 1.550m, até o P-12, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°41'26" WGr e latitude 06°59'57" S; 33°24'28" SE e 600m, até o P-13, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°41'15" WGr e latitude 07°00'14" S; 85°14'10" NE e 400m, até o P-14, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°41'02" WGr e latitude 07°00'13" S; 83°13'59" NE e 300m, até o P-15, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°40'53" WGr e latitude 07°00'12" S, situado à margem esquerda do Rio Itaparaná; deste pelo Rio Itaparaná, a montante e distância aproximada de 68.000m, chega-se ao P-16, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°46'14" WGr e latitude 07°22'22" S, situado na margem esquerda do Rio Itaparaná, na divisa com o imóvel Abelhas; deste, por uma linha seca, divisa com Imóvel Abelhas, com o rumo aproximado de 82°23'48" NW e distância aproximada de 8.000m, até o P-17, localizado na margem direita do Igarapé São Miguel, limite da Área Indígena Juma, declarada de posse permanente indígena nos termos da Portaria do Ministério da Justiça no 282, de 2 de agosto de 1993, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°50'28" WGr e latitude 07°21'48" S; deste, segue ladeando a Área Indígena Juma, pela jusante do igarapé São Miguel, até o P-18, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°50'17" WGr e latitude 07°19'18" S, localizada na confluência com um igarapé sem denominação; deste, segue a montante do igarapé sem denominação, até sua cabeceira, no P-19, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°54'39" WGr e latitude 07°19'60" S; deste, segue por linha seca com rumo aproximado de 51°43'10" NW e distância aproximada de 8.000m, passando pelos seguintes pontos, com suas respectivas coordenadas geodésicas: P-20, longitude 63°55'01" WGr e latitude 07°19'41" S; P-21, longitude 63°55'24," WGr e latitude 07°19'23" S; P-22, longitude 63°55'47" WGr, latitude 07°19'05" S; P-23, longitude 63°56'10" WGr e latitude 07°18'47" S; P-24, longitude 63°56'33" WGr e latitude 07°18'29" S; P-25, longitude 63°56'56" WGr e latitude 07°18'11" S; P-26, longitude 63°57'20" WGr e latitude 07°17'52" S; P-27, longitude 63°57'39" WGr e latitude 07°17'37" S; P-28, longitude 63°58'06" WGr e latitude 07°17'17" S; segue pelo limite comum à Área Indígena Juma até P-29, de coordenadas geodésicas longitude 63°58'59" WGr e latitude 07°15'47" S; deste, segue por linha seca de rumo aproximado de 31°22'22" SW e distância aproximada de 2.000m, passando pelos seguintes pontos, com suas respectivas coordenadas geodésicas: P-30, longitude 63°59'11" WGr e latitude 07°16'06" S; P-31, longitude 63°59'23" WGr e latitude 07°16'26" S até o P-32, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°59'36" WGr e latitude 07°16'47" S; deste, segue pelo limite comum à Terra Indígena Juma até o P-33, de coordenadas geodésicas aproximadas longitude 64°01'11" WGr e latitude 07°16'50" S, localizado no Igarapé Tufani; deste, segue a jusante pelo igarapé Tufani até o P-34, de coordenadas geodésicas aproximadas longitude 64°00'38" WGr e latitude 07°13'39" S, por uma distância aproximada de 8.600m; deste, segue por linha seca, com rumo aproximado de 60°58'01" SW e distância aproximada de 3.000 m, passando pelos pontos, com suas respectivas coordenadas geodésicas: P-35, longitude 64°01'08" WGr e latitude 07°13'53" S; P-36, longitude 64°01'33" WGr e latitude 07°14'09" até o



ponto P-37, de coordenadas geodésicas longitude  $64^{\circ}02'04''$  WGr e latitude  $07^{\circ}14'25''$  S; deste, segue pelo limite comum à Terra Indígena Juma até o P-38, de coordenadas geodésicas longitude  $64^{\circ}05'53''$  WGr e latitude  $07^{\circ}15'42''$  S, na confluência do Rio Assuã com um igarapé sem denominação; deste, segue a jusante pelo Rio Assuã, pela sua margem esquerda, numa distância aproximada de 20.400m, até o ponto P-39, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $64^{\circ}11'38''$  WGr e latitude  $07^{\circ}11'51''$  S, situado junto à foz do Rio Assuã com o Rio Mucuim; deste, a jusante pelo Rio Mucuim, por sua margem esquerda e distância aproximada de 56.400m, chega-se ao P-40, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $64^{\circ}11'59''$  WGr e latitude de  $06^{\circ}56'27''$  S, situado junto à foz do igarapé Mamoriã, na margem direita do Rio Mucuim; deste, por uma linha seca, divisa com a Gleba Jacaré, com o rumo aproximado de  $87^{\circ}34'35''$  NE e distância aproximada de 21.000m, chega-se ao P-41, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $64^{\circ}00'34''$  WGr e latitude  $06^{\circ}55'58''$  S, situado junto à nascente do Igarapé Jacarezinho; deste segue pelo Igarapé Jacarezinho, a jusante, e distância aproximada de 27.700m, até o P-42, de coordenadas geodésicas longitude  $63^{\circ}55'16''$  WGr e latitude  $06^{\circ}42'50''$  S, localizado na confluência do referido igarapé com o Rio Jacaré; deste, segue pelo Rio Jacaré a jusante e distância aproximada de 18.500, até o P-1, ponto inicial da descrição, perfazendo um perímetro aproximado de 389.007m;

III - a Área 3, denominada Gleba Jacaré, possui superfície aproximada de cento e cinquenta e nove mil e setenta e quatro hectares, com as seguintes delimitações: inicia-se o perímetro da área junto ao P-01, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $64^{\circ}11'59''$  WGr e latitude  $06^{\circ}56'27''$  S, situado junto à foz do Igarapé Mamoriã, na margem direita do Rio Mucuim; deste, segue pelo Rio Mucuim, a jusante, por sua margem esquerda e distância aproximada de 6.000m, até o P-02, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $64^{\circ}14'48''$  WGr e latitude  $06^{\circ}55'17''$  S, situado na margem direita do Rio Mucuim; deste, segue por linhas secas, com os seguintes rumos e distâncias aproximadas:  $80^{\circ}00'33''$  NE e 9.500m; até o P-03, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $64^{\circ}09'43''$  WGr e latitude  $06^{\circ}54'23''$  S;  $09^{\circ}17'17''$  NW e 4.650m, até o P-04, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $64^{\circ}10'07''$  WGr e latitude  $06^{\circ}51'56''$  S;  $79^{\circ}27'41''$  SW e 10.000m, até o P-05, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $64^{\circ}15'30''$  WGr e latitude  $06^{\circ}52'56''$  S, situado na margem direita do Rio Mucuim; deste, segue a jusante, por sua margem esquerda e distância aproximada de 82.200m, até o P-06, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $64^{\circ}20'02''$  WGr e latitude  $06^{\circ}34'44''$  S, situado à margem esquerda do Rio Mucuim, limite de jurisdição do Projeto Fundiário Humaitá; deste, segue por uma linha seca, com rumo aproximado de  $88^{\circ}57'02''$  SE e distância aproximada de 48.900m, até o P-07, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}53'40''$  WGr e latitude  $06^{\circ}35'13''$  S, situado na margem esquerda do Rio Jacaré, limite de jurisdição do Projeto Fundiário Humaitá; deste, segue pelo Rio Jacaré, a montante, por uma distância aproximada de 18.700m, até o P-08, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $63^{\circ}55'16''$  WGr e latitude  $06^{\circ}42'50''$  S, situado junto à confluência do Rio Jacaré com seu afluente Igarapé Jacarezinho, divisa com a Gleba Tufari; deste segue a montante do Igarapé Jacarezinho, por uma distância aproximada de 27.700m, até sua nascente no P-9, de coordenadas geográficas aproximadas longitude  $64^{\circ}00'34''$  WGr e latitude  $06^{\circ}55'58''$  S; deste, segue por uma linha seca, divisa com a Gleba Tufari, com o rumo aproximado de

87°34'35" SW e distância aproximada de 21.200m, até o P-01, ponto inicial da descrição, perfazendo um perímetro aproximado de 228.529m, tendo como referência as cartas planialtimétricas SB20-Y-B e SB20-Y-D, IBGE, na escala de 1:250.000.

Art. 3o As terras contidas nos limites da Floresta Nacional de Balata-Tufari, de que trata o art. 2o, pertencentes à União, serão cedidas ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA pela Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na forma da lei.

Art. 4o Caberá ao IBAMA administrar a Floresta Nacional de Balata-Tufari, adotando as medidas necessárias à sua efetiva proteção e implantação.

Art. 5o Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 17 de fevereiro de 2005; 184o da Independência e 117o da República.

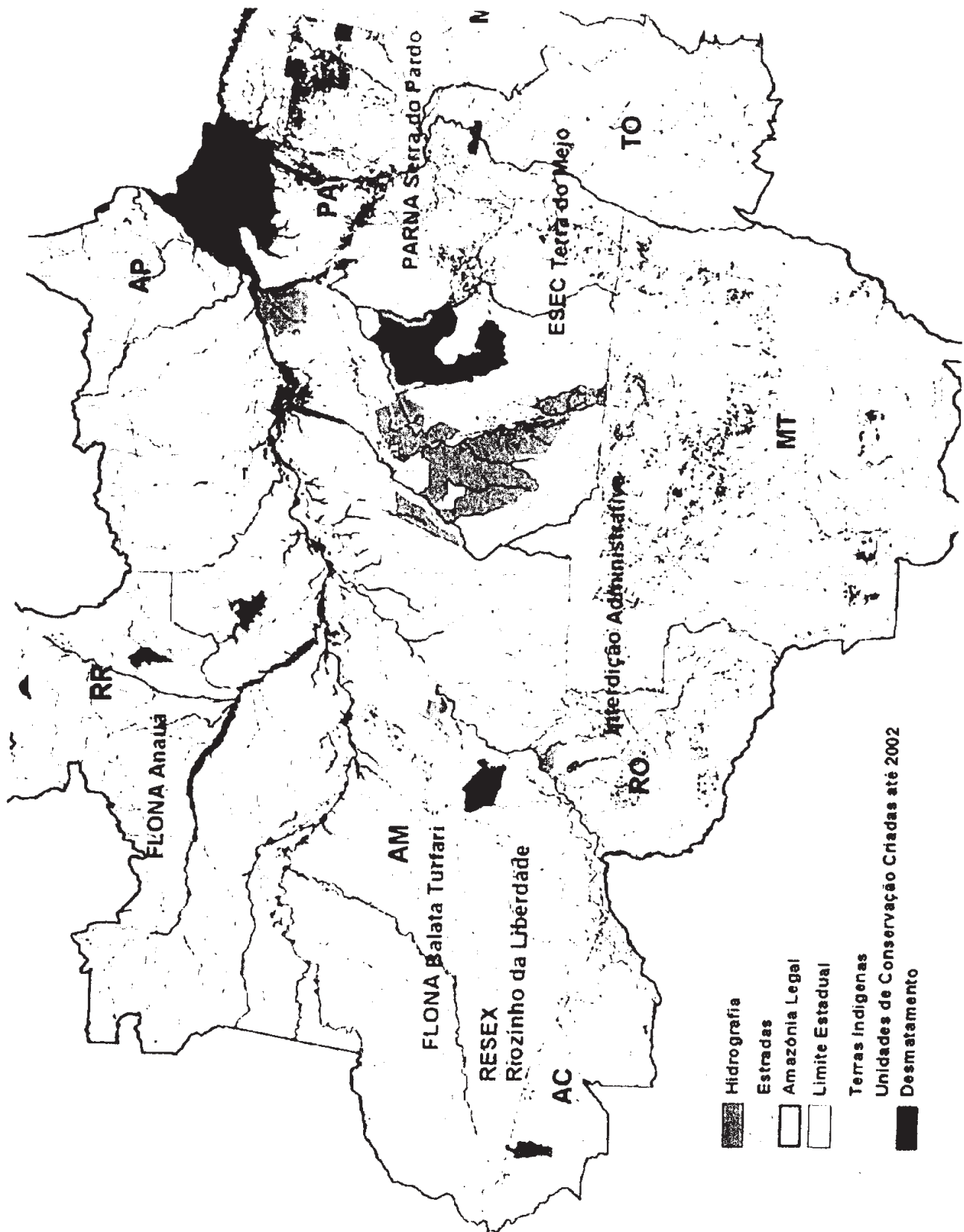
LUIZ  
Marina Silva

INÁCIO

LULA

DA

SILVA



*Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa – PMDB – PI)

– De acordo com documento apresentado à Mesa, concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas, por delegação da Liderança do PL.

S. Ex<sup>a</sup>, de acordo com o Regimento – atentai bem! –, tem cinco minutos.

Em seguida, falarão o Senador Leonel Pavan, por cessão do Senador Eduardo Siqueira Campos, e o Senador Paulo Paim, do PT do Estado do Rio Grande do Sul.

**O SR. AELTON FREITAS** (Bloco/PL – MG. Pela Liderança do PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna para tratar de um assunto da mais alta relevância para o desenvolvimento nacional. Refiro-me à ofensiva do Governo Federal, que, por intermédio do Ministério dos Transportes, está podendo enfrentar a deterioração das rodovias brasileiras.

O modal de transportes é hoje o fator que mais pesa no chamado custo Brasil, dada a deficiente infra-estrutura do nosso País. A precária situação da malha rodoviária brasileira onera em nada menos do que 6% o custo do frete em todo o País, com significativos prejuízos para a economia e para o desenvolvimento nacional.

Sensível a essa questão, o Governo Federal tem-se empenhado em mudar o perfil dos investimentos no setor. Entretanto, Sr. Presidente, isso só se tornou realmente possível a partir de 2005, quando os recursos previstos no Orçamento do Ministério dos Transportes saltaram de R\$2,4 bilhões em 2004 para R\$6 bilhões em 2005, devendo chegar neste ano à casa dos R\$7 bilhões.

A ampliação desses recursos permitiu ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) implementar um amplo programa de recuperação e manutenção da malha rodoviária, estimada em 75 mil quilômetros, bem como a pavimentação de novos trechos em todo o País.

Dentro desse planejamento é que foi lançado o Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança em Rodovias, que está priorizando a recuperação de aproximadamente 26,5 mil quilômetros de rodovias federais.

O objetivo é proteger a integridade física ao restabelecer as condições de trafegabilidade e segurança de rodovias integrantes do Plano Nacional de Viação, o PNV, a partir da constatação do estado de precariedade

da malha rodoviária federal e de trechos transferidos para alguns Estados no ano de 2002.

Estão sendo abertas, Sr. Presidente, frentes de trabalho em seiscentos trechos simultaneamente, com investimentos de R\$440 milhões, sendo R\$350 milhões previstos no Orçamento deste ano e R\$90 milhões já empenhados no Orçamento do ano passado.

É importante salientar, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, independentemente de qualquer disputa política, que as obras emergenciais eram indiscutivelmente necessárias e representam apenas a primeira fase de um amplo programa de investimentos no setor, que deverão crescer ano a ano, como esperamos.

Os recursos para as obras emergenciais, que incluem apenas os trechos ainda não atendidos por contratos de manutenção já em andamento, foram liberados por intermédio da Medida Provisória nº 276, justamente pela urgência que a realidade impõe. A expectativa do Ministério é concluir em seis meses essa operação, que deverá beneficiar 24 Estados e atender também a pelo menos 50% da malha sob controle dos Estados. Em Minas Gerais, por exemplo, o meu Estado, o cronograma inclui a recuperação de trechos importantíssimos para diversos Municípios de diferentes regiões do Estado, como o Triângulo Mineiro, o sul de Minas e a Zona da Mata.

É preciso, pois, dar um voto de confiança ao Ministério dos Transportes e ao Dnit, que, pelo perfil de seus atuais dirigentes, certamente têm consciência de suas responsabilidades para com o País. O próprio Ministro Alfredo Nascimento tem demonstrado bastante empenho em dar maior agilidade à execução das obras e total transparência às ações do programa.

A meta do Ministério é recuperar toda a malha rodoviária federal e incluir novos trechos no programa de pavimentação. Outros projetos importantes estão sendo executados, como a duplicação da BR-101 Nordeste, com investimentos de R\$1,5 bilhão, numa extensão de 336,5 quilômetros entre Palmares, em Pernambuco, e Natal, no Rio Grande do Norte.

Para não retardar ainda mais a execução do projeto e evitar a perda de recursos, o Ministério dos Transportes recorreu ao Batalhão de Engenharia e Construção do Exército, já que o processo de licitação das obras vinha enfrentando uma série de percalços por conta de recursos judiciais das empresas construtoras que disputavam trechos licitados.

Ao recorrer ao Exército, Sr. Presidente, o Governo evitou maiores prejuízos aos Estados nordestinos, em especial às regiões metropolitanas de Natal, de João Pessoa e de Recife, já que a obra é de vital importância para o fortalecimento da economia regional,

particularmente da indústria do turismo e do comércio exterior.

Além de melhorar as condições de tráfego nesses importantes pólos turísticos, a duplicação da BR-101 facilitará o acesso a alguns dos principais portos do Nordeste, como o de Cabedelo, na Paraíba, e de Recife e de Suape, em Pernambuco.

Sr. Presidente, com a sua atenção, espero ter mais um minuto de tolerância.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Prorroguei o prazo por três minutos, para que V. Ex<sup>a</sup> possa concluir.

**O SR. AELTON FREITAS** (Bloco/PL – MG) – Obrigado, Sr. Presidente, pela compreensão.

O Ministério concluiu, ainda, as obras de duplicação da rodovia Fernão Dias, entre o meu Estado de Minas Gerais e São Paulo, com investimentos de R\$1,8 bilhão, numa extensão de 562 quilômetros. Na região Sul, está em fase final a duplicação do trecho da BR-101 entre os Municípios de Osório, no Rio Grande do Sul, e Palhoça, em Santa Catarina, numa extensão de nada menos do que 348 quilômetros e investimentos de R\$1 bilhão.

Paralelamente às obras, dentro da proposta de fazer com que as rodovias federais entrem de fato em um processo contínuo de recuperação, o Ministério dos Transportes buscará o fortalecimento do Dnit, com a abertura de concurso público para a contratação de 630 profissionais de nível médio e superior.

Como o órgão vinha de um processo de esvaziamento de sua função, com a redução de seu quadro de pessoal de 15 mil para pouco mais de 2,5 mil servidores em anos anteriores, a idéia é devolver ao órgão condições para exercer papel fundamental que desempenhou ao longo de várias décadas, como instrumento de fortalecimento da infra-estrutura nacional, em um trabalho de excelência reconhecido no País e no exterior.

Sr. Presidente Mão Santa, reafirmo que, sem sombra de dúvida, essa ofensiva de investimentos em infra-estrutura chega em boa hora. Afinal, o Brasil gasta R\$5,3 bilhões por ano apenas com acidentes de trânsito urbanos, segundo estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A pesquisa inclui despesas com atendimento médico, pagamento de benefícios previdenciários, processos judiciais, seguros e infra-estrutura.

Segundo dados da Polícia Rodoviária Federal, apenas nas rodovias federais brasileiras, foram registrados 112 mil acidentes em 2004, com 66 mil feridos e seis mil mortes. Por isso, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a iniciativa do Ministério dos Transportes se reveste de maior importância e oportunidade.

O plano de recuperação das rodovias federais demonstra o compromisso do Governo em reduzir o custo Brasil, melhorando as condições da infra-estrutura rodoviária, de forma a preparar o País para atender as demandas do setor produtivo e do crescimento econômico nos próximos anos. A cobrança de resultados certamente tem de ser feita com vigor, mas é preciso dar tempo ao tempo e reconhecer o valor da iniciativa.

Era o que eu tinha a dizer, nobre Senador Mão Santa, que preside esta sessão. Obrigado por sua compreensão em relação ao tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos, para fazer uso da palavra, o Senador Leonel Pavan, por permuta com o Senador Eduardo Siqueira Campos, sem prejuízo da ordem de inscrição. O Senador Leonel Pavan representa o PSDB do Estado de Santa Catarina.

Atentai bem! Regimentalmente, S. Ex<sup>a</sup> poderá usar da palavra por dez minutos, prorrogáveis por mais dois.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, conheço a disciplina de V. Ex<sup>a</sup> nesta Casa. Talvez seja um dos homens que menos fala no Senado Federal, mas V. Ex<sup>a</sup> é um cumpridor rigoroso das determinações da Mesa quando o tempo está passando. Vamos tentar atender a essa reivindicação.

É claro que o Senador Mão Santa é um homem democrático. É uma pessoa que sabe que cada um que usa a tribuna o faz para defender os interesses dos nossos Estados, do Brasil, de entidades, para defender os interesses do nosso povo e até para chamar a atenção dos Governos Estaduais e, principalmente, do Governo Federal.

Está no plenário o Senador Paulo Paim, um grande lutador pelas causas sociais, que sempre se faz presente para, independente das cores partidárias, reivindicar benefícios para esse setor ainda desprezado da sociedade brasileira, que são os mais pobres, os mais humildes, os negros. E também está aqui o nosso querido amigo Senador Flexa Ribeiro, grande defensor de Belém do Pará e do nosso País, que orgulha o PSDB.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, eu anotei alguns tópicos que queria relatar. Recentemente, estive aqui nesta tribuna e fiz críticas a alguns Ministérios, inclusive, diretamente, ao Ministério das Cidades, por não ter empenhado as minhas emendas para diversos Municípios de Santa Catarina, conforme estava previsto.

A Caixa Econômica Federal chegou a marcar a assinatura de convênio com algumas prefeituras e, depois, jogou a responsabilidade para o Ministério das Cidades, dizendo que aquele Ministério não havia empenhado as devidas verbas. Recebi, no meu gabinete, a visita do Ministro Marcio Fortes. S. Ex<sup>a</sup> veio falar pessoalmente os motivos por que o Ministério das Cidades não liberou os recursos que já tínhamos combinado com S. Ex<sup>a</sup>, em função das nossas emendas. Disse o Ministro que quem empenha os recursos é a Caixa Econômica e quem libera é o Siafi. Além disso, mostrou onde estavam os erros e o que ocorreu.

Aceitei as explicações do Ministro, até pela gentileza de ir ao meu gabinete, e fiz questão de relatar esse fato, com dados, ponto por ponto, para a Bancada do Estado de Santa Catarina.

Agora, estou esperando ansiosamente que sejam recuperadas as minhas emendas para que possam atender a Municípios de pequeno porte do nosso Estado. Temos poucas emendas a fazer, das individuais. São 20 emendas apenas! E destino uma delas ao Sarah Kubitschek; duas ou três, para hospitais; e o restante será para uns quinze Municípios. E ainda não poder atender é realmente duro para nós, Parlamentares, que temos o devido compromisso com a sociedade!

Vou conceder um aparte ao nobre companheiro Flexa Ribeiro, mas, antes, gostaria de falar sobre a questão do Orçamento.

Precisamos implantar, aqui, o Orçamento impositivo. Precisamos criar um mecanismo, um meio, uma lei, uma portaria do Presidente do Senado ou da Câmara, mudar o Regimento Interno, ou algo nesse sentido, para trabalhar as nossas emendas. Ou, quem sabe, o Presidente da República deverá modificar também a forma de distribuição dos recursos dos Ministérios. Porque, hoje, o Governo é do PT; hoje, o Presidente é Lula; nós somos Oposição. No próximo ano, quem sabe, o Presidente poderá ser o José Serra, o Geraldo Alckmin, do PSDB. E como fica? Vai haver vingança? Isso não pode ocorrer! Tem de haver a divisão do bolo orçamentário, a divisão dos recursos das emendas, conforme diz a lei. Aqui, todos são iguais, mas o que sentimos, infelizmente, é que alguns apadrinhados, mais próximos do Ministro A, do Ministro B, por serem do partido A ou do partido B, recebem certos benefícios.

As críticas que faço aqui, da tribuna do Senado Federal, não são infundadas, e muitos de V. Ex<sup>as</sup> as fazem aqui também! São críticas que estão na mídia, são críticas feitas pela sociedade nas ruas. É o que a sociedade diz, no dia-a-dia, por telefone, por *e-mails*, e nos cobra. Estamos aqui para alertar o Governo. Se estivéssemos aqui apenas para dizer amém a tudo o

que o Governo apresenta e faz, não haveria a valorização da democracia, nem a necessidade de termos aqui o Parlamento. É preciso que as emendas sejam atendidas por igual, sem prejuízos àqueles que usam a tribuna, às vezes com mais contundência, criticando o Governo, ou em benefício daqueles que vêm aqui passar a mão na cabeça e dizer amém para o Governo com o intuito de receber algum recurso em troca.

É preciso uma reformulação, é necessário que o Governo e o Congresso modifiquem a forma da distribuição dos recursos.

Concedo, com muita honra, o aparte para o companheiro Flexa Ribeiro, mas ainda quero falar sobre o tapa-buracos, rodovias, sobre a verticalização e a reforma política, se me sobrar tempo ou se o Senador Mão Santa me conceder um tempo a mais.

Com muito prazer, Senador Flexa Ribeiro.

**O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA)** – Senador Leonel Pavan, com certeza o nosso Presidente, Senador Mão Santa, generoso como é, há de conceder o tempo necessário para que eu possa apartear-lo, com muita honra, e para que V. Ex<sup>a</sup> possa concluir o seu pronunciamento a que toda a Nação e, em especial, o Estado de Santa Catarina estão assistindo. E faço votos para que, já no próximo ano, Santa Catarina o tenha como Governador do Estado, porque o trabalho de V. Ex<sup>a</sup> aqui em prol do desenvolvimento daquele querido Estado brasileiro é reconhecido por todos. Mas, Senador Leonel Pavan, V. Ex<sup>a</sup> toca em um ponto muito importante. Ainda hoje, pela manhã, na Comissão de Infra-Estrutura, fiz um requerimento – e foi aprovado por unanimidade – de convocação do Ministro Marcio Fortes, do Ministério das Cidades, para que S. Ex<sup>a</sup> venha até à Comissão dar explicações aos Senadores. Porque se ouvem muitas queixas em relação ao atendimento por parte do Ministério das Cidades das emendas de Deputados e de Senadores. É preciso, portanto, que o Ministro venha até aqui para dar essa explicação. V. Ex<sup>a</sup> foi abençoado pela ida do Ministro ao seu gabinete para explicar o não-atendimento a Santa Catarina. Então, também quero que S. Ex<sup>a</sup> venha explicar o caso do Pará e tantos outros. Não entendo como o Ministro Márcio Fortes, em uma emenda de Bancada do Pará, atende à prefeitura do PT da minha amiga Maria do Carmo e não atende Belém. O Ministro fez muito bem em atender à Prefeitura de Santarém, inclusive a Prefeita Maria do Carmo me telefonou pedindo apoio, o que lhe prestei totalmente, pois é importante que haja recursos para o Município. Mas é preciso que o Ministro diga quais são os critérios para a liberação. Nessa ocasião, V. Ex<sup>a</sup> poderá ter um segundo encontro com o Ministro e fazer seus esclarecimentos. Ainda ontem, Presidente Senador Mão Santa, conversávamos eu e

o Senador Leonel Pavan, que desenvolvia um raciocínio muito lógico: ao invés de o Governo Lula aplicar R\$11 bilhões no Bolsa-Família – volto a insistir, pois é importante que fique claro para a Nação brasileira, que não somos contra o programa de atendimento emergencial aos necessitados; há vários meses, estamos dizendo que não pode haver a perenização da miséria, ou seja, a distribuição sem nenhum critério, de forma aleatória, de recursos –, o Governo poderia construir seis milhões de casas por ano. Isso geraria emprego e atenderia com dignidade as famílias contempladas pelo Bolsa-Família. Com relação ao último ponto que V. Ex<sup>a</sup> aborda, quero dizer que o Congresso Nacional tem de rever o Orçamento, que é uma peça de ficção. Ficamos debatendo por meses a proposta orçamentária, tentando atender às necessidades das nossas regiões, dos nossos Estados, dos nossos Municípios, mas, depois dessa longa e estafante discussão, o Poder Executivo contingencia os recursos, não os libera ou o faz de forma partidária. É preciso rever isso. É preciso que parte do Orçamento seja impositivo, como é a proposta do Senador Antonio Carlos Magalhães. Louvo V. Ex<sup>a</sup> por abordar em seu pronunciamento essas questões, que são da maior importância para a Nação brasileira.

**O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC)** – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro, pelo aparte. E agradeço antecipadamente o aparte que me concederá, porque vou apartear-lo posteriormente.

Na verdade, os dados citados pelo Senador Flexa Ribeiro também foram expostos por outros Senadores. S. Ex<sup>a</sup> os apresenta com segurança, com conhecimento e, certamente, com tristeza, porque demonstram que o seu Estado recebe recursos, mas não na proporcionalidade devida. Fica prejudicado o Senador, que tem um trabalho brilhante pelo Estado do Pará.

Concedo um aparte, com muita honra, ao querido amigo do Rio Grande do Sul, Senador Paulo Paim.

**O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS)** – Senador Leonel Pavan, quero apartear-lo de forma muito rápida...

**O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC)** – Senador Paulo Paim, talvez o seu microfone esteja com defeito. E o tempo será descontado, com certeza.

**O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS)** – Senador Leonel Pavan, eu ia fazer um aparte ontem ao Senador Sérgio Guerra, mas como o Senador que presidia a sessão, o Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, fez um apelo para que não fizessem mais apartes, eu abri mão. Mas quero dizer que concordo na íntegra com o pronunciamento feito ontem pelo Senador Sérgio Guerra, que, casualmente, chega ao plenário neste momento. Sou totalmente favorável a acabar com a Comissão Mista de Planos, Orçamen-

tos Públicos e Fiscalização. Estou no Congresso há vinte anos e as histórias que ouço sobre essa Comissão! Com todo o respeito a todos os Parlamentares sérios que lá atuam, é uma história atrás da outra. E, ontem, o Senador relatou outras que, para mim, não são novidades. Nunca entrei naquela sala e não sou contra os que entram nem contra os Senadores e os Deputados sérios que lá estão trabalhando. Mas, para mim, tem de acabar de fato com essa Comissão. Há um debate no Congresso, o qual respeito, para que se discuta a matéria nas comissões correspondentes – verbas para a educação discutidas na Comissão de Educação; verbas relacionadas à reforma agrária e à política agrícola discutidas na Comissão de Agricultura – e que o Orçamento seja impositivo. Com todo o respeito, estamos aqui há muito tempo, conhecemos a Casa, entra Governo, sai Governo e sempre há o viés político na hora de deliberar. Isso não ocorre apenas neste Governo nem somente no Governo passado ou em governos anteriores. Desde que existe a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o Orçamento é apenas autorizativo, tem sempre esse viés político na hora de liberar as verbas. Só há uma saída: acabe-se com a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização de uma vez por todas, porque até o mundo que cerca essa Comissão é nebuloso. Todos sabemos disso. Todo o Brasil sabe. Mas nada é feito. Para encerrar o meu aparte, a saída tem apenas um caminho: acabar com a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o Orçamento ser impositivo e o debate ser feito do assunto correspondente às Comissões existentes na Câmara e no Senado. No mais, cumprimento V. Ex<sup>a</sup> e lamento que, infelizmente, independentemente do Governo, as liberações acabam tendo um viés político.

**O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC)** – Senador Paulo Paim, é claro que o Senador Sérgio Guerra é um dos mestres em Orçamento. Conversávamos, outras vezes, que a forma como se trabalha o Orçamento da União no Congresso não é correta e deve ser modificada. Há pouco, falávamos que devíamos mudar a forma de distribuição e discussão do Orçamento. Cria-se uma comissão por setor, nem que seja mista – Deputados Federais e Senadores –, e haveria uma discussão com pessoas mais ligadas a cada área: os educadores, na área de educação; os que lidam com agricultura, na área de agricultura; os engenheiros, engenheiros rodoviários, na área de transporte. Também concordo perfeitamente. Esperamos que essa mudança ocorra o mais rápido possível

Na verdade, quero dizer ao Presidente Senador Mão Santa, que foi um dos grandes Governadores do Brasil, não apenas do Piauí, o seguinte: nós, Parla-

mentares, Senadores, somos cobrados seguidamente quando vamos visitar alguns Municípios, quando vamos às chamadas bases. Ao chegar lá, eles perguntam: “O que você tem de recursos para nos oferecer?”, como se nós, Senadores, fôssemos o Palocci, o Murilo Portugal ou o Ministro de algum setor que tenha dinheiro. Nós, na verdade, somos aqui às vezes meros espectadores da preferência de deliberação e liberação de recursos por parte do Governo. E isso nos prejudica porque muitos Municípios que às vezes não têm nem seu representante legal acabam não recebendo os recursos que deveriam. O Orçamento, infelizmente, está mal distribuído.

Há casos de cidades que recebem quatro, cinco emendas – porque há vários Parlamentares da região e cada um deles oferece uma emenda – e outras que não recebem nada e os prefeitos não têm condições de vir a Brasília fazer a devida reivindicação.

Sr. Presidente, eu queria falar, se ainda houver tempo para mim, sobre a queda da verticalização, com todo respeito por aqueles que defenderam e que defendem a queda da verticalização. Há mais uma votação e uma decisão no Supremo Tribunal Federal. Estamos regredindo. O que está prevalecendo hoje são os interesses pessoais, os interesses de cada Estado.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Vou conceder o aparte, com muita alegria.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, quero fazer uma questão de ordem a respeito do tempo do orador.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Leonel Pavan...

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Como meu tempo não foi marcado, eu sugeriria...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Foi marcado aqui. Lamento advertir que V. Ex<sup>a</sup> está há 20 minutos na tribuna. Daqui a pouco vão dizer que V. Ex<sup>a</sup> está acompanhando o Lula, falando muito. Só quero adverti-lo, para que não se diga em Santa Catarina que V. Ex<sup>a</sup> tem o Lula como ícone, “*el parlador*”.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Vou encerrar, fazendo uma homenagem à Senadora Ana Júlia Carepa, que deverá ser a Líder do Governo do PT.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Com o nosso apoio.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Eu não me controlei porque o tempo não está marcado no painel.

Se nós não usarmos o devido tempo, a sessão vai terminar antes das 18h30min no dia de hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, V. Ex<sup>a</sup> iniciou a sua fala às 14h50min.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Para encerrar, vou conceder um aparte ao Senador Sérgio Guerra.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós preferimos inscrever aqui o Professor Sérgio Guerra.

**O Sr. Sérgio Guerra** (PSDB – PE) – Serei rápido. A nossa Senadora Ana Júlia, que será Líder de verdade, com o apoio de todos nós, do Congresso inteiro, do PFL, do PSDB, de todos ...

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Espero que não sejamos as pessoas que vão lhe queimar, nós queremos ajudar.

**O Sr. Sérgio Guerra** (PSDB – PE) – Senador Leonel Pavan, sobre essa questão do orçamento, darei três palavras bem rápidas. Primeiro, a Comissão como está aí não será nem causa, será consequência de uma situação de total desordem. Não há futuro se ela for mantida. Qualquer mudança que não tenha por princípio a sua extinção, será uma acomodação e apenas uma medida para adiar a crise que virá depois. Segundo: o Executivo chegou num plano absurdo de desautorização do Congresso. Vou contar o que aconteceu comigo, rapidamente. Eu tenho uma emenda de Bancada. Na forma legal, fiz correspondência aos coordenadores de Bancada dizendo o destino daqueles recursos. Os coordenadores da Bancada do meu Estado fizeram carta ao Ministério das Cidades determinando quais eram os projetos que aquela emenda deveria apoiar. O Líder Aloizio Mercadante – e não há nenhuma troca nisso, é apenas estima e consideração – me disse: “Senador, V. Ex<sup>a</sup> terá – vou dar o número – dez milhões para liberar”. O Senador Fernando Bezerra me disse depois: “Sérgio, não vai dar dez milhões, mas será uns seis milhões. Priorize o que acha que deve ser liberado”. Foi o que eu fiz. Quando começou o processo de liberação, aliás de empenho, eu procurei tomar conhecimento do que estava acontecendo. E todos me confirmaram que aquilo iria ocorrer, ia se confirmar depois. A minha surpresa foi que nenhuma das minhas indicações foi acolhida. Em vez disso, foram empenhados R\$10,6 milhões para diversos Parlamentares, todos da Base do Governo, inclusive muitos deles adversários da força política que eu represento. Quer dizer, pegaram minha emenda para pagar despesas, projetos e versões defendidas por adversários nossos nas nossas bases. Enfim, não valeu nada. Eu denunciei isso porque, se não se respeita o destino da emenda tal como o Congresso aprova, não se respeita mais nada. Pode até não liberar, como acontece comigo nos últimos três, mas liberar contra nós, à nossa revelia, projetos que



não foram indicados por nós, pela Bancada, é uma completa e total irresponsabilidade, leviandade, uma coisa absolutamente comprometedor, um desrespeito total pelo direito do Congresso interferir. Resultado: eu disse isso, dois dias depois recebi a visita do Ministro Márcio Fortes, pessoa por quem tenho consideração, gosto dele, um excelente técnico. O Ministro foi lá e disse: “Senador Sérgio Guerra, eu venho aqui para lhe dizer que eu não concordo com isso, que eu não fiz isso, que isso foi feito por recomendação da Casa Civil.” Então, a Casa Civil da Presidência da República, que orienta para o desrespeito às iniciativas do Congresso. Dá para continuar com isso? Dá para continuar com essa festa? Pode ter algo mais desmoralizante? Eu não estou preocupado com a minha não, porque faz três anos que eu não libero. E entendo que as promessas do Senador Aloizio Mercadante, do Senador Fernando Bezerra foram movidas de boa vontade, mas o fato concreto é o desrespeito integral por tudo. Não pode haver orçamento, não pode haver transparência com 80% de contingenciamento, com o Governo empenhando, nos últimos dias de dezembro, praticamente 90% do que empenhou o ano inteiro. Não há obra, não há transparência, não há fiscalização, não há nada. Ou nós mudamos isso de cabo a rabo, fazemos uma interferência grave, ou não adianta também fazermos um orçamento impositivo não, porque a peça que sai do Congresso é ruim demais. Aqui ninguém faz emenda mais – alguns ainda fazem. Na realidade, o Parlamentar diz: “Qual é o meu pedaço?” Cada Parlamentar tem um pedaço do Orçamento. O Relator que está relatando a matéria não examina se o projeto é bom ou ruim. Ele apenas examina se o pedaço está equilibrado. Eu já vi Relator dizendo: “Eu fiz um excelente relatório, dividi igualzinho para todo mundo”. Ora, não é para dividir para todo mundo. Ele tem que colocar o valor real para cada obra. Essa desordem, tudo isso, nos remete – na matéria central do funcionamento do Congresso – para um clima que compromete o País no geral, a saúde do gasto público, a objetividade e a racionalidade dos investimentos, as prioridades que chegam lá na ponta como todo mundo comprova todos os dias, como, por exemplo, nesse caso do tapa-buraco. Ora, efetivamente, o Ministério dos Transportes tinha informações o tempo todo sobre a situação das estradas – onde era necessário interferir e onde não era necessário e qual a obra que tinha que ser feita. Não é uma despesa imprevista, não é um acontecimento novo. As estradas estavam lá definidas: estado péssimo, estado ruim, estado normal e estado bom. As condições estavam levantadas há tempo; havia e sempre houve orçamento para tapar buracos. Por que Medida Provisória no fim do ano? Enfim, tudo isso não pode

continuar porque é um desrespeito ao Congresso, cria uma enorme zona de sombra e não tem transparência nenhuma e o que se vê, nas vésperas das votações, é alguém dizer: “Liberei tantos bilhões das emendas parlamentares”. É do pedaço de cada Parlamentar, como se o Orçamento fosse a soma dos pedaços ou dos Parlamentares ou dos seus interesses, quando não é nada disso. É uma peça que deve produzir, organizar e estabelecer políticas públicas que são executadas ao longo do ano, como prioridade, noção de curto, médio e longo prazo. Essas noções foram abandonadas há muitos anos. Não temos planejamento para nada, tanto que fazemos tapa-buraco desse jeito. Eu queria saudar sua palavra, sempre objetiva. Uma característica do Senador Pavan é que vem lá debaixo, chega na consequência e traz a discussão da consequência para os fatos, para a sua origem. Qual a origem dessas distorções que V. Ex<sup>a</sup> encontra como Senador que representa o seu povo lá na sua base, no Município e no Estado que representa.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Obrigado, Senador Sérgio Guerra.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Leonel Pavan, lembro que a origem do seu discurso foi às 14h50min. V. Ex<sup>a</sup> vai completar 30 minutos, vai superar o Lula.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Um minuto para encerrar.

Vejo que não foi apenas Santa Catarina, mas ocorreu em Pernambuco, na terra do Sérgio Guerra; no Pará, na terra do Flexa Ribeiro; certamente, no Piauí, na terra do Mão Santa; e assim por diante. Concordo plenamente que é preciso fazer uma reformulação na questão de distribuição do Orçamento e mostrar ao povo brasileiro que vale tudo nas eleições de 2006. Vale tudo.

Lamentavelmente, quebraram a verticalização e prejudicaram a democracia no nosso País. Mas ainda há tempo de rever: há uma segunda votação e ainda o Supremo para recuperar um pouco da credibilidade do homem público.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – O povo do Brasil teve oportunidade de ouvir por 29 minutos o Senador Leonel Pavan na tribuna do Senado.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge, do PFL de Pernambuco e que V. Ex<sup>a</sup> não tenha como exemplo a demora do Senador Leonel Pavan.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, primeiramente, ao Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Primeiro a Senadora Fátima Cleide.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Como cavalheiro, o Senador Flexa Ribeiro cede à Senadora Fátima Cleide.

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para solicitar a minha inscrição para falar pela Liderança do Partido dos Trabalhadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – A Mesa aguarda o documento da Liderança.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Solicito a generosidade de V. Ex<sup>a</sup> para me inscrever a fim de que eu possa fazer uma comunicação inadiável.

Por justiça, quero dizer que uma porção do tempo do Senador Leonel Pavan foi ocupado também pelo meu aparte e pelo do nobre Senador Sérgio Guerra.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, espero que V. Ex<sup>a</sup> me conceda pelo menos a metade do tempo que V. Ex<sup>a</sup> concedeu ao Senador Leonel Pavan.

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, em votação de primeiro turno, a Proposta de Emenda Constitucional nº 548, de 2002, que determina o fim da verticalização para as coligações dos partidos políticos.

O resultado da votação da PEC foi surpreendente: 343 Deputados votaram favoravelmente e 143 votaram contrariamente à queda da verticalização. Eram necessários apenas 308 votos. Tanto que tivemos 35 votos a mais do que o mínimo necessário para aprovar essa emenda constitucional.

Essa PEC já foi aprovada nesta Casa em 2002, quando foi lançada, pelo Tribunal Superior Eleitoral, a verticalização. Na mesma hora, o Senado reagiu e votou contrariamente a esse emenda constitucional. Por quê? Porque, na realidade, Sr. Presidente, essa emenda constitucional é profundamente antidemocrática. E ela é antidemocrática por quê? Em primeiro lugar, porque ela transforma a eleição nacional em eleição estadual

e, na verdade, ela coloca o modelo da eleição nacional para os 27 Estados da federação.

Ora, somos uma República! Cada Estado tem sua forma específica de fazer política. Partidos que podem ser adversários, em nível nacional, podem ser aliados em nível regional. Portanto, não há por que determinarmos uma política nacional, que, diga-se de passagem, é sempre a política de São Paulo, porque São Paulo é o maior Estado da Federação; São Paulo tem 25% do eleitorado; São Paulo tem 50% do PIB; e, portanto, a política de São Paulo se torna a política nacional. E, a partir daí, essa política nacional é transformada em política regional.

Então, o que os Deputados Estaduais, os Deputados Federais, os Senadores de Roraima, de Pernambuco, do Rio Grande do Sul ou do Rio de Janeiro têm a ver com as coligações que se fazem em nível estadual?

Esse não é o caminho para melhorar a política nacional. Penso que a mídia, de maneira geral, como se preocupa com a modernização da situação política do País – que, diga-se de passagem, é atrasada, é errada, precisa ser melhorada –, qualquer medida que aparentemente venha para melhorar, todos ficarão favoráveis, o que dá a impressão de que, na verdade, a Câmara fez alguma coisa errada. Infelizmente, isso não é verdade. A possibilidade de haver coligações em nível estadual, de acordo com cada política estadual, é exatamente democrática, é exatamente o que nos leva a aprimorarmos efetivamente a democracia no País.

Na próxima eleição, haverá a cláusula de barreira, com a qual vamos evoluir de forma relevante no que concerne à política brasileira. Muitos partidos não vão alcançar os 5% e, portanto, não vão ter representação no Congresso. O número de representantes no Congresso vai diminuir bastante, mas isso não impede que o partido exista, porque a possibilidade de existirem partidos deve ser livre. Porém, a possibilidade de participar do Congresso deve ser condicionada a um número mínimo de votos.

Eu gostaria de dizer que, na realidade, considero uma evolução importante e positiva a votação ocorrida ontem, na Câmara. Evidentemente, se essa votação tivesse sido feita há dois anos, a matéria teria sido aprovada por unanimidade, pois 100% dos Deputados votariam a favor do fim da verticalização.

Ontem, em período próximo à eleição, algumas situações regionais e algumas situações nacionais fizeram com que aproximadamente 100 Deputados votassem contra a queda da verticalização.

Eu gostaria de acrescentar que ontem foi um dia importante para o Congresso. Agora, eu, na política estadual de Pernambuco, assim como as Senadoras

presentes – uma, na política do Pará e outra, na política de Rondônia –, poderemos nos articular no sentido de obter uma alternativa que seja condizente com a política local e que não seja, evidentemente, uma transposição da política de São Paulo.

Algumas pessoas agora dizem, inclusive alguns Deputados, que vão entrar no Supremo. E, faltando menos de um ano para a eleição, alegam que, então, essa modificação não poderia ser feita.

O texto constitucional assegura o seguinte:

Art. 16. A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.

Portanto, na realidade, a lei não é uma emenda constitucional. Aqui está bastante claro. Se fosse uma lei, evidentemente só valeria para a próxima eleição. Mas, em se tratando de uma emenda constitucional, no momento em que for promulgada, ela vale para tudo o que vier depois dela e, portanto, para a próxima eleição.

Aliás, diga-se de passagem, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a modificação que estabeleceu a verticalização foi feita no dia 25 de fevereiro do ano passado. Portanto, foi mais próxima da eleição até do que a votação de ontem, que foi 25 de janeiro; e isso foi uma simples decisão do Tribunal Superior Eleitoral, que modificou fundamentalmente todas as alianças que estavam previstas nos Estados e que, portanto, deveriam ser utilizadas naquele momento.

Por outro lado também, qual foi o efeito que essa decisão do Tribunal Superior Eleitoral teve e teria neste ano? Não foi evitar as coligações estaduais; foi evitar que os partidos tivessem candidatos nacionais ou que se coligassem em nível nacional. Por exemplo, o PP, que é um Partido que não teria candidato nacional, o que é que fez? Ele votou contra. Por quê? Porque ele não vai ter candidato nacional, e ele pode fazer qualquer coligação estadual. Ora, se não tenho candidato nacional, posso ter qualquer coligação estadual. Se tenho um candidato nacional ou se me coligo em âmbito nacional, então, na realidade, não posso fazer nenhuma coligação em cada Estado. Evidentemente, isso é um absurdo!

Vou dar um exemplo do PC do B – para não citar o nosso lado, mas do lado da chamada Frente Popular, do Presidente Lula. O PC do B sempre foi um aliado do PT. Então, vamos supor que o PC do B apoiasse o Presidente Lula, o que seria natural. Ele não poderia fazer coligação com nenhum outro partido, em nenhum Estado, a não ser com o PT, o que, na realidade, é um absurdo, porque o PC do B apoiar o Presidente Lula é uma tradição. Agora, não. Se ele quiser fazer uma coligação com o Presidente Lula – provavelmente o

fará –, tudo bem, mas se quiser aliar-se com o PMDB, com o PDT ou com o PTB, em algum Estado, poderá fazê-lo também.

Então, creio que foi um retrocesso da política nacional essa questão da verticalização. Não penso que isso seja certo nem para o futuro. Há muitas pessoas que dizem: “Isso não é certo agora, porque a nossa política ainda está muito atrasada”. Não. Creio que quando houver cinco ou seis partidos, quando houver fidelidade partidária, quando houver, em toda a política nacional, com um sistema de financiamento ótimo, que não gerasse problema, mesmo assim creio que a verticalização não deveria existir, porque ela é contra o princípio da Federação e é contra tudo aquilo que frisamos no âmbito da democracia.

Então, Sr. Presidente, penso que a Câmara dos Deputados fez uma votação correta e simples, e deveremos, agora, então, em cada Estado, trabalhar para que nossas coligações sejam de acordo com a realidade estadual: Rio Grande do Sul com Rio Grande do Sul; Pernambuco com Pernambuco; Pará com Pará; Santa Catarina com Santa Catarina – da Senadora Ideli, que está ali, tão simpática, agora; Rondônia com Rondônia. Assim, poderemos disputar a eleição da melhor maneira possível.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Leonel Pavan.*

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senador José Jorge, não pude fazer um debate com V. Ex<sup>a</sup> sobre esse assunto.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Se V. Ex<sup>a</sup> quiser um aparte, eu lho concedo.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Estou presidindo a sessão neste momento, mas, particularmente, tenho um pensamento totalmente diferente. Possivelmente, faremos um debate sobre a verticalização.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pedi-lhe um aparte, mas V. Ex<sup>a</sup> estava muito emocionado com o aparte do Senador Sérgio Guerra e não pôde me atender.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Baixasse o microfone!

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas, na semana que vem, debateremos isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Concedo a palavra à nobre Senadora Fátima Cleide, que falará como Líder por cinco minutos, para uma co-

municação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno.

Em seguida, falarão os Senadores inscritos para fazer comunicação inadiável.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide, que falará em nome da Liderança do Governo.

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO. Pela Liderança do PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, infelizmente, o assunto inicial que me traz a esta tribuna na tarde de hoje não é muito agradável, mas pretendo, depois, tratar de uma boa notícia.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de fazer um registro lamentável do descaso e da falta de compromisso do Governo de Rondônia com a política de segurança pública, claramente comprovados pelo número de rebeliões que ocorrem no Estado e que são registrados, infelizmente, pela mídia nacional todos os dias.

Apenas lembrando os últimos acontecimentos, no mês de dezembro houve uma rebelião no presídio feminino. Veja bem, Sr. Presidente, que rebelião em presídio feminino é coisa que vemos em novela, mas dificilmente na vida real. No meu Estado, isso acontece.

O presídio feminino, no Estado de Rondônia, deveria ser chamado de pocilga, porque não existe a menor condição de ali permanecerem pessoas, mulheres que, em muitos casos, cometeram pequenos delitos ou que apenas acompanhavam namorados ou maridos, geralmente relacionados com o tráfico de drogas. São delitos que precisam ser consertados, é preciso que essas pessoas paguem sua dívida com a sociedade, mas não naquilo que se chama de presídio feminino no Estado de Rondônia.

Nesta semana, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, pudemos assistir, por meio de toda a imprensa nacional, novamente, a mais uma rebelião no nosso Estado, desta feita em Ji-Paraná, a segunda maior cidade de Rondônia, que resultou, lamentavelmente, em mortes. Quatro pessoas morreram: três presidiários e um agente penitenciário no cumprimento de seu dever.

Quero, Sr. Presidente, fazer esse registro e comunicar ao Governador do Estado de Rondônia, Ivo Cassol, que estamos dispostos a somar forças com a Secretaria Nacional de Segurança Pública e o Ministério da Justiça para que coisas dessa natureza não se repitam mais em nosso Estado.

Já houve massacre no presídio Urso Branco, onde presos decapitaram um detento e brincaram de bola com a sua cabeça. É lamentável que coisas desse tipo continuem acontecendo num Estado tão rico como Rondônia, que tem tanta perspectiva de desenvolvimento.

Também quero lamentar, Sr. Presidente, a morte de cinco índios Pakaás Novos, ocorrida em acidente rodoviário na estrada de Rondônia. Infelizmente, isso acontece porque há uma distância muito grande entre a política de atendimento às populações indígenas e a realidade. Se houvesse uma aproximação maior no tratamento de saúde para aqueles indígenas, certamente essas pessoas, entre elas uma criança, não teriam falecido.

Senador Flexa Ribeiro, o meu tempo é muito curto. Terei o maior prazer em ouvi-lo se V. Ex<sup>a</sup> for breve.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Senadora Fátima Cleide, serei bastante breve. Solidarizo-me com o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, que aborda um tema da maior importância. Penso ser necessário, realmente, que os presídios não se tornem universidades do crime, onde, ao invés de se ressocializar o detento, este é transformado em um monstro que volta ao convívio da sociedade para cometer novos crimes. Faço um convite a V. Ex<sup>a</sup>. Daqui a pouco, farei pronunciamento sobre um projeto pioneiro do Governo do Estado do Pará, inaugurado sexta-feira passada, chamado Fábrica Esperança, o qual visa, exatamente, ao atendimento dos egressos do sistema penitenciário, a fim de requalificá-los e inseri-los no mercado de trabalho. Solidarizo-me com V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO) – Agradeço-lhe o aparte. Desejo que o Estado do Pará tenha, realmente, muito sucesso com esse projeto.

Sr. Presidente, quero-me regozijar com meus conterrâneos rondonienses ou rondonianos, principalmente com os de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia, onde nasci, que estão, neste mês de janeiro, celebrando duas datas muito importantes: no dia 04 de janeiro, a cidade de Porto Velho completou 91 anos de implantação, e, no dia 24 de janeiro, o nosso Estado de Rondônia completou 24 anos de instalação. Trata-se de um Estado com uma história belíssima, de muitas lutas.

Devido ao pouco tempo de que disponho, infelizmente não tenho como completar meu discurso, mas eu gostaria de pedir à Mesa que o registrasse na íntegra, saudando todo o povo do Estado de Rondônia e de Porto Velho, que, neste momento, vive a perspectiva de ser uma feliz cidade, sob a administração do Prefeito Roberto Sobrinho.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Obrigada.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA SRA. SENADORA FÁTIMA CLEIDE.**

Senhor Presidente,  
Senhoras e senhores parlamentares,

Venho a esta tribuna hoje para prestar uma homenagem: minha terra natal, a linda Rondônia, e minha querida cidade de Porto Velho – que me viram nascer e crescer, brincando sob o sol e a chuva, nas praias e barrancos do rio Madeira.

No dia 4 de janeiro de 2006, comemoramos 24 anos de instalação do estado de Rondônia. E no dia 24, comemora-se a instalação do município de Porto Velho, a capital dos rondonienses.

Permitam-me, portanto, saudar a minha terra e a gente de lá, compartilhando com meus companheiros e companheiras de Parlamento e com o povo brasileiro um pouco da história dessa bela moça amazônica – que brinca, trabalha e cresce no coração da América do Sul – a minha Rondônia.

Senhoras e senhores,

Anil, cacau, baunilha, salsaparrilha, cravo, canela e pau-brasil – entre outras especiarias – eram o tesouro deste eldorado cercado pelos estados do Amazonas, Mato Grosso, Acre e a vizinha nação boliviana.

Envolta em clima equatorial, com chuvas abundantes, dois terços de Rondônia são floresta amazônica. E o cerrado veste seus pontos mais altos – a chapada dos Parecis e a serra dos Pacaás.

No início do século XVII, aventureiros ingleses, franceses e holandeses chegaram àquele paraíso tropical e ali encontravam os Karipuna, Pakaás Novos, Karitiana, Tupari, Makurap, Jatobi, Kaxacart Uru-Eu-Wau-Wau, Tubarão-Latundé, Puruborá, Cinta Larga, Suruí o povo Gavião, o povo Arara – e sabe Deus quantos outros povos, que atravessaram os milênios, guardando a abundância que fecundou e gestou a Rondônia de agora.

As primeiras frentes de colonização a alcançar a região do Alto Madeira datam de 1637 e de 1647. Eram as Expedições de Limites de Pedro Teixeira, que partiu de Belém do Pará, e a de Antônio Raposo Tavares, que saiu de São Paulo.

No começo do século XVIII, descobriram-se grandes jazidas de ouro no rio Coxipó-Mirim, afluente do rio Cuiabá. Uma delas chegou a produzir dezesseis toneladas de ouro em um mês.

Começava ali o Ciclo do Ouro na região, atraindo gente dos quatro cantos do mundo.

São dessa época a fundação da feitoria de Pouso Alegre, às margens do rio Guaporé, e a construção do Real Forte do Príncipe da Beira.

Como não podia deixar de ser, a exploração desenfreada exauriu as jazidas de ouro na região do Guaporé e provocou um êxodo populacional de graves proporções do final do século XIX.

Aí veio a borracha: a produção de borracha silvestre, em larga escala, despontou na Amazônia na segunda metade do século XIX. Inaugura-se, então, o Ciclo da Borracha que atraiu milhares de trabalhadores, principalmente nordestinos brasileiros foragidos da grande seca de 1877.

Seringueiros e seringalistas navegavam os rios Madeira, Jamary, Machado, Guaporé e Mamoré, vasculhando a floresta em busca de látex, construindo novos núcleos urbanos.

O látex riqueza da Amazônia que povoou o Vale do Guaporé, demandou a implantação da estrada de ferro Madeira-Mamoré, com o objetivo de permitir o escoamento da produção da Bolívia.

Em 20 de abril de 1870, através do Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comercio e Extradicação, firmado entre o governo brasileiro e a República da Bolívia, foi autorizada a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré.

As dificuldades de construção e operação de um porto fluvial, em frente aos rochedos da cachoeira de Santo Antônio, fizeram com que construtores e armadores utilizassem o pequeno porto amazônico localizado 7km abaixo, em local muito mais favorável.

Era chamado por alguns de “Porto Velho dos Militares”, numa referência ao abandonado acampamento da guarnição militar que ali acampara durante a Guerra do Paraguai, ou “Porto do Velho” como conta lenda corrente em minha cidade.

Em 15 de janeiro de 1873, o Imperador Pedro II assinou o Decreto-Lei nº 5.024, autorizando navios mercantes de todas as nações a subirem o rio Madeira.

Em decorrência, foram construídas modernas facilidades de atracação em Santo Antônio, que passou a ser denominado “porto dos vapores” ou, no linguajar dos trabalhadores, “podo novo”.

O Porto Velho dos militares continuou a ser usado por sua maior segurança, apesar das dificuldades operacionais e da distância até Santo Antônio, ponto inicial da Estrada de Ferro Madeira\_Mamoré.

Assim, depois de anos e anos de sacrifícios e muita teimosia, finalmente concluiu-se a ferrovia em 1912. E, como desde 1907, usava-se o velho porto para descarregar materiais para a obra, decidiu-se, afinal, que o ponto inicial da ferrovia seria aquele que recebeu o nome de Porto Velho – hoje, a capital de Rondônia.

Índios, nordestinos brasileiros, portugueses, espanhóis, italianos, russos, cubanos, mexicanos, porto-riquenhos, libaneses, sírios, norte-americanos, antilhanos, granadenses, tobagüenses, barbadianos, noruegueses, poloneses, chineses e indianos – mais de vinte mil operários, trabalharam na construção da

estrada de ferro e deixaram sua marca na composição de uma nova identidade.

No entanto, o declínio do Ciclo da Borracha provocou, lenta e gradualmente, a desativação da estrada de ferro Madeira-Mamoré. Até que, em 10 de julho de 1972, foi desativada definitivamente.

Em 1943 é constituído o Território Federal do Guaporé, com capital em Porto Velho, mediante o desmembramento de áreas pertencentes aos estados de Mato Grosso e Amazonas.

A intenção era apoiar mais diretamente a ocupação da região.

Em 17 de fevereiro de 1956, passa a se chamar Território de Rondônia, com uma economia primária, restrita à extração de borracha e de castanha-do-Brasil.

É a partir das décadas de 60 e 70 que ocorre o crescimento acelerado que conhecemos hoje:

A política de incentivos fiscais e os intensos investimentos do governo federal em projetos de colonização dirigida estimularam a migração, principalmente oriunda do Centro-Sul.

O fácil acesso à terra boa e barata atrai grandes empresários da agropecuária, da indústria madeireira e mineradora, e acelera o aumento populacional. Entre 1960 e 1980, a população cresce quase oito vezes, passando de 70 mil para 500 mil habitantes.

Finalmente, Rondônia ganha a condição de estado em 22 de dezembro de 1981 – e instala-se como tal em 4 de janeiro do ano seguinte.

Atualmente, Rondônia tem uma pecuária que soma cerca de 10 milhões de cabeças de gado, população perto de 1 milhão e 500 mil habitantes e 35% de seu território – equivalente ao do Estado de São Paulo – é formado por unidades de conservação (parques federais, reservas extrativistas e indígenas, parques estaduais e reservas biológicas).

Já Porto Velho – instalada como município em 24 de janeiro de 1915 – para nosso orgulho, hoje irradia para todo o estado a experiência petista de gestão democrática e participativa, sob a direção do nosso prefeito Roberto Sobrinho.

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores,

A bela e jovem Rondônia viveu uma infância de exploração desenfreada, sujeita à febre intermitente do ouro, da borracha e da madeira.

Viveu, como adolescente, o conflito intenso de sua diversificada composição populacional, da construção de sua identidade e a revelação de suas generosas vocações.

Hoje, recém chegando à fase adulta, Rondônia é feita de beleza e pujança – ambiental, econômica e cultural. E verte sua força e sua esperança pelos rios

e artérias da Amazônia, fazendo pulsar mais forte o coração da América do Sul.

**Rondônia merece e tem, o meu respeito.**

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senadora Fátima Cleide, quero cumprimentá-la, porque cumpriu rigorosamente o tempo, que, aliás, sobrou.

V. Ex<sup>a</sup> será atendida, na forma do Regimento, em relação ao restante do seu pronunciamento.

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Para uma comunicação inadiável, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, do PT do Estado de Santa Catarina.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos e de mais dois minutos, se for necessário.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Agradeço-lhe muito, Sr. Presidente. A sessão é catarinense neste momento, não é isso?

No dia de hoje, a **Folha de S.Paulo** publicou um artigo de minha autoria a que eu gostaria de me reportar desta tribuna.

Temos um debate eleitoral extremamente antecipado. O debate eleitoral, o acirramento eleitoral já está posto neste País desde o ano passado. Passamos o ano de 2005 praticamente vivenciando o clima eleitoral de enfrentamento entre as forças políticas e, obviamente, até outubro deste ano, vamos ter um aquecimento acentuado do cenário político no País. O debate sobre o processo eleitoral – é claro – se reporta às perspectivas que estão apresentadas para a reeleição do Presidente Lula, em termos, é claro, de assuntos internos, de questões internas relativas às políticas públicas adotadas. Portanto, o resultado das políticas públicas adotadas é que vai nortear todo o debate, que, tenho certeza, vai se concentrar, inclusive, em termos comparativos: quem colocou o País para crescer, quem gerou mais emprego, quem produziu mais habitação, saneamento, estradas, infra-estrutura, políticas de inclusão, ampliação das universidades...

Aliás, agora, às 16h30, o Presidente Lula vai apresentar o Plano de Expansão do Ensino Profissionalizante.

Vamos debater essas questões, fazendo o confronto, as contraposições e discutindo com a população brasileira, obviamente, se a população quer continuar na lógica, que é a marca do Governo Lula, que é: crescer distribuindo riqueza.

Há poucos instantes, assistindo, pela TV, ao depoimento do Ministro Antonio Palocci, na CPMI dos

Bingos, estava lá o índice de desemprego: 8,3%. Não lembro há quanto tempo não tínhamos um índice de desemprego dessa magnitude. Salário mínimo: o maior poder de compra dos últimos 25 anos. O reajuste de 8% na tabela do Imposto de Renda vai permitir que aproximadamente meio milhão de pessoas sejam excluídas do pagamento do Imposto de Renda. Portanto, a marca para a questão interna do Brasil, de crescer distribuindo riqueza, está na afirmação do Presidente Lula de que é um Governo que coloca o povo no Orçamento. Essa é a lógica do Governo, e é isso que vamos debater. Só que, nesta eleição, precisaremos também pensar para além das fronteiras brasileiras. E é essa a reflexão que trago no artigo que está na **Folha de S.Paulo** de hoje, porque, além daquilo que interessa para o cotidiano do povo brasileiro, para os destinos desta Nação, em termos de crescimento, distribuição de riquezas, soberania, condições e desenvolvimento, de retomada efetiva de um desenvolvimento sustentável, a posição que o Brasil adotou nos fóruns internacionais é absolutamente relevante, posição essa que o processo eleitoral deste ano vai exatamente sinalizar se terá ou não continuidade. Porque a política externa adotada pelo Presidente Lula foi profundamente diferenciada da política adotada pelos governos anteriores. Digo isso por conta das disputas comerciais, as grandes disputas comerciais que estão em jogo no mundo atualmente. Então, a posição do Brasil ao articular o G-20, ao fazer os enfrentamentos na Organização Mundial do Comércio pelo fim do subsídio aos produtos agrícolas, a questão da articulação Brasil, Rússia, Índia e China nos enfrentamentos, a última Rodada de Doha, em que a posição do Brasil articulando mais de 150 países emergentes para que o acordo saísse, com a previsão do fim dos subsídios agrícolas assinado, como resultado da Rodada, isso terá continuidade. Essa posição de enfrentamento e de articulação nas questões comerciais de grande repercussão e de grande interesse dos países emergentes, é claro, vai depender da continuidade ou não da posição adotada pelo Brasil a partir do Governo Lula.

Outra questão para além de nossas fronteiras é termos em mente o que está acontecendo na América Latina. Lula, Kirchner, Tabaré Vasquez, Evo Morales e, mesmo sendo uma eleição de continuidade, mas dentro de um contexto, modifica, de forma significativa, a eleição da Bachelet. A perspectiva que está colocada no México, de o Prefeito da Cidade do México, que tem posição muito clara de centro-esquerda, ganhar, o Labrador. No próprio Peru, quem está liderando as pesquisas eleitorais é uma posição nacionalista. A perspectiva na Colômbia, inclusive de articulação dos partidos, de poder derrotar o direitista Uribe. A eleição,

que será a única de todas as acima citadas a acontecer depois da do Brasil, será a da Venezuela, que deve dar continuidade ao Governo do Chávez. Então, temos, hoje, em termos de América Latina, um cenário de fortalecimento de posições de centro-esquerda, como há muito tempo na América Latina não tínhamos, num posicionamento adotado, consequência da visão estratégica do Presidente Lula...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Eu pediria mais uns minutinhos.

...de reaglutinação e de fortalecimento do Mercosul e de toda essa articulação com os demais países da América Latina.

Quando o Presidente Lula, na semana passada, recebeu o Presidente Kirchner e o Presidente Chávez para um debate a respeito de temas como a discussão de um banco de fomento e desenvolvimento dos países latino-americanos e para os países latino-americanos, essa é uma visão estratégica de que este continente tem a sua lógica, tem os seus interesses e precisa ter instrumentos de financiamento dessa lógica e dessa perspectiva de desenvolvimento.

Quando os Presidentes Kirchner, Lula e Chávez se reuniram, na quinta-feira passada, para discutir a questão do gasoduto que vai cruzar toda a América Latina, saindo da Venezuela, passando pelo Brasil e chegando até a Argentina, permitindo que o gás, essa questão estratégica da energia, esteja articulada entre todos os países interessados num desenvolvimento integrado neste nosso continente, é exatamente dentro dessa lógica de fortalecimento do desenvolvimento dessa grande região que sempre sustentou o desenvolvimento do planeta. Daqui foram tiradas, durante séculos, as riquezas e houve a exploração do povo latino-americano. É exatamente isso que está em jogo. A eleição no Brasil tem ingredientes para além das nossas fronteiras como há muito tempo não estava posto, tanto nas grandes questões do comércio internacional, seja na OMC, seja na articulação do G-20 na briga contra os subsídios agrícolas, como no fortalecimento da ótica, da lógica do desenvolvimento dos povos latino-americanos.

Por isso que esta eleição do Brasil tem ingredientes que interessam a milhões, não somente aos brasileiros, mas de todo o universo, de todo o planeta, na lógica de serem os povos dos países emergentes, os povos dos países em desenvolvimento valorizados e respeitados nas relações comerciais e políticas em todo o nosso planeta.

Agradeço a gentileza do meu Colega catarinense, que me permitiu completar o raciocínio que trouxe à tribuna.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)  
– Fizemos aqui um complô catarinense. V. Ex<sup>a</sup> poderia falar por mais tempo, porque nós lhe daríamos os minutos necessários para que V. Ex<sup>a</sup> expressasse o seu pensamento.

Convidamos o Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, para uma comunicação inadiável. Após a fala de S. Ex<sup>a</sup>, passaremos à Ordem do Dia.

**O SR. PAULO PAIM** (PT – RS) – Sr. Presidente, fiz uma troca com a Senadora Serys Slhessarenko.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)  
– Pois não.

Então, o próximo orador inscrito é o Senador Flexa Ribeiro. (Pausa.)

S. Ex<sup>a</sup> justificou que foi chamado para a Comissão de Orçamento.

Vamos voltar para a lista de oradores.

Concedo a palavra à próxima inscrita, de Belém do Pará, Senadora Ana Júlia Carepa, representando o Partido dos Trabalhadores.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, aqueles que nos ouvem e os que estão presentes, abordarei dois assuntos. Infelizmente, inscrevi-me diversas vezes nesta semana, mas só hoje tive a oportunidade de falar. Ontem, ficamos aqui até às 23 horas discutindo e votando matérias importantes, não só medidas provisórias mas, principalmente, emendas constitucionais.

Não pude ontem falar sobre o salário mínimo, mas é com grande alegria que hoje subo à tribuna para parabenizar, sim, o Governo Lula por esta iniciativa em relação ao salário mínimo.

Particpei ontem, juntamente com o Senador Paulo Paim e com outros Senadores e Deputados Federais, do debate com o Ministro do Trabalho na Comissão Especial para discutir o salário mínimo, Comissão essa que está discutindo e ouvindo não só os setores do Governo, mas prefeituras, governos estaduais, entidades dos trabalhadores, universidades e entidades patronais, enfim, a sociedade como um todo.

Mas eu não poderia deixar de registrar que essa é uma decisão que vai beneficiar diretamente 24 milhões de trabalhadores e beneficiários da previdência e assistência social que recebem exatamente um salário mínimo, sem falar nesses 40 milhões de trabalhadores e beneficiários da previdência e assistência social que recebem até um salário. E mais ainda, isso se deu de forma inédita e democrática, respeitando os interes-

ses de todos os envolvidos, que se sentaram à mesa juntamente com o governo para a assinatura de um compromisso do Governo com as centrais sindicais e discutiram as bases concretas do reajuste, como, por exemplo, a antecipação do reajuste do salário mínimo, no caso deste ano, de maio para abril.

É uma decisão corajosa, Senador Paim, pois é muito fácil falar que essa é uma atitude eleitoreira. É o que mais temos ouvido ultimamente, principalmente por parte dos críticos, inclusive de muitos que passaram pelo Governo e não tiveram a coragem nem de fazer isso. Eu gostaria de perguntar: será que, em ano eleitoral, não se pode fazer benefício algum para o povo? É o que me pergunto. Para quê? Para que sejam usados, eleitoralmente, também imagens e números para dizer que não se fez. Aí não é eleitoreiro? Como aqui o mais bobinho se elegeu Senador, não vamos achar que o povo brasileiro vai deixar de compreender que, num ano de eleição, ninguém pode fazer nada, que os governos não podem fazer nada.

Pela lógica, quem recebe salário mínimo não pode esperar. É sabido por todos que, historicamente, o poder aquisitivo do salário mínimo vem diminuindo ao longo dos anos. Rompemos de forma significativa esse ciclo. Em quatro anos, o salário mínimo acumula um ganho real de 24,25%.

Foi o maior índice dos últimos 20 anos neste País. Temos hoje o maior salário mínimo real dos últimos 20 anos! Quem quiser conferir e tiver acesso à Internet, pode checar na minha página, onde fiz questão de inserir uma série de tabelas comparativas do Ministério do Trabalho. Elas não deixam dúvidas. No Governo Lula, o valor nominal do salário mínimo aumentou 75%, de R\$200,00, em janeiro de 2003, para R\$350,00 com essa proposta. Se compararmos em dólares, àquela época o salário mínimo valia em torno de US\$56 e, atualmente, passa a valer cerca de US\$155,5. Isso representa um aumento de 152% do poder aquisitivo. E, mesmo admitindo que o dólar esteja subvalorizado, francamente, não está 152% subvalorizado.

Para não deixar dúvidas, eu queria apresentar outra comparação, utilizando outro índice, mais próximo da realidade dos brasileiros, que é valor da cesta básica. Segundo dados do Dieese, o salário mínimo de R\$350,00 é o que tem o melhor poder de compra nos últimos 27 anos, se for levado em conta o valor da cesta básica. O mínimo de abril será suficiente para comprar 1,91 cesta. O ano que mais se aproxima de



2006 é 1982, 24 anos atrás, quando o salário mínimo comprava 1,83 cesta básica.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Permita-me, Senadora Ana Júlia Carepa.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Já, já, Senador Mão Santa.

Vale lembrar o impacto que esse aumento terá na economia: teremos uma ampliação em R\$11 bilhões da massa de rendimentos em 2006, dinheiro que será injetado na economia por meio da aquisição de bens e serviços. O efeito multiplicador do aumento do salário mínimo não pode ser ignorado. E àqueles que protestam sobre o custo que vai ser repassado para a classe média, respondo que não é verdade, pois devemos considerar que a tabela do Imposto de Renda também foi reajustada em 8%. Ao diminuir a mordida do Leão, a classe média terá, certamente, mais renda disponível.

Por outro lado, é verdade que esse aumento acarretará dificuldades financeiras para algumas pequenas prefeituras – não somos ingênuos. Falo isso porque prefeitos do meu Estado do Pará, prefeitos de cidades realmente pequenas, cujas existências até se poderia questionar, porque mal conseguem se sustentar, eles terão, sim, dificuldades, já nos disseram isso. Mas a política, como a vida, é feita de escolhas. Não podemos ir sempre pelo caminho mais fácil e ignorar o compromisso que temos com a sociedade e com os trabalhadores brasileiros. Temos que buscar alternativas para esse impasse entre as finanças municipais. E nós mesmos aprovamos aqui, no final do ano passado, a MP do Bem, que permitia estender a renegociação da dívida do INSS das prefeituras, o que vai beneficiar, com certeza, e permitir até que as prefeituras tenham maior capacidade de pagamento.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senadora Ana Júlia Carepa, a figura de V. Ex<sup>a</sup> encanta a todos não só do Pará, mas do Brasil. Estive com V. Ex<sup>a</sup> no Chile. Refiro-me ao Chile, porque lá a Presidenta hoje é uma mulher: Bachelet. Pensando nesses fatos, nessa história do PT, se Lula será candidato ou não, V. Ex<sup>a</sup> seria uma boa Presidenta da República.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Obrigada.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> perdeu a Prefeitura de Belém, mas Fernando Henrique Cardoso perdeu a de São Paulo. O destino é quem sabe. Vamos agora ao debate. Estamos do lado do Senador Paulo

Paim. A luta é de todos nós. Houve uma melhoria do salário mínimo, haja vista que, quando entramos nesta Casa, era menos de US\$100,00. Nós todos empunhamos essa bandeira ao longo dos anos, defendida principalmente por Paulo Paim. Atentai bem! V. Ex<sup>a</sup> está sabendo que o aposentado não vai receber o salário? Que o pensionista também não vai recebê-lo? V. Ex<sup>a</sup> deve lembrar-se de que o salário do funcionalismo público, hoje aviltado, há mais de dez anos não foi atualizado. V. Ex<sup>a</sup> nos lembra a bancária trabalhadora, honrada, honesta e bela – V. Ex<sup>a</sup> foi misse. Fiquei perplexo ao ver um edital de concurso para técnicos do Banco do Brasil: menos de R\$300,00. Para banqueiro, o trabalhador é desvalorizado, enquanto todos os bancos do mundo têm a primazia e os melhores ganhos. Isso é para reflexão. E que isso incentive a lutar, a conquistar as maiores lideranças do PT, porque isso é bom para a democracia e para o Partido de V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Mão Santa.

Eu quero dizer que não é o salário mínimo que nós gostaríamos que fosse. Gostaríamos que fosse bem maior. É óbvio que sim. No entanto, deixar de reconhecer, Senador Paulo Paim, que nós tivemos, sim, um reajuste de salário mínimo que é histórico nos últimos 20 anos no Brasil? Deixar de reconhecer que esse salário vai injetar, na economia, a possibilidade e a chance de aumentar a capacidade de compra do brasileiro? Com certeza, quando se aumenta essa capacidade, há uma melhora.

Só para dar números reais, números concretos: de feijão, em quilos, se compravam 63 quilos; será possível comprar 133 quilos; sacos de cimento – sabemos que a população mais simples faz a sua própria casa, que ela compra o cimento –, 21 sacos. Esses valores consideram São Paulo. De arroz, compravam-se 131 quilos em janeiro de 2003; agora, 257 quilos de arroz vão poder ser comprados com esse salário mínimo.

Então, estamos falando, concretamente, de melhoria para a população e para aqueles que mais necessitam.

Concedo um aparte ao Senador Flexa Ribeiro.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Ana Júlia. Concordo com os números e com as colocações de V. Ex<sup>a</sup>, quando faz um estudo comparativo entre o crescimento e o aumento real do salário mínimo. Isso aqui, ontem, foi amplamente debatido. O Senador Aloizio Mercadante deu conhecimento desses números todos, e não discutimos isso,

até porque são números inquestionáveis. Acredito que todos, não só no governo passado como neste, gostaríamos de aumentar, no limite da possibilidade, o salário dos trabalhadores. No entanto, Senadora Ana Júlia, em vez de o Governo do Presidente Lula tomar como bandeira o fato de ter dado esse aumento para R\$350,00, deveria pedir desculpas ao trabalhador brasileiro por não ter cumprido a promessa de campanha que fez em palanque, de forma irresponsável, assumindo com os trabalhadores brasileiros que iria dobrar, em valores reais, o salário mínimo. E ficou apenas em 27,4% de aumento real de salário mínimo, abatida a inflação. Então, houve ganho? Houve. Houve crescimento? Houve. Lamentavelmente, não houve cumprimento da promessa de campanha!

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA)  
– Está certo! Daqui a pouco, vou falar sobre esse tema de promessa de campanha, Senador, pois penso ser verdade que, nem sempre, os governantes cumprem *ipsis litteris*...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)  
– Senadora, vou conceder mais dois minutos para V. Ex.<sup>a</sup> falar em nome do Brasil e do Pará.

**A SR.<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA)  
– É natural que, *ipsis litteris*, muitas vezes algumas questões não possam ser alcançadas. Nem por isso, pode-se deixar de reconhecer que se fez muito mais do que outros fizeram, outros que querem ter a coragem de voltar, mesmo já tendo tido a oportunidade, sem que o tenham feito.

Contudo, há uma chance para o Estado do Pará, e V. Ex.<sup>a</sup> é do mesmo Estado que eu. A lei atual permite que qualquer um dos 27 governadores ou governadoras reajustem o salário mínimo a maior; nada impede. Portanto, proponho a V. Ex.<sup>a</sup>, que é do PSDB, que reúna a Bancada, pois o Governador do Estado, do PSDB do Pará, tem amplíssima maioria na Assembléia Legislativa e poderá aprovar, com certeza, um salário mínimo bem maior.

Portanto, bater nessa tecla não vai fazer com que o povo brasileiro, principalmente esses que estão sendo incluídos, deixe de perceber as melhorias reais que têm acontecido neste País.

Na semana passada, falei sobre o aniversário de Belém e quero dizer da imensa decepção, Senador Paulo Paim, que está sendo a administração da Prefeitura de Belém; um verdadeiro fiasco, principalmente em uma das áreas mais importantes, a da saúde. Duas obras importantes foram esquecidas: o pronto-socorro

da Sacramenta e a Casa de Saúde Mental, obras iniciadas, pronto-socorro, inclusive bastante avançado – seria o terceiro da cidade –, mas o Prefeito abandonou, porque segue a lógica de que o que não é dele não presta; e foi se meter a comprar um hospital velho que está sendo...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)  
– Nobre Senadora, V. Ex.<sup>a</sup> já ultrapassou o seu tempo em cinco minutos. A Mesa concede a V. Ex.<sup>a</sup> mais um minuto para terminar o seu pensamento.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA)  
– Obrigada. Depois, pedirei para considerar o restante do meu discurso como lido.

Comprou um hospital velho por um preço superfaturado, está sendo questionado pelo Ministério Público, as obras do pronto-socorro da Sacramenta estão paradas, as obras da Casa de Saúde Mental, da Almirante Barroso, estão paralisadas; médico 24 horas que ele prometeu na campanha; mal há médico durante o dia. Que dirá 24 horas!

Infelizmente, além de tudo, havia vários pontos aqui. O trânsito é um fiasco, o projeto Via Metrópole não saiu do papel. A única obra de que ele fala é entroncamento, que não é obra da Prefeitura. O projeto foi feito pela Prefeitura quando eu era vice-Prefeita, e é um projeto do Ministério dos Transportes do Governo Federal.

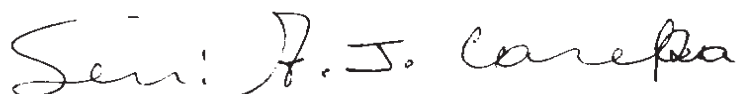
E ainda conseguiu acabar com o carnaval, uma manifestação cultural que, se, no seu Estado, for acabar, o povo vai se revoltar. Não é isso, Senador? Pois ele conseguiu acabar com o carnaval. Então, quero dizer que é lamentável.

Peço que o restante do meu discurso seja dado como lido, mas quero dizer que, infelizmente, Belém, a nossa capital, a nossa metrópole da Amazônia, hoje, está sendo administrada de uma forma em que o povo está indignado, principalmente com isto: depois de ser construído um espaço maravilhoso, a Aldeia Cabana, o Espaço Davi Miguel, um grande carnavalesco da nossa terra. Belém já teve o terceiro carnaval do Brasil. Depois de ter esse espaço, ele conseguiu acabar com o carnaval, acabar com a manifestação do povo, porque quem vai assistir ao carnaval é o povão. A classe média vai em alguns Municípios, mas o povão não vai. Infelizmente, é isso o que está acontecendo em nossa Belém.

Eu gostaria fosse dado como lido o meu pronunciamento.

Muito obrigada.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA SRA. SENADORA ANA JÚLIA CAREPA**



Discurso proferido no plenário do Senado Federal em 26 de janeiro de 2006.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores,

Sem rumo. Essa é a impressão que temos sobre a prefeitura de Belém. E, infelizmente para nós, cidadãos e cidadãs paraenses, uma das principais mostras da inépcia administrativa surge exatamente em uma das áreas mais críticas e dignas de atenção na cidade: a saúde. Em um setor onde as políticas devem ser de médio e longo prazo, a prefeitura teve três diferentes secretários municipais de saúde em apenas um ano.

Com isso, evidentemente promessas como “Médicos 24 horas” nas unidades de saúde foram esquecidas. Mais grave, projetos que já estavam em andamento, como a construção da “Casa Mental”, na Av. Almirante Barroso, e o pronto-socorro da Sacramenta, estão parados. A prefeitura tem sido questionada pelo Ministério Público na compra, sem licitação e por um preço exorbitante, de um hospital privado em péssimas condições.

O prefeito Duciomar Costa personifica a ultrapassada e perversa política de “política que não é minha é ruim”. Com isso, foi extinta a bolsa-escola de um salário mínimo financiada pela prefeitura; despejou-se da Granja Modelo o projeto “Sementes do Amanhã”, e formas de participação popular como o orçamento participativo, espaço de debate de reivindicações populares, foi simplesmente aniquilado.

O projeto “Via Metrópole”, que mudaria o trânsito da cidade, não saiu do papel. A única mudana visível na política de trânsito foi a recente demissão do presidente da CTBEL. A grande obra de trânsito que se realiza hoje em Belém , no Entroncamento, foi planejada quando eu ainda era vice-prefeita e   financiada com recursos do Governo Federal, por meio de emenda de bancada.

Outra demonstrao de incompetência é o caso da Vila-da-Barca. Desde 2005, existem depositados na CEF oito milhões de reais para urbanizar aquela área, recursos que me empenhei pessoalmente para viabilizar. Até hoje, a prefeitura não conseguiu iniciar as obras.

Mas a prova de incompetência deste governo que tem do do nesse momento é relativa ao carnaval, manifestao inequívoca da nossa cultura popular: um ano depois de assumir a Prefeitura, Duciomar não conseguiu elaborar nenhuma proposta de revitalizao da relao entre a administrao e os blocos e escolas de samba. Vai conseguir acabar de vez com o desfile daquele que já foi o terceiro maior carnaval do Brasil.

Esses são apenas alguns exemplos da incapacidade de governar para a sociedade, com miopia e em detrimento do bem público. Espero francamente que essa administrao tome rumo, consiga tocar as obras que são necessárias, promover o desenvolvimento de que necessitamos. Senão, corre-se o risco de passarmos mais três anos com políticas p fias, de retrocesso, em vez do essencial e esperado desenvolvimento da cidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senadora Ana Júlia Carepa, V. Ex<sup>a</sup> será atendida nos termos do Regimento, para que todo o seu pronunciamento fique registrado nos Anais desta Casa.

Temos ainda três oradores. O primeiro orador inscrito, conforme a lista, é o Senador Flexa Ribeiro, seguido pelo grande Senador Mão Santa e pelo Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, que tão bem representa o Estado do Pará e o nosso País aqui no Senado Federal. V. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos, com a tolerância de mais dois. Para equipar ao tempo do pronunciamento da Senadora Ana Júlia Carepa, poderemos conceder um pouco mais, se necessário.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Leonel Pavan, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, volto à tribuna para fazer um registro à Nação brasileira e em especial ao povo do meu querido Pará.

Senador Paulo Paim, há uma semana, na sexta-feira passada, tive a felicidade de participar da inauguração da Fábrica Esperança em Belém. A fábrica, Senadora Ana Júlia, não produzirá aço, alumínio, celulose, máquinas ou automóveis. Não: vai fabricar cidadania, dignidade.

Sr. Presidente Leonel Pavan, ao longo de minha vida, participei de centenas de inaugurações, mas nenhuma me causou emoção tão grande como a inauguração desse projeto, que envolve um valor em reais até pequeno, mas que é de uma importância enorme para a restauração da dignidade humana.

Quero, então, nesta oportunidade, parabenizar o Governo do meu Estado pela iniciativa de inaugurar a Fábrica Esperança, que vai empregar, apenas no primeiro ano de funcionamento, quatrocentos egressos do Sistema Penitenciário paraense, garantindo a eles não só renda – como o Senador Mão Santa, digo: atental!, mas também cidadania.

Ainda há pouco, nesta tribuna, tivemos o pronunciamento da Senadora Fátima Cleide, que chamava a atenção para uma rebelião que havia ocorrido em Rondônia. São exatamente projetos dessa magnitude que evitam desastres como o ocorrido em Rondônia e que ocorrem no Brasil todo.

Desde setembro do ano passado, um grupo de egressos já está integrado ao projeto, experimentalmente, através de um convênio firmado entre a Escola de Produção e Trabalho do Pará (EPTP) e a Fábrica Esperança. O treinamento foi realizado em etapas, e cada participante recebeu uma ajuda de R\$150 mais o vale-transporte.

Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, a iniciativa é pioneira no Brasil. O Pará é o primeiro Estado

a seguir as exigências da Lei de Execuções Penais, que obriga os Estados a darem assistência a ex-presidiários depois do cumprimento da pena ou enquanto estiverem no período de prova do indulto ou liberdade condicional.

Segundo o artigo 26 da Lei de Execução Penal, considera-se egresso, em primeiro lugar, o liberado definitivo, pelo prazo de um ano a contar da saída do estabelecimento penal; em segundo lugar, o liberado condicional durante o período de prova do livramento condicional.

Senador Sibá Machado, fico bastante feliz em ver V. Ex<sup>a</sup> aqui, já que na quinta-feira falávamos sobre um assunto que diz respeito a isso a que estou me reportando aqui: a inauguração da Fábrica Esperança no Pará. V. Ex<sup>a</sup> irá entender por que fiz essa breve pausa em meu pronunciamento para fazer uma associação com o assunto sobre o qual falávamos na quinta-feira: não dar o peixe, mas ensinar a pescar.

A Fábrica Esperança abrigará uma unidade de uniformes em tecidos e em malharia; uma outra unidade produzirá bolas esportivas; já outra fará serigrafia para tecidos e para bolas; e haverá ainda uma cozinha industrial com restaurante popular, que terá capacidade para atender até duas mil pessoas no sistema rotativo.

Tive a felicidade de participar da inauguração da Fábrica Esperança. Quero aqui – disse e repito – parabenizar o Governador do Estado, Simão Jatene; o Secretário Especial de Defesa Social, Manoel Santino Júnior; a Secretária Especial de Gestão, Tereza Cativo, e o Superintendente do Sistema Penal, Alyrio Sabbá.

Senador Paulo Paim, na ocasião, o egresso Antônio Carlos Rodrigues Barroso emocionou a todos ao declarar a sua satisfação em fazer parte do projeto. Segundo Barroso, a fábrica – cito literalmente as suas palavras – “é uma experiência abençoada que Deus colocou no nosso caminho, no momento, que mais a gente precisa de uma oportunidade”.

O ex-presidiário fez questão de lembrar o quanto é importante a ajuda que o Governo do Pará está dando as duzentas pessoas que participam da primeira etapa do projeto de ressocialização – o total de atendimento são 400 egressos – e terminou sua declaração dizendo que é muito difícil encontrar emprego novamente – é evidente. O ex-presidiário leva, lamentavelmente, um carimbo e não é aceito pela sociedade na sua reintegração. E aí ele volta a dizer – palavras textuais do ex-detento –: “Esta oportunidade que o Governo está dando deve ser agarrada com unhas e dentes. Ao passar aqui por essa fábrica será mais fácil vencer essa barreira – do preconceito – porque teremos a carteira de trabalho assinada”. Aqueles egressos que estão na

Fábrica Esperança têm carteira de trabalho assinada, o que vai facilitar, ao terminarem a sua requalificação, o seu ingresso no mercado de trabalho. Essas foram as últimas palavras do ex-presidiário ao agradecer ao Governador Simão Jatene e ao Superintendente do Sistema Penal, Alyrio Sabbá.

A propósito, esse ex-detento – é importante que o Brasil e o Pará saibam –, que foi requalificado em confecções industriais, já abriu um negócio próprio, vendendo camiseta, calções. Ou seja, ele já está realmente tendo oportunidade de melhorar sua renda e de manter sua família com dignidade.

É importante ainda destacar que os egressos que irão trabalhar no projeto Fábrica Esperança terão salário fixado por meio de acordo coletivo e futuramente também ganharão pela produção.

No momento, o piso salarial dos que estão trabalhando nas unidades de confecção de uniformes e de bolas esportivas e na serigrafia é de R\$300, que é o salário mínimo – e irá aumentar, a partir de abril, para R\$350. Já para os que estão na cozinha industrial, o piso é o da categoria: R\$370,00.

O projeto Fábrica Esperança é um esforço de vários órgãos do Estado e de instituições civis.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a grande importância do projeto é que o Governo do Estado do Pará socializará os ex-presidiários. Só em 2005, 4.827 condenados pela Justiça ganharam liberdade condicional no Pará. Desses, 715 acabaram voltando para a prisão depois de novas práticas delituosas.

Dessa forma, vemos que a geração de renda e emprego são instrumentos para minimizar o retorno dos ex-presidiários às casas penais – e esse é o objetivo da Fábrica Esperança. Se antes o Estado precisava desembolsar, todos os meses, a quantia de R\$813,00 para sustentar um egresso de presídio paraense que voltava ao crime, com o trabalho garantido, uma parcela de ex-presidiários terá o seu próprio salário.

Quanto mais egressos o Governo do Estado conseguir atender, melhor será para as finanças estaduais e para a sociedade paraense. Está previsto para este ano, somente para manter os presos que reincidiram no ano passado, o desembolso de nada menos do que R\$581 mil por mês, apenas em despesas de custeio.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, cada egresso deverá trabalhar na Fábrica Esperança por um período mínimo de um ano e terá carteira assinada, como já me referi, o que servirá como comprovante de experiência profissional.

Parabenizo o Governo do Estado do Pará, que desembolsou a quantia de R\$2 milhões para a construção da Fábrica Esperança. Tenho convicção de que a reincidência de ex-presidiários vai-se reduzir mais ainda

no Estado. Segundo dados da Superintendência Penal do Estado, a reincidência vem decrescendo: passou de 71%, em 1994, para 14,81% atualmente.

Dando continuidade ao projeto, gostaria de informar que está prevista para daqui a noventa dias a inauguração da Fábrica Esperança II. E informo que, ainda neste semestre, começa um trabalho preventivo para que jovens dos bairros da periferia da Capital paraense – Belém, tais como Guamá, Terra Firme, Bengui e Marambaia, deixem de entrar na criminalidade e, mais tarde, não se tornem futuros egressos do Sistema Penal.

Para finalizar, Sr. Presidente, Senador Leonel Pavan, e Senador Sibá Machado, quero fazer-lhes um convite, como o fiz à Senadora Fátima Cleide, para visitarem esse projeto da Fábrica Esperança II.

Independentemente de coloração partidária e de questão ideológica, quando é para atender nossos irmãos, todos nós temos de procurar as experiências de êxito.

Quero convidar V. Ex<sup>a</sup>, Senador Sibá Machado, para visitar esse projeto e tenho certeza absoluta de que terá todo apoio para transplantá-lo ao seu Estado. Sei que V. Ex<sup>a</sup> muito luta para que o Estado do Acre se desenvolva econômica e socialmente.

Por último, concedo um aparte, se o Presidente tiver a generosidade de ampliar meu prazo, ao Senador Sibá Machado e, posteriormente, à Senadora Ana Júlia Carepa.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senador Flexa Ribeiro, em primeiro lugar, quero agradecer as palavras elogiosas de V. Ex<sup>a</sup> para a minha pessoa. Já tive oportunidade de estar junto com V. Ex<sup>a</sup> na visita àquele empreendimento do dendê, do qual tinha apenas informações de terceiros. Tive oportunidade de vê-lo de perto. Há um esforço de minha parte em tentar reproduzir uma experiência como aquela no meu Estado, por acreditar que isso realmente corresponde com o desenvolvimento dos Estados daquela região. E, na medida do possível, com uma agenda conciliada, digo que teria o maior prazer de estar com V. Ex<sup>a</sup>. Estou ouvindo aqui que a Senadora Fátima Cleide também está aceitando o convite de V. Ex<sup>a</sup> para que possamos ver, **in loco**, essa tão rica experiência, que, pelo olhar, pela firmeza e pela ênfase com que V. Ex<sup>a</sup> está falando, é mais uma das boas e belas experiências que devemos contar e, quem sabe, reproduzir Brasil afora. Muito obrigado.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Senador Sibá Machado, é com muita honra que o Estado do Pará receberá a Senadora Fátima Cleide, de Rondônia, e V. Ex<sup>a</sup>, do Estado do Acre.

Concedo o aparte à nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

**A Sr<sup>a</sup> Ana Júlia Carepa** (Bloco/PT – PA) – Senador Flexa Ribeiro, quero só registrar que, assim como sempre fazemos, como quem faz críticas, como quem é da Oposição, também sabemos elogiar quando se trata de um projeto importante e concreto. Então, quero dizer que V. Ex<sup>a</sup> tem meu total apoio, que é o que tem tido, nesta Casa, tudo que diz respeito ao Pará. V. Ex<sup>a</sup> é testemunha disso, porque nossa Bancada tem atuado de forma unida quando se trata dos interesses do povo do nosso Estado. É óbvio que isso está acima de qualquer cor partidária.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Ana Júlia Carepa, e transmitirei ao Governador Simão Jatene os parabéns de V. Ex<sup>a</sup> ao Projeto Fábrica Esperança. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> – não quero abusar da generosidade do Presidente, Senador Leonel Pavan – que, numa próxima oportunidade, já na terça-feira, se houver inscrição a tempo de fazer pronunciamento, gostaria de fazer um comparativo, junto com V. Ex<sup>a</sup>, entre os oito anos da administração petista na cidade de Belém e o primeiro ano da administração petebista, da base do Governo do Presidente Lula, do Prefeito Duciomar Costa. Mas vamos deixar isso, até para não abusar do tempo e da paciência das demais Senadoras e dos demais Senadores, para a semana que vem.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Leonel Pavan, pela extensão do meu tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Nobre Senador Flexa Ribeiro, V. Ex<sup>a</sup> cumpriu rigorosamente o tempo, tanto que tinha mais dois minutos para poder usar da palavra.

Concedo, agora, a palavra – vou buscar lá no Piauí – ao Senador Mão Santa.

Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup>, antes, foi generoso, concedendo um tempo maior para aqueles que fizeram apartes, e para os que usavam a tribuna o tempo foi pequeno.

Mas quero conceder a V. Ex<sup>a</sup> o tempo de dez minutos, prorrogáveis por mais dois minutos. E, se o discurso de V. Ex<sup>a</sup> for realmente importante, poderemos conceder-lhe mais um minuto.

Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Leonel Pavan, que preside esta sessão, pelo contrário, não tive tolerância, não, mas o prazer de, presidindo esta sessão, hoje, deixar-lhe durante 30 minutos na tribuna, com argumentações úteis a Santa Catarina e à Pátria.

Senadoras, Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado, quis Deus estar presente neste plenário um grandioso Senador, em tamanho também, mas maior ainda pela sua participação naquilo que é mais importante, a educação do Brasil: o Senador Wellington Salgado, de Minas Gerais.

Vou externar nossas preocupações aqui, Senador Paulo Paim.

Senador José Jorge, disse Sócrates que só há um grande bem, o saber, e que só há um grande mal, a ignorância. Ele nada escreveu, e seus ensinamentos chegam até nós, como os de Cristo, que também nada escreveu, mas cujos ensinamentos também nos chegam. Mas um discípulo seu, Platão, resolveu pegar aquilo e passar para a mocidade. E criou-se na Grécia, Senador José Jorge, na Atenas da novela “Belíssima”, a Academus, a primeira academia. Aristóteles foi aluno de Platão. E Platão, no primeiro ano, levava a mocidade a uma sala, onde estava escrito em uma parede – para incutir, na cabeça dos jovens, como Alberto Silva incutiu os conceitos de Itajubá – que “mais valem as ações”. Olhem como é importante o saber! É Itajubá, Senador Alberto Silva!

**O Sr. Alberto Silva** (PMDB – PI) – Viveremos mais por atos do que por palavras para sermos dignos deste grande País.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Isso foi o que fez Platão. Na primeira sala, Senador Alberto Silva – V. Ex<sup>a</sup> aprendeu a mensagem de Itajubá, que até hoje segue e nos ensina –, Platão colocou: sede ousado! No segundo ano, em outra sala, havia outro ensinamento: sede ousado, cada vez mais!

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, Senador Mão Santa?

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – É para já! E os vitoriosos do último ano de Platão viram escrita a terceira frase: sede ousado, não em demasia! Ensinou a ousadia com a prudência.

Quero, então, denunciar. Senador Sibá Machado, leve isso ao Lula! Está na **Folha Online**: “Educação. Universidades privadas dominam *ranking*”.

Senador Alberto Silva, a nossa preocupação são as universidades federais. Outro dia, nós denunciámos e lutamos, porque foram 130 dias de greve.

O pior é que, em 1991, Senador Wellington Salgado, das dez maiores universidades, seis eram públicas; em 2004, Senador Alberto Silva, de dez universidades, atentai bem, Senador Alberto Silva, só três eram públicas. Alberto, nós fizemos um milagre: V. Ex<sup>a</sup> começou a Uespi, e nós irradiamos. Das dez melhores, só três eram públicas: de São Paulo, Goiás e Piauí, Estado que governamos. Foi o maior desenvolvimento univer-

sitário não só do Brasil, mas do mundo. Criamos mais de 400 cursos em 36 **campi**. Senador Alberto Silva, no último vestibular nós oferecemos 12.680 vagas. O PT passou por lá e já diminuiu para quatro mil.

Agora, atentai bem, as universidades privadas são necessárias? São. Sr. Presidente Leonel Pavan, o Lula tem que fazer um DVD aqui disso pra aprender.

Eu sei que proliferam nos Estados Unidos. Eu estive na Suíça, lá tem. No Chile – onde Lagos é o Presidente, agora será a Bachelet –, o estudante vai ao banco e pega um empréstimo para pagar todo o curso. Aqui...

Senador Leonel Pavan, eu não estou contra – ô Paim, atentai bem! –, não estou contra as privadas, mas acontece que o povo trabalhador não pode pagá-las. Tem faculdade de medicina privada aqui neste País cuja mensalidade é R\$4 mil. E o salário mínimo...

Nos Estados Unidos, o ensino é privado porque o povo trabalha, ganha muito e paga. Na Suíça, para onde fui levado pelo meu amigo Heráclito Fortes, o salário mínimo é de US\$2,5 mil; então dá pra pagar universidade privada. Aqui, com este salário, que, com o esforço do Paim, chega a R\$300,00, como é que ele vai pagar uma universidade privada? Com o trabalho? Não.

Então, aí está a gravidade. Cresceram, Senador. São bem-vindas, mas não há valorização. Como disse Rui Barbosa, a primazia é do trabalho e do trabalhador. Ele é que veio antes, ele é que faz a riqueza. Este País ajoelha-se à primazia do capital, dos banqueiros.

Tanto é verdade, Wellington Salgado, que agora, José Jorge, no edital do Banco do Brasil estão oferecendo vagas para técnico: menos de R\$300,00. Quer dizer, o trabalhador, o bancário, a bancária que trabalha são tentados, porque passam milhões por suas mãos e ele só ganha aquela ninharia. Está aí.

Então, esse é o grave problema, Senador Wellington. V. Ex<sup>a</sup>, a quem o País e Minas já devem muito, é uma das melhores cabeças pensantes sobre educação. Talvez, neste Senado, iguale-se a Cristovam Buarque, que tem uma vida dedicada à educação.

Então, essa é a nossa preocupação. Estão se extinguindo.

Quero lhe dizer que, em 2004, a do Piauí não está mais não, não tem mais. Em 2004, só havia três públicas entre as dez melhores, e a do Piauí o PT já enterrou. A de Goiás, não sei, assim como a Universidade de São Paulo, que, em 1991, era a maior e hoje já não é; as universidades privadas de São Paulo e do Rio a estão passando. Tudo bem, mas o nosso jovem, o nosso rapaz e a nossa moça não podem frequentar, para eles não tem.

Concedo um aparte, em respeito primeiro à idade, Wellington, e também ao currículo, porque S. Ex<sup>a</sup> já foi Secretário de Educação e Ministro, e V. Ex<sup>a</sup> não o foi – mas será, tenha paciência! –, ao José Jorge.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Sr. Senador Mão Santa,...

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC.) – Senador, só um minutinho. Estou concedendo mais dois minutos para V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Só queria lembrar que V. Ex<sup>a</sup> usou tão bem 30 minutos – e eu fiquei tão atento –, V. Ex<sup>a</sup> usou 30 minutos, e o País ganhou com o pronunciamento de Leonel Pavan.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – V. Ex<sup>a</sup> tem razão, Senador. Sou testemunha, porque estava aqui na hora.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Olha aí.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Eu gostaria de aproveitar o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> para me congratular com V. Ex<sup>a</sup> pelo que está dizendo e para comunicar à Casa e ao País, aos que nos assistem pela TV Senado, que acabamos de encerrar a oitava do Ministro Palocci na CPI dos Bingos. Está aqui o Senador Efraim Morais, Presidente daquela Comissão. Na realidade, o Ministro foi questionado sobre uma série de questões relacionadas ao período da sua gestão como Prefeito de Ribeirão Preto, agora como Ministro, e como membro da campanha do Presidente Lula. S. Ex<sup>a</sup> deu suas explicações – algumas convincentes; a maioria, não. Mas S. Ex<sup>a</sup> foi respeitado, esteve tranqüilo, como sempre havíamos dito aqui. Nós não queríamos de maneira alguma colocar o Ministro em uma fria, vamos dizer assim. Queríamos que S. Ex<sup>a</sup> esclarecesse. Infelizmente, o Ministro tem muitos problemas para esclarecer e não conseguiu fazê-lo. Na verdade, temos de elogiar o Presidente da Comissão, o Relator, os membros, que estiveram ali atentos, das 10h às 16h, ouvindo o Ministro Palocci. Se S. Ex<sup>a</sup> não deu as explicações devidas, quem sabe um dia as dará. Na verdade, a Comissão saiu engrandecida, e o Ministro também, porque mais um fato democrático se deu nesta Casa. O Ministro não poderia ser diferente de ninguém, ele teria de vir. A nossa luta então foi vitoriosa, inclusive com o apoio de V. Ex<sup>a</sup>. Agradeço e dou parabéns a V. Ex<sup>a</sup> pelo seu discurso.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Agradecemos a participação do professor José Jorge, que foi Secretário de Educação de Pernambuco.

Concedemos o aparte ao ilustre Senador, representante de Minas Gerais, Wellington Salgado.

**O Sr. Wellington Salgado** (PMDB – MG) – Sr. Presidente Leonel Pavan, Senador Mão Santa, agradeço as palavras. Realmente, nesta Casa, existem



peessoas já bastante experientes na área de educação. O Senador Marco Maciel já foi Ministro, o Senador Cristovam Buarque, o Senador Paulo Paim, que é uma grata revelação, o Senador Flávio Arns e o Senador José Jorge, a quem sempre acompanho nas decisões. Senador Mão Santa, o grande crescimento das universidades privadas se deu porque existia uma demanda reprimida que agora está sendo atendida. Mas não existe um crescimento auto-sustentável, para que isso permaneça.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Essa é a minha preocupação.

**O Sr. Wellington Salgado** (PMDB – MG) – Entre as dez universidades, sete são privadas. Quer dizer, há realmente um inchaço.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Não tem mais sete, porque a Uespi, do Piauí, não está mais. Ela era uma das três.

**O Sr. Wellington Salgado** (PMDB – MG) – São sete privadas agora ou cinco, alguma coisa desse tipo.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Em 2004, pela estatística.

**O Sr. Wellington Salgado** (PMDB – MG) – Agora, vejo, neste momento, com o Ministro Fernando Haddad, que está havendo uma reviravolta que há muito tempo se procura, com a valorização do primeiro e do segundo grau. O Senado aprovou ontem a continuação do Fundef...

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – O Fundeb.

**O Sr. Wellington Salgado** (PMDB – MG) – Não, o Fundeb está vindo aí, o Fundef nós prorrogamos até 2016. O mais importante, Senador Mão Santa, é que há também Senadores procurando criar centros de cultura nas suas regiões. Como exemplo, vou citar V. Ex<sup>a</sup> mesmo, que aprovou aqui a Universidade de Parnaíba. Não foi isso?

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Isso. E V. Ex<sup>a</sup> foi um dos relatores.

o Senador Leonel Pavan também requisita uma universidade federal para a expansão da educação no Estado.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Veja bem, Senador Mão Santa. O importante não é só criar esse centro cultural, o Senado aprovar e o Governo viabilizar. O importante é que o entorno aumenta em tudo. Começa a circular mais gente, as pessoas que se formam ali e são daquela região não vão para outra região estudar. Casam e não voltam, Então, começa a se formar naquela região uma cultura local. Essa é a grande importância de quando se cria um centro como uma Universidade. Tenho certeza de que no Piauí, na própria Parnaíba – aliás, V. Ex<sup>a</sup> já me convidou para conhecê-la e disse que é um dos locais

mais lindos, e, com certeza, irei um dia –, vai começar a se criar uma estrutura e pessoas que não vão embora daquela região. E vai surgir uma maneira de pensar do Piauí, da Parnaíba. Isso é que é importante, Senador Mão Santa. Muito obrigado pelo aparte. Agora, os Senadores estão participando e vendo que o importante, neste País, é a educação.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – O PMDB, nessa ligação com o PT, já deu o Ministério das Comunicações ao Senador Hélio Costa, e acho que, qualquer dia, V. Ex<sup>a</sup> pode ser convidado, para o bem do nosso País, a ser Ministro da Educação. A visão é dele.

Permita-me, Senador Leonel Pavan, explicar com a minha experiência. Na expansão UESPI (Universidade Estadual do Piauí), quis colocar disciplinas que desenvolvessem a pecuária, a agricultura e a carcinicultura. E fui a Petrolina, que é um centro de expansão de agricultura – olha o raciocínio certo de Wellington Salgado. Lá, tem uma escola técnica de agricultura razoavelmente boa. Mais do lado, na Bahia, ...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Mas do lado, na Bahia existe uma escola...

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senador Mão Santa, vou lhe conceder, mas V. Ex<sup>a</sup> já está falando há vinte minutos. Não tem problema. V. Ex<sup>a</sup> nos ensinou o seguinte, disse que Deus fez o pai-nosso em um minuto, em 56 palavras; e V. Ex<sup>a</sup> já dispôs de vinte minutos, disse muita coisa e vai dizer muito mais.

Então, concedo mais dois minutos a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Mas, Senador Wellington Salgado, constatei que todo o desenvolvimento de Petrolina, no Vale do São Francisco, que produz uva e vinho, é porque a Faculdade de Agronomia de Juazeiro da Bahia forneceu os técnicos. De 1.800 que lá estavam, mais de 1.600 eram agrônomos de lá. Quando chegou o Governo, a tecnologia e a energia, a mente, a cabeça já estava cultivada. E essa é a técnica que defendeu o Senador Wellington Salgado.

Se V. Ex<sup>a</sup> me permite, Sr. Presidente, concedo um aparte, para enriquecer o País – eu não poderia deixar passar –, ao Senador Flexa Ribeiro, do Pará, e depois ao Senador José Maranhão. A única mágoa que tenho é que ele não deveria ser Maranhão; ele deveria ser Piauí, próximo Governador da Paraíba.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senador Flexa, peço apenas que não uses o mesmo tempo que usaste quando fizeste aparte ao meu pronunciamento, até porque o tempo vai extrapolar.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Senador Mão Santa, agradeço o aparte concedido por V. Ex<sup>a</sup> e que-

ro lembrar ao Senador Leonel Pavan que eu apenas sigo a orientação de V. Ex<sup>a</sup> nos seus apartes, para que possamos fazer o esclarecimento à Nação brasileira. Então, peço generosidade. Como o Senador Mão Santa concedeu a extensão do prazo a V. Ex<sup>a</sup>, que o faça também para S. Ex<sup>a</sup>. Quero só dizer, Senador Mão Santa, que a educação é um assunto que tem unanimidade no discurso. Não há um parlamentar, diria mais, não tem um brasileiro que se posicione contra a educação. O importante, Senador Mão Santa, é partir do discurso para a prática, demonstrar boa vontade política....

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – ...de colocar recursos para a educação básica. Agora, estamos aprovando o Fundeb, com recursos insuficientes. O Governo está disponibilizando em torno de R\$1 bilhão para o Fundeb, e os prefeitos do meu Estado já vieram a mim, preocupados, dizendo que os valores por aluno são insuficientes. Ou seja, já estão preocupados que caia para os municípios a responsabilidade do atendimento do Fundeb. Ampliamos o prazo, como o Senador Wellington disse, do Fundef. E, quanto ao ensino superior, ao terceiro grau, concordo com V. Ex<sup>a</sup>. Na semana passada, o Presidente reuniu os reitores no Palácio e anunciou a criação de treze novas universidades. Ótimo criar novas universidades. Mas, gente, vamos atender as que já existem. Quero dizer à Nação brasileira que a Universidade Federal Rural da Amazônia, no meu Estado – não vou falar da Universidade Federal do Pará, que também está na mesma situação –, está na iminência de fechar as portas, porque o único telefone que funciona na UFRA é o celular do Reitor, que é pago por ele. Ele não tem telefone funcionando, não tem recurso para pagar a energia, deve não sei quantos meses para a concessionária de energia. Então, vamos criar novas universidades? Vamos, mas vamos dar condições para dar um ensino de qualidade, vamos diferenciar o que é ensino de aprendizado, para que possamos realmente ter a formação da nossa juventude em condições de adentrar no mercado de trabalho.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Eu queria chamar a atenção do Governo porque, entre as dez melhores, praticamente hoje só tem uma federal, que é a USP, e com diminuto número de alunos. Há uma universidade privada que tem 104.346 alunos, a Estácio. A Unip tem 93.210 mil alunos. Então, as universidades privadas estão aí. No Chile, Senador Maranhão, o Presidente Lagos, que foi primeiro ministro da Educação, acabou de fazer uma lei boa. Senador Paim, hoje, no Chile, são doze anos de ensino obrigatório. Eram oito

e ele aumentou para doze, obrigatoriamente, e todo chileno terá que aprender uma segunda língua.

Estou falando da América do Sul, bem aí, que elegeu até uma mulher agora – doze anos de educação. É lei, cada chileno deve ter doze anos de educação. E o governo? Com doze anos de estudo, o aluno terá um trabalho. Poderá, então, ir ao banco e o banco financia o seu ensino universitário para garantir as universidades privadas que já surgiram.

Concedo a palavra ao Senador José Maranhão.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senador Mão Santa, agora vai chegar aos trinta minutos. Então, são os últimos dois minutos. Passará um minuto a mais por causa do meu pronunciamento. Dois minutos.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Está escrito no Livro de Deus: os últimos serão os primeiros. Ele é o primeiro em competência dos Governadores que o Nordeste teve.

**O Sr. José Maranhão** (PMDB – PB) – Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> está tratando de um assunto que é muito importante para o povo brasileiro: a questão do ensino de terceiro grau. Até porque tem acesso ao terceiro grau apenas 25% dos alunos brasileiros que concluem o segundo grau e, como o segundo grau não é um curso profissionalizante, há uma massa extraordinária de 75% da juventude brasileira sobrando no mercado de trabalho. Então, duas coisas saltam aos olhos do observador mais ingênuo: nós precisamos criar cursos profissionalizantes, de acordo com as exigências do mercado de trabalho, mas precisamos levar a universidade pública, como V. Ex<sup>a</sup> defende muito bem, às cidades do interior do Brasil. Aqui vige também a regra do canceiro popular: levar a universidade ao local em que vive o povo. Pouquíssimas pessoas têm condição de manter um filho na capital do Estado ou numa grande cidade, porque a classe média brasileira está empobrecida, e a classe trabalhadora está cada vez mais sacrificada.

Eu gostaria de observar a V. Ex<sup>a</sup> que, se fosse outra a política de ensino no Brasil, boa parte dessa massa de estudantes que são pretendentes ao terceiro grau poderiam ser atendidas pelas próprias universidades privadas.

É ilusório, é um hábito pouco realista, dizer que nos Estados Unidos o ensino privado é tão ou mais importante que o ensino público, porque o ensino privado nos Estados Unidos é exercido pelas grandes corporações que mantêm fundações custeadas, pagas, com recursos públicos. É um blefe essa história

de dizer que o ensino privado nos Estados Unidos é efetivamente um ensino que independe dos orçamentos públicos. Então, ou o Brasil modifica a política de subsídios ao ensino privado, ou, então, massifica, democratiza, leva para o interior do Brasil, como está tentando fazer agora o Presidente Lula.

Quarenta e três **campi** já foram instalados. No meu Estado mesmo cinco **campi** estão sendo levados e a própria universidade de Campina Grande foi criada no Governo atual.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Peço a V. Ex<sup>a</sup> que conclua o seu pronunciamento porque temos mais dois Senadores, o Senador Heráclito Fortes e o Senador Sibá Machado que também pretendem fazer um aparte.

Quero dizer ao Senador Mão Santa que o seu tempo já passou dos trinta e cinco minutos.

**O Sr. José Maranhão** (PMDB – PB) – Senador, eu até gostaria de poder poupar V. Ex<sup>a</sup> porque eu já ia concluir, mas V. Ex<sup>a</sup> cortou o fio da meada. Mas não há nada demais. Tudo bem! Tudo é regimental. Tudo é cordialidade da parte de V. Ex<sup>a</sup>. Eu gostaria apenas de dizer que existem dois equívocos aí: incriminar-se a universidade pública e até a universidade privada. O setor privado, para cumprir melhor seu papel social no ensino, precisaria receber incentivos do Governo, como faz o governo americano, que é muito citado aqui e como foi citado por V. Ex<sup>a</sup> mesmo. Não é só o padrão salarial do povo americano, mas, sobretudo, uma política de incentivos ao ensino superior, como ao ensino privado, que faz com que a iniciativa privada tenha universidades tão competitivas e de qualidade quanto às do setor público.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Agradecemos a experiência do Senador José Maranhão, da Paraíba, responsável pelo grande desenvolvimento universitário daquele Estado, de João Pessoa e Campina Grande.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senador Mão Santa, vou lhe conceder mais dois minutos para que V. Ex<sup>a</sup> possa ouvir os apartes.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Não posso negar o aparte a dois filhos do Piauí: o Senador Heráclito Fortes e o Senador Sibá Machado, que emprestamos para desenvolver o Acre.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – O Senador Paulo Paim, próximo orador, tem um compromisso às 17 horas. Assim, vou conceder mais dois minutos a V. Ex<sup>a</sup> para que conclua seu pronunciamento.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – O Senador Paulo Paim está aguardando o horário nobre. Todo o País está na expectativa.

Ouçõ o aparte do Senador Heráclito Fortes, do Piauí.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Sr. Presidente, meu caro Senador Mão Santa, quero associar-me ao pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> e prestar um depoimento de justiça. Saiba V. Ex<sup>a</sup> que sou um homem franco, que não joga elogios fora e que gosta de aplicá-los com justiça. Quero dizer a esta Casa e ao País que o ponto alto do Governo de V. Ex<sup>a</sup> foi exatamente a interiorização dos cursos, por meio da UESPI, Universidade do Estado do Piauí. Lembro-me bem, caro Presidente, que à época, eu adversário de Mão Santa e alguns companheiros de diversos Partidos combatiam a interiorização desses cursos. Não é que não houvesse erro. Tudo o que é feito às pressas, tudo o que é feito com a garra do desbravamento, é passível de falhas. Olhava sempre pelo lado positivo, Senador Mão Santa. Sempre dizia que qualquer erro que possa ser apontado no início dessa nova fase que o Piauí passa a viver, com a instalação desses cursos, poderá ser corrigido. O homem público pode pecar por muitas coisas, Senador Mão Santa; só não pode pecar por omissão. É de justiça o que estou dizendo ao Brasil inteiro. V. Ex<sup>a</sup> teve a coragem de interiorizar a universidade piauiense, prestando benefícios a milhares e milhares de habitantes pobres do nosso Estado que não tinham a menor condição de fazer um curso de terceiro grau, de obter um diploma, se não fosse essa oportunidade que V. Ex<sup>a</sup> proporcionou àquele Estado em um momento importante. Daí creio que os frutos desse trabalho, plantado por V. Ex<sup>a</sup> já há quase dez anos, começam a frutificar. O Piauí começa a ter os seus benefícios. De forma que faço questão de dar esse depoimento, porque é de justiça. Diante disso, V. Ex<sup>a</sup> tem autoridade de falar sobre essa matéria...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) –...como faz hoje na tribuna.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Incorporo seu pronunciamento. Tenho de apresentar a minha gratidão, por ter tido como adversário político um Heráclito Fortes, um homem que sempre soube colocar os interesses do Piauí acima de quaisquer interesses partidários. Sem dúvida nenhuma, fui inspirado na ação de V. Ex<sup>a</sup> sobre o municipalismo, pois o político mais municipalista que conheço é o Senador Heráclito Fortes.

Senador Heráclito Fortes, para nossa glória – juntos, pois isso foi trabalho nosso –, em 2004, das dez melhores universidades, somente três eram públicas. A UESPI ficou no meio. Está aqui um trabalho da Folia de Educação.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Eu gostaria que, realmente, agora, fosse...

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – O Senador Sibá Machado.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– ... fossem respeitados os demais.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – É outro piauiense que vai falar, que veio lá da Liberdade, do interior da União.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Compreendo que o Piauí é um Estado muito importante para o Brasil, mas há a necessidade de se conceder a palavra aos demais oradores inscritos. Então, Senador Mão Santa, com respeito, eu queria que, por último, concedesse um aparte ao Senador Sibá Machado e que, depois, fizesse suas conclusões finais.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, muito obrigado pela tolerância de V. Ex<sup>a</sup>. Senador Mão Santa, esse funil para que a juventude das classes mais pobres do Brasil possa adentrar o Ensino Superior é muito estreito. Sabe-se muito bem que qualquer Prefeito e qualquer Governador já têm ponto pacífico em relação aos Ensinos Fundamental e Médio, mas, no Ensino Superior, é um problema muito grave. A iniciativa privada tinha o maior interesse em escolas do ensino fundamental e médio, mas somente agora, mais recentemente, vêem-se universidades particulares nascendo em muitos pontos do Brasil. Considero louvável a iniciativa do Presidente Lula de valer-se de toda uma estrutura física e humana das universidades particulares e, mediante renúncia fiscal, criar vagas para alunos oriundos das classes mais pobres, os quais não ingressam na universidade pública por conta do restrito número de vagas. Na universidade pública, o vestibular é a grande degola, o bicho-papão do acesso. Na universidade particular, porém, essa situação é mais fácil de resolver. Todavia, há outro problema: o do financiamento do curso. Assim sendo, no meu entendimento, o ProUni junta estas duas possibilidades: o acesso à universidade privada por meio de bolsa e o custo da matrícula por conta do Tesouro nacional. É um grande avanço do Governo Lula. Estamos, pois, possibilitando a dezenas de milhares de jovens o acesso ao ensino superior.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Reconhecemos que o ProUni e o FIES representam um degrau significativo, mas deveríamos seguir o modelo chileno, ou seja, propiciar empréstimo a todos os universitários junto aos banqueiros, que tanto ganham.

De toda a minha vida e luta política, Sr. Presidente, Senador Leonel Pavan – atentai bem –, o que mais me impressionou – quis Deus que aqui estivesse

o Senador Ney Suassuna, também educador – foi em Heidelberg, na Alemanha.

Partell

Foi em Heidelberg, na Alemanha. Quando cheguei, fiquei perplexo. A Alemanha passou por duas guerras e é toda modernizada, porque foi toda reconstruída pela engenharia moderna. Entretanto, os prédios de Heidelberg são antigos. E aí me advertiram: “Esta cidade foi respeitada; em nenhuma das guerras mundiais, ninguém ousou jogar nela uma bomba, porque aqui era o templo do saber, a universidade mais velha da Europa, que irradiou conhecimento, inclusive Einstein”.

Esta é a nossa preocupação: que se fortaleçam as universidades brasileiras.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Antes da questão de ordem do Senador José Maranhão, quero pedir desculpa ao Senador Paulo Paim, porque S. Ex<sup>a</sup> tinha um compromisso e ficou aqui por 48 minutos esperando para falar. Acabou renunciando o direito de falar porque tinha um outro compromisso.

Aproveito a oportunidade para presentear o Senador Heráclito Fortes, que, ontem, me fez um pedido de uma bengala.

Senador Heráclito Fortes, estou aqui com a bengala para lhe entregar de presente, mas para usá-la para o bem. Apesar de que uma outra já ter sido usada para o bem. Mas esta é para a saúde.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente Leonel Pavan, recebo essa bengala com muito prazer, dada por V. Ex<sup>a</sup>. Espero não ter necessidade de fazer uso dela tão cedo, mas um homem prevenido vale por dois, servirá para demandas futuras.

Agora, quero ter também a tranqüilidade e o equilíbrio para não dar à bengala que V. Ex<sup>a</sup> me dá agora o destino que foi dado à última bengala que V. Ex<sup>a</sup> deu a um escritor do Paraná, que fez dela um uso pedagógico, tentando agredir um homem público brasileiro. Não concordo com o gesto e não quero ser repetitivo, o que não é do meu feito.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Pela ordem de inscrição, o Senador José Maranhão falará, como Líder, por cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, a, do Regimento Interno. S. Ex<sup>a</sup> falará em nome do PMDB.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> poderia me inscrever no lugar do Senador Paulo Paim, por permuta com S. Ex<sup>a</sup>?

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – O Senador Paulo Paim já fez a permuta com a brilhante Senadora Serys Slhessarenko, que já havia fornecido antes o tempo ao Senador Paulo Paim. Ao retornar a esta Casa, S. Ex<sup>a</sup> requisitou o direito que havia conquistado anteriormente.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> poderia me inscrever num horário possível para um pronunciamento?

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – V. Ex<sup>a</sup> poderá se inscrever, desde que tenha a autorização devida de sua Legenda, pela Liderança do PT, Senador Siba Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Não, Sr. Presidente. Eu não queria usar o tempo da Liderança.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Então o colocaremos na lista de oradores pela inscrição.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Com a palavra o experiente conselheiro desta Casa, Senador José Maranhão.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço as referências de experiência que me atribui, embora não merecidas. Minha experiência nesta Casa é bastante resumida.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje, integrantes das Bancadas paraibanas da Câmara e do Senado – eu, o Senador Ney Suassuna, a Deputada Lúcia Braga e os Deputados Wilson Santiago, Benjamin Maranhão, Marcondes Gadelha e Luiz Couto – encaminhamos ofício ao Exm<sup>o</sup> Sr. Ministro das Minas e Energia reivindicando o seu inestimável apoio na luta pela instalação, em nosso Estado, de um pólo petroquímico.

A Paraíba vem sofrendo, ano a ano, o esvaziamento de suas atividades econômicas, a redução de dotações orçamentárias para investimento, a perda de produtos historicamente importantes.

A redução das desigualdades intra e inter-regionais não pode deixar de ser prioridade na alocação de recursos de um País. O Estado da Paraíba demonstra ínfima participação na alocação de recursos federais, mesmo considerando os esforços extraordinários que

as suas Bancadas de todos os partidos vêm fazendo quando da elaboração do Orçamento e no dia-a-dia das ações administrativas junto aos Ministérios da República.

No ano passado, Pernambuco foi escolhido para sediar nova refinaria de petróleo, a primeira a ser construída no País desde 1980. Instalada com recursos da Petrobras e da PDVSA, empresa venezuelana de petróleo, fará parte do Complexo Portuário de Suape, que com novo aporte de recursos se consolidará entre os mais importantes portos brasileiros.

A criação de empregos durante os quatro anos de construção e após a operação, Sr. Presidente, contribuirá para redução do fluxo migratório a partir daquele Estado. A produção estimada de duzentos mil barris de petróleo por dia garantirá ao Brasil importante redução nos gastos com importação de petróleo e seus derivados.

No Estado do Ceará, está em construção o Complexo Portuário de Pecém, um grande pólo siderúrgico, com o suporte financeiro da Petrobras, particularmente para instalação do gasoduto, o Gasfor II, que transportará gás natural dos campos de Ubarana/Guamaré, no Rio Grande do Norte, até a nova unidade siderúrgica de Pecém.

Essas notícias, Sr. Presidente, são alvissareiras. Afinal de contas, estamos saindo daquele vezo histórico do Brasil de concentrar todos os investimentos produtivos no centro-sul do País, mormente no eixo Rio – São Paulo – Belo Horizonte. São motivo de alegria e de esperança para todos nós, nordestinos, que lutamos pelo desenvolvimento de nossa região como um todo. Nossa reivindicação é que a Paraíba não seja esquecida nesse novo ciclo de desenvolvimento da região.

Recentemente, descobriu-se petróleo em Souza, Paraíba, além de possibilidades de exploração em águas marinhas também. Já foram realizados estudos preliminares pela Agência Nacional de Petróleo que detectaram a presença de gases e petróleo em quase todos os poços perfurados, ainda que experimentalmente, na região do rio do Peixe.

Já se sabe que o petróleo é de boa qualidade, como o explorado no Rio Grande do Norte, maior produtor brasileiro de petróleo em terra. Não se sabe ainda a extensão da reserva petrolífera, mas há estimativas de que a produção pode atingir de 10 a 15 mil barris por dia, o que já seria suficiente para atrair o interesse da Petrobras. Em breve, deverão ocorrer as primeiras licitações para a exploração de poços.

Como disse o Presidente Lula, em visita recente ao nosso Estado, essa descoberta de petróleo em Sousa deixou a Paraíba toda prosa. Estamos de fato

prosas, Sr. Presidente, orgulhosos como sempre estivemos de nosso Estado e sobretudo entusiasmados com as perspectivas que se abrem.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, nobre Senador?

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup> com todo prazer, Senador Ney Suassuna. V. Ex<sup>a</sup> vem lutando de forma ardorosa no sentido da concretização dessa reivindicação.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador. Essa reivindicação, como V. Ex<sup>a</sup> bem disse, deveu-se a nossa viagem com o Presidente Lula. Fizemos essa reivindicação. Depois disso, já fizemos o périplo da Agência Nacional do Petróleo, da Petrobras e, hoje, do Ministro. Oficializamos o pedido, e com certeza ele sairá. Eu temo, Senador, que a exemplo de outros casos, como o do petróleo, em pouco tempo aparecerão outros “pais”, dizendo que fizeram, que ousaram. Ontem, em uma cidade do interior da Paraíba, no plano de expansão e interiorização da universidade, pelo qual estamos lutando tanto, diziam eles, os nossos adversários, que estavam tomando essas providências. Nesse caso, começamos desde o primeiro passo. No caso do petróleo, conseguimos as verbas para a Agência Nacional de Petróleo fazer a prospecção, e terá sucesso, se Deus quiser, o leilão. Mas, enquanto estamos pensando no futuro, nos jovens que estão desempregados, na melhora da qualidade de ensino, na interiorização da universidade, os outros que não fazem nada e só pregam a política do ódio, a toda hora e a todo instante, tentam também se carimbar como pessoas que estão lutando, como estamos, pelo crescimento da nossa Paraíba. Muito obrigado.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Obrigado pela valiosa contribuição que V. Ex<sup>a</sup> traz ao meu discurso.

Essa questão da politicagem – digamos assim – deve unir todos os paraibanos, nunca dividi-los. V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão em mostrar a sua indignação, até porque, em vez de estarem de fora, dizendo que também lutam por essa reivindicação, deveriam efetivamente lutar, mostrar a cara e juntar-se àqueles que foram pioneiros nesse esforço, ou seja, a nossa Bancada.

Essa descoberta de petróleo, mais a proximidade das reservas do Rio Grande do Norte – que, além de ser o maior produtor de petróleo em terra, Senador Garibaldi Alves, sem nenhum favor, mas para orgulho de V. Ex<sup>a</sup>, é o segundo maior extrator do produto em mar –, torna a Paraíba um lugar especialmente estratégico para investimentos na indústria petroquímica.

Mas a Paraíba oferece mais do que apenas recursos naturais, Sr. Presidente. A Agência Nacional de Petróleo já desenvolve, junto com a Universidade Fe-

deral de Campina Grande, um programa de recursos humanos voltado para o setor de gás e petróleo, que tem conseguido colocar no mercado de trabalho 35% dos alunos que dele participam. A Paraíba, portanto, já saiu na frente, no que diz respeito à formação de especialistas nessa área.

E mais ainda está por vir, com a promessa da ANP de instalar em Campina Grande uma mini-refinaria – uma refinaria-escola, por assim dizer –, que certamente consolidará essa posição de vanguarda de nosso Estado na Região Nordeste.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Senador José Maranhão, V. Ex<sup>a</sup> já teve seu tempo prorrogado por dois minutos em duas ocasiões, mas o prorrogarei por mais dois minutos, porque V. Ex<sup>a</sup> está falando para a Paraíba.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – E para o Brasil, porque a Paraíba se insere nessa realidade econômica com o peso da inteligência de seu povo e, sobretudo, com a capacidade de trabalho da sua gente.

O nosso justo pleito encontra respaldo na necessidade urgente de mudança no perfil econômico de uma região que, de próspera produtora de algodão e sisal, vem experimentando declínio – atualmente, perdeu inteiramente a oportunidade comercial e luta por uma substituição econômica desses produtos que já foram os dois maiores sustentáculos da economia rural paraibana.

A participação do Estado da Paraíba no produto agrícola brasileiro recuou de 1,4% em 2000 para 1,1% em 2003. A economia pecuária, sobretudo a de corte, realmente sofreu um declínio muito grande, já que dependia da parceria com o setor agrícola.

O novo traçado da ferrovia Transnordestina, rebatizada, em finais do ano passado, de Nova Transnordestina, que representa mais um esforço para a integração regional e nacional de áreas estagnadas, exclui o Estado da Paraíba, Sr. Presidente, o que é uma discriminação econômica odienta. A Transnordestina passa distante do território paraibano, como se fosse algo intencional, fazendo um arco, uma curva, para distanciar-se do território da Paraíba.

O Estado, que ocupava o quarto lugar na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, encontra-se hoje reduzido às últimas posições. Durante os sete anos em que governei a Paraíba, tínhamos o quarto lugar na arrecadação de ICMS. Acima de nós estavam apenas os Estados grandes do Nordeste: Ceará, Pernambuco e Bahia. Hoje, a

Paraíba se encontra entre os últimos lugares na arrecadação de ICMS.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Paraíba tem contribuído para o desenvolvimento do Sul e do Sudeste do País, pelos persistentes fluxos migratórios devidos à incidência de seca e à falta de oportunidades e de oferta de emprego local – sobretudo em razão de uma crônica política que se excedeu em privilégios ao Centro-Sul do País, mormente ao eixo Rio–São Paulo–Belo Horizonte, negando ao Nordeste brasileiro as oportunidades financeiras para produzir o seu próprio desenvolvimento econômico.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, já se tornou lugar-comum apontar a desigualdade como o grande mal nacional, fonte de inúmeras outras mazelas que nos afligem. Infelizmente, não será logo que veremos essa praga desaparecer da pauta de debates. Diminuir as enormes desigualdades que caracterizam nossa vida social e econômica é um imperativo que se imporá a nós ainda por muito tempo.

Entre essas desigualdades, uma das mais resistentes, das mais permanentes é a que separa os Estados do Norte e Nordeste dos Estados do Sul e do Sudeste do País. Essa distância não tem diminuído significativamente; ao contrário, podemos ver sinais de que está, de fato, aumentando. Dados do IBGE mostram...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> tempo para concluir. Falta-me apenas ler um quarto de página.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senador, quero apenas deixar registrado que V. Ex<sup>a</sup>, pela Liderança, falaria por cinco minutos, mas já estamos chegando ao décimo primeiro minuto.

Concedo a V. Ex<sup>a</sup> mais dois minutos para concluir.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Dados do IBGE mostram que, em 1985, a participação da Região Nordeste no PIB nacional era de 14,1%. Em 2003, essa participação diminuiu para 13,8% – quase 1% de queda. A variação não parece grande, mas se torna mais relevante se levarmos em conta o crescimento populacional. De todo modo, é triste constatar que, em quase 20 anos, nada mudou na forma como se distribui a riqueza entre as Regiões: o Nordeste continua pobre e empobrecendo. Pior do que ser pobre é continuar empobrecendo, como se fosse infinito o limite da própria pobreza.

Os grandes investimentos a que me referi no início deste meu pronunciamento, juntamente com outros

que deixei de mencionar, são uma promessa de que algo pode mudar nos próximos anos. Quero crer que seja esse o caso, Sr. Presidente. De qualquer modo, há muita distância a se percorrer para que as desigualdades regionais sejam, enfim, diminuídas.

A instalação de um pólo petroquímico na Paraíba, somando-se aos investimentos já em curso na região, seria, indiscutivelmente, uma alavanca decisiva para o desenvolvimento do Nordeste – e, por extensão, de todo o País. Essa é a reivindicação que dirigimos ao Exm<sup>o</sup> Sr. Ministro de Minas e Energia. Temos o que oferecer e queremos dar a nossa contribuição. Pedimos apenas que nos sejam garantidos os meios.

Era o que eu tinha a dizer.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, Senador José Maranhão?

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Com a permissão de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, não posso deixar de atender o Senador Mão Santa, que é um defensor da Região Nordeste.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Quero dar o testemunho do significado da Paraíba.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – V. Ex<sup>a</sup> dispõe de apenas um minuto.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o ser humano. Não conheço gente mais trabalhadora e competente do que homem e mulher da Paraíba. O Piauí tem sido um eldorado. Todos que vão lá são exemplo de trabalho. Inclusive, o maior empresário que está encravado no Piauí é paraibano: João Claudino. Não é só ele, não; todos os paraibanos ajudam a enriquecer o Piauí, com sua capacidade de trabalho.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Agradeço a generosidade de suas palavras em relação ao meu povo, aos meus conterrâneos paraibanos.

Durante o discurso do Sr. José Maranhão, o Sr. Leonel Pavan, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Flexa Ribeiro.

Durante o discurso do Sr. José Maranhão, o Sr. Flexa Ribeiro, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Leonel Pavan.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – A próxima oradora inscrita é a Senadora Serys Slhessarenko. Logo após, falará o brilhante Relator da CPI dos Bingos, Senador Garibaldi Alves Filho.

Senadora Serys Slhessarenko, V. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais dois, se assim o desejar.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Sr. Presidente, mas procurarei me restringir ao tempo, em respeito aos Senadores que estão inscritos para fazer seus pronunciamentos.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, depois de uma hábil negociação que envolveu autoridades do Governo, dirigentes de entidades sindicais mais representativas do País e também o Parlamento – não podemos nos esquecer do Parlamento, até porque temos uma subcomissão, composta por Deputados e Senadores, que está trabalhando a questão do salário mínimo, além da participação efetiva, é óbvio, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ficou definido o reajuste do salário mínimo para R\$350,00, a ser pago a partir do próximo dia 1º de abril.

A medida, é claro, depende ainda de aprovação pelo Congresso Nacional. Está prevista, também, a correção da tabela do Imposto de Renda em 8%. Mas não há como negar que essa é uma decisão que irá impactar, de forma muito positiva, o mercado de trabalho, ajudando a reduzir as desigualdades e a garantir uma melhor distribuição da renda em nosso País.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, é importante que se diga que o novo mínimo de R\$350,00 traduz um aumento real da ordem de 13% em relação ao valor real do ano passado e representa a maior variação desde 1996. Como se vê, o Governo Lula, decididamente, vem dando cumprimento aos compromissos assumidos com a classe trabalhadora brasileira no que respeita à valorização do salário mínimo e do padrão de renda das famílias mais pobres.

Constata-se, além do mais, que os resultados alcançados nesse aspecto, durante esse primeiro mandato do Presidente Lula, já se mostram bem superiores aos verificados, por exemplo, ao longo dos oito anos do mandato de Fernando Henrique.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/IBGE, de 2004, no Brasil existem atualmente cerca de oito milhões de pessoas, trabalhadores e trabalhadoras, que recebem por seu trabalho a quantia exata de um salário mínimo. Outros 15,3 milhões são aposentados e pensionistas que também recebem o mínimo, conforme dados da Previdência Social. São todos eles pequenos assalariados, aos quais o Governo Lula tem dedicado o melhor das suas atenções.

Tanto isso é verdade que, além do reajuste mais expressivo fixado agora, o nosso companheiro Lula anunciou também a sua intenção de encaminhar, para imediata análise do Congresso Nacional, proposta que fixa uma política permanente de recuperação do salário mínimo. Sobre isso eu quero falar um pouco mais detalhadamente.

A subcomissão mista é presidida pelo Deputado Jackson Barreto e tem como Vice-Presidente o Deputado Walter Barelli, cuja história de luta pelo salário mínimo através dos tempos todos conhecemos.

O Relator é o Senador Paulo Paim, grande lutador, batalhador realmente incansável na defesa dos trabalhadores, especialmente daqueles que têm a sua remuneração baseada no salário mínimo, para o que tem dedicado um tempo expressivo e uma determinação incansável.

Nós todos que compomos essa subcomissão já temos um calendário de discussão elaborado para que o Congresso Nacional dê sua contribuição concreta para a elaboração de uma política permanente para o salário mínimo, a fim de que sua fixação não dependa mais de governo que entra ou governo que sai e que os oito milhões de trabalhadores que percebem salário mínimo na ativa e os 15,3 milhões de aposentados e pensionistas não continuem com essa insegurança absoluta. É importante que saibam, com toda antecedência necessária, quanto será o salário mínimo no próximo ano, no outro e no outro, absolutamente independente do Poder que esteja estabelecido em determinado momento.

Ontem, essa discussão foi bastante enriquecida e ampliada com a presença do Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, que tem toda uma história no sindicalismo e, por conseguinte, grande sensibilidade nesse sentido. A participação de S. Ex<sup>a</sup> enriqueceu bastante a nossa chamada Comissão do Salário Mínimo, mormente agora que os debates serão descentralizados.

Não estou com o cronograma aqui, mas, se não estiver equivocada, teremos a participação de muitas entidades organizadas, já com data marcada até o mês de setembro deste ano. Essa Comissão tem um prazo razoavelmente extenso para definir essa política, que poderá ser definida durante todo este ano para vigorar no próximo.

Além das entidades, atribuo a maior relevância à descentralização dessas discussões. Elas se darão em dez capitais do nosso País, duas de cada região, para onde representantes da Comissão Mista do Salário Mínimo do Congresso Nacional se deslocarão durante este semestre. Se não estou equivocada, o cronograma de deslocamento para as capitais termina em julho. Representantes da Comissão estarão presentes em várias capitais brasileiras, buscando sugestões, opiniões, proposituras, para que tenhamos uma política permanente de salário mínimo que corresponda às necessidades dos trabalhadores brasileiros que percebem um salário mínimo por seu trabalho mensal. Falo não só no sentido de recuperação do poder aquisitivo que o salário mínimo deve trazer em seu bojo, mas também para que se saiba seu valor com a antecipação devida, independentemente do governo de



plantão. Que se acabem as incertezas e que se tenha uma definição clara para a população.

Como eu já disse, trata-se de um projeto de lei que deverá ser formalizado e encaminhado – é óbvio – pelo Presidente da República, mas a contribuição da nossa Comissão será decisiva, com certeza.

Esse debate que acabo de mencionar, que já deve ter sido mencionado pelo Senador Paulo Paim, vai ocorrer em várias capitais de Estados do nosso País, para que toda a sociedade se empenhe nesse esforço de elevação do padrão de vida dos nossos assalariados que recebem salário mínimo. Para agilizar esse processo, essa Comissão Especial Mista do Salário Mínimo, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, está encarregada de organizar e supervisionar esses debates pelas regiões do nosso País.

O que o Presidente Lula procura garantir, com essa decisão de definir uma política permanente para o salário mínimo – não temos dúvida –, com a sua alta sensibilidade social, que sempre demonstrou, é que, seja qual for o Presidente, exista sempre, como decisão coletiva de toda a nossa sociedade, uma política de recuperação do salário mínimo a ser cumprida, uma política que nos leve a garantir, em futuro muito breve, que o salário mínimo que se praticará em nosso País esteja de acordo com o preceito constitucional fixado no Capítulo II, “Dos Direitos Sociais”, art. 7º, inciso IV, da Carta Magna, em que se lê:

IV – salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim.

O objetivo do Partido dos Trabalhadores e do Governo Lula, enfim, com a fixação do salário mínimo de R\$350,00 e de um programa permanente de recuperação do salário mínimo, é o resgate da dignidade dos trabalhadores, mediante a correta valorização do seu trabalho e o cumprimento dos compromissos assumidos, diante de nosso povo.

Sr. Presidente, muito obrigada. Acredito que cumpri o prazo estabelecido.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – A Senadora Serys Slhessarenko é extremamente disciplinada não apenas com seu trabalho, mas também com o tempo na tribuna do Senado.

Concedo, com muita honra, por 10 minutos, mais dois minutos se necessário, a palavra ao Relator da CPI dos Bingos, Senador Garibaldi Alves Filho, que

tem conquistado um prestígio muito grande em nosso País, em face do trabalho sério que exerce naquela Comissão. Hoje, na referida CPI, o brilhante Senador fez inúmeras perguntas ao Ministro Antonio Palocci.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Leonel Pavan.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o processo de globalização atingiu um estágio sem volta. Abrange todas as esferas da vida humana. Diante dessa realidade, não podemos nos fechar ao que outros países estejam realizando, principalmente aqueles que se encontram no mesmo estágio de desenvolvimento do Brasil. Não temos o direito de perder as oportunidades históricas de crescimento global, como assistimos na atualidade.

A pergunta que se faz necessária, Sr. Presidente, é: o que fazer para tornar o nosso País mais competitivo e apto a se desenvolver num mundo cada vez com menos distâncias. O ensaísta americano, Thomas Friedman, retratou essa realidade global em seu novo livro “O Mundo é Plano – Uma breve história do século XXI”, em que mostra a irreversibilidade de um processo e o que diferencia os países no sistema capitalista global.

Quatro princípios básicos fazem parte de um arcabouço que tende a se estender a todos os países do globo: pluralismo; acesso à informação e à educação; democracia, no seu conceito mais ampliado; e economia de mercado. Analisando esses quatro princípios, podemos afirmar que estamos no meio do caminho para atingirmos um estágio de desenvolvimento mais compatível com as potencialidades do nosso País. Ninguém pode contestar que somos um Estado democrático de direito, que respeita o pluralismo nos seus mais variados aspectos: pluralidade de idéias, pluralidade religiosa e pluralidade político-partidária – que se caracteriza como um dos principais pilares de uma democracia.

Entretanto, apesar de ser incontestável a vitalidade de nossos sistemas democrático e político-partidário, são imperiosas reformas que permitam mais transparência e possibilitem um maior controle por parte do Poder Judiciário, do Ministério Público e, principalmente, da sociedade ao sistema eleitoral.

A enorme desigualdade social e regional também se constitui em grande entrave para que nossa democracia se transforme verdadeiramente em uma democracia plena. As distorções encontradas – abuso de poder econômico, utilização da máquina pública no processo eleitoral e desrespeito à legislação –, aproveitando-se muitas vezes da carência econômica de uma grande parcela do eleitorado, precisam ser coibidas com vigor.

Para tanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Justiça Eleitoral e o Ministério Público precisam ser

mais bem aparelhados para desempenhar esse importante papel. A sociedade deve ser, contudo, sempre o elemento condutor de todas essas reformas, pois deve partir dela o sentimento de que temos de mudar.

Se avançarmos na consolidação de nossas instituições, apesar da grave crise moral que assola o País e espanta todos, estamos longe de alcançar um patamar de formação de nosso povo e de investimentos na área de educação, ciência e tecnologia e acesso à informação. Não se pode, contudo, apenas teorizar e esquecer a questão orçamentária e a sua execução.

Não adianta, Sr. Presidente, planejarmos o País se importantes programas governamentais são literalmente deixados para trás quando de sua execução. Uma discussão necessária é a de escolhermos nossas prioridades e não permitirmos que elas se tornem mera peça teórica.

O orçamento da educação em 2006 terá uma perda de R\$649 milhões em relação ao de 2005, segundo o relatório setorial da área em que a educação está contida, discutido na Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização. Ainda há tempo de reverter essa realidade.

Espero, todavia, que os recursos disponibilizados tenham uma execução eficiente e que os gastos sejam otimizados no sentido de conferir, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, à educação brasileira uma maior qualidade, atingindo a universalidade de nossas crianças e jovens.

A aprovação do Fundeb, se não se constitui na panacéia que irá resolver todos os problemas dessa área, consiste em um reforço significativo que precisa ser aprovado pelo Congresso.

A principal matéria-prima de uma nação na atualidade é o seu material humano. Preparar as nossas gerações para produzirem conhecimento, ciência, tecnologia e ampliarmos o acesso à educação e à informação. Um país que possui um grande contingente populacional analfabeto ou analfabeto funcional não adquire condições de competir no mundo globalizado. Quem hoje se priva dos diversos meios de acesso à informação – principalmente a Internet, que mantém o mundo conectado – está apartado e à margem de um “admirável mundo novo”. Países como o Chile, a Índia, a Coréia do Sul e a Argentina, apesar da crise econômica que abalou o país há pouco tempo, já constataram que investir na formação do seu povo é o melhor caminho para o desenvolvimento. Os engenheiros indianos são disputados pelas empresas multinacionais e a Coréia do Sul experimentou fenômeno semelhante ao que viveu o Japão após a Segunda Guerra.

O último aspecto a ser analisado, Sr. Presidente, é a saúde de nossa economia de mercado. Vivemos

hoje uma discussão que tende a se perpetuar se não forem atacados os principais problemas que nos impedem de crescer em um patamar desejado.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o caminho a ser perseguido é o do desenvolvimento econômico. Não existe outra forma de inserirmos o grande contingente populacional que se encontra marginalizado em diversos aspectos, incapacitado de disputar um lugar em um mercado de trabalho cada vez mais exigente, impedido de adquirir bens de consumo, até mesmo os básicos para uma existência digna, e de participar da “aldeia global”.

Precisamos urgentemente realizar uma reforma do Estado. O Estado brasileiro não atende a grande demanda socioeconômica de um país em desenvolvimento. Os superávits primários alcançados ao longo dos últimos anos foram obtidos a partir de um menor investimento em infra-estrutura e em setores básicos. A discussão da redução do custeio da máquina pública não adquiriu a dimensão que merece. Precisamos diminuí-lo através do ataque ao desperdício e do combate sem tréguas à corrupção. Sem investimentos e incremento da produção, não obteremos os índices de crescimento necessários.

O Estado deve, portanto, deixar de se constituir em um entrave para o nosso desenvolvimento. A nossa taxa de juros estratosférica alimenta a nossa dívida e apresenta-se como freio a um maior investimento em produção, já que o sistema financeiro é bem mais rentável para quem almeja aumentar o seu capital.

Estamos diante dessas questões e não podemos adia-las. O mundo plano é dinâmico e não espera pelos que adiam as soluções de seus problemas. As crises política e moral não podem ser os únicos focos de discussão da sociedade e da classe política, pois elas também são em parte fruto desses entraves.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, Senador?

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Garibaldi, quis Deus estar presente o nosso Presidente, Senador Renan Calheiros, que é um homem do Nordeste. Eu estava atentamente ouvindo V. Ex<sup>a</sup> falar, estava eu refletindo sobre o que V. Ex<sup>a</sup> significa para o Nordeste e para o País. V. Ex<sup>a</sup> representa muito para o nosso Partido. Foi extraordinário Prefeito de Natal, extraordinário Governador de Estado. Atente bem, Presidente Renan Calheiros, eis aí um nome que ainda poderia ser inscrito para ser o nosso candidato a Presidente da República. Isso eu digo, Presidente Renan, porque terminado o meu primeiro mandato, que coincidiu com o dele, eu reuni a minha equipe e escolhi um modelo. E fomos lá ao Garibaldi, ver o governo dele. Atente

bem: inúmeros são os programas dele, mas um que chamou atenção foi o de fixar o homem no campo. Desenvolveu a bacia leiteira e fez o melhor programa de alimentação das crianças. Por meio do leite desenvolveu a pecuária e fixou o homem no campo. Receba V. Ex<sup>a</sup> a nossa admiração.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Agradeço-lhe, Senador Mão Santa. V. Ex<sup>a</sup> é um homem generoso, conforme esta Casa já tem conhecimento, já sabe. Fomos colegas como Governadores, e a nossa amizade está sedimentada. Tenho grande admiração pela atuação de V. Ex<sup>a</sup> e quero me congratular pelo fato da Universidade do Piauí estar no *ranking* das principais universidades do País.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, Senador?

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Concedo um aparte ao Senador Ney Suassuna.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Nobre orador e meu querido amigo, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento que faz. Nós, da Paraíba, estamos torcendo sempre por V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Muito obrigado, Senador Ney Suassuna, nosso Líder, Líder do PMDB nesta Casa, homem público de grande habilidade, possuidor da suprema responsabilidade de representar a Paraíba, Estado que tem uma tradição nesta Casa, no Congresso Nacional, de grandes oradores e de grandes políticos.

As crises política e moral não podem ser os únicos focos de discussão da sociedade e da classe política, pois elas também são, em parte, frutos desses entraves. É visível que, quanto maior os graus de educação e informação de um povo, como também quanto maior for o desenvolvimento do País, mais fácil será combatida a corrupção endêmica da máquina pública.

Sr. Presidente, não resta dúvida de que o Brasil está no caminho certo, mas, há o que corrigir. Nós, afinal de contas, fomos colocados num patamar, ao lado da China, da Índia, da antiga União Soviética como uma das grandes potências mundiais e, lamentavelmente, fomos verificando que não estamos acompanhando os passos dessas nações no seu desenvolvimento e no seu crescimento, principalmente nesse plano da globalização.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Garibaldi Alves Filho, o Sr. Leonel Pavan, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente, pelos Srs. Romeu Tuma e Renan Calheiro, Presidente.*

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Darei já, Senador Ney Suassuna, a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência lembra ao Plenário que será realizada amanhã, às 10 horas, sessão especial destinada a lembrar o Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, de acordo com o Requerimento nº 48, de 2006, do nobre Senador Luiz Otávio e de outros Senadores, aprovado ontem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência comunica ao Plenário que deixaram de constar, no espelho da Ordem do Dia impressa de hoje, as Propostas de Emenda à Constituição nºs 3 e 12, de 2000, e 14, de 2001, que tramitam em conjunto.

Desse modo, a Presidência inclui as matérias na pauta de hoje.

As matérias constam da Ordem do Dia eletrônica e podem ser consultadas pelos computadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Conforme anunciado na sessão de ontem, a pauta da presente sessão está sobrestada por medida provisória, que foi lida ontem no final da nossa Ordem do Dia.

Não havendo deliberação, está, portanto, encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

## 1

### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 268, DE 2005**

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 268, de 2005, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Defesa e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de um bilhão, quatrocentos e noventa e oito milhões, trezentos e quatorze mil, cento e um reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

## 2

### **SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59, DE 2004**

*(Votação nominal, se não houver emendas)*

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Propos-

ta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *dá nova redação ao art. 40 e revoga o art. 92 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para alterar a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial de Manaus.*

Parecer sob nº 7, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, oferecendo a redação para o segundo turno.

## 3

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 72, DE 2005

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera o art. 62 da Constituição Federal para disciplinar a edição de medidas provisórias.*

Parecer sob nº 2.251, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

## 4

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2000

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, que *altera o caput e os § 4º, 6º, II e 7º, e acresce o § 8º ao art. 57 da Constituição Federal (dispõe sobre alteração dos períodos das sessões legislativas e sobre a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária.).*

## 5

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2000

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2000, que *altera a redação do art. 57 da Constituição Federal para, alterando o período de funcionamento do Congresso Nacional, determinar o recesso constitucional de 21 de dezembro a 1º de janeiro e estabelecer que o calendário legislativo será definido por resolução do Congresso Nacional e contemplará período de férias coletivas dos Congressistas.*

## 6

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, DE 2001

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2001, que *altera o art. 57 da Constituição Federal, para reduzir o período de recesso do Congresso Nacional, e dá outras providências.*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Ney Suassuna, nobre Líder do PMDB.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei muito rápido.

Queria apenas falar da nossa tristeza ao ler a reportagem de um *site* da Paraíba, mostrando que estamos com uma lista da morte no Hospital Laureano.

O Hospital Laureano é o único do câncer na Paraíba, atende a cerca de 1.200 pessoas por mês e recebe cerca de R\$509 mil do SUS. Lá, diz o diretor: “Enquanto há 150 pacientes numa lista de espera para morrer por falta de medicação e tratamento quimioterápico, o Governo gasta fortunas com propaganda, propiciando a corrupção no Governo, caixa 2 de campanhas e pagamento de mensalão a Parlamentares, tudo com origem nos altos valores, destinado à propaganda”.

Sr. Presidente, nesta última semana, das dez pessoas que faziam parte da lista de tratamento, morreram quatro. Provavelmente, isso vai continuar acontecendo.

É claro que não concordamos inteiramente com os dizeres de que isso é culpa só do Governo Federal. Vamos verificar se a responsabilidade é federal ou estadual. Estou aqui com o Deputado Wilson Santiago, Líder do PMDB na Câmara, também paraibano, e S. Ex<sup>a</sup> também está trazendo a sua indignação em relação a esse caso. Nós já pedimos uma audiência ao Ministro da Saúde para falar deste assunto.

Era o que tínhamos a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB AL) – Há alguns oradores inscritos: Senadores Amir Lando, João Batista Motta, Sibá Machado e Heráclito Fortes.

De acordo com a ordem, darei a palavra primeiro – estou aqui combinando este procedimento –, ao Senador João Batista Motta. Em seguida, darei a palavra aos Senadores Amir Lando, Sibá Machado e Heráclito Fortes.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Em qualquer possibilidade, peço a palavra, quando V. Ex<sup>a</sup> puder me conferir, pela Liderança ou pela inscrição. Se os inscritos desejarem falar primeiro, não há problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Muito bem. Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>, Senador Motta.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, passei praticamente os últimos três anos denunciando nesta Casa o precário estado das estradas brasileiras em praticamente todas as regiões do País, e cobrando providências do Governo Federal. Então, deveria estar satisfeito com o anunciado plano emergencial de recuperação de estradas do Governo. Mas, infelizmente, Sr. Presidente, a chamada operação tapa-buracos simplesmente evidencia, na melhor das hipóteses, a incapacidade de planejamento do Governo Lula. Na realidade, tudo nos leva a crer que essa é uma iniciativa extemporânea e eleitoreira.

Quando assumiu o Governo, o Presidente Lula paralisou obras em todo o País. Por decisão tomada na primeira reunião ministerial, todas as licitações que estavam em curso no Ministério dos Transportes foram suspensas, independentemente do estágio de andamento. A idéia, segundo foi anunciado na época, era, após a realização de um minucioso estudo, priorizar a recuperação da malha viária. A construção de novas estradas ficaria para um segundo momento. O então Ministro Anderson Adauto chegou a dizer que os buracos nas estradas estavam matando muitas pessoas e que consertá-los era uma questão social. Três anos depois a situação das estradas está ainda pior, Senador Mão Santa.

Há três meses denunciei aqui, mais uma vez, o descaso do Governo Lula com a situação das estradas brasileiras. relatei o caso de um empreiteiro do Espírito Santo que, cansado do jogo de empurra e da falta de planejamento do Governo Federal, desistiu da obra de recuperação do contorno de Vitória. Situações como essa aconteceram nos quatro cantos do país. A verdade é que o Governo Lula, por inoperância, acabou contribuindo para que a malha viária brasileira se deteriorasse ainda mais. A operação tapa-buracos que está em curso, prevê investimentos da ordem de R\$440 milhões para a recuperação de 26 mil quilômetros de estradas em 25 Estados brasileiros. Especialistas do setor já disseram, no entanto, que o plano não deverá atender à demanda. Só para se ter uma idéia, em 2005,

o Governo de Minas Gerais gastou 300 milhões para a recuperação de cinco mil quilômetros de rodovias.

Ao rebater as críticas que a operação tapa-buracos está recebendo, o Presidente Lula disse que somente este ano o Governo conseguiu recursos para investir em estradas. Para o cidadão comum, que diariamente arrisca sua vida pelas precárias estradas brasileiras, as declarações do Presidente certamente soam como um afronta até porque fica difícil para o trabalhador que paga em dia seus impostos acreditar que não havia recursos para a recuperação da malha viária, vendo jorrar milhões e milhões pelo “valerioduto”. Sr. Presidente, Srs. Senadores, afinal de contas, foi o próprio Governo quem elegeu, como prioritária, em sua primeira reunião ministerial, a recuperação das estradas. Pelas informações do Ministério dos Transportes, das 600 frentes de trabalho previstas no programa, 120 já estão em operação. A meta é concluir reformas até o final do mês de março; dias antes do prazo de desincompatibilização com vistas às eleições de outubro.

O Coordenador do curso de pós-graduação da área de transportes da UnB, o Engenheiro Paulo César Marques, deu recentemente uma entrevista à imprensa, chamando a atenção para a gravidade da situação. Segundo ele, apenas tapar buracos não resolve o problema. É preciso recuperar a base da estrada. Caso contrário, acontecerão, num curto espaço de tempo, novas deformações. O que ele quis dizer é que esse tipo de recuperação não resiste à temporada de chuvas. Ou seja, é dinheiro jogado fora. Não estou aqui dizendo que a recuperação da malha viária não é necessária e que os recursos que estão sendo liberados não são bem-vindos. Longe disso, Sr. Presidente. Estou apenas ressaltando a necessidade de realizarmos obras eficazes e de qualidade. Para ter competitividade e crescer, o Brasil, cuja produção é escoada, em grande parte, pelo transporte rodoviário, precisa de estradas bem construídas e bem sinalizadas.

Indicadores econômicos precisos, contidos em trabalho realizado pela Fundação Getúlio Vargas, expõem com clareza e objetividade os imensos prejuízos acarretados ao País, pela precariedade da infraestrutura de transportes. O estudo revela que a malha rodoviária brasileira, além de se encontrar em situação precária, é pequena tanto para a extensão territorial quanto para a população do País. O Brasil ocupa a nonagésima posição entre 181 países, com 202 km de estradas por 1.000 km<sup>2</sup> de área, situação tão ruim que seria necessário construir 9,8 mil quilômetros de estrada por ano, durante trinta anos, para se chegar apenas à média da América Latina.

Um diagnóstico feito pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) em 2004, revela que o estado geral de 74,7% da malha rodoviária brasileira é considerado deficiente, ruim ou péssimo. Na avaliação foram consideradas a pavimentação, a sinalização e a geometria viária de 74.681 quilômetros de rodovias em todo o País. A pesquisa mostrou que a pavimentação de 56,1% da malha rodoviária brasileira é deficiente, ruim ou péssima, o que corresponde a 41,9 mil quilômetros de estradas; que 48,7 mil quilômetros, ou seja, 65,4% do total, estão com sinalização inadequada e que 29,7 mil não têm acostamento. E ainda, as dez rodovias mais bem conservadas do País estão sob a administração da iniciativa privada. A verdade é que os problemas das rodovias não estão sendo enfrentados com responsabilidade pelo Governo.

Diante desse lamentável quadro e da afirmação do Governo Federal de que não há recursos para a recuperação da malha viária, muitos brasileiros têm me perguntado, pelos quatro cantos do País, o que tem sido feito com os recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), aprovada pelo Congresso Nacional para garantir a conservação e a recuperação das estradas. Em 2005, segundo dados do próprio Ministério dos Transportes, os recursos da Cide somaram R\$7,7 bilhões.

O fato, Sr. Presidente, é que o Governo Federal só tem adotado planos de emergência. Está apenas tapando buracos. O próprio Ministro dos Transportes, Alfredo pereira do Nascimento, já admitiu que essas obras terão de ser refeitas no prazo de um ano. O que também chama a atenção é o fato de que mais de sete mil quilômetros serão recuperados sem licitação, para vergonha do nosso povo.

Ora, Sr. Presidente, não precisaríamos estar passando por esses problemas agora se o Governo Lula tivesse políticas públicas bem definidas. Jogar pela janela R\$400 milhões já seria um absurdo, não fosse o Brasil o País das desigualdades sociais. No meu Estado, Espírito Santo, estamos lutando desde o início do Governo pela recuperação e ampliação da Rodovia do Contorno, que liga os Municípios de Cariacica e Serra. Conhecida como Rodovia da Morte, em razão do alto número de acidentes fatais que lá aconteceram, essa estrada é de fundamental importância não só para a economia estadual como também nacional. A inércia do Governo Lula é tão grande que moradores e empresários que se instalaram ao longo da rodovia estão pedindo que o Governador Paulo Hartung assuma as obras em questão.

A grande verdade, Sr. Presidente, é que o Brasil apresenta elevado déficit de infra-estrutura de transportes. E isso é muito grave porque, na economia

globalizada, o que conta é a eficiência, a qualidade, os prazos de entrega e os baixos custos. Portanto, a competitividade dos nossos produtos depende da capacidade do País de reestruturar-se, de desenvolver uma logística moderna. Se os recursos orçamentários não são suficientes, é preciso que se desenvolva uma política de parceria com a iniciativa privada, por meio das Parcerias Público-Privadas (PPPs) ou até mesmo por meio de concessões. O que não podemos, Sr. Presidente, é continuar suportando essa dramática situação que, além de colocar em risco milhares de vidas no que diz respeito à malha viária, ainda emperra o crescimento econômico do Brasil.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES)

– Agradeço, Sr. Presidente, estou terminando.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Peço a gentileza de V. Ex<sup>a</sup>, para dar tempo de os outros oradores se pronunciarem. No entanto, V. Ex<sup>a</sup> terá o tempo necessário.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES) – O

Jornal **A Gazeta** de dois dias atrás, por uma pesquisa, mostrou ao povo do Brasil que, no Espírito Santo, morre uma pessoa por dia somente nas rodovias federais.

Trago aqui essa dramática situação porque, no meu Estado, o Governo Federal não está duplicando sequer um metro de rodovia. Na operação tapa-buracos, os serviços programados para lá estão na ordem de R\$6 milhões, o que não dá para fazer absolutamente nada em matéria de estradas no meu Estado.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES) – Sr.

Presidente Romeu Tuma, muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Batista Motta, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Eu é que lhe agradeço e peço desculpas, Senador João Batista Motta.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, como Líder.

Senadora, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra agora por dez minutos. Estou fazendo uma redução do tempo...

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Nem se preocupe, Senador Romeu Tuma, porque não falarei esse tempo todo, para possibilitar que os outros Parlamentares inscritos possam falar. Como amanhã haverá sessão normalmente, estaremos aqui trabalhando normalmente.

Amanhã haverá uma sessão especial em homenagem às vítimas do Holocausto. É um dia de trabalho

como outro qualquer mais especial ainda – e estaremos todos aqui. Observarei quem se fará presente, Senador Sibá Machado.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ontem, não tive a oportunidade de fazer uma homenagem ao Dia dos Carteiros. Ontem, foi uma confusão tão grande aqui na Casa – claro que uma confusão no bom sentido, de muitas votações, muitos debates e muita problematização de idéias e dos projetos que estavam em pauta – que não tive condições objetivas de fazer tal homenagem. Hoje, rendo preito aos carteiros, em nome dos Senadores Mão Santa, Alberto Silva, Flexa Ribeiro, de todos os Senadores.

De fato, o carteiro acaba sendo o principal símbolo dos Correios, e os Correios, que é uma estrutura muito poderosa, com uma clara demonstração de qualidade técnica, acabaram sendo vítima dos crimes patrocinados contra a administração pública por alguns delinqüentes da política, os quais criaram um problema gravíssimo para a imagem dos Correios e, de um modo muito particular, para a imagem dos trabalhadores da instituição, especialmente os carteiros.

Senadores Sibá Machado e Romeu Tuma, às vezes, dirigindo ou atravessando as ruas, no interior ou aqui, encontro vários carteiros amigos meus, que imediatamente dizem: “Nós queremos que apurem o caso para evitar que comprometa a imagem dos Correios”. Isso tudo pode levar alguém a ter a ousadia de falar em privatização ou criar um problema gravíssimo para a imagem dos Correios.

E todos nós temos uma história sobre carteiro, que faz parte da nossa vida desde a infância. Há até música sobre os carteiros, coisas que têm muito a ver com toda gente, desde o cachorro correndo atrás....

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Há até um samba bonito.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senadora Heloísa Helena, permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Pois não, Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senadora, é muito oportuna esta homenagem. Ramez Tebet, ontem, recordou também, e, agora, Heloísa Helena, atenta a todas as classes. Mas eu queria lembrar que o filme mais emocionante é “O Carteiro e o Poeta”. Pablo Neruda, o socialista, um homem avançado. Ele ficou exilado lá no Uruguai, Alberto, numa praia distante, como Macapá. Então, era uma dificuldade muito grande para o carteiro chegar até lá. Por ironia do destino, Neruda era quem mais recebia cartas, correspondência do mundo, e nasceu uma grande amizade. Mostra parte importante da vida do grande poeta e socialista que foi Pablo Neruda.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Concedo um aparte ao Senador Amir Lando. Sei que compartilha da homenagem também o Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Amir Lando** (PMDB – RO) – Nobre Senadora Heloísa Helena, V. Ex<sup>a</sup>, como sempre com acuidade, com emoção, nos brinda esta tarde com este discurso fantástico sobre o Dia do Carteiro, essa figura, muitas vezes incógnita, mas que presta um serviço, é um elo da comunicação, daquilo que é exatamente a carta onde as palavras ficam gravadas. E o homem, quando inventou a escrita, exatamente encontrou na carta a possibilidade de manifestação do sentimento. É essa figura que percorre quilômetros e quilômetros, que tem nas pernas o seu grande instrumento de trabalho, mas tem também no coração esse desejo de servir. O carteiro realmente é o elo da comunicação. Quantos amores unem os carteiros! Quantas saudades matam, trazendo notícias os carteiros! Quanta notícia boa e notícia ruim levam os carteiros! Por isso, neste dia, é justa a homenagem. V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns ao fazer esse discurso específico para, mais uma vez, engrandecer essa profissão desconhecida, singela, mas que tem a nobreza e sobretudo o esforço, a dedicação dessas pessoas, homens e mulheres, que trabalham. Levando as notícias, vocês levam as asas da saudade, da esperança e do sentimento humano.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Muito bem, Senador Amir Lando. Agradeço de coração a V. Ex<sup>a</sup>.

Ouçõ o Senador Heráclito.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senadora.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senadora Heloísa Helena...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Heráclito, desculpe-me. A Mesa não poderia interromper, mas é a homenagem mais bonita que posso sentir nesta semana tão difícil. E, quando a senhora falou da música, lembrei-me da Dircinha Batista: “Quando o carteiro chegou, trazendo uma carta na mão...”

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – ... e meu nome gritou.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Seu nome gritou.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – ... com uma carta ...

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – ... na mão”.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Eu era muito pequenininha, viu? Tuma e Heráclito já eram homens feitos.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– E que Deus abençoe esses carteiros.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Heráclito, querido.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Eu pensava que a Senadora Heloísa não era nem nascida ainda na época dessa música. Tomou conhecimento pela sua mãe, que cantava a música para niná-la.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Ela cantava mesmo, quando eu era pivete. Era ela que cantava. (Risos.)

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Mas, Senadora, V. Ex<sup>a</sup> presta aqui uma homenagem justa e num momento oportuno, num momento da maior justiça. Os carteiros, no ano passado, tiveram um ano todo de adversidade, apanhando por causa da CPMI que levou o nome dos Correios. Injustiçados, incompreendidos, uma Instituição enlameada. Senadora, tive uma convivência muito grande com os Correios e, de maneira muito especial, com os carteiros do Brasil, porque fui superintendente do Postalís, que é o fundo de pensão dos funcionários. Tive essa convivência, para mim, fantástica, numa época da minha vida foram menos de dois anos, o que me enriqueceu muito, porque vi a auto-estima que aquela gente tem com a profissão. Recentemente, fui ao interior do Piauí e estava no auge a campanha que se fazia contra os Correios. O Maurício Marinho era símbolo do mal no Brasil, e aquilo contaminou, num primeiro momento, todo o órgão. E um carteiro me chamou aborrecido, chateado e me disse: “Senador, antigamente a gente corria nas ruas com medo dos cães ferozes; agora são os meninos nos chamando de mensalão, de ladrões. Então, eu queria que o senhor fizesse alguma coisa em Brasília para mudar esse conceito, porque não temos nada a ver com isso”. Na época, fiz um pronunciamento na Comissão e na tribuna. V. Ex<sup>a</sup> faz agora, na data de homenagem aos carteiros, um pronunciamento com tudo que tem o seu dedo: o condimento do amor, do carinho e, acima de tudo, o lado humano com que trata os carteiros e essa profissão muito querida. Estamos homenageando aqui o carteiro, a família do carteiro. Não estamos homenageando aqueles que sentam nos tapetes e no ar condicionado, os dirigentes do órgão se bem que muitos até merecem elogios; a questão, no momento, é o carteiro, que simboliza uma parte muito importante da nossa vida. Nada substitui a figura do carteiro. Não há neste mundo um ser que, de maneira direta ou indireta, não deva um favor ao carteiro pelo que trouxe de bom nas nossas vidas. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Agradeço de coração a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Heráclito.

Ouço o nobre Senador Sibá Machado.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senadora Heloísa, já que havia uma dúvida aqui quanto ao período da música, eu só me lembro muito bem de que quem cantava era Vanusa, pelo menos a interpretação...

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Sibá, você está frito!

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – ... a interpretação que eu tenho – pelo menos eu tinha um *long play*, um LP, interpretado por Vanusa.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – É que o senhor é criança ainda, Senador.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Não, uma das duas louras.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Wanderléa.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Uma das duas louras. Tá bom. Tá ótimo! Duas louras lindas.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Aí eu me lembrei, então, de uma piada do Barnabé. O Barnabé dizia na piada dele: “Ah, minha irmã casou no mês passado. Coitada da minha irmã!” Aí alguém perguntava: “Por quê?” “Porque minha mãe vivia dizendo a ela: ‘Minha filha, você tem que seguir os passos do seu marido.’” “E daí?” “Daí que minha irmã casou com um carteiro. Vai ter que andar demais daqui pra frente.” Senadora, estou aproveitando essa oportunidade também para dedicar aqui minha singela solidariedade e parabenizar essa categoria tão importante, que transporta as correspondências das pessoas, leva as notícias de uma para outra, o que envolve, primeiramente, confiança, pois uma das coisas mais baixas e nojentas é alguém interceptar, abrir, ler uma correspondência de outro. Então, é um privilégio contarmos com o trabalho de um carteiro, que entrega cartas muitas vezes recebido por um cachorro valente, numa porta que bate, e que muitas vezes é até motivo de charges ou de ironias. Quero dizer que, entre as cores da Bandeira do Brasil, a que mais me chama a atenção é a amarela. Chama-me muito a atenção o amarelo. Penso no amarelo, penso na Seleção Brasileira, penso no Banco do Brasil e penso nos Correios, porque acho que transfere para nós, de cara, a visão do País, a visão da Nação, o amor patriótico e tantas outras coisas. Então, quero dedicar estas palavras meio distorcidas, com carinho, a essa brilhante categoria.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Sibá.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senadora Heloísa Helena...

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Pois não. Os dois vão decidir agora quem é na realidade.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Eu acho que o Senador Sibá tem razão: a música que envolvia car-



teiro e carta da Wanderléia é uma que o Mão Santa cantava muito na juventude, que dizia que alguém recebeu uma carta apaixonada de uma pessoa e que no envelope só continha como remetente Teresina, Piauí. Era uma música da Wanderléia da mesma época, são contemporâneas. De qualquer maneira, são duas homenagens que as duas intérpretes prestaram aos carteiros brasileiros.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e, mais uma vez, Senador Romeu Tuma, só quero deixar registrado: apesar de toda a turbulência por que passa ainda a estrutura dos Correios, em função do banditismo eleitoral, da vigarice política, da articulação promíscua entre setor empresarial, gangues partidárias, relações promíscuas as mais diversas, sabemos o quanto isso causou sofrimento a essa categoria. O quanto causou sofrimento!

A todas as mulheres e homens que fazem os Correios do Brasil, a homenagem de todos os Senadores que estão na Casa, como bem fizeram questão de verbalizar, a homenagem a quem constrói laços, promove encontros, esclarecimentos, tristezas ou alegrias, mas que, sem dúvida alguma, constrói laços. E são tantos carteiros no Brasil, Senador Romeu Tuma. E muitas pessoas ficam à porta esperando o carteiro para ver se a correspondência veio. Já o conhecem carteiro e lhe perguntam: “Veio a correspondência?” E o carteiro às vezes responde: “Não veio”. São tantas as pessoas que conversam, choram ou se alegram com os carteiros diante de correspondências recebidas.

Então, para esses que... E pensemos só no lado positivo, porque a vida da gente tem tantas tristezas, tantas tristezas, que nem vale a pena fazer isso.

Nossa homenagem a quem, de forma muito especial, promove laços, encontros, esclarecimentos, de tristeza ou de alegria, mas, acima de tudo, laços a serem construídos, como o Senador Sibá Machado disse, com muita ética, o que não é uma coisa simples. Não é um trabalho qualquer. É um trabalho que exige um rigor ético muito grande. Não é à toa que aquele ato do Sr. Marinho, que causou tanta tristeza para os trabalhadores do setor e certamente também para ele e para a sua família, acabou levando ao esclarecimento de outros fatos extremamente graves dos Correios. O ato do Sr. Marinho acabou levando também ao esclarecimento de mecanismos que possibilitavam a fraude, e talvez, a partir de agora, se minimize o risco das fraudes e dos crimes contra a Administração Pública.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e peço desculpas por ter ultrapassado o tempo, Senador Romeu Tuma.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senadora, imagine os Correios chegando a uma

praça de guerra no Iraque ou no Haiti. O que deve representar uma carta nessa hora?

Que Deus abençoe os carteiros e que nós possamos sempre receber notícias boas.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Sr. Presidente, apenas para mostrar a importância da TV Senado, Senadora Heloísa Helena, acabo de receber um telefonema aqui de um amigo de Teresina, Acelino Portela, um grande ouvinte e apreciador da música e da TV Senado, como demonstrou.

Ele diz que a música é de 1968. A autoria é de Américo Nunes e Aldo Cabral. E, realmente, V. Ex<sup>a</sup> ganhou, Senador Sibá: quem canta é a Vanusa. A minha é outra; é a do carteiro que fala “Teresina, Piauí”.

**A Sr<sup>a</sup> Heloísa Helena** (P-SOL – AL) – Mas, Senador Heráclito Fortes, isso vai significar que V. Ex<sup>a</sup> é mais jovem do que o Senador Sibá Machado. Se eu fosse o Sibá, eu errava de propósito.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Sibá Machado, tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra por dez minutos. Em seguida, o Senador Heráclito Fortes e, depois, o Senador Amir Lando, como último inscrito. Estou lendo a lista, que ficou, do Senador Leonel Pavan.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu tenho o disco da Vanusa, um LP. Eu não o ouvia em 1968, porque acho que, na época, não tinha nem rádio lá em casa. Mas, depois, gostei tanto da música, que resolvi comprar o disco da Vanusa.

Sr. Presidente, venho à tribuna hoje para dizer da minha alegria, da minha satisfação com o que foi o final da semana passada para todos nós do Estado do Acre, por mais uma visita do Presidente Lula e de várias pessoas da sua equipe, como a Ministra Marina Silva, o Ministro Miguel Rosseto e também o Ministro Antonio Palocci.

Devido ao depoimento de hoje, resolvi falar sobre o que passou pela minha cabeça do final da semana passada até hoje. Naquele momento, o Governador bradou, com todo o pulsar de sua emoção, o que significava a presença do Ministro Palocci no Acre. Dizia ele que, ao longo de mais de um século de existência do Estado do Acre, houve dez visitas presidenciais ao nosso Estado, desde 1903: uma vez o Presidente Figueiredo; uma vez o Presidente José Sarney; duas vezes o Presidente Fernando Henrique Cardoso e seis vezes o Presidente Lula. O importante são os resultados disso para o nosso Estado. Ele lembrou, naquele momento, que Ministro de Estado da Fazenda nunca havia chegado ao Estado do Acre. Quatro presidentes da República, por dez vezes, foram ao Acre, mas Ministro de Estado da Fazenda, nenhuma vez. Pela primeira vez, agora, foi o Ministro Palocci. S. Ex<sup>a</sup> não

precisou falar. Ficou lá, acompanhando a comitiva, apenas com conversas paralelas, não teve nenhum momento para falar ao microfone. Mas a presença do Ministro da Fazenda teve grande significado, principalmente para uma pessoa que lida com esta Pasta poder compreender o Brasil dentro do seu coração, dentro das suas diversidades, das suas dificuldades, das suas diferenças regionais e tantas outras coisas.

Hoje eu fiquei observando o Ministro durante o seu depoimento. Eu imaginava que, dentre as profissões que mais requerem cabeça fria, a primeira seria a de médico, principalmente na hora de uma cirurgia. Um médico fazendo um transplante de coração, uma ponte de safena, não pode estar preocupado se o seu time ganhou ou perdeu o jogo, se a sua conta bancária está em dia e com não sei mais o quê. A outra profissão que me chamava muito a atenção, pela tranquilidade que requer, é a de juiz de Direito. É claro que todos que militam na área do Direito têm de ter certos atributos, mas um juiz, na hora de tomar uma decisão, proferir uma sentença, precisa de muita tranquilidade. Agora, pude compreender que há uma terceira profissão. Um Ministro da Fazenda tem de ser uma pessoa muito equilibrada.

Não faltaram opiniões divergentes sobre o trabalho do Ministro Palocci à frente daquele Ministério. S. Ex<sup>a</sup> recebeu críticas, em alguns momentos, bastante enfáticas; em outros, mais calmas. Muitas pessoas se pronunciaram sobre isso. E hoje S. Ex<sup>a</sup> vem para responder a todas aquelas perguntas feitas, de maneira tranquila, respeitosa e objetiva, perante todos os Srs. Senadores que lhe fizeram perguntas.

Certa vez, tive oportunidade de dizer para S. Ex<sup>a</sup> que de economia eu não entendia e que ia na fé. Eu vou na fé! Então, quando olho para S. Ex<sup>a</sup>, como militante do PT, das causas sociais, pelo que eu sabia dele, antes de conhecê-lo pessoalmente, posso dizer que fiquei com uma confiança muito grande no trabalho dele. Portanto, quando S. Ex<sup>a</sup> trata hoje sobre a economia brasileira, eu vou na fé. E disse isso para ele. E penso que, de certa forma, começamos a colher o que plantamos.

Faço uma outra comparação com a questão da economia. Para mim, está muito claro que é parecido com obras de infra-estrutura e de saneamento básico. Quando se faz uma obra de saneamento básico, geralmente a população só percebe pelo transtorno que uma obra causa. Ao se cavar um buraco para colocar um tubo, um cano, uma transmissão de esgoto e de água, atrapalha-se o trânsito, o sossego das pessoas. Se chove, faz lama; se faz sol, tem poeira. Então, incomoda muito. Depois que está pronto, às vezes nem se percebe que a água está normal na torneira, que os

dejetos da casa têm para onde ir, e assim por diante. Então, às vezes, nem se percebe. Então, com a economia é parecido. Só agora começamos a ter o que comparo com a água boa na torneira. Fiquei bastante impressionado com os dados do IBGE, que mostram que o desemprego diminuiu no Brasil. A taxa de desemprego de seis regiões metropolitanas do Brasil recuou de 9,6% para 8,3%, em dezembro passado. Essa é uma das mais importantes e bonitas taxas do Brasil desde 2002. Demonstrem ainda os dados que a renda do trabalhador subiu uma média de 2% no ano passado e que o contingente de pessoas desempregadas caiu de mais de dois milhões para cerca de 1,8 milhão pessoas, o que dá uma redução de 13,6%.

São números que mostram uma desconcentração de renda. A Pnad já havia mostrado que houve, nesses últimos tempos, uma redução da diferença entre os mais pobres e os mais ricos no Brasil, número que já foi bastante discutido aqui.

Aproveito para dizer ainda, Sr. Presidente, que, com a ida do Presidente Lula nesse final de semana, tivemos, além da inauguração da ponte – parabenizo o Senado Tião Viana pelo brilhante pronunciamento que fez aqui na segunda-feira passada –, a entrega de três projetos de assentamentos realizados em uma modalidade especificamente amazônica, porque é uma decisão do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Incra regionalizar a face da reforma agrária. Não podemos copiar. Era comum fazer uma cópia da forma como os assentamentos eram praticados nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Eles eram transportados linearmente para a Amazônia, o que não era compatível com a nossa realidade.

Agora, existem esses três projetos de assentamento. O mais importante, no qual o Presidente Lula esteve presente, junto com os ministros, inclusive o Ministro Antonio Palocci, é a Nova Bonal, uma empresa rural de propriedade de belgas que estava sendo vendida. Fizemos um esforço no Estado no sentido de convencer o Presidente do Incra, Rolf Hackbart, a comprá-la – não foi desapropriação, foi aquisição – e transformá-la numa forma de assentamento que possa ser reproduzido doravante na Amazônia.

Trata-se de uma empresa – como estamos dizendo lá – à qual o assentado já chega recebendo, ganhando dinheiro, por conta da área que já existe, plantada com seringa de cultivo e palmito de pupunha. Serão assentadas naquela área 280 famílias, que já começam com o faturamento anual de cerca de R\$70 mil.

Temos outros números importantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Incra. O Governo conseguiu ultrapassar em 10% a meta de assentamen-

tos do ano passado. Da meta estabelecida, o Governo conseguiu assentar mais ainda, ultrapassando 10%.

Ainda sobre os investimentos em assistência técnica, tenho viajado bastante pelo Brasil para fazer uma comparação – esta é a minha área de atuação, porque fui militante das questões agrárias – e ver como a reforma agrária tem respondido com bem-estar social para as famílias assentadas e também com o crescimento do PIB, seja do Município envolvido ou do Estado.

Os números são muito importantes, porque no cálculo do Ipea consta que a produção agrícola brasileira participa na construção do PIB do ano de 2003 para 2004 em 30%; e, desses 30%, 20% foram ligados ao agronegócio e 10% vinculados à produção e à contribuição da reforma agrária.

Eu gostaria ainda de dizer, Sr. Presidente, que, com a Portaria nº 10, que abre um novo cadastramento na região, poder-se-á identificar, daqui para frente, de uma vez por todas, quem tem direito de posse e quem não o tem. E, evidentemente, esperamos que o Congresso Nacional, que o Senado – peço aqui encarecidamente, de todo o coração – possa votar, o mais rápido possível, Sr. Presidente, o projeto relativo às florestas, que, no nosso entendimento, vem concluir esses esforços todos que estão sendo feitos pela área de Governo, principalmente na Região Amazônica.

Assim sendo, quero, mais uma vez, agradecer ao Presidente Lula, que deverá voltar ao Acre, daqui a uns dois meses, dessa vez para inaugurar a expansão da Universidade Federal do Acre (Ufac), que é a Universidade da Floresta, um *campus* avançado e específico dentro do Município de Cruzeiro do Sul. Essa é uma bandeira de luta dos moradores daquela cidade que foi muito bem trabalhada aqui pelo Deputado Federal Henrique Afonso.

A visita do Senhor Presidente ao Estado poderá culminar também com a interiorização da nossa Universidade, um investimento que tive o prazer de apresentar na discussão das emendas parlamentares e que o Governador conseguiu negociar muito bem com o Ministro Fernando Haddad. Vamos inserir a nossa Universidade Federal em todos os Municípios do Acre, os quais entendo que poderão, nos próximos dois anos, ter acesso a um ensino superior de qualidade, com salas de teleconferência, para que se possa assistir a aulas em outros centros universitários e assim por diante.

Portanto, Sr. Presidente, pretendo voltar à tribuna amanhã – já fui muito bem alertado pela Senadora Heloísa, embora talvez isso nem fosse necessário porque amanhã estarei aqui trabalhando – para continuar fazendo uma boa avaliação do que foi, no meu entendimento, essa maravilhosa experiência de Governo

para a Esquerda brasileira, para os Partidos que hoje compõem a base de sustentação do Governo Lula e, principalmente, para a satisfação de tantos brasileiros e brasileiras que requerem a atenção da autoridade principal da nossa Nação.

Aproveito esses últimos segundos para dizer que tenho um respeito muito profundo por V. Ex<sup>a</sup>, Senador Romeu Tuma, pela sua honestidade consigo e com as causas com que tem trabalhado e principalmente pelo seu comportamento hoje perante o depoimento do nosso Ministro Palocci. Considero que V. Ex<sup>a</sup> agiu com respeito maior e pensou em uma questão de Estado nacional, não apenas nas questões específicas de um debate político, como é normal dentro desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e lembro que amanhã a sessão destina-se a homenagear as vítimas do Holocausto. Então, V. Ex<sup>a</sup> tem de vir preparado para falar sobre esse tema e não sobre a glorificação do trabalho que está sendo feito.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Bem lembrado, Sr. Presidente.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pois não, Senadora.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Senador Romeu Tuma, nem vou entrar no debate do Palocci, até porque haverá uma sessão secreta para discutir isso, e as águas vão rolar muito ainda. Não é sobre isso que vou falar. Ficou a polêmica aqui para saber quem cantava que música. A mãe de um rapaz chamado Ivan, de Belo Horizonte, que estava assistindo à TV Senado, já mandou um *e-mail* para dizer que, na década de 50, Senador Heráclito Fortes, quem gravou a música foi Isaurinha Garcia e, depois, Vanusa. (Risos.) Confundiram tudo! Agradeço à espectadora.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Confundi Dircinha Batista com a Isaurinha Garcia.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – É capaz de ela ter razão.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Isso demonstra que muitos estão assistindo à TV Senado.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Estão vendo, sim. Só espero que este debate não nos leve a ter de ouvir essa canção, na íntegra, na aveludada voz da Senadora Ideli Salvatti na semana que vem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Heráclito Fortes, peço licença a V. Ex<sup>a</sup> para prorrogar a sessão por 25 minutos, que serão divididos

entre os três oradores inscritos: V. Ex<sup>a</sup>, o Senador Amir Lando e o Senador Alberto Silva. V. Ex<sup>a</sup> ainda vai usar da palavra, Senador Alberto Silva?

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Sim, serei o último.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Dividirei o tempo restante. Serão sete a oito minutos para cada um a fim de que possamos encerrar a sessão sem prejuízo do discurso de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Amir Lando, que está, pacientemente, esperando sua vez.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Romeu Tuma, finalmente, inspirado no pronunciamento da Senadora Heloísa Helena, teremos uma tarde quase descontraída no Senado da República. É bom que isso aconteça, principalmente quando vemos essa participação de pessoas do povo. A Senadora Heloísa recebe um telefonema de Minas Gerais, eu recebo um telefonema do Piauí. Cada um de nós recebe o que mostra o acerto da TV Senado, que nos expõe à opinião pública e nos faz passar pelo julgamento do Brasil em tempo real.

Sr. Presidente, observamos que o tema recorrente nesse início dos trabalhos que compreendem a convocação extraordinária tem sido sempre o mesmo: o Orçamento da União. Todos já dissemos, todos já concluímos, Senador Sibá Machado, que esse é um modelo saturado. Como se diz relativamente às aeronaves, aos navios, a fadiga do material tomou conta do modelo.

É um constrangimento muito grande abordar esse tema, porque, em um primeiro momento, parece que se está acusando um companheiro, um Parlamentar, sendo que, na realidade, o Congresso é a vítima, Senador Romeu Tuma. O Congresso elabora, como sugestão, o Orçamento da União, e o Governo contingencia, não cumpre. Assim, o que acontece é uma eterna peregrinação de Governadores, Prefeitos e Parlamentares, em busca de poder, mendigando justiça para seus Estados.

Quando se quer, Senador Mão Santa, distorcer os fatos, joga-se a informação equivocada de que o Parlamentar “a”, “b” ou “c” tem algum interesse que não seja – aliás, termo muito na moda – o republicano. Admitimos que isso até pode acontecer. O Parlamentar brasileiro é uma caixa de ressonância do País; temos aqui a representação da sociedade em todos os seus níveis e, portanto, com todos os hábitos e gostos. Porém, não é a maioria. Os que lutam pelos benefícios e pelas melhorias para seus Estados – e de modo muito especial para os Estados mais carentes – fazem-no

movidos exclusivamente pela sensação de que, atendidos os seus pleitos, estariam cumprindo com seu dever ao promover o bem-estar social.

O Senador Alberto Silva, de longa experiência no Parlamento e no Executivo, é testemunha melhor que ninguém de que, neste ano, extrapolou-se. O desrespeito aos acordos e ao que foi aqui votado chegou a números nunca dantes alcançados.

Senador Almir Lando, V. Ex<sup>a</sup> viu, muitas vezes, uma emenda de Bancada – deve ter ocorrido com seu Estado – ser aprovada, com acordo feito, e a burocracia ministerial desviá-la de maneira maldosa e criminosa, atendendo a objetivos que não são do interesse maior da sociedade brasileira.

No Piauí, vivemos dois problemas mal-explicados. Um deles envolve recurso de Bancada, do qual eu era um dos signatários, cuja destinação era para a revitalização do centro de Teresina. No mês de setembro, fui procurado por um diretor da empresa interessada na matéria que me propunha substituição para a obra do metrô. Eu lhe disse, com todas as letras, que, para mim, o símbolo da luta para o metrô de Teresina era o Senador Alberto Silva, que aqui se encontra, e que aquele assunto deveria ser tratado politicamente com o Senador, mas com a participação do Prefeito de Teresina, para quem a emenda tinha sido destinada.

O Senador Mão Santa participou e participa das reuniões e da discussão orçamentária do Piauí, que, aliás, é feita de maneira equilibrada, civilizada, para onde não são levadas questões menores da política local. Essa emenda foi uma solidariedade da Bancada do Piauí ao Prefeito eleito e até então não empossado, para atender a uma de suas reivindicações.

O Governo do Estado foi aquinhado com mais duas emendas, preferindo dar prioridade à construção de estradas, através da Codevasf.

A segunda emenda era, atendendo à solicitação do Presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Machado, para dotar a Justiça do Piauí de melhores equipamentos principalmente para o interior do Estado.

Esses acordos são feitos, repito, de forma civilizada, cumprindo-se a palavra, honrando-se os acordos.

Na questão do metrô de Teresina, em determinado momento, houve o entendimento do Governador do Estado com o Prefeito, e o Governador pediu ao Prefeito que cedesse quatro dos doze milhões para atender ao metrô. Não participei dessas discussões, repito, por coerência, porque me restringi a isso no momento em que disse que esse assunto eu trataria com o Senador Alberto Silva e com o Prefeito de Teresina.

Para surpresa minha, no apagar das luzes, a emenda foi liberada de maneira perversa, adulterada. Ela saiu de código 30 para código 40, prerrogativa de mudança exclusiva do Legislativo brasileiro.

No acordo havido só foi aquinhado o Governo do Estado e o Município foi prejudicado. Ora, se havia o acordo e o Governo era signatário daquele acordo, porque participou, moralmente, não podia, estava impedido, moralmente, de agir da maneira que agiu, à socapa, sozinho ou com a conivência de terceiros, para se beneficiar de uma emenda que não era sua e prejudicar a Prefeitura de Teresina.

É lamentável esse episódio. E o Ministro das Cidades será cobrado por esses fatos. Como também, por incrível que pareça, ao que temos conhecimento, as coisas na sua Pasta não foram bem não somente no Piauí, mas em vários Estados brasileiros. Tanto isso é verdade que o Senador Flexa Ribeiro me convocou para prestar esclarecimentos, na próxima semana, na Comissão de Infra-Estrutura.

É lamentável, em primeiro lugar, que as pessoas se apossem das emendas como se fossem suas e não do bem comum, do Estado que representamos. Quando eu disse que o assunto seria tratado pelo Senador Alberto Silva, eu o fiz em deferência à sua luta e à responsabilidade com que S. Ex<sup>a</sup> trata as coisas; fiz por saber que S. Ex<sup>a</sup> tinha exatamente a autoridade e a consciência de um homem conciliador que é para tratar desse assunto de maneira que não houvesse prejudicados. Mas, ao que me parece, também, os fatos passaram ao largo de S. Ex<sup>a</sup>. E essa história é muito estranha, Senador Mão Santa. Como não tenho a vocação de ficar calado com a espinha atravessada na minha garganta, esse é um fato que vou levar mais adiante. Vou insistir nos esclarecimentos e vou cobrar esse assalto feito à cidade de Teresina.

Concordo que o Governador, que o Governo do PT, com a decepção que teve na capital no último pleito municipal, não chegando sequer ao segundo turno, não tenha nenhum interesse em Teresina. Agora, boicotar a administração do Prefeito que lhe derrotou e que é de outro Partido, isso é inadmissível, inaceitável, e esse é um assunto mal explicado.

Estou aqui com dois membros da Comissão e quero chegar até, se for o caso e o momento, a convidar o Governador do Estado e o Ministro para aqui virem prestar esclarecimentos sobre esse fato, com a presença do Prefeito de Teresina também.

Teresina e o Piauí não podem ser passados para trás em questões como essas. V. Ex<sup>as</sup> devem estar lembrados do episódio da escada Magirus, ocorrido aqui no final do ano. Recebi, inclusive, incompreensão de

companheiros de outros Estados. Nós sabemos, Senador Alberto Silva, o quanto é importante para uma cidade como Teresina, que se verticaliza, um equipamento de segurança como essas plataformas de combate a incêndio.

Essa luta vai continuar. Recebi a palavra do Governo, que combato, mas que nem por isso pode me discriminar ou me separar das defesas que faço do meu Estado, recebi a garantia da liberação nos próximos dias. E recebi essa garantia de homens que me merecem respeito. A minha parte está feita. Cabe agora apenas ao Governo do Estado, por meio do Corpo de Bombeiros da Secretaria de Segurança, cumprir a parte burocrática.

Finalizando, eu queria dizer, Sr. Presidente, que essa questão orçamentária vai ser assunto recorrente este ano inteiro, porque esse modelo ninguém suporta mais.

Quero fazer justiça aqui ao Presidente Renan Calheiros, que, no ano passado, criou uma comissão, com a participação de Senadores e Deputados, para que se discutisse um novo modelo. E os que não querem essas mudanças, os que não querem mudar, dentro daquela teoria de que se está tão bom, para que mudar – repito –, criaram mecanismos de proteção. E nós convivemos, novamente, com o mesmo modelo.

Senador Amir Lando, V. Ex<sup>a</sup> já chegou a esta Casa grande, mas se notabilizou aqui por presidir uma comissão histórica desta Casa. Se V. Ex<sup>a</sup> pegar uma fotografia da sala onde se discutem as questões orçamentárias hoje e comparar com a daquele tempo, vai ver que as empreiteiras e os lobistas são os mesmos, apenas envelhecidos, mas os mesmos. Nesse momento eu esperava que o Partido dos Trabalhadores, que foi um dos responsáveis pelo maior número de cassação de companheiros naquela época, mudasse esse modelo, inovasse, praticando também no Orçamento a justiça social. Mas não. Eles hoje estão mais arrogantes e mais prepotentes – os empreiteiros, os lobistas – do que nunca.

**O Sr. Amir Lando** (PMDB – RO) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, já que fui citado?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Com o maior prazer.

**O Sr. Amir Lando** (PMDB – RO) – Quero registrar que fui citado com muita honra. Teremos que mudar essas regras. A cada ano, participamos de uma farsa, de uma grande mentira nacional.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Um clube de falsa felicidade.

**O Sr. Amir Lando** (PMDB – RO) – É exatamente um faz-de-conta, alguma coisa assim surrealista.

Trabalhamos com denodo, com afinco e com alguma expectativa para construir uma peça orçamentária. Não é necessário esse trabalho. Pode não se dispor nada que funciona da mesma maneira, porque ninguém respeita ou respeitará, nesse modelo, a lei orçamentária. É uma ficção, como todos falam, mas é uma ficção que temos que levar às últimas conseqüências. É uma mentira. Estamos mostrando ao País que a peça orçamentária é tão essencial? Não, não é necessária, não foi aprovada, e o País não pára, porque ninguém a respeita. Infelizmente, esse modelo está exaurido, como disse V. Ex<sup>a</sup>; está exausto. Temos que edificar novas normas, nova disposição. Sobretudo, não posso mais admitir que possamos viver sem um Orçamento impositivo. Sem ele, essa mentira, vamos edificar a cada ano uma grande estátua à hipocrisia, à mentira, e continuamos a trabalhar para o nada, para o vácuo, para a inexistência.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, concede-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Senador Mão Santa, eu não poderia encerrar o meu pronunciamento sem ouvi-lo.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, outro dia eu estava sendo entrevistado no Piauí por uma televisão, quando me pediram notas. Ao Governador, não quis dar; eu disse que o povo dava. Mas perguntaram sobre V. Ex<sup>a</sup>, e eu disse que V. Ex<sup>a</sup>, como Parlamentar, merecia do povo do Piauí e do Brasil nota 10. V. Ex<sup>a</sup> é um homem que crê no Parlamento, vive o Parlamento. V. Ex<sup>a</sup> tem muita coragem. Ulysses, seu amigo íntimo e ícone, disse que “sem coragem perdem-se todas as virtudes”. V. Ex<sup>a</sup> está denunciando fatos graves que são “useiros e vezeiros” no Governo do PT. No primeiro Orçamento, fui chamado pelo Olívio Dutra, gaúcho, Ministro, que disse que não havia dinheiro no Orçamento. Eu ofereci a minha, que eles iriam restituir. É compromisso também com as pequenas cidades, porque Deus me permitiu criar 78 cidades naquele Estado. Desapareceram, não voltaram e foram para o Alagado. Está indo bem. Mas V. Ex<sup>a</sup> denuncia isso. Olhai esse jornal aqui: “Escândalo. Governador do PT Wellington Dias\* desviou recursos federais”. Isso foi lá de um açude de Patos. A cidade de Patos. Está aqui: “auditoria no Município de Patos do Piauí\*”. Quando governei o Piauí, respeitei todos os Senadores e Deputados. Aí está o Senador Hugo Napoleão, que usou as armas dele, nosso adversário. Mas nunca mexi em dotações de nenhum. Há que se respeitar o trabalho, a conquista dos Parlamentares.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Senador Presidente Sérgio Zambiasi, o Piauí agradece a tolerância e a paciência do Rio Grande do Sul.

Finalizo dizendo aos piauienses que não deixem de ler um artigo publicado no **180 Graus**, do dia 24: “Advertência ao Governador”, de autoria do jornalista Jânio Pinheiro de Holanda\* – penso até que não conheço esse rapaz pessoalmente. Li esse artigo, fui alertado sobre esse artigo publicado, Senador Mão Santa, no dia 24. É um jornalista formado pela Universidade Federal do Piauí que atualmente trabalha na Assessoria de Comunicação Social da Fiepi\*. É um artigo que merece ser lido, principalmente pelo Governador, para não confundir euforias momentâneas com realidade.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Zambiasi.*

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Concedo a palavra ao Senador Amir Lando por sete minutos, conforme o Regimento.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, vim à tribuna esta tarde para alertar as autoridades sanitárias a fim de que possam implementar medidas urgentes para combate a um surto de malária e dengue que assola mais uma vez o Estado de Rondônia.

Em 2005, Sr. Presidente, houve, no Estado de Rondônia, 57 mil casos de malária, em pleno Terceiro Milênio. Se estivéssemos ainda no século retrasado ou no princípio do século passado, à época da minissérie Mad Maria, a que todos assistimos, poderíamos admitir que a malária realmente ameaçasse todos e que fosse ela uma doença letal, algo como calamidade pública.

Mas os fatos se repetem. Os números são estrondosos. Hoje, o que vemos é que não conseguimos debelá-la, controlá-la e tampouco eliminá-la. Assim também é a dengue. A dengue hoje lavra a fundo malefícios na gente rondoniense. Este ano, já nos primeiros quinze dias do ano, 500 casos foram registrados. A tendência é que, nesse período chuvoso, isso cresça vertiginosamente.

O que fazer, Sr. Presidente? Como podemos acudir as pessoas de Rondônia, que vivem isoladas, perdidas pelas estradas, abandonadas, como cruzeiros à beira dos caminhos, sem nome, sem nada, indigitadas? Essas pessoas estão lá, fazendo o Brasil, construindo a Nação. Essas pessoas estão lá

trabalhando na sua gleba, semeando grão, colhendo fruto. Essas pessoas estão afirmando a presença da soberania deste País naqueles confins. Essa gente precisa de respeito.

É hora de a Nação respeitar um Estado como Rondônia que, em 20 anos, praticamente tornou-se um Estado produtivo, uma economia musculosa que ajuda a construir a riqueza nacional.

Mas a epidemia da malária e da dengue tem causado pânico constante e ceifado vidas. Muitos daqueles pioneiros silenciaram sem uma assistência médica.

Sr. Presidente, sou testemunha do ano de 1972, quando estávamos no chamado Projeto Ouro Preto, que englobava a segunda parte, hoje o Município de Jarú. Cheguei numa casa onde havia uma mãe com cinco filhos – três filhos mortos e insepultos. Quando ela nos viu, saiu desesperada, porque o marido já havia morrido e sido enterrado, com dois filhos nos braços, deixando os três insepultos. Nós, sem saber, levamos a mãe e os dois filhos pequenos – um talvez com três anos e outro de colo –, e ela também infectada pela malária. Esse era o quadro aterrador. Hoje isso ainda se repete.

Isso foi em 1970, na época do pioneirismo, quando as sendas das civilizações avançavam na floresta, de maneira corajosa e, sobretudo, ousada para levar a presença do homem àqueles confins desocupados.

Hoje, está lá esse quadro. Sobre ele temos que atuar. Tenho que pedir a solidariedade do País, da Nação, para que nos ajude no combate a essas endemias. Eu e a Deputada Marinha Raupp, do PMDB, estivemos hoje com o Presidente da Funasa, Dr. Paulo Lustosa. Ele se comprometeu em fazer uma ação emergencial da Funasa em Rondônia, para combater as duas endemias: a malária e a dengue.

Temos hoje, em Rondônia – não conheço essa expressão médica – dois casos de um tipo novo de dengue, a chamada dengue neurológica, que, segundo informações, deforma as pessoas. Um amigo meu, uma pessoa das minhas relações de mais de 30 anos, um laboratorista, está infectado por essa doença, uma pessoa conhecida em Porto Velho; e outra, de Cacoal.

**O Sr. Alberto Silva** (PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Amir Lando?

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO) – Vou lhe dar um aparte, Senador Alberto Silva. Mas, antes, quero registrar que, em razão dessa nossa ação junto a Funasa, o Presidente, Dr. Paulo Lustosa, comprometeu-se em mandar uma equipe, que ainda hoje deve se deslocar para lá, comandada pelo Diretor,

Dr. José Maria, com mais técnicos para Porto Velho e Ariquemes, onde realizarão duas oficinas de trabalho: uma, em Ariquemes, para tratar da malária especificamente; outra, em Porto Velho, para tratar da dengue.

É realmente uma notícia auspiciosa que não podia deixar de registrar. As autoridades têm que agir assim. Diante de um fato emergencial, tem que haver uma ação pronta, específica e eficiente.

Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Alberto Silva, com muito prazer.

**O Sr. Alberto Silva** (PMDB – PI) – Senador Amir Lando, acho que a memória nacional, de vez em quando, desaparece.

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Alberto Silva** (PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> sabe que, na nossa geração, o País já teve febre amarela e malária. Não havia dengue; somente febre amarela e malária. E foram criados dois serviços: o Serviço Nacional da Febre Amarela e o Serviço Nacional da Malária. Durante anos e anos, nunca mais se ouviu falar nem em febre amarela, nem em malária. Agora, V. Ex<sup>a</sup> retrata a situação do seu Estado. Vem aqui, o Ministério manda uma missão de emergência...

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO) – Uma delegação.

**O Sr. Alberto Silva** (PMDB – PI) – Não é hora de encarmos isso de maneira que fosse uma guerra? É em todo lugar do País. No Rio de Janeiro, o dengue está lá montado e foi lá, justamente, que nasceu o Serviço Nacional da Febre Amarela. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que o Governo tem que olhar isso como um caso a ser encarado, voltar, agora, o Serviço Nacional da Malária e do Dengue e colocar 100 mil, antigamente eram os mata-mosquitos. Vamos chamar hoje, nessa linguagem nova, os **rangers**, os combatentes, para acabar com o mosquitinho deste tamanho, que, no passado, os nossos médicos e os grandes campeões do combate à malária acabaram com ela com um exército de mata-mosquitos. Por que não criá-lo outra vez, para todo o País e não apenas para uma emergência? V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Fica o apelo. Voltemos o Serviço Nacional da Malária para o País todo. São 100 mil combatentes. Aí eu duvido que o mosquito agüente um trabalho desse.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO) – Sr. Presidente, para concluir, quero fazer ainda duas considerações.

Em primeiro lugar, V. Ex<sup>a</sup>, Senador Alberto Silva, avançou, adiantou-se, complementando o meu discurso com o seu aparte, que quero incorporar ao que ia dizer. Não vou repetir porque V. Ex<sup>a</sup> disse por mim.

V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão, o exército salvador da Amazônia eram os combatentes, aqueles que pulverizavam as casas, fumaçavam os pântanos, às vezes com óleo diesel ou com outros ingredientes mais eficientes. Mas, hoje, isso foi abandonado. Então a malária volta com toda a sua virulência.

Por outro lado, essas medidas têm que ter esse caráter permanente, mas não posso deixar de agradecer ao Presidente da Funasa, Dr. Paulo Lustosa, por essa iniciativa, essa resposta imediata. Isso é ação pública, não é esperar para amanhã para meramente lavar óbitos, mas sim salvar vidas, prevenir enquanto elas estão em pleno exercício da existência.

Sr. Presidente, quero propor, neste momento, a criação de uma comissão externa do Senado Federal, composta sobretudo por nós Senadores de Rondônia e todos aqueles que a quiserem integrar, para acompanhar as ações de combate a esses tipos de endemias que tanto castigam o nosso povo e – mais do que isso – a esse tipo novo de dengue, que o nobre Senador Mão Santa poderia até qualificar melhor. Falar-lhe dela hoje. A dengue neurológica ataca todo o sistema nervoso e deforma a pessoa infectada. Não mata, mas aleija, como diria o povo na sua linguagem mais simples.

Sr. Presidente, eu tinha de exorbitar um pouco o tempo que me foi conferido. Sete minutos para tratar da dor e do sofrimento da gente de Rondônia é muito pouco. Mas recebo a solidariedade, tenho certeza, do País, das autoridades sanitárias para que possamos realizar uma ação pronta e eficaz. Espero também receber a solidariedade do Senado para que acompanhem essas ações que têm de ter caráter mais extensivo, mais definitivo, mais eficiente e, sobretudo, mais humano.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Senador Amir Lando, sem dúvida alguma, esta Casa está solidária à sua manifestação.

V. Ex<sup>a</sup> não é só um orgulho do seu Estado, mas do Rio Grande do Sul, pois é um gaúcho que emprestamos para o Estado que V. Ex<sup>a</sup> adotou. Portanto, nós, gaúchos, também estamos solidários à sua luta. Não conhecemos algumas das doenças citadas por V. Ex<sup>a</sup> porque são características daquela região. Porém, o dengue já está lá no Rio Grande do Sul também.

Portanto, é uma luta nacional. Como sugeriu o Senador Alberto Silva, se for o caso, vamos montar esse exército para combatê-la. Cumprimentos pela sua sensibilidade. Seguramente, os minutos aqui não são suficientes. É necessário que se monte esse exército para eliminar esse mal.

Com a palavra o Senador Alberto Silva.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ia tratar de um outro assunto, mas quero pegar uma carona no discurso do Senador Amir Lando.

Ao tempo em que éramos crianças, vimos os mata-mosquitos da malária e da febre amarela. Era um exército. A técnica de hoje, o avanço da ciência, ajudam o homem a vencer calamidades de todos os tipos. Há vacinas etc. No entanto, doenças como essa, por exemplo, necessitam de um exército na rua. É preciso montar o exército da malária e do dengue. Agora não temos mais febre amarela, mas o mosquito transmissor é o mesmo, o *Aedes aegypti*.

É quase uma vergonha nacional. Desde 1900 acabamos com a febre amarela, com essa medida. Hoje, não temos mais preparação para montar esse exército. É tão simples!

Temos uma arma nova. Conheci uma equipe que trabalhou com ela. Fiz uma demonstração ao Governador do Estado do Piauí, ao seu Secretário de Saúde. Não acreditaram no que vi, senhoras e senhores brasileiros que estão nos assistindo. O dengue é uma doença cujo transmissor está dentro de casa. Para combatê-la precisamos de um exército de valentes. Não vamos chamá-los de mata-mosquitos. Meus netos, que assistem à televisão, chamam os combatentes de *rangers*. E eles falam aquilo com entusiasmo, eles têm uma roupa... Vamos fardar, outra vez, os *rangers*, que vão acabar com a dengue. É uma vergonha um mosquitinho deste tamanho desafiar uma nação! E não se tomam providências! E temos armas.

Digamos que o mosquito do dengue esteja dentro de casa, mas a arma é a mesma usada na agricultura. Meu caro e nobre Senador do Rio Grande do Sul, que preside hoje a nossa sessão, o dengue já está no Rio Grande do Sul. No Rio Grande do Sul, no Paraná e em outros lugares foi onde nasceu a defesa da agricultura por meio de aviões, que lançam aquela fumaça com inseticidas. Pode-se fazer a mesma coisa para liquidar aqueles mosquitinhos.

Eu pedi a colaboração dessa equipe, e eles me mandaram um filme. É uma coisa fantástica. Querem saber como isso funciona? Por exemplo, eles chegam a uma cidade e montam uma espécie de armadilha. Contam os mosquitos que estão na armadilha e fazem um cálculo aproximado sobre a quantidade de mosquitos voando. Preparam um quadrilátero na cidade e, com o avião, jogam o inseticida pelo fundo da casa, no quintal. Acho incrível a cabeça de quem fez aquele carrinho chamado de fumacê. Já viram aquilo? Passam no meio da rua, jogando uma fumaça.



Mas o mosquito está dentro de casa. Como é que esse inseticida passa por cima do telhado e entra na casa? Isso é ridículo! O avião, transportando um gás pesado, passa a uma faixa de 100 metros, meu caro Presidente. Aquele gás é pesado, então, desce e entra na casa. E o mosquitinho do dengue, que está lá dentro, morre. Da primeira vez, mata 90%; da segunda vez, o resto. E as larvas? Há um inseticida para as larvas também. Podem deixar a caixa d'água. Vão dizer que eu estou inventando.

No tempo da malária, eles traziam aquelas pequenas máquinas e faziam uma película. Naquela época, era o petróleo; hoje, é o inseticida. Mas, se aquela fumaça distribuída técnica e corretamente, com a dosagem certa, atingir a caixa d'água aberta, não fica nenhum dos ovos, das larvas. Morre tudo, porque aquela película cobre a superfície, onde as larvas não podem estar. Então, é preciso fechar a caixa? Muito bem, vamos tampá-la. Mas, se for usado o avião, a caixa pode estar aberta que não fica nenhuma larva lá dentro. Mesmo as larvas nos pneus, etc., morrem.

Então, armas temos. Falta vontade, mas sobretudo competência; criatividade, competência. Pelo amor de Deus! Um mosquitinho desse tamanho dominar uma nação?! E não se faz um exército para combater isso?!

Pelo amor de Deus, vamos criar uma lei aqui e voltar: Serviço Nacional do Dengue, Serviço Nacional da Malária, com avião e com o Exército para entrar dentro de casa. Onde o avião não for, os *rangers*, o mata-mosquito vai.

**O Sr. Amir Lando** (PMDB – RO) – Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Com o maior prazer.

**O Sr. Amir Lando** (PMDB – RO) – Não poderia deixar de cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> por essa lição. V. Ex<sup>a</sup> é uma figura admirável, vou fazer esta confissão.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Muito obrigado.

**O Sr. Amir Lando** (PMDB – RO) – Em todo setor sobre o qual V. Ex<sup>a</sup> raciocina, V. Ex<sup>a</sup> o faz de maneira correta, científica. Essa experiência que a sabedoria dos anos lhe deu e essa dedicação aos livros V. Ex<sup>a</sup> deve manter até hoje, com absoluta certeza, porque V. Ex<sup>a</sup> é atualizado em tudo. Gostaria de registrar um fato: agora V. Ex<sup>a</sup> dá a receita sobre o combate aos vetores da malária e do dengue. Mas V. Ex<sup>a</sup> deu soluções. E eu não poderia deixar de registrar agora, exatamente por essa sabedoria, a questão das estradas. V. Ex<sup>a</sup> falou, há quatro anos, que havia solução; há três anos, V. Ex<sup>a</sup>, no período do novo Governo, falou que havia soluções; há dois anos, V. Ex<sup>a</sup> expôs,

em nome da Bancada, para todas as autoridades do Governo, inclusive para o Presidente da República, uma solução genial; e fazia cálculos, e esses cálculos hoje estão redobrados. V. Ex<sup>a</sup> dizia que se perdiam R\$40 bilhões à época, mas, evidentemente, com os danos, com a ampliação dos buracos, hoje são R\$80 bilhões. As universidades estão calculando, a academia está calculando. V. Ex<sup>a</sup> realmente sempre apresentou soluções sobretudo despojadas, engenhosas, sábias; despojadas porque não há mais interesse pessoal. Talvez os anos lhe dêem essa tranquilidade, essa experiência, e eu não poderia deixar de registrar minha admiração quando V. Ex<sup>a</sup> fala sobre o combate às endemias que têm assolado o País inteiro, não só a Amazônia. E têm grassado de maneira brutal, letal contra muitas famílias, que perderam entes queridos e só podem chorar suas lágrimas, pois não há ações que resolvam o problema. Obrigado a V. Ex<sup>a</sup> por abordar esse tema que certamente ajuda não só a Amazônia. Não pude fazê-lo porque tive de fazer um registro específico. V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns, e eu não poderia deixar de registrar, Sr. Presidente, embora o tempo já tenha sido ultrapassado. Mas há momentos em que, no Parlamento, como para Josué, o personagem bíblico, o sol tem de parar. Há momentos em que, aqui no Parlamento, o tempo tem de parar para que as palavras tenham curso e as idéias tenham vez.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Muito obrigado. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Ouçó o Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Alberto Silva, sem dúvida nenhuma, V. Ex<sup>a</sup> enriquece o Parlamento brasileiro. V. Ex<sup>a</sup> me faz lembrar de uma frase no primeiro livro de higiene deste País, que foi de Afrânio Peixoto – ele, que ensinou Oswaldo Cruz! Isso no primeiro livro de higiene, e por isso estou perplexo. Ele, gritando e clamando, como hoje vimos o clamor, com a cultura, com o ardor, com o amor que tem àquela gente o Senador Amir Lando. Afrânio Peixoto denunciava, Senador Zambiasi: “A saúde pública neste País é feita pelo sol, pela chuva e pelos urubus”. Estamos voltando a esse tempo. Oswaldo Cruz ensinou. Vá ao Ministro da Saúde, que é do nosso Partido, porque isso – como diria o Boris Casoy, eu tenho que dizer, é uma vergonha. Formei-me em Medicina em 1966 e cliquei muito. Há muito tempo, lá no Piauí, não víamos a malária. Houve surto de dengue, mas o Alberto Silva orientou seu Secretário de Saúde a tomar essas medidas com avião, para acelerar a higienização e o combate ao mosquito, que no passado era feito; agora, tenho que denunciar que acabaram com isso

neste País. Tudo de sério se acaba, Heráclito, como aquela Fsesp Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, em que o médico era um devotado, dedicava-se em tempo integral, para pensar e resolver esses problemas.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Sr. Presidente, o Senador Amir Lando disse uma verdade. Há momentos em que o Parlamento tem que parar para ouvir. Não vamos mais abusar do tempo, mas é oportuno que se tenha conhecimento do que está acontecendo. Estou estarecido de V. Ex<sup>a</sup> dizer que o dengue está no Rio Grande do Sul.

Então, vamos formar um exército aqui dentro, vamos comandar esse exército para criar na estrutura do Governo o exército que já houve no passado, o exército dos Rangers, dos mata-mosquitos, para combater agora a malária, que voltou, porque o exército acabou, e agora a dengue, com vários nomes – hemorrágica, agora a neurológica. De qualquer modo, é o mesmo mosquito, pequeno, desafiando uma Nação. Pelo amor de Deus! Vamos formar um exército aqui dentro para levar ao Presidente da República a idéia.

Oito milhões de famílias recebem o Bolsa-Família. Ora, essas famílias, seguramente – eu quase que apostaria – muitas delas poderiam ser voluntárias, aumentando um pouco, Senador Zambiasi, treinando. Vamos fazer uma triagem, porque a dengue está na cidade. O mosquito mora nas casas. O *Aedes aegypti* é um mosquito de dentro de casa.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha)*

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Terminou, Sr. Presidente. Então, eu acho que ele já tem o exército quase pronto. O Bolsa-Família está no País inteiro, são oito milhões de famílias beneficiadas. Eles ganham sessenta mil, oitenta mil, noventa mil. Vamos admitir que dê um salário mínimo para quinhentos mil combatentes para o País todo. Esse mosquito não vai agüentar! Os combatentes, os Rangers, fazem a parte das residências, e os aviões, os terrenos baldios, os quintais das casas, as árvores, os pneus, as caixas-d'água.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Senador Alberto Silva, quero apenas completar e esclarecer. Este ano, felizmente, o Rio Grande do Sul não teve casos de dengue, mas já tivemos, e os mosquitos estão lá sendo combatidos. Há registros, temos em inúmeras vilas de Porto Alegre, no interior, a presença desse mosquito, mas o Governador Germano Rigotto e o Secretário Osmar Terra estão permanentemente atentos, destinando verbas, pes-

soal, em parcerias com o Governo Federal e os Municípios, para que não ocorram tais casos. Porém, a dengue é um problema nacional, de Norte a Sul, e exige ações fortes como essas propostas pelos colegas Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Os Srs. Senadores Teotônio Vilela Filho, Juvêncio da Fonseca, Almeida Lima, Antero Paes de Barros, a Sr<sup>a</sup> Senadora Lúcia Vânia e os Srs. Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Paim enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. TEOTONIO VILELA FILHO** (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o editorial intitulado “Nitroglicerina pura”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 19 de janeiro do corrente.

O editorial destaca o depoimento do economista e ex-petista Paulo de Tarso Venceslau à CPI dos bingos no último dia 17 de janeiro. Segundo o editorial, “o economista e ex-guerrilheiro confirmou que desde 1995 o líder máximo do Partido dos Trabalhadores não apenas sabia dos podres da agremiação como recomendou – ordenou, seria mais apropriado – que as administrações municipais petistas contratassem sem licitação a consultoria CPEM do compadre que lhe permitia morar de favor em um dos seus imóveis”.

O editorial conclui: “uma coisa ficou definitivamente acima de qualquer dúvida: Lula é o principal culpado pelo descarrilamento ético do partido que deve a ele, mais do que a ninguém, a sua existência. E, como tal, não escapará à condenação do tribunal da História. Este, se não antes disso o eleitorado, tampouco perdoará os grão-petistas que vivem a desfilar a sua integridade inconsútil. Ela está rota pela cumplicidade e o cinismo”.

Sr. Presidente, requeiro que o referido editorial seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

Conselho de Administração:

- Presidente: Roberto C. Mesquita
- Membros: Fernando Lara Mesquita, Francisco Mesquita Neto, Julio César Mesquita, Maria Cecília V. C. Mesquita, Patrícia Maria Mesquita



Fundado em 1975

- Julio Mesquita (1891-1927)
- Julio de Mesquita Filho (1927-1969)
- Francisco Mesquita (1927-1989)
- Luz Carlos Mesquita (1952-1970)
- José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1988)

- Julio de Mesquita Neto (1969-1996)
- Luz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997)
- Américo de Campos (1875-1984)
- Nestor Rangeli Pestana (1927-1933)
- Plinio Barreto (1927-1958)

www.estado.com.br

Publicação de S.A. O ESTADO DE S. PAULO  
 Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP 02598-900  
 São Paulo - SP - Caixa Postal 2439 CEP 01060-970-SP  
 Tel. 3856-2122 (PABX) Fax Nº (011) 3856-2940

NOTAS E INFORMAÇÕES

# Nitroglicerina pura

Nunca, desde o início dos trabalhos das três CPIs que investigam as denúncias de corrupção no governo Lula e, principalmente, no Partido dos Trabalhadores, o presidente da República foi acusado tão frontalmente quanto o depoimento do ex-petista Paulo de Tarso Venceslau à CPI dos Bingos. Expulso do partido em 1998, por denunciar o peculato cometido na prefeitura de São José dos Campos, da qual era secretário das Finanças, em benefício do compadre de Lula, Roberto Teixeira, o economista e ex-guerrilheiro confirmou que desde 1995 o líder máximo do Partido dos Trabalhadores não apenas sabia dos podres da agremiação como recomendou - ordem, seria mais apropriado - que as administrações municipais petistas contratadas sem licitação a consultoria CPDEM do compadre que lhe permitia morar de favor em um dos seus imóveis.

A "empresa amiga", como a chamavam os companheiros, trabalhou para as prefeituras petistas de Agudos, Diadema, Iapatinga, Piracicaba, Santos e - sintomaticamente - Santo André. Cobrava comissão de 20% sobre os repa-

ses do ICMS que esses municípios conseguiam receber a mais, graças às informações levantadas pela CPDEM sobre o montante arrecadado no Estado. A empresa, acusou Paulo de Tarso, usava "notas falsas e rasuradas" para incrementar o seu ganho. Em 1994, Teixeira ajudou a bancar a campanha nacional do PT. No ano seguinte, o então secretário municipal em São José dos Campos mandou a Lula carta registrada em cartório na qual relatava como funcionava o esquema fraudulento, que incluía o caixa 2, e pedia ao então presidente do PT medidas para acabar com o esquema. Entregou em mãos cópias da carta para uma dezena de petistas estrelados, entre os quais Aloizio Mercadante - que ao ler a cópia declarou: "isto é glicerina pura" - Eduardo Suplicy, José Genoíno, Arlindo Chiagnia, Gilberto Carvalho e Paulo Okamoto.

Nenhum deles teve a decência elementar de tomar alguma iniciativa em face de tamanha denúncia. Puderam. Na época, Paulo de Tarso ouviu do mentor religioso de Lula, Frei Betto, com todas as letras: "Se o Lula souber que alguém está conversando com você, ele jura

que aquela pessoa vai ser decapitada do partido." Como aconteceu com o denunciante: revoltado com a complacência de todos que imagnava éticos, a começar de Lula, evidentemente, deu uma histórica entrevista ao repórter Luiz Maklouf Carvalho, publicada no *Jornal da Tarde* em 14 de março de 1998. O Partido dos Trabalhadores designou um júri de notáveis - os juristas Hélio Bicudo e José Eduardo Cardozo e o economista Paul Singer - para apurar se a denúncia de Tarso era ou não verdadeira. Era, foi a conclusão do júri que pediu providências da direção do partido para punir os culpados. O único punido, no entanto, foi Paulo de Tarso, expulso da legenda. Em entrevista recente à *Veja*, Bicudo referendou as acusações do "decapitado".



Por sua vez, a deputada Angela Guadaígnin, prefeita de São José dos Campos no tempo de Tarso, confirmou outra denúncia dele: a de que o atual presidente do Sebrae e amigo pessoal de Lula, Paulo Okamoto, passava o chá-peú entre empresas contratadas por prefeituras petistas para levantar doações como os

"recursos não contabilizados" tornados célebres pelo ex-tesoureiro do partido Delúbio Soares. "Conhecia-se o esquema de arrecadação paralela há muito tempo, desde 1993", disse Angela na terça-feira. Depois disso, pode-se até dizer, em um assomo de condescendência, que o Partido dos Trabalhadores sujava as mãos por uma causa justa. Só não se pode dizer que o nome tutelar do partido, Luiz Inácio Lula da Silva, desconhecia ou não tenha incentivado tais maracutaias.

Salvo um terremoto político, Lula está imune a um processo de *impeachment*. Numa hipótese ainda demasiado remota, ele poderá desistir da reeleição - "no próximo ano já não estarei mais aqui", disse anteontem a reitores de universidades federais. Candidato, poderá ser derrotado. Mas uma coisa ficou definitivamente acima de qualquer dúvida: Lula é o principal culpado pelo descarrilhamento ético do partido que deve a ele, mais do que a ninguém, a sua existência. E, como tal, não escapará à condenação do tribunal da História. Este, se não antes disso o eleitorado, tampouco perdoará os grão-petistas que vivem a desfilhar a sua integridade inconstitucional. Ela está rota pela cumplicidade e o cinismo.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para registrar o artigo intitulado “Maturidade e desonra”, de autoria do jornalista Tales Alvarenga, publicada na revista **Veja** em sua edição de 25 de janeiro do corrente.

O jornalista ressalta o comportamento maduro da elite, da oposição e da mídia, no acompanhamento da crise moral e política do governo petista. Segundo o autor, “O que existe são fatos crus que vão sendo desencavados pelas CPIs e pela imprensa a respeito do mar de corrupção no governo e no Partido dos Trabalhadores”.

O autor cita, também, o depoimento à CPI dos Bingos do ex-petista Paulo de Tarso Venceslau, que reafirmou que Lula sabia da arrecadação criminosa de fundos para o PT pelo menos desde 1995. Para Tales Alvarenga, “Com o depoimento de Paulo de Tarso,

nada falta a explicar. Tudo se encaixa. Mensalão, Delúbio Soares, operações de Marcos Valério, sangria dos cofres públicos e o papel ativo de Lula na fundação do esquema. Toda a operação de enriquecimento do PT foi planejada para garantir o caixa dois de um partido que queria bilhões para realizar o sonho de ficar vinte anos no poder. O castelo de areia desabou. Ficam por aí seus engenheiros, com a missão impossível de se justificar perante a opinião pública”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**TALES ALVARENGA**

**Maturidade e desonra**

*A elite, a oposição e a mídia, pintadas por Lula como adversários mal-intencionados, têm se mostrado perfeitamente maduras no acompanhamento da crise moral e política do governo petista. O que tem coberto o governo de desonra não é nenhuma campanha ideológica contra um presidente que ousou dar relevância às demandas populares, como gosta de dizer a propaganda oficial. O que existe são fatos crus que vão sendo desencavados pelas CPIs e pela imprensa, a respeito do mar de corrupção no governo e no Partido dos Trabalhadores.*

*Como se não bastasse tudo o que já se conhecia, explodiu na semana passada uma denúncia que confirma todas as suspeitas acumuladas anteriormente pelos brasileiros. Num depoimento à CPI dos Bingos, o ex-petista Paulo de Tarso Venceslau reafirmou que Lula sabia da arrecadação criminosa de fundos para o PT pelo menos desde 1995. Não só sabia como incentivava esse expediente. E tomou a decisão de punir quem se insurgiu contra o uso da mala preta.*

*Paulo de Tarso Venceslau denunciou a ladroagem em documento a Lula e aos mais respeitáveis barões petistas. Tudo o que conseguiu foi ser expulso do PT, diante do silêncio cúmplice das vestais da agremiação, que sempre se venderam como políticos superiores em matéria de ética e moral.*

*Segundo Paulo de Tarso, os cúmplices silenciosos são Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, José Genofino, Gilberto Carvalho (hoje chefe-de-gabinete de Lula) e vários outros luminares do PT. Um deles, Frei Betto, transmitiu a Paulo de Tarso a seguinte ameaça do Grande Irmão: “Se o Lula souber que alguém está conversando com você, ele jura que aquela pessoa*

*vai ser decapitada do partido”.*

*Paulo de Tarso já havia falado à imprensa sobre o assunto. Na semana passada, o que houve foi a confirmação cabal da história, no tribunal oficial da CPI e contra o pano de fundo de tudo o que já se conhecia sobre a expertise petista para tomar dinheiro alheio, inclusive por meio de extorsão. Nas primeiras vezes em que se referiu ao assunto, Paulo de Tarso podia ser tomado por um ex-petista ressentido em busca de vingança. Não mais. Sua história se encaixa perfeitamente em toda a armação bandalha de que o Brasil tem ouvido falar há oito meses.*

*Paulo de Tarso era secretário das Finanças da prefeitura de São José dos Campos quando lá começou a agir o advogado Roberto Teixeira, compadre de Lula e fornecedor de uma casa onde o atual presidente morou de favor. Por interferência de Lula, a consultoria de Roberto Teixeira arrancou dinheiro de várias prefeituras petistas, além da de São José dos Campos, manipulando notas falsas. Em 1994, a consultoria do compadre injetou dinheiro na campanha presidencial de Lula.*

*Com o depoimento de Paulo de Tarso, nada falta a explicar. Tudo se encaixa. Mensalão, Delúbio Soares, operações de Marcos Valério, sangria dos cofres públicos e o papel ativo de Lula na fundação do esquema. Toda a operação de enriquecimento do PT foi planejada para garantir o caixa dois de um partido que queria bilhões para realizar o sonho de ficar vinte anos no poder. O castelo de areia desabou. Ficam por aí seus engenheiros, com a missão impossível de se justificar perante a opinião pública.*

**“Com o depoimento de Paulo de Tarso, nada falta a explicar. Desabou o castelo de areia do partido que queria ter bilhões para ficar vinte anos no poder”**

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Alerta no Supremo”, publicada pela revista **Veja** em sua edição de 25 de janeiro do corrente.

A matéria faz uma crítica à possibilidade do presidente Lula indicar um “companheiro” para o supremo Tribunal Federal, aparelhando o STF com um petista.

Segundo a matéria, “Entre os candidatos de perfil partidário e os candidatos de perfil técnico, a escolha é clara – caso ele não queira transformar a oportuni-

dade de nomear sete ministros para o Supremo em mais um fiasco”.

Sr. Presidente, requieiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALMEIDA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# ALERTA NO SUPREMO

## A possível nomeação de petistas para o tribunal causa preocupação

**Carlos Graieb**

**N**esta semana, o presidente Lula deverá nomear um novo juiz para o Supremo Tribunal Federal. A vaga está aberta desde quinta-feira, quando o ministro Carlos Velloso se aposentou. A lista de candidatos é gorda. Neste mês, inchou de onze para 28 nomes. Dela constam advogados, promotores e juizes com ótimas credenciais. Dela constam também três petistas de carteirinha: o ex-ministro da Educação Tarso Genro e os deputados Luiz Eduardo Greenhalgh e Sigmaringa Seixas. Lula gostaria de entregar a toga a um companheiro. Mas descartou-os em prol de uma escolha técnica. Resta saber se fez isso por convicção — a de que o STF não é lugar para políticos — ou apenas por cálculo. Antes do fim do ano o presidente poderá nomear mais dois ministros. Nelson Jobim, atual presidente da corte, sai em março. Sepúlveda Pertence emite sinais de que sua aposentadoria, compulsória em 2007, pode ser antecipada. O Planalto avalia que indicar um político agora causaria turbulência. Talvez imagine que daqui a alguns meses haverá clima para aparelhar o STF com um petista.

O sistema de escolha de ministros do Supremo — o presidente nomeia, os senadores ratificam — nasceu com a República. Há quem pense em modificá-lo, seguindo outros modelos (veja quadro). É duvidoso que uma revolução dessa ordem seja necessária. “Não há por que pensar que o sistema brasileiro é intrinsecamente ruim”, diz Cristiano Paixão, professor da Universidade de Brasília. “Ele se inspira numa experiência bem-sucedida, a americana. Bastaria aperfeiçoar a ferramenta democrática nele embutida.” Nos Estados Unidos, a aprovação de uma candidatura no Sena-

do envolve um extenso debate. No Brasil, desde Floriano Peixoto, é quase que somente uma formalidade. Também é legítimo que um presidente selecione pessoas com visão de mundo semelhante à sua e que tenham uma concepção política do trabalho do STF. A idéia de que o Supremo precisa ser formalista pertence ao passado. Suas decisões devem pautar-se por princípios, mas é saudável que tenham o tempero da prudência — uma percepção de seu impacto na vida do país. Os problemas começam quando ministros do Supremo demonstram um apetite pelo jogo partidário e por cargos administrativos. Situações como essa desmoralizam a corte. Infelizmente, o Brasil parece estar estabelecendo uma tradição nesse sentido. Francisco Rezek saiu do tribunal para participar do governo de Fernando Collor — que depois o reconduziu ao STF.

Maurício Corrêa, vestindo sua toga, pensou em concorrer ao governo do Distrito Federal. Nelson Jobim, deputado e ministro antes de chegar ao Supremo, nunca se furtou a dar declarações típicas de congressista sobre os governos FHC e Lula. Nos últimos meses, deixou correr o boato de que poderia ser candidato a presidente neste ano. Agora, avisa interlocutores que, deixando a corte, vai voltar ao PMDB. Jura que não participa de prévias no partido — mas isso não significa que não possa entrar em alguma aliança eleitoral.

### MODELOS DE CORTE

BRASIL	FRANCA
<b>NÚMERO DE JUÍZES: 11</b>	<b>NÚMERO DE JUÍZES: 9</b>
<b>NOMEAÇÃO:</b> feita pelo presidente da República e sujeita à confirmação do Senado	<b>NOMEAÇÃO:</b> três membros indicados pelo presidente da República, três pelo presidente da Assembleia Nacional e três pelo presidente do Senado
<b>MANDATO:</b> aposentadoria aos <b>70 anos</b>	<b>MANDATO: 9 anos</b>
<b>QUEM PODE SER INDICADO:</b> profundos conhecedores do direito, com “reputação ilibada” e mais de 35 anos	<b>QUEM PODE SER INDICADO:</b> a escolha dos membros não obedece a requisitos específicos, mas não podem se tornar juizes aqueles que cumprem mandato eleitoral, executam funções no governo ou têm participação em algum partido político

Entre os ministros já nomeados por Lula, não se percebe nenhuma ação combinada de favorecimento ao Planalto. O saldo das indicações, contudo, é medíocre. O próprio Ministério da Justiça reconhece que há muita vacilação e inconsistência entre os juizes. No meio jurídico, o ministro Carlos Ayres Britto começa a ganhar fama de provinciano e Joaquim Barbosa, de desorientado. Em 2005, quando o governo federal interveio no sistema de saúde do Rio de Janeiro, Barbosa deu um voto insustentável que depois teve de reti-

rar. Foi um episódio constrangedor. O ministro Eros Grau já passou por uma grande crise. Ao dar-se conta do volume de trabalho que enfrentaria, pensou em renunciar. A exceção é Antonio Cezar Peluso. Juiz de carreira, ele chegou "pronto" ao Supremo e começa a se destacar. Seu caso deveria servir de parâmetro a Lula. Entre os candidatos de perfil partidário e os candidatos de perfil técnico, a escolha é clara — caso ele não queira transformar a oportunidade de nomear sete ministros para o Supremo em mais um fiasco. ■

## TOGAS VERMELHAS

*O ministro Carlos Velloso (1, na foto ao lado) se aposentou do STF. Sepúlveda Pertence e Nelson Jobim (2 e 3) devem sair em breve. Veja quem são os candidatos petistas a essas vagas*

### SIGMARINHA SEIXAS

**Curriculo:** Ele defendeu presos políticos durante a ditadura, mas desde 2002 não tem atuado como advogado. Já recusou um convite para o STF — talvez porque saiba que não tem cacife jurídico para tanto

### TARSO GENRO

**Curriculo:** O ex-ministro da Educação publicou várias obras sobre direito. Mas a maior parte de sua bibliografia é dedicada à divulgação esquerdista

### LUIZ EDUARDO GREENHALGH

**Curriculo:** Derrotado na eleição para presidente da Câmara em 2005, é um especialista na representação jurídica de grupos de esquerda como o MST. Defende a tese de que a crença no socialismo pode ser atenuante em crimes como o de seqüestro

## ESTADOS UNIDOS

**NÚMERO DE JUIZES:** 9

**NOMEAÇÃO:** feita pelo presidente da República e sujeita à confirmação do Senado

**MANDATO:** vitalício

**QUEM PODE SER INDICADO:** não existem disposições constitucionais sobre o tema, mas, tradicionalmente, só juristas renomados entram na corte

## MÉXICO

**NÚMERO DE JUIZES:** 11

**NOMEAÇÃO:** o Senado escolhe um juiz com base em lista triplíce encaminhada pelo presidente

**MANDATO:** 15 anos

**QUEM PODE SER INDICADO:** bacharéis em direito com pelo menos dez anos de experiência e que não tenham exercido cargos públicos como governador, senador e deputado até um ano antes de sua nomeação

## ESPAÑA

**NÚMERO DE JUIZES:** 12

**NOMEAÇÃO:** apontados pelo rei, a partir de proposições do Congresso (quatro membros), do Senado (mais quatro), do conselho geral do Poder Judiciário (dois) e do governo (dois)

**MANDATO:** 9 anos

**QUEM PODE SER INDICADO:** juristas com mais de quinze anos de profissão

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Assim não dá”, publicada pela revista **Veja** em sua edição de 25 de janeiro do corrente.

A matéria mostra que o ministro da Cultura, Gilberto Gil, foi flagrado na festa de aniversário de um bicheiro notório, que controla pontos de jogos ilegais e máquinas caça-níqueis. Segundo a matéria, Que uma

autoridade da República se desmanche em rapapés para um contraventor é inaceitável”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## **Assim não dá**

### **O ministro Gilberto Gil faz festa para um bicheiro**

**N**a semana passada, o ministro da Cultura, Gilberto Gil, foi flagrado numa festança: o aniversário de Jaider Soares, presidente da escola de samba carioca Acadêmicos do Grande Rio. Ao lado da atriz Suzana Vieira e do sambista Zeca Pagodinho, ele se desdobrou em cumprimentos ao aniversariante. Nada de mais, não fosse Soares um bicheiro notório, que controla pontos de jogo ilegais e máquinas caça-níqueis no Amazonas. Pouco antes da festa, a empresária Maria Selma Soares, irmã dele, fora presa sob a acusação de pertencer a uma quadrilha que extorquia pessoas por telefone. O episódio é mais uma consequência da atitude que Gil mantém

desde que embarcou no governo petista: ele insiste em desempenhar o papel de ministro com a mesma informalidade que se permite a um artista. Que o cantor Gilberto Gil prestigiasse um bicheiro seria ruim — mas não há liturgia que o obrigue a nada, ainda mais sendo o sujeito amigo de sua mulher, Flora. Que uma autoridade da República se desmanche em rapapés para um contraventor é inaceitável. Infelizmente, essa espécie de sem-cerimônia não constitui o único pecado de Gil. Ele também demonstra uma preocupante leniência com a contravenção. Recentemente, declarou que era um problema “menor” o fato de o presidente Lula ter visto o filme *2 Filhos de Francisco*, cinebiografia da dupla sertaneja Zezé di Camargo & Luciano, numa cópia pirata de DVD. Se a pirataria é aceitável, por que se constrianger com quem explora o jogo ilegal? ■

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado “Tapa-buraco na educação”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo** de 23 de janeiro do corrente.

O editorial critica a última promessa do atual governo de criar 125 mil vagas nas universidades federais, em quatro anos, mediante a abertura de 10 novas instituições e a construção de 41 novos campi pelas instituições existentes.

Segundo o editorial, “o governo passou a usar o setor educacional para fazer demagogia eleitoral. Se, após três anos de gestão, o atual governo não con-

segue cuidar com um mínimo de eficiência do setor educacional, como interpretar a promessa, feita no seu último ano de mandato, de dobrar o número de vagas das universidades federais e de criar mais dez instituições do gênero, a não ser como uma operação tapa-buraco na educação?”

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido editorial passe a integrar os Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**Conselho de Administração:**  
Roberto C. Mesquita  
Fundão Lira Mesquita  
Francisco Mesquita Neto  
Júlio César Mesquita  
Marta Cecilia V. C. Mesquita  
Patrícia Maria Mesquita



**Fundado em 1975**

Julio Mesquita (1951-1927)  
Julio da Mesquita Filho (1927-1969)  
Francisco Mesquita (1927-1969)  
Luz Carlos Mesquita (1950-1970)  
João Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1986)

Julio de Mesquita Neto (1965-1968)  
Luz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1987)  
André de Campos (1975-1984)  
Mestre Rogério Pezama (1927-1933)  
Pietro Seneho (1927-1958)

[www.estado.com.br](http://www.estado.com.br)

Publicação da S.A. O ESTADO DE S. PAULO  
Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP 02508-900  
São Paulo - SP - Caixa Postal 2439 CEP 01060-370-SP  
Tel. 3656-2122 (PABX) Fax. Nº 0111 3656-2940

# 'Tapa-buraco' na educação

**C**omo vem ocorrendo no setor rodoviário com a Operação Tapa-Buraco, o governo passou a usar o setor educacional para fazer demagogia eleitoral. Justificada em nome da "democratização do ensino superior", sua última iniciativa é a promessa de criar 125 mil vagas nas universidades federais, em quatro anos, mediante a abertura de 10 novas instituições e a construção de 41 novos campi pelas instituições existentes. Embora tenha acabado de enfrentar uma greve de 112 dias, durante a qual afirmou não ter recursos para atender à reivindicação salarial dos professores, o Ministério da Educação (MEC) anunciou que a construção dos prédios começará até o final do ano.

A falta de dinheiro é só um dos aspectos do problema. Outro está no acionamento do governo. A pressa é tanta que o Ministério da Educação ainda não sabe ao certo o número de professores que seu ambicioso plano de expansão do ensino superior vai exigir. Se hoje não há recursos humanos suficientes para atender às necessidades das universidades existentes, que estão operando com um déf-

cit de 20% em seu corpo docente, conforme lembra Margarida Salomão, diretora do Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Anadies), como o governo pretende cumprir sua promessa? "Não somos contrários à expansão, mas ela precisa vir com garantia de qualidade", afirma o vice-presidente da entidade, Paulo Rizzo.

É justamente esse o nó da questão: a falta de competência das autoridades educacionais para assegurar um mínimo de qualidade num setor estratégico para o desenvolvimento social e econômico do País.

O governo que está prometendo dobrar o número de vagas das universidades federais é o mesmo que anunciou no ano passado uma não menos ambiciosa reforma universitária. Roubou e demagogizou, o projeto teve de ser reescrito três vezes e, mesmo assim, até hoje não foi encaminhado ao Congresso.

A inépcia das autoridades educacionais põe em risco até mesmo a única iniciativa do governo, elegida pela própria oposição, no campo do ensino. Trata-se do ProUni, a pro-

grama que oferece bolsas de estudos em universidades particulares a estudantes de baixa renda. Na última seleção das universidades que ofereceram vagas financiadas por esse programa, o Ministério da Educação incluiu 87 cursos reprovados no Prova e no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Não faz o menor sentido as autoridades educacionais avaliarem o ensino superior e, em vez de fechar os cursos de má qualidade, conceder bolsas de estudos para que eles sejam frequentados por alunos pobres, justamente os que mais precisam de sólida formação acadêmica, para se emancipar socialmente.

O mais grave é que o mesmo equívoco também foi cometido no âmbito do Financiamento Estudantil (Fies), o programa de crédito educativo do Ministério da Educação que subsidia parte das mensalidades de alunos em faculdades privadas. Operado pela Caixa Econômica Federal, o Fies só é pago pelos universitários após a formatura, com juros subsidiados. Enquanto eles estudam, a Caixa repassa as instituições de ensino fidejussoras da dívida pública que servem

para o pagamento de dívidas previdenciárias. Segundo o jornal *O Globo*, 531 universitários autorizados a tomar dinheiro emprestado na mais recente seleção do Fies estão matriculados em 74 cursos reprovados nas últimas três edições do Prova e, o contraria expressamente a Portaria nº 3.220, baixada pelo próprio MEC em setembro de 2005, para evitar abusos.

Notificada a grave irregularidade, o MEC divulgou que os contratos foram liberados por "erro operacional" e prometeu tomar providências, anunciando a possibilidade de transferir os 531 estudantes para cursos com avaliação positiva. Trata-se de mais um equívoco, pois erro administrativo não gera direito e contratos firmados irregularmente são nulos. Como lembra o secretário-geral da OAB, Cezar Brito.

Se, após três anos de gestão, o atual governo não consegue cuidar com um mínimo de eficiência do setor educacional, como interpretar a promessa, feita no seu último ano de mandato, de dobrar o número de vagas das universidades federais e de criar mais dez instituições do gênero, a não ser como uma operação tapa-buraco na educação?





**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Operação Cuba”, publicado pela revista **Veja** em sua edição de 25 de janeiro do corrente.

O artigo destaca que o motorista do Ministério da Fazenda do Rio de Janeiro, Éder Eustáquio Soares Macedo, seguiu um roteiro visivelmente ensaiado pelos advogados em seu depoimento na CPI dos Bingos. O motorista não sabia de nada e não viu nada, apenas confirmou que realmente dirigiu o Omega blindado do Aeroporto de Amarais até São Paulo com os passageiros Ralf Barquete e Vladimir Poletto, ex-assessores de

Antonio Palocci. O mais estranho foi que o hotel que foi reservado para a hospedar o motorista foi pago pelo escritório de advocacia do sr. Hélio Silveira, que é advogado da ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy e do próprio Partido dos Trabalhadores.

Assim, Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## Operação Cuba

Advogados do PT assessoram motorista que dirigiu carro com dólares cubanos

**O** depoimento do motorista do Ministério da Fazenda Éder Eustáquio Soares Macedo, na semana passada, em Brasília, foi preparado para ajudar o PT a se livrar da acusação de ter recebido ilegalmente 3 milhões de dólares de Cuba para a campanha do presidente Lula em 2002. Seguindo um roteiro visivelmente ensaiado pelos advogados, o motorista confirmou que realmente dirigiu um Omega blindado do Aeroporto dos Amarais, em Campinas, até São Paulo. Confirmou que os passageiros eram Ralf Barquete e Vladimir Poletto, ex-assessores de Antonio Palocci, então coordenador da campanha de Lula à Presidência. Confirmou que alguma coisa havia sido colocada no porta-malas do carro, mas ele não viu o que era, já que não se deu ao trabalho nem de descer para abrir o bagageiro. Finalmente, disse que tanto os passageiros como a mercadoria foram deixados numa churrascaria paulistana. Resumindo: en-

JOEDSON ALVES/AE

**Éder Macedo confirma que foi ao aeroporto, mas diz que não viu nada**

rio da Fazenda. Ele também dispensou o hotel que seria reservado pelo Senado, trocando-o por um outro mais luxuoso. Intrigados, os senadores pediram à Polícia Federal que investigasse. Ainda durante o depoimento, chegou a informação de que a suíte do hotel havia sido reservada e paga por um escritório de advocacia de São Paulo, cujo sócio, Hélio Silveira, é especialista em direito eleitoral. Entre seus clientes conhecidos estão a ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy e o próprio Partido dos Trabalhadores. Em princípio, apenas uma estranha coincidência.

plidy e o próprio Partido dos Trabalhadores. Em princípio, apenas uma estranha coincidência.

cerrado assim, o depoimento não acrescentava nada e ainda jogava para uma churrascaria o problema que, até então, era do comitê de campanha de Lula, na Vila Mariana, onde realmente foram entregues as caixas com dinheiro cubano. Mas deu tudo errado.

Os senadores da CPI desconfiaram do extremo nervosismo do motorista e das constantes interferências de sua advogada. Durante a sessão, alguns parlamentares foram informados de que Éder, que mora no Rio de Janeiro, havia antecipado sua ida a Brasília a pedido da assessoria parlamentar do Ministé-

**Palocci: ele foge do depoimento há três meses**

Questionado a respeito, o motorista se confundiu. Primeiro, disse que havia falado com o advogado apenas pelo telefone, dando a entender que não o conhecia pessoalmente. Depois, admitiu que tinha visto o advogado naquele dia. Por último, afirmou que Hélio era realmente seu advogado e que, inclusive, tinha ido buscá-lo no aeroporto. Hélio Silveira trabalha para o PT desde 1998. Ele diz que seu escritório está ajudando o motorista por puro voluntarismo. “Sou solidário. Esse cidadão nunca foi a uma delegacia”, afirmou o advogado, acrescentando que o caso “não tem nada a ver com o PT”. Ele e o motorista se conheceram, por coincidência, no comitê eleitoral de Lula. Hélio Silveira, por coincidência, é advogado de Ademirson Ariovaldo da Silva, assessor especial do ministro Antonio Palocci, que, por coincidência, é amigo de Vladimir Poletto, que, também por coincidência, é amigo de Rogério Buratti, outro que, por coincidência, confirmou a existência do dinheiro cubano. Todos, por coincidência, participaram da Operação Cuba. Falta ouvir o ministro Palocci sobre o assunto. Não por coincidência, ele tem conseguido fugir da CPI há quase três meses. ■

Julia Duailibi

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a indústria do turismo é uma importante atividade de desenvolvimento econômico, social e cultural que promove a integração dos povos. “A indústria sem chaminés” – como é definido o turismo – é uma das atividades que mais empregos e lucros gera no mundo. Segundo pesquisas, representa cerca de 10% da força de trabalho global, em empregos diretos e indiretos, e a expectativa para o crescimento nos próximos anos é enorme.

No Brasil, a cada ano, mais e mais turistas chegam para conhecer nossa cultura, folclore, história e riquezas naturais, sem contar o atrativo mercado de negócios que cada vez mais se potencializa.

Em 2005 registramos uma entrada recorde de turistas no país. Conforme a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), mais de 5,6 milhões de estrangeiros ingressaram no país e o volume de recursos bateu a casa dos 4 bilhões de dólares, o que, segundo a Fundação Getúlio Vargas, causa impacto direto na balança comercial.

Embora os números demonstrem que o turismo no Brasil avança com perspectivas de fortes investimentos e por consequência crescimento, temos claro que estamos muito aquém de outros países que possuem menos potencial que o nosso. Temos as melhores matérias primas que a indústria do turismo exige, porém não conseguimos, ainda, no nosso entendimento, engrenar uma política efetiva que alavanque o setor.

É claro que estamos no caminho certo, amadurecendo passo a passo, mas há muito que fazer para o desenvolvimento da indústria turística no Brasil.

Particularmente, no Rio Grande do Sul, que é o estado de nossa origem, temos acompanhado nos últimos anos os esforços dos governos e empresários para com o setor.

Porém, um dado nos preocupa. Apenas um percentual muito pequeno de turistas estrangeiros que chegam ao Brasil procuram o Rio Grande do Sul. A maioria, como se sabe, procura as atrações da região nordeste.

O Rio Grande do Sul possui características marcantes como potencial turístico. Destacando-se as Ruínas das Missões Jesuíticas, reconhecida pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade; o Rio Grande do Sul foi palco nos anos 1750 da resistência dos índios Guaranis contra os reis de Portugal e Espanha que assinaram o Tratado de Madri e aqui faço uma observação. O Tratado de Madri é muito estudado hoje nas escolas de Portugal e Espanha; Giuseppe Garibaldi, “o herói de dois mundos” e unificador da Itália participou da Revolução Farroupilha. Hoje, é nome de escolas, avenidas e ruas em vários municípios do Rio Grande do Sul. A cidade de Garibaldi na serra gaúcha é o maior produtor de champanhe do Brasil; o Salto

de Yucumã, em Derradeiros, a maior queda d’água horizontal do mundo.

Ou ainda o Festival Internacional de Cinema de Gramado, a Festa da Uva de Caxias do Sul, o Rodeio Internacional de Vacaria, a Expointer – maior feira agroindustrial da América latina, e também o Vale dos Vinhedos maior produtor de vinhos do Brasil.

Mas não é só isso. Podemos falar do turismo rural, do turismo ecológico, do turismo histórico, do Parque Nacional dos Aparados da Serra onde está o maior cânion do Brasil, dos festivais de música nativista como a Califórnia da Canção Nativa de Uruguiana, que está na sua 35ª edição, do Musicanto de Santa Rosa que é comparado aos festivais de Cosquin na Argentina e Vinha Del Mar no Chile, do conjunto arquitetônico do centro histórico de Pelotas, da Jornada Nacional de Literatura considerado o maior debate literário da América Latina que deu a Passo Fundo o título de Capital Nacional de Literatura.

Sr. Presidente, volto a afirmar que os últimos governos que passaram pelo Palácio Piratini tiveram a preocupação de elaborar programas para o setor turístico gaúcho. Sem dúvida.

Mas, pela matriz que citei ainda a pouco, cultura, folclore, história, recursos naturais e humanos, e empresariado disposto a investir, é necessário darmos um giro de 180 graus e começamos a discutir e debater políticas efetivas para a indústria turística do Rio Grande do Sul, com vista a formatarmos ações coordenadas para prospecção de turistas.

Acredito que pelo potencial que possuímos é possível colocarmos este setor na linha de frente de dividendos para o estado e sociedade como geradora de recursos econômicos com a dinamização de comércio, artesanato, hotelaria, gastronomia, geração de empregos e distribuição de renda.

Falar do potencial turístico do Rio Grande do Sul e de suas belezas ao meu ver deve ser o tema do discurso de todo o gaúcho e, principalmente, do segmento de negócios turísticos para atrair cada vez mais visitantes.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – A Presidência lembra ao Plenário que será realizada amanhã, às dez horas, Sessão Especial destinada a lembrar o Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, de acordo com o Requerimento nº 48, de 2006, do Senador Luiz Otávio e outros Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Zambiasi. PTB – RS.) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 19 horas e 24 minutos.)*

**(OS Nº 10370/06)**

# Ata da 9ª Sessão Especial, em 27 de janeiro de 2006

## 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura

*Presidência do Sr. Romeu Tuma e da Srª Heloísa Helena.*

*(Inicia-se a sessão às 9 horas)*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a Sessão Especial do Senado Federal que se destina a lembrar o dia Internacional em memória das vítimas do Holocausto, de acordo com o Requerimento nº 48, de 2006, do Sr. Senador Luiz Otávio e outros Srs. Senadores.

Hoje, provavelmente, é um dia de tristeza para a memória, que volta a algumas décadas nas quais infelizmente o Nazismo trouxe atrocidade ao povo judeu.

Quando na chefia da Polícia Federal, em São Paulo, Senadora Serys Slhessarenko que nos honra com sua presença, tive a oportunidade de conhecer alguns dos tipos de experiência praticada. A investigação do Caso Mengele, conhecido como o médico-monstro, nos permitiu o acesso àquela documentação, apreendida à época em que ele foi localizado morto por afogamento. Ou seja, recebeu o castigo de Deus sem que os homens pudessem condená-lo pelas atrocidades que praticou.

É claro que há um inconformismo daqueles que sobreviveram ao massacre no interior dos campos de concentração e que têm, até hoje, a amargura de não ter podido julgá-lo pelos crimes que praticou.

A atrocidade foi revelada em alguns documentos apreendidos, que se encontram no processo já julgado na Alemanha, para onde foram transferidos todos os dados necessários ao prosseguimento do processo que havia sido aberto naquele País.

O objetivo desta sessão especial de lembrança é evitar que hoje, num mundo tão conturbado, com tantas guerras envolvendo religião, poder econômico, petróleo, possa continuar na cabeça de meia dúzia de pessoas malformadas a possibilidade de se repetirem fatos como esse.

Mengele tinha em seu poder um trabalho filosófico sobre as experiências que fez, mas já em um campo espiritual. Infelizmente, escrito em alemão, tivemos a tradução apenas de alguns trechos. São documentos que se encontram no processo, inclusive nos arquivos, provavelmente do museu da escola de polícia, que deveriam ser consultados por filósofos para que fosse analisado o interior desse monstro que era um médico

e que achava que, por meio das suas experiências, poderia saber o limite da dor de um ser humano. Além disso, houve a eliminação sumária de pessoas, por meio das câmaras de gás que hoje servem de demonstração a turistas nos pontos onde os alemães as instalaram. Alemães que eu digo, os nazistas. Temos que respeitar o povo alemão que, cumprindo sua obrigação, processou aqueles que desvirtuaram o comportamento humano, no sentido de ter um poder sobre-humano, em que Hitler queria substituir Deus.

É com muita emoção que tenho a oportunidade de presidir esta sessão, no seu início, e passar a palavra à Senadora Serys Slhessarenko pelo Bloco de apoio ao Governo.

Antes, eu gostaria de dar as boas-vindas ao Prot von Kunow, Embaixador da Alemanha, a quem agradecemos, sensibilizados, pela presença; a Pedro Laurindo, Presidente da Haverimbril; ao Sr. William Soto Santiago, Diretor Internacional da Amisrael (Palmas); às demais autoridades que nos honram; e ao Jornalista Ben Abraham que é meu amigo – é um prazer recebê-lo aqui. Ben Abraham é um escritor que tem, permanentemente, investigado vários fatos ligados ao Holocausto. Agradeço muito ao Embaixador da Alemanha, aqui presente, por respeitar e reconhecer a reconstituição da memória. E hoje a Alemanha é respeitada porque cuida dos direitos humanos permanentemente na administração.

Ben Abraham, é um prazer poder recebê-lo entre nós. As nossas discussões – se eram ou não Mengele – já terminaram ao longo desse período.

Passo a palavra à nossa querida Senadora Serys Slhessarenko, pelo Bloco de apoio ao Governo.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, autoridades aqui presentes, Sr. Embaixador da Alemanha, demais representantes de Embaixadas, uma saudação muito especial a todos os homens e mulheres presentes hoje nesta sessão e que, certamente, estão representando entidades organizadas.

Gostaríamos de não estar fazendo esta sessão, com certeza; que o Dia do Holocausto não existisse, porque o Holocausto não teria existido. Mas, infelizmente, existiu. Por isso, é importante que estejamos aqui e

que o Congresso Nacional e o Senado da República, por intermédio desta sessão, se manifestem, porque, como já disse muito bem o Senador Romeu Tuma que preside esta nossa sessão, os fatos precisam ser lembrados para não serem repetidos jamais.

Sr. Presidente, senhores e senhoras aqui presentes, estamos aqui reunidos até por uma Resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, que, em novembro, estabeleceu a data de hoje, 27 de janeiro, como Data Mundial do Holocausto, em que devemos recordar os cerca de seis milhões de judeus assassinados durante o Holocausto promovido, naquele momento, pelo regime fascista durante a Segunda Guerra Mundial.

Entendo que não devemos fazer desta uma recordação burocrática, mas uma recordação que sirva para mobilizar nossos corações e nossas mentes contra todas as formas de preconceito, de discriminação, de xenofobia, de violência, que continuam a marcar este mundo de tantas injustiças.

Precisamos, senhores e senhoras, nos empenhar, decididamente, na construção de um mundo de Paz!

Esta sessão especial se constitui em um exemplo que o Senado Federal procura dar a todo o Brasil, na esperança de que esta reflexão e a lembrança dessa data se reproduzam pelo nosso País afora, nas assembleias legislativas, nas câmaras municipais, nas entidades de classe, nas organizações sindicais, nas associações comerciais, nos rotarays, nas maçonarias, nos grêmios estudantis, nas entidades comunitárias, nos clubes de mães, nas escolas, nas universidades, nas igrejas, mesmo dentro dos lares, enfim, em todos aqueles lugares em que se reúnem brasileiros e brasileiras para refletirem e encaminharem as tarefas que constituem nossas rotinas de vida.

Entendo que é preciso lembrar e lembrar e lembrar do Holocausto para que possamos, humildemente, reconhecendo as danças que marcam a nossa condição de seres humanos, nos capacitarmos para um relacionamento verdadeiramente fraterno com os nossos semelhantes.

Que a Fraternidade se afirme como uma utopia a inspirar nossas ações!

Vinte e sete de janeiro de 1945 foi o dia da libertação de todos aqueles que se encontravam prisioneiros no campo de extermínio de Auschwitz. Apresentada por Israel e apoiada por mais de 89 países, a resolução da ONU nos propõe que elaboremos programas de educação que marquem os ensinamentos do Holocausto no espírito das futuras gerações, para prevenir a ocorrência de futuros atos de genocídio.

O que me parece é que, diante de um tema como este, devemos nos postar com muita humildade, reconhecendo que, através dos tempos, homens e mulheres

dos mais diferentes países têm se deixado manchar com crimes como o genocídio, a limpeza étnica, o racismo, a xenofobia e o anti-semitismo, e para purgarmos nossas almas da violência e dos crimes que vitimaram o povo judeu durante a Segunda Guerra Mundial, devemos assumir em nossas vidas um completo repúdio a todas as manifestações de intolerância, sejam elas religiosas, de incentivo ao ódio, de perseguição ou de violência contra pessoas ou comunidades por causas étnicas ou religiosas.

E quando digo que é importante recordar o Holocausto, entendo que é preciso que determinemos, com o máximo de clareza, o objetivo que deva ter essa nossa recordação à qual neste momento nos dedicamos. Ao mesmo tempo, devemos ter claro que não basta afirmar que aqueles que esquecem o passado provavelmente estão condenados a repeti-lo, porque isso não evita que aqueles que o recordam estejam, desde já, livres de repeti-lo.

Entendo que, para enfrentar este tema com espírito verdadeiramente desarmado, devemos começar reconhecendo que, nas malhas da História, através dos tempos, os seres humanos sempre se pautaram pela cultura da violência. Tanto que não foram poucos os filósofos e analistas que se detiveram sobre estas questões angustiantes: está o homem condenado à violência e à guerra? Será que essa gana que muitos sentem de avançar sobre o próximo, para fazer valer as suas vontades, já vem inscrita em nosso DNA ou em nossos hormônios?

Numa abordagem histórica, somos tentados a concluir que a violência é, de fato, a regra de muitas relações humanas ainda hoje. Arqueólogos e antropólogos encontraram evidências de militarismo em 95% das culturas que examinaram. Mesmo grupos outrora tidos como exceções, como os maias, os kungs do deserto Kalahari ou dos samoanos, revelaram-se, após uma avaliação mais minuciosa, tão violentos quanto o resto de nós.

É verdade que certas regiões já experimentaram períodos mais dilatados de paz. O mais extenso período de paz foi registrado na Antártida. Só que o continente gelado e desabitado não nos serve de exemplo por razões óbvias. A civilização minóica, que floresceu em Creta e adjacências entre 3000 a.C. e 1100 a.C. passou 1.500 anos sem travar nenhuma guerra. É verdade que a principal causa da bonança era a existência de uma poderosíssima marinha que nenhum outro povo ousava desafiar. De modo semelhante, o que foi, provavelmente, o único momento de paz "mundial" (na Europa e em partes da Ásia e da África), entre 100 d.C. e 200 d.C., esteve baseado no incontestável poderio das legiões romanas.

Antes de sucumbir e nos render a inelutabilidade da violência no gênero humano, convém perguntar se os exemplos que analisamos têm significância. A crer no Professor David Sloan Wilson, da Universidade Binghamton, de Nova Iorque, não. Como ele declarou, “quando você considera que foi há apenas 13 mil anos que nós descobrimos a agricultura e que praticamente tudo o que chamamos de história humana correu desde então, você verá que tivemos um período de tempo de paz muito curto para trabalhar pela paz global”.

A idéia que subjaz ao raciocínio de Wilson e de outros pesquisadores é a de que um dia a guerra será universalmente considerada e se tornará rara. De modo análogo, poderíamos apostar que também o crime tende a diminuir com o progresso material e político das sociedades.

Por que o homem não consegue viver em paz? O problema talvez esteja na excessiva valorização das castas guerreiras. Grande parte das culturas humanas reservou o melhor do tratamento para seus “defensores”. Eram eles os que recebiam o melhor quinhão de tudo. Como relata o jornalista Hélio Schwartzman, citando o jornalista Angier, descobriu-se recentemente que Gêngis Khan, o imperador mongol do século XIII, gerou tamanha prole que, hoje, 16 milhões de homens asiáticos seriam seus descendentes. Isso equivale a 0,5% da população masculina mundial.

Evidentemente, não será fácil desenraizar dezenas de milhares de anos de cultura para a violência, que segue presente em muitos filmes, seriados, desenhos e até livros a que nossos filhos e filhas se submetem desde a mais tenra infância nesta nossa sociedade globalizada.

Embora, senhores e senhoras, eu realmente acredite que possamos, não acabar com guerras e crimes, mas pelo menos torná-los raros, esse é um processo, na hipótese mais otimista, para séculos ainda, se tudo der certo. Se, com os conflitos e a violência já presentes acrescidos de nossas trapalhadas na área ambiental, não tornarmos o planeta inabitável, talvez os netos dos netos de nossos netos possam viver num mundo muito melhor. Isso se antes não sofrermos nenhuma catástrofe natural.

O fato é que, para lembrar com correção a violência que vitimou os judeus durante a Segunda Grande Guerra, é preciso primeiro entendê-la e ver que o ódio aos judeus não nasceu com os alemães, muito menos a partir de Hitler e dos nazistas.

Fiz um histórico muito longo da origem de toda esse ódio. Peço ao Sr. Presidente que seja registrado o meu discurso na totalidade, porque não vou lê-lo, uma vez que existem outros Senadores que desejam falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex<sup>a</sup> será atendida na forma regimental. V. Ex<sup>a</sup> pretende ler?

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Mas é bastante longo.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Então faremos a distribuição, posteriormente, com as notas taquigráficas.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Obrigada.

É um resumo de historiadores que garantem que as origens do anti-semitismo remontam a períodos muito antecedentes ao nazismo. E isso tem de ser lembrado, como já disse aqui no início da minha fala, para que questões como essas que aconteceram tão recentemente não se repitam. Mas, como o Presidente já disse, o resumo será distribuído.

Passando essa parte, diria que devemos nos recordar do Holocausto, que aconteceu durante a Segunda Guerra como um horror, em meio a tantos horrores que marcaram a história humana, muitos deles tendo como vítima o povo judeu.

Desculpem-me se estou recordando fatos que realmente chocam, mas penso que eles têm de ser lembrados para que não se repitam, como eu já disse.

No dia 15 de setembro de 1935 – e desculpem-me se estou recordando coisas tão chocantes, mas essas coisas precisam ser lembradas para que não se repitam –, quando foram decretadas a Lei de Cidadania do Reich, a Lei de Proteção do Sangue e da Honra Alemães e o Primeiro Regulamento para a Lei de Cidadania do Reich, num conjunto que ficou conhecido como as Leis de Nuremberg, a condição judaica foi transformada numa subcondição humana na Alemanha, e os judeus foram desprovidos de qualquer vestígio de direitos civis.

Vejam como era feita a definição de “judeu” no Primeiro Regulamento, imposto por Hitler, no seu Artigo V:

1. Um judeu é um indivíduo descendente de pelo menos três avós que eram judeus racialmente puros. O Artigo II, parágrafo, alínea 2 será aplicado (Art. II, alínea 2: um indivíduo de sangue misto judeu é aquele que descende de um ou dois avós que eram judeus racialmente puros, mesmo que não seja judeu de acordo com a Seção II do Art. V.

Avós com cem por cento de sangue judeu eram aqueles que pertenciam à comunidade religiosa judaica e assim sucessivamente.

Não era possível a qualquer pessoa tipificada pelo regulamento abdicar de sua condição judaica. Por conseqüência, convertidos ao Cristianismo alguns, se se enquadrassem na categoria regulamentar, eram considerados judeus.

Assim definidos pelos nazistas, inicialmente foram banidos da vida social e civil da Alemanha e depois dos territórios que caíram sob seu domínio ou influência. Depois, foram confinados e exterminados, não importando se entre eles houvesse quem se considerasse ateu, agnóstico, protestante, católico, comunista, anarquista ou qualquer outra coisa.

Em seus estudos, o historiador Omer Bartov se refere a um dos inúmeros casos vividos por pessoas que retornaram, por imposição das Leis de Nuremberg, a uma condição judaica que lhes era estranha e distante antes de chegada de Hitler ao poder.

Rudolf Bauschwitz, um prisioneiro do campo de trabalho de Stettin, fora batizado quando criança. Quando o comandante do campo decidiu enforcá-lo, ele exigiu ser executado por um pelotão de fuzilamento em reconhecimento a sua condição de oficial alemão durante a Primeira Guerra Mundial, na qual recebeu a Cruz de Ferro de Primeira Classe. O comandante respondeu: “Para mim você, é um judeu fedorento e será enforcado como tal”. Ao ser colocado no patíbulo, Bauschwitz pediu aos demais prisioneiros: “Se vou morrer como judeu, peça a vocês, judeus, que digam o *Kadish* depois de mim”.

São horrores como esses que os nazistas praticaram. Mas devemos refletir que horrores como esses nasceram e se forjaram bem antes de os nazistas existirem. E devemos estudar, senhores e senhoras, refletir e vigiar para que eles não se repitam em nossas vidas daqui para frente.

Neste dia 27 de janeiro de 2006, que a lembrança do Holocausto seja para que recordemos todas as perseguições e violências que sofrem os judeus ao longo dos séculos e que não permitamos que um episódio tão lastimável de discriminação de fundo religioso, sectário, possa se repetir em nossa história.

É para isso que existe esta data; para isso, creio eu, é que existe esta lembrança. Que não permitamos que isso se repita na história da humanidade.

Esta era a reflexão que gostaria de fazer neste dia.

O meu abraço muito carinhoso a todos vocês.  
Muito obrigada. (Palmas.)

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO  
DA SRA. SENADORA SERYS SLHESSA-  
RENKO.**

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores.

Estamos aqui reunidos para dar cumprimento a uma resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas que, em novembro, estabeleceu que a data de hoje, 27 de janeiro, como Dia Mundial

do Holocausto, uma data em que devemos recordar os cerca de seis milhões de judeus assassinados durante o Holocausto promovido pelo regime nazista, durante a Segunda Guerra Mundial.

Entendo que não devemos desta recordação uma recordação burocrática, mais uma recordação que sirva para mobilizar nossos corações e nossas mentes contra todas as formas de preconceito, de discriminação, de xenofobia, de violência, que continuam a marcar este mundo de tantas injustiças.

Precisamos nos empenhar, decididamente, na construção de um mundo de Paz!

Esta sessão especial se constitui em um exemplo que o Senado Federal procura dar a todo o Brasil, na esperança de que essa reflexão e a lembrança desta data se reproduzam pelo nosso País afora, nas assembleias legislativas, nas câmaras municipais, nas entidades de classe, nas organizações sindicais, nas associações comerciais, nos **rotarys**, nas maçonarias, nos grêmios estudantis, nas entidades comunitárias, nos clubes de mãe, nas escolas, nas universidades, nas igrejas, mesmo dentro dos lares, enfim, em todos aqueles lugares em que se reúnem os brasileiros e as brasileiras para refletirem e encaminharem as tarefas que se constituem nossas rotinas de vida.

Entendo que é preciso lembrar, e lembrar, e lembrar do Holocausto para que possamos, humildemente, reconhecendo as danças que marcam a nossa condição de seres humanos, nos capacitarmos para um relacionamento verdadeiramente fraterno com os nossos semelhantes.

Que a Fraternidade se afirme como uma utopia a inspirar nossas ações!

Vinte e sete de janeiro de 1945 foi o dia da libertação de todos aqueles que se encontravam prisioneiros no campo de extermínio de Auschwitz.

Apresentada por Israel e apoiada por mais de 89 países, a resolução da ONU nos propõe que elaborem programas de educação que marquem os ensinamentos do Holocausto no espírito das futuras gerações, para prevenir a ocorrência de futuros atos de genocídio.

O que me parece é que, diante de um tema como este, devemos nos postar com muita humildade, reconhecendo que, através dos tempos, homens e mulheres dos mais diferentes países têm se deixado manchar com crimes como o genocídio, a limpeza étnica, o racismo, a xenofobia e o anti-semitismo e para purgarmos nossas almas da violência e dos crimes que vitimaram o povo judeu durante a Segunda Guerra Mundial, devemos assumir em nossas vidas um completo repúdio a todas as manifestações de intolerância religiosa, de incentivo ao ódio, de perseguição ou de violência contra pessoas ou comunidades por causas étnicas ou religiosas.

E quando digo que é importante recordar o Holocausto, entendo que é preciso que determinemos com o máximo de clareza o objetivo que deva ter essa recordação à qual neste momento nos dedicamos. Ao mesmo tempo, devemos ser claro que não basta afirmar que aqueles que esquecem o passado provavelmente estão condenados a repeti-lo porque isso não evita que aqueles que o recordam estejam desde já livre de repeti-lo.

Entendo que para enfrentar este tema, com o espírito verdadeiramente desarmado, devemos começar reconhecendo que, nas malhas da História.

Por meio dos tempos, os seres humanos sempre se pautaram pela cultura da violência. Tanto que não foram poucos os filósofos e analistas que se detiveram sobre estas questões angustiantes: está o homem condenado à violência e à guerra? Será que esta gana que muitos sentem de avançar sobre o próximo, para fazer valer as suas vontades, já vem inscrita em nosso DNA ou em nossos hormônios?

Numa abordagem histórica, somos tentados a concluir que a violência é de fato a regra das relações humanas. Arqueólogos e antropólogos encontraram evidências de militarismo em 95% das culturas que examinaram. Mesmo grupos outrora tidos como exceções, como os maias, os kungs do deserto de Kalahari ou dos samoanos, revelaram-se, após uma avaliação mais minuciosa, tão violenta quanto o resto de nós.

É verdade que certas regiões já experimentaram períodos mais dilatados de paz. O mais extenso período de paz foi registrado na Antártida. Só que o continente gelado – e desabitado – não nos serve de exemplo por razões óbvias. A civilização monóica, que floresceu em Creta e adjacências entre 3000a.C. e 1100a.C. passou 1.500 anos sem travar nenhuma guerra. É verdade que a principal causa da bonança era a existência de uma poderosa marinha que nenhum outro povo ousava desafiar. De modo semelhante, o que foi provavelmente o único momento de paz “mundial” (na Europa e partes da Ásia e da África), entre 100d.C. e 200d.C. esteve baseado no incontestável poderio das legiões romanas.

Antes de sucumbir e nos render à inelutabilidade da violência no gênero humano, convém perguntar se os exemplos que analisamos têm significância. A crer no professor David Sloan Wilson, da Universidade Binghamton, de Nova York, não. Como ele declarou, “quando você considera que foi há apenas 13 mil anos atrás que nós descobrimos a agricultura, e que praticamente tudo

o que chamamos de história humana ocorreu desde então, você verá que tivemos um período de tempo muito curto para trabalhar pela paz global”.

A idéia que subjaz ao raciocínio de Wilson e de outros pesquisadores é a de que, um dia, a guerra será universalmente condenada e se tornará rara.

De modo análogo, poderíamos apostar que também o crime tende a diminuir com o progresso material e político das sociedades. As taxas de criminalidade já são significativamente menores na maioria dos países desenvolvidos. Mesmo no Brasil, os desmandos de narcotraficantes que infernizam a vida em metrópoles como o Rio de Janeiro não se comparam ao que faziam os bandoleiros na Idade Média e na Antiguidade.

Por que o homem não consegue viver em paz? O problema talvez esteja na excessiva valorização das castas guerreiras. Grande parte das culturas humanas reservou o melhor tratamento para seus “defensores”. Eram eles os que recebiam o melhor quinhão dos alimentos e eram eles que copulavam com mais mulheres. Como relata o jornalista Hélio Schwartzman, citando o jornalista Angier, descobriu-se recentemente que Gêngis Khan, o imperador mongol do século 13, gerou tamanha prole que, hoje, 16 milhões de homens asiáticos seriam seus descendentes. Isso equivale a 0,5% da população masculina mundial.

Evidentemente, não será fácil desenraizar dezenas de milhares de anos de cultura para a violência, que segue presente em muitos filmes, seriados, desenhos e até livros a que nossos filhos e filhas se submetem desde a mais tenra infância, nesta nossa sociedade globalizada.

Embora eu realmente acredite que possamos, não acabar com guerras e crimes, mas pelo menos torná-las raras, esse é um processo, na hipótese mais otimista, para séculos, se tudo der certo. Se, com os conflitos e a violência já presentes acrescidos de nossas trapalhadas na área ambiental, não tornarmos o planeta inabitável, talvez os netos dos netos de nossos netos possam viver num mundo melhor. Isso se antes não sofrermos nenhuma catástrofe natural, como vírus assassinos, uma mega explosão vulcânica ou a queda de um cometa errante.

O fato é que, para lembrar com correção a violência que vitimou os judeus durante a Segunda Grande Guerra, é preciso primeiro entendê-la e ver que o ódio aos judeus não nasceu com os alemães, muito menos a partir de Hitler e dos nazistas.

Existem historiados que garantem que as origens do anti-semitismo remontam a períodos bem e se rela-

cionam com pregações de um pregador que também foi judeu: Paulo de Tarso. Também conhecido por seu nome hebraico Saulo, ele era um judeu da diáspora. Nasceu na cidade de Tarso, na Cilícia (hoje Turquia), era filho de um cidadão romano e falava o grego. Diferentemente de Tiago, Pedro e dos nazarenos, Paulo pregava para não-judeus: gregos, egípcios, romanos e persas.

Está relatado na Bíblia Sagrada que Paulo converteu-se ao cristianismo após uma visão na estrada para Damasco. O fato é que ele tinha uma excelente cabeça para o marketing, no que era muito competente. A fim de tornar o judaísmo cristão mais palatável para libertar o bandido Barrabás, e Pilatos lava suas mãos dizendo “Sou inocente do sangue deste justo” (Mt, 27:24) Ao que a multidão responde: “O seu sangue caia sobre nós, e sobre nossos filhos” (Mateus, 27:25). Em João, o último dos Evangelhos, a palavra “judeus” já aparece como um termo genérico para “inimigos de Cristo”. Vale notar que, entre os Evangelhos apócrifos, existem vários com visões bem menos antipáticas dos judeus.

Esse anti-semitismo já pronunciado das vidas de Cristo canônicas é ainda uma brincadeira de criança perto da virulência demonstrada alguns séculos mais tarde pelos chamados pais fundadores da igreja.

Falemos de João Crisóstomo (344-407), que, para os cristãos ortodoxos, é um santo e, para os católicos, leva o título de Doutor da Igreja. Bem, Crisóstomo, escreveu, em suas “Homilias contra os Judeus”, coisas como: “Os judeus sacrificam suas crianças a Satã... eles são piores do que bestas selvagens. A sinagoga é um bordel, um buraco da escória, um templo de demônios devotados a cultos idólatras, uma assembléia criminosa de judeus, um ponto de encontro dos assassinos de Cristo, uma casa de má fama, um abrigo de iniquidades, um abismo de perdição”.

Devemos nos recordar do Holocausto que aconteceu durante a Segunda Guerra como um horror em meio a tantos horrores que marcaram a História humana, muitos deles tendo como vítimas o povo judeu.

No dia 15 de setembro de 1935, quando foram decretadas a Lei de Cidadania do Reich, a Lei de Proleção do Sangue e da Honra Alemãs e o Primeiro Regulamento para a Lei de Cidadania do Reich, num conjunto que ficou conhecido como as Leis de Nuremberg, a condição judaica foi transformada numa sub-condição humana na Alemanha e os judeus foram desprovidos de qualquer vestígio de direitos civis.

Vejam como era feita a definição de “judeu” no Primeiro Regulamento, imposto por Hitler, no seu Artigo V:

“1. Um judeu é um indivíduo que descende de pelo menos três avós que eram judeus racialmente puros. O Artigo II, parágrafo, alínea linha 2 será aplicado. (Art. II, alínea 2: um indivíduo de sangue misto pediu aos demais prisioneiros, “Se vou morrer como judeu, peço a vocês judeus que digam o Kadish depois de mim” (Bartov, 2000:144).

São horrores como esses que os nazistas praticaram. Mas devemos refletir que horrores como estes nasceram e se forjaram bem antes dos nazistas existirem – e devemos estudar, refletir e vigiar para que eles não se repitam em nossas vidas, daqui para a frente.

Neste dia 27 de janeiro de 2006 que a lembrança do Holocausto sirva para que recordemos todas as perseguições e violências que sofrem os judeus, ao longo dos séculos, e que não permitamos que um episódio tão lastimável de discriminação, de fundo religioso, sectário, possa mais se repetir em nossa história.

Para isto é que existe esta data. Para isto, creio eu, é que existe esta lembrança.

Esta a reflexão que gostaria de fazer neste dia.

Sala das Sessões, 27 de janeiro de 2006. – **Serys Shlessarenko.**

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Quero agradecer a presença do Sr. Rafael Singer, Primeiro Secretário Encarregado de Assuntos de Imprensa, Cultura e Cooperação Internacional da Embaixada de Israel.

A Presidência comunica que será exibido, logo após a sessão, na Sala da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, um vídeo sobre esse evento. Um guia se encarregará de conduzi-los àquela sala.

Passo a Presidência à Senadora Heloísa Helena, que tem se destacado, juntamente com a Senadora Serys Shlessarenko, na defesa dos menos favorecidos e tem sempre alertado sobre alguns tipos de ação de ditadores que tentam sufocar a liberdade da sociedade.

Como tenho um compromisso, peço licença às senhoras e aos senhores para me retirar, mas tenho certeza de que o nosso espírito vibrará com os outros oradores e com a direção desta cerimônia pela Senadora Heloísa Helena. (Palmas.)

*O Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Heloísa Helena.*



**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Agradecemos de coração ao Senador Romeu Tuma, que fez um esforço muito grande para estar aqui e presidir esta tão importante solene sessão do Senado Federal, embora saibamos que é obrigação de todos nós estarmos aqui nas sextas-feiras.

Passo a palavra ao Senador Sibá Machado para que faça o seu pronunciamento.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Senadora Heloísa Helena; Sr. Rafael Singer, Encarregado de Assuntos de Imprensa, Cultura e Cooperação Internacional da Embaixada de Israel; Exm<sup>o</sup> Sr. Prot von Kunow, Embaixador da Alemanha; Sr. Pedro Laurindo, Presidente da Haverimbril; Sr. William Soto Santiago, Diretor Internacional da Amisrael; Sr. Ben Abraham, testemunha viva, testemunha ocular e sobrevivente do Holocausto, do campo de concentração de Auschwitz.

Sr<sup>a</sup> Presidente, a data, 27 de janeiro, definida em 2005 pela Assembléia Geral das Nações Unidas, foi escolhida por Israel por ser o dia em que os prisioneiros do maior campo de concentração nazista, Auschwitz–Birkenau, foram libertados.

A resolução da ONU que institui a data pede aos Estados-membros que “montem programas educativos para gravar na memória das gerações futuras o ensinamento do Holocausto a fim de prevenir atos de genocídio”.

Lerei palavras de Jack Terpins:

Para não esquecer o Holocausto.

Durante a República de Weimar (1918-1933), os nazistas começaram a agredir os judeus com palavras. Após a ascensão de Hitler, em 1933, as agressões verbais foram gradualmente transformadas em discriminações econômicas, expulsões, atingindo finalmente a própria destruição física. É importante lembrar que a violência aplicada contra seres humanos no campo de concentração de Auschwitz não começou exatamente aí, mas sim com a demonização dos judeus por meio do anti-semitismo.

Nas palavras de Martin Niemoller, notável pastor luterano na época do nazismo: “Primeiramente, eles vieram pelos comunistas, mas, como eu não era comunista, me omiti. Então eles vieram pelos socialistas e pelos sindicalistas, mas, como eu não era nem um nem outro, não os defendi. Então, eles vieram pelos judeus, mas, não sendo eu judeu, não reagi. E quando eles vieram por mim, já não havia quem reclamasse por minha pessoa”.

Pelos campos de concentração, desde o segundo semestre de 1941, passaram milhões de não-homens, seres dos quais se apagou a centelha divina e que, de tão vazios, não podiam nem conseguiam mais sofrer.

Para que aquele assassinato em massa – pela primeira vez caracterizado como um genocídio – jamais seja esquecido, a ONU decidiu, no ano passado, que, todos os anos, na data de hoje, se comemore o Dia Internacional de Recordação das Vítimas do Holocausto, com o voto unânime de seus membros, entre eles, o Brasil.

Em 2004, o Presidente Lula recebeu uma delegação do Congresso Mundial Judaico e lideranças da comunidade judaica do Brasil e assinou um documento condenando o anti-semitismo, o que significava se manifestar contra a intolerância e a discriminação em todos os sentidos.

Por esse ato da Assembléia-Geral da ONU, o holocausto de cerca de seis milhões de pessoas, ou um terço da população judaica da Europa de antes da guerra, transformava-se em memória pública e lição para combater todas as formas de discriminação, de intolerância, de racismo e de violências contra minorias étnicas.

O Dia Internacional de Recordação das Vítimas do Holocausto também homenageia ciganos, testemunhas de Jeová, homossexuais, deficientes, comunistas, socialistas, lideranças sindicais e opositoristas de modo geral, todos vítimas dos nazistas. E faz com que não se repitam as atrocidades do Camboja, de Ruanda, da Bósnia e de Kosovo.

Datas como esta são importantes para lembrar e fundamentais para conter um ou outro espasmo de discriminação e intolerância que se traduz em anti-semitismo.

O Holocausto de cerca de seis milhões de judeus se torna memória pública e lição para combater todas as formas de intolerância.

Esse texto é de Jack Leon Terpins e Jayme Blay.

Sr<sup>a</sup> Presidente, passei a ler agora algumas biografias. Já li a do Presidente americano Franklin Roosevelt e de outros e, agora, comecei a ler a de Adolf Hitler. Estou nas primeiras páginas, na infância dele. E lá está dizendo que Hitler fez de tudo na vida para ser arquiteto. E qual é a mudança na vida e na personalidade de uma pessoa? Passa de arquiteto para líder de Estado, com uma mentalidade que não se pode traduzir em poucas palavras. O que é um ponto de vista daquele, de escolher aquela forma de dominação?

Eu havia lido um pouco sobre a transformação da Alemanha em Estado-nação. Esse País europeu foi um dos últimos a fazer isso; até então, vivia ainda na forma rudimentar do feudalismo. Aquele País foi, de forma atrasada – digamos assim –, transformado em Estado-nação.

Muito cedo, descobre-se, baseado nas teorias de Charles Darwin, que as sociedades humanas também se comportam como as leis da natureza. Portanto, tudo está em completo e eterno conflito pela sobrevivência, e só sobrevivem os melhores. Baseado nessa teoria, Hitler resolve dizer que a raça ariana é a melhor raça e deveria prevalecer, portanto, na face da Terra.

Quando eu lia sobre isso nas aulas de Geografia, eu não sentia a emoção do que é viver este dia de hoje. Está aqui o Sr. Abraham. Gostaria até que ele levantasse a mão, só para que eu pudesse vê-lo; é o que está à frente. Fico pensando no que é uma pessoa passar por uma experiência como essa e estar aqui para contar a história. Talvez, nesse ponto, unicamente nesse ponto, Hitler tivesse razão: só os melhores sobreviveram. Temos aqui um sobrevivente para contar aquela história.

E os alemães tentaram dominar o mundo, naquele momento. Existem muitas explicações para os fatos, diversos pontos de vista, é claro, mas estou falando sobre este: a tentativa de ocupar o mundo. Ele pensava que uma nação, para sobreviver, teria de ser muito grande, deveria ter um vasto território e, enfim, ocupar muitos espaços.

Há uma outra teoria, também de um alemão, geógrafo, que trata do chamado espaço vital, ou seja, toda espécie de vida na Terra precisa de um espaço mínimo condizente para satisfazer seus desejos, para alcançar sua sobrevivência. Ele dá o exemplo de uma bactéria que se hospeda no intestino. Vamos dar um exemplo nosso mesmo: se um verme se hospeda no intestino de um de nós, ele precisa de condições naquele intestino para sobreviver. Daí se fazem mil e uma ilações.

Então, uma nação precisa de um lugar, de uma condição e de um território para que sobreviva. Com essa teoria, faziam cálculos de que somente os países com maiores territórios, naquela época, teriam condições de dominar o mundo. Portanto, a Alemanha precisava de territórios, e Hitler começou a atacar os vizinhos, iniciando pela Polônia, pela Áustria e daí por diante. E transportou-se isso para a relação inter-racial.

É claro que não tenho condições de dizer ou de concluir sobre o que levou Hitler a pensar daquela maneira, sobre o que levou os nazistas a dizerem que uma raça deve-se sobrepor às demais. Até então, quando o debate era político-ideológico contra comunistas, viam-se mil e uma pessoas que não eram comunistas e até combatiam o comunismo. Quando se falou em movimento social, contra sindicalista, também se via, em muitos lugares, isso acontecendo. Mas, quando foi para cima de uma raça, uma etnia, tornou-se complicado. Era morte aos negros, aos judeus, ao que eles chamavam de raças inferiores, tudo isso porque ele precisava do que chamava de espaço vital para a sobrevivência da raça protegida por Deus.

Todos nós, em algum momento, colocamos para fora um lado animal, canibal, satânico, demoníaco. Cada um de nós tem um pouquinho disso numa pontinha do DNA, no sangue, mas isso precisa ser contido. Não sei o que leva uma pessoa a tirar a vida de outro. Não sei como é que se faz isso, tanto é que defendo que, no Brasil, jamais se adote a pena de morte. Por mais violento que seja o comportamento de alguém, por mais desprezível que seja esse momento de insanidade mental, não se pode pensar em pena de morte.

Imagine decidir que uma etnia inteira precisa desaparecer da face da Terra! Com que direito se pode pensar dessa forma?

Está aqui uma pessoa que não tem a menor condição de fazer uma avaliação do que ocorreu e que não tem como justificar os fatos. Mas fica aqui este sentimento, e, na pessoa do Sr. Ben Abraham, quero saudar todos os sobreviventes, todas as pessoas que receberam os tratamentos colocados naquela época por esse pensamento tão vil, tão macabro, tão tristonho, tão doloroso – sei lá do que mais posso classificá-lo!

Vejo jovens na platéia. Peço, pois, que se conte isso nos quatro cantos do mundo, para que jamais alguém possa, no seu cantinho do DNA, expressar vontades tão absurdas como as que foram expressas por Adolf Hitler.

Saúdo toda a comunidade judaica e todas as pessoas que estão aqui comemorando o dia não só da sobrevivência, mas também da condenação da tirania, do que significou aquele momento para a humanidade.

Parabéns a vocês! (Palmas.)

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Sr<sup>a</sup> Presidente, peço a palavra pela ordem.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Com a palavra, a Senadora Serys Slhessarenko, pela ordem.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, serei bastante breve.

Acabo de receber um documento de Ida Apor, da Confederação Israelita do Brasil – Conib, com um pequeno resumo da biografia do Sr. Ben Abraham, que, todos sabemos, é extensíssima, gigantesca, em termos de sofrimento, de resistência e de posicionamentos muito claros.

Ele nasceu na cidade polonesa de Lodz, esteve confinado em inúmeros campos de concentração, inclusive em Auschwitz, salvando-se, como aqui mesmo diz, por milagre. Ele tomou para si a tarefa de contar ao mundo as suas trágicas experiências.

Ben Abraham é realmente uma pessoa que merece todas as nossas homenagens – de todos nós que estamos aqui e da humanidade –, por fazer essa resistência **a posteriori**, porque apenas conhecendo e compreendendo os fatos somos capazes de fazer transformações. E ele está contribuindo grandemente para isso.

Sr<sup>a</sup> Presidente, peço o registro, na íntegra, nos **Anais do Senado**, da biografia do Sr. Ben Abraham.

Muito obrigada, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)*

O documentário chama-se **“Nazismo Nunca Mais”** 53 minutos

**SR. BEN ABRAHAM (SOBREVIVENTE DO HOLOCAUSTO)**, abaixo uma pequena biografia dele.

**BEN ABRAHAM NASCEU EM 1924**, na cidade polonesa de Lodz. Quando os soldados de Hitler ocuparam a Polônia, foi confinado no gueto e, posteriormente, enviado a vários campos de concentração, inclusive Auschwitz. Salvando-se por milagre, tomou a si a tarefa de contar ao mundo as suas trágicas experiências.

**Abraham não distingue facções ideológicas.** A sua luta contra o totalitarismo e o imperialismo, tanto de esquerda quanto de direita, colocaram-no num posto de respeito como defensor autêntico dos mais puros postulados democráticos.

Por trás de sua aparência tranqüila existe um passado de horror. Abraham, único sobrevivente de sua família, viu filas enormes de pessoas despidas prontas para morrer nas câmaras de gás, se horrorizou com as chaminés das quais jorrava fumaça negra junto com fogo dos crematórios e sentiu o cheiro de carne queimada.

Dos guetos, Ben Abraham conta em seus livros histórias chocantes como de seus empregos. Ele fazia de tudo, até ser enviado para branquear as caldeiras de cobre. “O vapor do ácido penetrava nos meus pulmões, ocasionando terríveis dores de cabeça e tosse constante. Um dia cuspi sangue. Pedi ao engenheiro para ser transferido.

Ele concordou e eu passei a ser ajudante de soldador.”

Nos campos de concentração foi ainda mais dramático:

“Ravensbrück era um campo sem nada de especial ou diferente. Quando lá chegamos, não passávamos de sombras humanas. Logo na chegada, prepararam-nos vários caldeirões com café. Pediram que tivéssemos paciência, pois havia café para todos. Não adiantou Corremos todos de uma vez, um empurrando o outro, feito um bando de animais. Derrubamos todo o café e começamos a lamber o chão. Ninguém conseguiu tomar nada”.

Atenciosamente, – **Ida Apor**, Confederação Israelita do Brasil – CONIB.

(11) 3063-2852 FAX (11) 3063-2854

Neste dia 27 de janeiro comemora-se em todo o mundo o Dia Internacional de Recordação das Vítimas do Holocausto, instituído o ano passado pela Organização das Nações Unidas com o apoio de seus países membros, o Brasil inclusive.

Este Dia do Holocausto tem o sentido de advertir as nações e os seus nacionais para os perigos da intolerância, da discriminação, da ojeriza ao outro e ao diferente que, historicamente, descambam para o anti-semitismo puro e simples. E, quando isso acontece, faz da democracia uma de suas vítimas.

Neste dia 27 de janeiro, há sessenta e um anos, em 1945, as tropas da extinta União Soviética libertavam o campo de concentração de Auschwitz-Birkenau, nos arredores de Cracóvia, uma das cidades mais bonitas da Polônia.

Embora os nazistas tenham construído dezenas de campos de extermínio todos menores do que Aus-

chwitz e, portanto, menor capacidade de matar em escala industrial, este acabou se tornando símbolo e emblema das atrocidades.

Naquele campo de concentração estima-se que tenham sido assassinados cerca de um milhão de judeus, numa atividade diária ininterrupta, desde que foi iniciada, no primeiro semestre de 1942, cumprindo o que determinava uma das propostas incluídas no projeto de Solução Final do problema judaico.

A Solução Final consistiu no massacre de pelo menos dois terços da população judaica da Europa, e começou no segundo semestre de 1941, quando Hitler desencadeou a Operação Barbarossa, isto é, a invasão da União Soviética. Foram mortos todos os judeus numa frente que ia desde os países bálticos, ao norte da Europa, e se estendia pela fronteira russo-alemã, até a cidade de Odessa, na Ucrânia, ao sul. Como se tratava de assassinato puro e simples, este trabalho sujo era executado por tropas SS auxiliadas por policiais e assassinos das cidades conquistadas.

Nestas operações, também eram fuzilados à beira das valas comuns, abertas pelas vítimas em potencial, todos os inimigos e adversários de ocasião: ciganos, Testemunhas de Jeová, homossexuais, comunistas, socialistas, deficientes físicos, sindicalistas, prisioneiros de guerra, etc.

Não com esta denominação, mas a Solução Final começou anos antes, quando os nazistas tomaram o poder e Hitler baixou uma legislação que aos poucos, e inexoravelmente, foi excluindo os judeus da vida alemã. Os professores universitários demitidos, os profissionais liberais impedidos de exercer suas tarefas, os alunos expulsos, os empresários destituídos de seus patrimônios, os banqueiros extorquidos em seus haveres, as famílias segregadas de sua vizinhança, os livros sagrados atirados às fogueiras, as sinagogas incendiadas, as lojas depredadas e as pessoas obrigadas a andar pelas ruas com uma estrela de David amarela. Esta prática se estendeu depois aos milhares de habitantes dos guetos, já durante a guerra.

Não há discurso de pequeno ou grande expediente capaz de relacionar o elenco de atrocidades perpetradas pelos nazistas, antes e durante a Segunda Guerra Mundial.

Os engenheiros do Terceiro Reich trabalharam muito para descobrir meios e modos de matar mais judeus em menos tempo possível e a custo menor. O ponto ideal, para eles, foi a verdadeira linha de mon-

tagem da morte nos campos de concentração, depois apropriadamente chamados de campos de extermínio. Auschwitz era um deles.

As pessoas precisam conhecê-lo. Os países onde estes campos se localizam fizeram bem em preservá-los para mostrar ao mundo o que os homens faziam com outros homens, mulheres, crianças, idosos, e deficientes de toda espécie. É importante para que a humanidade e as futuras gerações se lembrem do que aconteceu por lá.

E por ser importante lembrar, é fundamental que não prosperem iniciativas como as das atuais lideranças do Irã que pretendem, por razões ainda desconhecidas, convocar uma conferência internacional para provar cientificamente que o Holocausto efetivamente ocorreu.

Essas atitudes revisionistas e negacionistas se prestam somente aos que fazem da intolerância e da discriminação o prato que alimenta suas ambições políticas.

Em respeito aos milhões de vítimas do Holocausto, peço aos senhores senadores, com a devida vênia do presidente da Mesa, um minuto de silêncio.

Muito obrigado

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Defiro o pedido de V. Ex<sup>a</sup> na forma do Regimento, nobre Senadora Serys Silhessarenko.

Antes de passar a palavra para o Senador Mão Santa, quero registrar e saudar a presença do ilustríssimo Diretor-Executivo da Confederação Israelita do Brasil, Jaques Perlow. Seja bem-vindo.

Com a palavra, o Senador Mão Santa, pela Liderança do PMDB, para o seu pronunciamento.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Senadora Heloísa Helena, que preside esta sessão solene do Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, Senadoras e Senadores, brasileiros e brasileiras aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação, peço permissão para saudar todas as autoridades presentes deste País e de outros países na pessoa do sobrevivente Ben Abraham, porque são muitas as autoridades e eu poderia esquecer alguns nomes, o que seria imperdoável.

Hoje, é um importante dia dos 181 anos de existência deste Senado. Senadora Heloísa Helena, represento o meu Partido, o PMDB, mas, acima do PMDB, represento o povo cristão deste País. (*Palmas.*)

Mão Santa não sou. Elas são iguais às mãos humanas de pessoas que, como eu e Heloísa Helena, servem à saúde, mas que, guiadas por Deus, puderam de quando em quando salvar vidas. Francisco é meu nome, Sr. Ben Abraham, o que me deixa orgulhoso. Entendo que, no mundo cristão, Senadora Heloísa Helena, quem mais se aproximou de Cristo foi Francisco, o Santo. E acho que não escutaram a mensagem dele, que, com muita fé e convicção, aquela fé que remove as montanhas, dizia: “Pai, fazei-me instrumento de Vossa paz, onde houver ódio, que eu leve o amor; onde houver discórdia, que eu leve a união; onde houver o erro, que eu leve a verdade; onde houver a dúvida, que eu leve a fé”.

Senadora Heloísa Helena, sei que V. Ex<sup>a</sup> é bem jovenzinha, mas eu nasci durante a Segunda Guerra Mundial. Francisco, a paz. Então, todos nós vivemos esse período. A teoria já foi tão bem explanada pela Senadora e pelos Senadores que nos antecederam e tão bem narrada por Norberto Bobbio, que viveu na época do nazismo, do fascismo, de sua Itália, que eu quero falar sobre os frutos que podemos colher disso tudo.

O que podemos colher? Shakespeare, da Inglaterra, disse que não tem bem nem mal, o que vale é a interpretação. Vamos, então, interpretar o Holocausto na história da humanidade. Não houve, na história da humanidade, um genocídio tão grande. Não só judeus, irmãos! Não foram só judeus! Foram 35 milhões que Hitler levou à morte, à desgraça. Ele levou miséria ao mundo.

Senadora Heloísa Helena, eu, menino, na praça N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> das Graças da minha cidade, cheguei a ver o nome de meu pai na lista dos convocados. Graças a Deus e a São Francisco, a guerra acabou. Ainda menino! Quer dizer, vivemos na Parnaíba os reflexos do pavor da guerra. Eu senti, eu li o nome de meu pai.

Atentai bem! A Alemanha não é Hitler. É um grandioso país, de muita história. O mundo deve muito a ele. Duas guerras mundiais. Hitler foi à primeira também. Amargurado, venceu. E liderou a Segunda Guerra Mundial.

Mas o mundo tem de recordar, Professora Heloísa Helena.

Qual a impressão que tive quando visitei a Alemanha, como Prefeito de minha cidade? Falo em mordomia, mas nunca tive tanta. Fui àquele país a convite de uma multinacional que tem uma empresa no Piauí, a Merck, de Darmstadt. E lá, Senadora Heloísa Helena, havia um diretor químico da Merck,

Darmstadt, poderosa indústria farmacêutica, com quem eu andava. Quando ele chegava, diziam: “Professor Basedow”. Olhem como a Alemanha ensina o mundo! Espontâneo, como somos, eu disse: “Basedow, venha cá. Você não é diretor químico da Merck, poderoso, rico?” Eu era convidado da empresa. Ele respondeu: “Sou”. Argumentei: “Mas aonde você chega, dizem: Professor Basedow”. Ele disse: “É, porque o título mais honroso na Alemanha é ser professor”. Atentai bem! Esse é o ensinamento moderno da Alemanha. Aquela profissão é chamada de mestre, igual a Cristo. Perguntei: “Mas o senhor não é um diretor rico da Merck, poderoso?” Ele respondeu: “Mas eu fui professor em Heidelberg”. E continuou: “Você quer conhecer?” Respondi: “Quero”. Heloísa Helena, fiquei perplexo, porque a Alemanha sofreu duas guerras, mas estava toda reconstruída, moderna. Eu estava encantado com aquela estrutura de engenharia de séculos passados, e disse a ele: “O mundo, em duas guerras, respeitou Heidelberg, a universidade mais antiga da Europa”. Aqui o mundo recebe o saber, aquele que está na Bíblia. Sabedoria é ouro. Sócrates já disse, Heloísa Helena, que só há um grande bem: o saber; e só há um grande mal: a ignorância. Isso é algo para meditar.

Mas por que Hitler foi o que foi, o campeão das atrocidades? Nós temos que tirar uma lição. Sobre esse negócio de comunicação, Shakespeare disse que não há bem nem mal; comunicação é comunhão, é dividir o pão, é informação, é saber. Mas é como uma faca. Heloísa Helena, se nós estivermos num churrasco, ela é um instrumento do bem. Mas se enfiarmos na barriga de alguém, no bucho, como se diz no Nordeste, é um instrumento do mal.

E isso tudo foi resultado da comunicação. Foi a comunicação que endeusou Hitler; foi Goebbels. Atentai bem para o perigo que o mundo vive, servo da comunicação mentirosa, servo da comunicação paga pelos poderosos capitalistas, banqueiros, como Heloísa Helena diz, os gigolôs do trabalho da humanidade.

Foi Goebbels que fez Hitler! E a sínteses dele: uma mentira repetida se torna verdade. Esse é o perigo que vivemos.

Senadora Heloísa Helena, estamos aqui pela democracia. Esta homenagem é uma conquista do mundo e do povo: a democracia. O mundo procurou governos. O homem é um animal sociável e político, dizia o filósofo Aristóteles. Uns reis eram os deuses na terra, e Deus seria o rei do céu; outros, os ditadores. Mas o povo, esse povo heróico em quem acreditamos, foi às

ruas e gritou: “Liberdade, Igualdade e Fraternidade!”, para derrubar os outros modelos de governo. Os reis, os totalitários que aí estiveram e estão.

Atentai bem! É isto aqui que temos de homenagear, essa construção do mundo, do povo, insatisfeito, decepcionado, mutilado, derrotado, sacrificado, que gritou: “Liberdade, Igualdade e Fraternidade!” É isto o que procuramos: garantir liberdade a todos, a liberdade do povo judeu e de sua terra. A liberdade do povo judeu em sua terra, mas com esses princípios, esse grito “Igualdade e Fraternidade!”.

Mas precisam entender também os outros. Não foram entendidos, mas precisam entender os outros, buscar aquilo que o meu patrono pregava com sua bandeira, “Paz e Bem” no mundo. Essa é a razão única de estarmos aqui.

Então, Heloísa Helena, essa é a nossa mensagem.

Sabemos que foi o maior espetáculo de maldade da história do mundo. Em menores escalas tivemos nas Romas de Nero, de Calígula. Sabemos nós próprios que temos que ensinar o mundo, porque aqui ela chegou amadurecida. Cem anos depois do grito do povo na França é que ela entrou aqui e amadurecemos para aqui ver que sair dela não é bom. Tivemos um ditador santo, bom, mas ela não é boa. Getúlio Vargas, com todo o respeito ao Paulo Paim, do Rio Grande do Sul, era um homem bom, um homem santo, um homem do trabalho, mas ela não é boa. Está lá o livro de Graciliano Ramos, **Memórias do Cárcere**. Tivemos também a ditadura militar. Estão aí os livros de Elio Gaspari. E Winston Churchill, que teve a coragem de reagir. A França que gritou já estava tombada, dominada, e ele reagiu: “Eu só tenho a oferecer sangue, suor e lágrimas”. E acreditou na democracia.

Olha, Senador Paulo Paim, unir Estados Unidos e Rússia é obra de gênio. Senadora Heloísa Helena, Churchill mandou a sua esposa para a Rússia para ficar ao lado de Stalin, o veio o dia D e a vitória. E é isso que nós temos que preservar do mundo. Nem Hitler nem os que estão aí querendo. Nós estamos aqui saudando o povo vítima do holocausto e que isso não se repita.

Então, as minhas palavras finais, neste dia que engrandece o Senado. Senador Paulo Paim, Israel tem uma estrela, e eu sou do Piauí. A bandeira tem as mesmas cores, Senadora Heloísa Helena, as mesmas. Mas lá, a bandeira tem uma estrela, só uma estrela. Atentai bem! E nós somos este povo que dirigiu esta Casa e ensinou o mundo. Em 181 anos, ninguém excedeu o

Presidente piauiense que aqui esteve, representando aquela estrela. Heloísa Helena, Deus me permitiu estar ao lado dele quando o regime ditatorial dos militares fechou este Congresso, por uma reforma do Judiciário. Eu estava ao lado de Petrônio Portella.

Atentai bem! Aprendei Israel, aprendei Estados Unidos, aprendei com o Piauí, com o Brasil! Senador Paulo Paim, eu estava do lado quando os canhões, fecharam esta Casa. Isso aqui é que é a democracia. Não pensem que outros ambiciosos não tentaram. Nós resistimos aqui. Nós três estávamos aqui. Muitos poucos sonhavam também, e nós resistimos poucos aqui, éramos cinco e resistimos à truculência.

Petrônio disse, quando veio a imprensa, e eu estava do lado, Senadora Heloísa Helena, e ele com a sua moral de entender as coisas profeticamente disse: “Esse é o dia mais triste da minha vida.” E foi com essa mensagem, Geisel recuou e reabriu este Congresso, este Senado, que mantém a democracia no País. E só existe um símbolo: Rui Barbosa. Está onde tem que está, abaixo só de Cristo. Atentai bem! Porque o homem foi criando os instrumentos! E para aquele grito de três palavras de validade, ele criou três instrumentos, que os orgulhosos chamam de poder – eu os chamo de instrumentos: legislativo, judiciário e executivo. De Poder, eu entendo, que é o povo.

Rui Barbosa está ali para ensinar a qualquer país do mundo – porque somos um País cristão: a paz e o bem. Ele disse que só havia um caminho: a lei e a justiça. É a única salvação. E foi além: a todos os exploradores, a todos os mercenários, a todos os agiotas do mundo, ele disse: “A primazia tem de ser dada ao trabalhador e ao trabalho. O trabalhador e o trabalho vêm antes, eles é que fazem a riqueza”. E o que se vê no mundo de hoje é a primazia dos poderosos, dos banqueiros.

Essa é a mensagem que trouxemos.

Terminaremos como iniciamos, com a mensagem do irmão italiano. Eu conheci, Senadora Heloísa Helena, Assis, a capelinha de pedra, que levou a Igreja dos ricos para os pobres. Então, a nossa mensagem de hoje, aproveitando essa página negra da história da humanidade, é levantar a bandeira de Francisco Santos, que disse: “Paz e bem para o mundo”. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa, e passo a palavra ao Senador Paulo Paim, para que faça o seu pronunciamento.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm<sup>a</sup>

Senadora Heloísa Helena, que preside a sessão; convidados, líderes, autoridades presentes a este evento, confesso aos senhores que a minha atividade aqui, no Congresso Nacional, tem muito a ver com a luta contra todo o tipo de preconceito. Conseguimos aprovar, este ano, o Estatuto da Igualdade Racial, como instrumento de combate àqueles que, por pura ignorância e incapacidade, atuam ainda na linha do racismo e do preconceito.

Por isso, Sr<sup>a</sup> Presidente, Senhoras e Senhores, eu gostaria de dizer que são eventos como este que nos fazem parar, refletir e perguntar por que o nazismo teria levado à morte milhões e milhões de judeus; não só judeus, como também homossexuais, negros e outras vítimas. Que demência é essa que faz com que o ser humano – se assim se pode dizer – cometa atos como esse contra o próprio ser humano?

Povos, raças, comunidades. Famílias destruídas: pais, mães, filhos, avós, tios, amigos, vizinhos, conhecidos... Enfim, sonhos de vida apagados, porque foram assassinados.

Quem de nós não assistiu aos filmes, Senadora Heloísa Helena? E quem não ficava chocada e emocionada com estas cenas: “Mamãe, leve-me com você, dê-me a sua mão, não me deixe”. E a mãe respondia: “Acalme-se, filho, tudo vai ficar bem”. Mas, mamãe, estão nos tirando a roupa. Por quê essa fila? Que fumaça é aquela que sai daquela chaminé? Mamãe, não me deixe só. Será que nos vão matar?” São perguntas que ficaram. E eles morreram.

Entendo também que, nesta reflexão, é de fundamental importância se ter consciência de que esses crimes foram cometidos e que jamais conseguirão apagá-los da nossa memória.

Esta Casa está de parabéns por realizar esta sessão especial destinada a lembrar o Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto.

Se os senhores me permitem, quero falar também de um brasileiro e de uma brasileira; quero falar do Diplomata Luiz Martins de Souza Dantas, já falecido, Embaixador em Paris, de 1922 a 1942, que emitiu centenas de vistos durante os anos mais duros da repressão nazista, salvando, assim, centenas e centenas de vidas.

Ao Diplomata Luiz Martins de Souza Dantas, já falecido, brasileiro, por esse grande ato, tomo a liberdade de pedir palmas para ele e para todos aqueles que assim agiram em defesa da vida humana. (Palmas.)

Dantas salvou cerca de 500 pessoas de morrerem em campos de extermínio. Esse verdadeiro herói

é reconhecido oficialmente pelo Museu do Holocausto, em Jerusalém, como “Justo entre as Nações”, nome dado aos que arriscaram suas próprias vidas em defesa das vítimas do Holocausto.

Quero lembrar também, Senadora Heloísa Helena, até em homenagem a V. Ex<sup>a</sup>, que é uma guerreira, uma lutadora, que, entre os Justos, também há uma brasileira: Aracy de Carvalho-Guimarães Rosa, que foi assistente do Embaixador Dantas, em Berlim, durante a Segunda Guerra Mundial. E somente ela, por seu próprio arbítrio, emitia vistos para salvar vidas. Por isso, palmas para Aracy de Carvalho-Guimarães Rosa. (Palmas.)

Nem vou falar aqui do grande Oscar Schindler, que todos vimos no filme, que salvou mais de 1.500 companheiros, eu diria, judeus, de serem assassinados covardemente. Ele já é homenageado permanentemente por todos nós.

Mas eu diria para os senhores que são atos como esse, de amor e de humanismo, que nos fazem acreditar que um outro mundo é possível. Um mundo sem crime, sem racismo e sem discriminação, em que negros, brancos, índios, homossexuais, enfim, todos os que são discriminados tenham as mesmas oportunidades e direitos.

Quero aqui, se me permitem, lembrar um fato que me deixou muito feliz: em São Paulo, a Comunidade Bahá'í presenteou-nos com um diploma, uma homenagem, por termos aprovado a Lei nº 9.457, de 13 de maio de 1997, que condena todos os atos de preconceito. E ela é muito dura, inclusive, em relação à famigerada e condenada Cruz Suástica.

Sr<sup>a</sup> Presidente, já vou concluir.

Escrevi um livro, ao qual se referiu o nosso Senador Mão Santa, em que há uma poesia, que ontem resgatei, e que caberia neste momento. É pequenina, e eu a escrevi num certo momento da minha vida.

O nome do livro é **Cumplicidade: política em poesia**. Penso que tem de haver essa cumplicidade entre os homens de bem.

O nome da poesia é: “Negros, Índios e Judeus”.

Negro, foste afastado, arrancado da tua Pátria Mãe África.

Cortaram abruptamente as tuas raízes que estavam

plantadas na beleza da terra fértil, banhada por rios, cascatas e mares.

Índio, só querias viver integrado com a natureza!

Mas não te foi dado o direito de viver e nem morrer em liberdade.

Judeu, foste perseguido, arrancado da tua casa, do teu lar,

Dizimaram tua família. te jogaram não nos porões dos navios negreiros, mas nos campos de concentração.

Na verdade, campos de extermínio, com o objetivo de massacrar toda uma nação.

Crianças, jovens e velhos foram covardemente assassinados.

Genocídio que envergonha o homem perante a História.

Nossas vidas estão entrelaçadas pelo sofrimento, pelo sangue e pelas lágrimas derramadas com o assassinato dos nossos entes queridos.

Na história recente da Humanidade, ninguém sofreu tanto pelo preconceito como os negros, os judeus e os índios.

Os livros tentaram negar a jornada histórica da resistência em defesa das suas vidas.

Quiseram apagar o nosso passado para destruir o nosso futuro.

Não conseguiram, e nunca conseguirão!

Ao aprovar a lei contra as discriminações fiquei alegre e triste.

Alegre, por termos conquistado mais um instrumento de luta na defesa da nossa cidadania.

Triste, porque esta lei demonstra o quanto o racismo está vivo.

É obrigação nossa combatê-lo de forma permanente.

Jamais deixaremos de lutar contra os pobres de espírito e os preconceituosos.

Peço a Deus perdão!

Perdão, por aqueles que de forma covarde massacraram negros, judeus e índios.

Perdão, pelos que defendem o “apartheid”.

Perdão, pelos que discriminaram velhos, mulheres, crianças e minorias.

Perdão te peço também, Senhor, por todos aqueles que são imbecis, pois somente os imbecis conseguem ser racistas.

Viva aqueles que tombaram na luta contra o racismo!

Vivam os que se dedicam a esta causa.

Vivam os que se dedicaram a ela ao longo de suas vidas.

Muitos tombaram por essa causa.

Termino dizendo: boa sorte, homens e mulheres, guerreiros e guerreiras.

Boa sorte a todos.

Pelos negros, axé!

Pelos índios, suetê!

Pelos judeus, shalom!

Viva a liberdade!

Viva a igualdade!

Abaixo o racismo e o preconceito!

Muito obrigado.

(*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Paulo Paim.

Cumprida a finalidade da sessão, agradeço as personalidades que nos honraram com o seu comparecimento.

Certamente, a mais importante filósofa da história da Humanidade foi uma brilhante judia chamada Hannah Arendt, simplesmente “Hannah” para os seus alunos.

Ela disse, estarecida diante de um julgamento que presenciou, que a coisa que mais a deixava assustada era a forma simplória, simples, corriqueira, como algumas pessoas que estavam sendo julgadas tratavam o genocídio do povo judeu. Ela achava que aquilo não tinha relação com a civilização e com a Humanidade, cuja pior marca era a banalização do mal.

Já que existe um único Deus sobre todas as nações, espero, realmente, que possamos construir um mundo onde as nossas crianças não sejam ensinadas a atirar pedras. Que as nossas crianças possam brincar livres como são a infância e o tributo a um só Deus. Que as nossas crianças, meninas e menininhos de seis anos de idade, não sejam tragadas pela estrutura perversa e maldita do narcotráfico, nas cidades e nas periferias do Brasil. Que as nossas crianças judias e palestinas possam-se abraçar, se acolher no amor, porque o tributo a Deus é o tributo à criança. Não é à toa que uma das mais belas e maiores provas de amor da história do povo de Deus foi dada por Abraão, quando ele subiu ao monte e decidiu-se a entregar o seu filho,



a sua criança. Ele estava, provavelmente, tão certo da complacência do seu Deus, que disse “espere que nós voltaremos” e não apenas “eu voltarei.”. Que o tributo a um único Deus, que está acima de todas as nações, possibilite que as nossas mentes e os nossos corações preguem a paz e a unidade. (Palmas)

A Presidência comunica que será exibido, logo após a sessão, na sala da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, um vídeo sobre este evento.

Agradeço, de coração, ao Abraham\* e a todas as autoridades presentes.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senadora Heloísa Helena, atendendo ao apelo dos Deputados Feu Rosa e Mauro Benevides, solicito que conste nos Anais da Casa a determinação da Organização das Nações Unidas que designa o 27 de janeiro como o Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto.

Obrigado, minha Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)*

**RECORDAÇÃO DO HOLOCAUSTO**

A Assembléia Geral,

Reafirmando a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que declara que todos são dignos de todos os direitos e liberdades estabelecidas, sem distinção de qualquer tipo, como raça, religião ou outra condição.

Lembrando o artigo 3 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que declara que todos têm direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal, Lembrando também o artigo 18 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e o artigo 18 da Carta Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos, todos têm direito à liberdade de pensamento, consciência e religião,

Tendo em mente que os princípios fundadores da Carta das Nações Unidas “para poupar as gerações futuras do flagelo da guerra” são prova da indelével ligação entre as Nações Unidas e a tragédia singular da Segunda Guerra Mundial,

Lembrando a Convenção sobre Prevenção e Punição do Crime de Genocídio, adotada com o objetivo de evitar a repetição de tais genocídios, como aqueles cometidos pelo regime nazista,

Lembrando também o preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que declara que a indiferença e o desprezo aos direitos humanos resultaram em atos de barbárie que ultrajaram a consciência da humanidade,

Tomando nota que o fato de que a 60ª Sessão da Assembléia Geral ocorre durante o 60º ano da derrota do regime nazista,

Relembrando a 28ª Sessão Especial da Assembléia Geral, um evento único, realizado em comemoração a libertação dos campos de concentração nazistas,

Honrando a coragem e dedicação mostrada pelos soldados que libertaram os prisioneiros dos campos de concentração,

Reafirmando que o Holocausto, que resultou no assassinato de um terço do povo judeu e de incontáveis membros de outras minorias, será sempre um aviso a todos os povos dos perigos do ódio, inveja, racismo e preconceito,

1. Determina que as Nações Unidas designem o dia 27 de janeiro como Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto;

2. Encoraja os estados-membro a desenvolver programas educacionais que irão ensinar às futuras gerações lições do Holocausto para ajudar a prevenir futuros atos de genocídio e, nesse contexto, recomenda a Força Tarefa para Cooperação Internacional sobre Educação do Holocausto, Memória e Pesquisa;

3. Rejeita qualquer negação do Holocausto como um evento histórico, por completo ou em parte;

4. Recomenda aos estados que estiveram ativamente envolvidos que preservem os locais que serviram como campos de extermínio nazistas, campos de concentração, campos de trabalhos forçados e prisões durante o Holocausto;

5. Condena, sem reservas, todas as manifestações de intolerância religiosa, incitamento, perturbação ou violência contra pessoas ou comunidades, baseadas em origem étnica ou credo religioso, sempre e onde quer que ocorram;

6. Solicita ao Secretário-geral o estabelecimento de um programa de grande alcance intitulado “O Holocausto e as Nações Unidas”, assim como medidas para mobilizar a sociedade civil para a recordação e ensino do Holocausto, para ajudar a prevenção de futuros

atos de genocídio; reportar à Assembléia Geral sobre o estabelecimento do programa dentro de seis meses a partir da data de adoção da presente resolução; e reportar à Assembléia Geral na sua 63ª sessão sobre a implementação do programa.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Agradeço a V. Exª e ao Deputado Feu Rosa.

O Sr. Senador Luiz Otávio enviou discurso à Mesa alusivo ao presente evento para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

**O SR. LUIZ OTÁVIO** (PMDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, somamos hoje nossa voz à de todos aqueles que, no mundo inteiro, neste dia 27 de janeiro – instituído no final do ano passado, pela Organização das Nações Unidas, como o Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto –, relembram os milhões de pessoas exterminadas na Europa pelo regime nazista durante a Segunda Guerra Mundial.

O dia escolhido marca o aniversário da libertação do campo de *Auschwitz*, maior e mais terrível complexo montado pelo regime nazista com a finalidade de executar o que era então apresentado, com uma dose de cinismo que só faz aumentar a crueldade, como a “solução final” para o assim chamado “problema judeu”. Estima-se que mais de um milhão de pessoas, a grande maioria delas de origem judia, tenham morrido lá, seja como parte do plano de extermínio urdido pelos nazistas, seja pela fome, pelos maus-tratos e pelas doenças.

São poucos, Sr. Presidente, os fatos históricos que se aproximam desse, em termos de dramaticidade. Poucas outras vezes, na história da humanidade – de resto, infelizmente, pródiga em todo tipo de violência –, viu-se algo semelhante: um programa de extermínio estabelecido e conduzido como política de Estado. A monstruosidade do fato é ainda amplificada, se é possível falar assim, pelo caráter sistemático, calculado, com que o genocídio foi executado. Não bastasse a evocação terrificante dos milhões de mortos, chega a dar vertigem, Srªs. e Srs. Senadores, pensar na enorme engrenagem montada para tornar possível a “solução final”, imaginar os burocratas procurando formas mais eficazes de levar a cabo o programa, técnicos buscando maneiras mais eficientes de matar um número cada vez maior de pessoas, enfim, todo o esforço calculista para otimizar a utilização dos meios disponíveis para realizar aquele fim macabro...

Fatos dessa natureza e magnitude estarrecem não tanto por serem freqüentes ou recorrentes, mas

apenas por terem sido possíveis. A simples percepção de que a humanidade é capaz de tais feitos já é bastante para perturbar nossa consciência. Daí a relevância de não esquecermos, de olharmos esses momentos para nos lembrarmos de que, afinal, também somos capazes das piores coisas.

Foi por essa razão, Sr. Presidente, que fiz questão de requerer a realização desta Sessão Solene. Não podemos esquecer aqueles milhões de inocentes que foram exterminados por razões totalmente arbitrárias: por serem judeus, por serem ciganos, por serem homossexuais, ou o que mais fosse usado como desculpa para dar vazão ao ódio e ao preconceito. Mas, sobretudo, não podemos esquecer de que fomos capazes daquilo. Só assim estaremos preparados para evitar que histórias como essas se repitam.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, lembrar os fatos do Holocausto é, como afirma a Resolução da ONU que instituiu o Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, lembrar o enorme perigo que representam o ódio, a intolerância, o racismo e o preconceito.

Ao não permitir que esses fatos dolorosos sejam varridos de nossa memória, reafirmamos, ao mesmo tempo, nosso repúdio à intolerância e ao fanatismo e nosso compromisso com a fraternidade, a inclusão e a tolerância. Sabemos que nem sempre é fácil ser tolerante, aceitar as diferenças, acolher sinceramente aqueles que não compartilham nossas crenças e valores. Mas fatos como o Holocausto estão aí para indicar o que, no final, nos espera quando abrimos mão do esforço de praticar a virtude da aceitação e cedemos aos impulsos do ódio.

Por fim, Sr. Presidente, quero exprimir aqui minha mais profunda simpatia pelos sobreviventes daquele terrível extermínio, apesar da dificuldade, para nós, de imaginar adequadamente os sofrimentos por que passaram.

Aos que morreram, dedico hoje meus pensamentos e minhas orações.

E a todos nós, meus votos de que jamais a humanidade tenha que dizer: aconteceu outra vez.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 11 horas e 16 minutos.*)

## Ata da 10ª Sessão Não Deliberativa, em 30 de Janeiro de 2006

5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura

*Presidência do Sr. Tião Viana, da Srª. Serys Shessarenko,  
dos Srs. Papaléo Paes, Alvaro Dias, Valdir Raupp, Paulo Paim e Garibaldi Alves Filho.*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagens que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidas as seguintes:

### MENSAGEM Nº 76, DE 2006

(Nº 44/06, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 4.122, de 13 de fevereiro de 2002, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Vice-Almirante Murillo de Moraes Rego Corrêa Barbosa

para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ.

Brasília, 24 de janeiro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 1/MT

Brasília, 24 de janeiro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,  
Em conformidade com o disposto no § 1º, do Art. 53, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o nome do Vice-Almirante Murillo de Moraes Rego Corrêa Barbosa, indicando-o para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, com vistas à submissão da aprovação do Senado Federal, consoante alínea f, inciso III, do Art. 52, da Constituição Federal.

Respeitosamente, .

## CURRICULUM VITAE

*Vice-Almirante MURILLO DE MORAES REGO CORRÊA BARBOSA*

### DADOS PESSOAIS

Nascimento :	- 12NOV44
Naturalidade :	- Minas Gerais
Estado Civil :	- Casado
Filiação :	- Orlando Duarte Corrêa Barbosa e Yêdda de Moraes Rego Corrêa Barbosa
CPF :	- 033168317-20
Endereço :	- Condomínio Mansões Califórnia, casa 68 Jardim Botânico – Lago Sul Brasília – DF CEP 71680-364 Tels. 34272170 – 99816133



**CARREIRA**

Guarda-Marinha	- 07/01/1967
Segundo-Tenente	- 06/08/1967
Primeiro-Tenente	- 14/08/1969
Capitão-Tenente	- 15/08/1972
Capitão-de-Corveta	- 30/04/1978
Capitão-de-Fragata	- 31/08/1984
Capitão-de-Mar-e-Guerra	- 25/12/1989
Contra-Almirante	- 31/03/1997
Vice-Almirante	- 31/07/2001

**COMISSÕES**

Contratorpedeiro Paraíba  
Contratorpedeiro Mato Grosso  
Fragata Defensora  
Fragata Independência  
Navio-Patrolha Fluvial Amapá (Comandante)  
Capitania dos Portos dos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Território de Roraima (Ajudante)  
Gabinete do Ministro da Marinha  
Corveta Inhaúma (Comandante)  
Estado-Maior da Armada  
Casa Militar da Presidência da República (Subchefe da Marinha)  
Gabinete do Ministro da Marinha (Assessor Parlamentar / Subchefe)  
Estado-Maior da Armada (Subchefe de Organização)  
Ministério da Defesa (Assessor Especial do Ministro da Defesa)  
Comando Naval da Amazônia Ocidental (Comandante)  
Ministério da Defesa (Diretor do Departamento de Política e Estratégia)  
Comando de Operações Navais (Chefe do Estado-Maior)



## **OUTROS ENCARGOS**

Membro da delegação brasileira junto ao Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná

Membro da delegação brasileira junto ao Conselho da International Maritime Organization (IMO)

Membro da delegação brasileira na V Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul

Membro titular do M. da Marinha no Grupo de Trabalho instituído para criação do Plano Nacional de Contingência

Membro titular do M. da Marinha no Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Membro do Grupo de Trabalho criado no âmbito do M. da Defesa para a revisão da Política de Defesa Nacional e elaboração da Política Militar de Defesa e da Estratégia Militar de Defesa

Membro da delegação brasileira nas V e VI Conferências de Ministros de Defesa das Américas

Representante do M. da Defesa junto à Comissão Interministerial para os Recursos do Mar

Membro titular da Comissão Nacional Permanente do Tratado de Cooperação da Amazônia (CNP-TCA)

Membro Titular da Comissão Executiva do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia

## **CURSOS**

Escola Naval

Aperfeiçoamento de Eletrônica para Oficiais

Curso de Comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval – título de Mestre em Ciências Navais

Curso Superior da Escola de Guerra Naval

Curso de Política e Estratégia Marítima da Escola de Guerra Naval - título de Doutor em Ciências Navais



## SEMINÁRIOS E CONFERÊNCIAS

Participação como palestrante em seminários/conferências patrocinados pelas seguintes instituições:

Escola Superior de Guerra.

Escola de Guerra Naval.

Escola de Comando e Estado – Maior do Exército.

Escola de Comando e Estado – Maior da Aeronáutica.

Woodrow Wilson University (EUA).

National Defense University (EUA).

Fundação Konrad Adenauer (Alemanha).

Chaire Mercosul da Science – Pro

Gabinete de Segurança Institucional

Flacso(Chile)

Universidad Del Cone Sul(Uruguai).

Temas Abordados:

Segurança Internacional.

Política de Defesa Nacional.

Política Militar.

Política Marítima.

Estratégia Militar.

Amazônia.

Faixa de Fronteira.

Papel das Forças Armadas.

## CONDECORAÇÕES

Medalha Militar de Ouro (passador de platina)

Medalha Mérito Marinheiro (quatro âncoras)

Medalha Mérito Tamandaré

Ordem do Rio Branco (grau de Oficial)

Ordem do Mérito Naval (grau de Grande Oficial)

Ordem do Mérito Aeronáutico (grau de Comendador)

Ordem do Mérito da Defesa (grau de Comendador)

Ordem do Mérito Militar (grau de Comendador)

Ordem do Mérito Santos Dumont

Medalha do Pacificador



(a) MURILLO DE MORAES REGO CORRÊA BARBOSA  
Vice-Almirante (RMI)

Aviso nº 54 – C. Civil

Em 24 de janeiro de 2006

Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Vice-Almirante Murillo de Moraes Rego Corrêa Barrosa para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA  
PELA SECRETARIA GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO IV  
**Do Senado Federal**

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....  
III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

.....  
f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

.....  
LEI Nº 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001

**Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências.**

.....  
Art. 53. A Diretoria da ANTT, será composta por um Diretor-Geral e quatro Diretores e a Diretoria da ANTAQ será composta por um Diretor-Geral e dois Diretores.

§ 1º Os membros da Diretoria serão brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos a

serem exercidos, e serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

.....  
DECRETO Nº 4.122,  
DE 13 DE FEVEREIRO DE 2002

**Aprova o Regulamento e o Quadro Demonstrativo dos Cargos Comissionados e dos Cargos Comissionados Técnicos da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, e dá outras providências.**

.....  
ANEXO I

**Regulamento da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ**

.....  
CAPÍTULO III  
**Da Direção e Nomeação**

Art. 6º A ANTAQ será dirigida por um Diretor-Geral e dois Diretores.

§ 1º Os membros da Diretoria serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal, para cumprir mandatos de quatro anos, não coincidentes, observado o disposto no § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001, admitida uma recondução.

§ 2º O Diretor-Geral será nomeado pelo Presidente da República dentre os integrantes da Diretoria e investido na função pelo prazo fixado no ato de nomeação.

§ 3º A Diretoria designará um de seus integrantes para assumir a direção geral nas ausências eventuais e impedimentos do Diretor-Geral e os demais diretores serão substitutos eventuais entre si.

§ 4º A data em que for publicado o decreto de nomeação dos primeiros membros da Diretoria será considerada como termo inicial de todos os mandatos, devendo ser observada, a partir de então, para a renovação anual de diretores.

§ 5º O termo inicial fixado de acordo com o § 4º prevalecerá para cômputo da duração dos mandatos, mesmo que as nomeações e posses subsequentes venham a ocorrer em datas diferentes.



**MENSAGEM Nº 77, DE 2006**

(Nº 45/06, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 4.122, de 13 de fevereiro de 2002, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor Décio Mauro Rodrigues da Cunha para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ.

Brasília, 24 de janeiro de 2006.

EM Nº 2/MT

Brasília, 24 de janeiro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o disposto no § 1º, do Art. 53, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o nome de Décio Mauro Rodrigues da Cunha, indicando-o para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, com vistas à submissão da aprovação do Senado Federal, consoante alínea f, inciso III, do art. 52, da Constituição Federal.

Respeitosamente, .

**CURRÍCULUM VITAE****DECIO MAURO RODRIGUES DA CUNHA**

RESIDÊNCIA : RUA IPANEMA 75/801- BARRA DA TIJUCA- CEP.22.631-390-RJ  
 TELEFONES: (21) - 2431-2941 / 9983-4783  
 CREA : 13.514-D  
 EMAILS : decio.cunha@antaq.gov.br / drcunha@rjnet.com.br  
 FILIAÇÃO: OLAVO RODRIGUES DA CUNHA / CLARISSE ALVES DE SOUZA RODRIGUES DA CUNHA  
 CPF : 012.302.637-72

**EXPERIÊNCIA BÁSICA**

3 ANOS: consultor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários.  
 5 ANOS : em regulação, normalização, conformidade, padronização e normas técnicas.  
 10 ANOS: Assessor da Diretoria da FERROSTAAL DO BRASIL S.A. (Trading Multinacional).  
 11 ANOS: Diretor Comercial e Assessor da Presidência do Estaleiro ISHIBRAS (Multinacional).  
 3 ANOS: Assessor do SINAVAL (Sindicato).  
 7 ANOS: Representante da Indústria de Construção Naval no Grupo Interministerial da IMO.  
 11 ANOS: Consultor de empresas.  
 4 ANOS: Vice-Presidente da SOBENA (Sociedade Brasileira de Construção Naval).  
 4 ANOS: Conselheiro da SOBENA.  
 2 ANOS: Diretor da SOBENA.  
 8 ANOS: Diretor e Conselheiro do INSTITUTO PAN AMERICANO DE ENGENHARIA NAVAL.  
 6 ANOS: Diretor Comercial do Estaleiro CANECO.  
 1 ANO: Diretor de Engenharia da SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE MARINHA MERCANTE (SUNAMAM).  
 4 ANOS: Chefe de Gabinete e Assessor da SUNAMAM.  
 19 ANOS: Perito Desempateador de Varas Estaduais e Federais.

**EDUCAÇÃO E RECICLAGENS**

SEMINÁRIOS SOBRE MEIO AMBIENTE MARINHO -Nov-2003 e Nov-2005.  
 (SOCIEDADE BRASILEIRA DE ENGENHARIA NAVAL)  
 Integrante do Comitê Organizador e coordenador do Painel Gestão de Água de Lastro.  
**UFRJ/COPPEAD**- Jul 1997/Jul 1998.  
**MBA-EXECUTIVO**.  
**ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA**- mar 1991/dez 1991.  
 Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), Turma Vital Brasil.  
**ESCOLA DE GUERRA NAVAL**- maio a nov 1987.  
 Ciclo de estudos sobre a Metodologia de Estudo de Estado Maior.  
 SEMINÁRIO DE CONTROLE DE PROCESSOS E AUTOMAÇÃO – set 1982.  
 Representante do Sindicato Nacional de Indústria de Construção Naval  
 IBM- SEMINÁRIO DE INFORMAÇÃO PARA EXECUTIVOS – set 1980.  
 Destinado a Presidentes e Diretores de Empresas.

**CENTRO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO EXTERIOR**- jul 1979.

Ciclo de Atualização da Legislação de Comércio Exterior pelo Professor José Augusto de Castro.

**COMITÊ BRASILEIRO DA CÂMARA DE COMÉRCIO INTERNACIONAL**- mai 1979.

Seminário sobre arbitragem comercial.

AEB- abr 1979.

Seminário Latino-Americano e do Caribe de Transporte Internacional e Seguro de Crédito de Exportação.

**JAPÃO - SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE MÁQUINAS MARÍTIMAS** – nov 1978.

Representante do Brasil.

**INSTITUTO ACADÊMICO DE RECICLAGEM PARA EXECUTIVOS**- Mar 1978.

Curso abrangendo política internacional, economia, psicologia empresarial e comunicação.

**MARITIME ADMINISTRATION – MARAD** - Washington, USA, abr 1973.

Estágio sobre análise de preços internacionais de navios.

**ESTALEIRO NAVAL DE FILADÉLFIA** -16 semanas, 1971.

Curso *Shipyard Planning and Estimating*.

**ESTÁGIOS NOS ESTADOS UNIDOS** -1969/1970.

Babcock Wilcox, SNAME, David Taylor Model Basin, Estaleiro de Reparos de Nova York, WEBB Institute, Superintendência de Construção de Reparos da Marinha dos Estados Unidos, Divisão de Produção do Arsenal de Marinha dos Estados Unidos em Filadélfia, Laboratório de Turbinas e Caldeiras da Marinha Mercante, ABS, AWS, Eutetic.

**FIRMA GIBBS & COX**-18 meses, 1969-1970.

Cursos sobre construção e reparo naval, abrangendo projeto, supervisão de construção, programação, material e contratos, Nova York.

**AMERICAN WELDING SOCIETY**- Chicago, 1969.

Cursos *Testing and Inspecting of Welds e Gas Shielded Welding Processes*.

**MASSACHUSETTS INSTITUTE OF TECHNOLOGY**- Boston, 1969.

Cursos *Shipbuilding e Planning and Control of Ship Production Processes*.

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE METAIS**-1967.

Cursos de ensaios não destrutivos em materiais.

**ADMISSÃO AO CORPO DE ENGENHEIROS E TÉCNICOS NAVAIS DA MARINHA**- mar - 1967

**ESCOLA POLITÉCNICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)**- 1964 a 1966.

Diplomado em Engenharia Naval (opção Máquinas) e Engenharia Naval (opção Estruturas).

## ATIVIDADES ATUAIS

**AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS** – desde jul 2002.

CONSULTOR DA SUPERINTENDÊNCIA DE NAVEGAÇÃO.

INTEGRANTE DA DELEGAÇÃO BRASILEIRA NA 4ª INTERSESSIONAL e na 53ª REUNIÃO DO COMITÊ DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MARÍTIMA DA IMO, LONDRES – jul 2005

Marcos regulatórios.

Interação marinha mercante – meio ambiente.

Análise e elaboração de normas e resoluções de outorga e de fiscalização, análise de processos, fiscalização de construção de navios em estaleiros nacionais, pareceres e laudos técnicos, pareceres sobre legislação, análise e acompanhamento das Convenções Internacionais e assuntos correlatos tratados no âmbito da IMO (Organização Marítima Internacional), avaliação das posições dos países vis a vis a posição brasileira, sob a coordenação do Grupo Intermministerial coordenado pela Marinha.

Avaliação de conformidade, metrologia, normalização e qualidade.

## **ATIVIDADES EXERCIDAS**

**FERROSTAAL DO BRASIL Ltda-** de jun 1992 a dez 2001.

Responsável por todas as atividades na área naval no Brasil (construção naval e off-shore) e projetos industriais da PETROBRAS.

Responsável pela negociação de participação acionária da Ferrostaal da Alemanha no Estaleiro EISA (Project financing), de 1997 a 2001, cuja efetivação chegou a ser publicamente declarada mas que, devido a problemas internos da Ferrostaal, não ocorreu.

**ISHIKAWAJIMA DO BRASIL ESTALEIROS SA (ISHIBRÁS)** - abr 1981 a nov 1992.

Durante este período participou e foi responsável pela construção e entrega de 36 navios, petroleiros e minero-petroleiros, totalizando 2,6 milhões de toneladas de porte bruto (TPB), no Estaleiro, e responsável pelas atividades comerciais da fábrica de Campo Grande (equipamentos industriais para as áreas hidrelétrica, mineração, transporte e nuclear).

**CONSULTOR DA PRESIDÊNCIA DA ISHIBRÁS** – abr 1987 a nov 1992.

Acompanhamento e agilização de assuntos e projetos da ISHIBRÁS nos órgãos federais, estaduais e municipais. Responsável principal pela licitação, projeto, construção e entrega à Marinha do Navio Tanque ALTE. GASTÃO MOTTA, contratado por US\$ 36,3 milhões em 1988.

**DIRETOR COMERCIAL** de abr 1984 a abr 1987.

Responsável por marketing, departamento jurídico e venda de todos os produtos, incluindo navios, motores, equipamentos industriais pesados para hidrelétricas, usinas siderúrgicas, instalações nucleares, etc.

Dentre os inúmeros navios construídos, destacam-se os dois maiores minero-petroleiros do mundo, DOCEFJORD E TIJUÇA, entregues à WILSEA SHIPPING, de 305.000 TPB cada.

**Assessor da Diretoria** de abr 1981 a abr 1984.

**Membro do Conselho Fiscal** da Itaipuam Montagens SA de abr 1977 a abr 1979.

**INSTITUTO PANAMERICANO DE ENGENHARIA NAVAL (IPEN)**

Conselheiro de jun 1987 a jun 1989.

Diretor de out 1983 a jun 1987 e de set 1979 a set 1981.

**SOCIEDADE BRASILEIRA DE ENGENHARIA NAVAL (SOBENA)**

VICE-PRESIDENTE, de 1973 a 1974 e de 1977 a 1978.

DIRETOR, de 1975 a 1976.

CONSELHEIRO, de 1973 a 1974 e de 1977 a 1978.

**SINDICATO NACIONAL DE INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO NAVAL (SINAVAL)**

mar 1981 a abr 1984.

Representante no Comitê de Coordenação para o Setor Naval do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial).

Representante da Área Naval no Grupo Interministerial para coordenação dos assuntos da IMO (International Maritime Organization), de jun 1982 a abr 1984.

Assessor da Coordenação de Assuntos Técnicos do SINAVAL, abrangendo importação, legislação, seguro, compras, padronização e elaboração de normas técnicas, relacionamento com órgãos governamentais e assuntos gerais, de mai 1981 a abr 1984.

Representante do SINAVAL no Grupo de Trabalho para análise de importação de equipamentos e sistemas de navios construídos nos estaleiros brasileiros junto ao Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), de jan 1977 a abr 1984.

DIRETOR e Membro do Conselho Fiscal, de dez 1976 a dez 1979.

**EMPRESA DE NAVEGAÇÃO GRANCARGA MARÍTIMA**- out. 1982 a abr 1984.

Consultor da Presidência.

**ESCRITÓRIO DE PROJETOS NAVAIS ESTAI** – ago 1982 a abr 1984.

Consultor da Presidência.

**EMPRESA DE NAVEGAÇÃO CONAN** - mai 1981 a nov 1982.

Consultor da Presidência.

**ESTALEIRO DE REPAROS NAVAIS ENAVI** – mai 1981 a jan 1983.

Consultor da Presidência.

**INDÚSTRIAS REUNIDAS CANECO SA** – de jun 1975 a abr 1981.

**DIRETOR COMERCIAL**, de jun 1975 a abr 1981.

Foi convidado para gerir complexo de compras da empresa, reformulando a estrutura então existente, para compatibilização com as grandes encomendas do II PND. O Estaleiro Caneco viveu surto de intenso progresso e modernização no final da década de 70, tendo construído mais de 30 navios de 15.000 até 40.000 tpb.

Responsável pelas atividades comerciais (compra e venda de sistemas, equipamentos e materiais); ORMIG, entrega e garantia, setor jurídico e controle de qualidade.

Membro do Conselho Administrativo da ENGENAVI, de mar 1977 a abr 1981.

Vice-Presidente em exercício, de mai 1979 a jun 1979.

Participou do processo de “downsizing” requerido pela retração do mercado, ao longo de 1981.

**RENAVE** - Empresa Brasileira de Reparos Navais – jan 1975

Coordenador da equipe técnica que realizou os estudos para a RENAVE, com o propósito de apresentar linhas de ação para a seleção do grupo estrangeiro a participar, localização e dimensionamento das unidades da Empresa Brasileira de Reparação Naval.

**SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DA MARINHA MERCANTE (SUNAMAM)**

**ASSESSOR CHEFE**, de jun 1974 a jun 1975.

COORDENADOR do Programa de Construção Naval 1975/1979 do II PND, no valor de US\$ 3,3 bilhões, com 765 embarcações totalizando 5,331 milhões de TPB.

Coordenador dos estudos encomendados pela SUNAMAM ao Consórcio BH Montor - TECNOSOLO, para determinar a viabilidade preliminar da implantação da unidade principal do Centro de Reparação Naval nas instalações da Empresa Brasileira de Reparos Navais Costeira SA, em 1974.

Membro do grupo que estudou a implantação do Centro de Reparação Naval no Brasil, com capacidade de reparos em navios de até 400.000 TPB. Demais membros: Superintendente da SUNAMAM, Presidente do Lloyd Brasileiro, Superintendente da DOCNAVE e Superintendente do DETRAN (PETROBRÁS), 1973.

**CHEFE DE GABINETE** do Superintendente da SUNAMAM- jun 73 a mar 74.

Responsável pelo relacionamento com a mídia, interação com o Ministro dos Transportes. Serviço de Informações.

Substituto do Diretor Executivo da SUNAMAM, de jun 1973 a mar 1974.

Proseguimento das atividades de COORDENADOR do Programa de Construção Naval 1975/1979 do II PND, no valor de US\$ 3,3 bilhões, com 765 embarcações totalizando 5,331 milhões de TPB.

DELEGADO representando o Brasil na Reunião de Consulta sobre Transportes Marítimos entre o Brasil e a Noruega, realizado em Brasília, nos dias 4 e 5 de setembro de 1973.

**ASSESSOR ESPECIAL da SUNAMAM** - Exportação de Navios, 1973.

**REPRESENTANTE do Ministério dos Transportes** no Conselho de Desenvolvimento Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio, 1972.

**DIRETOR do Departamento de Engenharia da SUNAMAM, 1972.**

Responsável por orientar, coordenar, controlar e executar todas as atividades relacionadas com a engenharia de construção naval no País, em particular análise de especificações, elaboração e implantação de normas técnicas nacionais e internacionais, análise de determinação dos preços nacional e internacional dos navios, fiscalização de construção e de projeto, reparos e reaparelhamento de navios, estabelecimento de normas técnicas e instruções de âmbito nacional.

**Assessor da Diretoria de Engenharia de 1970 a 1972.**

**TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**

Perito Desempataador de diversas varas cíveis estaduais e federais, de 1970 a 1989.

**JUIZ MILITAR** para o CONSELHO PERMANENTE DA AUDITORIA DA MARINHA-1968.

**ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO (AMRJ)**

Chefe da Divisão de Delineamento.

Adjunto do Departamento de Produção.

Chefe da Seção de Montagens e Estruturas da Divisão de Oficinas Estruturais

Encarregado Da Seção de Equipamentos e Ferramentaria da Divisão de Oficinas Mecânicas.

Encarregado da Divisão de Projetos.

Instrutor de Elementos de Máquinas do Colégio Técnico Industrial da Escola Técnica.

Instrutor de Elementos de Administração e Organização de Oficinas da Escola Técnica.

Auxiliar da Oficina de Motores.

Auxiliar da Oficina de Máquinas.

Adjunto da Divisão de Delineamento.

Adjunto do Controle da Produção da Divisão de Controle de Produção.

Instrutor de Mecânica do Colégio Técnico do AMRJ.

Auxiliar do Superintendente de Navios da Divisão de Reparos Navais.

Auxiliar da Seção de Obras estruturais da Divisão de Oficinas.

**4º DISTRITO NAVAL – Belém, Pará**

Divisão do Material do Comando do 4º DISTRITO NAVAL-1962 a 1963.

Ajudante de Ordens do Comandante do 4º DN.

Instrutor de Máquinas Elétricas da Escola de Marinha Mercante do Pará.

Comandante dos Navios Mercantes GOIÂNIA E MAUÁ.

**SOCIEDADES TÉCNICAS**

<b>CREA</b>	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
<b>SOBENA</b>	Sociedade Brasileira de Engenharia Naval
<b>IPEN</b>	Instituto Pan-Americano de Engenharia Naval
<b>MESJ</b>	The Marine Engineering Society in Japan
<b>NK</b>	Nippon Kaiji do Brasil Ltda. (Sócio quotista fundador)

**TRABALHOS**

Escola Superior de Guerra, 1991:

- O Japão e os Novos Países Industrializados da Ásia.
- Exame de Conjuntura.

Estudo de Mercado sobre Instrumentos de Controle de Processos.

Comissão Especial de Instrumentação Digital, 1983.

Redução de Variedades de Chapas de Aço para Construção Naval.

Insumos para Construção Naval (palestra).

Linhas de Ação para a Cabotagem:

Encomendado pelo GEIPOT ao ESTAI, 1983.

Sociedade de Máquinas do Japão, 1978:

Relatório sobre o Simpósio Internacional de Máquinas Marítimas (Tóquio).

Dimensionamento e localização das unidades da Empresa Brasileira de Reparação Naval e linhas de ação para seleção do sócio estrangeiro, 1975.

Centro de Instrução Almirante Graça Aranha – CIAGA - 1974.

Conferência- programas de expansão da frota de mercante e necessidade de mão de obra.

Adequação da Frota Fluvial da Amazônia.

Escola de Artilharia de Costa do Exército – 1973:

Conferência: Política de fretes, acordos bilaterais, navegações de longo curso, cabotagem e interior, construção naval, exportação de navios e reparação naval.

Computador na Indústria Naval.

Sistemas de Propulsão e Máquinas Auxiliares.

Especificações Padrão para Navios Mercantes – 1973.

### CONDECORAÇÕES

Marinha do Brasil - Medalha de Bronze, mai 1968.

Marinha do Brasil - Medalha do Mérito Tamandaré, dez 1987.

### IDIOMAS

Inglês -- fluente.

Francês--compreende.

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2005.



DECIO MAURO RODRIGUES DA CUNHA

Aviso nº 55 – C. Civil

Em 24 de janeiro de 2006

Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Décio Mauro Rodrigues da Cunha para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff** Ministra de Estado Chefe da Casa.

*LEGISLAÇÃO CITADA*

*ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO IV  
**Do Senado Federal**

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

LEI Nº 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001

**Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências.**

Art. 53. A Diretoria da ANTT será composta por um Diretor-Geral e quatro Diretores e a Diretoria da ANTAQ será composta por um Diretor-Geral e dois Diretores.

§ 1º Os membros da Diretoria serão brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos a serem exercidos, e serão nomeados pelo Presidente

da República, após aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

DECRETO Nº 4.122,  
DE 13 DE FEVEREIRO DE 2002

**Aprova o Regulamento e o Quadro Demonstrativo dos Cargos Comissionados e dos Cargos Comissionados Técnicos da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, e dá outras providências.**

ANEXO I

**Regulamento da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ**

CAPÍTULO III  
**Da Direção e Nomeação**

Art. 6º A ANTAQ será dirigida por um Diretor-Geral e dois Diretores.

§ 1º Os membros da Diretoria serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal, para cumprir mandatos de quatro anos, não coincidentes, observado o disposto no § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001, admitida uma recondução.

§ 2º O Diretor-Geral será nomeado pelo Presidente da República dentre os integrantes da Diretoria e investido na função pelo prazo fixado no ato de nomeação.

§ 3º A Diretoria designará um de seus integrantes para assumir a direção geral nas ausências eventuais e impedimentos do Diretor-Geral e os demais diretores serão substitutos eventuais entre si.

§ 4º A data em que for publicado o decreto de nomeação dos primeiros membros da Diretoria será considerada como termo inicial de todos os mandatos, devendo ser observada, a partir de então, para a renovação anual de diretores.

§ 5º O termo inicial fixado de acordo com o § 4º prevalecerá para cômputo da duração dos mandatos, mesmo que as nomeações e posses subsequentes venham a ocorrer em datas diferentes.

**MENSAGEM Nº 78, DE 2006**

(Nº 46/06, na origem)

E.M. Nº 26/MT

Brasília, 13 de dezembro de 2005

Senhores Membros do Senado Federal,  
De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 4.122, de 13 de fevereiro de 2002, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor José Ricardo Ruschel dos Santos, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, na vaga do Senhor Ronaldo Herbst Dotta.

Brasília, 24 de janeiro de 2006.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,  
Em conformidade com o disposto no § 1º do Art. 53, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, submeto à elevada consideração de Vossa Excelência, o nome de José Ricardo Ruschel dos Santos, indicando-o para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, com vistas à submissão da aprovação do Senado Federal, consoante alínea f, inciso III, do Art. 52, da Constituição Federal, na vaga anteriormente ocupada por Ronaldo Herbst Dotta, que faleceu no último dia 30 de novembro de 2005.

Respeitosamente,

**JOSÉ RICARDO RUSCHEL DOS SANTOS****INFORMAÇÕES PESSOAIS**

Nome: JOSÉ RICARDO RUSCHEL DOS SANTOS  
Data de Nascimento: 16.02.1957  
Naturalidade: Porto Alegre  
Estado Civil: casado  
Filiação: Raymundo Pacheco dos Santos e Marli Ruschel dos Santos  
Identificação: SSP/RS nº 8004864578 expedida em 06 de janeiro de 1976  
CREA-RS nº 44975-D expedido em 19 de abril de 1983  
CPF: 210.336.410-49  
Endereço residencial: S.Q.N 206 Bloco “D” aptº 603  
CEP: 70844-040  
Tel.: residência - 3274-5595  
celular - 9994-2248  
trabalho - 3447-1859 / 3447-1897

**FORMAÇÃO**

Curso Primário  
1963 – 1967 – Colégio Paula Soares – Porto Alegre – RS

Curso Secundário  
1968 – 1972 – Ginásio Est. Sir Winston Churchill – Porto Alegre – RS

Curso Científico  
1973 – 1975 – Colégio Estadual Júlio de Castilhos – Porto Alegre – RS

Curso Técnico em Edificações  
1973 – 1975 – Escola Técnica Parobé – RS – Porto Alegre – RS

Curso Superior de Engenharia Civil  
1976 – 1982 – Pontifícia Universidade Católica – Porto Alegre – RS

Curso de Pós-Graduação Lato Sensu MBA em Regulação, Defesa da Concorrência e Concessões  
2000 – Fundação Getúlio Vargas – Brasília – DF





## **ESPECIALIZAÇÃO**

---

Curso de Fundações na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1982.

Curso de especialização no cálculo de fundações e obras de acostagem, ministrado pelo Centro de Ensino Portuário – CEP, no Rio de Janeiro – RJ em 1988.

Curso básico em inglês no CCAA em Brasília em 1987.

Curso de Inglês Avançado no IBI – Independent British Institute em Brasília em 1999.

Curso de Especialização em Transportes Multimodal da Organização dos Estados Americanos, em Viña Del Mar no Chile em 1997.

## **EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**

---

### **1977 – 1983 – Engenharia eletromontagens Ltda. - Porto Alegre**

Desenhista-projetista entre 04/77 a 07/78.

Supervisor geral entre 07/78 a 04/80.

Sub-gerente entre 04/80 e 08/82.

Engenheiro civil, responsável técnico pela montagem e fundações de torres metálicas de transmissão entre 08/82 e 06/83.

### **1983 – 1990 – Empresa de Portos do Brasil S.A. - PORTOBRÁS – Brasília – DF**

Engenheiro de Portos e Vias Navegáveis

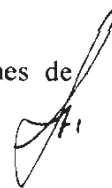
Participação no acompanhamento e fiscalização das seguintes obras:

Ampliação do Porto de Paranaguá – PR – Construção de cais acostável com 510 m de extensão e largura de 14,55m em concreto armado. Infraestrutura em estacas cilíndricas em concreto protendido, pré-moldadas, com diâmetro de 0,80m. Estrutura de contenção de aterro em estacas-pranchas e molhe de contenção.

Construção do segundo berço do Terminal para Granéis Sólidos do Porto de Aratu – BA, com extensão acostável de 210,0m e 15,0m de largura, estrutura pré-moldada em concreto armado sobre fundações em estacas cilíndricas de diâmetro de 0,80m em concreto protendido. Obras de contenção das encostas do referido porto, com volume de movimentação de terra de mais de 600.000m<sup>3</sup>. Recuperação da ponta de acesso ao primeiro berço do terminal de Granéis Sólidos de Aratu em concreto projetado.

Ampliação do terminal para Contêineres do Porto de Santos – SP.

Construção do Armazém Graneleiro de Capuaba e construção dos molhes de abrigo e acessos rodoviário e ferroviário ao porto de Praia Mole – ES.



**1991 – 2001 – Companhia Docas do Rio de Janeiro – cedido ao Ministério dos Transportes**

Ministério dos Transportes como Engenheiro de Portos e Vias Navegáveis – Chefe de Serviço, código DAS 101.1 de 10.11.1993 a 30.12.1996 – conforme Portaria nº 931 de 10 de novembro de 1993

Participação no projeto, acompanhamento e fiscalização das obras de construção do Terminal para Contêineres do Porto de Paranaguá – PR.

Participação no projeto, acompanhamento e fiscalização das obras de Ampliação do terminal para Contêineres do Porto de Rio Grande – RS.

Participação no projeto, acompanhamento e fiscalização das obras de Recuperação dos Molhes do Porto de Rio Grande – RS.

Participação no projeto, acompanhamento e fiscalização das obras de Dragagem e abertura dos arrecifes do Porto de Suape – PE.

Ministério dos Transportes como Chefe da Divisão de Obras do Departamento de Portos - Chefe de Divisão de Obras e Serviços Portuários, código DAS 101.2 de 30.12.1996 a 20.04.1999 – conforme Portaria nº 548 e 549 de 30 de dezembro de 1996

Supervisão da equipe de fiscalização de todas as obras acima referidas.

Análise e pronunciamento sobre projetos de instalação de terminais portuários privativos em todo o país, com posicionamento técnico para elaboração de Contratos de Adesão.

Análise técnica de documentação para Habilitação de Terminais portuários públicos e privativos ao tráfego internacional de embarcações.

Ministério dos Transportes como Coordenador Geral de Infraestrutura Portuária do Departamento de Portos – Coordenador Geral de Infra-Estrutura Portuária, código DAS 101.4 de 20.04.1999 a 14.03.2002 – conforme Portaria nº 129 de 20 de abril de 1999

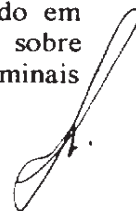
Coordenação de todas as atividades descritas anteriormente.

Fiscalização e distribuição do Orçamento Geral da União para obras portuárias executadas em portos no Brasil pelas Cias. Docas e Administrações portuárias.

Coordenação de todas as licitações para obras portuárias realizadas diretamente pelo Ministério dos Transportes.

Coordenação do sistema de estatística portuária nacional, compreendendo em recebimento, organização, análise e publicação das informações sobre movimentação de cargas e embarcações nos portos brasileiros e terminais privativos.

Acompanhamento e fiscalização do sistema tarifário dos portos brasileiros.



Presidente do Conselho Fiscal da Cia. Docas do Estado do Maranhão – maio/1999 a abril/2002

Representante do Ministério dos Transportes junto ao Comitê de Facilitação da IMO – International Maritime Organization, em Londres durante a 28ª e a 29ª sessão.

Representante do Ministério dos Transportes junto ao Comitê de Segurança Marítima da IMO – International Maritime Organization, em Londres durante a reunião extraordinária do grupo interessessional de segurança.

Presidente da Comissão Especial de Licitação das obras de Recuperação e Prolongamento do Molhe Sul da Barra do Porto de Laguna – SC.

#### **2002 – Companhia Docas do Rio de Janeiro – cedido à ANTAQ**

Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ – como Gerente de Outorgas, código CGE III, ANTAQ de 13.03.2002 – conforme Portaria nº 23 de 14 de março de 2002 e, posteriormente como Gerente de Terminais de Uso Privativo.

Análise de propostas e solicitações de outorgas de concessão para exploração da infra-estrutura portuária, autorização para construção e exploração de terminal de uso privativo;

Organização do cadastro das outorgas estabelecidas;

Elaboração de termos de autorização de terminais de uso privativo;

Elaboração de editais e contratos de outorga para concessão da exploração da infra-estrutura portuária;

Análise de solicitações para habilitação ao tráfego marítimo internacional de portos e terminais de uso privativo;

Presidente do Conselho de Autoridade Portuária do porto de Porto Alegre – julho de 1993 a março de 1999

Presidente Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Itajai – dezembro de 2002 a março de 2004

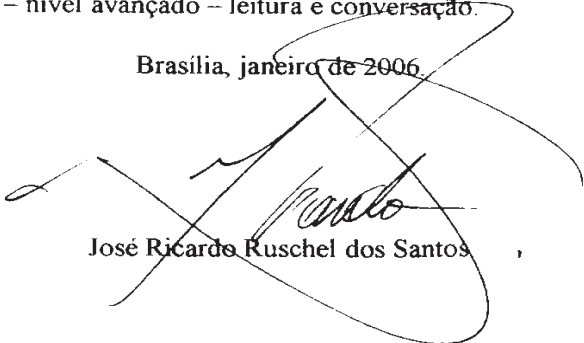
Presidente Conselho de Autoridade Portuária do Porto do Rio Grande – abril de 2004 até o momento.

#### **IDIOMAS**

Inglês – nível avançado – leitura, redação e conversação.

Espanhol – nível avançado – leitura e conversação.

Brasília, janeiro de 2006.

  
José Ricardo Ruschel dos Santos

Aviso nº 56 – C. Civil

Em 24 de janeiro de 2006

Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor José Ricardo Ruschel dos Santos, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, na vaga do Senhor Ronaldo Herbst Dotta.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe Casa Civil da Presidência da República.

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO IV  
**Do Senado Federal**

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

LEI Nº 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001

**Dispõe sobre a reestruturação dos transportes Aquaviários e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes, e dá outras providências.**

Art. 53. A Diretoria da ANTT será composta por um Diretor-Geral e quatro Diretores e a Diretoria da ANTAQ será composta por um Diretor-Geral e dois Diretores.

§ 1º Os membros da Diretoria serão brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos a serem exercidos, e serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal,

nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

DECRETO Nº 4.122,  
DE 13 DE FEVEREIRO DE 2002

**Aprova o Regulamento e o Quadro Demonstrativo dos Cargos Comissionados e dos Cargos Comissionados Técnicos da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, e dá outras providências.**

ANEXO I

**Regulamento da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ**

CAPÍTULO III  
**Da Direção e Nomeação**

Art. 6º A ANTAQ será dirigida por um Diretor-Geral e dois Diretores.

§ 1º Os membros da Diretoria serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal, para cumprir mandatos de quatro anos, não coincidentes, observado o disposto no § 1º art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001, admitida uma recondução.

§ 2º O Diretor-Geral será nomeado pelo Presidente da República dentre os integrantes da Diretoria e investido na função pelo prazo fixado no ato de nomeação.

§ 3º A Diretoria designará um de seus integrantes para assumir a direção geral nas ausências eventuais e impedimentos do Diretor-Geral e os demais diretores serão substitutos eventuais entre si.

§ 4º A data em que for publicado o decreto de nomeação dos primeiros membros da Diretoria será considerada como termo inicial de todos os mandatos, devendo ser observada, a partir de então, para a renovação anual de diretores.

§ 5º O termo inicial fixado de acordo com o § 4º prevalecerá para cômputo da duração dos mandatos, mesmo que as nomeações e posses subsequentes venham a ocorrer em datas diferentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– As mensagens que acabam de ser lidas vão à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. Primeiro Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

**OFÍCIOS  
DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO  
DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

– Nº 718/2005, de 21 de dezembro último, encaminhando ao Senado Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2000 (nº 4.632/2001, naquela Casa), que altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, estabelecendo critérios de transparência para a exploração de concessões públicas; e

– Nº 723/2006, de 21 de dezembro último, encaminhando ao Senado Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2003 (nº 1.711/2003, naquela Casa), que inscreve o nome de “Alberto Santos Dumont”, o Pai da Aviação, no “Livro dos Heróis da Pátria.”

São as seguintes as emendas encaminhadas:

**EMENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS  
AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, DE 2000  
(Nº 4.632/2001, naquela casa)**

**Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, estabelecendo critérios de transparência para a exploração de concessões públicas”.**

**EMENDA**

Acrescente-se ao projeto o seguinte art. 2º renumerando-se o atual art. 2º para art. 3º:

“Art. 2º Aplicam-se as disposições dos arts. 28-A e 30-A da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, às concessões de serviços de telecomunicações regidas pela Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.”

**PROJETO ORIGINAL APROVADO PELO  
SENADO E ENCAMINHADO À  
CAMARA DOS DEPUTADOS**

**Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, estabelecendo critérios de transparência para a exploração de concessões públicas.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 28-A e 30-A:

“Art. 28-A. Todos os contratos de concessão celebrados pelo Poder Público deverão ser publicados na íntegra na imprensa oficial e disponibilizados pela rede mundial de computadores ou a requerimento.

§ 1º Estão sujeitos, também, à publicidade de que trata o **caput** deste artigo, os termos aditivos aos contratos e, em relação a estes, a avaliação mensal de seu cumprimento.

§ 2º No caso de concessão para exploração de rodovias, a concessionária deverá tornar público, na forma do **caput** deste artigo, trimestralmente, planilha analítica com demonstração de custos e receitas.”

.....  
“Art. 30-A. O poder concedente é obrigado a publicar, mensalmente, na imprensa oficial, e a disponibilizar pela rede mundial de computadores, demonstrativos das receitas auferidas por todas as suas concessões, discriminadamente, bem como a indicação precisa da destinação desses recursos financeiros.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de maio de 2001. – Senador **Jader Barbalho**, Presidente do Senado Federal.

*LEGISLAÇÃO CITADA  
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

**CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....  
Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Parágrafo único. A lei disporá sobre:

I – o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

II – os direitos dos usuários;

III – política tarifária;

IV – a obrigação de manter serviço adequado.

.....

LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995

**Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.**

Art. 28-A. Para garantir contratos de mútuo de longo prazo, destinados a investimentos relacionados a contratos de concessão, em qualquer de suas modalidades, as concessionárias poderão ceder ao mutuante, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais futuros, observadas as seguintes condições: **(Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)**

I – o contrato de cessão dos créditos deverá ser registrado em Cartório de Títulos e Documentos para ter eficácia perante terceiros;

II – sem prejuízo do disposto no inciso I do **caput** deste artigo, a cessão do crédito não terá eficácia em relação ao Poder Público concedente senão quando for este formalmente notificado; **(Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)**

III – os créditos futuros cedidos nos termos deste artigo serão constituídos sob a titularidade do mutuante, independentemente de qualquer formalidade adicional; **(Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)**

IV – o mutuante poderá indicar instituição financeira para efetuar a cobrança e receber os pagamentos dos créditos cedidos ou permitir que a concessionária o faça, na qualidade de representante e depositária; **(Incluído Pela Lei nº 11.196, de 2005)**

V – na hipótese de ter sido indicada instituição financeira, conforme previsto no inciso IV do **caput**, deste artigo, fica a concessionária obrigada a apresentar a essa os créditos para cobrança; **(Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)**

VI – os pagamentos dos créditos cedidos deverão ser depositados pela concessionária ou pela instituição encarregada da cobrança em conta corrente bancária vinculada ao contrato de mútuo; **(Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)**

VII – a instituição financeira depositária deverá transferir os valores recebidos ao mutuante à medida que as obrigações do contrato de mútuo tornarem-se exigíveis; e **(Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)**

VIII – o contrato de cessão disporá sobre a devolução à concessionária dos recursos excedentes, sendo vedada a retenção do saldo após o adimplemento integral do contrato. **(incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)**

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, serão considerados contratos de longo prazo aqueles cujas obrigações tenham prazo médio de vencimento su-

perior a 5 (cinco) anos. **(Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)**

LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997

**Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.**

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)*

**EMENDAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 2003 (Nº 1.711/2003, naquela Casa)**

**Inscribe o nome de “Alberto Santos Dumont”, o Pai da Aviação, no “Livro dos Heróis da Pátria.**

**EMENDA Nº 1**

Acrescente-se na ementa do projeto o termo “Marechal-do-Ar”, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Inscribe o nome do Marechal-do-Ar, Alberto Santos Dumont, o Pai da Aviação, no Livro dos Heróis da Pátria.”

**EMENDA Nº 2**

Acrescente-se no art. 1º do projeto o termo “Marechal-do-Ar”, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Será inscrito o nome do Marechal-do-Ar Alberto Santos Dumont, o Pai da Aviação, no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília.”

**PROJETO ORIGINAL APROVADO PELO SENADO FEDERAL ENCAMINHADO À CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**Inscribe o nome de “Alberto Santos Dumont”, o Pai da Aviação, no “Livro dos Heróis da Pátria”.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Será inscrito o nome de “Alberto Santos Dumont”, o Pai da Aviação, no “Livro dos Heróis da Pátria”, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 13 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(À Comissão de Educação.)

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– As proposições que acabam de ser lidas serão despachadas às Comissões competentes e terão suas tramitações iniciadas a partir de 15 de fevereiro.

Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006**

(Nº 1.696/2003, na Casa de Origem)

**Altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. ....  
.....

§ 2º É obrigatória a cobertura do atendimento nos casos:

I – de emergência, como tal definidos os que implicarem risco imediato de vida ou de lesões irreparáveis para o paciente, caracterizado em declaração do médico assistente;

II – de urgência, assim entendidos os resultantes de acidentes pessoais ou de complicações no processo gestacional;

III – de planejamento familiar.  
..... “(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.696, DE 2003**

**Altera o parágrafo 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, a qual dispõe sobre os Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. ....

§ 2º É obrigatória cobertura do atendimento nos casos:

I – de emergência, como tal definidos os que implicarem risco imediato de vida ou de lesões irreparáveis para o paciente, caracterizado em declaração do médico assistente;

II – de urgência, assim entendidos os resultantes de acidentes pessoais ou de complicações no processo gestacional.

III – de planejamento familiar, desta forma compreendidos todos os métodos e técnicas de concepção e contracepção cientificamente aceitos.”(NR)

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

**Justificação**

O Sistema Único de Saúde, por intermédio do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher tem buscado a implementação dos direitos de autonomia reprodutiva conquistados pela população brasileira a partir da promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988. Ali estão estabelecidas as diretrizes a serem obedecidas pelo legislador ordinário, que não deve vincular direito e acesso aos serviços de planejamento familiar às políticas de controle demográfico. Entre estas diretrizes figura, claramente, a liberdade de decisão do casal e a responsabilidade em prover recursos educacionais e científicos para o exercício deste direito.

Para regular este aspecto da Constituição Federal, surgiu a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Nesta lei encontra-se expresso, no tocante à implementação das ações de planejamento familiar no art. 6º que: “as ações de planejamento familiar serão exercidas pelas instituições públicas e privadas, filantrópicas ou não, nos termos desta lei e das normas de funcionamento e mecanismos de fiscalização estabelecidos pelas instâncias gestoras do Sistema Único de Saúde.”

Consta, entretanto, que boa parte dos planos e seguros privados de saúde não fornecem qualquer método de concepção ou contracepção, remetendo frequentemente ao Sistema Único de Saúde até mesmo procedimentos de baixa ou média complexidade, sem o devido ressarcimento.

As políticas de promoção do acesso ao planejamento familiar são de realização progressiva. O atendimento de um direito social, como é o acesso aos métodos de concepção e contracepção, sempre é confrontado por demandas múltiplas e crescentes.

Em face de restrições operacionais e orçamentárias, muitas vezes alguns insumos e procedimentos não estão disponíveis na rede do Sistema Único de

Saúde. Assim, consideramos que os Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde deve orientar-se também para o atendimento da demanda da atenção ao planejamento familiar.

Por julgar oportuna e justa a iniciativa sob exame, entendendo que se faz necessário compatibilizar o interesse dos usuários dos Planos e Seguros de Saúde com direitos assegurados na Constituição Federal, legalizados no teor da Lei nº 9.263/96 e na Portaria nº 48/99 do Ministério da Saúde; contamos com a colaboração dos ilustres pares para o aperfeiçoamento desta proposta e conseqüente aprovação.

Sala das Sessões, 14 de agosto de 2003. – Deputado **Geraldo Resende** – PPS/MS.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

#### ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.656, DE 3 DE JUNHO DE 1998

#### Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.

Art. 12. São facultadas a oferta, a contratação e a vigência de planos ou seguros privados de assistência à saúde que contenham redução ou extensão da cobertura assistencial e do padrão de conforto de internação hospitalar, em relação ao plano referência definido no art. 10, desde que observadas as seguintes exigências mínimas: (Vide Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

§ 2º É obrigatória cobertura do atendimento nos casos: (Vide Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

I – de emergência, como tal definidos os que implicarem risco imediato de vida ou de lesões irreparáveis para o paciente, caracterizado em declaração do médico assistente; (Vide Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

II – de urgência, assim entendidos os resultantes de acidentes pessoais ou de complicações no processo gestacional. (Vide Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.177-44,  
DE 24 DE AGOSTO DE 2001

#### Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde e dá outras providências.

(À Comissão de Assuntos Sociais.)

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

(Nº 1.984/2003, na Casa de origem)

#### Altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei inclui as normas técnicas no rol das obras intelectuais protegidas pela Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

Art. 2º O inciso XIII do **caput** do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º .....

XIII – as coletâneas ou compilações, antologias, enciclopédias, dicionários, bases de dados, normas técnicas e outras obras que, por sua seleção, organização ou disposição de seu conteúdo, constituam uma criação intelectual.

.....”(NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.984, DE 2003

#### Altera o inciso XIII do artigo 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei inclui as normas técnicas elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas no rol das obras intelectuais protegidas pela Lei nº 9.610, de 19 de Fevereiro de 1998.

Art. 2º O inciso XIII do artigo 7º da Lei nº 9.610, de 19 de Fevereiro de 1998 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º .....

XIII – as coletâneas ou compilações, antologias, enciclopédias, dicionários, base de dados, normas técnicas elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas e outras obras, que, por sua seleção, organização ou disposição de seu conteúdo, constituam uma criação intelectual.(NR)”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### Justificação

Dispõe o artigo 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que são obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio



ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro”, tais como as mencionadas nos incisos dali constantes.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas mantém uma infra-estrutura de 12 (doze) mil técnicos, das mais variadas especialidades, trabalhando diariamente, bem como 53 (cinquenta e três) Comitês Brasileiros de Normatização, espalhados por várias regiões do País. Para fazer face a tais despesas, sempre se garantiu o direito exclusivo de explorar suas obras, como titular de direito autoral assegurado pelos artigos 28 e 29 da Lei nº 9.610/98.

Recentemente, contudo, algumas empresas utilizadoras das normas da ABNT passaram a questionar os direitos autorais desta última, ao argumento de que tais normas técnicas não seriam objeto de proteção por parte da Lei nº 9.610/98, por estarem supostamente enquadradas nos incisos I ou IV do artigo 8º desse diploma legal.

Ocorre que, ao contrário do alegado, referidas normas técnicas são, em regra, facultativas e sem caráter vinculante, além de expedidas por uma associação privada, desvinculada da Administração Pública. Não caracterizam, pois, os atos oficiais mencionados no inciso IV daquele artigo 8º, já que estes são oriundos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Tampouco se enquadram no inciso I, dada a impossibilidade de se definirem como procedimentos normativos ou “soma de atos que se realizam, ordenada e sucessivamente, para o justo e parcial solucionamento”. Tais normas têm por objetivo normalizar, ou seja, padronizar os produtos ou serviços existentes no mercado, mediante a expedição de Informações técnicas, resultantes de processo científico, que indiquem as características de produtos ou serviços de qualidade aprovada.

Daí o seu enquadramento no inciso XIII do artigo 7º da Lei de Direitos Autorais, devendo-se ter em mente a importância social da atividade desenvolvida pela ABNT, em especial para a comunidade científica, comercial e industrial. Ao divulgar suas normas, seja através de boletins periódicos, sites da internet, atendimento telefônico ou outros meios, a ABNT não somente logra êxito na exploração de suas obras literárias, como também consegue dar grande amplitude e alcance à divulgação de tais normas técnicas, atendendo à necessidade do mercado.

Há que se observar, ainda, que a regulamentação desta matéria apenas reforça um direito, não prejudicando nenhuma empresa ou pessoa física, mormente quando se sabe que a ABNT, associação fundada em 28 de Setembro de 1940, é uma sociedade civil sem

fins lucrativos reconhecida como órgão de utilidade pública pela Lei nº 4.150/1962, verbis:

“Art. 5º A ‘ABNT’ é considerada como órgão de utilidade pública e, enquanto não visar lucros, aplicando integralmente na manutenção de sua administração, instalações, laboratórios e serviços, as rendas que auferir, em seu favor se manterá, no Orçamento Geral da República, dotação não inferior a dez milhões de cruzeiros (CR\$ 10.000.000,00).”

Além disso, é credenciada como Fórum Nacional de Normalização pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – CONMETRO, através da Resolução nº 06, de 24 de Agosto de 1992, com o objetivo de planejar e avaliar a atividade de normalização técnica no Brasil, além de ser uma instância de recorrência administrativa do Sistema de Normalização (item 1.3, alínea ‘b’, da Resolução 6/92).

Outrossim, consoante o disposto no seu Estatuto Social, suas atividades englobam a elaboração de normas técnicas e o fomento do seu uso “nos campos científico, técnico, industrial, comercial, agrícola e correlatos, mantendo-as atualizadas, apoiando-se, para tanto, na melhor experiência técnica e em trabalhos de laboratório”; bem como a colaboração com o Estado no estudo e solução dos problemas que se relacionem com a normalização técnica em geral, dentre outras funções.

As normas técnicas decorrem da necessidade do homem de registrar seu aprendizado, de modo a poder repetir suas ações, obtendo os mesmos resultados e otimizando forças físicas e mentais. A normalização tem por objetivo a padronização da qualidade dos produtos e serviços, proporcionando meios mais eficientes para a troca de informações entre fabricantes e clientes e melhorando a confiabilidade das relações comerciais.

Destarte, o que se pretende com esta proposição é a alteração do inciso XIII do artigo 7º da Lei nº 9.610/98 para tornar clara a proteção dos direitos autorais da ABNT sobre normas técnicas por ela elaboradas, tornando inequívoca a matéria e evitando futuros questionamentos judiciais.

Isso posto, conclamo meus ilustres Pares para a aprovação deste projeto, que tem o intuito de reforçar um direito já intrínseco da Associação Brasileira de Normas Técnicas, favorecendo a atividade tão necessária de elaboração de normas técnicas em nosso país.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 2003,  
– Deputado **Ricardo Barros**.

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.**

.....  
Art. 7º São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como:

.....  
XIII – as coletâneas ou compilações, antologias, enciclopédias, dicionários, bases de dados e outras obras, que, por sua seleção, organização ou disposição de seu conteúdo, constituam uma criação intelectual.

.....  
(À Comissão de Educação.)

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2006**  
(Nº 4.473/2004, na Casa de Origem)

**Institui o Dia do Radialista.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído, no calendário das efemérides nacionais, o Dia do Radialista, a ser comemorado no dia 7 de novembro, data natalícia do compositor, músico e radialista Ary Barroso.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.473, DE 2004**

**Institui o Dia do Radialista.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído, no calendário das efemérides nacionais, o Dia do Radialista, a ser comemorado no dia 7 de novembro—data natalícia do compositor, músico e radialista Ary Barroso.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

O ano de 2003 assinala o centenário de nascimento de importante compositor mineiro, criador do samba exaltação, autor da célebre “Aquarela do Brasil”, música brasileira de maior repercussão internacional. Estamos nos referindo a Ary Evangelista Barroso, nascido na cidade de Ubá, Estado de Minas Gerais, em 7 de novembro de 1903.

Desde cedo, aos 12 anos de idade, já demonstrava talento musical, sendo pianista do Cinema Ideal.

Em 1921, muda-se para a então capital do País, onde viveria por mais de quarenta anos.

Na década de 30, quando se inicia em nosso País a chamada “Era do Rádio”, Ary Barroso compõe para o teatro musicado carioca e cria, em 1939, a famosa “Aquarela do Brasil”, expressão do nacionalismo musical. Gravada inicialmente por Francisco Alves, “Aquarela do Brasil” foi regravada inúmeras vezes por expressivos nomes da MPB e eleita, pela Academia Brasileira de Letras, em 1997, a canção brasileira mais importante do século.

Ary Barroso é autor da trilha sonora do filme “Você já foi à Bahia?”, de 1944, de Walt Disney, que concorreu ao Oscar e recebeu um diploma de mérito da Academia de Artes e Ciências Cinematográficas de Hollywood.

A relação de Ary Barroso com o rádio iniciou-se a partir de 1943 quando mantém por vários anos o programa “A Hora do Calouro”, na famosa e inesquecível Rádio Nacional. Nesse programa, líder de audiência, ele revela novos talentos, como Dolores Duran, Elza Soares e Luiz Gonzaga. Na rádio, Ary trabalha também como locutor esportivo. É autor de centenas de músicas antológicas do cancioneiro popular, tais como “No Tabuleiro da Baiana?”, “Na Baixa do Sapateiro”, “No Rancho Fundo”, “Sandália de Prata”, “Risque”, entre outras.

No contexto da redemocratização política do País, Ary Barroso candidata-se em 1946 a uma cadeira na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, tendo sido eleito vereador pela União Democrática Nacional (UDN). Morre na cidade do Rio de Janeiro em 9 de fevereiro de 1964, deixando um legado memorável para a música e cultura brasileiras.

Em reconhecimento a sua valorosa contribuição patriótica, artística e cultural de préstimo imensurável para o País, o Governo Federal, através do Decreto de 15 de janeiro de 2003, criou uma Comissão Nacional Organizadora do Centenário de nascimento de Ary Barroso, cuja coordenação está a cargo do Ministério da Cultura (Mine).

A instituição do Dia do Radialista, além de prestar uma justa homenagem a Ary Barroso, no ano do centenário de seu nascimento e, por extensão, aos profissionais do rádio, reconhece, também, a importância desse meio de comunicação de massa no contexto da história do País.

No Brasil, país de dimensões continentais e de uma diversidade cultural marcante, o rádio consegue chegar nos mais longínquos recantos, seja trazendo notícias, informando, entretendo e até mesmo prestando serviços assistenciais e comunitários a centenas

de brasileiros, razão pela qual solicito a meus ilustres Pares a aprovação da matéria.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2004.

– Deputado **Sandes Júnior**.

(À Comissão de Educação.)

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006**

(Nº 4.730/2004, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

**Dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 830. O documento em cópia oferecido para prova poderá ser declarado autêntico pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

Parágrafo único. Impugnada a autenticidade da cópia, a parte que a produziu será intimada para apresentar cópias devidamente autenticadas ou o original, cabendo ao serventário competente proceder à conferência e certificar a conformidade entre esses documentos.” (NR)

“Art. 895. ....

I – das decisões definitivas ou terminativas das Varas e Juízos, no prazo de 8 (oito) dias; e

II – das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de 8 (oito) dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos.

..... “(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

**PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.730 DE 2004**

**Dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 10 de maio de 1943**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452,

de 12 de maio de 1943, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 830. O documento em cópia oferecido para prova poderá ser declarado autêntico pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

Parágrafo único. Impugnada a autenticidade da cópia, a parte que a produziu será intimada para apresentar cópias devidamente autenticadas ou o original cabendo ao serventário competente proceder à conferência e certificar a conformidade entre esses documentos.” (NR)

“Art. 895. ....

I – das decisões definitivas ou terminativas das Varas e Juízos, no prazo de oito dias; e

II – das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de oito dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos.

..... (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

Brasília,

(nº 871, de 2004, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943”.

Brasília, 15 de dezembro de 2004 – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 197-MJ

Brasília, 10 de dezembro de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que “Dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943”.

2. O projeto decorre de sugestão apresentada ao Ministério da Justiça pelos membros do Tribunal Superior do Trabalho, e tem como objetivo promover a atualização e modernização dos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho.

3. Nesse sentido, altera-se o art. 830 para desburocratizar a autenticação de peças oferecidas para

prova no processo trabalhista, e adequa-se a redação do art. 895 à prática processual cotidiana.

4. Em relação à modificação do art. 830 da CLT, cabe mencionar que, atualmente, são aceitos na Justiça do Trabalho como prova, apenas os documentos apresentados no original, as certidões autênticas e as respectivas públicas-formas ou cópias quando conferidas perante o juiz ou tribunal, conferência esta que está, hoje, a cargo das Secretarias das Varas da Justiça do Trabalho. Este procedimento tem ocasionado interpretações divergentes nos Tribunais, com prejuízo para as partes que se valem de documentos autenticados. O atual dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho é anacrônico, pois ignora todos os métodos modernos de multiplicação de cópias, referindo-se ainda à pública-forma, já banida dos sistemas de autenticação.

5. A proposta tem o escopo de permitir que o advogado declare a autenticidade da cópia do documento oferecido como prova, sob sua responsabilidade pessoal. O Código de Processo Civil sofreu alteração no mesmo sentido, por meio da Lei nº 10.352, de 26 de dezembro de 2001, que passou a permitir que as cópias das peças do processo que compõem o agravo de instrumento sejam declaradas autênticas pelo próprio advogado.

6. O projeto ora apresentado é mais abrangente do que o dispositivo contido no Código de Processo Civil, pois atribui ao advogado a responsabilidade de autenticar qualquer documento em cópia oferecido para prova, e não apenas as cópias de peças do processo. A confiança que se deposita no advogado não é, no entanto, isenta de contraditório, pois a parte contrária, segundo dispõe o parágrafo único proposto, poderão impugnar a autenticidade da cópia, hipótese em que a parte que produziu o documento, será intimada para proceder à conferência e certificar a conformidade entre o documento original e a cópia.

7. A alteração proposta no art. 895, por sua vez, tem a finalidade de adequar a redação do dispositivo, pois as atuais alíneas “a” e “b” mencionam, apenas, a hipótese de decisão definitiva, como pressuposto para o cabimento do recurso ordinário. No entanto, o recurso ordinário, no cotidiano dos pretórios, também é oponível contra decisões terminativas, ou seja, aquelas que põem fim ao processo sem examinar-lhe o mérito.

8. Estas, Senhor Presidente, as razões que me levam a submeter a anexa proposta ao elevado desdortino de Vossa Excelência acreditando que, se aceita, estará contribuindo para a efetivação das medidas que se fazem necessárias para conferir celeridade aos ritos do processo trabalhista.

Respeitosamente, **Márcio Thomaz Bastos**, Ministro de Estado da Justiça.

## LEGISLAÇÃO CITADA

### ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

#### Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 830 – O documento oferecido para prova só será aceito se estiver no original ou em certidão autêntica, ou quando conferida a respectiva pública-forma ou cópia perante o juiz ou Tribunal.

Art. 895 – Cabe recurso ordinário para a instância superior: (Vide Lei 5.584, de 1970)

a) das decisões definitivas das Juntas e Juízos, no prazo de 10 (dez) dias; (Redação dada pela Lei nº 5.442, de 24-5-1968)

b) das decisões definitivas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de 10 (dez) dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 9.168, de 12-4-1946)

§ 1º Nas reclamações sujeitas ao procedimento sumaríssimo, o recurso ordinário: Incluído pela Lei nº 9.957, de 12-1-2000

I – (VETADO). Incluído pela Lei nº 9.957, de 12-1-2000

II – será imediatamente distribuído, uma vez recebido no Tribunal, devendo o relator liberá-lo no prazo máximo de dez dias, e a Secretaria do Tribunal ou Turma colocá-lo imediatamente em pauta para julgamento, sem revisor; Incluído pela Lei nº 9.957, de 12-1-2000

III – terá parecer oral do representante do Ministério Público presente à sessão de julgamento, se este entender necessário o parecer, com registro na certidão; Incluído pela Lei nº 9.957, de 12-1-2000

IV – terá acórdão consistente unicamente na certidão de julgamento, com a indicação suficiente do processo e parte dispositiva, e das razões de decidir do voto prevalente. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a certidão de julgamento, registrando tal circunstância, servirá de acórdão. Incluído pela Lei nº 9.957, de 12-1-2000

§ 2º Os Tribunais Regionais, divididos em Turmas, poderão designar Turma para o julgamento dos recursos ordinários interpostos das sentenças prolatadas nas demandas sujeitas ao procedimento sumaríssimo. Incluído pela Lei nº 9.957, de 12-1-2000

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2006**

(Nº 2.472/2000, na Casa de origem)

**Dispõe sobre a obrigatoriedade de mensagem estimuladora do exercício da cidadania na publicidade dos serviços e obras realizados pelos órgãos públicos federais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A publicidade dos serviços e obras realizados pelos órgãos públicos federais, por meio da afixação de placas e da veiculação de anúncios nos meios de comunicação, além do caráter educativo, informativo ou de orientação social, de acordo com o § 1º do art. 37 da Constituição Federal, deverá também conter mensagem que estimule o exercício da cidadania.

Art. 2º Considera-se mensagem que estimule o exercício da cidadania, para os efeitos desta Lei, a reprodução de dispositivos constitucionais e legais que verses sobre os direitos humanos, assim como aqueles que proíbam qualquer forma de violência, preconceito ou discriminação de raça, origem, religião, estado civil, sexo, orientação sexual, idade ou condição social.

Art. 3º A publicidade conterà, nos meios de comunicação e em função de suas características, reprodução escrita ou falada de um dos dispositivos constitucionais ou legais referidos no art. 2º desta Lei, precedido da afirmação “exerça sua cidadania”.

Art. 4º A mensagem a ser inserida na publicidade em painéis, cartazes, placas luminosas, jornais, revistas ou qualquer outra forma de mídia impressa deverá ser escrita com cores e tamanho que assegure sua plena letras em visibilidade.

Art. 5º A mensagem em publicidade por meio do rádio será efetuada mediante a leitura de texto com locução diferenciada e perfeitamente audível.

Art. 6º A mensagem em publicidade via televisão será realizada pela exibição do texto escrito com tipo de letra que propicie a perfeita legibilidade e visibilidade, havendo simultaneamente a locução diferenciada e perfeitamente audível do aludido texto, que deverá permanecer em exibição por todo o tempo necessário a essa locução.

Art. 7º A mensagem em publicidade veiculada pela rede mundial de computadores internet será realizada também pela exibição do texto escrito com tipo de letra que propicie a perfeita legibilidade e visibilidade.

Art. 8º A execução desta Lei correrá por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.472, DE 2000****Dispõe sobre a obrigatoriedade de mensagem estimuladora do exercício da cidadania na publicidade dos serviços e obras realizados pelos órgãos públicos federais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A publicidade dos serviços e obras realizados pelos órgãos públicos federais, através da afixação de placas e, da veiculação de anúncios nos meios de comunicação, além do caráter educativo, informativo ou de orientação social, de acordo com o artigo 37 § 1º da Constituição Federal, deverá também conter mensagem que estimule o exercício da cidadania.

Art. 2º Considera-se mensagem que estimule o exercício da cidadania, para efeitos desta Lei, a reprodução de dispositivos constitucionais e legais que versem sobre os direitos humanos, assim como aqueles que proíbam qualquer forma de preconceito ou discriminação de raça, origem, religião, estado civil, sexo, orientação sexual idade ou condição social.

Art. 3º A publicidade conterà, nos meios de comunicação e em função de suas características, reprodução escrita ou falada, de um dos dispositivos constitucionais ou leis referidos no artigo anterior, precedido da afirmação “Exerça sua Cidadania”.

Art. 4º A mensagem a ser inserida na publicidade em painéis, cartazes, placas luminosas, jornais, revistas ou qualquer outra forma de mídia impressa, deverá ser escrita com letras em cores e tamanho que assegure a plena visibilidade.

Art. 5º A mensagem em publicidade através do rádio será efetuada mediante a leitura de texto com locução diferenciada e perfeitamente audível.

Art. 6º A mensagem em publicidade via televisão será realizada pela exibição do texto escrito com tipo de letra que propicie a perfeita legibilidade e visibilidade, havendo simultaneamente a locução diferenciada e perfeitamente audível do aludido texto, que deverá permanecer em exibição por todo o tempo necessário a essa locução.

Art. 7º A mensagem em publicidade veiculada pela rede mundial de computadores “internet” será realizada também pela exibição do texto escrito com tipo de letra que propicie a perfeita legibilidade e visibilidade.

Art. 8º A execução desta Lei correrá por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo máximo de sessenta dias de sua publicação.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

A Constituição da República Federativa do Brasil consagra como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito o exercício da cidadania e como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil o de promover o bem de todos, sem preconceitos de ontem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Dentro deste contexto, apresentamos o presente projeto de lei para que o Poder Executivo seja obrigado a veicular no âmbito de sua publicidade governamental menções que estimulem o exercício da cidadania. Através da reprodução de normas constantes em nosso ordenamento jurídico.

Com efeito, a publicidade governamental a fim de atender o comando constitucional que lhe impõe o respeito ao caráter educativo, deve veicular também mensagens que estimulem o exercício da cidadania seja nos anúncios publicados em jornais e revistas, seja nas propagandas veiculadas em rádio, televisão e Internet seja, ainda nas várias placas afixadas nas ruas, rodovias e obras públicas.

Vale lembrar que, similarmente ao projeto ora apresentado, vigora em nosso ordenamento jurídico a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que restringe a propaganda de produtos fumíferos e de bebidas alcoólicas, através de veiculação de advertências sobre seus malefícios.

A partir da convicção da relevância social deste Projeto e experiências anteriores realizadas com êxito, como por exemplo, a referente à publicidade de cigarros submeto à apreciação dos nobres pares o presente projeto de lei, confiando em sua aprovação.

Sala das Sessões, 17 de fevereiro de 2000. –  
Deputada **Luíza Erundina**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

#### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter

caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou serviços e campanhas dos órgãos públicos.

(*Às Comissões de Educação e de Constituição, Justiça e Cidadania.*)

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2006

(Nº 4.524/2001, na Casa de origem)

#### Acrescenta § 3º-A ao art. 115 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta dispositivo ao art. 115 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre placas de veículos oficiais, assim entendidos aqueles de propriedade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e fundacional.

Art. 2º O art. 115 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3-A:

“Art. 115. ....

§ 3º-A Os veículos de propriedade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e fundacional, não incluídos entre os relacionados nos §§ 2º e 3º deste artigo termo placas com cores de fundo e de caracteres marcadamente diferenciadas das adotadas para as placas dos veículos particulares, nos termos estabelecidos pelo CONTRAN.” (ME)

Art. 3º Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação.

#### PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.524, DE 2001

#### Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “institui o Código de Trânsito Brasileiro”, para dispor sobre placas de veículos oficiais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei acrescenta dispositivo ao art. 115 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro; para dispor sobre placas de veículos oficiais, assim entendidos aqueles de propriedade da União, dos Estados, do Distrito Fe-

deral e dos Municípios, da administração direta, autárquica, fundacional.

Art. 2º O art. 115 da Lei 9.503/197, que institui o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º-A:

“Art. 115 .....

“§ 3º-A Os veículos de propriedade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e fundacional, não incluídos entre os relacionados nos §§ 2º e 3º deste artigo, terão placas com cotes de fundo e de caracteres marcadamente diferenciadas das adotadas para as placas dos veículos particulares, nos termos estabelecidos pelo CONTRAN.

.....”

Art. 3º Esta lei entra em vigor em 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.

**Justificação**

O Código de Trânsito Brasileiro, ao dispor sobre placas de veículos, remete o detalhamento dos seus modelos ao CONTRAN, que trata do assunto por meio de várias resoluções. Destas, a mais abrangente é a Resolução nº 45198, que estabelece dimensões, cores de fundo e de caracteres e demais características para diversos tipos de veículos. Embora bastante Detalhista, o texto da referida Resolução não preocupasse em estabelecer características diferenciadas para veículos particulares e oficiais.

Atualmente, à exceção dos veículos de representação, os demais veículos oficiais, assim entendidos aqueles de propriedade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, utilizam placas com fundo branco e caracteres pretos, enquanto os veículos particulares portam placas com fundo cinza claro e caracteres pretos. São placas muito semelhantes que, com o desgaste provocado pelo tempo, tomam-se ainda mais parecidas.

O resultado dessa semelhança, no mais das vezes, é o abuso do patrimônio público em proveito particular. Embora o uso de viaturas oficiais deva dar-se no interesse do serviço do respectivo órgão, é comum vermos carros com placas brancas circulando em finais de semana e feriados prolongados. Muitas vezes, esses carros oficiais podem ser encontrados em cidades diferentes da de origem do órgão a que pertencem ou até mesmo em outros Estados da Federação, circulando por balneários e locais turísticos.

Devido à dificuldade em distinguir tais carros dos veículos particulares, a população muitas vezes nem

nota o fato. A indignação popular que sempre manifesta-se diante de ocorrências semelhantes fica, portanto, esmaecida.

Certamente, a adoção de placas para veículos oficiais com cores de fundo e caracteres marcadamente diferenciadas daquelas utilizadas por veículos particulares vai facilitar bastante o controle desse tipo de mal-uso. É esse o objetivo da proposição que ora oferecemos à apreciação da Casa e para a qual esperamos contar com o apoio de todos os nobres Pares.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2001. – Deputado **Helenildo Ribeiro**

*LEGISLAÇÃO CITADA*

*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

**Institui o Código de Trânsito Brasileiro.**

.....  
 Art. 115. O veículo será identificado externamente por meio de placas dianteira e traseira, sendo esta lacrada em sua estrutura, obedecidas as especificações e modelos estabelecidos pelo Contran.

.....  
 § 2º As placas com as cores verde e amarela da Bandeira Nacional serão usadas somente pelos veículos de representação pessoal do Presidente e do Vice-Presidente da República, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, do Presidente e dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Ministros de Estado, do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República.

§ 3º Os veículos de representação dos Presidentes dos Tribunais Federais, dos Governadores, Prefeitos, Secretários Estaduais e Municipais, dos Presidentes das Assembléias Legislativas, das Câmaras Municipais, dos Presidentes dos Tribunais Estaduais e do Distrito Federal, e do respectivo chefe do Ministério Público e ainda dos Oficiais Gerais das Forças Armadas terão placas especiais, de acordo com os modelos estabelecidos pelo Contran.

§ 4º Os aparelhos automotores destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas e de construção ou de pavimentação são sujeitos, desde que lhes seja facultado transitar nas vias, ao registro e licenciamento da repartição competente, devendo receber numeração especial.

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)*

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2006**

(nº 6.864/2002, na Casa de origem)

**Denomina “Aeroporto de Santarem – Pará – Maestro Wilson Fonseca” o aeroporto da cidade de Santarem – PA.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O aeroporto da cidade de Santarém, no Estado do Pará, passa a ser denominado “Aeroporto de Santarém – Pará – Maestro Wilson Fonseca”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. – **Aldo Rebelo** Presidente

**PROJETO DE LEI Nº 6.864-C, DE 2002****Denomina “Aeroporto de Santarém – Maestro Wilson Fonseca” o aeroporto da cidade de Santarém – PA**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Aeroporto de Santarém, situado na cidade de Santarém, Estado do Pará, passa a ser denominado “Aeroporto de Santarém – Maestro Wilson Fonseca”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

O município de Santarém, no Estado do Pará, é o mais importante de toda a região do Baixo Amazonas. Privilegiado pela natureza e em franco processo de desenvolvimento econômico e social, Santarém é também um celeiro de produção cultural, fornecendo talentos artísticos que orgulham a região do Tapajós e todo o povo paraense. Entre esses talentos, destaca-se o saudoso Maestro Wilson Dias Fonseca, o “Izoca”.

Músico autodidata, o Maestro foi um dos mais criativos, ecléticos e produtivos compositores do Estado do Pará, nivelando-se aos mais consagrados nomes da música brasileira. Embora sua produção artística não tenha recebido a merecida divulgação nacional, inclusive pelo fato de viver numa região então isolada, o Maestro deixou um legado de mais de mil obras, entre hinos, músicas sacras, jazz, canções populares e até ópera.

Wilson Fonseca, além de compositor, também foi historiador e um pesquisador do folclore regional, contribuindo para resgatar e difundir a arte e a cultura popular do Tapajós, do Pará e da Amazônia. Fundador da Orquestra Sinfônica Wilson Fonseca, a primeira e única em toda a região do Baixo Amazonas, o Maestro ajudou a formar jovens músicos, levando cidadania para centenas de crianças e adolescentes carentes, porém talentosos.

Nascido em 17 de novembro de 1912, o Maestro faleceu no dia 24 de março deste ano, aos 89 anos de idade. Pela sua dedicação, pelo seu trabalho, pelas composições que deixou e pelo exemplo que continua a dar ao povo da Amazônia, é mais que justo prestar-lhe esta homenagem, aprovando o presente Projeto de Lei que dá o nome para “Aeroporto de Santarém – Maestro Wilson Fonseca” ao aeródromo da sua cidade natal.

Sala das Sessões, 23 de maio de 2002. – Deputado **José Priante**.

(À Comissão de Educação)

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2006**

(Nº 653/2003, na Casa de Origem)

**Dispõe sobre a distribuição de materiais escolares e equipamentos de informática compatíveis com a atividade escolar declarados abandonados ou objeto de pena de perdimento.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os materiais escolares e equipamentos de informática compatíveis com a atividade escolar que fores objeto de pena de perdimento e os que tenham sido declarados perdidos em decisão administrativa final, no âmbito do Ministério da Fazenda, que não deva ser destruídos por exigência da legislação serão destinados ao Ministério da Educação para que sejam distribuídos às instituições de ensino.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 653, DE 2003****Dispõe sobre a distribuição de materiais escolares e equipamentos de informática compatíveis com a atividade escolar declarados abandonados ou objeto de pena de perdimento.**

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Os materiais escolares e equipamentos de informática compatíveis com a atividade escolar, que forem objeto de pena de perdimento, e os que tenham sido declarados perdidos em decisão administrativa final, no âmbito do Ministério da Fazenda, que não devam ser destruídos por exigência da legislação, serão destinados ao Ministério da Educação, para que sejam distribuídos às instituições de ensino.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



### Justificação

Atualmente, os materiais escolares e equipamentos de informática compatíveis com a atividade escolar, objeto de pena de perdimento, e os que tenham sido declarados abandonados ou perdidos, são doados e distribuídos pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

Ocorre que os produtos são armazenados em diversos depósitos do referido órgão, em locais distantes uns dos outros, e, quando têm seus componentes acondicionados separadamente, acabam muitas vezes separados também no armazenamento, ou seja, caixas do mesmo equipamento são guardadas em depósitos diferentes e distantes. Esse procedimento termina por dificultar o real aproveitamento das mercadorias, em doações que poderiam contribuir muito mais para o atendimento às necessidades das instituições de ensino, se a forma de distribuição acontecesse de maneira mais eficaz.

O Ministério da Educação poderá otimizar a recepção e distribuição das doações, uma vez que o órgão tem as informações sobre as instituições de ensino em todo o País.

Por estas razões, esperamos contar com o apoio de nossos eminentes Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2003, – **Luciano Zica**, Deputado Federal PT/SP.

*(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação)*

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 2006

(Nº 953/2003, na Casa de origem)

#### Institui o Dia Nacional Biomédico.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Biomédico, a ser comemorado em todo o território nacional, anualmente, no dia 20 de novembro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### PROJETO DE LEI Nº 953 ORIGINAL, DE 2003

#### Institui o “Dia Nacional do Biomédico;”

O Congresso Nacional decreta:

Artigo 1º Fica instituído, o “Dia Nacional do Biomédico”, a ser comemorado em todo o território nacional, anualmente, no dia 20 de novembro.

Artigo 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

A Lei nº 6.684, de 3 de setembro de 1979, dispõe que o exercício da profissão de Biomédico é privativo

dos portadores de diploma devidamente registrado, de bacharel em curso oficialmente reconhecido de Ciências Biológicas, modalidade médica.

Ao biomédico, ainda nos termos do mesmo diploma legal, compete atuar em equipes de saúde, em nível tecnológico, nas atividades complementares de diagnósticos: realizando análises físico-químicas e microbiológicas de interesse para o saneamento do meio ambiente: realizando serviços de radiografia, excluída a interpretação; atuando sob supervisão médica, em serviços de hemoterapia, de radiodiagnóstico e de outros para os quais esteja legalmente habilitado; e planejar e executar pesquisas científicas em instituições públicas e privadas, na área de sua especialidade profissional.

Embora a norma citada não assegure ao biomédico a exclusividade do exercício dessas atribuições, é certo que o avanço das ciências médicas, com as constantes inovações e aperfeiçoamentos ocorridos nessa área do conhecimento humano, têm exigido, cada vez mais, a dedicação integral a uma única especialidade, para que o profissional possa manter-se atualizado e apto a prestar o melhor serviço que se possa ter, em face da tecnologia e dos métodos mais modernos em uso na sua especialidade. Tanto é assim, que, no âmbito da carreira médica, os profissionais mais qualificados possuem especializações em uma única área, como por exemplo, neurocirurgia, obstetrícia, pediatria e outras.

Também isso ocorre na área de atuação dos biomédicos.

Embora profissionais com formação em outras áreas possam realizar análises físico-químicas e microbiológicas de interesse para o saneamento do meio ambiente e serviços de hemoterapia e de radiodiagnósticos, é certo que a execução dessas tarefas por um biomédico, formado especificamente para tal mister, significa melhoria de qualidade dos serviços a serem realizados.

Ao consignarmos a data de 20 de novembro como o “Dia Nacional do Biomédico”, estamos fazendo uma justa homenagem ao profissional que tem nesta data um marco importante na sua luta, pois foi neste dia que o Supremo Tribunal Federal lhe deu ganho de causa regulamentando esta dignificante profissão.

Neste sentido, apresentamos proposição na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo que mereceu aprovação dos Senhores Deputados Estaduais, transformando-se na Lei Estadual nº 6.132/88.

Sala das Sessões, 8 de maio de 2003. – Deputado **Lobbe Neto**

*(À Comissão de Educação)*

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 2006**

(Nº 1.467/2003, na Casa de Origem)

**Altera o art. 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII:

“Art. 11. ....  
.....

VIII – determinar a utilização de quaisquer meios publicitários, inclusive a afixação de cartazes, custeados com recursos públicos, contendo agradecimento nominal a autoridades públicas pela realização de obras ou serviços públicos.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.467, DE 2003**

**Altera o art. 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que “Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional e dá outras providências”.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII:

“Art 11 .....  
.....

VIII – determinar a utilização de quaisquer meios publicitários, inclusive a afixação de cartazes, custeados com recursos públicos, contendo agradecimento nominal a autoridades públicas pela realização de obras ou serviços públicos.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

O texto constitucional é claro ao estabelecer limites para a publicidade oficial: “A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de

orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos” (conforme o §1º do art. 37 da Constituição Federal).

O comando constitucional fundamenta-se em princípios de observância obrigatória pela administração pública, como os da moralidade e da impessoalidade.

Atenta contra o citado mandamento constitucional, uma vez que também enseja promoção pessoal, ainda que por iniciativa de outrem, o agradecimento nominal a autoridades responsáveis pela execução de obras ou serviços públicos, por qualquer meio publicitário custeado com recursos públicos. O reconhecimento do mérito das ações governamentais e o enaltecimento dos respectivos executores cabe à sociedade, por meio do voto ou de manifestações que queira espontaneamente realizar, e não a outros agentes públicos, utilizando-se de dinheiro público para esse fim.

O projeto ora apresentado pretende proibir especificamente esse tipo de prática. Para tanto, propõem-se alterações na Lei nº 8.429, de 1992, que relaciona os atos de improbidade administrativa e estabelece as sanções correspondentes, aplicando-se suas disposições aos agentes públicos de todas as esferas de governo.

É como submetemos a presente proposição à apreciação dos ilustres Pares.

Sala das Sessões, 10 de julho de 2003. – Deputado **Chico Alencar**.

*LEGISLAÇÃO CITADA**ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992

**Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.**

.....  
Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

.....  
VII – revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

.....  
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006**

(Nº 2.822/2003, na Casa de origem)

**Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 1º .....

Parágrafo único. Nas relações a que se refere o **caput** deste artigo, é dever das partes proceder com probidade e boa-fé, visando ao progresso social do empregado e à consecução dos fins da empresa, em um ambiente de cooperação e harmonia.”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.822, DE 2003****Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte parágrafo único:

“Art. 1º .....

Parágrafo único. Nas relações a que se refere o **caput** deste artigo, é dever das partes proceder com probidade e boa-fé, visando ao progresso social do empregado e à consecução dos fins da empresa, em um ambiente de cooperação e harmonia.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

Nas discussões sobre relações de trabalho geralmente limitamo-nos a temas como produtividade, hierarquia, segurança, saúde, direitos e deveres de patrões e trabalhadores. Não é incomum perdermos de vista que a base de tudo isso são as relações entre pessoas que passam muitas horas do dia em convivência, por vezes em tempo superior ao que desfrutam

na companhia da própria família. Dentro da empresa desenvolve-se complexo relacionamento humano, com todas as alegrias e tristezas, surpresas e decepções que as pessoas podem proporcionar umas para as outras.

Num ambiente em que não se observem relações sadias entre as pessoas, em que não prevaleçam a confiança, a lealdade, a cooperação, a integração entre chefes e subordinados ou entre colegas, não será possível desenvolverem-se relações de trabalho profícuas, que contribuam para o bem-estar e para o crescimento pessoal de todos os que delas participam.

Nosso objetivo ao apresentar esta proposição é promover a cultura da confiança dentro da empresa, inserindo na Consolidação das Leis do Trabalho a cláusula geral da boa-fé, como norteadora das relações individuais e coletivas de trabalho.

A boa-fé é princípio que permeia o novo Código Civil Brasileiro. Entre as dezenas de dispositivos que a ela fazem referência, destaca-se o art. 422, que reza ser obrigação dos contratantes “guardar, assim na conclusão do contrato como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé”.

Não obstante seja a boa-fé princípio geral do direito e o direito comum, fonte subsidiária do direito do trabalho, estamos certos de que será salutar, para a harmonização e pacificação das relações trabalhistas, dispormos, no texto consolidado, de dispositivo que se concilie com a nova lei civil, fazendo referência expressa aos princípios consagrados no mencionado art. 422, os quais também devem ser observados no contrato de trabalho.

Sala das Sessões, 18 de dezembro de 2003.  
– Deputado **Sandro Mabel**.

**LEGISLAÇÃO CITADA**

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

**Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.**

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

**CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO****TÍTULO I  
Introdução**

Art. 1º Esta Consolidação estatui as normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho nela previstas.

Art. 2º Considera-se empregador a empresa individual ou coletiva, que, assumindo os riscos de atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviços.

§ 1º Equiparam-se ao empregador, para os direitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.

§ 2º Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis a empresa principal e cada uma das subordinadas.

.....  
(À Comissão de Assuntos sociais.)

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2006**  
(Nº 3.484/2004, na Casa de Origem)

**Estabelece diretrizes para a representação da sociedade civil e dos trabalhadores em educação em todos os conselhos ou órgãos colegiados de gestão democrática, nos diferentes sistemas e níveis da educação nacional.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os conselhos de gestão democrática da educação visam a garantir o cumprimento das finalidades e objetivos da educação nacional.

§ 1º Os conselhos referidos no **caput** deste artigo terão a participação de agentes sociais e representação de categorias e grupos sociais direta ou indiretamente envolvidos na atividade educacional.

§ 2º O disposto no **caput** do art. 1º desta lei refere-se a todos os órgãos e instituições dos sistemas da União, Estados e Municípios, nos termos do inciso VI do art. 206 da Constituição Federal e do art. 14 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que trata das diretrizes e bases da educação nacional.

§ 3º Para efeitos desta lei, os órgãos colegiados integrantes da área da educação serão entendidos como conselhos de gestão democrática da educação.

Art. 2º A composição dos conselhos de gestão democrática da educação, referidos no art. 1º desta lei, deve refletir a pluralidade de visões e interesses dos grupos sociais envolvidos, por intermédio das representações da sociedade civil e dos trabalhadores em educação, as quais constituirão a maioria dos in-

tegrantes e serão escolhidas mediante processos democráticos, a saber:

I – os representantes de comunidades locais e escolares e seus suplentes serão eleitos diretamente por seus Pares, conforme regulamentação do respectivo sistema ou rede de ensino;

II – os representantes de entidades dos trabalhadores em educação e seus suplentes serão eleitos por seus Pares, conforme regulamentação da própria entidade,

III – os representantes do Poder Executivo na área de educação e seus suplentes serão indicados pelos respectivos sistemas.

Art. 3º O Poder Executivo é responsável por garantir as condições plenas de funcionamento dos conselhos de gestão democrática previstos nesta lei.

Parágrafo único. A participação dos membros dos conselhos previstos nesta lei será prioritária em relação às suas outras atividades e não será objeto de qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Um regimento interno próprio, elaborado por cada conselho, estabelecerá as condições para o efetivo funcionamento e cumprimento das finalidades e objetivos dos conselhos de gestão democrática da educação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e os sistemas de ensino terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a sua implementação.

**PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.484, DE 2004**

**Estabelece diretrizes para a representação da sociedade civil e dos trabalhadores em educação em todos os conselhos ou órgãos colegiados de gestão democrática, nos diferentes sistemas e níveis da educação nacional.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os conselhos de gestão democrática da educação visam garantir o cumprimento das finalidades e objetivos da educação nacional.

§ 1º Os conselhos referidos no **caput** deste artigo terão a participação de agentes sociais e representação de categorias e grupos sociais direta ou indiretamente envolvidos na atividade educacional.

§ 2º O disposto no **caput** do artigo 1º, desta lei, refere-se a todos os órgãos e instituições dos sistemas da União, Estados e Municípios, nos termos do art. 206, VI, da Constituição Federal de 1988, e do art. 14 da Lei nº 9.394, de 1996, que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

§ 3º Para efeitos desta lei, os órgãos colegiados integrantes da área da educação serão entendidos como conselhos de gestão democrática da educação.

Art. 2º A composição dos conselhos de gestão democrática da educação, referidos no artigo 1º desta lei, deve refletir a pluralidade de visões e interesses dos grupos sociais envolvidos, através da representação da sociedade civil e dos trabalhadores em educação, as quais constituirão a maioria dos integrantes, e serão escolhidos mediante processos democráticos, a saber:

I – Os representantes de comunidades locais e escolares e seus suplentes serão eleitos diretamente por seus pares, conforme regulamentação do respectivo sistema ou rede de ensino;

II – Os representantes de entidades dos trabalhadores em educação e seus suplentes serão eleitos por seus Pares, conforme regulamentação da própria entidade;

III – os representantes do poder executivo na área de educação e seus suplentes serão indicados pelos respectivos sistemas.

Art. 3º O poder executivo é responsável por garantir as condições plenas de funcionamento dos conselhos de gestão democrática, previstos nesta lei.

Parágrafo único. A participação dos membros dos conselhos, previstos nesta lei, será prioritária em relação às suas outras atividades, e não será objeto de qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Um regimento interno próprio, elaborado por cada conselho, estabelecerá as condições para efetivo funcionamento e cumprimento das finalidades e objetivos dos conselhos de gestão democrática da educação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e os sistemas de ensino terão o prazo de 180 dias para a sua implementação.

### **Justificação**

O projeto em tela visa estabelecer diretrizes para a implementação de conselhos de gestão democrática da educação, sua representação e legitimidade. Pretende contribuir para que o Poder Público redefina o seu papel no que se refere à prestação de serviços públicos de forma a ampliar a participação popular no planejamento, acompanhamento, avaliação e fiscalização da ação educacional em todo País.

A Constituição Federal em seu artigo 206, inciso IV e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu artigo 14, que tratam da gestão democrática da educação, são imprecisos na definição de alguns

princípios fundamentais à sua implementação em todos os níveis e esferas da educação nacional.

Destacamos os princípios da participação e representação da sociedade civil organizada, da descentralização dos conselhos de gestão democrática da educação como foco deste projeto de lei. Estes princípios têm como objetivo proporcionar que todos os segmentos incorporem a perspectiva de participação representativa nos diversos níveis, instâncias e esferas da educação nacional, reforçando, deste modo, uma concepção que permite o exercício democrático e solidário na gestão da educação.

A democratização da gestão da educação requer fundamentalmente, que os mecanismos institucionais de gestão educacional, através dos conselhos ou órgãos de gestão colegiada, alcancem todas as esferas da educação nacional, e que, além disto, sejam representativos da sociedade, possibilitando a participação dos diversos agentes sociais significativos, no processo de formulação, acompanhamento e avaliação da política de educação e no controle e fiscalização de sua execução.

Propomos, por meio deste projeto de lei, a eleição direta entre seus Pares, nas comunidades e entidades, pois tal processo confere aos conselhos maior legitimidade. Sendo assim, os conselhos de gestão democrática da educação constituem-se em mecanismos legítimos de organização, para a realização da gestão coletiva. Quanto mais representatividade houver, maior será a capacidade de deliberação, proposição e fiscalização por parte da sociedade.

A incorporação dos diversos segmentos representados pelas diferentes categorias e grupos sociais, envolvidos direta ou indiretamente no processo educacional, e que, usualmente, estão excluídos das decisões, tais como, pais, alunos, trabalhadores em educação, entre outros, é essencial na determinação da direção que a educação teve tomar. Ou seja, significa não transformar os gestores públicos e os técnicos da área em responsáveis únicos pela elaboração política e determinação dos rumos da educação no País.

A gestão democrática da educação constitui princípio primordial da educação e estratégia de superação do autoritarismo e do individualismo. A implementação de práticas democráticas contrapõe-se à gestão exercida por conselhos existentes, os quais, por sua composição e atribuições, na maioria das vezes, têm estado a serviço de interesses e objetivos particulares ou de corporações específicas.

Diante do exposto e convicto da compreensão das senhoras e senhores parlamentares sobre a urgência de se criarem condições legais para a implementação de uma nova e mais efetiva política de democratização

da gestão da educação em todas as esferas da educação, em nosso País, espero contar com o inestimável apoio para a aprovação deste projeto de lei.

Salas das Sessões, 5 de maio de 2004. – **Ivan Valente**, Deputado Federal PT/SP – **Iara Bernardi**, Deputada Federal PT/SP – **Paulo Rubem Santiago**, Deputado Federal PT/PE – **Fátima Bezerra**, Deputada Federal PT/RN – **Chico Alencar**, Deputado Federal PT/RJ.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

#### ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

#### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

.....  
Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

.....  
VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

.....  
LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

#### **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.**

.....  
Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

.....  
( Às Comissões de Educação e Constituição, Justiça e Cidadania )

#### **PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 13, DE 2006**

(Nº 4.108/2004, na casa de origem)

#### **Modifica critérios para condenação em honorários de advogado, alterando o art. 20 da Lei n 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei dá novo tratamento aos honorários de advogado e aos ônus da sucumbência.

Art. 2º O art. 20 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20. A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas processuais e os honorários advocatícios. Essa verba honorária será devida também nos casos em que o advogado funcionar em causa própria.

.....  
§ 3º Os honorários serão fixados, inclusive nas execuções embargadas ou não, entre o mínimo de 10% (dez por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa ou sobre o valor da condenação, se este for superior ao da causa, atendidos:

I – o grau de zelo do profissional;

II – o lugar da prestação do serviço;

III – a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

§ 4º Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável e naquelas em que não houver condenação, os honorários serão fixados consoante apreciação eqüitativa do juiz, atendidas as normas dos incisos I, II e III do § 3º deste artigo. “(NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### **PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.108-A, DE 2004**

**Dá nova redação ao § 4º do artigo 20 do Código de Processo Civil, para expungir desse dispositivo, o ponto em que exclui da incidência da norma geral prevista no § 3º desse mesmo artigo a Fazenda Pública quando ela é condenada em quantia que não seja de pequeno valor.**

§ 1º O § 4º do artigo 20 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 20 .....

§ 1º .....

§ 2º .....

§ 3º .....

§ 4º Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação eqüitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas **a**, **b** e **c** do parágrafo anterior.

..... (NR)

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

O artigo 20 do Código de Processo Civil, instituído pela Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, tem atualmente a seguinte redação:

Art. 20. A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios. Essa verba honorária será devida, também, nos casos em que o advogado funcionar em causa própria. (Redação dada pela Lei nº 6.355, de 8-9-1976)

§ 1º O juiz, ao decidir qualquer incidente ou recurso, condenará nas despesas o vencido. (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º-10-1973)

§ 2º As despesas abrangem não só as custas dos atos do processo, como também a indenização de viagem, diária de testemunha e remuneração do assistente técnico. (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 10.10.1973)

§ 3º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez por cento (10%) e o máximo de vinte por cento (20%) sobre o valor da condenação, atendidos: (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 10-10-1973).

a) o grau de zelo do profissional;

b) o lugar de prestação do serviço;

c) a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

§ 4º Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior. (Redação dada pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994)

§ 5º Nas ações de indenização por ato ilícito contra pessoa, o valor da condenação será a soma das prestações vencidas com o capital necessário a produzir a renda correspondente às prestações vencidas (art. 602), podendo estas ser pagas, também mensalmente, na forma do § 2º do referido art. 602, inclusive em consignação na folha de pagamentos do devedor. (Parágrafo acrescentado pela Lei nº 6.745, de 5.12.1979)

O *caput* desse artigo consagra o princípio da sucumbência, segundo o qual o vencido responde pelo pagamento das despesas processuais (utilizada a expressão, aqui, *lato sensu*, englobando-se os honorários, as custas judiciais e as despesas propriamente ditas, como os honorários periciais)<sup>1</sup>.

Enquanto o § 3º e suas alíneas estabelecem as normas gerais que embasam o arbitramento dos honorários advocatícios pelo juiz em percentual incidente sobre o valor da condenação, o § 4º, as que regulam o arbitramento dos honorários *nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções*, em valor absoluto, segundo os critérios previstos nas alíneas do § 3º, mas sem limites mínimo e máximo, e, no quinto, dita o critério de fixação do valor da condenação *nas ações de indenização por ato ilícito contra pessoa*.

Vê-se que a Fazenda Pública goza de privilegio no tocante ao valor dos honorários advocatícios quando ela é vencida em ação de conhecimento condenatória. Ou seja, ainda que a causa resulte em condenação da Fazenda Pública e o valor não seja pequeno, ao contrário do que ocorre com as demais pessoas físicas e jurídicas, cujos honorários variarão entre dez e vinte por cento do valor da condenação, o valor dos honorários será estipulado em número absoluto pelo juiz sem qualquer parâmetro quantitativo.

Essa realidade normativa vem acarretando sérios prejuízos, para os que propõem ação condenatória em face das pessoas jurídicas de direito público e suas autarquias.

Com efeito, com apoio no atual § 4º do art. 20 do CPC, os juízes vêm arbitrando, quando há condenação da Fazenda Pública, os honorários advocatícios em valores irrisórios, os quais, em regra, são muito inferiores aos cobrados pelos advogados dos autores, pelo que o Estado não vem cumprindo adequadamente o dever de proporcionar ao lesado, por meio do processo, a restauração integral de seu direito violado; dever ao qual se incumbiu quando chamou a si o monopólio de dizer e realizar o direito diante de um conflito de interesses.

Registre-se que, por outro lado, nas causas em que a Fazenda Pública é vencedora, a ré é condenada a pagar-lhe honorários advocatícios arbitrados pelos critérios do § 3º.

Em suma: quando a Fazenda Pública vence, recebe do adversário honorários de quinze a vinte por cento do valor da condenação; quando é condenada, paga honorários advocatícios com valores livremente arbitrados pelo juiz. Ademais, os juristas divergem, quando fazem a crítica do § 4º do art. 20 do Código de Processo Civil, sobre a constitucionalidade ou não desse privilégio outorgado à Fazenda Pública.

De fato, ensinam Nelson Nery Junior e Rosa Maria Andrade Nery:

A condenação da Fazenda Pública, vencida em ação condenatória, em percentual in-

<sup>1</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil. – 8 ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2003, v. 1, p. 155-6

ferior a 10% de honorários, caracteriza ofensa ao princípio constitucional da isonomia (CF 5º caput) por tratar os litigantes iguais com desigualdade. No mesmo sentido: Nery, *Princ.*, 10, 54; Tucci-Tucci, *Processo*, p. 47/50; Grinover, *Princ.*, 8.3, 41/42. Contra, entendendo não haver violação do princípio da igualdade: Cahali, *Hon. Adv.*, 100, 488 ss. Os litigantes tiveram despesas com advogado, de sorte que devem ser ressarcidos de forma igualitária. Isto porque, se vencedora em ação condenatória, teria a seu favor honorários entre o mínimo de 10% e o máximo de 20%. Na parte em que discrimina a Fazenda Pública, a norma é inconstitucional.<sup>2</sup>

Por esses motivos, proponho que seja retirado do texto do § 4º do art. 20 do Código de Processo Civil a expressão *ou for vencida a Fazenda Pública*, o que basta para que, no tocante aos honorários da sucumbência, ela passe a receber mesmo tratamento dispensado as demais pessoas físicas e jurídicas, ou seja, se vencedora que receba honorários arbitrados entre quinze e vinte por cento do valor da condenação, se perdedora que pague honorários arbitrados entre quinze e vinte por cento do valor da condenação.

Perante o exposto, esperamos contar com o apoio dos eminentes deputados para aprovação da presente proposição.

Sala de Sessões, 26 de agosto de 2004 – Deputado **Maurício Rands**.

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

**Institui o Código de Processo Civil.**

.....  
Art. 20. A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios. Esta verba honorária será devida, também, nos casos em que o advogado funcionar em causa própria. (Redação dada pela Lei nº 6.355, de 1-10-1976)

§ 1º O juiz, ao decidir qualquer incidente ou recurso, condenará nas despesas o vencido. (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1-10-1973)

<sup>2</sup> In Código de processo civil comentado e legislação processual civil extravagante em vigor. – 3 ed. rev. e ampl., atual. até 1.8.97 – São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, p. 298

§ 2º As despesas abrangem não só as custas dos atos do processo, como também a indenização de viagem, diária de testemunha e remuneração do assistente técnico. (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1-10-1973)

§ 3º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez por cento (10%) e o máximo de vinte por cento (20%) sobre o valor da condenação, atendidos: (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1-10-1973)

**a)** o grau de zelo do profissional; (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1-10-1973)

**b)** o lugar de prestação do serviço; (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1-10-1973)

**c)** a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1-10-1973)

§ 4º Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas **a**, **b** e **c** do parágrafo anterior. (Redação dada pela Lei nº 8.952, de 13-12-1994)

§ 5º Nas ações de indenização por ato ilícito contra pessoa, o valor da condenação será a soma das prestações vencidas com o capital necessário a produzir a renda correspondente às prestações vincendas (art. 602), podendo estas ser pagas, também mensalmente, na forma do § 2º do referido art. 602, inclusive em consignação na folha de pagamentos do devedor. (Incluído pela Lei nº 6.745, de 5-12-1979)

.....  
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2006**

(Nº 4.842/2005, na Casa de Origem)

**Institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.842, DE 2005**

**Institui o ano de 2006 como o “Ano Nacional dos Museus”.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o ano de 2006 como “Ano Nacional dos Museus”.



Parágrafo único. Caberá ao Ministério da Cultura a coordenação das comemorações para o Ano Nacional dos Museus, com a colaboração de entidades nacionais vinculadas ao meio museológico brasileiro.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

Os museus têm o papel relevante de desempenhar a preservação e a difusão do patrimônio histórico e cultural de uma determinada nação, assim como o desenvolvimento cultural, científico e educativo dos países e de seus povos. Ao serem instituições responsabilizadas pela sociedade para educar e fortalecer os valores e identidades das comunidades a que servem, os museus têm a importante missão de apoiar os povos na busca por uma imagem própria e de uma melhor compreensão do sentido de sua presença no mundo.

Com a finalidade de conscientizar o público para a importância dos museus na sociedade, propomos, com o presente Decreto, a institucionalização de 2006 como Ano Nacional dos Museus. Essa medida é um ato de reconhecimento do papel dos museus e das instituições de memória como propulsores da inclusão social e da valorização do nosso patrimônio cultural.

A coordenação das atividades comemorativas do Ano Nacional dos Museus ficará a cargo do Ministério da Cultura, em função das características de suas atribuições, com a colaboração de entidades nacionais vinculadas ao meio museológico brasileiro.

O nosso País precisa de ações que demonstrem a real dimensão da importância dos museus, dando-lhes o valor devido, a exemplo do que acontece em países da Europa e até mesmo em outros da América Latina. Antes de ser meramente simbólica, essa ação configura uma forma de valorizar os nossos museus, como também os profissionais que neles atuam e que tanto contribuem para dar qualidade ao setor museológico no País.

Sala das Sessões, 2 de março de 2005. – Deputado **André Costa**.

(À Comissão de Educação.)

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, DE 2006

(Nº 4.924/2005, na Casa de Origem)

**Altera o § 4º do art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera dispositivo da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que, nos Juizados Es-

peciais Cíveis, trata do preposto credenciado para representar o réu, pessoa jurídica ou firma individual.

Art. 2º O § 4º do art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º .....  
.....

4º O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício.”(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### PROJETO DE LEI Nº 4.924, DE 2005

**Altera o § 4º do art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que “dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.”**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta Lei altera o § 4º do art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que “dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.”

Art. 2º O § 4º do art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º. ....  
.....

§ 4º O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, entendendo-se como tal a pessoa que possuir carta de preposição, autenticada em cartório, autorizada a representar a pessoa jurídica ou o titular de firma individual, sem haver necessidade de vínculo empregatício.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

Os Juizados Especiais foram instituídos, no nosso ordenamento jurídico, com o objetivo de tornar mais célere o julgamento de causas de menor monta, descomplicando o procedimento adotado nesses processos, propiciando uma justiça mais eficaz.

O rigor adotado nos Juizados Especiais não pode ser o mesmo aplicado nos demais órgãos do Poder Judiciário, sob pena de se desvirtuar o propósito do Legislador ao instituir essas instâncias de julgamento.

O art. 20 dessa mesma Lei concede ao Juiz a possibilidade de afastar a revelia, quando sua convicção caminhar em sentido diverso. Isto significa que, a despeito da revelia, o juiz pode decidir em favor do revel, se assim estiver formado o seu convencimento.

Da forma como está redigido o atual § 4º do art. 9º da Lei nº 9099/95, permite-se que os Juizes tomem decisões das mais diversas a respeito da comprovação do credenciamento do preposto. Por isso, entendemos importante explicitar em que consiste esse credenciamento.

A mudança que estamos propondo é no sentido de permitir a prova por meio de carta de preposição que demonstre estar o preposto autorizado pela pessoa jurídica ou pelo titular da firma individual a representar o réu em juízo, sem haver necessidade de vínculo empregatício.

Assim, não se deixa margem ao juiz para dizer qual ou quais documentos são hábeis a essa demonstração. Desde que seja inequívoca, a cada de preposição servirá para comprovar a situação do preposto nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais. A forma passa a ser livre, contanto que não haja dúvida a respeito da vontade manifestada.

Em face desses argumentos, a fim de impedir que a formalidade se sobreponha à finalidade da Lei e da Constituição Federal quanto aos Juizados Especiais, contamos com a aprovação dos nossos ilustres Pares na aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 17 de março de 2005. – Deputado **Bernardo Ariston**

#### LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995.

#### **Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.**

.....  
 Art. 9º Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.  
 .....

.....  
 § 4º O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de forma individual, poderá ser representado por preposto credenciado.  
 .....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

#### **O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os projetos que acabam de ser lidos vão às Comissões competentes e terão a sua tramitação iniciada a partir de 15 de fevereiro próximo.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, DE 2006**

#### **Autoriza o Poder Executivo a criar campi avançados da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) nos Municípios de Santana, Oiapoque, Laranjal do Jarí e Amapá, no Estado do Amapá.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar *campi* avançados da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) nos Municípios de Santana, Oiapoque, Laranjal do Jarí e Amapá, no Estado do Amapá, bem como os cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento.

Art. 2º Os *campi* de que tratam esta Lei terão por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas e promover a extensão universitária na área da saúde.

Parágrafo único. Serão criados nos *campi* avançados cursos de Medicina, Medicina Veterinária, Psicologia, Fisioterapia e Enfermagem, entre outros.

Art. 3º As instalações dos *campi* avançados de que dispõem esta Lei subordinam-se à prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias ao seu funcionamento.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### **Justificação**

O nível de escolarização de um povo constitui um dos elementos essenciais de seu desenvolvimento e bem-estar. Diante dessa constatação, tem crescido de forma significativa a demanda pelo ensino superior, fenômeno facilitado pelos avanços ocorridos na democratização dos ensinos fundamental e médio no último decênio.

Infelizmente, as instituições de ensino superior públicas não conseguem atender à procura por seus cursos, os quais, em decorrência de mandamento constitucional, são gratuitos. Essa situação atinge de forma primordial a parcela mais pobre da população, que freqüenta escolas dos níveis fundamental e médio de qualidade geralmente deficiente e se encontra em desvantagem nos processos seletivos, em comparação com os candidatos oriundos das escolas particu-

lares, pagas e destinadas aos filhos das famílias de maior renda.

Os recém-criados programas de concessão de bolsas para estudantes carentes, como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), atendem apenas a uma reduzida parcela desses estudantes deserdados pela sorte. A mesma deficiência de atendimento existe nos programas de financiamento de encargos educacionais em instituições particulares. Ademais, o Fundo de Financiamento aos Estudantes do Ensino Superior (FIES), por exemplo, já é seletivo por exigir fiador para o empréstimo, o que os candidatos de famílias de baixa renda têm dificuldade de obter. O início do pagamento do empréstimo, em geral fixado quando o recém-formado começa a lutar pela inserção no mercado de trabalho, também constitui outra barreira para a viabilidade desses programas de financiamento, que historicamente se caracterizam por altos índices de inadimplência.

Uma das formas de enfrentar essa situação consiste na expansão da rede pública de educação superior, o que precisa ser realizado mediante atenção especial às regiões com menor grau de desenvolvimento, mas de grande potencial.

Desse modo, sugerimos a criação de *campi* avançados da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Apesar de ser uma das instituições federais de ensino superior mais novas do País, a Unifap é de grande relevância para o desenvolvimento estadual e carece de maior atenção das autoridades competentes. A opção pela área da saúde reside no impacto direto que os cursos dessa área, particularmente o de Medicina, teriam sobre o bem-estar da população de todo o estado. Já a indicação dos Municípios de Santana, Oiapoque, Laranjal do Jarí e Amapá deveu-se ao fato de eles constituírem aglomeração urbana com a capital do estado e às suas características promissoras de desenvolvimento econômico.

Estamos convictos de que iniciativas como as contidas neste projeto permitirão o aumento das oportunidades educacionais, a interiorização do desenvolvimento socioeconômico e a redução das desigualdades regionais. Contribuirão, ainda, para o cumprimento da meta do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2001, de elevar, em dez anos, a escolaridade de nível superior de menos de 12% para 30% da população com idade entre 18 e 24 anos.

Em vista das razões expostas, solicito o apoio dos Senhores Congressistas para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 30 de janeiro de 2006. – Senador **Papaléo Paes**.

(*À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.*)

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, DE 2006

**Altera a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001, para dispor sobre a cobertura securitária em financiamentos no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º da Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Nos financiamentos celebrados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação – SFH será facultado ao mutuário contratar cobertura securitária em apólice diferente do Seguro Habitacional do SFH, sem a interveniência da instituição concedente do crédito, desde que a operação preveja, obrigatoriamente, no mínimo, a cobertura relativa aos riscos de morte e invalidez permanente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

### Justificação

Em contratos no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, é obrigatória a contratação de apólice de seguro. Ela deverá cobrir, no mínimo, morte e invalidez permanente, mas eventualmente também danos físicos ao imóvel e, quando for o caso, responsabilidade civil do construtor.

Trata-se de um custo que não entra no cômputo da taxa efetiva máxima de 12% a.a. à qual estão submetidos os contratos do SFH. Ou seja, quanto mais caro o seguro, mais oneroso o comprometimento mensal de renda do mutuário, a despeito da limitação legal dos juros.

Durante anos, a única opção para os mutuários era a empresa seguradora ligada à própria CEF, que cobrava percentuais bastante altos pelo serviço, em alguns anos superiores a 60% da mensalidade. Os valores eram fixados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Como resultado, um grande número de mutuários viu-se na contingência de assegurar na Justiça o direito de contratar livremente uma seguradora de sua conveniência, com custos expressivamente menores para as mesmas coberturas.

Atualmente, a Medida Provisória nº 2.197-43/01, art. 2º, estabelece que os agentes financeiros do SFH poderão contratar financiamentos onde a cobertura securitária dar-se-á em apólice diferente do Seguro

Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação (grifo adicionado).

Ora, tal dispositivo não faculta ao mutuário a escolha da seguradora. Não é por outro motivo que diversos deles continuam recorrendo ao Judiciário para fazer valer tal prerrogativa. Para sanar essa falha, ampliando o alcance social a que se propõe o SFH, é que propomos a presente norma, certos de obter o necessário apoio dos membros do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 30 de janeiro de 2006. – Senador **Paulo Paim**

### LEGISLAÇÃO CITADA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.197-43,  
DE 24 DE AGOSTO DE 2001

**Dispõe sobre a adoção de medidas relacionadas com o Sistema Financeiro da Habitação – SFH, altera as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.692, de 28 de julho de 1993, e dá outras providências.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Será admitida, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, a celebração de contratos de financiamento com planos de reajustamento do encargo mensal diferentes daqueles previstos na Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993.

Parágrafo único. Nas operações de financiamento habitacional realizadas com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, o Conselho Curador do FGTS poderá definir os planos de reajustamento do encargo mensal a serem nelas aplicados.

Art. 2º Os agentes financeiros do SFH poderão contratar financiamentos onde a cobertura securitária dar-se-á em apólice diferente do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação, desde que a operação preveja, obrigatoriamente, no mínimo, a cobertura relativa aos riscos de morte e invalidez permanente.

Art. 3º O art. 25 da Lei nº 8.692, de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 25. Nos financiamentos celebrados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, a taxa efetiva de juros será de, no máximo, doze por cento ao ano.” (NR)

Art. 4º O inciso III do art. 18 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

“III – estabelecer as condições gerais a que deverão satisfazer as aplicações do Sis-

tema Financeiro da Habitação quanto a garantias, juros, prazos, limites de risco e valores máximos de financiamento e de aquisição dos imóveis financiados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação.” (NR)

Art. 5º A Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 9º .....

§ 6º Mantida a rentabilidade média de que trata o § 1º, as aplicações em habitação popular poderão contemplar sistemática de desconto, direcionada em função da renda familiar do beneficiário, onde o valor do benefício seja concedido mediante redução no valor das prestações a serem pagas pelo mutuário ou pagamento de parte da aquisição ou construção de imóvel, dentre outras, a critério do Conselho Curador do FGTS.

§ 7º Os recursos necessários para a consecução da sistemática de desconto serão destacados, anualmente, do orçamento de aplicação de recursos do FGTS, constituindo reserva específica, com contabilização própria.” (NR)

“Art. 2º .....

I – despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior;

.....

§ 17. Fica vedada a movimentação da conta vinculada do FGTS nas modalidades previstas nos incisos V, VI e VII deste artigo, nas operações firmadas, a partir de 25 de junho de 1998, no caso em que o adquirente já seja proprietário ou promitente comprador de imóvel localizado no Município onde resida, bem como no caso em que o adquirente já detenha, em qualquer parte do País, pelo menos um financiamento nas condições do SFH.

§ 18. É indispensável o comparecimento pessoal do titular da conta vinculada para o pagamento da retirada nas hipóteses previstas nos incisos I, II, III, VIII, IX e X deste artigo, salvo em caso de grave moléstia comprovada por perícia médica, quando será paga a procurador especialmente constituído para esse fim.” (NR)

“Art. 23. ....

§ 1º .....

I – não depositar mensalmente o percentual referente ao FGTS, bem como os valores previstos no art. 18 desta Lei, nos prazos de

que trata o § 6º do art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;

“Art. 29-A. Quaisquer créditos relativos à correção dos saldos das contas vinculadas do FGTS serão liquidados mediante lançamento pelo agente operador na respectiva conta do trabalhador.” (NR)

“Art. 29-B. Não será cabível medida liminar em mandado de segurança, no procedimento cautelar ou em quaisquer outras ações de natureza cautelar ou preventiva, nem a tutela antecipada prevista nos arts. 273 e 461 do Código de Processo Civil que impliquem saque ou movimentação da conta vinculada do trabalhador no FGTS.” (NR)

Art. 6º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.197-42, de 27 de julho de 2001.

Art. 7º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Ficam revogados o § 1º do art. 9º e o art. 14 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, e o art. 23 da Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993.

.....  
(Às Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os projetos lidos vão às Comissões competentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao eminente Senador Ramez Tebet, por cessão do Senador Romeu Tuma.

V. Exª dispõe de dez minutos, com cinco de prorrogação.

**O SR. RAMEZTEBET** (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna hoje, sinceramente, com muita cautela, com muita prudência, porque, segundo um jornal, fui alvo de crítica por parte do Governador do meu Estado.

Senador Tião Viana, eu nem quero acreditar que o Governador José Orcírio Miranda dos Santos tenha feito as referências que fez a minha pessoa no Estado de Mato Grosso do Sul. Eu não quero acreditar. Eu não quero acreditar porque mantenho com S. Exª relações da mais absoluta cordialidade, porque temos, acredito que temos, um interesse em comum. Da minha parte, eu não duvido disso. E acredito no Governador. Temos o objetivo comum de defender os interesses de Mato Grosso do Sul. Eu diria até que esta é a razão de ser da minha existência na vida pública: agir sempre com

os olhos voltados para Mato Grosso do Sul, procurando olhar o que é bom para os Municípios do meu Estado, para a população sul-mato-grossense. Tenho feito disso, praticamente, a razão de ser da minha vida aqui.

Felizmente, tudo que interessa ao Brasil interessa a Mato Grosso do Sul. Por isso, não me considero um Senador regionalista, que só fala defendendo os interesses de Mato Grosso do Sul, porque, ao defender os interesses de um Estado potencialmente tão rico e que tanta contribuição tem dado à Nação, creio estar defendendo os interesses da Nação brasileira. Ao mesmo tempo, quando o assunto está lá no alto, tenho certeza de que estou defendendo também os interesses de Mato Grosso do Sul. Tanto que, quando alguém me perguntou por que eu tinha feito um discurso, outro dia, abordando – isso o eleitor comum, aquele que se coloca à nossa frente – a presença das tropas brasileiras no Haiti, eu tive paciência de dizer para ele que as tropas brasileiras estão lá no Haiti defendendo o rincão, defendendo o mais humilde dos brasileiros, porque isso é importante para o Brasil. Eu não sabia se nós tínhamos acertado quanto ao envio dessas tropas, mas que nós agíamos bem intencionados, nós agíamos.

Pois, bem. Vou logo ao episódio, Sr. Presidente. Eu compareci a um programa de rádio, em uma segunda-feira, pela manhã, em Mato Grosso do Sul. Antes de mim, falou o Secretário de Estado, que, em Brasília, representa Mato Grosso do Sul. Ele falou tanto da ajuda do Governo Federal para Mato Grosso do Sul que eu me assustei. Quando chegou a minha vez, pedi licença a ele para dizer que Mato Grosso do Sul estava sendo injustiçado pelo Governo Federal. Disse que o Governador José Orcírio Miranda dos Santos era um Governador leal ao Presidente Lula, sincero, sempre defensor do Presidente da República, de quem nunca se ouviu uma queixa. Pelo menos de público, nunca se ouviu o Governador de Mato Grosso do Sul reclamar do Governo Federal. O que se ouviu e o que temos ouvido, Senador Alvaro Dias, é que o Governador de Mato Grosso do Sul tem vindo a Brasília e, acompanhado de Senadores e Deputados, tem ido ao Ministério da Fazenda e à própria Presidência da República reclamar direitos de Mato Grosso do Sul. Recebeu promessas de que esses direitos iriam ser atendidos, mas isso jamais aconteceu! Jamais! E ele sempre contou com um aliado para isso, que fui eu mesmo. O Governador sempre veio aqui dizendo que, por exemplo, no mês seguinte, seriam liberados recursos da ordem de quatrocentos milhões. Chegou-se a anunciar esse valor, mas, depois, foi reduzido para sessenta milhões – seriam usados no pagamento do funcionalismo público do Estado. Nada disso nunca aconteceu, Senador Alvaro Dias, Presidente dos nossos trabalhos.

Sendo do mesmo partido e sendo Mato Grosso do Sul um Estado tão importante, eu dizia que gostaria de saber onde está a ajuda do Presidente Lula. Ele está sendo injusto com Mato Grosso do Sul. Sabe qual foi a resposta do Governador ou qual teria sido a resposta do Governador? Ele disse: “Não; o Senador Ramez Tebet é um mentiroso”. Eu sou um mentiroso porque disse que o Governador José Orcírio Miranda dos Santos é leal ao Presidente da República? Eu sou mentiroso porque afirmei que ele é leal? Não é possível! E é por isso que não acredito que ele tenha falado isso. Eu não ouvi da sua boca, mas isso está nos principais jornais do Estado; eu estou sendo cobrado. Sr. Presidente, não está correto falar isso de quem nunca deixou de falar de Mato Grosso do Sul quando subiu a esta tribuna. Com certeza o Governador não foi bem informado.

E disse mais: disse que o Governo do Presidente Lula fez mais por Mato Grosso do Sul do que o do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Quantas e quantas vezes o Governador José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca do PT, não elogiou o Presidente Fernando Henrique Cardoso durante a sua gestão? Condecorava-o com presentes regionais pela construção, que vem desde o Governo de Wilson Barbosa Martins, da ponte sobre o rio Paraguai, na nossa querida Corumbá, obra que foi inaugurada também pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Sr. Presidente, venho aqui não para me defender da pecha do Governador, para reclamar de possível injustiça que ele tenha cometido contra mim – e até não acredito que ele tenha dito o que lhe atribuem –, mas para fazer um pedido ao Lula, ao Presidente da República. Sua Excelência desceu outro dia em Alfredo Castilho, cidade vizinha da minha, Três Lagoas, nas barrancas do rio Paraná – foi lá para um assentamento. Eu queria fazer um pedido ao Presidente da República: não encerre o seu mandato sem ajudar Mato Grosso do Sul; não faça isso. Isso seria uma grande injustiça. Quero que Vossa Excelência, a quem não tenho negado o meu apoio no Senado da República, atenda aos interesses daquele Estado, que o ajude, que plante uma obra em Mato Grosso do Sul. Diga ao Estado que implantou a Universidade Federal de Dourados – o que agradecemos –, mas também que fez outras obras. Não pode ficar apenas nisso.

Com toda certeza, Sua Excelência vai concluir a pavimentação da rodovia que liga Selvíria a Três Lagoas, numa extensão de sessenta quilômetros. Metade dessa rodovia já estava construída, e ele prometeu finalizar a outra metade quando foi à minha cidade, atendendo a um apelo meu. Citou até o meu nome em seu discurso. Senti-me honrado e dignificado quando

ele disse publicamente: “O Senador Ramez me pediu, e eu vou concluir a pavimentação de parte da BR-158, ligando Selvíria a Três Lagoas. Vou concluir”. Creio que vai concluir, Senhor Presidente. E sabe por quê? Porque faltam apenas dezoito quilômetros.

Mas tenha paciência: isso é pouco! Faça obras no Mato Grosso do Sul, faça obras para nós, pois estamos precisando de obras. Precisamos de algo para ajudar o desenvolvimento, a pujança do Estado. Mato Grosso do Sul, que está sofrendo, assim como sofrem os agricultores do Brasil inteiro. Sofrem com a estiagem, sofrem por causa do câmbio, por causa do preço dos insumos e também sofrem, Senador Alvaro Dias, representante do Estado do Paraná, por causa da febre aftosa, que atingiu em cheio o meu Estado e, em parte, o Estado que V. Ex<sup>a</sup> tão bem representa nesta Casa. Presidente, aproveite para ajudar os agricultores, para ajudar os produtores de Mato Grosso do Sul. Não tem importância se o Senador é mentiroso ou não, isso realmente não tem importância. O importante é que se ajude Mato Grosso do Sul; o importante é que não se desvirtue a palavra daqueles que querem levar recursos para o seu Estado.

Aproveito também a oportunidade para fazer um apelo a meus colegas do Congresso Nacional. Vamos lá, Sr. Presidente, vamos votar logo o Orçamento de 2006. Nós não podemos continuar assim. Só vai levar vantagem nisso, se levar, o Governo Federal. Os Municípios e os Estados vão estar em profunda desvantagem. Sabem por quê? Porque a partir de 1º de julho, como se trata de ano eleitoral, não vai ser mais possível a liberação de recursos. Nós já estamos no mês de fevereiro. Daqui um pouco, o Governo Federal, que manda no Orçamento, enrola mais um pouco e diz que não dá mais tempo de liberar – “Empenhei recursos, mas o Orçamento só foi aprovado em fins de fevereiro ou no mês de março”.

Portanto, temos urgência. O Legislativo tem urgência porque os Estados e os Municípios têm urgência. Eles estão precisando de investimentos. Precisamos urgentemente votar a peça orçamentária para 2006.

Essa peça orçamentária, pela qual nós tanto lutamos, é uma peça que fica na mão do Executivo. Imaginem isso em ano eleitoral! Imaginem a peça orçamentária neste ano eleitoral nas mãos do Poder Executivo! Se o Ministro da Fazenda quiser, ele vai promover um superávit maior ainda do que os anteriores para pagar juros e para pagar contas.

**(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)**

**O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente, a campanha soou. Não sei se é um aviso de**

que o tempo está encerrado ou se é um aviso para eu concluir, mas solicito que V. Ex<sup>a</sup> me dê só mais alguns minutos porque o assunto é importante.

Veja o que é o Orçamento. Lutamos, lutamos aqui bravamente para colocarmos as nossas emendas no Orçamento, mas o Executivo é imperial em matéria orçamentária: mesmo os recursos tendo sido empenhados, ele não libera; os convênios podem estar firmados, mas ele libera uma ou duas parcelas e atrasa no restante. E o que o Legislativo pode fazer?

Há uma importância muito grande na minha presença nesta tribuna. Além de pedir ajuda para Mato Grosso do Sul e para o Brasil, apelo para que votemos logo o Orçamento. O Legislativo não pode ser acusado de omissão, e é uma omissão não votar o Orçamento, permitir que a sua apreciação continue paralisada.

Na semana passada inúmeros discursos foram feitos nesta Casa com relação ao Orçamento – Orçamento que já foi denominado e cognominado “peça de ficção”. Apesar de ser uma peça de mentira, é uma mentira sem a qual a Nação não anda. Então, Senador Papaléo Paes, é uma medida necessária. Chego a não entender as coisas!

Penso que o Orçamento é uma peça de tamanha importância; quando alguém chega em algum país e fala que quer saber o que esse país vai fazer em determinado ano, é só pegar a peça orçamentária, que está lá escrito. No Brasil, não. Quem conhece a realidade brasileira sabe que, se começar a analisar a vida do País pela peça orçamentária, vai ver que este País é um país de ficção. E não pode ser!

O Brasil da realidade é o Brasil que precisa do Orçamento, que precisa da liberação das verbas individuais dos Parlamentares, das emendas de bancada dos Parlamentares, porque elas se destinam àqueles que não têm casa para morar, elas se destinam às creches para nossas crianças, elas se destinam para as estradas de que necessitamos, elas se destinam à educação, elas se destinam à saúde, elas se destinam a obras de infra-estrutura. Então, precisamos desse Orçamento. E, se precisamos desse Orçamento, vamos nós, do Legislativo, votá-lo imediatamente, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Ramez Tebet, permita-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra, Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – O Zeca do PT – e fomos Governadores na sua época – viveu momentos... Se isso for verdade, porque eu não acredito nisso, o povo de Mato Grosso não acredita, o povo de Piauí, onde V. Ex<sup>a</sup> foi homenageado com a maior comenda Grã-Cruz Renascença pelos méritos que tem, também

não acredita, enfim, o Brasil não acredita. Digo-lhe que, mesmo que V. Ex<sup>a</sup> não queira, os colegas da Comissão de Assuntos Econômicos querem prestar-lhe uma homenagem amanhã: a aposição do retrato de V. Ex<sup>a</sup> naquela Presidência. Por lá passaram as sumidades do Senado, mas nenhuma excedeu a V. Ex<sup>a</sup> em competência, em organização, em probidade, em decência. Essa estabilidade econômica por que passamos muito tem a dever à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, principalmente no período em que V. Ex<sup>a</sup> a presidiu. Da mesma maneira, sou testemunha de que os funcionários do Senado da República – que foram a mim, quando V. Ex<sup>a</sup> estava com problemas de saúde, para tentar convencê-lo a receber uma homenagem – disseram que nunca houve um Presidente tão generoso e tão competente! Então, queremos, logo amanhã, como membro da CAE, convidar o Presidente, que é do meu Partido e do de V. Ex<sup>a</sup>, para que seja feita a aposição, naquela Comissão, do retrato de V. Ex<sup>a</sup>, traduzindo, com esse gesto, o respeito que o Brasil tem por V. Ex<sup>a</sup>, o respeito que meu Partido tem por V. Ex<sup>a</sup>. Quero dizer que Rui Barbosa merece ficar lá – ele está lá no céu –, mas que, entre os Senadores vivos, nenhum dos que estão aqui, os 81 Senadores, e os que estão vivos e não são mais Senadores, nenhum o excedeu e o dignificou pelo comportamento, a honradez, a honestidade e a palavra que V. Ex<sup>a</sup> traz. A palavra de V. Ex<sup>a</sup> simboliza Cristo, quando falava: “De verdade em verdade, eu vos digo...”. Isso foi Ramez Tebet ao longo de sua vida.

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS) – Senador Mão Santa, fui Ministro da Integração Nacional. Para aqueles que nos estão ouvindo, é preciso que eu dê sentido a suas palavras, porque são generosas demais. V. Ex<sup>a</sup> se refere assim e tem-se referido com tanta bondade nas suas considerações a meu respeito, porque, circunstancialmente, quando V. Ex<sup>a</sup> governava o Piauí, recebeu a minha visita. E pude atestar sob um sol forte, sob um calor intenso, como V. Ex<sup>a</sup> governava seu Estado.

E quero dizer ainda, Senador Mão Santa, que tive forças para acompanhar os passos largos de V. Ex<sup>a</sup> em meio a casas populares que haviam sido construídas por V. Ex<sup>a</sup> no seu Governo, porque eu estava impulsionado pela multidão. Na inauguração daquela obra extraordinária, que motivou a minha visita, havia milhares de pessoas. E pude atestar o quanto V. Ex<sup>a</sup> é estimado pelo povo do seu Estado e pelo povo brasileiro. É isso o que faz com que V. Ex<sup>a</sup> seja generoso comigo.

Sr. Presidente, concluo dizendo que reafirmo, com todas as letras, a entrevista que dei para uma emissora local de rádio ao afirmar categoricamente que o Presidente da República tem sido injusto com o Mato Grosso

do Sul. Reafirmo que falei que ele era injusto, até pela lealdade do Governador, que pedia tanto e que quase nada recebia. É isto o que o Mato Grosso tem recebido do Governo Federal: quase nada. O Governador, que julga ter recebido muito, está recebendo nada mais do que a obrigação do Governo Federal. São as transferências constitucionais. Essas, sim, subiram no atual Governo, como vinham subindo ano a ano. Para dar um exemplo, Sr. Presidente, no ano de 2002, quando era Presidente o Fernando Henrique Cardoso, Mato Grosso recebeu R\$236 milhões; em 2003, foram R\$245 milhões; em 2004, R\$271 milhões; e, em 2005, R\$339 milhões. São transferências de verbas constitucionais. É o Fundo de Participação dos Municípios, não significa transferência voluntária, não significa construção de obras do Governo Federal em Mato Grosso do Sul. É isso que quero afirmar. Foi isso que afirmei.

Apenas pedi ao Presidente da República que ajudasse mais o Governador, que ajudasse mais o Estado de Mato Grosso do Sul. E acredito que não fui mentiroso quando afirmei que o Governador Zeca do PT é homem de profunda lealdade ao Presidente da República. E é por isso que não acredito, Sr. Presidente, que S. Ex<sup>a</sup> tenha me chamado de mentiroso. Penso que o jornalista entendeu de forma errada, mas, de qualquer forma, não veio nenhum desmentido de S. Ex<sup>a</sup>. E estou nesta tribuna mais para pedir por Mato Grosso do Sul do que para me defender se por acaso o Governador tiver realmente usado essa adjetivação com relação à minha pessoa.

Quero dizer também que isso não vai esmorecer a minha luta em defesa dos interesses de Mato Grosso do Sul, porque não defendo Governos, defendo a população do meu Estado, a população do Estado de Mato Grosso do Sul.

Sr. Presidente, esse assunto para mim é longo. Falo que vou encerrar, mas, de repente, vem alguma coisa à minha cabeça. O Presidente da República prometeu, junto com o Governador, por exemplo, o trem do Pantanal, e hoje os jornais de lá dão conta de que esse trem do Pantanal não vai sair do papel coisíssima nenhuma. Construíram os trens, construíram os vagões, sem haver linha férrea apropriada na sua estrutura para que esses vagões pudessem deslizar, porque está tudo sucateado, Senador Papaléo Paes. E o Projeto Pantanal, para defender o Pantanal de Mato Grosso do Sul, para defender o meio ambiente, para defender os Municípios pantaneiros do meu Estado, esse Projeto Pantanal, aprovado no Senado Federal, de R\$400 milhões – R\$200 milhões para Mato Grosso e R\$200 milhões para Mato Grosso do Sul –, não saiu do papel. E não é apenas isso. Ele morreu definitivamente, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores. Isso

é indesmentível. Ele terá de renascer, de ressuscitar. Há tempo para isso.

Faço outro apelo ao Presidente da República: deixe uma marca registrada do seu Governo, deixe uma etiqueta, deixe um selo que possa caracterizar a forte presença do seu Governo no Estado que modestamente represento nesta Casa, o Estado de Mato Grosso do Sul.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Ramez Tebet, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Senador Papaléo Paes.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos e de mais cinco para prorrogação.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, permitam-me fazer uma saudação especial ao Deputado Paulo José, liderança política do Estado do Amapá que está fazendo uma visita à Casa.

Tenha certeza, Deputado, de que temos muita honra e muito prazer em receber V. Ex<sup>a</sup>. Esta Casa também é sua, como um representante do Amapá.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, com significativa frequência, quase ano após ano, as universidades federais manifestam agudamente a crise em que se encontram. Crise instalada desde muito tempo. São as repetidas paralisações que, além de causarem enorme transtorno aos alunos, parecem obter, a cada vez, resultados mais magros. E é até compreensível que ocorra isso, à medida que a credibilidade dessas instituições se desgasta e à medida que a demanda por educação de terceiro grau é mais e mais atendida pelo setor privado.

Esse processo corresponde a um paulatino deslocamento do significado do ensino de nível superior. Se, originalmente, os cursos universitários foram criados para a formação das lideranças nacionais e para o processo da produção do conhecimento, eles atendem, hoje, muito mais às exigências do mercado de trabalho quanto à qualificação dos trabalhadores, ainda que nem sempre para o exercício de funções que impliquem o efetivo desempenho da capacidade crítica e da compreensão mais ampla e sistêmica da produção física, que o estudo superior pretenderia conferir.

A universidade, assim, parece estar a perder aquela função de refletir sobre a realidade brasileira,



abandonando de vez a idéia do nacional-desenvolvimento cepalista que marcou, especialmente, os anos cinquenta do século passado. É como se houvésemos desistido de qualquer projeto de desenvolvimento auto-alimentado, gerado a partir de nossa própria capacidade de produção científica e tecnológica. E não deixa de ser irônico estar a fazer essas considerações no momento em que a maior cadeia de comunicação do País exibe um seriado sobre a vida e a carreira política de Juscelino Kubitschek, Presidente que a história acabou por consagrar como a síntese da confiança que já tivemos no futuro deste País.

Nas universidades públicas sempre estiveram – e ainda estão – as mais prestigiadas instituições de ensino e extensão do Brasil, bem como os nossos principais centros de excelência em pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Ainda constituem um centro de resistência à ideologia globalizante que entende a educação, em um País periférico como o nosso, como meio de adestramento de mão-de-obra para um mercado interno de trabalho que não tem dinâmica própria de desenvolvimento de novas tecnologias.

Se permitirmos que as instituições públicas de ensino superior sejam sucateadas, estaremos certamente fechando a porta que pode levar a um desenvolvimento auto-sustentado. Ou seja, sem as universidades públicas, ao que tudo indica, poderemos dizer adeus ao País do futuro.

Eu compreendo o fato de que o Estado precisa ser fiscalmente responsável e de que se encontra em sérias dificuldades para fazer várias de suas obrigações, tanto nos diversos campos da ação social, quanto na gestão da infra-estrutura produtiva.

Está aí em todos os jornais a questão do mau estado de nossa malha rodoviária, que não nos deixa esquecer as dificuldades orçamentárias do Governo. Mas alguma solução de compromisso precisa ser encontrada para não deixar morrerem algumas das instituições mais tradicionais do nosso País, com longa folha de serviços prestados.

Concedo um aparte, com muita honra, ao Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Papaléo Paes, V. Ex<sup>a</sup> traz o assunto mais importante. Rui Barbosa, que está ali, dizia: “Só há um caminho, uma salvação: a lei e a justiça”. Eu digo agora: Oh, Lula – e o Lula chegou a dizer que era melhor fazer uma hora de esteira do que ler uma página de um livro –, atentai bem para o perigo que nós vivemos! Senador Papaléo, outro dia eu trouxe para esta Casa um exemplar do jornal a **Folha de S. Paulo**. Na página referente a educação havia um estudo que V. Ex<sup>a</sup> reproduz com a observação de quem vive a educação, de quem é fruto

da educação pública. Em 1991, Senador Papaléo Paes, das dez melhores universidades do País, sete eram públicas e três eram privadas. Em 2001, inverteu-se: das dez melhores, sete são privadas e três são públicas. Isso foi encorajador para nós, porque as três públicas que persistiram crescendo em bom padrão foram a de São Paulo, a de Goiás e a do Piauí, em nosso Governo. Quanto à preocupação de V. Ex<sup>a</sup>, em São Luiz do Maranhão há uma boa universidade privada; porém, o curso de Medicina custa R\$4 mil por mês. Com esse salário, Senador Ramez Tebet? Eu sei que o Presidente Lula não quis estudar porque é teimoso, cabeça dura, pois os sindicalistas estão estudando. Mas, com esse modelo, o pobre, o povo não pode entrar nas universidades privadas, porque o salário é baixo. Nos Estados Unidos, o cidadão paga porque o salário mínimo é alto. Eu fui à Suíça, recentemente, representando este Senado, e ali o salário mínimo é US\$2,5 mil, Senador Ramez Tebet. Então, eles podem pagar. Nós estamos numa situação em que proliferam as universidades particulares e somente os ricos terão vez, porque, mesmo trabalhando, o que é difícil no Brasil, o salário é pequeno. Este salário mínimo não dá para pagar universidade, pois todas estão em torno de R\$1mil por mês, qualquer curso. Essa é uma reflexão. O modelo ideal é o do Chile. Atentai bem, Presidente Lula! Ali são oito anos de ensino obrigatório, Senador Papaléo Paes, e o Presidente Ricardo Lagos assinou, antes de sair, projeto prorrogando para doze anos. Senador Valdir Raupp, os nossos estudantes pobres têm somente três anos de estudo. Esses dados são resultado de pesquisa. Mesmo os ricos não têm dez anos. Então, isso não pode continuar. Como Rui Barbosa disse que a salvação era a lei e a justiça, eu, do Piauí, digo aqui que tem somente um caminho e uma salvação: a educação.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão no que diz. Somos testemunhas vivas da universidade pública, porque cursamos a universidade pública, nossas faculdades pertenceram a universidades federais. E tanto V. Ex<sup>a</sup> como eu podemos testemunhar isso. Hoje o professor universitário público tem até vergonha de dizer que exerce essa profissão, porque seu salário é medíocre e realmente envergonha esses profissionais, que são peças fundamentais para o processo de desenvolvimento do País, mediante a educação.

Senador Ramez Tebet, lembro que os professores de Medicina que chamávamos de medalhões, famosos e bem preparados, faziam questão de ser professores universitários, sentiam-se honrados e orgulhosos de serem professores universitários.

Na época em que cursei a Faculdade de Medicina, não me lembro de, durante os seis anos de curso,

ter um dia voltado para casa mais cedo sequer por ter faltado algum professor. Essa lembrança faz com que nós, hoje, nos sintamos tristes com essa decadência. Não somos absolutamente contra o ensino privado. É uma alternativa que tem o estudante para freqüentar o curso escolhido.

Concedo um aparte ao Senador Ramez Tebet.

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – Senador Papaléo Paes, não imagina V. Ex<sup>a</sup> o quanto eu fico alegre de vê-lo na tribuna. Outro dia V. Ex<sup>a</sup> defendia a saúde no Brasil e apontava erros graves ocorridos administrativamente no setor da saúde. Hoje V. Ex<sup>a</sup> vem aqui em defesa do ensino público, em defesa dos professores, da valorização do mestre da escola pública e da universidade pública. V. Ex<sup>a</sup> é mais novo do que eu, V. Ex<sup>a</sup> colou grau em medicina e eu coleí grau em direito, mas eu sei o nome de todos os professores que tive na Faculdade Nacional em Direito da Universidade do Brasil e me formei em 1959, como tenho certeza que V. Ex<sup>a</sup> se recorda de todos os seus mestres. Hoje o aluno vai para a escola pública e não sabe nem o nome do seu professor. O professor universitário, hoje, infelizmente, não está tendo o mérito que deveria ter, recebe ínfimo salário, não tem condições de trabalho, a universidade pública está indo de mal a pior, Senador Papaléo Paes. Portanto, V. Ex<sup>a</sup> tem razão, V. Ex<sup>a</sup> é voz autorizada para fazer o discurso que está fazendo nesta segunda-feira no Senado da República.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet.

Quero também fazer referência ao discurso que V. Ex<sup>a</sup> proferiu hoje sobre as questões orçamentárias no Brasil. Ficamos muito tristes em saber que o nosso Orçamento, como V. Ex<sup>a</sup> acabou de referir, é fantasioso, não é obedecido como a própria lei manda e, quando verificamos onde estão os prejuízos maiores, vemos que estão nas áreas básicas de educação e saúde.

V. Ex<sup>a</sup>, Senador Ramez Tebet, que já presidiu esta Casa com muito vigor e muita capacidade ao dirigir 81 Senadores, chamou a atenção dos responsáveis, dentre os quais nós próprios, para aprovação deste Orçamento. Torna-se urgente e necessário para o bom andamento das obras que o Governo tem para fazer e das necessidades em investimentos na área de educação e saúde.

Sr. Presidente, pediria a V. Ex<sup>a</sup> que me concedesse os meus cinco minutos para que possa concluir o meu discurso e confesso-lhe que não chegarei a usar todo o tempo que V. Ex<sup>a</sup> me concederá.

Sr. Presidente, não é justo e não é mais possível manter congeladas as verbas para custeio das universidades federais como nos últimos anos! É necessário, sim, exigir delas uma gestão eficiente dos recursos, uma

produtividade coerente com o seu papel na sociedade. Tudo, é claro, com transparência e democracia.

E digo mais ainda, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, nem se trata de preservar o que já existe, mas, dado o significativo crescimento da população conluente do nível médio de ensino, é necessário e urgente aumentar a oferta de vagas no ensino superior. E se considerarmos o caso dos Estados mais pobres e menos desenvolvidos do País, é preciso mesmo criar novas unidades de ensino superior para cumprir o objetivo fundamental de nossa República, inserido na Constituição, de superar as diferenças sociais e regionais, erradicando a pobreza e a marginalização.

É, por exemplo, o caso do nosso Estado do Amapá. Trata-se de um Estado com um gigantesco potencial produtivo ainda pouco aproveitado. De uma gente dotada de iniciativa, porém a enfrentar a carência de oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. Nossos jovens ainda precisam se deslocar para outros centros, como a vizinha Belém do Pará, quando pretendem seguir estudos em carreiras que não são oferecidas em nosso Estado. A Universidade Federal do Amapá (Unifap), nesses quinze anos, desde sua criação, tem contribuído para o desenvolvimento do Amapá e para o aperfeiçoamento de nossa gente, mas, imersa em problemas financeiros, ainda não disponibiliza aos estudantes, por exemplo, um curso de medicina.

Isso é uma deficiência grave, Sr. Presidente, se levarmos em conta as necessidades sanitárias e de saúde de nosso povo. A criação de uma faculdade de medicina, com a instituição de um hospital universitário, acarreta toda uma nova dinâmica para os serviços de saúde do Estado e do Município em que se instala. A qualidade geral da atenção médica à população aumenta significativamente e, com isso, a qualidade de vida e o desenvolvimento social.

Para finalizar este pronunciamento, desejo ainda destacar uma qualidade adicional das universidades públicas, que é a sensibilidade maior que têm para a diversidade geográfica da demanda pelo ensino universitário. É mais comum, entre elas, o estabelecimento de **campi** avançados em diversos Municípios de um mesmo Estado, com necessidades específicas de formação profissional.

É por isso que eu gostaria também de sugerir a criação de **campus** da Unifap nos Municípios de Santana, Oiapoque, Laranjal do Jarí e Amapá. Ela poderia oferecer, por exemplo, especialidades no campo das ciências agrárias e de administração, voltadas à exportação, aproximando o conhecimento da população envolvida na produção, facilitando ainda mais o acesso dos jovens locais ao estudo superior.

Nestes tempos de crise, neste momento em que os professores das universidades públicas de todo o País retornam às aulas para repor as sessões perdidas durante o período de paralisação, sem ter conseguido obter do Governo a concessão de todos os seus pedidos, pode parecer inapropriado aos brasileiros mal informados das grandes cidades do Centro-Sul falar aqui em aumentar a estrutura universitária estatal, ainda mais para um Estado distante como o Amapá.

**(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)**

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – Mas esta é precisamente a saída para muitos dos problemas que afligem o Brasil: o desenvolvimento das regiões periféricas, em especial da estratégica fronteira norte e amazônica. Trata-se de um investimento que dará frutos que haverão de surpreender os céticos e os que desconhecem o potencial do Norte e de nossa gente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. Álvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valdir Raupp.*

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de 15 minutos.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, devemos continuar questionando a aplicação dos recursos do BNDES. Há ausência de investimentos públicos em infra-estrutura no nosso País e, na contramão dessa realidade nacional, há generosidade do Governo Brasileiro na aplicação de recursos em infra-estrutura na América Latina. A previsão é de que o Governo Lula, por meio do BNDES, financiará, até 2007, US\$3 bilhões em obras de infra-estrutura em países da América do Sul.

O Presidente tem usado esses recursos, por meio do Programa de Financiamento às Exportações, para financiar estradas, ferrovias, metrô, aeroportos, etc., infra-estrutura de maneira geral, não no Brasil, mas nos países vizinhos. Estamos convictos de que, a continuar esse nível de investimentos em infra-estrutura no Brasil, chegaremos próximos a um apagão logístico, a curto prazo, em nosso País.

Ainda há pouco, o Senador Papaléo Paes fazia referência à situação das rodovias brasileiras. Os recursos são escassos para a conservação das rodovias e mais escassos ainda para a realização de novas obras em todas as áreas de infra-estrutura do nosso

País, sobretudo no setor de energia elétrica, obrigando especialistas a cogitarem a hipótese do apagão por volta de 2009/2010.

Selecionei alguns exemplos de financiamento do BNDES, como a liberação de R\$25 milhões para a Alstom Brasil Ltda. exportar 43 carros metroviários para o Chile. Este grupo Alstom é um dos maiores do mundo nos mercados de infra-estrutura de energia e de transporte. Está presente em 70 países e tem cerca de 69 mil funcionários – e o BNDES o financia. Já contou com financiamentos do BNDES para vendas externas, entre elas a exportação de turbinas para a usina hidrelétrica de Três Gargantas, na China.

Estou selecionando alguns exemplos para estabelecer o contraste com a realidade das dificuldades existentes no setor privado brasileiro, Senador Ramez Tebet, no momento de buscar financiamento para projetos que gerariam emprego, renda e receita pública no nosso País e não no exterior, como é o caso.

A empresa de Transporte de Pasajeros Metro S/A, que tem como acionista o Tesouro Público do Chile e a Corporação de Auxílio à Produção, é uma estatal chinesa que está importando esses carros metroviários financiados pelo BNDES. Eles serão usados no projeto de expansão da linha dois do metrô de Santiago, com 5,1 quilômetros de extensão e cinco estações.

Aliás, parece-me que não estão faltando recursos para o metrô de Santiago do Chile, mas o BNDES tem se negado a liberar recursos para o metrô de São Paulo. Não sei se por coincidência, já que, na Prefeitura de São Paulo, está o Prefeito José Serra, do PSDB, pré-candidato à Presidência da República, e, no Governo de São Paulo, está o Governador Geraldo Alckmin, pré-candidato do PSDB à Presidência da República. Imagino que seja simplesmente uma coincidência!

Senador Ramez Tebet, concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup> antes de continuar expondo os outros empréstimos que estão sendo efetuados pelo BNDES a países da América do Sul.

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – Senador Alvaro Dias, eu não queria interromper o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, mas o assunto que V. Ex<sup>a</sup> traz à tribuna é tão importante que me permito avançar no seu pronunciamento. O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, por exemplo, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, financiou até privatizações no Brasil. Isso foi muito criticado politicamente, porque se afirmava que havia privatizações em favor de empresas de outros países com dinheiro nacional. Mas agora acontece a mesma coisa? O setor produtivo está relegado. O BNDES tinha de cumprir uma função eminentemente social, isto é, ajudar o setor produtivo do Brasil e descentralizar. O BNDES tem sede só no Rio de Janeiro. No seu Estado do Paraná, o que uma

empresa gasta com burocracia para tentar obter um financiamento do BNDES é uma coisa incrível! No meu Mato Grosso do Sul, nem se fala! Estão fechando frigoríficos, deixando gente desempregada, e o BNDES tem negado recursos para ajudar esses frigoríficos que querem investir aqui, no Brasil – não estou falando para investir no exterior. Então, Senador Alvaro Dias, V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão. Deve-se chamar a atenção do Banco Nacional, o Senado deve chamar a atenção do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para que aplique recursos em favor dos interesses efetivamente nacionais. Ajude as empresas nacionais a se desenvolverem, dê-lhes capital de giro para que possam produzir e, conseqüentemente, gerar trabalho, gerar renda, ajudar o País. É isso o que precisa acontecer. E V. Ex<sup>a</sup> está fazendo exatamente isto: citando algumas empresas que são beneficiadas pelo BNDES, como é o caso de algumas obras de metrô, e outras, não. E o BNDES fica dizendo que tem dinheiro e que vai financiar obras no exterior; no exterior, Senador Alvaro Dias, quando elas são tão necessárias aqui, no território brasileiro!

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet!

V. Ex<sup>a</sup> faz referência à função social do BNDES, e é por isso que se acrescentou a letra “S” à sigla BNDE. O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico passou a ser Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, para gerar emprego, renda, receita pública e alavancar o desenvolvimento econômico do nosso País com justiça social, o que lamentavelmente não vem ocorrendo. Financiam-se carros metroviários para o metrô de Santiago do Chile, financia-se a construção do metrô de Caracas do Líder Hugo Chávez, enfim, financiam-se mais de US\$1.64 bilhão até setembro de 2005, na América Latina, o equivalente a R\$2,383 bilhões ao câmbio de hoje.

E, mais, continua: o BNDES aprovou mais dois financiamentos, no total de US\$194.6 milhões, para que a construtora Norberto Odebrecht realize exportações de bens e serviços para a Venezuela, do líder Hugo Chávez.

A Norberto Odebrecht participa da expansão do metrô de Caracas e da realização de obras de irrigação no noroeste do país. Acaba de finalizar a principal obra, atualmente construída por uma empresa brasileira em solo venezuelano: a segunda ponte sobre o rio Orinoco, há 20 quilômetros de Ciudad Guayana.

A impressão é que o Presidente Lula é um grande parceiro do Presidente venezuelano com recursos públicos brasileiros. Essa parceria se estabelece de forma objetiva, prática. Parece que o Governo brasilei-

ro é mais eficiente na Venezuela que no Brasil; produz mais lá do que aqui.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Investe mais lá do que aqui em obras; gera mais emprego lá do que aqui. É difícil compreender essa lógica do Governo brasileiro.

Vou conceder o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa, mas peço que me permita relatar mais alguns empréstimos: para o projeto da ponte construída pelo governo de Hugo Chávez, US\$384 milhões. A obra inclui ligações rodoviárias de 165km ao todo, integrando três Estados venezuelanos. Entre as parceiras brasileiras estão a Usiminas e outras empreiteiras.

É o Brasil a serviço de Hugo Chávez na Venezuela.

Tanto o projeto hidrelétrico de San Francisco, no Equador, como da hidroelétrica de Pinalito, na República Dominicana, também estão sendo financiados pelo BNDES e executados pela Norberto Odebrecht. O projeto equatoriano terá um financiamento de R\$243 milhões do BNDES.

Na seqüência da declaração presidencial Brasil/Bolívia, de 2003, foram acertados financiamentos de US\$600 milhões para projetos de infra-estrutura na Bolívia. O BNDES libera os recursos. Vai financiar 85% de dois trechos de estradas na Bolívia, que serão construídos pela Odebrecht (US\$63 milhões) e pelo Consórcio Camargo Corrêa-ARG (US\$80 milhões).

O BNDES financiou a Construtora ARG, de Belo Horizonte, no trecho de 180km na Ruta 10, que liga Assunção a Salto de Guairá, na fronteira com o Brasil. A obra custou US\$77 milhões.

O volume de recursos financiados pelo Proex em 2003 e 2004 é da ordem de US\$7.6 bilhões – a fonte é o Banco Central.

A Andrade Gutierrez participa da segunda fase do aqueduto Noroeste, na República Dominicana, com financiamento de US\$64.7 milhões do BNDES. Há compromisso de financiar a construção do metrô de São Domingos, a construção da hidrelétrica Arte Bonito e da represa Monte Grande.

O Presidente do BNDES informou que a carteira de desembolsos do BNDES para projetos de infra-estrutura na República Dominicana totaliza US\$235 milhões (incluindo o aqueduto).

A rodovia do Pacífico (corredor inter-oceânico sul – Peru/Brasil, de 1,2 mil km, que vai ligar a cidade brasileira de Assis, no Acre, aos portos de Ilo, Matarani e Marcona, no sul do Peru) deverá contar com US\$420 milhões do BNDES. Um *pool* de empreiteiras brasilei-

ras participa: Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez, Queiróz Galvão, Camargo Corrêa.

O Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (Cofig) – órgão que aprova empréstimos para empresas brasileiras em projetos de integração na América do Sul – já aprovou, entre recursos do BNDES e do Tesouro, US\$1.6 bilhão para financiar projetos de integração regional na América do Sul, entre 2006 e 2008.

Sr. Presidente, vou conceder um aparte ao grande Senador do Piauí, Mão Santa. Depois, quero fazer aquele apelo de sempre em favor de um requerimento que apresentamos e que tem por objetivo solicitar auditoria nos empréstimos realizados pelo BNDES. Vamos dizer o que nós desejamos saber relativamente a esses empréstimos. Por isso, peço a V. Ex<sup>a</sup> a condescendência da prorrogação do meu tempo para que eu ouça o Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Papaléo, atentamente, eu e o País estamos ouvindo a profundidade do pronunciamento do Senador. Não tenho nada a ver com seu Partido, não. Eu sou do PMDB e tenho até um pouco de raiva, porque deram asas...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – É do PMDB bom.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – (...) para o Papaléo, ele tucaneou e deixou o PMDB. Gosto de me intrometer, mesmo, principalmente com essa gente do Paraná. Olha, vendo a sua postura e o seu conhecimento, acredito que o Fernando Henrique Cardoso – e nós governamos juntos – deve parar um pouco de viajar e fazer uma reflexão. Olha, nem José Serra, nem Alckmin: o tércio. O tércio é V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, muito obrigado.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – É o melhor candidato do seu Partido. Votei no Lula com esperança. Eu sei que V. Ex<sup>a</sup> ainda tem pai e que a mãe de V. Ex<sup>a</sup> está no céu com a minha, não é verdade? A minha mãe dizia, Senador Papaléo, que a caridade começa com os de casa – era Terceira Franciscana. O povo, que é sábio e lê a Bíblia, diz: “Mateus, primeiro os teus”. Votamos no Lula, no Piauí, sabe por quê? Temos um porto, Papaléo, que começou com Getúlio. Eu ouvi o Getúlio dizendo: “Se eleito, farei o porto de Amarração, em Luís Correia”. Eram necessários US\$100 milhões e o Ministro João Paulo dos Reis Velloso injetou US\$90 milhões. Faltaram US\$10 milhões.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Mude o Piauí para a Venezuela.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – É. Com US\$10 milhões termina-se o modelo. Resolvido.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, se o Piauí fosse na Venezuela...

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Vai terminar o mandato, e o Piauí, que votou em Lula, tem um Governador do PT. Eu me lembro: um dia, no Piauí, um Deputado Federal, José Alves de Abreu, Papaléo – e V. Ex<sup>a</sup> se comove com as histórias do Amapá –, disse que queria morrer, mas num naufrágio, porque disseram que a morte é como um naufrágio, e que fosse lá no litoral do Piauí, nas praias de Luís Correia. Aí, quando ele fizesse esforço e voltasse à tona, olharia as luzes do porto de Luís Correia. Não bastou. Ele já foi. Nós sonhamos, e Lula, que era a esperança, não colocou uma pedra. Essa é a decepção do povo do Piauí.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, o porto do Piauí tem zero do BNDES, mas a ponte do Hugo Chávez, US\$384 milhões. Quem sabe, agora, o Senador Mão Santa pede ao Presidente Lula para buscar votos na Venezuela, nas eleições de 2006.

Sr. Presidente, quero insistir na aprovação do requerimento que encaminhei, porque desejamos saber, por exemplo, quais foram as condições desses negócios do Brasil com esses governos da América do Sul. Quais são os prazos de desembolso e ressarcimento? Quais são as equações financeiras de cada operação? Em outras palavras, qual é a chance de reavermos esses recursos? Esses recursos voltam ou, um dia, o Governo brasileiro perdoa essa dívida, como ocorreu, recentemente, em relação – é evidente – a um país muito mais pobre, com recursos muito menos expressivos, mas, de qualquer maneira, numa atitude de bravata do Presidente brasileiro, perdendo dívidas de outros povos.

Enfim, quando um banco multilateral, o Banco Mundial, por exemplo, empresta dinheiro a um País, este se obriga a cumprir uma série de procedimentos destinados a garantir que a escolha dos fornecedores seja aberta, de forma a assegurar competitividade. Para isso, as instituições impõem como condição para empréstimos que as concorrências feitas com o dinheiro emprestado sejam realizadas de acordo com regras que eles, bancos, determinam, e não com as regras que cada país define. A idéia é garantir, ao máximo possível, a escolha das ofertas mais vantajosas, com maximização da eficiência da aplicação financeira. Isso não é feito. Um banco nosso não pode se prestar a fazer caridade para outros países porque, lamentavelmente, não estamos em condições de fazer.

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) não é uma agência multilateral, mas um banco de desenvolvimento nacional. Portanto, assim deve proceder.

Concedo, com prazer, um aparte ao Senador Valdir Raupp.

**O Sr. Valdir Raupp** (PMDB – RO) – Nobre Senador, V. Ex<sup>a</sup> está sendo muito feliz nesse seu pronunciamento quando fala dos investimentos fora do Brasil e de poucos investimentos no Brasil. Não sou contra o Governo Brasileiro, por meio do BNDES ou de outras entidades financeiras, financiar obras de integração, principalmente se forem obras de integração, como é o caso da Rodovia do Pacífico, que passa pelo Mato Grosso, por Rondônia e pelo Acre e interliga o Norte do País aos portos do Oceano Pacífico, do Peru e do Chile. Mas, se forem obras que não venham a trazer nenhum benefício diretamente para o Brasil, é claro que o Governo brasileiro deve dar preferência às obras internas do Brasil. Cito aqui a situação do nosso gás, do gasoduto Urucu-Porto Velho, do gasoduto Guari-Manaus, do porto do Piauí e dos nossos terminais portuários que não têm mais como receber demanda de exportação alguma, porque não têm mais capacidade, estão todos ocupados, principalmente com as grandes companhias, como a Vale do Rio Doce, que não permite mais que nenhuma pequena mineradora exporte minério de ferro pelos terminais onde ela já detém o contrato e o monopólio. Da mesma forma, as nossas ferrovias carecem de grandes investimentos para integrarem o Brasil, além de integrarem os outros países, integrarem também as regiões desta imensidão que é o nosso País. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>!

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp.

Quero concluir, agradecendo o Presidente pela generosidade do tempo, dizendo que países desenvolvidos atuam com bancos de desenvolvimento. A diferença, no entanto, do BNDES para esses bancos, como o Eximbank norte-americano, é que esses bancos não costumam financiar governos, eles emprestam dinheiro para operações privadas, envolvendo um exportador ou um importador norte-americano e um importador ou exportador estrangeiro. Pode ser brasileiro, pode ser canadense, panamenho etc.

O BNDES, não, ele está financiando governos, para que eles contratem empresas para realizarem obras de infra-estrutura. O normal seria esperar que o banco acompanhasse a prática das instituições multilaterais. Portanto, atua como uma instituição multilateral. No entanto, não adota as práticas utilizadas pelos grandes Bancos dos países desenvolvidos.

Onde estão as condições impostas pelo BNDES a esses países beneficiários desses empréstimos? Qual é a forma de escolha das empresas que tocarão os projetos? Onde estão as regras para as licitações públicas correspondentes? É bom lembrar, Sr. Presi-

dente, que esses recursos são pagos em dólar, essas transferências são realizadas em dólar na contas de empresas *offshore*.

É por isso que quando se investiga o pagamento de conta de campanha ao publicitário Duda em *offshore* no exterior, é bom chegar muito próximo dessas operações realizadas pelo BNDES.

*Durante o discurso do Sr. Álvaro Dias, o Sr. Valdir Raupp, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp, por permuta com o Senador José Maranhão.

V. Ex<sup>a</sup> terá dez minutos para fazer seu pronunciamento e, se necessário for, mais cinco minutos de prorrogação.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, o biodiesel surgiu mundialmente como uma alternativa promissora aos combustíveis minerais, derivados do petróleo. O caráter renovável torna o produto uma fonte importante de energia no longo prazo, além de outras vantagens.

Os biocombustíveis vêm sendo testados atualmente em várias partes do mundo. Países como a Argentina, os Estados Unidos, a Malásia, a Alemanha, a França e a Itália já produzem biodiesel comercialmente, estimulando o desenvolvimento de escala industrial.

No início dos anos 90, o processo de industrialização do biodiesel foi iniciado na Europa. Portanto, mesmo tendo sido desenvolvido no Brasil, o principal mercado produtor e consumidor de biodiesel em grande escala foi a Europa.

Segundo a Eco Óleo, a União Européia produz anualmente mais de 1,35 milhões de toneladas de biodiesel, em cerca de 40 unidades de produção. Isso corresponde a 90% da produção mundial de biodiesel. O Governo garante incentivo fiscal aos produtores, além de promover leis específicas para o produto, visando à melhoria das condições ambientais por meio da utilização de fontes de energia mais limpas.

A tributação dos combustíveis de petróleo na Europa, inclusive do óleo *diesel* mineral, é extremamente alta, garantindo a competitividade do biodiesel no mercado.

Depois da mistura que a Europa tem feito, do biodiesel no óleo *diesel*, esse combustível tem sido designado, por alguns distribuidores europeus, de “super *diesel*”, dada a pureza do biodiesel. O Brasil deve também entrar nessa rota.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o maior país produtor e consumidor mundial de biodiesel é a Alemanha, responsável por cerca de 42% da produção mundial. Sua produção é feita a partir da colza, produto utilizado principalmente para nitrogenização do solo; hoje, estão aproveitando esse produto, em larga escala, para a produção do biodiesel. A extração do óleo gera farelo protéico à ração animal. O óleo é distribuído de forma pura, isento de mistura ou aditivos, para a rede de abastecimento de combustíveis composta por cerca de 1,7 mil postos.

Na Europa foi assinado, em maio de 2003, uma Diretiva pelo Parlamento Europeu, visando à substituição de combustíveis fósseis por combustíveis renováveis. A proposta é ter 5,75% até 2010.

Mas, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Brasil tem em sua geografia grandes vantagens agrônomas, por se situar em uma região tropical, com altas taxas de luminosidade e temperaturas médias anuais. Associada a disponibilidade hídrica e regularidade de chuvas, torna-se o País com maior potencial para a produção de energia renovável do mundo.

O Brasil explora menos de um terço de sua área agricultável, o que constitui a maior fronteira para a expansão agrícola do mundo. O potencial é de cerca de 150 milhões de hectares, sendo 90 milhões referentes a novas fronteiras e os outros 60 milhões referentes a terras de pastagens que podem ser convertidas em exploração agrícola de curto prazo.

E, neste momento em que o preço do gado tem caído, é hora de aproveitar algumas fronteiras agrícolas do nosso País, fazendo essa diversificação e produzindo outros produtos, como, por exemplo, o produto para a geração de biodiesel.

O Programa Biodiesel visa à utilização apenas de terras inadequadas para o plantio de gêneros alimentícios.

Há também a grande diversidade de opções para a produção de biodiesel, tais como a palma, o babaçu e o dendê no Norte, a soja, o girassol e o amendoim nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, e a mamona, que, além de ser a melhor opção do semi-árido nordestino, apresenta-se também como opção para outros Estados.

Eu cito o exemplo do Estado de Rondônia, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que produz, além do dendê, do babaçu, do girassol, da palma, produz também a soja, a mamona e tantos outros. Praticamente todos os produtos da cadeia do biodiesel o Estado de Rondônia produz.

A sinergia entre o complexo oleaginoso e o setor de álcool combustível traz a necessidade do aumento na produção de álcool. A produção de biodiesel conso-

me álcool etílico, através da transesterificação por rota etílica, o que gera incremento da demanda pelo produto. Conseqüentemente, o projeto de biodiesel estimula também o desenvolvimento do setor sulcroleiro, gerando novos investimentos, emprego e renda.

O atual nível de produção, segundo a Agência Nacional do Petróleo, – ANP, em torno de 170 milhões de litros por ano, constitui um grande desafio para o cumprimento das metas estabelecidas no âmbito do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel. Essa capacidade terá que ser triplicada até 2012, com a necessidade de adição de 5% de biodiesel ao petrodiesel, ao óleo diesel.

O uso do biodiesel pode atender a diferentes demandas de mercado, significando uma opção singular para diversas características regionais existentes ao longo do território nacional.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores...

**O Sr. Amir Lando** (PMDB – RO) – O nobre orador me permite um aparte?

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Com muito prazer, nobre Senador Amir Lando.

**O Sr. Amir Lando** (PMDB – RO) – Nobre Senador Valdir Raupp, V. Ex<sup>a</sup> aborda um tema muito importante para o País, para o futuro das fontes energéticas alternativas do País e, podemos até dizer, do mundo. Eu gostaria de ressaltar, como V. Ex<sup>a</sup> bem o fez, que o nosso Estado de Rondônia tem uma potencialidade enorme para a produção de biodiesel. É necessário que uma política oriente e dê respaldo e sustentação a projetos dessa natureza. Por ora, vemos ainda o projeto do biodiesel muito no papel. Há pouca ação, pouca infra-estrutura, pouca mobilização de recurso para propiciar, sobretudo, a industrialização desses produtos agrícolas. E nós temos uma potencialidade imensa na produção, por exemplo, de mamona, de girassol etc. É por isso que, a par exatamente desse programa, são necessárias providências urgentes que visem a consolidar esse projeto. Saúdo V. Ex<sup>a</sup> e registro que me engajo nessa cruzada, porque é de grande interesse para o povo de Rondônia, sobretudo do pequeno agricultor, que terá a oportunidade de obter uma renda familiar mais polpuda com a produção de plantações dessas áreas tão importantes à produção de biodiesel. Por isso, temos de exigir do Governo Federal urgência e providências para viabilizar um projeto tão importante para o País e também para o nosso Estado de Rondônia. Parabenizo V. Ex<sup>a</sup> e agradeço o aparte.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> tem absoluta razão quando fala da morosidade do programa. Vejo com preocupação porque até hoje, Sr. Presidente, Rondônia não tem uma pequena unidade de produção de biodiesel. E, pelo que tudo in-

dica, isso ainda vai demorar anos. Talvez daqui a dois, três ou quatro anos ainda não tenhamos uma unidade produtora de biodiesel no Estado de Rondônia.

O programa é bom, mas burocratizou demais e o pequeno terá muita dificuldade de caminhar no sentido da produção do biodiesel, até porque ele vai ter que financiar e financiamento não é fácil.

Concedo um aparte ao nobre Senador Mão Santa. Peço ao Sr. Presidente que, depois, se for possível, me conceda um pouco mais de tempo, em função dos apartes, para que eu possa concluir o pronunciamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Muito obrigado.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Valdir Raupp, quero dar o testemunho do interesse e da dedicação de V. Ex<sup>a</sup> com relação ao problema energético. Agora, V. Ex<sup>a</sup> se aprofunda no biodiesel na perspectiva de tudo se consolidar. Lembro que V. Ex<sup>a</sup> foi ao Piauí quando eu governava e foi convidado pelos sistemas da Eletrobrás, pela Cepisa e Eletronorte, que o homenagearam, reconhecendo a dedicação e a preocupação que V. Ex<sup>a</sup> tinha para resolver o problema de energia do Estado de V. Ex<sup>a</sup>, que era muito grave. V. Ex<sup>a</sup> era muito novo e foi uma grande perda para o povo de Santa Catarina, o que acho que foi até para felicidade do Senador Leonel Pavan, porque, se tivesse ficado lá, V. Ex<sup>a</sup> teria sido tudo lá. Mas V. Ex<sup>a</sup> foi lá para a sua Rondônia, onde foi tudo: Vereador, Prefeito, duas vezes, um Governador extraordinário e ainda tem a felicidade de dar o exemplo de fazer política com a mulher, com amor, com a família. Ela também representa, com muita grandeza, a mulher brasileira e o nosso PMDB. Então, V. Ex<sup>a</sup> é uma das figuras mais importantes. Juntandose ao Senador Amir Lando, podemos reconhecer que Rondônia é a capital do PMDB no Brasil.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Obrigado, Senador Mão Santa, pelos elogios. V. Ex<sup>a</sup> tem sido também um grande baluarte do PMDB, não só no Piauí mas em todo o Brasil.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – A utilização do biodiesel pode ser dividida em dois mercados distintos: mercado automotivo e usos em estações estacionárias. Cada um desses mercados possui características próprias e podem ser subdivididos em submercados.

O mercado de estações estacionárias caracteriza-se basicamente por instalações de geração de

energia elétrica e representa casos específicos e regionalizados.

Tipicamente, pode-se considerar a geração de energia nas localidades não supridas pelo sistema regular nas regiões remotas do País, que, em termos dos volumes envolvidos, não é significativa, mas pode representar reduções significativas com os custos de transporte...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – ... e, principalmente, a inclusão social e o resgate da cidadania dessas comunidades.

Outros nichos de mercado para utilização do biodiesel para geração de energia podem ser encontrados na pequena indústria e no comércio, como forma de redução do consumo de energia no horário de ponta, aliado aos aspectos propaganda e *marketing*. O mercado automotivo pode ser subdividido em dois grupos, sendo um composto por grandes consumidores com circulação geograficamente restrita, tais como empresas de transportes urbanos, de prestação de serviços municipais, transporte ferroviário e hidroviário, entre outras.

A segunda parte do mercado automotivo caracteriza-se pelo consumo a varejo, com a venda do combustível nos postos de revenda tradicionais. Nesse grupo estão incluídos os transportes interestaduais de cargas e passageiros, veículos leves e consumidores em geral.

Como um sucedâneo do elo diesel, o mercado potencial para o biodiesel é determinado pelo mercado do derivado de petróleo. A demanda total de óleo diesel no Brasil em 2002 foi da ordem de 39,2 milhões de metros cúbicos, dos quais 76% foram consumidos no setor de transporte, 16% no setor agropecuário e 5% para geração de energia elétrica nos sistemas isolados.

A importação de diesel, em 2002, correspondeu a 16,3% do mercado e significou, nos últimos anos, um dispêndio anual da ordem de US\$1,2 bilhão, sem considerar o diesel produzido com petróleo importado, cerca de 8% do total de diesel consumido.

A geração de energia elétrica nos sistemas isolados da região amazônica consumiu 530 mil metros cúbicos de diesel, distribuídos na geração de dois milhões de *megawatts*, no Amazonas (30%), Rondônia (20%), Amapá (16%), Mato Grosso (11%), Pará (11%), Acre (6%) e Roraima (3%), além de outros pequenos sistemas de outros estados. Esses números se referem à demanda do serviço público. Existem grandes consumidores privados de diesel para a geração de



energia elétrica, como as empresas de mineração localizadas na região Norte.

Caminhando para o encerramento, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores: no Brasil, os impostos incidentes sobre combustíveis são a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Cide; o Programa de Integração Social – PIS; a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins; e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS. Existe um cenário nacional sobre a importância de se incentivar a produção de *biodiesel* pela rota etílica tanto pelos benefícios sociais quanto pelos benefícios ambientais decorrentes de sua mistura ao óleo diesel de petróleo – já estamos caminhando para isso, mas a minha preocupação é que não haja o *biodiesel* necessário para a mistura ao óleo *diesel* e para aqueles equipamentos que consomem apenas biodiesel. Penso também que deve ser privilegiada a produção de *biodiesel* nas regiões Norte e Nordeste, sendo revista a carga tributária em toda a cadeia de produção. A produção do *biodiesel*, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, está sendo inviabilizada em algumas regiões do País devido aos altos impostos.

É mandatário, portanto, que sejam revistos os incentivos e as atuais regras para a produção do *biodiesel* visando o interesse dos produtores e investidores, inclusive os pecuaristas. Não podemos perder a chance de estar à frente na produção de fontes alternativas de energia, ainda mais quando somos nós os inovadores. Estamos deixando, Sr. Presidente, os outros países avançarem a passos largos na nossa frente.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Amir Lando por permuta com o Senador Garibaldi Alves Filho.

V. Ex<sup>a</sup> terá dez minutos para o seu pronunciamento e, se necessário, cinco minutos de acréscimo.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR AMIR LANDO NA SESSÃO DO DIA 30 DE JANEIRO DE 2006, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Amir Lando.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, que terá dez minutos para seu pronunciamento e cinco minutos de prorrogação, caso seja necessário.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, Senador Amir Lando, ainda gostaria de dizer a V. Ex<sup>a</sup> que, quando estive aqui, na semana passada, o Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, tive de fazer um apelo a ele para que o projeto de salário mínimo, que vai entrar em vigor em abril, não venha à Casa por medida provisória. Mande um projeto de lei, damos urgência e votamos a matéria com a devida consideração que o tema exige.

Por isso fiz questão, mais uma vez, de destacar o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Amir Lando.

Sr. Presidente, já que falei do apelo que fiz ao Ministro Luiz Marinho para que o Presidente Lula mande por projeto de lei e não por medida provisória o reajuste do salário mínimo a partir de primeiro de abril, quero dizer que demonstrei também a minha preocupação com os R\$22 milhões referentes aos aposentados e aos pensionistas, tema que analisaremos na Comissão especial.

Não é esse o eixo do meu pronunciamento, mas quero informar à Casa que, hoje pela manhã, fiz contato com todos os presidentes das Centrais Sindicais e do Fórum das Confederações. Todos confirmaram presença na audiência pública que ocorrerá na próxima quinta-feira, às dez horas, onde serão discutidos a política permanente de recuperação do salário mínimo e o benefício aos aposentados e pensionistas. Insisto que estarão presentes presidentes de oito Centrais Sindicais e o coordenador do Fórum que reúne todas as Confederações de trabalhadores.

Concedo um aparte ao Senador Amir Lando, da mesma forma que S. Ex<sup>a</sup> me concedeu anteriormente.

**O Sr. Amir Lando** (PMDB – RO) – Serei breve, como V. Ex<sup>a</sup> foi ao me apartear. Quero parabenizá-lo por ter abordado no início de seu pronunciamento o salário mínimo, que tem de ser uma construção, sobretudo do Congresso. Como Relator-Geral do Orçamento, inaugurei essa prática de prover os recursos na Lei Orçamentária. Se o Congresso faz esse trabalho excessivo de prover os recursos, se negocia, não há por que o Poder Executivo mandar a matéria por meio de medidas provisórias. V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão. V. Ex<sup>a</sup> trabalhou uma vida inteira pelo salário mínimo, e eu gostaria de registrar um ponto importante da luta de V. Ex<sup>a</sup>. Aliás, sempre recebi essa pressão e não a aceitei. Por exemplo, desvincular o salário mínimo dos direitos previdenciários. Ora, Sr. Presidente, nobre Senador Paulo Paim, qual é a receita vital menor do

que o salário mínimo para uma família? O aposentado nunca é solitário, até pela idade avançada, ele tem de ter alguém. Se não houver alguém da família, terá de haver um terceiro que o proteja, que o auxilie. Como o aposentado irá conseguir viver, com alguma dignidade, com uma receita menor do que o salário mínimo? Realmente, esta é uma concepção de extermínio: retirar o salário mínimo como base de referência dos benefícios previdenciários. É melhor decretar o extermínio! É o extermínio paulatino, mas é o extermínio brutal, que será muito mais rápido do que se imagina. É evidente que a Previdência sempre raciocina com a tábua rasa da morte. É evidente que a morte é um fator importante na Previdência. Mas, para nós, que acreditamos exatamente na humanização da Previdência, é preciso resgatar a dignidade, resgatar o conceito amplo da personalidade humana, da grandeza humana, da dignidade dessa gente, muitas vezes considerada, como disse Wilson, quando era Presidente dos Sindicatos dos Previdenciários da CUT, sequer lixo, porque não somos recicláveis. Essa é a verdade, essa é a dura realidade. V. Ex<sup>a</sup> sempre levantou e continua a levantar a bandeira do salário mínimo justo e digno, porque sabemos que as pessoas precisam ao menos viver. Sabemos que o direito de preservar a vida é fundamental e, acima dele, nenhuma lei pode existir. Por isso o salário mínimo é uma lei fundamental da sobrevivência da pessoa humana.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senador Amir Lando, o aparte de V. Ex<sup>a</sup> é muito importante, porque, além da história de V. Ex<sup>a</sup> no Parlamento, que eu acompanhei – estamos juntos aqui há cerca de 20 anos –, V. Ex<sup>a</sup> foi Ministro da Previdência. Então, V. Ex<sup>a</sup> tem autoridade para dizer que o Congresso – espero que o Executivo também pense assim – em nenhuma hipótese deve pensar em ter um salário mínimo diferente.

Alguns dizem que o salário mínimo do aposentado deve ser bem menor que o salário mínimo do ativo. Isso é um equívoco histórico de quem desconhece o assunto, porque existe o piso salarial das categorias que é diferente do salário mínimo. Não tem discurso que diga que, se desvincular o benefício do aposentado em definitivo, vai subir o piso das categorias. Não é verdade! Essa lei existe. O piso das categorias pode subir como quiser, até mais de uma vez por ano, se assim entenderem as partes no processo de negociação.

Então, meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>, que também fortalece uma insistência nossa aqui. Sabemos qual será o reajuste do salário mínimo. Alguns diziam, quando eu falava que poderia ser a inflação e o dobro do PIB, que era demagogia de minha parte. Mas foi assim no ano passado e este ano será um pouquinho mais do que o dobro do PIB. É sinal de que a eco-

nomia resistiria e tínhamos razão. Digo que estamos caminhando.

Para alguém que está assistindo à TV Senado neste momento – eu sei que os idosos estão – a pergunta é: como ficam os nossos vencimentos? Como ficam? Não tem parâmetro nenhum ou qualquer indicativo. Ninguém sabe. Por isso, quanto à Comissão, Senador Amir Lando, insisto para que V. Ex<sup>a</sup> seja um dos convidados a dar um depoimento, pela sua experiência como Ministro da Previdência. Podemos convidar, inclusive, outros ex-Ministros da Previdência para darem uma contribuição a essa política permanente do salário mínimo e também dos benefícios dos aposentados e pensionistas.

Acho que é possível conseguirmos uma política para o mínimo e naturalmente também para os aposentados e pensionistas que vêm seu vencimento, seu benefício reduzido, queiramos ou não, a cada ano que passa.

Mas, Sr. Presidente, quero comentar rapidamente a recente declaração do Secretário-Geral das Nações Unidas: “Nosso maior desafio permanece: traduzir crescimento em desenvolvimento para todos”.

Sr. Presidente, as projeções do Fundo Monetário Nacional para 2005 é de que o Brasil assuma a 11<sup>a</sup> posição no *ranking* das maiores economias do mundo. Em 2003, estávamos com a 15<sup>a</sup> posição e, em 2004, na 12<sup>a</sup>. Porém, essa crescente classificação no *ranking* global não se tem refletido na expectativa que nós todos tínhamos quanto à diminuição da desigualdade social.

A taxa de crescimento do País tem sido sim, Sr. Presidente, considerada moderada e, se comparada com a variação anual média de 2003 a 2006, está ainda abaixo do crescimento da América Latina e do mundo.

Especialistas dizem que é preciso diminuir as taxas de juros e modificar a política cambial. Por outro lado, Sr. Presidente, é preciso dizer que a nossa imagem perante o mundo globalizado está mudando, o Brasil hoje é visto pelos demais países como uma nação com muito potencial de crescimento, assim como a Índia e a própria China.

Minha expectativa, Sr. Presidente, é que esse desenvolvimento seja seguido de políticas públicas que objetivem principalmente a diminuição da desigualdade social. Essa, felizmente, tem sido também a preocupação de outros países, como o Governo chinês que, frente ao crescimento de 9,9% de sua economia em 2005, anunciou durante o debate no Fórum Econômico, em Davos, que a meta para 2006 é dar menos ênfase ao crescimento econômico e mais à diminuição da desigualdade social.

Em um documento apresentado pela *New Economics Foundation* (NEF), uma instituição independente de pesquisa com base na Inglaterra, afirma que, com o atual ritmo de crescimento e distribuição de renda, para chegarmos ao nível que gostaríamos, poderemos levar ainda muito, muito tempo.

E ainda segundo relatório da ONU, temos a 8ª maior desigualdade social do mundo entre 128 países que tiveram essa variável avaliada pelo Relatório de Desenvolvimento Humano.

Mas, apesar dos dados – e volto a frisar –, acredito que estamos andando pelo caminho correto: diminuimos o nosso déficit e aumentamos a distribuição no campo social.

Digo, porém, Sr. Presidente, que ainda é muito pouco. Precisamos e queremos mais. É necessário aumentar o poder de compra do brasileiro, criar condições que proporcionem maiores investimentos internos, fortalecendo as pequenas empresas, gerando emprego e renda, além de eleger a educação como prioridade número um no plano de metas do crescimento, pois é preciso inovar para competir com o exigente mercado externo.

O Brasil ainda está em um processo lento em relação ao resto do mundo. Repito: exportamos soja, boi, frango, couro, ou seja, matéria-prima e produtos de baixo valor agregado. Para gerar mais empregos, precisamos é exportar bens manufaturados, agregando valor e inovação ao produto brasileiro.

Precisamos avançar, com um programa estratégico de desenvolvimento sustentável. Precisamos apostar em nosso potencial humano. Precisamos, enfim, saber que o Brasil deve ter um projeto de desenvolvimento não para os próximos dez anos, seja quem for o futuro Presidente – ou se for reeleito o Presidente Lula –, mas, sim, para os próximos cem anos.

Concedo um aparte a V. Exª, Senador Augusto Botelho.

**O Sr. Augusto Botelho** (PDT – RR) – Nobre Senador Paulo Paim, V. Exª é defensor ferrenho dos trabalhadores e dos mais fracos. Quero elogiar seu discurso, pois V. Exª está destacando vários pontos, como o das microempresas e a elaboração dos nossos produtos primários para serem exportados, o que vai diminuir esta vergonha muito grande existente no Brasil, que é a grande diferença entre os mais ricos e os mais pobres. V. Exª sempre foi um dos grandes lutadores nessa causa. V. Exª está mostrando o caminho, e espero que consigamos voltar a ser a oitava economia do mundo. Mas não adianta voltarmos a ser a oitava economia do mundo e ficarmos lá embaixo nos indicadores sociais. Prefiro que o Brasil suba devagar, mas com melhores índices de desenvolvimento

para todas as populações e com melhores ofertas de empregos e escolas para todos, sem deixar de considerar os nossos aposentados, porque foram eles que abriram os caminhos e elaboraram as obras de que estamos desfrutando agora. Muito obrigado.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senador Augusto Botelho, V. Exª, como médico, é muito sensível a essa questão do combate à miséria e à pobreza e à situação do conjunto do nosso povo, e, por isso, agradeço-lhe muito o aparte.

Nas nossas conversas, V. Exª me diz, com muito equilíbrio: “Paim, entendo sua posição, mas precisamos buscar efetivamente um salário mínimo equilibrado para todo o País, que todo o País possa pagar, estendendo também os benefícios aos aposentados e aos pensionistas, que são mais de 22 milhões”.

Além dos 22 milhões, gosto de insistir na seguinte tese: os trabalhadores de hoje, esses 40 milhões ou 50 milhões em atividade, devem entender que, com o fator previdenciário, ao se aposentarem, de forma direta, haverá um redutor de 30% nos vencimentos. Eles receberão apenas 70% daquilo que estavam recebendo na ativa. Se não houver um instrumento que corrija o valor das suas aposentadorias de acordo com a inflação e algum aumento real para compensar as perdas do passado, rapidamente todos estarão ganhando apenas um salário mínimo. Por isso, esse debate sobre os aposentados e os pensionistas interessa aos 180 milhões de brasileiros. Mesmo a criança de hoje, que será o profissional, o trabalhador de amanhã, vai envelhecer e vai querer aposentar-se. Então, é preciso haver regras que garantam o envelhecimento com dignidade. Por isso, está havendo esse debate forte, duro e firme, mas generoso, na Comissão Mista do Salário Mínimo, do qual sou Relator.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

A Presidência lembra ao Plenário que o tempo destinado aos oradores do Horário do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será dedicado a homenagear Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem dos cinquenta anos de sua posse como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, de acordo com o Requerimento nº 25, de 2006, do Senador Paulo Octávio e de outros Senadores. Esclarece ainda que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, como orador inscrito, por permuta com o Senador Alberto Silva.

V. Ex<sup>a</sup> terá dez minutos para seu pronunciamento e mais cinco minutos de prorrogação, se necessário for.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Senador que preside esta sessão de 30 de janeiro, não-deliberativa, Senador Papaléo Paes; Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores; brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicações do Senado Federal – televisão e as rádios AM e FM –, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é uma personalidade que muito se aproxima a Abraham Lincoln, jurista, que disse, inspirado na Bíblia: “Este país não pode ser metade livre, metade escravo. A casa dividida é facilmente derrubada”.

Então, Senador Paulo Paim, libertaram-se nossos irmãos prediletos, negros, cuja grandeza da raça V. Ex<sup>a</sup> representa aqui na política brasileira.

Abraham Lincoln ensinou-nos muito. Traduziu este sistema de governo, um governo “do povo, pelo povo, para o povo”. Ensinou-nos muito, Senador Paulo Paim. Lula diz que é melhor fazer uma hora de esteira do que ler uma página de livro. De quando em quando, ele fala muito, mas ouve pouco. Mas tomara que ouça pelo menos esta mensagem de Lincoln, que diz aos governantes: “Caridade para todos, malícia para nenhum e firmeza no Direito”.

Mas, para chegar a Abraham Lincoln, queremos chegar aqui, Senador Augusto Botelho, a esse mesmo Abraham Lincoln que fez a unidade lá.

Senador Paulo Paim, já li uns 50 livros de Abraham Lincoln e gostaria que Lula aprendesse ao menos isto: “Não baseie sua prosperidade com dinheiro emprestado!”. Abraham Lincoln influenciou, e estão aí os Estados Unidos, o país mais rico e com melhor qualidade de vida. “Não baseie sua prosperidade com dinheiro emprestado!”

Sou muito Brasil. “A primazia é do trabalho e do trabalhador”, dizia Rui Barbosa. Ele veio antes; ele fez as riquezas. Mas se inverteu isso aqui. O Partido dos Trabalhadores, o PT, passou a ser o PB. Se fosse ao menos o Partido do Brasil, mas não o é. É o “Partido dos Banqueiros”. Nunca se viu ganhar tanto dinheiro, e só quem ganha é o banqueiro, o dono do Banco, o dono do dinheiro, o que não trabalha. Como repete a Senadora Heloísa Helena, enche-se a pança desses agiotas.

Não se pode servir a dois senhores: a Deus e ao diabo. E o PT serviu aos banqueiros. Nunca se ganhou tanto!

O meu amigo Zezinho é um funcionário padrão, um homem trabalhador. Outro dia, eu conversava com o Zezinho, que me disse que seu Cheque Ouro estava

negativo e que ele trabalha, trabalha, mas não consegue pôr em dia a situação.

Senador Paim, a escravidão moderna não é como aquela de antigamente. Hoje, nós amamos a cor. V. Ex<sup>a</sup> é nosso mártir. A escravidão moderna é a dívida. Essa é a escravização do mundo moderno, que é feroz. E o pior é quando a ignorância a estimula.

Paim, vejo isso com tristeza.

O Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa em Administração realizou um levantamento sobre os bancos que atuam no Brasil. Eu trouxe uma cópia de suas conclusões. O Lula não lê, porque diz que é melhor fazer uma hora de esteira do que ler uma página de um livro. É duro!

Quem assistir, hoje, à novela Belíssima vai ver a Grécia, que mudou o mundo, porque um homem disse, Geraldo Mesquita: Só há um grande bem, que é o saber; só há um grande mal, a ignorância. E a ignorância aqui está confessa: é a ignorância do Governo.

Diz o relatório que a principal conclusão é que a voracidade com que os bancos reajustam suas tarifas é sem paralelo na história brasileira. Nos últimos cinco anos... E o funcionário público, onde está o aumento em cinco anos? O funcionário público é o que faz a máquina, a educação, a saúde, a segurança. Nesta Casa, vejam o Carreiro! Trinta e tantos anos salvaguardando o funcionamento desta Casa. Nos últimos cinco anos, a receita dos bancos com a prestação de serviços (taxa de abertura de crédito, emissão de carnê, etc...) aumentou em 130%. Cobra-se tudo: extrato bancário, talão de cheques. Tem taxa para tudo. E todo dia tem novidades. É um assalto. E o Banco Central não está nem aí. Ou está. Foram buscar uma raposa para tomar conta do galinheiro: o Meirelles, dono dos bancos! A única coisa que fizeram bem foi não permitir que se abrissem as contas bancárias dele. Creio que esse foi o único acerto de influência do Judiciário, porque isso traria uma convulsão, de tanto dinheiro! O homem teve tanto voto – e voto é bicho difícil –, em Goiás, botando para trás... Outro dia, li a classificação: entre centenas de homens públicos, ele teve mais votos. É isso. É o poder do banqueiro que ficou no Banco Central.

Somente nos doze maiores bancos, a receita de cobrança saltou de R\$16 bilhões, em 2002, para R\$37,4 bilhões, em 2005. Então, o ganho é esse. Retirando a inflação, subiu mais de 55%, enquanto o gasto com pessoal caiu. E quis Deus que estivesse ali um banqueiro – não é banqueiro, é bancário –, Valdemar Santos, Presidente do PPS, bancário!

Aliás, o pai de Adalgisa é bancário. Eles eram orgulhosos, trabalhadores.

Há um edital, imoral, indigno e vergonhoso, que diz que o estagiário, pela porta estreita do concurso, vai ganhar menos de um salário.

Este é o tratamento, Senador Arthur Virgílio, para o trabalho e o trabalhador: para o bancário, tanta luta, e, para o banqueiro, R\$37,4 bilhões de lucro!

E mais: veja a gravidade, Senador Virgílio: enquanto os gastos com o pessoal caíram, salários diminuídos... Demitiram cinqüenta mil – Lula, se manca! –bancários empregados no setor.

Os bancos estão utilizando duas tecnologias para cobrar mais prestação de serviços aos correntistas e para demitir gente e reduzir sua folha de pagamentos. É a tecnologia engolindo o homem, a imagem de Deus.

Somente com essa receita, os bancos já estão cobrindo todas as despesas de pessoal. E tome recorde de lucros! E, ainda por cima, a qualidade dos serviços prestados é péssima.

O que faz o Banco Central? Nada, nada, nada.

O Meirelles merece, ele é um vitorioso. Todos sabíamos disso.

O Lula enquadrado-se naquela máxima: O grande mal é a ignorância. Ele não sabe de nada: “ninguém roubou!”, não sabe de nada, e não sabia que o Meirelles era a raposa do sistema bancário.

Não sabe? É a ignorância que, segundo Sócrates, é o grande mal. E ela é assumida, e convencida, o que é pior.

Enquanto isso, os bancos batem os maiores recordes de lucro da sua história. Esta é uma grande decepção do Governo Lula: a cegueira do conhecimento.

Por que o PT, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, não instalou aqui o Banco do Povo, uma experiência de Bangladesh, do Professor Yunus? Eu o instalei no Piauí, o Mário Covas instalou o Banco do Povo. Bill Clinton, por intermédio da sua esposa, que o ajudava, recebeu o Professor Yunus. E, mesmo com os poderosos bancos, ele chamou o seu secretariado para fortalecer e permitir o Banco do Povo e os seus princípios nos Estados Unidos.

E nós, não. Só vimos aquele Banco que se criou, do Banco do Brasil, mas na maior roubaheira. Gastavam só com a comunicação. Comunicação vem da palavra “comunhão”, dividir o pão; mas, aqui, a mãe da corrupção foi o sistema de comunicação. Um sistema que superou o de Goebbels, que ensinou que uma mentira repetida torna-se verdade. E, daqui, do Brasil, disse: A comunicação abre as portas para a corrupção. E aí está.

Mas queria perguntar o seguinte: e a vergonha do que aconteceu com os velhinhos? Olha, Senador Geraldo Mesquita, muitos velhos têm se suicidado no

meu Piauí, porque o velho é honrado, é trabalhador, é digno, tem vergonha, tem família, tem netos. Eles foram enganados, ludibriados. Aquela quantia lhes falta. Eles já ganham pouco – o servidor público não teve aumento –, então, aquele valor fazia parte do seu orçamento.

**(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)**

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Um minuto, Sr. Presidente.

Agora é a hora de prestar contas com o instrumento do cão, com os banqueiros; e está faltando o dinheiro do remédio. Isso proliferou no meu Piauí, a malandragem está do mesmo jeito. Os funcionários públicos, sem saber, estão caindo, como os velhinhos.

Atentai bem! E Goebbels, Paim? Goebbels: uma mentira repetida torna-se verdade. E mentem. “Saúdamos a dívida com o FMI”. Mentira! Mentirosos, enganadores do povo e da Pátria!

Na semana passada, até de madrugada, votamos medidas provisórias, aprovando empréstimos.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> dispõe de mais um minuto.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – É o suficiente. Jesus, com um minuto, fez o Pai-Nosso. Elevamos a prece ao céu; e, nesses trinta segundos, teremos de levar essa gente ao inferno!

Atentai bem!

Então, tirou do FMI, mas nós aprovamos aqui, Arthur Virgílio, na calada da noite e da madrugada, para o Bird, o Bid, o Banco Central e o Banco do Brasil, com juros muito mais altos. O País está mais endividado.

Há a presença, também, de um homem do Ministério Público, do PPS, que tem trazido transparência. É necessário ver a causa, a etiologia, para mim que sou médico: a ganância, a ambição dos banqueiros e a subserviência do Presidente da República, que se ajoelhou aos pés do deus do dinheiro.

Termino, Sr. Presidente, dizendo: ô, Lula, aprenda com Abraham Lincoln e não baseie sua prosperidade em dinheiro emprestado. Vossa Excelência, que se ajoelhou aos pés dos deuses do dinheiro, os banqueiros, peça perdão e pense, nesses dias finais, que o povo acreditou em Vossa Excelência. Governe levando o povo deste Brasil e do Piauí por trilhos em que haja valorização do trabalho e do trabalhador, trazendo a riqueza e a felicidade que os brasileiros merecem.

*Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Concedo a palavra, de imediato, ao nobre Senador Augusto Botelho. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Arthur Virgílio, sem prejuízo do Senador Geraldo Mesquita.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna para comunicar que apresentei, em fins do ano passado, uma proposta de emenda à Constituição que visa, basicamente, a trazer para o Congresso Nacional a competência para criar, mediante lei, unidades de conservação da natureza.

De fato, a delimitação de espaços territoriais com a finalidade de preservar e conservar a diversidade biológica e os atributos abióticos especiais de determinada área é medida essencial para a consecução de uma política que efetivamente proteja o meio ambiente.

A importância das unidades de conservação nesse processo foi reconhecida, de forma explícita, pela Constituição Federal, ao tratar especificamente do tema no art. 225, §1º, inciso III, e estabelecer que, com vistas a assegurar às presentes e futuras gerações o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público “definir em todas as unidades da Federação espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos.”

O mesmo dispositivo constitucional determina que a alteração e a supressão de áreas ambientalmente protegidas só poderão ser autorizadas mediante lei. Não estabelece, entretanto, a natureza do ato instituidor da unidade de conservação. Não estabelece quem vai definir a unidade de conservação. Nesse contexto jurídico, o Poder Executivo Federal vem criando parques nacionais, estações ecológicas, florestas nacionais e outras categorias de unidades de conservação mediante decreto.

Sr. Presidente, essa sistemática adotada para a criação de unidades de conservação tem aliado a participação do Poder Legislativo no processo de definição e estabelecimento de áreas ambientais protegidas, retirando do Congresso Nacional a incumbência assegurada pela própria Carta Magna. Como admitir que para suprimir ou alterar uma unidade de conservação exige-se lei específica e para criá-la, não?

As unidades de conservação, de modo geral, são estabelecidas em áreas muito extensas, que ocupam não só território da União, mas também propriedade particular ou de domínio de outro ente federativo que não seu instituidor. Evidentemente, esse fato gera esvaziamento econômico da área e, uma vez criadas as unidades por decreto federal, à margem da participação do poder público estadual afetado pela medida e

dos demais segmentos interessados, como os Municípios, o potencial de conflito tem-se acirrado de forma indesejável no País.

O sucesso de uma unidade de conservação está intimamente associado ao seu grau de integração à dinâmica econômica e social da região. Para cumprir com seus objetivos, as áreas protegidas devem ser concebidas dentro de um amplo processo de planejamento, com vistas ao desenvolvimento local.

Apesar de tudo, a política de criação de unidades de conservação que vem sendo implementada no País parece, em grande medida, priorizar a proteção integral da biodiversidade e dos processos ecológicos em si só, em detrimento de uma visão global do desenvolvimento sustentável que contemple as comunidades locais e as eleja como parceiras e não adversárias, com conseqüências danosas tanto do ponto de vista social e econômico, quanto ambiental.

Sr. Presidente Paulo Paim, diante do exposto, consideramos importante e necessário alterar o inciso III do §1º do art. 225 da Constituição Federal, de modo a estabelecer de forma clara e incontestada que a criação de unidades de conservação da natureza dar-se-á mediante lei. O Congresso Nacional é o fórum adequado para que sejam conduzidos, de modo democrático e participativo, os debates pertinentes e garantir que todas as vozes sejam ouvidas no processo de definição e criação desse importante instrumento de gestão ambiental.

Pelas razões citadas, Sr. Presidente, contamos com o apoio dos nobres colegas Senadores para o acolhimento da PEC que apresentamos para, dessa forma, construir uma política de proteção ambiental voltada para o desenvolvimento social e econômico do País e sua gente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Passamos, de imediato, a palavra ao nobre Senador Leomar Quintanilha, por dez minutos.

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PCdoB – TO.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o rio Araguaia forma, efetivamente, uma das mais extraordinárias bacias hidrográficas deste País, banhando praticamente todo o lado oeste do Estado do Tocantins. Efetivamente, tem sido a graça, a beleza e a riqueza de toda essa região, ao longo de sua história, desde quando as pessoas construíam suas moradias na beira dos rios e riachos exatamente para disporem, com facilidade, desse insumo extraordinário que é a água.

O Araguaia tem dado tanta graça e beleza ao Estado do Tocantins, notadamente no período das secas, por ser um rio novo e não ter leito definido. A cada ano,

quando baixam as suas águas, notam-se alterações no curso que percorre. Ele forma praias com areias brancas e belíssimas ilhas que enfeitam, adornam, aquela região. Principalmente no período das secas, notadamente nos meses de junho e julho, época das férias brasileiras, o Estado é praticamente tomado por pessoas que vêm de fora para aproveitar as belezas e as delícias das águas do Araguaia.

É o trivial dos ribeirinhos, Sr. Presidente, o natural, o comum das pessoas que habitam as margens do Araguaia fazer uso pleno de suas águas. Quanto elas já não foram usadas como bebida, para se cozinhar, para se lavarem as roupas, para se fazer a higiene pessoal, para o banho, para a natação? Aliás, dizem das crianças que moram à beira do Araguaia que aprendem a nadar como se peixes fossem. Nadam bem e gostam do rio, que é quase uma complementação da sua casa, da sua morada, da sua própria vida.

No entanto, desde o ano passado, alguns fatos vêm ocorrendo, os quais recentemente foram atribuídos ao uso das águas do rio Araguaia. Notaram a ocorrência inicialmente em crianças; mas já aconteceu também com pessoas adultas. Trata-se de um mal que vem deteriorando a capacidade de visão das pessoas, chegando alguns casos até à perda da visão.

Isso tem provocado um susto, um choque muito grande nas famílias ribeirinhas que tinham essa vida, essa intimidade tão gostosa com o rio Araguaia. De repente, ficam assustadas ao ver as suas atividades proibidas, suprimidas, com receio de serem acometidas do mal e de ficarem cegas.

Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> que é médico e seguramente homem sensível, sabe avaliar o medo que temos da cegueira, de não podermos ver a luz do sol ou o azul do céu, de não podermos ver o verde das matas, as maravilhas da natureza e as próprias águas do rio Araguaia.

Mas é lá que está acontecendo. Já são inúmeros os casos e que envolvem inúmeros técnicos, buscando desesperadamente encontrar as causas da contaminação. E ainda não foram frutíferos os resultados.

A Universidade Federal de Goiás, a Universidade de Minas Gerais, a Universidade de São Paulo, outros institutos de pesquisa, a própria Secretaria de Saúde do Estado de Tocantins têm tido uma enorme preocupação, e uma das suas atribuições prioritárias é pesquisar as causas desse mal que vem apavorando os ribeirinhos. Começou assustando os moradores da cidade de Araguatins. Mas outras cidades como Augustinópolis,

Xambioá, Casiara e Couto de Magalhães apresentaram também pessoas acometidas desse mal.

Preocupado com essa situação, recentemente em visita ao Governador do Estado também preocupado e fazendo a todos um apelo para que nos juntemos nesse esforço para identificar e combater a causa desse mal, que tanta preocupação tem causado ao povo tocantinense, falei hoje com um dos mais destacados oftalmologistas do Brasil, principal executivo de um Centro Oftalmológico de referência de Goiás, Dr. Marcos Ávila, do CBCO de Goiânia, que me informou que tomou conhecimento do caso e revelou interesse em ajudar nas pesquisas.

Reiterei a ele que se dedicasse e que colocasse os seus instrumentos à disposição, os seus técnicos, a sua instituição tão respeitada, conceituada e experiente, detentora dos mais vastos conhecimentos sobre oftalmologia, no sentido de nos ajudar a buscar as causas, a forma de prevenção e sobretudo a forma de tratamento das pessoas acometidas por esse mal.

De sorte que é possível que, num esforço conjunto entre o próprio CBCO do Dr. Marcos Ávila de Goiânia com a Universidade Federal de Goiás, a Universidade Federal do Tocantins e outras instituições que queiram e que já estão participando desse esforço, possamos eliminar de vez esse problema e salvaguardar a população ribeirinha do rio Araguaia.

Espero, Sr. Presidente, que a Fundação Nacional de Saúde, que também já está notificada e que está participando desse esforço, em conjunto com esses organismos, possa efetivamente tranquilizar a população do Estado do Tocantins, que está apavorada, assustada mesmo com as conseqüências desse mal, cuja causa se desconhece.

Ouçó, com prazer, o eminente colega e médico, Senador Augusto Botelho.

**O Sr. Augusto Botelho** (PDT – RR) – Senador, esse caso já pode ser considerado epidemia?

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PCdoB – TO) – Os casos são pontuais, mas já estão se multiplicando a ponto de haver a possibilidade de se transformar em epidemia. Ainda não se trata de epidemia, mas se continuarem se multiplicando, seguramente será.

**O Sr. Augusto Botelho** (PDT – RR) – Mas só tem ocorrido em pessoas que tomam banho no rio Araguaia?

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PCdoB – TO) – Por enquanto, a observação, a avaliação e a conclusão dos profissionais e dos técnicos que estão examinando é de que se trata de qualquer coisa relacionada

às águas do rio Araguaia. Já chegaram a comentar que seria algo relacionado com caramujos que foram ali encontrados; depois, pensaram até em uma contaminação por gatos e cachorros. A preocupação maior é efetivamente no contato com a água, pela qual as pessoas estão sendo acometidas com esse mal.

**O Sr. Augusto Botelho** (PDT – RR) – Muito obrigado.

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PCdoB – TO) – Por isso, reitero, Sr. Presidente, o redobrado esforço das instituições públicas: a Fundação Nacional de Saúde, a Secretária de Saúde do meu Estado, mais as instituições de Pesquisas que já tomaram conhecimento e outras que ainda não e que possam efetivamente dar a sua contribuição, para que possamos evitar que esse mal que já aflige tantas famílias e que já prejudica tantas pessoas se transforme em uma epidemia e se alastre ainda mais.

Peço, Sr. Presidente, que sejam dados como lidos alguns apontamentos que registrei a respeito do assunto.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA**

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PC do B – TO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo hoje a tribuna do Senado Federal para externar uma grave preocupação que tem causado muita inquietação junto às autoridades médicas e sanitárias do meu Estado, o Tocantins. Banhado pelos caudalosos Rios Araguaia e Tocantins, o território tocaninense oferece à população uma infinidade de locais propícios à prática de atividades de lazer e de pesca. Nas comunidades ribeirinhas é comum vermos crianças, jovens e adultos brincando, pescando, lavando roupa ou simplesmente refrescando-se do calor intenso ali registrado.

Na região de Araguatins, extremo norte do estado, as águas do Rio Araguaia, que sempre foram motivo de diversão e frescor no cotidiano da população de cerca de 27 mil habitantes, passaram a se tornar motivo de grande aflição. Tudo começou quando duas crianças residentes em Araguatins, que como tantas outras costumavam brincar nas águas do Rio Araguaia, começaram a ter problemas de “vista” decorrentes de uma doença, ainda misteriosa, que causa lesões nos olhos, como manchas e caroços. Uma das crianças infectadas perdeu a visão do olho direito e a outra pouco vê com o esquerdo.

As autoridades associaram o problema ao contato com as águas do rio e imediatamente proibiram o banho ribeirinho. Entretanto, ainda quebram a cabeça para descobrir a causa do problema. Investigação conjunta das Secretarias Municipal e Estadual de Saúde do Tocantins no extremo norte do estado, realizada durante o período de 09 de novembro a 12 de dezembro do ano passado, detectou 301 casos de lesão ocular de origem desconhecida entre as crianças em idade escolar, sendo 12 delas com perda parcial da visão e três com cegueira em um dos olhos. A pesquisa ainda não foi feita entre adultos, mas especula-se que as crianças sejam as mais atingidas porque não temem abrir os olhos enquanto estão mergulhando. Os sintomas da contaminação se assemelham aos de uma conjuntivite. O verme se aloja no olho, dando início a um processo inflamatório. A maioria das vítimas teve apenas um olho atingido.

A suspeita inicial foi de que as vítimas tenham sido contaminadas pelo parasita “trematóide”, transmitido por caramujos. Segundo as autoridades, por um desequilíbrio ecológico naquele local, os caramujos se multiplicaram intensamente e se tornaram uma ameaça, obrigando à retirada desses moluscos. Depois de nada ser encontrado nos caramujos que confirmasse a suspeita inicial, já se especula agora a possibilidade de a contaminação se dar por parasita transmitido por gatos e cachorros ou até por um fungo. Especialistas que estudam o caso consideravam prematuro atribuir a causa do surto à contaminação por “trematóides” supostamente transmitidos por caramujos do rio. Nem mesmo o microorganismo causador da doença pôde ser identificado, o que torna qualquer explicação para a causa da enfermidade mera especulação. Ainda segundo esses especialistas, não há motivos para alarde, já que a ocorrência desse tipo de contaminação não é tão incomum na região.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, enquanto as autoridades médicas e sanitárias não conseguem concluir as verdadeiras causas da contaminação, a população daquela região vive em pânico em razão do surto de doenças oculares. Os 30 mil habitantes da área atingida, que já vivem em condições de absoluta precariedade, são agora obrigados a conviver com mais esta mazela. Área endêmica de malária, dengue, leishmaniose, tracoma e febre amarela, a doença até agora desconhecida se soma às demais, colocando em risco a saúde pública. A infra-estrutura sanitária é deficiente, não existe tratamento de esgoto e os indicadores sociais e econômicos estão muito abaixo do



mínimo recomendável. A única medida preventiva contra a doença, a interdição do rio, causa enorme transtorno à população já que muitas famílias dependem do rio até para a sua sobrevivência.

Ao trazer ao conhecimento desta Casa o estado de aflição por que passa a população da região do Tocantins atingida pelo surto de contaminação que tem causado lesões oculares da maior gravidade, quero apelar às autoridades médicas federais para intensificarem os estudos com vistas a descobrir, com a máxima urgência, a causa desse terrível mal. Reivindico também o aporte dos recursos humanos e materiais necessários para se implementar medidas preventivas e saneadoras, haja vista a precariedade da estrutura local para lidar com uma doença de origem desconhecida.

Quero agradecer aos profissionais envolvidos na solução do surto pelos esforços que estão envidando para dar à população uma resposta rápida e efetiva, protegendo-a contra o risco de contaminação. Desejo igualmente também reconhecer o importante apoio que instituições como o Inpa – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, a Fundação Oswaldo Cruz e as Universidades Federais de São Paulo, de Minas Gerais e de Goiás têm dado para debelar o surto e descobrir as causas da contaminação. O Centro de Referência Oftalmológica do Hospital das Clínicas da UFG, inclusive, colocou a sua estrutura à disposição dos pacientes tocantinenses contaminados para realizarem o tratamento das lesões oculares sofridas, numa demonstração de solidariedade digna do nosso elogio.

Estou certo, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que com as medidas preventivas já adotadas e a intensificação dos esforços dos diversos órgãos públicos e instituições envolvidos no controle do surto e identificação das causas de contaminação teremos, no menor espaço de tempo, uma solução definitiva para mais esse mal que aflige os habitantes da Região de Araguatins, no extremo norte do meu Estado.

Era o que eu tinha a dizer!

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim – Bloco/PT – RS) – Será V. Ex<sup>a</sup> atendido na forma do Regimento.

Passamos a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio. (Pausa.)

Enquanto S. Ex<sup>a</sup> está vindo, passamos a palavra, também inscrito, ao nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR NA SESSÃO DO DIA 30 DE JANEIRO, DE 2006, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao Senador Arthur Virgílio, anteriormente chamado.

V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra por dez minutos, Senador.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, segurança, confiabilidade e credibilidade são três requisitos, ou até pré-requisitos, de que a Superintendência da Zona Franca de Manaus não abre mão, permanentemente, para que nada escape ao mais rigoroso controle das operações do Pólo Industrial de Manaus, um modelo que deu certo e cujos resultados são alvissareiros. Para a Amazônia e para o Brasil.

O Pólo Industrial de Manaus está consolidado e é responsável por ótimos resultados, no confronto com dados da economia brasileira em geral. A Nação sabe disso e esta Casa também reconhece a seriedade de tudo o que ali se faz, pelo que sempre apoiou esse modelo, como há pouco, no segundo semestre do ano passado, ao aprovar alterações legislativas para a modernização do Pólo Industrial de Manaus.

Por tudo isso, e porque conheço a seriedade do trabalho desenvolvido pela Superintendente da Zona Franca, Dr<sup>a</sup> Flávia Grosso, entendi que seria oportuno trazer ao Senado o assunto que passo a analisar, para uma transparência ainda maior do que é feito. Do que é feito com zelo extremo. Zelo que não comporta nenhum tipo de interpretação equivocada.

Apesar de toda essa seriedade e da implacável vigilância com que a Suframa se tem conduzido, foram veiculadas, recentemente, informações que não são corretas, dando conta de ocorrência de fraudes fiscais na sua área de atuação.

O assunto, não há dúvidas, só veio à luz exatamente porque, na sua firme conduta de dirigente da Suframa, a Dr<sup>a</sup> Flávia Grosso acompanha passo a passo sua tarefa institucional de fiscalizar e controlar

o ingresso de mercadorias na área de abrangência do Modelo Zona Franca. Ela deflagrou investigações ao tomar conhecimento de denúncias de fraudes praticadas por algumas empresas.

O noticiário baseou-se em entrevista do Delegado da Receita Federal da 2ª Região, em Manaus, Dr. Airton Claudino\*. As informações sustentavam que aquele órgão havia identificado irregularidades praticadas por empresas nas áreas incentivadas do Pólo Industrial de Manaus.

Para recompor a verdade, esses indícios de irregularidades foram detectados pelas ações da Suframa, em seu afã de evitar distorções no processo de internamento de mercadoria nacional – evidencie-se que sensibilizaram o também correto dirigente local da Receita Federal.

Pela sua superintendência adjunta de operações, a Suframa percebeu indícios de irregularidades diversas, como: notas fiscais com seqüencial baixo e contínuo, notas fiscais com valores em seqüência muito altos para um só produto; empresas de pequeno porte com elevada movimentação de mercadorias adquiridas; instalações incompatíveis com o volume de mercadorias; empresas não encontradas nos endereços constantes nas Notas Fiscais.

Esses indícios e levantamentos levaram a Dr.<sup>a</sup> Flávia Grosso a adotar procedimentos administrativos imediatos para a suspensão preventiva do cadastro dessas empresas. Em resumo, elas perderam o direito de usufruir dos benefícios fiscais na aquisição de mercadorias do restante do País.

Além disso, a Superintendente passou de imediato a estudos para a instalação de um posto de fiscalização da Suframa em Brasília-Epitaciolândia, no Acre. Será um trabalho em parceria com o Governo desse Estado para reforçar a atividade fiscalizatória.

E mais: as Notas Fiscais emitidas para essas empresas, de fornecedores do restante do País, que já haviam sido internadas, foram desinternadas, portanto desabilitadas para o crédito do ICMS e a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados.

Mais ainda: esse procedimento, rotina na Suframa, foi informado às Secretarias de Fazenda dos Estados de origem das mercadorias, bem como à Receita Federal.

Entre outras ações, a Dr.<sup>a</sup> Flávia convidou para uma reunião em Porto Velho técnicos da Receita Federal, delegados e agentes da Polícia Federal. O encontro serviu para planejar ações integradas nas investigações e apurações de possíveis ilícitos.

A reunião de Porto Velho ocorreu no dia 20 de abril do ano passado. Cinco dias depois, uma outra foi realizada em Belém, dessa vez com a presença do Superintendente Regional da Receita, o igualmente correto Dr. José Tostes, a quem coube a condução dos debates.

Nessas duas reuniões ficou acertado que seria firmado um Termo de Cooperação Técnica, de ação integrada, a fim de que o Governo Federal pudesse estar sempre à frente dos eventuais fraudadores. Em suma, uma forma preventiva para assegurar o usufruto correto dos benefícios do Modelo Pólo Industrial de Manaus.

O termo prevê também a participação de outros organismos federais, como o Ibama, a Polícia Rodoviária Federal e a Delegacia da Agricultura. Todos já assinaram esse termo, faltando apenas a assinatura da Receita Federal, onde o documento se encontra desde abril de 2005.

A ação da Dr.<sup>a</sup> Flávia vai além do seu zelo permanente. Por sua iniciativa, foram implementadas alterações no processo de internamento de mercadorias, exatamente com o objetivo de coibir fraudes.

Entre essas providências, está em curso uma ação fiscal em parceria com a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. O objetivo é o mesmo: um não categórico à possibilidade de fraudes!

A Suframa aguarda agora apenas a conclusão dos estudos em curso nas Secretarias de Fazenda dos Estados para que, em caso de fraude, sejam providenciados o desinternamento e a desconstituição do benefício caso venha ocorrer algum desvio de procedimento.

Ao concluir, saúdo os termos corretos da Nota distribuída pela Superintendência da 2ª Região da Receita Federal. Nela é feito um reconhecimento público ao trabalho da Dr. Flávia Grosso, sobretudo quanto aos esforços da Superintendente no sentido de zelar pelo modelo industrial em curso em meu Estado.

A seguir, Sr. Presidente, incluo as notas da Suframa e a da Receita Federal para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Era, por hora, o que tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**“Ações realizadas pela Suframa na área de Internamento de Mercadorias Nacionais.**

1. Em outubro de 2003, a Superintendência Adjunta de Operações da Suframa (SAO) deu início a um trabalho de monitoramento e levantamento de situação do processo de internamento de mercadoria nacional realizado pela Suframa, com o objetivo de verificar a sua segurança, confiabilidade e credibilidade. Nesta tarefa detectou inconsistências que apontavam para indícios de irregularidades, tais como: Notas Fiscais com seqüencial baixo e contínuo; Notas Fiscais com valores em seqüência muito altos para um só produto; empresas de pequeno porte com elevada movimentação de mercadorias; instalações incompatíveis com o volume de mercadoria adquiridas; empresas não encontradas nos endereços constantes das Notas Fiscais, entre outros, o que levou a adoção de vários procedimentos administrativos e operacionais visando à segurança do sistema.
2. Em janeiro de 2004, concluídos os levantamentos internos na base de dados do Sistema de Internamento de Mercadorias Nacionais (SINN), a superintendente da Suframa, Flávia Grosso, procurou a superintendente da Polícia Federal, para relatar o resultado das apurações realizadas e solicitar apoio daquela instituição na investigação policial dos fatos apurados. Na ocasião a Suframa entregou relatório apontando as impropriedades bem como a documentação fiscal (Nota Fiscal e Conhecimento).
3. Em abril de 2004 a Suframa passou a integrar a Força-Tarefa Marmoré, que investigava entre outros assuntos, os relatados acima, no Estado de Rondônia mais especificamente nas cidades de Porto Velho e na Área de Livre Comércio de Guajará Mirim.
4. Ainda em abril daquele ano, atendendo convite formulado pela senhora superintendente da Suframa, estiveram reunidos na cidade de Porto Velho, técnicos da Receita Federal, delegados e agentes da Polícia Federal e a Suframa, para discussão e planejamento das ações a serem desencadeadas de forma integrada nas investigações e apu-

ração dos possíveis ilícitos. Nesta ocasião, por sugestão do delegado da PF, Mauro Spósito, cada órgão ficou de apresentar as informações que dispunha sobre as fraudes já detectadas, situações suspeitas, sugestões de cunho normativo e operacional e as deficiências verificadas. Acordou-se que cada órgão apresentaria em reunião posterior, os aspectos e situações já conhecidas e que entendesse ser merecedores de providências integradas, com vistas à exposição ao grupo e a formulação de Plano de Trabalho e do instrumento legal respectivo, a ser futuramente firmado pelas autoridades competentes. Uma próxima reunião ficou agendada para o dia 20 de abril, na sede da Receita Federal, em Belém.

5. No dia 25 de abril de 2005, em Belém, o grupo voltou a se reunir, desta vez com a do superintendente regional da Receita Federal, José Tostes, que conduziu a reunião. O grupo concluiu que se fazia necessário firmar um Termo de Cooperação Técnica de atuação integrada contínua para que o governo federal pudesse estar sempre à frente dos fraudadores, agindo de forma preventiva para assegurar o usufruto correto dos benefícios do modelo Zona Franca de Manaus. O termo prevê a participação ainda de outros organismos do governo federal, como por exemplo, Ibama, Polícia Rodoviária Federal, Delegacia Federal da Agricultura, entre outros. O termo já foi assinado por todos os participantes, exceto a Superintendência da Receita federal, onde o documento se encontra, desde abril de 2005.
6. A partir de dezembro de 2004, a Suframa implementou inúmeras alterações no processo de internamento de mercadorias nacionais, com objetivo coibir práticas de tentativa de fraudes detectadas ao longo do processo de investigação iniciado em janeiro. Algumas das ações implementadas decorreram de sugestões recolhidas nas reuniões técnicas com os órgãos envolvidos.
7. A partir das informações oferecidas pela Suframa a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, está, em parceria com a Secretaria de Fazenda do estado do Amazonas, realizou uma ação fiscal visando apurar a abrangência dos ilícitos detectados pela Suframa e proceder à aplicação das multas cabíveis, bem como a punição dos responsáveis.

8. Atualmente, a Suframa aguarda a conclusão do trabalho das secretarias para que, nos casos em que se constate a efetiva fraude, seja providenciado o desinternamento e a desconstituição do benefício, caso tenha ocorrido.
9. Apesar do consenso quanto à formalização das ações integradas, manifestado nas duas reuniões realizadas em Porto Velho e Belém e que resultou na elaboração do Termo de Referência - documento que aguarda apenas parecer da Receita Federal para ser efetivamente formalizado - em 28 de outubro de 2005, a Suframa foi surpreendida com matéria publicada no jornal Correio Amazonense, na qual o delegado da Receita Federal em Manaus, Airton Claudino, faz referência "Operação Notas Suframadas", realizada pela RF e que teria identificado irregularidades praticadas por empresas nas áreas incentivadas. A propósito desta notícia a SUFRAMA oficiou ao Delegado Claudino, com cópia para o Superintendente da 2ª Região, Sr. José Tostes, manifestando o entendimento de que deveria ter sido informada sobre as ações desenvolvidas, para que pudesse adotar as medidas administrativas cabíveis quanto ao desingresso e desinternamento das mercadorias e, efetivamente, evitar que os fraudadores viessem a lograr bom êxito.

Decorridos mais de dois meses - ofício enviado em 17 de novembro de 2005 - a Receita Federal ainda não se manifestou sobre a solicitação feita pela Suframa.

Manaus, 23 de janeiro de 2006

Manaus, 25 de janeiro de 2006

### **NOTA DE ESCLARECIMENTO**

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), em decorrências da publicação pela mídia de informações equivocadas sobre ocorrência de fraudes fiscais na sua área de atuação, vem de público esclarecer fatos que julga necessário para que a sociedade tenha compreensão da verdade sobre os acontecimentos que vêm sendo veiculados.

A superintendente Flávia Skrobot Barbosa Grosso, tranqüiliza a sociedade de que a Suframa realiza sua tarefa institucional de fiscalizar e controlar o ingresso de mercadoria na área de abrangência do modelo Zona Franca com seriedade e eficiência, para garantir o correto usufruto do benefício. No desempenho desta tarefa, a Suframa também desenvolve ações preventivas de inteligência visando detectar e combater possíveis tentativas de desvios no usufruto do benefício. Havendo esta constatação, aciona seus parceiros institucionais que têm a tarefa, dentre outras, de atuar nestes casos, como por exemplo, a Polícia Federal e Receita Federal.

As matérias veiculadas trazem informações equivocadas e, por tanto, induzindo os leitores a uma avaliação errônea sobre os procedimentos de fiscalização e controle dos incentivos fiscais inerentes ao Modelo ZFM, bem como suscitam a existência de possível confronto de atuação entre os órgãos de governo que, na verdade, trabalham articulados como pode ser observado na cronologia dos fatos apresentados a seguir:

10. Em outubro de 2003, a Suframa deu início a um trabalho de monitoramento e levantamento de situação do processo de internamento de mercadoria nacional, com o objetivo de verificar a sua segurança, confiabilidade e credibilidade. Nesta tarefa detectou incon-

sistências que apontavam para indícios de irregularidades, tais como: Notas Fiscais com seqüencial baixo e contínuo; Notas Fiscais com valores em seqüência e muito altos para um só produto; empresas de pequeno porte com elevada movimentação de mercadorias; instalações incompatíveis com o volume de mercadoria adquiridas; empresas não encontradas nos endereços constantes das Notas Fiscais, entre outros, o que levou a adoção de vários procedimentos administrativos e operacionais visando à segurança do sistema.

11. O trabalho realizado pelos técnicos da Suframa consistiu em auditar Notas Fiscais com suspeita de fraudes; vistoria física das dependências do estabelecimento recebedor, com registro fotográfico; entre outros procedimentos apuratórios.
12. Ainda no decorrer das apurações, em janeiro, a superintendente Flávia Grosso informou, pessoalmente, a superintendente da Polícia Federal dos procedimentos que estavam sendo desenvolvidos pela Suframa.
13. Posteriormente, em abril de 2004, encaminhou os relatórios circunstanciados das irregularidades levantadas, bem como a documentação fiscal (Nota Fiscal, Conhecimento).
14. Em outubro de 2004, a superintendente da Suframa, Flávia Grosso, formalizou junto a titular da Superintendência da Polícia Federal no Amazonas, pedido de abertura de inquérito policial para apurar as fraudes detectadas no levantamento constante do relatório produzido pela equipe técnica da Suframa sobre impropriedades no Sistema de Internamento de Mercadorias.
15. Paralelamente, enquanto aguardava o desenrolar das investigações da Polícia Federal, a Suframa procedeu a suspensão, preven-

tivamente, do cadastro das empresas com indícios de irregularidades, ou seja, perderam o direito de usufruir os benefícios fiscais na aquisição das mercadorias do restante do País.

16. Também iniciou estudo de viabilidade para instalação de um Posto de Fiscalização da Autarquia em Brasiléia/Epitaciolândia, no Estado do Acre, para reforçar o trabalho de fiscalização, executado em parceria com a Secretaria de Fazenda do Acre, por força de convênio do Conselho de Política Fazendária (Confaz), firmado em 1997. Atualmente Suframa aguarda a aprovação do Plano de Cargo e Carreira e Salário e abertura de concurso para viabilizar a implantação do projeto.
17. Adicionalmente, as Notas Fiscais emitidas para estas empresas, de fornecedores do restante do País, que já haviam sido internadas, foram desinternadas, portanto desabilitadas para receber o crédito do ICMS e a isenção do IPI. Este procedimento, como é de rotina, foi imediatamente informado às secretarias de Fazenda dos estados de origem da mercadoria e Receita Federal, através de sistema integrado operacional existente entre os fazendários do País, do qual a Suframa faz parte.
18. Ainda em abril daquele ano, atendendo convite formulado pela senhora superintendente da Suframa, estiveram reunidos na cidade de Porto Velho, técnicos da Receita Federal, delegados e agentes da Polícia Federal e a Suframa, para discussão e planejamento das ações a serem desencadeadas de forma integrada nas investigações e apuração dos possíveis ilícitos. Nesta ocasião, por sugestão do delegado da PF, Mauro Spósito, cada órgão ficou de apresentar as informações que dispunha sobre as fraudes já detectadas, situações suspeitas, sugestões de cunho normativo e operacional e as deficiên-



cias verificadas. Acordou-se que cada órgão apresentaria em reunião posterior, os aspectos e situações já conhecidas e que entendesse ser merecedores de providências integradas, com vistas à exposição ao grupo e a formulação de Plano de Trabalho e do instrumento legal respectivo, a ser futuramente firmado pelas autoridades competentes. Uma próxima reunião ficou agendada para o dia 20 de abril, na sede da Receita Federal, em Belém.

19. No dia 25 de abril de 2005, em Belém, o grupo voltou a se reunir, desta vez com a presença do superintendente regional da Receita Federal, José Tostes, que conduziu a reunião. O grupo concluiu que se fazia necessário firmar um Termo de Cooperação Técnica de atuação integrada contínua para que o governo federal pudesse estar sempre à frente dos fraudadores, agindo de forma preventiva para assegurar o usufruto correto dos benefícios do modelo Zona Franca de Manaus. O termo prevê a participação ainda de outros organismos do governo federal, como por exemplo, Ibama, Polícia Rodoviária Federal, Delegacia Federal da Agricultura, entre outros. O termo já foi assinado por todos os participantes, exceto a Superintendência da Receita federal, onde o documento se encontra, desde abril de 2005.

20. A partir de dezembro de 2004, a Suframa implementou inúmeras alterações no processo de internamento de mercadorias nacionais, com objetivo coibir práticas de tentativa de fraudes detectadas ao longo do processo de investigação iniciado em janeiro. Algumas das ações implementadas decorreram de sugestões recolhidas nas reuniões técnicas com os órgãos envolvidos.

21. A partir das informações oferecidas pela Suframa a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, está, em parceria com a Secre-

taria de Fazenda do estado do Amazonas, realizou uma ação fiscal visando apurar a abrangência dos ilícitos detectados pela Suframa e proceder à aplicação das multas cabíveis, bem como a punição dos responsáveis.

22. Atualmente, a Suframa aguarda a conclusão do trabalho das secretarias para que, nos casos em que se constate a efetiva fraude, seja providenciado o desinternamento e a desconstituição do benefício, caso tenha ocorrido.

23. A Suframa esclarece que o trabalho de constatação física do ingresso das mercadorias nas áreas incentivadas, por força dos convênios celebrados no âmbito do Confaz, é feito em parceria com as secretarias de Fazenda dos Estados recebedores das mercadorias. Assim, o documento (Declaração de Ingresso) que comprova a entrada da mercadoria na área incentivada somente é disponibilizado pela Suframa após a validação pela secretaria da Fazenda de cada estado recebedor. A declaração do superintendente adjunto de Operações da Suframa, Elilde Mota de Menezes, foi feita neste contexto. Logo, houve uma compreensão equivocada do repórter quando afirma que o superintendente "culpou as secretarias de Fazenda dos oito estados onde estão instaladas as Áreas de Livre Comércio". Cabe ainda mais uma correção: a área de atuação da Suframa compreende aos estados do Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia e as cidades de Macapá e Santana, no Amapá.

Manaus, 26 de janeiro de 2006.

**Nota distribuída pelo superintendente da Receita Federal, José Tostes Barroso Neto.**

A Secretaria da Receita Federal tem por filosofia administrativa trabalhar em parceria e cooperação com os demais órgãos, em todos os níveis governamentais e, através de sua Superintendência na 2ª. Região Fiscal lamenta que tenham sido veiculadas na imprensa, matérias que colocam situações e manifestações de possível conflito com a Suframa.

Registra ainda, que idênticos esforços de cooperação institucional vem sendo conduzidos pela atual Superintendente da Suframa, Dra Flavia Grosso, que também tem procurado aproximar os trabalhos com os demais órgãos que tem funções complementares com as da Suframa.

O trabalho de apuração das fraudes observadas na simulação de venda para regiões incentivadas teve início com a participação da Receita Federal, Polícia Federal e Suframa que coordenou a primeira reunião e cooperou com o fornecimento de informações de seu banco de dados que foram utilizadas, a partir de então, pela Receita Federal e Polícia Federal na seqüência das investigações.

O trabalho deve prosseguir e, nas demais fases, essa cooperação deve continuar para que tudo seja esclarecido e as fraudes sejam completamente apuradas com a punição dos responsáveis.

Superintendência da Receita Federal/2a RF

**Também incluo entre essas matérias o e-mail que recebi esta manhã do Sr. Emanuel de Aguiar, servidor já há 22 anos da Suframa. Nele, Emanuel emite sua indignação diante das matérias publicadas a respeito do assunto que acabei de analisar.**

Caro Senador Arthur,

Já deve ser do seu conhecimento a matéria publicada na Folha de São Paulo, com o título: Receita vê megafraude em incentivos fiscais. É uma matéria que nos deixa indignado, pois nos parece ter como único objetivo atingir o modelo Zona Franca de Manaus; denegrir a imagem da organização responsável pela aplicação dos incentivos (Suframa) e desacreditar o único projeto de desenvolvimento que deu certo nesta região. A matéria fala de uma operação conjunta da Receita Federal e da Polícia Federal, desenvolvida em absoluto sigilo, mas não fala que foi a Suframa, por meio de ofícios encaminhados a essas organizações (receita e polícia federal) que deu origem a essa operação de combate aos fraudes fiscais.

Ao dizer que a Suframa é a responsável por impedir esse tipo de fraude, a Receita Federal, a exemplo do que já aconteceu em outras oportunidades, tira o corpo fora e se mostra disposta a dividir com a Polícia Federal apenas o bônus desse escândalo (foram eles que descobriram a sacanagem), deixando o ônus para a Suframa (é ela que se omite e permite a sacanagem). Não vamos construir uma nação mais digna e mais justa com esse tipo de postura mesquinha. Não vamos tornar nossos instrumentos de combate a fraudes e corrupção mais ágeis e eficientes, transferindo vergonhosamente a responsabilidade a terceiros. Todos nós somos responsáveis, indistintamente.

A SUFRAMA ao longo dos anos vem adotando medidas sistemáticas para aprimorar seus mecanismos de controle e fiscalização e vem fazendo isso de forma transparente e incansável. Acontece que estamos no Brasil, onde o bandido, o corrupto e o malandro vivem agraciados pela eterna impunidade. No caso dos fraudadores e contrabandistas, estes além da graça da impunidade, estão sempre a frente das habilidades técnicas e das tecnologias arcaicas e obsoletas de controle e fiscalização do Estado. Estou falando alguma novidade? Será que estou mentindo?

A Suframa, caro senador, já existe há mais de 35 anos de idade. Eu já tenho 22 anos de Suframa e há 22 anos ouço falar de fraudes fiscais envolvendo mercadorias incentivadas destinadas à área de jurisdição da ZFM. Agora eu lhe faço um desafio, meu prezado senador: leve-me a uma cela onde esteja alguém preso por ter praticado fraude com mercadorias destinadas a área de atuação da Suframa. Mostre-me quem está na cadeia pagando alguma coisa por esse tipo de crime. Se existir, acredite - esse sujeito é um azarado. Deve estar lá mofando por esquecimento. Mais uma vez fica claro que o maior inimigo que nós temos no combate ao crime, seja ele qual for, não são os criminosos, não são os fraudadores, os corruptos, os contrabandistas - é a eterna impunidade que reina soberana nessa pátria. Não vai adiantar o aprimoramento dos controles enquanto existir a chave da impunidade para romper todos os cadeados.

Fraudes fiscais e corrupção existe no Brasil inteiro. Mas uma coisa é atacarmos as fraudes e as corrupções de norte a sul desse país, outra coisa é nos aproveitarmos de um caso de fraude e corrupção, como esse último denunciado, para atacarmos um modelo de desenvolvimento que foi o único que trouxe esperança e resultados para brasileiros que vivem nessa região. Vamos juntos, Suframa, Receita Federal e Polícia Federal, combater todos os crimes que envolvam fraudes com notas fiscais de mercadorias incentivadas, mas façamos isso com espírito público, dividindo os bônus e principalmente os ônus dessa árdua tarefa. Gente séria e com disposição para o trabalho não existe só na Receita Federal ou na Polícia Federal.

Chega a ser cômico ler na matéria do Sr. Fernando Canzian, que um técnico da Receita Federal teria dito que a Suframa é um órgão administrado "mais politicamente do que tecnicamente". Simplesmente está querendo nos dizer/insinuar que as fraudes acontecem porque a Suframa é administrada mais politicamente. Ora, isso é ridículo! Vejamos: se a Receita Federal é um órgão administrado "mais tecnicamente do que politicamente" - façamos um esforço para acreditar nisso - como é que se explica que ela (Receita Federal) não consiga, por exemplo, combater o contrabando de mercadorias em feirinha de importados, nacionalmente conhecida, em plena capital federal. Detalhe: dá até para os fiscais da Receita Federal irem a pé autuar todos os feirantes de importados. Estão lá eles desafiando a tudo e a todos. Alguém explica?

É lastimável ler num jornal como a folha de São Paulo, a informação de que as áreas de livre comércio foram criadas há vários anos para receber mercadorias mais baratas para as populações carentes. Isso é uma vergonha! Uma demonstração de total desconhecimento do papel de uma área de livre comércio no desenvolvimento da Amazônia Brasileira. É preciso ter mais respeito com a região e com as Instituições que lutam pelo seu desenvolvimento.

Para completar, segundo o autor da matéria (Fernando Canzian), em tom de brincadeira um técnico da Receita Federal teria dito que o volume de açúcar vendido para os Estados do Norte (investigação de 11 anos atrás), era suficiente para adoçar toda a bacia amazônica.

Vamos lá! Usando o mesmo tom de brincadeira, eu gostaria de pedir ao Sr. Fernando Canzian que perguntasse ao irônico técnico da Receita, se daria para ele nos avaliar quantos galpões gigantes seriam precisos para armazenar - em um só mês - o volume de contrabando que passa no nariz da fiscalização brasileira (policial e aduaneira) todos os dias na fronteira com o Paraguai? Se ele quiser incluir o Porto de Santos, ficaríamos muito gratos. Pode completar nos dizendo também se a falta de eficiência (crônica) no combate ao contrabando nas áreas de fronteira é uma questão "mais técnica do que política, mais política do que técnica, ou quem sabe uma outra coisa qualquer que não se descobriu ainda ou está sob investigação sigilosa absoluta".

Como você está vendo, caro senador, criticar por criticar, atacar por atacar, ironizar por ironizar, é muito fácil. As mazelas existem em todos os lugares e não vamos saneá-las com matérias como essa da Folha, onde o objetivo é apenas denegrir a imagem de uma organização séria e comprovadamente vitoriosa. Falhas e deficiências existem em todos os lugares. Na Suframa elas também acontecem. Só que aqui existe também garra, disposição, amor à Instituição e compromisso com a nossa missão e visão de futuro para a Amazônia. O resto a gente tira de letra!... Desculpe o desabafo.

Emmanuel de Aguiar

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma regimental.

Passo a palavra ao Senador José Agripino.

O Senador Sibá Machado pediu para falar primeiro? Quem falará primeiro? (Pausa.)

Mediante entendimento feito no plenário, passo a palavra ao Senador José Agripino.

Como orador inscrito, V. Ex<sup>a</sup> dispõe da palavra por dez minutos.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, inicialmente registro meu agradecimento ao Senador Sibá Machado pelo fato de me ter cedido a palavra, ainda que o tenha feito tão logo adentrei o plenário.

Sr. Presidente, o que me traz à tribuna hoje é um fato que está nos jornais e que me preocupa muito porque traduz a consistência de Governo.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex<sup>a</sup> é diplomata de carreira, V. Ex<sup>a</sup> é Conselheiro do Itamaraty, V. Ex<sup>a</sup> é um cidadão do mundo e deve acompanhar, portanto, com a atenção devida, esses encontros, esses fóruns internacionais, entre eles o Fórum de Davos.

Lembram-se V. Ex<sup>as</sup> de que, três anos atrás, por ocasião de uma dessas reuniões em Davos, o Presidente do Banco Central Henrique Meirelles escorregou na neve e quebrou o pé. Lembro-me muito bem disso. Lembro-me também de que o Presidente Lula, Senador Augusto Botelho, foi uma grande vedete. O Governo do Presidente Lula era uma expectativa incomensurável. Ele era para Davos, à época, mais ou menos o que Evo Morales é hoje para o nosso circuito doméstico da América do Sul em matéria de expectativa e em matéria de popularidade. Era o exótico, a coisa diferente de que se esperava tanto.

A última edição do Fórum de Davos acabou de acontecer. O Brasil nem representado pelo Presidente ali esteve, o Brasil foi um ilustre esquecido, ninguém falou do Brasil, ninguém mencionou o Brasil. Falou-se dos exemplos de êxito: falou-se muito da Índia, da China, de países emergentes que estão dando certo. O Brasil foi um ilustre esquecido.

Chamo a atenção para esse fato, Presidente Paulo Paim, porque estamos no último ano de um Governo que apresenta resultados, que tenta fazer de um limão uma limonada, mas que tem de ser avaliado corretamente.

Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> leu o jornal **O Estado de S. Paulo** de hoje, o Caderno de Economia? Se não o leu, vou dar-lhe o dado que mais me preocupa. Lá está, na manchete principal do Caderno de Economia, na página B1, uma matéria de página inteira que me-

receu chamada na primeira página. Registra-se, nessa matéria, que o lucro das exportações e dos exportadores brasileiros caiu 12% este ano por conta, evidentemente, da valorização do real frente ao dólar. O que isso significa? Significa que os exportadores tiveram um lucro 12% menor, muitos estão quebrando.

Esta semana, vem aqui um grupo de agricultores do Mato Grosso do Sul pedir socorro, porque até a agricultura está indo à matroca por conta de um fato que quero esclarecer, que quero comentar: a taxa de juros, que é o único objetivo do Governo. O Governo não tem como meta estabelecer parâmetros de crescimento, mas tem como meta conter a inflação. Está perfeito! Mas a inflação pode ser de 6% ou de 5,1%. A diferença não é catastrófica. Só que o Governo, inadestrado, desadestrado, para evitar uma inflação de 6% e conseguir uma inflação de 5,1%, descalibra os parâmetros básicos macroeconômicos e microeconômicos e leva a taxa de juros a produzir um câmbio que fez os exportadores terem um lucro 12% menor, o que significa desinvestimento, significa tirar deles a capacidade de, com o lucro, investir no seu próprio crescimento.

O que está acontecendo? Os pequenos exportadores estão fechando as suas portas, estão quebrando, estão desempregando; os grandes exportadores, pela escala, ainda conseguem sobreviver. Os pequenos exportadores – está na matéria, inclusive – estão desempregando, estão parando atividades, estão pedindo concordata branca. Tudo por conta de um modelo que não deu certo, de um modelo adotado por um Governo que não está preparado para governar e que levou os exportadores a essa situação, pelo fato de o Governo ter uma única meta, qual seja, combater inflação, conter inflação e não retomar crescimento ou conciliar combate à inflação com retomada de crescimento.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Arthur Virgílio.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Senador José Agripino, V. Ex<sup>a</sup> começa a semana com o brilho de sempre. Dois dados são significativos. A queda do desemprego, tão decantada pelo Presidente Lula com essa sua máquina infernal e desonesta de propaganda, meramente repõe os dados de mais ou menos abril de 2002, ou seja, quando começava aquela tempestade sobre economia brasileira eclodida pelo chamado “risco Lula”. Foram prejudiciais demais as discussões em torno da possibilidade de êxito do Presidente Lula naquele ano. Segundo, outro dado relevante: a renda média dos trabalhadores urbanos no País ainda não retornou aos padrões de 2002, que foi um ano medíocre do ponto de vista das suas possibilidades de realização. É por isso, precisamente, por falta de capacidade de

compra dos segmentos urbanos, que são os grandes consumidores deste País, que os exportadores preferem jogar seus produtos no mercado externo, ainda que com relação cambial tão desfavorável, e também porque é melhor do que o prejuízo total. Portanto, estamos vendo uma dicotomia entre o setor exportador, em função de muitas coisas que foram feitas com êxito na economia brasileira por empresários e por governos anteriores, um setor que tem se portado de maneira muito forte, e um setor interno debilitado. Estamos com um Presidente que não consegue mais ir ao convés-cote de Caracas, porque foi criticado demais, e não vai a Davos, até porque lá o brilho todo se destinava a países que são concorrentes nossos na disputa pelo bem-estar do futuro, como Índia e China.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Países que estão dando certo. Os que não estão dando certo caíram no esquecimento.

**O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM)** – Pura verdade.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Senador Arthur Virgílio, V. Ex<sup>a</sup> toca uma questão importante. É preciso que essas coisas sejam explicadas muito claramente, porque o povo brasileiro pode se impressionar com o superávit de balança comercial, com o pagamento de FMI. V. Ex<sup>a</sup> sabe, assim como eu, porque é nosso dever saber, pelo nosso ofício, que as exportações brasileiras estão acontecendo no nível que estão ocorrendo por conta do preço das *commodities*. É basicamente o preço das *commodities*. E, como a capacidade do Brasil de exportar é grande e não há a quem vender no mercado interno, exporta-se maciçamente seja a que preço for. Só que este “a que preço for” está já redundando em nivelamento receita/despesa, e o lucro, que é o produto da poupança do investidor, do exportador, da empresa privada, para fazer investimento no seu crescimento, está zerando, por conta, Sr. Presidente, de uma coisa chamada taxa de juros, que atrai capital, que atrai dólar, que, superofertado aqui dentro, faz com que o real valha, hoje, US\$2.22, quando devia estar valendo US\$2.70 – essa que é a verdade –, e tire o lucro do exportador, que precisa dele para reinvestir e fazer diferente do que está fazendo. Está perdendo competitividade, está demitindo pessoas, está caindo na faixa do prejuízo. E aí entra a minha preocupação com o investimento que o País precisa para crescer.

O Presidente promete que 2006 vai ser um grande ano, vamos voltar a crescer a 5%, 6%. Eu gostaria muitíssimo que isso fosse verdade. Mas hoje é o dia 30 de janeiro e pode escrever, Sr. Presidente: o Brasil, infelizmente, não vai crescer nem perto do que Lula está prometendo, e já prometeu no passado, e não

aconteceu. E por culpa do Governo dele, é preciso que se compreenda. Não vai crescer, porque, Senador Mão Santa, um Governo que, a esta altura, tem a coragem de mandar uma medida provisória para o Congresso Nacional propondo a criação de 2.558 cargos, que significa gasto público permanente – criou, nunca mais deixa de pagar –, sem necessidade – na minha opinião, sem necessidade –, não tem compromisso com a qualidade do gasto público.

O que é preciso para o próximo Governo, que, na minha opinião, precisa mudar, é melhorar a qualidade do gasto público, para que, gastando mais com investimentos e menos com custeio, gastando menos com os juros, tendo uma máquina pública mais enxuta e mais honesta e um serviço público que não cometa as “valeridades”, as “genuinadas”, enfim, aquilo que está sendo investigado nas CPIs, possamos levar este País à frente.

Veja bem, Senador Mão Santa, não se vai provocar investimento público do jeito que estamos indo. Não se criam condições para que a máquina pública disponha de meios para investir, para fazer infra-estrutura, para construir porto, para fazer aeroporto, para recuperar e construir estrada, para adaptar e aparelhar os nossos portos com o modelo econômico que estamos praticando.

A carga tributária que hoje drena do setor privado para o setor público 37% do PIB só poderá cair no dia em que os gastos públicos caírem, no dia em que os juros forem menores ou no dia em que tivermos um governo que não crie 2.558 cargos de uma lapada num começo de ano. Só se vai retomar o crescimento, Senador Mão Santa, na hora em que os juros não forem 12% – e juros reais, os maiores juros do mundo! Só se vai retomar crescimento na hora em que a taxa de câmbio não for a taxa de câmbio louca que está evitando que os exportadores tenham um mínimo de lucro para fazerem a sua sustentação e para fazerem as suas expansões. Só se vai fazer construção do futuro e retomar crescimento quando houver investimento público e privado, e não é pela vertente do modo de fazer e do modo de agir do atual Governo, que foi o grande esquecido da reunião de Davos de 2006.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa (PMDB – PI)** – Senador José Agripino, estou atentamente ouvindo, como todo o País. Aliás, quero dar um testemunho, porque todos contribuimos. E quero ver os partidos fortes. O Partido de V. Ex<sup>a</sup> está se fortalecendo no Brasil todo, e em meu Estado, pelo comportamento e pela liderança de V. Ex<sup>a</sup>, muito firme, mas também muito preparada. V. Ex<sup>a</sup> foi um dos extraordinários governadores e prefeitos do Nordeste. Mas gostaria de traduzir o que vi no

Piauí, a nossa vivência. Fui a Uruçuí, cujo Prefeito é um líder de meu Partido, o ex-Deputado Chico Filho. Uruçuí é a capital da soja. Eu peguei aquele Estado produzindo 10 mil de toneladas de grãos e o deixei com quase 700 mil, e com a Bunge, uma multinacional. Mas, Senador José Agripino, São Sebastião é o padroeiro. Eu fui. Quando cheguei no aeroporto, fiquei perplexo. Lá é uma zona produtora, é a capital da soja do Piauí, é a sede da Bunge. Senador Agripino, nos carros que nos esperavam, e eram centenas, eu vi um decalque de Lula. Fiquei a me perguntar se seria o Governador do PT que eles estavam esperando. Fiquei perplexo e me aproximei. Todos eles, produtores, plantadores de soja lá de Uruçuí, a última fronteira agrícola do Brasil. Fui, então, ler os decalques: o clichê do Lula, a barba do Lula, a cara do Lula: “Lula, a nova praga da agricultura”. Foi a inteligência do povo do Piauí sintetizando o discurso de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa, e concluo, Sr. Presidente, dizendo que, como brasileiro que tem filhos e netos e quer ver este País crescer, não posso deixar de ficar nesta tribuna exercitando as preocupações do dia-a-dia e trazendo permanentemente a nossa proposta.

Graças a Deus, este Governo está terminando. Falta pouco mais de um ano. O povo brasileiro vai escolher quem será o próximo governo. Seja quem for, Senador Mão Santa, nesta campanha há algo que será basilar: o padrão honestidade, probidade, correção de princípios. Mas a retomada do crescimento será o carro-chefe.

A discussão da probidade e da honestidade será importante, mas o carro-chefe será a retomada do crescimento, que se fará na hora em que um governo com credibilidade se propuser a diminuir os gastos públicos pelo abaixamento das taxas de juros ou pela qualificação do gasto público e pela eliminação do supérfluo e da corrupção, para que se possa baixar a carga tributária sobre a sociedade e os negócios cresçam de forma espontânea.

A retomada de crescimento se dará pela priorização dos investimentos públicos e privados. É preciso acabar com essa história de que a prioridade é o combate à inflação e não a retomada do crescimento. Combate à inflação, sim, mas juntamente com retomada de crescimento. Para se retomar o crescimento é preciso que o Governo inicialmente, com estrutura parlamentar, com suporte parlamentar, não comprado, negociado politicamente em princípios decentes, estabeleça duas coisas que este Governo não foi capaz de fazer: as reformas sindical e trabalhista, para que se possa dar ordem definitiva e o Brasil possa voltar triunfal a Davos, como um dia imaginamos poder fazê-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos, de imediato, a palavra ao nobre Senador Sibá Machado e, em seguida, ao Senador Aloizio Mercadante, ambos como oradores inscitos.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, em seguida, gostaria de falar como Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A palavra será assegurada a V. Ex<sup>a</sup> como Líder.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em primeiro lugar, não poderia deixar de vir à tribuna para fazer um agradecimento sincero e profundo à direção da Caixa Econômica Federal.

Desde o início do Governo Lula, estabelecemos uma conversa com a referida instituição no sentido de reinstalar a Superintendência da Caixa Econômica em nosso Estado. E eis que agora, no final da semana passada, houve a reinstalação da Caixa e a nomeação de toda a sua diretoria. Nossos colegas já reiniciaram os trabalhos.

Em nome de toda a população do nosso Estado, agradeço ao Presidente Jorge Mattoso e a toda a sua diretoria pela atenção e dedicação que tiveram para com o nosso Estado.

Sr. Presidente, hoje estava ouvindo um debate pela Rádio Senado atinente ao Bolsa Família. Participavam daquele debate alguns Senadores e ouvi quando V. Ex<sup>a</sup> comentava sobre o salário mínimo. Pude ler nos últimos dias que a imprensa nacional tem abordado temática relativa à redução da distância entre ricos e pobres no Brasil e uma série de cenários que têm contribuído para isso.

Desde que tive oportunidade de estar com V. Ex<sup>a</sup> nesta Casa, V. Ex<sup>a</sup> tem trilhado o caminho do debate de uma política consistente e permanente para o salário mínimo no Brasil. Não digo de correção, mas de estabelecimento da renda mínima que um trabalhador ou uma trabalhadora deve ter no Brasil.

Depois, ouvi o debate sobre o Petti, o Bolsa Família, o Bolsa Escola e todas as políticas do Governo que levam inevitavelmente a uma distribuição de renda. E a matéria que li recentemente colocava o salário mínimo e o Bolsa Família como participantes inevitáveis da distribuição de renda no Brasil. E é claro que culmina com aqueles 2% de crescimento de renda real de um trabalhador, os 2% tirados de 2005. Esses números do PNAD diminuem a distância entre os ricos e pobres no Brasil. São dois pontos de alto sucesso, e qualquer governo que assumir a Presidência da República tem de trabalhar inevitavelmente nesses cenários.

E eu posso dizer para V. Ex<sup>a</sup> que quando se colocam recursos financeiros em uma conta bancária,



quando se substitui a entrega de um bem, principalmente de uma sacola de alimentos, de uma cesta básica, devolve-se o princípio da cidadania. Podemos ver isso quando uma família que mora na periferia recebe os recursos do Bolsa Família principalmente. Ela nunca precisa ir até o centro da cidade para fazer as suas compras. Geralmente, essa pessoa compra em uma mercearia, em uma pequena venda, em um pequeno comércio próximo da sua casa. E ali se começa a dinamizar um comércio.

Então, Sr. Presidente, temos ouvido bastante a Oposição falar, quando se refere, até com uma certa inveja, aos números do crescimento, que todos os países tiveram crescimento maior que o Brasil, como foi apresentado em Davos o crescimento da Índia, da China e de tantos outros países. Mas ouvi de um colega nosso algo que me chamou muito a atenção. S. Ex<sup>a</sup> dizia que o mais difícil para um governo é poder conciliar democracia com equilíbrio fiscal e crescimento econômico. Reunir esses três pontos não é fácil. Então, podemos até olhar para a China – não quero discutir, porque entendo pouco daquele país –, mas sabemos que a plenitude da democracia na China não é garantida. Pode haver equilíbrio fiscal com crescimento, mas não existe democracia plena. E, assim, se formos olhar todos os países que possuem crescimento mais avançado do que o Brasil, talvez não se somem esses três pontos. E no Brasil, no meu entendimento, estão sendo mantidos esses três pontos.

Outro cenário que se apresenta é a grande preocupação de que o Presidente Lula não pode mais viajar, não pode mais inaugurar absolutamente nada. Pelo que vejo, dos candidatos que estão postos no cenário nacional, quase todos exercem mandato. Daí, o Governador de São Paulo não poderá mais estar presente a nenhum tipo de inauguração, assim como o Prefeito de São Paulo, o Governador de Minas Gerais ou do Rio Grande do Sul, ou seja, os que têm mandato hoje não podem mais usufruir dos investimentos de seu próprio trabalho.

Assim sendo, acho que o Presidente Lula está mais do que correto, corretíssimo, ao estar presente àquilo que chama colher os frutos do que foi o esforço nacional para o equilíbrio fiscal de 2003/2004. Foram feitas grandes reformas, grandes matérias foram votadas no Congresso Nacional, sempre com a intenção de buscar a estabilidade econômica.

Sr<sup>a</sup> Presidente, quero voltar um pouco à situação do meu Estado. Nesse caso, fico duplamente feliz ao saber que naquele rincão do Brasil estamos dando os nossos passos, fazendo o nosso dever de casa. Já foi houve o restabelecimento da Caixa Econômica Fede-

ral, como citei no início de meu pronunciamento, e há o programa de interiorização da universidade.

Espero que o Presidente Lula possa voltar ao nosso Estado, daqui a um ou dois meses, para inaugurar mais esse grande passo para consolidação do ensino superior no Acre.

Desde 2003, não temos medido esforços para que a nossa universidade se fortaleça no campo da pesquisa, do ensino e da extensão. Preciso também fazer um tributo ao meu companheiro de trabalho, de Bancada, de Partido, Deputado Henrique Afonso, que brilhantemente levantou a bandeira da universidade da floresta, tema que consolida um campus especializado da nossa universidade no extremo oeste do Acre, no Município de Cruzeiro do Sul.

Mais recentemente, elaborei uma das emendas de Bancada do nosso Estado para que a nossa universidade esteja presente nos demais Municípios, se bem que o Acre só tem 22 Municípios, mas, na proporcionalidade da dificuldade que temos, há agora a possibilidade de colocar a universidade em todos os Municípios. No nosso entendimento, essa interiorização, Sr<sup>a</sup> Presidente, será um marco na redenção do nosso Estado, no rumo do seu desenvolvimento equilibrado e sustentado.

Então, parabeno a reitoria da nossa instituição, o Governo do Estado e todas as pessoas que se empenharam em fazer a nossa universidade chegar aos 22 Municípios. É um passo que começa agora.

**(A Sr<sup>a</sup> Presidente faz soar a campanha.)**

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr<sup>a</sup> Presidente, concluindo, quero mencionar a presença do Presidente Lula, no final da semana passada, colocando os assentamentos da reforma agrária do nosso Estado num modelo de frente para a Amazônia. Nós sempre reclamamos isso na história da reforma agrária naquela região. Os assentamentos sempre foram colocados contrários ao perfil do morador que já vive naquela região. Hoje, temos a grata satisfação de poder estar inaugurando projetos de assentamento com o rosto e de frente para a nossa própria realidade.

Assim, encerro este pronunciamento, dizendo da minha felicidade e da minha alegria por essa experiência de governar o Brasil pelo Partido dos Trabalhadores, pelo Presidente Lula e pelas forças que hoje consolidam este Governo, que já é meritória e de sucesso. Penso que o Presidente Lula tem mais é que viajar mesmo e estar presente em todos os pontos do Brasil, para colher os frutos do esforço de seu Governo.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Sibá Machado, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário.*

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra, pela inscrição, o Senador Aloizio Mercadante.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Srs. Senadores, subo à tribuna para falar um pouco do meu Estado de São Paulo.

São Paulo é um Estado que, com apenas 3% do território nacional, abriga, hoje, 40 milhões de pessoas. É um Estado que, ao longo da história, recebeu imigrantes de toda parte. São Paulo tem a maior concentração de imigrantes japoneses e, no ano de 2008, estaremos comemorando 100 anos do início da colonização fora do Japão. Tem a terceira maior concentração de italianos fora da Itália. Só a Argentina concentra mais italianos do que São Paulo. Tem a segunda maior concentração de portugueses. Tem a segunda maior concentração de suecos. E nós poderíamos falar da importância que têm as colonizações espanhola e alemã, além da presença muito forte de afrodescendentes, que contribuíram decisivamente para o impulso da economia e do desenvolvimento do Estado.

São Paulo é, igualmente, o Estado da federação com a maior concentração de nordestinos fora do Nordeste. Portanto, é um Estado de uma riqueza e de uma pluralidade cultural étnica muito grande. Com 3% do território nacional, São Paulo produz, hoje, um terço do produto interno do Brasil e 45% da produção industrial brasileira. No entanto, ao longo da última década, em particular nos últimos doze anos, em que o Estado vem sendo governado pela coligação PSDB/PFL, São Paulo vem crescendo muito abaixo da média nacional. Exceto no ano de 2004, em que São Paulo cresceu acima da média nacional, em todos os demais anos, o Estado vem apresentando um ritmo de crescimento muito inferior à média nacional.

Alguns poderiam dizer que essa situação é muito positiva, porque reflete o crescimento, a industrialização e o desenvolvimento de outros Estados da Federação. De fato, isso é muito positivo. O que não é positivo é que o Estado perca dinamismo, porque a base industrial de São Paulo está centrada, sobretudo, na área industrial, um papel muito importante de bens de capital, da indústria pesada, da indústria intermediária, que impulsiona o desenvolvimento industrial de todo o Brasil, e também na área de serviços complexos de ponta. Especialmente o apoio técnico e os serviços auxiliares das empresas estão concentrados em São Paulo, além de grandes complexos hospitalares,

grandes complexos educacionais. No Estado, há vinte institutos de ciência e tecnologia, quatro deles com mais de cem anos de história, mais de um século de história, e 35 universidades.

Portanto, o Estado poderia estar atraindo os investimentos do novo ciclo da industrialização e de desenvolvimento que será a economia da informação complexa. Essa base de ciência e tecnologia e essas universidades que concentram boa parte da pesquisa de ponta, como USP, Unicamp, Unesp, poderiam estimular um amplo programa de inovações científico-tecnológicas e trazer investimentos de que o Brasil precisa e que não estão se materializando por falta de visão estratégica, especialmente do Governo de São Paulo. Exemplo disso foi termos perdido a indústria de componentes eletroeletrônicos, dos *chips*, que o Brasil não produz. Importamos todos esses componentes e poderíamos ter criado, já há muito tempo, no Brasil, particularmente em São Paulo, um novo Vale do Silício. O País tem escala, tem demanda, mas essa é uma indústria que precisa de *just in time*, que precisa de aeroportos-indústria, aeroportos que possam importar e exportar com muita agilidade.

E a falta da definição, por exemplo, em relação a Viracopos – é um projeto antigo transformar Viracopos em um aeroporto-indústria –, a falta de iniciativa do Governo de São Paulo dificultou que essas inovações viessem se concentrar no nosso Estado, favorecendo o balanço de pagamentos, favorecendo toda a economia brasileira.

Igualmente, o Estado está sem instrumentos regionais de desenvolvimento. Havia um programa de 40 agências regionais de desenvolvimento a serem alojadas em cada uma das microrregiões do Estado, das regiões administrativas. Essas agências regionais de desenvolvimento, que constavam inclusive no programa do Governo do Estado, tinham como papel identificar a vocação regional e, a partir dessa identidade do desenvolvimento regional, buscar exatamente criar os instrumentos que aprimorassem a vocação econômica de cada uma das microrregiões do Estado, de cada uma das regiões administrativas do Estado.

Nós temos uma concentração industrial muito grande na grande São Paulo. Se nós analisarmos o mapa do Estado, até a região administrativa de Campinas e, na Dutra, até São José dos Campos, mais ou menos alguma coisa em torno de 100 quilômetros da capital, veremos que essa área concentra 85% da indústria, 90% dos serviços. O Norte do Estado está muito esvaziado economicamente e o oeste do Estado também muito esvaziado economicamente. São regiões basicamente agrícolas, de uma agricultura pujante, da pecuária, da agroindústria, mas não tem

a mesma vitalidade, o mesmo desempenho, o mesmo valor adicionado de outras regiões do Estado, porque houve uma concentração muito grande no entorno da capital. A capital sozinha concentra 52% dos serviços do Estado.

Essa falta de instrumentos regionalizados de desenvolvimento é outro fator que faz com que, há mais de uma década, o Estado esteja crescendo muito abaixo da média nacional.

Antes de conceder um aparte ao nobre Senador Alberto Silva, quero destacar que um dos aspectos que chamam a atenção é, nesse domingo, a matéria mostrando que o Brasil inteiro melhorou a distribuição de renda e São Paulo, não. Quer dizer que a participação dos mais pobres na renda nacional em São Paulo não foi favorável como foi na média nacional. Os dados do IBGE/PNAD mostram que houve uma melhoria em todo o País em termos do índice de coeficiente de Gini, do aumento da participação dos mais pobres na renda nacional, e isso não ocorreu em São Paulo. Um dos fatores de não ter ocorrido, um dos fatores determinantes, é o baixo ritmo de crescimento da nossa economia.

Pois não, Senador Alberto Silva.

**O Sr. Alberto Silva** (PMDB – PI) – Senador Aloizio Mercadante, estou ouvindo com atenção o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, que é um Líder, realmente capaz, competente; e logo de São Paulo! Concordo com V. Ex<sup>a</sup> em várias das colocações que fez de que a concentração em torno da própria capital é um fenômeno que o Brasil inteiro reconhece. Há aquele triângulo: São José dos Campos aqui, Campinas ali, São Carlos acolá, a USP, as universidades. Enfim, São Paulo faz pesquisas de primeiro mundo; não há dúvida. Agora, por exemplo, há uma pesquisa na USP que está revolucionando a cabeça de todo mundo. Trata-se de íons magnetizantes que se encostam no tumor e, a partir daí, trata-se o tumor por meio de uma emissão magnética. Depois, descobriram, em São Paulo também, algo que deixa o País à frente dos outros: os polímeros do óleo de mamona, que estão servindo hoje como peça de reposição de osso etc. V. Ex<sup>a</sup> tocou em um ponto sobre Campinas: o Aeroporto de Viracopos. Esse aeroporto é estadual? Porque me parece... Ele não poderia ser federal por meio da Infraero? V. Ex<sup>a</sup>, como Líder, poderia conseguir do Governo Lula alguma melhoria? O Governo está autorizando, em vários lugares, a melhoria dos aeroportos. Não seria o caso?

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Mas o projeto está andando. Vamos duplicar o aeroporto e construir o aeroporto-indústria.

O Prefeito de Campinas, que é muito atuante, um Prefeito do PDT, Dr. Hélio, ex-deputado Federal,

está também assumindo todas as responsabilidades do Governo municipal, porque tem de ser promovida a transferência de cerca de cinco mil famílias, que impedem a expansão e a duplicação da pista, para uma região cuja transferência já está programada. O Governo Federal colocou todos os recursos para o programa de transferência habitacional, saneamento, estrutura do deslocamento dessas famílias, para poder concluir.

Senador, V. Ex<sup>a</sup> é uma exceção; tem longa experiência como Ministro, Governador de Estado e sempre, desde o primeiro dia em que estive aqui, trouxe temas estruturantes do desenvolvimento nacional. Lembrome da preocupação que V. Ex<sup>a</sup> manifestou em relação à estrutura viária, ao programa de investimentos, ao programa do *biodiesel*, do óleo de mamona, dos indicadores. V. Ex<sup>a</sup>, no seu Estado, sempre buscou uma discussão estruturante do desenvolvimento.

O meu Estado liderou o desenvolvimento do Brasil durante muitas décadas, desde o ciclo do café. São Paulo, com 3% do território nacional, liderou a expansão econômica, especialmente no Vale do Paraíba, entre a Serra do Mar e a Serra da Mantiqueira. Durante 60 anos, houve uma acumulação financeira espetacular que permitiu um salto de industrialização a partir de São Paulo.

Mais tarde, com o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, a indústria automotiva, a indústria pesada, a indústria de bens de capital chegam a São Paulo; os portos de São Sebastião e Santos também deram um grande impulso à estrutura de transporte. Vinte e cinco por cento da carga geral do Brasil passa pelo porto de Santos, e o porto de São Sebastião tem um calado bem mais profundo.

Agora, a duplicação do píer, e o acesso a esse porto, por meio da rodovia Tamoios duplicada. Também estamos construindo um álcoolduto para poder exportar álcool e alavancar granel e combustível por meio dessa estrutura portuária.

O Rodoanel é outra obra estruturante que está muito atrasada. Todo grande tráfego do Brasil acaba passando pelas marginais de São Paulo. O que vai para o Mercosul, o que vem do Norte e Nordeste atravessa a cidade de São Paulo, que tem 100, 150 quilômetros de congestionamento por dia. Então, os projetos de transporte estruturantes, como o Rodoanel, especialmente a tranche sul, que alcança a Imigrantes, a Anchieta e algumas estradas que são muito importantes, estão atrasados. E, sem esses projetos estruturantes, como é o caso do Rodoanel e do Ferroanel, não conseguiremos impulsionar um projeto de desenvolvimento em longo prazo.

Quero chamar a atenção para o fato – e vou voltar a este tema – de que esses indicadores sociais sinali-

zam para uma concentração de renda que não melhorou em São Paulo. Melhorou muito no resto do Brasil. E não é pela ausência do Governo Federal, que só com o Programa Bolsa-Família, em São Paulo, atendeu a mais de 900 mil famílias. E para atender a essas 900 mil famílias gastou R\$650 milhões. Duas vezes mais do que a Receita e o Orçamento da Secretaria de Assistência Social do Estado de São Paulo.

Também não é por abrir vagas no ensino superior. O ProUni está criando 38 mil novas vagas por ano, em São Paulo, para alunos carentes nas universidades. O Presidente Lula, depois de 15 anos que não se criava uma única vaga federal em São Paulo, criou quatro extensões de **campi** universitários federais, e a Universidade Federal do ABC, que terá 20 mil alunos.

Estive inclusive em São Carlos, neste final de semana, na sexta-feira, lançando a Faculdade de Medicina e o Hospital Municipal, que será um hospital-escola e que era uma reivindicação de mais de 35 anos, Sr. Presidente, da cidade de São Carlos. E agora está sendo entregue. O vestibular foi realizado, concorreram 200 alunos por vaga, e o hospital já está na fase de conclusão.

O Governo Federal vem impulsionando projetos estruturantes e criando instrumentos para que o Estado possa retomar a sua pujança, a sua liderança, o seu papel de locomotiva do processo de industrialização, do processo de produção, irradiando efeitos positivos por toda a economia nacional, à medida que a indústria de bens de capital produz máquinas e equipamentos que aumentam a produtividade da economia.

Os serviços complexos ajudam no atendimento de saúde, de educação, de pesquisa, de ciência e tecnologia. Imaginem o que pode fazer um Instituto como o Butantã, com mais de um século de pesquisa em farmacologia! Ou o IPT, da USP, Instituto de Pesquisa Tecnológica; ou o Instituto Agrônomo de Campinas. São fontes de saber, de conhecimento e poderiam empurrar, com muito mais dinamismo, com muito mais eficácia, o processo de industrialização do desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Portanto, faço essa advertência. Voltarei muitas vezes à tribuna para aprofundar essa discussão, porque o Estado está sem os instrumentos para utilizar esse potencial de crescimento; sem articulação de política científica e tecnológica para alavancar a inovação; e sem a regionalização dos instrumentos, que são fundamentais para identificar e impulsionar a vocação regional de cada uma das regiões administrativas do Estado. Sem esse dinamismo, sem a geração de emprego e renda, verificaremos que os indicadores sociais, infelizmente, não estão acompanhando a melhora dos indicadores sociais em nível nacional.

A concentração de pobreza, o nível de desigualdade social, a violência, as carências são muito grandes em função desse quadro de perda de dinamismo econômico e social. O Estado, que recolhia e recebia gente de toda parte deste planeta e do Brasil e que dava oportunidades, que abria esperanças e perspectivas, não é hoje essa locomotiva econômica e tampouco é um Estado exemplar, do ponto de vista da alteração dos indicadores sociais. A concentração de renda não caiu mais, no Brasil, porque não avançou em São Paulo.

É por isso que esse diagnóstico e este debate são muito importantes para o nosso Estado, muito importante para o contingente de 40 milhões de brasileiros, em São Paulo, que esperam novas respostas e novas políticas.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, de acordo com a inscrição.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, assumo a esta tribuna para, mais uma vez, reclamar do valor do salário mínimo que o Presidente da República vai enviar e sobre o qual vai fazer saudações, pela televisão, aos trabalhadores brasileiros.

É um salário indigno do trabalhador, e se CUT o aceitou, ela é um elemento mais contra o trabalhador do que a favor. O trabalho da CUT deveria ser como o meu aqui, como o do Senador Paim: nós que lutamos por um salário mínimo decente para o trabalhador brasileiro.

Eu mesmo lutei, desta feita, para que fosse fixado em R\$400,00, mas aceitaria R\$385,00. Mas o Governo, com a sua crueldade em relação àqueles menos favorecidos, fixou-o em R\$350,00, e ainda há quem venha a aplaudir isso!

O Presidente esquece o quanto ganhava! Ele não ganhava salário mínimo como torneiro mecânico. Nunca conseguiu ganhar o salário mínimo. E, quando ficou sem fazer nada, ganhava uma boa pensão, até mesmo do seu Partido. Conseqüentemente, o Presidente deve ser menos cruel com os trabalhadores brasileiros; deve partir de um piso maior, para diminuir as aflições, o sofrimento. Quando, neste País, existem carreiras e pessoas que ganham mais de R\$30 mil de salário, o que encontramos? O Presidente da República achando que R\$350,00 são, realmente, um salário mínimo notável, que nunca houve no País.

Ele, que prometeu que antes de acabar o seu Governo dobraria o salário mínimo, mais uma vez, engana a Nação brasileira. Mas não engana só com a

palavra, engana com o dinheiro público que gasta em publicidade. Vai gastar, num semestre, R\$156 milhões em publicidade. Se ele quisesse melhorar o Programa Fome Zero, o Bolsa-Família ou qualquer outro programa, com esses R\$156 milhões a coisa seria bem diferente. Portanto, o Presidente não pode ficar insistindo em números falsos em relação ao nosso País.

Ainda hoje, ouvi um Senador falar nas universidades. No caso da Bahia, uma universidade foi imposta por nós, não por ele. Foi idéia do Senador Waldeck Ornélas, que o Deputado Walter Pinheiro realmente acatou. Lutamos e fizemos a Universidade do Recôncavo, que ele ameaçou, inclusive, com o veto. Agora, aparece como o homem que realizou mais uma universidade na Bahia. Nós temos quatro universidades pagas pelo Estado, enquanto ele deu mais universidades para aqueles Estados que já tinham nove, dez, doze, treze universidades, como é o caso de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.

Ele não sabe, realmente, o que é equidade e não sabe o que é o ensino universitário, até porque tinha horror a esse ensino, tanto que não quis nunca cursar uma universidade ou mesmo o ensino fundamental. Desse modo, falta-lhe autoridade pessoal para discutir ensino. E, portanto, a maldade que ele faz aos professores é porque ele nunca teve professor, não gostava de estudar, mesmo depois que teve oportunidade, quando o Partido lhe pagava uma pensão boa. Nem estou falando de “valerioduto”. Desse negócio de “valerioduto”, eu realmente não falo. Ele é responsável pela negligência, mas não é beneficiário, eu acredito, do dinheiro do “valerioduto”. Mas já é outra época da vida dele, o “valerioduto” chegou depois. Antes, ele tinha realmente horror ao ensino. Ele nunca pediu uma escola para o ABC, nunca pediu nada disso para os operários, mas vem gastar R\$156 milhões em publicidade para isso.

Não é assim que o Presidente vai enganar a população do nosso País! Nós já estamos bem adiantados. Se ele melhora um ou dois pontinhos numa pesquisa, ele faz disso uma coisa espetacular. Mas, em vez de dois pontos, ele vai cair dez pontos. Vai chegar esse momento! Ele não vai prejudicar as CPIs, não! Ele pensa que vai prejudicar as CPIs, mas tudo o que for importante na CPI vai sair, vai sair, porque não vamos deixar que isso ocorra.

Aqui estão o Senador Arthur Virgílio e o Líder do meu Partido, o Senador José Agripino. Nós estamos atentos a tudo, porque isso representa a verdade que veio à tona. Por causa da imprensa, nos meses de dezembro e de janeiro, atacando, muitas vezes desnecessariamente, o Congresso e seus Presidentes em razão da convocação – que não digo que foi feliz

ou infeliz, mas a data foi infeliz, e todo dia se atacava o Congresso –, parecia que o Lula era o bonzinho e o Congresso era o anjo mal da República.

V. Ex<sup>a</sup>, que é realmente trabalhadora, sabe disto: que nós, alguns, principalmente aqui no Senado, cumprimos nossos deveres em todas as horas e em todos os momentos.

Portanto, quero dizer que meu trabalho continuará intenso para demonstrar ao Presidente da República que ele é um mau Presidente, que ele não se tem saído à altura do que o povo esperava e que tem conseguido aumentar a política naquela parte amoral, para não dizer imoral, que é o “valerioduto” e coisas que tantas.

A moralidade atacou vários pontos, e o Senhor Presidente da República não responde por que seu filho recebeu R\$5 milhões da Telemar. Nenhum Líder trata desse assunto aqui, passa-se por cima, mas foram R\$5 milhões da Telemar que o filho do Presidente recebeu.

O Okamoto, agora, conseguiu impedir que se quebrasse seu sigilo bancário. Quem está acusado, no Governo ou aqui nesta Casa, deve ter obrigação de abrir seu sigilo! Nesse ponto, até quero dizer que o Senador, o Deputado, o homem público não pode ter sigilo telefônico, bancário, principalmente, e fiscal. Isso não pode ficar escondido. Agora mesmo, o Supremo impede que se quebre o sigilo bancário do Okamoto. Por quê? O Okamoto deveria ser o primeiro a entregar seu sigilo, para mostrar que é um homem de bem, que merece a confiança do Presidente porque é sério e não porque tem um sigilo que não pode ser visto pelos Srs. Senadores.

É isto o que venho pedir: não deixem desmoralizar o Congresso! Vamos todos trabalhar juntos por um relatório que represente a fidelidade das coisas sérias no País e não a imoralidade permanente que está havendo neste Governo!

Peço, Sr<sup>a</sup> Presidente, que nos unamos nesses propósitos. Que se fique politicamente de uma maneira ou de outra, pouco importa! Mas vamos salvar a reputação do Congresso, votando as medidas provisórias e dando elementos para que as CPIs possam concluir seu trabalho.

Até mesmo quando queremos fazer uma justiça qualquer a um membro do Governo, somos repreendidos pelo Líder Aloizio Mercadante. Eu não gostaria jamais de ter outro debate como tive com o Senador Aloizio Mercadante, embora eu nunca fosse tão abraçado pelo povo paulista como fui nesse fim de semana. Eu não podia entrar em lugar algum, num *shopping*, nada, que o povo corria para fazer roda em torno de mim. Devo isso ao Senador Aloizio Mercadante, mas

não quero tratar desse assunto, nem vou tratar mais. Quero que o Senador Aloizio Mercadante sinta que o povo quer que o Congresso legisle e que o Presidente governe, não deixe roubar e nem permita que os seus roubem. Chega! Chegamos a um ponto de saturação, Sr. Presidente, que não pode continuar, porque, continuando, evidentemente o Brasil vai quebrar.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, a Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho.*

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, como Líder do PSDB.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores,

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO DO DIA 30 DE JANEIRO, DE 2006, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

*(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex<sup>a</sup> será atendido nos termos do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao Senador Alberto Silva.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tenho estado nesta tribuna, algumas vezes, tratando do assunto das estradas – que, de alguma forma, com tapa-buracos ou não, está andando – e do biodiesel, no qual há um erro fundamental, mas o Presidente está interessado realmente em criar uma empresa. Estamos estudando para mandar uma espécie de sugestão para que o Presidente crie a Biobrás, a exemplo da Petrobras, o que, naturalmente, marcará o Governo dele. Getúlio Vargas criou a Petrobras, o regime militar criou o Proálcool, que é hoje uma potência; falta arrumar a questão do biodiesel.

Estamos fazendo algumas experiências no Piauí, que esperamos, em breve, mostrar como exemplo a ser seguido com relação à organização da sociedade rural.

Há um exemplo típico do que está errado: no Piauí, o Presidente me convidou e eu fui para juntos inaugurarmos uma fábrica de biodiesel, que compraria mamona de quem plantasse para fazer biodiesel; uma

fábrica de um volume de noventa mil litros/dia. Isso é algo quase incompatível com a realidade não só do Piauí como do Nordeste. Resultado: criou-se aquela empresa e mandou-se que os lavradores plantassem mamona. Eles plantaram. Porém, quando chegaram à fábrica, eles ofereceram R\$0,65 por quilo. Ora, se o lavrador colher uma tonelada em um hectare, a roça dele renderá R\$650,00. No nosso projeto, essa tonelada rende 500 litros de óleo. Esse óleo é transformado em *biodiesel*, que é vendido a R\$2,50 – não há acordo com a ANP, porque basta misturar 2% lá na frente e o preço da bomba não altera nada, pois R\$0,02 não valem nada – e o lavrador ganhará na mamona R\$1.250,00, ao invés dos R\$650,00, como estava lá.

Depois, como é que os lavradores vão viver plantando mamona? Eles nunca mais vão largar o milho, a mandioca e o feijão. Então, fica tudo como está. O que está errado é a concepção. Por isso, proponho que se faça a Biobrás.

Hoje, vem-me à mente tratar de duas matérias que li, não sei se no **O Estado de S. Paulo**. Segundo alguns jornais, o Ministro Palocci, que esteve como convidado naquela CPI, saiu-se muito bem. Todos disseram que ele foi muito bem, inclusive o próprio Presidente. Mas o jornal disse que ele cometeu um erro médico ao tirar o dinheiro da saúde. O Senador Mão Santa, que é médico, vai entender o que ele disse. O jornal chamou de erro médico tirar o dinheiro da saúde para pagar ao FMI.

Falou-se em dengue. Há dengue ceifando vidas em Jacarepaguá. Outro dia, o Senador Amir Lando falou da dengue em seu Estado. Atualmente, estamos vendo casos de dengue no Rio de Janeiro e em outros lugares. Dengue é coisa séria. Aquele mosquito desafiou Oswaldo Cruz no início do século, mas foi vencido.

Portanto, acredito que está na hora de eu dizer ao Presidente Lula para chamar o seu Ministro que os jornais dizem ter cometido um erro médico e dizer a ele que, já que pagou ao FMI, reserve um bilhão do que não se precisa pagar mais para retomarmos aquele exército que, no tempo em que éramos meninos, era chamado de mata-mosquitos. Agora, porém, não vamos chamar esses homens de mata-mosquitos. Poderíamos usar essas expressões novas. Já falei isto aqui uma vez e vou repetir: quando os meus netos falam nos heróis da televisão, eles se referem aos *rangers*. Então, eu diria que são os *rangers* para matar os mosquitos. E não é difícil. Nesse exército, há aproximadamente cem mil *rangers* matadores de mosquito para cuidar dos mosquitos que estão dentro das casas.

Para os mosquitos que estão no quintal, vamos usar avião, vamos avançar com a tecnologia. Se, na

agricultura, para matar as pragas, usa-se o avião, então, para matar os mosquitos, pode-se também usar o avião. Pedi a colaboração de uma grande empresa. Perguntei se, já que há mais de dois mil aviões no Brasil fazendo o combate às pragas, perguntei se não poderiam matar os mosquitos. Eles responderam que sim, que era a mesma coisa.

Eles têm tecnologia para isso. Trouxeram um filme e mostraram-me, mas disseram que era preciso autorização do Ministro da Saúde. Falei com o antigo Ministro da Saúde, que me mandou um relatório que deu pena. Eu vou lhe dizer: o Ministro Humberto Costa, da Saúde, nesse particular do avião, me deu pena. Faltava conhecimento a ele e aos seus técnicos. Nos Estados Unidos, em Nova Iorque, em Los Angeles, em San Francisco há um helicóptero no ar esperando para matar os mosquitos, porque eles não querem que aqueles que visitam os Estados Unidos sejam picados por mosquitos, o que já começou a acontecer no Rio de Janeiro e aqui em Brasília.

Então, o Ministro Palocci tem o dever, se não quiser ser responsabilizado por erro médico, por ter tirado dinheiro da saúde, de destinar R\$1 bilhão para combater esse mosquitinho safado que está querendo vencer a Nação. Não vamos nos conformar com isso.

Os *rangers* mata-mosquitos são um exército. Não se pode combatê-los apenas pela televisão, com aquela história de derramar a água das garrafas e dos pneus. Quando amanhece, o desempregado quer saber é onde vai buscar o pão da família. Ele não vai derramar água de pneu ou de garrafa coisa nenhuma. Isso quem vai fazer é o *ranger* mata-mosquito.

Agora, o mosquito está no quintal da casa com água limpa também, e o nosso companheiro Mão Santa sabe disso. Teresina tem quantos cercados, quantos murados? Inúmeros. Quando cai uma chuva lá, a água é limpa. O mosquito da dengue está lá também, não está só dentro de casa. E isso aí é assunto para o avião.

Agora temos um Ministro, com quem já conversei, que concorda. Vamos fazer um teste, Senador Mão Santa. Vamos fazer um teste na nossa cidade de Parnaíba, que tem muito mosquito, assim como Teresina. Se provarmos, como tenho certeza que vamos provar, que o avião mata o mosquito – e essa dengue vai sair do Piauí, se Deus quiser –, vamos bater nele de frente com o nosso Ministro Saraiva, que vai concordar, seguramente, e vai nos arranjar o dinheiro na Funasa para fazermos esse combate necessário.

Chamo a atenção para isso porque acho inaceitável. Dengue mata! E agora há uma forma hemorrágica. Houve uma mutação do micróbio. Acho que está na hora de encararmos isso de frente.

No Brasil, houve dois grandes serviços: Serviço Nacional da Malária e Serviço Nacional da Febre Amarela. A malária está voltando. Então, temos o Serviço Nacional da Malária, Serviço Nacional do Dengue e Serviço Nacional, diria também, da Aids, essa praga que está tomando conta deste País.

Então, eu queria aproveitar este final para chamar a atenção do Governo. Já fez muita coisa, sim, e compreendemos. O Bolsa-Família é uma realidade. São oito milhões de pessoas que recebem o Bolsa-Família. Mas não vamos deixar que essa pessoa que recebe o Bolsa-Família, se for mordida pelo mosquito da dengue, se for uma pessoa idosa, corra o risco de morrer. Não vamos aceitar, de nenhuma maneira, que um mosquitinho que Oswaldo Cruz derrotou...

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Alberto Silva...

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Com todo prazer, Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Olha, eu queria dar o testemunho da inteligência de V. Ex<sup>a</sup>. Todos sabemos que V. Ex<sup>a</sup> afirma ser um engenheiro político. Quero lhe dizer que uma das obras de saúde do Piauí foi V. Ex<sup>a</sup> quem fez. O serviço de água de Teresina é de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> fez o serviço de saneamento.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Entrando na profundidade, o hospital de doença infecto-contagiosa foi um avanço extraordinário. Quero dar um testemunho. Andei no nosso médio Parnaíba e ainda na região de Canto do Buriti. Encontrei um grande líder, o Deputado Xavier Neto, que disse que não há quem faça no mundo ele deixar de votar em Alberto Silva. O mais interessante aconteceu em Canto do Buriti. Depois das reuniões, estávamos numa churrascaria e um empresário, desapontado com o desânimo que reina no Piauí e no Brasil, disse: Olha, Senador Mão Santa, só acredito neste País se ele tiver um Presidente arrojado, dinâmico e empreendedor como o Alberto Silva.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Sei que V. Ex<sup>a</sup> anda pelo interior do Estado e tem essa liderança que ninguém desconhece. Realmente, Implantei, realmente, um serviço de abastecimento de água para a capital que pode funcionar até o ano 2020. Logo em seguida veio V. Ex<sup>a</sup> e fez o saneamento. Então, completamos o serviço de saúde pública de Teresina. Como disse V. Ex<sup>a</sup>, há o Hospital de Doenças Contagiosas, o serviço de água, o serviço de saneamento. É, portanto, evidente que a capital, no que diz respeito à saúde pública, está bem. Agora, é necessário manter os hospitais funcionando, e eles reclamam que o Ministro da Saúde retirou dinhei-

ro da área – segundo o jornal, não estou afirmando. O jornal diz: “...tirou o dinheiro da saúde para pagar o FMI”. Se assim for, que se devolva o dinheiro para os hospitais brasileiros, principalmente para o combate a essa praga que está querendo vencer a Nação. Não vamos nos conformar com isso.

Era o que podia levantar nesta tarde. Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa.

Muito obrigado.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Gostaria de me inscrever como Líder da Minoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ao longo da semana que passou, ouvimos notícias trágicas envolvendo a Paraíba, notícias de uma “lista da morte”: 160 pessoas aguardando sem saber quando teriam possibilidade de fazer quimioterapia.

O Hospital Napoleão Laureano é o maior hospital de oncologia do Estado, fica na capital. É um hospital que tradicionalmente recebe gente, nobre Presidente, de todas as cidades do Estado e até dos Estados vizinhos, é um hospital conceituado. De repente, esse hospital entra em uma crise tremenda: o diretor do hospital, Dr. João Batista Simões, divulga para a imprensa que, ao contrário do que gostaria de fazer, tinha uma lista de quem estava condenado a não ter tratamento por falta de recursos.

No último final de semana fui ao hospital, eu e o Senador José Maranhão. Verificamos que, realmente, a situação é grave. No País, a área da saúde é tão frágil que criamos o PSF, Programa de Saúde Familiar. Este, ao atuar bem, alertou pessoas que imaginavam sofrer de algum outro mal para o fato de que estavam com câncer. A verdade é que, desde o ano passado, vem crescendo em 15% o afluxo de pessoas ao hospital.

O dinheiro que se recebe do SUS, da Prefeitura e do Estado é insuficiente para o atendimento a essa crescente demanda. Vejam só, Excelências, quando uma pessoa portadora de câncer chega ao hospital, já chega com uma sentença, uma dura sentença. Quando verifica que não há nada que possa ser feito para minorar aquela situação, entra em desespero. É o que temos hoje na Paraíba: cento e sessenta pessoas

precisam urgentemente ser auxiliadas, e o problema maior é que o problema é crescente.

Verificamos que, além da demanda haver crescido 15%, nós ainda não obtivemos um equipamento que pedimos há quase um ano, que era um acelerador linear para a radioterapia. Pedimos audiência ao Ministro da Saúde, estamos indo – eu e outros membros da Bancada – falar com o Ministro da Saúde sobre essa dificuldade que estamos enfrentando e que, provavelmente, devem enfrentar hospitais de outros Estados.

Na Paraíba, está constatado, houve 15% de aumento no número de atendimentos, mas o dinheiro não é suficiente para atender esse aumento de demanda, o que deu origem a essa maldita lista de pessoas que não têm condições de fazer o seu tratamento. Não há recursos para comprar os remédios para a quimioterapia. E vejam V. Ex<sup>as</sup> que não se trata apenas de uma dose: a quimioterapia é repetida dez vezes no mínimo. Então, quando uma pessoa vai lá e é aceita para a quimioterapia, vai receber pelo menos dez vezes esse tratamento. É urgente, portanto, que resolvamos isso.

Estou vendo que o Senador Efraim está querendo um aparte. Pois não, Senador.

**O Sr. Efraim Moraes** (PFL – PB) – Senador Ney Suassuna, quero me solidarizar com V. Ex<sup>a</sup> e, conseqüentemente, com a Paraíba. Na realidade, o que falta são recursos para a saúde. Veja V. Ex<sup>a</sup> a situação do Laureano, hospital que tem uma história de serviços prestados não apenas à Paraíba mas também aos Estados circunvizinhos. O alerta que V. Ex<sup>a</sup> faz tem o meu apoio. O Governo Federal tem, imediatamente, de fazer o investimento necessário para salvar vidas e para salvar o hospital. Veja V. Ex<sup>a</sup> o que é o destino: uma das emendas do Senador Efraim Moraes de 2004/2005 dizia respeito a recursos para o Laureano. Não foram liberados. Sei da luta de V. Ex<sup>a</sup>, da Bancada da Paraíba, enfim, de todos nós. É realmente lamentável a situação do hospital. Hoje o Laureano é um hospital municipalizado em função de ser plena a situação de João Pessoa, e é responsabilidade, inicialmente, do Prefeito da Capital, mas é responsabilidade do Governo e de todos nós que fazemos política na Paraíba. É em momentos como este que a política tem de ficar de lado e prevalecer a unidade, a união das bancadas, sejam Governo ou Oposição, para que possamos dar condições ao hospital Napoleão Laureano de voltar a trabalhar como sempre trabalhou, salvando vidas e não fazendo filas para a morte. Meus parabéns a V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento. V. Ex<sup>a</sup> tem a minha solidariedade.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador. V. Ex<sup>a</sup> tem razão. A obrigação primeira é do Município por se tratar de um sistema já



pleno. O Prefeito Ricardo Coutinho, ao assumir, imediatamente quitou R\$850 mil que o prefeito anterior devia e até aumentou a quota do hospital para R\$350 mil/mês. Ele aumentou, mas não é o suficiente em razão do crescimento da demanda e porque o próprio dinheiro do SUS é curto para isso.

O grito de alerta foi dado. As pessoas estão lá aguardando soluções. Hoje deve estar havendo uma reunião entre Estado, Governo Federal e Municípios.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Ney Suassuna.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Pois não, Excelência.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Ney Suassuna, sem dúvida alguma, V. Ex<sup>a</sup> é uma inteligência ímpar aqui. V. Ex<sup>a</sup> tem sido um Cireneu para o Governo do PT. V. Ex<sup>a</sup> fala sobre o problema que atingiu a Paraíba, mas esse problema atinge também todo o Brasil. Na minha vivência médica, há muitos anos falo isso. Sou favorável ao PSF, mas trata-se de um programa em que são empregados médicos generalistas – é o antigo clínico geral. Então, quando chega à resolatividade, precisa o hospital... Quer dizer, o PSF foi bom...

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Ótimo.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Quando a enfermidade pode ser tratada no domicílio, mas quando é preciso recorrer a um hospital, constata-se um desequilíbrio. É que as tabelas do SUS, da Previdência Social, não acompanharam a realidade. Vou dar um exemplo – um quadro vale por dez mil palavras. Sou cirurgião e encontro muitos colegas de profissão. Encontrei um oncologista que me disse: “Não, Mão Santa, não opero mais. É complicada uma cirurgia de próstata”. E mais, há processo de anestesia que ainda está R\$6,00 ou R\$9,00.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – E as cirurgias estão a R\$45,00. Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – E não se faz cirurgia sem anestesia. Faziam na minha Santa Casa, fazendo uma raquidiana para os pobres. Hoje evoluiu; ele não quer; é outra geração, com outras responsabilidades; há complicações judiciais por qualquer erro. Há processos de anestesia a R\$6,00 ou R\$9,00. Então, como a tabela médica está baixa, seja para a internação ou qualquer outro procedimento, e estão baixas as taxas de sala de cirurgia ou as diárias hospitalares, temos esse caos. Creio que a grande vitória do PMDB, no apoio que demos, seria ouvir a voz do nosso líder no apelo pela melhoria das condições do atendimento médico para os nossos doentes. E não só aqueles que sofrem de câncer, mas também os que sofrem de insuficiência renal e todos os outros. E isso se tornou mais grave na Paraíba.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador Mão Santa. V. Ex<sup>a</sup> tem razão em relação a essas tabelas.

Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Obrigado, Senador Ney Suassuna. Penso que o Senador Mão Santa foi muito claro. Realmente eu vi pela televisão o que estava acontecendo no Hospital Napoleão Laureano. E vi também V. Ex<sup>a</sup>, na semana passada, com muita angústia, trazer esse problema a este plenário. Se o Senador Mão Santa e outros médicos que são Senadores se debruçassem sobre o problema da saúde pública, com essa vinculação do SUS, poderíamos tentar solucionar esse problema. Os preços de tabela, Senador Mão Santa, são assustadores. E o que eles glosam de alguns Estados como São Paulo, que tem um teto que praticamente não chega à metade do que gasta ao atender cidadãos de outros Estados, que vêm do Brasil inteiro por haver lá uma medicina de ponta...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – (...) não quero atrapalhar V. Ex<sup>a</sup>. Desculpe-me, mas é tão sério o assunto que... Eu sei que fiquei emocionado e sensibilizado quando vi, pela televisão, o desespero daquelas pessoas aguardando em fila, não tendo nem maca, durante, às vezes, um, dois, três meses na esperança de um tratamento – e vão morrer, sem dúvida, sem tratamento. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup>... Não sei se cumprimento V. Ex<sup>a</sup> ou lhe dou os meus pêsames. Fico tão...

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Solidariedade é o que precisamos agora...

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Fico muito angustiado com esta situação da saúde. É claro que queremos o Bolsa-Família, ninguém é contra; mas, pelo amor de Deus, que se olhe um pouco por outros setores que estão em desespero na sociedade brasileira.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Concluindo, Sr. Presidente, gostaria de lembrar ao Senador Romeu Tuma que as taxas são mínimas, sim, mas o Estado de V. Ex<sup>a</sup> ainda é o melhor aquinhoado. Quando se trata de Pernambuco, da Paraíba, da Bahia, de Roraima, do Acre, a situação é muito pior, porque é destinado um percentual **per capita**, por habitante, muito inferior.

Pois bem; em São Paulo, muitos são os que podem e vão para o plano privado de saúde. Logo, sobra acima de R\$100 para atender os que precisam...

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Se V. Ex<sup>a</sup> for a esses hospitais, como em Bauru, onde eles fazem a recuperação daquelas crianças com lábios leporinos. No dia em que eu estive lá, eles tiveram de cancelar

23 cirurgias por falta de medicamento e produto anestésico... Isso é no País inteiro!

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Até porque R\$100,00 não são suficientes para pagar uma cirurgia. O pior é que, quando se refere à Paraíba, Acre, Rondônia e Roraima, os valores dessas cirurgias caem para R\$40,00, porque todos usam. O nosso percentual **per capita** vai para R\$40,00.

Em São Paulo, é superior a R\$100,00, porque muitos pagam do seu bolso e têm o seu próprio tratamento. Então, se não é suficiente em São Paulo, imagine no Nordeste! Isso é o que estamos pedindo aqui: um apoio a uma lista da morte, pois não é possível que isso continue no Hospital Napoleão Laureano e deve estar acontecendo em outros hospitais de oncologia de todo o País.

Como bem disse o Senador Mão Santa, o PSF é uma benesse. Levar o médico em casa é uma beleza. À medida que o médico vê um doente que diz que está com um problema de pulmão, mas tem um câncer de pulmão, encaminha-o para um hospital. Vai-se descobrindo o problema e direcionando para o lugar certo. Mas isso significa mais quimioterapia e radiologia. Precisamos, então, sanar esse problema.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Efraim Morais.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, reitero, mais uma vez, o meu apoio ao Hospital Napoleão Laureano, ao qual há pouco o Senador Ney Suassuna se referia. Muitas vezes, aqueles que criticam a questão da saúde, quando estavam do outro lado, quando estavam fora do Executivo, usando até de compra de medicamentos para fazer críticas a tratamentos, hoje, depois de chegarem ao comando dessa política de saúde, encontram-se em situação exatamente igual à de outrora. Quer dizer, não havia recursos no passado, mas o discurso era fácil. Não tinham condições de promover o atendimento, mas usaram muitas vezes a Assembléia.

Gostaria de deixar claro que assim fez o Prefeito Ricardo Coutinho, pelo qual tenho a maior estima. Quando Deputado, quantas vezes não foi à porta do Laureano! Quantas vezes não foi à Assembléia Legislativa, já que era Deputado, criticando a saúde, o ex-Prefeito, a Secretaria de Saúde do Município e do Estado, e hoje diz que não tem dinheiro, que não pode fazer nada! Por isso assomo a esta tribuna e solidarizo-me com os que fazem o Napoleão Laureano, reiterando que uma das emendas do Senador Efraim Morais era de apoio ao Laureano, mas o Governo do PT, o Governo do Presidente Lula não liberou essas

emendas, porque se tratava de emendas do Senador Efraim Morais.

Então, deixo bem claro que, neste momento, a responsabilidade pelo que vem ocorrendo no Hospital Napoleão Laureano, que trata de câncer e que tem serviços prestados a Paraíba e ao Nordeste, é da Prefeitura de João Pessoa e do Governo Federal. Lamento que isso venha a ocorrer pela história do referido hospital, pela luta feita no citado hospital por pessoas que se dedicaram a vida toda para terem hoje o Napoleão Laureano; porém, lamentavelmente, as manchetes dos jornais nacionais e da TV o enquadram aqueles que precisam da instituição na condição do próximo a morrer, na lista da morte.

Solidarizo-me com o Senador Ney Suassuna. Nós, todos os políticos paraibanos, temos que nos unir para resolvermos de uma vez por todas a questão do Laureano.

Sr. Presidente, gostaria, outrossim, de lembrar aos nossos companheiros do Nordeste que a situação da nossa região está cada vez mais crítica. Não houve chuvas. Vários Estados e vários Municípios já se encontram em situação de calamidade pública. O Governo Federal não imagina, nem quer saber que existe seca no Nordeste. E as previsões são as piores possíveis. Estamos vendo os Prefeitos passando por dificuldades, Senador Mão Santa, pela falta d'água. Os famosos carros-pipas estão sendo obrigados a voltar às estradas para abastecer as cidades, a zona rural, até para que os próprios animais tenham o que beber.

Mas o Governo Federal não tem sequer uma política para a questão da seca do Nordeste. O que observamos – e não condenamos – é que, quando o Sul fica um ou dois meses sem chuvas, o Governo está presente. Está certo, tem de ser assim mesmo! Mas, lamentavelmente, no caso do Nordeste, não há providência, nenhuma perspectiva de política. O Governo não pensa sequer em votar o perdão das dívidas dos agricultores.

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Nobre Senador Efraim Morais, peço permissão para interrompê-lo, para prorrogar a sessão por vinte minutos, para que V. Ex<sup>a</sup> conclua seu pronunciamento e para que os nobres Senadores José Jorge e Flexa Ribeiro possam fazer uso da palavra.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Vou concluir rapidamente, Sr. Presidente. Agradeço-lhe.

Faço um apelo ao Governo Federal para que defina uma política emergencial para o Nordeste, porque as previsões são as de que não haverá chuvas nos próximos trinta dias, o que levará, sem dúvida, ao colapso a maioria dos Municípios, pelo menos do meu Estado, a Paraíba.

O Governo não procura discutir o débito dos agricultores. Será que, sem chuva ou sem água, pode haver algum recurso, alguma safra que possa beneficiar esses agricultores? Será que eles terão como pagar essas dívidas? Será que o Governo não entende isso? Será que o Presidente Lula não se lembra de que é nordestino e de que foi embora do Nordeste por conta de uma seca? Será que Sua Excelência se esquece com tanta facilidade do povo nordestino?

Por isso, Sr. Presidente, apelo ao Governo Federal, para que defina políticas emergenciais.

Não é interessante esperar mais um mês ou dois meses. Estamos às vésperas do Dia de São José. Vamos esperar por ele? Vamos esperar pela Semana Santa, para ver o que acontece? Enquanto isso, o prejuízo aumenta para o pequeno e o médio agricultor.

Portanto, Sr. Presidente, deixo aqui meu apelo. E, talvez, aí esteja a promessa, a vontade do Presidente de agilizar a transposição do rio São Francisco. Está aí uma boa oportunidade para se mostrar ao Brasil e àqueles que são contra a transposição do São Francisco a importância dessa obra para o Nordeste brasileiro, principalmente para Estados como o meu, a Paraíba, como o Rio Grande do Norte, o Ceará, Pernambuco e outros que serão beneficiados.

É preciso que se diga que, se persistir essa seca no Nordeste, não serão os animais que morrerão de sede, mas a população. São doze milhões de brasileiros que serão beneficiados com essa transposição, mas o Governo não tem resistido sequer a uma greve de fome ou de sede.

É preciso que o Governo saia da mídia, saia da propaganda. Quando chega a um determinado Estado que deseja a transposição do rio São Francisco, ele é favorável; quando chega a outro Estado que é contra a transposição, ele é contra. Precisamos de uma definição do Presidente da República: vai ou não vai fazer a transposição?

Estamos em um momento em que se precisa, de imediato, de água para o Nordeste, de água para o cidadão, de água para o animal.

Por isso, deixo este aviso – vou voltar com dados importantes para se chegar a essa solução –, como nordestino: o Presidente tem, imediatamente, de olhar para o Nordeste. O Sul, com trinta dias, recebeu recursos emergenciais, mas, para o Nordeste, em que há quase um ano não chove, nem se fala disso nem se define qualquer política!

Enquanto isso, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, está publicado nos jornais de hoje: “Gastos da União com fotocópias superam investimentos em programas sociais”. O Governo Federal, Senador José Agripino, está gastando mais com fotocópias do que com investimentos no pro-

grama Fome Zero. É lamentável que isso ocorra. E V. Ex<sup>a</sup> sabe que o nosso Nordeste está pedindo, mais uma vez, os olhos do Governo, que deve entender que não vamos esperar o São José, a Semana Santa, porque são os nossos irmãos nordestinos que já começam a perder suas vidas por falta de apoio do Governo.

Apelo ao Governo: vamos discutir e votar a dívida dos agricultores! O Governo perdoa dívidas do exterior, perdoa dívidas da Bolívia, da Venezuela, de todos os países, mas não pode perdoar R\$15 mil de um empréstimo feito a um cidadão brasileiro, a um homem do campo que trabalha com dificuldade para manter sua firma.

**O Sr. José Agripino (PFL – RN)** – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB)** – Já lhe vou conceder o aparte, Senador.

O Governo prefere que nossos irmãos morram de fome para atender aos circunvizinhos países, para tentar melhorar sua popularidade lá fora.

Senador José Agripino, com muito prazer, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. José Agripino (PFL – RN)** – Senador Efraim Moraes, é muito oportuno seu pronunciamento, principalmente essa parte final no que diz respeito ao crédito rural. Quero informar a V. Ex<sup>a</sup> que, na quinta-feira, estará aqui o Governador Blairo Maggi, com a Bancada do Mato Grosso, na verdade o Estado com a maior fronteira agrícola recente do País – não é o Mato Grosso do Sul, não é o Tocantins, não é o Pará; é o Mato Grosso, do nosso Jonas Pinheiro. S. Ex<sup>a</sup> está vindo aqui para uma seqüência de audiências com Ministérios da área econômica, para pedir socorro para o agricultor do Mato Grosso, o mais promissor Estado brasileiro no campo agrícola e, vale dizer, seguramente um dos mais importantes Estados do mundo no setor agrícola, tendo em vista que a agricultura do Brasil é uma das mais importantes do mundo. S. Ex<sup>a</sup> está vindo para pedir socorro aos Ministérios da Fazenda, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Ciência e Tecnologia, por problemas decorrentes, evidentemente, da taxa de juros, da valorização cambial excessiva, que levou a agricultura do Estado mais poderoso do Brasil nessa área a uma situação pré-falimentar. Que dirá a nossa, a sua da Paraíba, a minha do Rio Grande do Norte! O agricultor do Nordeste, na verdade, é um herói que sobrevive por atavismo, é um herói que sobrevive pelo amor que tem à atividade do campo. Ele gosta do campo e não se acostuma com a cidade. Ele vai morrer vivendo da atividade rural, com a sua vaquinha ou com seu roçado. No entanto, abandonar esse cidadão, a sua atividade e a população no campo é, no mínimo, uma insensibilidade. Graças a Deus, há um

projeto de lei em tramitação no Senado, um dos sete itens mais importantes e prioritários desta convocação extraordinária, a que nós, nordestinos, devemos prestar absoluto e integral apoio por uma razão muito simples: sem esse projeto, vai-se embora a atividade rural do nosso Nordeste. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> pela oportunidade e pelo conteúdo do seu pronunciamento!

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Agradeço-lhe, Senador José Agripino.

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – Senador Efraim Moraes, conceda-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Ouço V. Ex<sup>a</sup>, com muito prazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Tendo em vista que ainda há dois oradores inscritos e que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização marcou uma reunião para as 18 horas e 30 minutos, que foi adiada para as 19 horas, faço um apelo aos Srs. Senadores para que sejam breves.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Vou concluir, Sr. Presidente.

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – Prometo a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que serei muito breve. Não posso deixar de parabenizar o Senador Efraim pela sensibilidade que demonstra ao defender o agricultor do seu Estado. Ao defender o agricultor do Nordeste, V. Ex<sup>a</sup> defende os agricultores do Brasil inteiro, inclusive os agricultores que são mais prósperos do que os agricultores do Nordeste, e que estão quase quebrando, quase falindo. Refiro-me aos agricultores de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, do Centro-Oeste, que, sem dúvida nenhuma, são os responsáveis maiores pelo superávit da balança comercial do Brasil. Mas vejo o quanto se está sofrendo. Está-se sofrendo por algo que não está nas nossas mãos, que são as intempéries da natureza. Mas nós estamos sofrendo, Senador Efraim, como V. Ex<sup>a</sup> afirma, por falta de apoio governamental. E isso é triste, isso é lamentável, porque é essa gente que precisa ser socorrida, é essa gente que faz o progresso e a grandeza do nosso País, é essa gente que acredita no nosso Brasil e está pagando o preço de estar praticamente desassistida. Portanto, eu cumprimento V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e vou concluir, Sr. Presidente, agradecendo também a V. Ex<sup>a</sup> e dizendo, Senador Ramez Tebet e Senador José Agripino, que, na realidade, o Governo faz muita propaganda, por exemplo, com o Movimento dos Sem-Terra, e, daqui a pouco, os nossos agricultores do Nordeste estarão todos no Movimento dos Sem-Terra, invadindo as suas próprias terras, que os bancos oficiais estão tentando tomar.

E não há sensibilidade nem no ponto de o próprio Governo impedir que o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil comecem a processar e comecem a ameaçar tomar as terras dos pequenos agricultores.

Faço um apelo ao Governo, antes que seja tarde: respeite os trabalhadores brasileiros e perdoe também as dívidas dos brasileiros, e deixe as dívidas da Bolívia, da Venezuela, da Colômbia, da África e de outros países para depois. É preciso que primeiro se faça o dever de casa, Senhor Presidente. Vossa Excelência não está respeitando sequer os seus conterrâneos nordestinos ou se esquece que saiu do Nordeste por conta de uma seca? E a seca está batendo nas portas do povo nordestino mais uma vez.

Peço a Deus, Senador Romeu Tuma, que chova, para que nós, os nordestinos, que temos coragem de trabalhar, que temos força para o trabalho, não venhamos a precisar de benesses do Governo.

Que Deus dê bom tempo para que o Nordeste possa melhorar, porque, se depender desse Governo, a tendência é piorar!

*Durante o discurso do Sr. Efraim Moraes, o Sr. Garibaldi Alves Filho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valdir Raupp.*

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Faltam dezessete minutos para as 19 horas. Vamos dividir esse tempo entre dois oradores: o Senador José Jorge, em primeiro lugar, e, em segundo, o Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra, o Senador José Jorge, como líder da minoria.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos, prorrogáveis por mais dois.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou usar dezesseis e deixar um para o Senador Flexa Ribeiro, confiando no seu poder de síntese.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, segundo informação divulgada nesta semana, o Governo do Presidente Lula prepara-se para anunciar, com grande tardalhão, a auto-suficiência brasileira de petróleo.

Na verdade, o Brasil já é praticamente auto-suficiente do óleo cru, pois a produção diária é de 1,857 milhão de barris, contra uma demanda interna de 1,8 milhão. Mas o Presidente da República está aguardando o momento político e eleitoralmente mais favorável para anunciar o que todo o Brasil já sabe. Trata-se de mais uma manipulação de *marketing* de Sua Excelência.

Para esse evento, a Petrobras está reservando, Senador Rodolpho Tourinho, R\$50 milhões para a divulgação. A campanha publicitária foi encomendada

ao sempre lembrado Duda Mendonça, que, apesar de todas as acusações, ainda administra a conta da Petrobras.

Segundo os planos publicitários da estatal, a divulgação se dará no mês de março próximo, a exatos seis meses do pleito presidencial e após a conclusão das CPIs.

Segundo a revista **IstoÉ Dinheiro**, Duda Mendonça já teria definido o mote da campanha. Ela teria um tom sentimental, colando a figura de Lula às imagens do Presidente Getúlio Vargas: “A idéia é getulizar o Presidente Lula. Na prática, Duda tentará mostrar que, enquanto Getúlio Vargas criou a estatal, Lula levou à auto-suficiência, cumprindo a profecia do ‘petróleo é nosso’. E ambos serão mostrados ao público como vítimas de perseguições e de incompreensões das elites”.

Ainda segundo a revista, o experiente publicitário Alex Periscinoto declarou que “a melhor forma de fazer esta campanha é apelar para o lado emocional, tentando resgatar a auto-estima do brasileiro”.

E há que se destacar também, os jornais e revistas estão publicando, que a campanha visará principalmente às escolas de primeiro e segundo graus. Portanto, visará às crianças, que são mais fáceis de atingir porque sempre têm um nível de informação menor do que os adultos que acompanham a mídia.

Como já disse, trata-se de mais uma ação de *marketing*, com o objetivo de iludir o povo brasileiro. Mais ou menos como pagar a dívida do FMI, que tinha 6% de juros, pedindo dinheiro emprestado aqui dentro do Brasil, a 18% de juros. Serve apenas para uma frase de *marketing* e ficamos pagando juros mais caro do que estávamos pagando antes.

Essa auto-suficiência já vem muito tarde, pois, desde quando exerci o cargo de Ministro de Minas e Energia, de 2000 a 2001, e, por conseguinte, a presidência do Conselho de Administração da Petrobras, havia a previsão de alcançarmos a aguardada autonomia nos primeiros anos desta década.

Na verdade, o plano empresarial da Petrobras indicava que o Brasil seria auto-suficiente em 2005...

**O Sr. Rodolpho Tourinho** (PFL – BA) – Senador, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Concedo um aparte ao Senador Rodolpho Tourinho e, em seguida, ao Senador Flexa Ribeiro.

**O Sr. Rodolpho Tourinho** (PFL – BA) – Sr. Presidente, queria apenas complementar para dizer que essa autonomia, quando V. Ex<sup>a</sup> foi Ministro – e eu também fui –, estava fixada para 2005.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Exatamente.

**O Sr. Rodolpho Tourinho** (PFL – BA) – Evidentemente que o acidente com aquela plataforma retardou o início, possivelmente por um ano, para 2006. Agora, essa autonomia não é nada demais. Já estamos convivendo com ela há muito tempo, ela era previsível anos atrás. O que não entendo realmente é gastar dinheiro do povo para fazer publicidade em torno disso. Nisso eu acho que V. Ex<sup>a</sup> tem total razão e quero cumprimentá-lo por isso.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Senador José Jorge, atrevo-me a pedir um aparte a V. Ex<sup>a</sup> depois de ouvir o aparte do Senador Rodolpho Tourinho, duas autoridades na matéria. Mas o faço, Senador José Jorge, pelo oportunidade do pronunciamento que V. Ex<sup>a</sup> faz, para esclarecer à Nação brasileira que, mais uma vez, o Presidente Lula vem com ações marqueteiras, tentando iludir o cidadão brasileiro. A revista **Veja** desta semana traz uma matéria sobre a auto-suficiência da Petrobras, em que diz claramente que, há dez anos, o Brasil importava 50% do petróleo necessário. Se a auto-suficiência está sendo atingida agora, é evidente que é por uma ação que vem sendo feita há muito tempo. O pronunciamento que farei em seguida a V. Ex<sup>a</sup> aborda, entre outros pontos, a questão da auto-suficiência do petróleo como uma ação do Governo Lula para tentar enganar a sociedade brasileira como se todos os feitos que estão acontecendo agora fossem do seu Governo.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – É verdade. É exatamente isso.

Mas espero que, nessa campanha publicitária, com cunho eleitoral, a Petrobras não se esqueça de informar que a produção só teve crescimentos expressivos depois da edição da Lei nº 9.478, de 1997, que garantiu a abertura do mercado nacional de petróleo, contra a qual o PT e Lula se posicionaram. Eu era Deputado na época.

Até essa data, a produção patinava na faixa de 840 mil barris por dia. Na última década, a produção cresceu 140%, de 700 mil barris para 1,8 milhão, fruto da revolução patrocinada pelo Governo do Presidente Fernando Henrique pela abertura do mercado, que foi aprovada naquele momento.

No governo anterior, a Petrobras passou a ter uma gestão menos política e mais voltada para uma gestão moderna, eficiente e independente – hoje há mais de 400 mil acionistas, inclusive aqueles do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, até mesmo acionistas estrangeiros, que têm ações da Petrobras. Opção que se mostrou correta com esta auto-sufici-

ência que, agora, o Lula pretende apossar-se como sendo sua obra.

Segundo os especialistas Adriano Pires e Rafael Schechtman, “os bons resultados da empresa e a sua governança corporativa fizeram com que a Petrobrás se tornasse a primeira empresa brasileira a conquistar o chamado grau de investimento, que permite obter empréstimos no exterior ...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Vou encerrar, Sr. Presidente.

... em condições mais favoráveis. Tudo isso demonstra que a Petrobras é, talvez, uma das poucas estatais do mundo e, com certeza, a única na América Latina que não era utilizada para sustentar políticas de cunho populista”.

Esse avanço, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não é obra de um governo, e não poderia ser. Além da abertura de mercado, deve-se reconhecer que a grande alavanca para o crescimento da produção foi o desenvolvimento, pelos pesquisadores da Petrobras, da tecnologia de exploração em águas profundas, de onde estamos retirando a maioria do nosso óleo.

Vou pedir a V. Ex<sup>a</sup> que autorize a publicação do meu discurso na íntegra.

Encerro dizendo que eu gostaria de fazer justiça aos verdadeiros responsáveis por esse grande feito da Petrobras: refiro-me aos empregados da empresa, aos ex-diretores, Presidente, mesmo aos atuais diretores que trabalham, ao Presidente Fernando Henrique e, principalmente, ao Congresso Nacional. Nós, logo no início do Governo Fernando Henrique, sofremos uma grande pressão inclusive do PT, do Presidente Lula e companhia limitada, para que não fosse aprovada essa abertura do mercado de petróleo. E, se a Petrobras, hoje, vai tornar o Brasil auto-suficiente, com o apoio de todas as outras empresas que vão atuar e que estão atuando no País, isso é graças à aprovação dessa lei.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOSÉ JORGE EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## **Auto-suficiência de Petróleo**

✓ Segundo informação divulgada nesta semana, o governo do presidente Lula prepara-se para anunciar, com grande estardalhaço, a **auto-suficiência brasileira de petróleo.**

✓ Na verdade, o **Brasil já é auto-suficiente do óleo cru**, pois a produção diária é de 1,857 milhão de barris, contra uma demanda interna de 1,8 milhão.

✓ Mas o Presidente da República está aguardando o **momento político e eleitoralmente mais favorável** para anunciar o que todo o Brasil já sabe. Trata-se de mais uma manipulação “marqueteira” de Sua Excelência.

✓ Para este evento, a Petrobrás está reservando **R\$ 50 milhões para divulgação.** A campanha publicitária foi encomendada ao sempre lembrado **Duda Mendonça.**

✓ Segundo os planos publicitários da estatal, a divulgação se dará no **mês de março** próximo, há exatos seis meses do pleito presidencial e após a conclusão das CPI's.

✓ Segundo a revista "Isto É Dinheiro", Duda Mendonça já teria definido o mote da campanha. Ela teria um **tom sentimental, colando a figura de Lula à imagem do presidente Getúlio Vargas**: *"A idéia é getulizar o presidente Lula. Na prática, Duda tentará mostrar que, enquanto Getúlio Vargas criou a estatal, Lula levou à auto-suficiência, cumprindo a profecia do 'petróleo é nosso'. E ambos serão mostrados ao público como vítimas de perseguições e de incompreensões das elites"*.

✓ Ainda segundo a revista, o experiente publicitário **Alex Periscinoto** declarou que, *"a melhor forma de fazer essa campanha é apelar para o lado emocional, tentando resgatar a auto-estima do brasileiro"*.

→ Escob de 1º e 2º GMS

✓ Como já disse, trata-se de mais uma ação de marketing, com o objetivo de **iludir o povo brasileiro**.

✓ Esta **auto-suficiência já vem muito tarde**, pois desde quando exerci o cargo de Ministro de Minas e Energia e, por conseguinte, a presidência do Conselho de Administração de Petrobrás, havia a previsão de alcançarmos a aguardada autonomia nos primeiros anos desta década. *(em 2005 para ser mais preciso).*

✓ Mas só agora é que a Petrobrás alcançou esta meta, e não o fez antes, por **incompetência da gestão deste governo**.

✓ Mas espero que nesta campanha publicitária, com cunho eleitoral, a Petrobrás não se esqueça de informar que a produção só teve crescimentos expressivos depois da edição da **Lei n.º 9.478**, de 1997, que garantiu a **abertura do mercado** nacional de petróleo, contra a qual o PT e Lula se posicionaram ~~contra~~.



✓ Até esta data, a produção patinava na faixa de 840 mil barris por dia. Na última década, a **produção cresceu 140%**, de 700 mil barris para 1,8 milhão. Fruto da revolução patrocinada pelo governo do presidente Fernando Henrique. Mais uma **herança bendita**, que o presidente Lula usufrui e não tem a grandeza de reconhecer.

✓ No governo anterior, a **Petrobrás passou a ter uma gestão menos política e mais voltada a uma gestão moderna**, eficiente e independente. Opção que se mostrou correta com esta auto-suficiência que agora o Lula pretende apossar-se como sendo sua obra.

✓ Segundo os especialistas **Adriano Pires e Rafael Schechtman**, *“os bons resultados da empresa e a sua governança corporativa fizeram com que a Petrobrás se tornasse a primeira empresa brasileira a conquistar o chamado grau de investimento, que permite obter empréstimos no exterior em condições mais favoráveis. Tudo isso demonstra que a Petrobrás é talvez uma das poucas estatais*

*do mundo e, com certeza, a única' na América Latina que não era utilizada para sustentar políticas de cunho populista ”.*

✓ Este avanço **não é obra de um governo**, e não poderia ser. Além da abertura de mercado, deve-se reconhecer que a grande alavanca para o crescimento da produção, foi o desenvolvimento, pelos pesquisadores da Petrobrás, da tecnologia de **exploração em águas profundas**, de onde estamos retirando a maioria de nosso óleo.

✓ E este avanço não se faz em meros três anos, em especial quando se referem a um governo incompetente.

✓ O que todos esperamos é que o presidente Lula não queira se enveredar pelo **populismo barato**, utilizando-se dos avanços na área do Petróleo, para promover uma **manipulação dos preços dos derivados** com interesses eleitoreiros.

✓ Uma recente declaração de **José Sérgio Gabrielli**, presidente da Petrobrás, de que a

auto-suficiência poderia ser usada para praticar políticas de preços distintas das praticadas no mercado internacional, assustou os investidores, pois esta medida eleitoreira, que está sendo ventilada por importantes membros do governo petista, terá como consequência futura, a perda da auto-suficiência tão duramente alcançada.

✓ Além de **não incentivar novos investimentos**, uma medida populista irresponsável como esta, inviabilizaria a produção de **combustíveis renováveis**, como o álcool e o biodiesel, que se tornariam inviáveis num quadro de derivados de petróleo artificialmente barateados.

✓ A **manipulação do preço** da gasolina, do diesel e do gás liquefeito de petróleo, pode ter um efeito imediato sobre a economia popular, com a redução do custo da cesta básica, por exemplo. Um grande risco num ano eleitoral, para um presidente em **grande risco de ser apeado do cargo**.

✓ Seria um verdadeiro "**ouro de tolo**", pois o eventual ganho imediato sobre o preço dos produtos, seria rapidamente suplantado pela escassez de energia, tal qual aconteceu com a **Argentina**, que adotou solução semelhante e que, em pouco tempo, transformou-se de exportador de gás natural, para importador, correndo risco iminente de uma grave crise de suprimento de eletricidade.

✓ Ao concluir, gostaria de **fazer justiça aos verdadeiros responsáveis** por este grande feito da Petrobrás. Refiro-me aos empregados da empresa, e ao presidente Fernando Henrique e ao Congresso Nacional que no momento adequado, tiveram a iniciativa de abrir o mercado nacional.

✓ Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pela compreensão. V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro.

Antes, porém, prorrogo a sessão por mais dez minutos para atender ao Senador Garibaldi Alves Filho, que também deseja fazer uso da palavra.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Valdir Raupp, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna hoje para fazer o registro de um artigo intitulado “O Grande Construtor”, publicado na sessão Notas & Informações, do jornal **O Estado de S. Paulo**, de 26 de janeiro do corrente.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o artigo vai exatamente ao encontro do que, há pouco, disse o nobre Senador José Jorge, só que de forma bem mais ampla, atendendo vários aspectos e várias matérias.

O artigo diz o seguinte:

Na solenidade de assinatura do projeto da ferrovia Litorânea Sul, na terça-feira, o Presidente Lula novamente se proclamou o demiurgo do Brasil do futuro, modernizado e desenvolvido. Dessa vez, recitou o que seriam as suas proezas na expansão da infraestrutura nacional, em contraste com o que teria sido a inércia da administração anterior, para afirmar que esse novo Brasil “já está em construção” – não tendo sido necessário que crescesse, por óbvio, quem é o Grande Construtor.

(Em outras circunstâncias, diante de outros públicos, entra em cena o Grande Benfeitor ou o Grande Inovador).

Mas há limites mesmo para a vanglória, quando atenta rombudamente contra a verdade singela dos fatos, configurando uma modalidade de apropriação indébita – de realizações alheias ou de iniciativas que tornaram possível as que reivindica para si. A retórica lulista, destinada a apequenar o passado e engrandecer o presente, em matéria de políticas de infra-estrutura, é um caso exemplar. O problema existe até quando se queira tomar pelo valor de face os números que caracterizariam os ingentes esforços do atual Governo e apontada a pasmaceira daquele ou daqueles que o precederam.

Diz o Presidente, Senador Tião Viana, que a malha ferroviária nacional cresceu, em três anos, 70% a mais do que nos dezoito anos anteriores. Faltou dizer que pelo menos a condição necessária para isso foi a desestatização do setor, empreendida pelo Governo Fernando Henrique, contra a encarniçada – e cabeçuda, Lula hoje não há de negar – resistência do Partido do qual era o inquestionado *condottiere*. O Presidente,

que deu de atacar os críticos de sua peregrinação eleitoral pelo País, com o argumento de que ninguém há de despojá-lo do direito de colher o que plantou, bem que poderia ter a decência elementar de reconhecer lhanamente que nem tudo que apregoa colher resultou do seu labor.

Isso quando usa do termo ‘colheita’ talvez tenha algum fundamento. Não é, definitivamente, o caso do setor rodoviário, de que Lula também se ocupou na mesma solenidade, Senador Romeu Tuma. Ele disse que, em razão de outros presidentes terem deixado de preparar adequadamente o País para o crescimento, as estradas ficaram “abandonadas por tanto tempo”. E, dado que “todo dia tinha crítica às rodovias, resolvemos fazer uma operação de guerra”, emendou. “Aí, os que criticavam os buracos agora criticam porque estamos tapando os buracos”. Devagar com o andar.

Primeiro, técnicos insuspeitos asseguram que a Operação Tapa-Buraco equivale a “enxugar gelo”. Segundo, se é verdade que a administração Fernando Henrique fez menos do que deveria para modernizar o sistema rodoviário federal, é também verdade que a administração Lula não fez nada. Terceiro, o governo passado tomou uma decisão essencial que se reflete no presente: graças à abertura do setor à época, praticamente os únicos trechos da malha sem buracos a tapar são os dos concessionários privados.

Pior foi a autolouvação pelos supostos progressos no campo energético, graças aos quais, entre outras coisas, “o Brasil vai, logo, ser um exportador (líquido) de petróleo”.

Dos empresários que ouviam o Presidente, os que tivessem lido neste jornal, no mesmo dia, o artigo “Onda Populista na Energia em 2006”, dos professores Adriano Pires e Rafael Schechtman, diretores do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura, decerto podiam avaliar a distância entre palavras e fatos. Os autores ressaltam que a produção doméstica de petróleo cresceu em média [Senador Romeu Tuma], 12% nos cinco anos anteriores à posse de Lula e que depois regrediu para menos de 5%, com queda de 3%, em 2004, em relação a 2003.

Concedo um aparte ao nobre Senador Romeu Tuma.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Meu querido Senador Flexa, ouvi o aparte de V. Ex<sup>a</sup> ao Senador José Jorge. Digo que, aqui, é preciso confiar naqueles que são técnicos: os Senadores José Jorge e Rodolpho Tourinho foram Ministros de Estado, nessa área de energia, que engloba petróleo, eletricidade e tantos outros. Não posso me esquecer também do Senador Alberto Silva, que ocupou esta tribuna na semana passada e que, ainda hoje, falava desses problemas, não somente

das estradas, mas da área do petróleo e do *biodiesel*. É claro que há uma soma de fatores que deu auto-suficiência ao Brasil. Eu me lembro do ex-Presidente Dr. Reichstul, que é um economista. Eu o conheci há muitos anos, ele lutou muito pela democracia. Houve vários eventos atrasaram a Petrobrás, como aqueles aos quais V. Ex<sup>a</sup> se referiu: a perda da plataforma e vários acidentes que pensávamos até – recorremos à Polícia – que poderiam ser sabotagem. Foram eventos que ocorreram numa velocidade incrível. Houve vários que prejudicavam a busca da autonomia com a rapidez que o Governo Fernando Henrique e os que o antecederam desejavam. Pergunto a V. Ex<sup>a</sup>, que é um empresário e que conhece bem o setor, se também o Proálcool não teve influência nessa auto-suficiência? Se a busca da produtividade do *biodiesel*, por meio de experiência no Nordeste, não vem contribuindo também? Creio que está certo o Presidente do Tribunal de Contas da União dizer que passa, amanhã, com uma equipe de mais de 100 homens para fiscalizar a Operação Tapa-Buracos, porque, pela velocidade que querem dar, não dá tempo de fiscalizar depois de o fato consumado. Ele quer acompanhar de perto, até porque também requeremos isso, nesta Casa, durante o primeiro mês do recesso. Nós o pedimos ao Tribunal de Contas da União. Solicitamos ao Ministro dos Transportes, que alegou que não seria por um ano, mas até o dia final das eleições, que explicasse isso e que o Tribunal fiscalizasse, como declarou hoje. Não sei se V. Ex<sup>a</sup> vai fazer referência, ou se já o fez, à **Veja**, que traz alguns dados importantes sobre esses fatos que ocorreram. Fico na expectativa de que Lula está sendo orientado pelos marqueteiros para faturar tudo que puder, para aparecer. A própria revista diz que os marqueteiros orietaram-no a aparecer o máximo possível. Então, é um faturamento permanente e pouco importa quem começou ou quem fez. Eu vi como nasceu o Proálcool e o sofrimento dos que iniciaram esse processo, pelas perdas que ocorreram quando se interrompeu o projeto. Ele foi recuperado e, hoje, é reconhecido mundialmente como o mais perfeito em sua tecnologia. Assim, cumprimento-o e peço desculpas por ficar tão emocionado ao saber que V. Ex<sup>a</sup> busca a verdade sobre os fatos, para que a sociedade os conheça. Trata-se de uma soma de valores que levam ao reconhecimento de que o Brasil está, na área de produção de energia, seguindo um caminho correto.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Agradeço o nobre Senador Romeu Tuma e incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que é obrigação nossa alertar a sociedade brasileira para essa ocupação, pelo Pre-

sidente Lula, de todos os feitos que, a partir de agora, possam vir a acontecer em nossa Nação.

Digo mais, Senador Romeu Tuma: o projeto de produção de álcool é reconhecido mundialmente. O Brasil é o único País que criou uma alternativa viável, renovável, energética, para substituir o petróleo e isso é reconhecido mundialmente. A tecnologia brasileira também avança, o que demonstra, Senador Romeu Tuma, que homens como V. Ex<sup>a</sup> e como os brasileiros que têm responsabilidade para com esta Nação priorizam o conhecimento, em detrimento da ignorância, e o trabalho ao invés do ócio.

Concluo, Sr. Presidente, a leitura do artigo tão importante do jornal **O Estado de S. Paulo**:

Isso, explicam, porque anteriormente a gestão da Petrobras era menos política e mais empresarial – o contrário do que se tornou. Em consequência, se o preço do petróleo aumentar no mercado internacional, a Petrobras segurará os preços dos derivados. Também no setor elétrico as decisões nas estatais foram politizadas. As empresas da Eletrobrás “estão sendo usadas para cumprir a promessa populista de manter tarifas baixas de eletricidade”. Essa clara sinalização das intenções do governo tem o efeito previsível de afastar os investidores privados dos leilões de energia nova. O resultado, prevê o artigo, “será o atraso nas obras, o aumento no custo da energia e o risco do desabastecimento”. Isso é que é “preparar adequadamente o País para o crescimento?”

Agradeço a generosidade de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, Senador Valdir Raupp, e vou voltar à tribuna para fazer um pronunciamento a respeito da geração de energia, principalmente sobre o início efetivo, o lançamento do edital para construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp. PMDB – RO) – De Belo Monte e do Rio Madeira, não é? Jiral e Santo Antônio.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Com certeza.

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp. PMDB RO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho, prorrogo mais uma vez a sessão, pelo prazo de cinco minutos. Se não forem suficientes, eu a prorrogarei por mais alguns minutos.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, fiz um pronunciamento, na semana passada, abordando a questão da globalização. Não se tratou de uma análise ideológica, pois ela não cabe em uma realidade sem volta. Não adianta ficarmos “atirando contra o vento”, ou, em

uma visão quixotesca, digladiarmo-nos com “moinhos de vento”. A globalização está aí. Extrair os seus aspectos positivos ou negativos constitui-se muito mais em como um Estado nacional definirá as suas prioridades e preparar-se-á para usufruir dos inegáveis benefícios de uma maior interação entre os países.

Preocupam-me muito, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, dentro desse contexto inevitável, as oportunidades perdidas pelo Brasil e o que se verifica em outros Estados em desenvolvimento.

Vou-me deter, hoje, à questão da educação. A mídia impressa dedicou um espaço, neste final de semana, para abordar os principais desafios e dificuldades que encontramos nessa área. A revista **Veja**, Senador Mão Santa, publicou uma lúcida entrevista com o americano Norman Gall, que tem como título “Educação ou Morte”. Jornalista especialista em assuntos latino-americanos, Gall radicou-se no Brasil em 1977 e aqui criou o Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial. Entre várias constatações do entrevistado, uma nos chamou especial atenção: “...que os brasileiros mais pobres tenham uma média de apenas 3,4 anos de escolaridade é chocante. Mas mais chocante ainda é que os 20% mais ricos tenham apenas 10,3 anos de escolaridade”.

Outra constatação estarrecedora é a de que o Brasil “gasta com um aluno do curso primário um quinto do que gasta a Grã-Bretanha”. Não precisamos ir longe para verificarmos que temos um distante caminho a percorrer para que a educação constitua-se em uma prioridade nacional.

Enquanto o Chile apresenta uma média média de estudo da população de nove anos e uma taxa de analfabetismo de 3,5%, o Brasil possui uma média de estudo de 6,4 anos e uma taxa de analfabetismo de 11%. Ressalte-se que, se formos considerar o contingente populacional que apresenta o analfabetismo funcional, ou seja, a incapacidade de ler, interpretar e escrever textos de média e de baixa complexidade, vislumbraremos um enorme abismo, sobre o qual deveremos concentrar todas as forças e investimentos. Não é de se estranhar, comparando os índices relativos à educação do seu povo, que o Chile possua indicativos socioeconômicos bem mais favoráveis que os nossos.

Outro país que nos chama a atenção, constituindo um paradigma de como investimentos sólidos e prioridades em educação podem transformar uma realidade, é a Índia. O país asiático foi tema de discussões no Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, e as conclusões não poderiam ser melhores. Ao contrário da China, outro gigante econômico que se encontra em franco desenvolvimento, a Índia conseguiu criar um ambiente democrático em seu país e é de espantar o atual capital humano indiano. Um exemplo dessa revolução

é a quantidade de doutores que a Índia possui – são mais de 31 milhões, contingente superior ao de países como o Canadá. O tema principal ou oficial do Fórum de Davos deste ano é “O Imperativo Criativo”. Tornou-se já “lugar comum” alardear que a criatividade é o principal diferencial que se procura no mercado de trabalho global. Capacidade inventiva, de pensar, formular e não apenas aplicar conceitos preestabelecidos. A era digital nos exige essa preparação. A mera repetição, que se constituiu em uma das principais características da era industrial, já não requisito para conquistar um posto no mercado de trabalho, até porque existem maquinários que realizam para nós o serviço manual.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Pois não, Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Garibaldi Alves, temos que movimentar o nosso Nordeste em busca dessa educação. É uma lástima termos um Presidente nordestino que afirmou que é melhor fazer uma hora de esteira do que ler uma página de um livro. Feliz do Chile que elegeu como Presidente da República uma professora e ex-ministra da Educação do Presidente Eduardo Frei. Eu estive no Chile; havia uma lei – isso é o que o Senado tem que fazer, leis boas e justas; atentai bem: oito anos de escolaridade obrigatória para cada chileno. A nossa pobreza – V. Ex<sup>a</sup> traz dados – passa três anos; oito, alguns; e os ricos e privilegiados não chegam a dez anos. O ex-presidente do Chile, antes de entregar o Governo a sua sucessora, Bachelet, que era sua Ministra, estabeleceu que agora são doze anos. Cada chileno tem a obrigação de estudar doze anos. E mais ainda: todo chileno tem de ter conhecimento de uma segunda língua, ou seja, duas línguas. Essa é a diferença. Enquanto isso nós aceitamos um Presidente que diz que não gosta de estudar, que ler uma página de um livro é pior que fazer uma hora de esteira! Rui Barbosa, cujo busto está ali, disse: “Só há um caminho e uma salvação: a lei e a justiça”. Eu, que sou do Piauí, digo ao Lula que só há um caminho e uma salvação: a educação deste País.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Agradeço, Senador Mão Santa.

V. Ex<sup>a</sup> tem razão, porque os bons exemplos devem vir de cima. O exemplo deve vir dos Líderes que têm uma responsabilidade muito grande, não apenas com relação a promover os investimentos do País. Eles têm uma responsabilidade muito grande em dar o exemplo, em se constituir o parâmetro para aqueles jovens que desejam estudar.

É inadmissível que um País de dimensões continentais como o Brasil, Senador Mão Santa, e com uma população que se aproxima dos 200 milhões de

habitantes possua somente 41 mil PhDs trabalhando em suas empresas.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN)

– Sr. Presidente, termino logo.

Essa evidente limitação influi diretamente na produtividade do setor econômico e um dos principais ensinamentos da economia contemporânea é o de que quando o crescimento do PIB é impulsionado pelo aumento da produtividade, ele reflete diariamente na qualidade de vida do povo. Estudos demonstram que aumentar a produtividade de uma economia em 5% ao ano dobra o padrão de vida da população em 10 anos. E como conseguir esse imperioso crescimento e incremento na produtividade?

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, entre outras medidas de natureza econômica, consegue-se uma maior produtividade por meio de investimentos maciços em educação, ciência e tecnologia. É exatamente o investimento na formação do nosso povo que irá diferenciar o mero crescimento de um real e efetivo desenvolvimento, que repercute na melhoria dos indicadores sociais, conforme já propugnava o ex-ministro Celso Furtado, grande cientista. Como demoramos, Sr. Presidente, a aprender lições essenciais e tão importantes. Devemos nos conscientizar de que, no mundo globalizado, o retardamento na tomada de decisões é fatal para as perspectivas de um país.

Sr. Presidente, continuarei ainda nessa análise oportunamente, mas, por hoje, eu me satisfaço com esse pronunciamento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedemos a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti por cinco minutos, antes mesmo de V. Ex<sup>a</sup> a haver solicitar pela ordem.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)  
– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, antes de me reportar ao que me traz à tribuna, eu queria apenas comentar que muita gente pode preferir uma hora de esteira a ler uma página de livro, mas o Presidente Lula, que não tem curso na Sorbonne, tem tido uma preocupação efetiva, concreta e real com a ampliação da oportunidade de estudo ao povo brasileiro.

Se nós lembrarmos, Senador Valdir Raupp, podemos nos indagar: há quanto tempo não se cria uma universidade pública no País? Há décadas. E tivemos agora uma série de iniciativas, não só criando universidades federais públicas e gratuitas como transformando faculdades em universidades, inclusive a tecnológica do Paraná – o Centro Federal de Educação Tecnológica, o Cefet de Curitiba –, que se transformando na primeira universidade tecnológica federal pública e gratuita do nosso País, como é o

caso do meu Estado, que, não tendo oportunidade de ter entrado na primeira leva de novas universidades federais, está interiorizando. Ou seja, é a primeira vez, desde a criação da Universidade Federal de Santa Catarina, que ela ultrapassa a ilha, interiorizando-se, estabelecendo cursos no interior de Santa Catarina.

Na quinta-feira, participei de uma solenidade na qual estavam presentes o Presidente Lula, todos os diretores das Cefets e das agrotécnicas federais. Teremos, neste ano, 28 Cefets, unidades de ensino técnico-profissionalizante de nível superior, construídas e inauguradas neste País. Tenho muito orgulho, pois destas 28, três serão construídas e instaladas em Santa Catarina: o de Joinville, o maior pólo da indústria catariense que não tinha ensino técnico-profissionalizante federal; Chapecó, o foco, o centro da nossa agroindústria também não tinha; e Araranguá. Joinville. Chapecó e Araranguá: os três cantos do Estado. E vamos dobrar, porque Santa Catarina tinha Cefet em Florianópolis, São José e Jaraguá; agora, no Governo Lula, vai dobrar. Vamos ter três unidades do ensino profissionalizante federal, Cefet, construídas e instaladas.

Para os que falam e insistem, é bom poder apresentar a realidade: quem não tem curso na Sorbonne está apresentando o maior incremento, o maior desenvolvimento da universidade federal pública e gratuita, ensino técnico-profissionalizante, tecnológico.

E veja o absurdo, Senador Valdir Raupp: não se podia ampliar o ensino profissionalizante. A rede federal não podia ampliar. Havia uma lei de 1998 que proibia a ampliação, a não ser em convênio com Estados e Municípios, que não têm dinheiro – portanto, não poderia ser por ali –, ou com a iniciativa privada. Tivemos de derrubar a lei de 1998, para podermos, agora, ampliar a rede técnica de ensino profissionalizante tecnológico federal.

Mas o que me trouxe à tribuna não foram os aspectos da educação. Quero aqui poder fazer um registro, que espero preparar com mais detalhamento amanhã. Quero, de novo, trazer os gráficos, como costumo fazer de vez em quando. Eu, como professora de Matemática, adoro gráfico, porque é a maneira mais fácil de as pessoas enxergarem e compararem resultados.

O que me trouxe à tribuna foram os dados da questão do desemprego. Tivemos a menor taxa de desemprego: 8,3%. Esse é o percentual da população desempregada no País, um índice que, há muito tempo, não era verificado em termos de taxa de desocupação da população; é o nível mais baixo desde março de 2002. Pela primeira vez, o número de desocupados, nas seis principais regiões metropolitanas do Brasil, ficou abaixo dos dois milhões de brasileiros. Portanto, é um número que poderíamos, com certeza, detalhar melhor, mas eu não poderia deixar de fazer esse registro aqui, para desespero, mais uma vez, volto a dizer,



da Oposição, que, apesar de malhar, de criticar e de buscar desestabilizar o Governo Lula, vê os resultados da menor taxa de desemprego, do menor número de brasileiros colocados na situação de desemprego do último período, de menos de dois milhões.

É importante dizer que, junto com a queda do desemprego, há um crescimento no rendimento médio real da população, com diferenciações, sendo que os empregados com carteira assinada tiveram um acréscimo no rendimento e que os empregados sem carteira assinada, os da informalidade, tiveram um aumento de três vezes no rendimento. Os trabalhadores autônomos tiveram um aumento de quase cinco vezes no rendimento médio real. Portanto, juntamente com a queda do desemprego, temos também possibilidade e potencialidade de aumentar a renda tanto dos empregados com carteira assinada quanto dos que estão na informalidade ou que trabalham por conta própria.

Gostaríamos, ainda, Sr. Presidente, se V. Ex<sup>a</sup> nos permitir, de fazer uma referência à questão do salário mínimo. O salário mínimo, que está definido para entrar em vigor, é o que temos como o de maior poder de compra real desde 1985. A maneira mais tranqüila de fazer a comparação é ter em vista o que se come, o que se pode comprar com o salário mínimo, em termos de cesta-básica. Com o salário mínimo que estará em vigor este ano, a partir de abril, com antecipação para abril, compram-se duas cestas básicas e meia na maior parte das capitais brasileiras. É exatamente esse poder de compra, medido em cestas básicas, que, efetivamente, dá a idéia da recuperação do salário mínimo que o Governo Lula teve capacidade de fazer.

Para concluir, cito a explicação de uma faxineira, de uma empregada doméstica, numa das reuniões de que tive oportunidade de participar nesse fim de semana. Ela disse o seguinte: “Quando estava no fim do Governo Fernando Henrique, eu ganhava salário mínimo; meu salário dava R\$200,00. Mas eu ia ao supermercado, e aquela farinha – em Santa Catarina, ainda temos o costume de fazer o pão em casa –, aquela mais simples, aquela para a pobreza mesmo, custava perto de R\$9,00. Às vezes, a gente conseguia, fazendo uma boa pesquisa, por R\$8,00 o saco de cinco quilos. Hoje, meu salário vai para R\$350,00,

e o pacote de farinha que eu, no final do Governo Fernando Henrique, pechinchando e pesquisando muito, comprava por R\$8,00, hoje consigo comprá-lo por algo entre R\$4,50 e R\$5,00. Portanto, eu ganho mais, e aquilo que consumo está bem mais barato”. Foi essa a forma que a empregada doméstica apresentou para analisar aquilo que, às vezes, economistas levam muitos números, muita estatística, para explicar. De forma muito singela, ela explicou o quanto a recuperação do salário mínimo e o controle da inflação significam mais pão na sua mesa e na de seus filhos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– Eu é que agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Ideli Salvatti.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 74, DE 2006**

Requeiro, nos termos do art. 221, I, do Regimento Interno do Senado Federal que sejam enviadas condolências à família de D. Maria Proença de Macedo, esposa do ex-Senador pelo Estado do Ceará, José Dias de Macedo, falecida hoje, em Fortaleza.

Sala das Sessões, 30 de janeiro de 2006. – **Tasso Jereissati – Romeu Tuma.**

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp. PMDB – RO) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

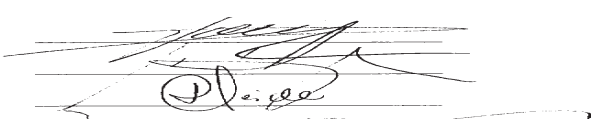
**REQUERIMENTO Nº 75, DE 2006**

Senhor Presidente,

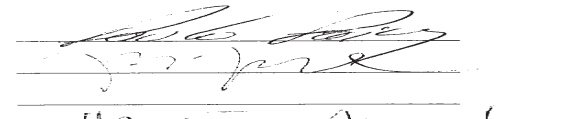
Nos termos do art. 199 do Regimento Interno, requeremos que a Hora do Expediente da Sessão do Senado Federal do dia 13 de fevereiro de 2006 seja destinada a homenagear os aposentados e pensionistas brasileiros.

Sala das Sessões, 30 de janeiro de 2006. – **Paulo Paim.**

ASSINATURA

  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 Ana Julia Carepa  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

SENADOR

  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 ANA JULIA CAREPA  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– O requerimento que acaba de ser lido será apreciado oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Antero Paes de Barros, Leonel Pavan, Papaléo Paes e Flexa Ribeiro enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT.

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “PF indiciará Valério, Duda, Delúbio, Genoino e Pizzolato”, publicada no

INVESTIGAÇÃO

# PF indiciará Valério, Duda, Delúbio, Genoino e Pizzolato

Segundo CPI, inquérito já tem provas de lavagem de dinheiro e sonegação

**Vanderlino Mendes**  
BRASÍLIA

As primeiras pessoas que a Polícia Federal deve indiciar no inquérito sobre o mensalão são o empresário Marcos Valério de Souza, o publicitário Duda Mendonça, o ex-presidente do PT José Genoino, o ex-tesoureiro do partido Delúbio Soares e o ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato. A PF já teria elementos para acusá-los por lavagem de dinheiro, sonegação fiscal, crime financeiro e formação de quadrilha.

A informação foi dada ontem por integrantes da CPI dos Correios, que ouviram o diretor-geral da PF, Paulo Lacerda, e conversaram com o delegado Luiz Flávio Zampronha, encarregado do inquérito. Com mais de 60 volumes até agora, o inquérito consolidou provas de crime contra pelo menos 30 pessoas.

A PF informou à CPI que está fechando as últimas perícias do inquérito para enviá-lo ao Supremo Tribunal Federal (STF) na primeira quinzena de fevereiro, com os pedidos de indicia-

mento. Na ocasião, vai renovar o pedido de prisão de Valério, Delúbio e Duda, rejeitado duas vezes pelo STF, após ouvir o parecer do procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza. Só não foi pedida ainda a prisão de Pizzolato e de Genoino, envolvido por omissão.

Relatório parcial da CPI, divulgado há um mês, revela que o esquema de Valério movimentou R\$ 2,6 bilhões de janeiro de 1997 a agosto de 2005. Os maiores depositantes nas suas contas foram BB (R\$ 338 milhões), Telemig (R\$ 122,3 milhões), Visanet (R\$ 92,1 milhões), Secretaria da Fazenda do Distrito Federal (R\$ 64,1 milhões) e Eletro-norte (R\$ 41,3 milhões).

Genoino, Delúbio, Valério e Duda são acusados de terem feito remessas ilegais de dinheiro ao exterior para movimentação do caixa 2 do PT. Duda confessou à CPI ter recebido R\$ 10,5 milhões referentes à campanha eleitoral de Lula, em depósitos na conta Dusseldorf, no paraíso fiscal das Bahamas. A PF obte-

o jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 25 de janeiro do corrente.

Segundo a matéria, “Genoino, Delúbio, Valério e Duda são acusados de terem feito remessas ilegais de dinheiro ao exterior para movimentação do caixa 2 do PT. A PF já teria elementos para acusá-los por lavagem de dinheiro, sonegação fiscal, crime financeiro e formação de quadrilha”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ve no início do mês a confirmação da existência de uma segunda conta no exterior em nome do publicitário. A notícia foi transmitida oficialmente pelo Ministério Público dos Estados Unidos ao procurador-geral da República, que pediu à PF que convoque Duda para novo depoimento, tão logo cheguem dados mais detalhados sobre a conta e seus abastecedores.

A PF também espera concluir esta semana a perícia complementar que está fazendo nos extratos e contratos da operadora de cartões de crédito Visa-net, a fim de fechar o rol de provas contra Pizzolato. Segundo apurou a CPI, ele teria recebido cerca de R\$ 300 mil das contas de Valério. O diretor financeiro da agência Lowe, Paulo Roberto dos Santos, que prestou serviços ao BB, informou à comissão que Pizzolato, em abril de 2003, centralizou a conta do Ouro-card, administrado pela Visa-net, na agência de publicidade DNA, agência de Valério. ●

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “TCU na ‘operação tapa-fraude’”, publicada pelo jornal **Correio Braziliense** de 25 de janeiro do corrente.

A referida matéria mostra que o Tribunal de Contas da União irá fiscalizar a operação tapa-buracos, analisando “a regularidade dos contratos, o preço praticado pelas empreiteiras e a qualidade técnica dos serviços, com atenção especial para os contratos feitos sem licitação”.

Ainda segundo a matéria, “O ministro Augusto Nardes, relator dos processos do Departamento Na-

cional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), apontou ontem uma diferença de 188% na média de preço dos contratos feitos sem concorrência pública em relação aos contratos já existentes. ‘É um indício de superfaturamento, mas temos que investigar os motivos dessa diferença de preços’”.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**INFRA-ESTRUTURA**

Na próxima semana, o tribunal começa a fiscalizar as obras de recuperação das estradas, especialmente os feitos sem licitação. A empreiteira Delta recebeu mais um contrato de R\$ 21,8 milhões

**TCU na “operação tapa-fraude”**

LÚCIO VAZ  
DA FOLHA DO COMÉRCIO

O Tribunal de Contas da União (TCU) vai colocar 100 auditores nas estradas federais de 24 estados e do Distrito Federal, a partir de segunda-feira, para fiscalizar a Operação Tapa-buracos. Serão analisados a regularidade e dos contratos, o preço praticado pelas empreiteiras e a qualidade técnica dos serviços, com atenção especial para os contratos feitos sem licitação. A empreiteira Delta, maior doadora a partidos governistas nas últimas eleições municipais, recebeu mais um contrato sem licitação, no valor de R\$ 21,8 milhões, no Rio de Janeiro. A empresa já havia recebido R\$ 40,7 milhões em contratos da Operação Tapa-buracos.

O ministro Augusto Nardes, relator dos processos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), apontou ontem uma diferença de 188% na média de preço dos contratos feitos sem concorrência pública em relação aos contratos já existentes. “É um indício de superfaturamento, mas temos que investigar os motivos dessa diferença de preços”, afirmou. Os cálculos foram feitos a partir da portaria do Dnit que delegou a operação emergencial de recuperação das estradas. O documento mostra que serão gastos R\$ 182 milhões para recuperar 7,2 mil quilômetros de estradas com contratos sem licitação — média de R\$ 25 mil por quilômetro —, enquanto os 19 mil quilômetros que serão restaurados com a utilização de contratos já existentes vão consumir R\$ 167 milhões — média de R\$ 8,7 mil. Dados já apontados pelo Correio na semana passada.

NAS RODOVIAS

**R\$ 182 MILHÕES**  
é quanto o Dnit vai gastar para recuperar 7,2 mil quilômetros de estradas com contratos sem licitação

**R\$ 167 MILHÕES**  
serão gastos na restauração de 19 mil quilômetros utilizando contratos já existentes

**188%**  
é a diferença na média de preços entre os contratos sem licitação e os já existentes, segundo o TCU

**100**  
é o número de auditores que o tribunal vai colocar nas estradas de 24 estados e do Distrito Federal

O presidente do TCU, ministro Adilson Motta, que anunciou ontem a megaoperação de fiscalização, ignorou o argumento do governo federal de que houve atraso na recuperação de parte da malha viária por que o tribunal teria demorado a decidir sobre quem seria o responsável por determinados trechos, a União ou os estados. “Isso é conversa moço. Não meixe e nem resposta. É muito cômodo jogar a culpa no tribunal. É coisa de quem não quer assumir as suas responsabilidades.”

Motta afirmou que “a recuperação das estradas tem que ser feita permanentemente. Não precisa de determinação do tribunal”. Mas lembrou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou o projeto de conversão da Medida Provisória 82, que havia transferido o domínio de 15 mil quilômetros de estradas federais para os

estados. “As estradas ficaram sem dono. Por isso, o tribunal aprovou medidas cautelares, em outubro e novembro do ano passado, determinando a imediata recuperação das estradas. Mas só fomos atendidos depois de três meses”.

**Calamidade**  
O presidente do TCU contestou também os argumentos do governo para a dispensa de licitação. “A emergência é caracterizada em primeiro lugar pela imprevisibilidade. Como uma calamidade qualquer. Mas as estradas estão abandonadas há muitos anos, e não só neste governo. Como as estradas não estão sendo recuperadas, o resultado era previsível, acabaria virando uma calamidade”. Apesar das críticas, o ministro disse que o tribunal será “parceiro” do governo na fiscalização da operação emergencial. “Mas seremos parceiros nas coisas certas.

Para fazer coisas erradas, não somos parceiros”, completou.

O diretor de Infra-Estrutura de Transportes Terrestres do Dnit, Higieraldo Caron, contestou ontem as suspeitas de superfaturamento nos contratos feitos sem licitação. “A diferença de preço para os contratos já existentes não é uma referência. Os valores não são pagos por quilômetro, mas pela quantidade de serviço

**ISSUE COMERCI  
MOMENTO MERECE  
NEM RESPONDE**

Adilson Motta, presidente do TCU, depois de reagir ao argumento do governo de que a demora na recuperação das estradas é culpa do tribunal.

executados em meses, dois trechos do mesmo trecho, numa mesma estrada, um custo de recuperação completamente diferentes. O importante é o quanto vale”.

Questionado sobre a baixa qualidade dos serviços prestados pela empreiteira Delta na BR-050, segundo constatou uma reportagem do TCU, Caron afirmou: “Tudo está sendo fiscalizado pelo Dnit. Se o serviço foi mal executado, não será pago”. Mas salientou que, em alguns trechos mais críticos, já tendo feito um serviço provisório para evitar acidentes. “Não há para durar mesmo. É para evitar mortes nas estradas até que seja feito o serviço definitivo”, argumentou.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “A voz da razão prevaleceu”, de autoria do jornalista Augusto Nunes, publicado no **Jornal do Brasil** do último dia 8 de janeiro do corrente.

O artigo trata da entrevista concedida pelo presidente Lula ao programa Fantástico, da Rede Globo, no 1º dia deste ano. Para o autor, “Confirmou-se que Lula não sabe jogar na defensiva. Embaralhou-se em contradições desastrosas. Procurou contornar campos

minados demais pelo palavrório triunfalista de candidato confuso. E assim naufragou”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# JORNAL DO BRASIL

Data: 08/01/06 Página: \_\_\_\_\_

## SETE DIAS Augusto Nunes

augusto@jb.com.br

### A voz da razão prevaleceu

**A** estampa do presidente mereceu mais cuidados que o conteúdo da entrevista. Confiante nos atributos incontestáveis do orador que aprendeu a empolgar multidões, Lula costuma enfrentar microfones com a naturalidade de um veterano craque do improviso. Não achou necessário simular com assessores a essência da entrevista combinada com o jornalista Pedro Bial, que seria exibida pela Rede Globo no programa Fantástico.

Preferiu cuidar da fachada. Às vésperas da gravação, cortou os cabelos. Em seguida, submeteu-se a técnicas rejuvenescedoras. Infiltrações de botox apagaram vincos e acentuaram os ângulos das sobrancelhas. Rajadas de laser removeram pequenas manchas no rosto. Examinado hoje, o resultado do trabalho atesta a competência de quem o executou. O problema é que Lula se precipitou. No dia da entrevista, Lula deveria estar concentrado na convalescença.

Numa cama, nunca no estúdio improvisado no Palácio do Planalto. As imagens iniciais pronunciaram o desastre estético. Curtos demais, os cabelos realçaram as orelhas de abano. Repuxadas, as sobrancelhas oscilavam sobre olhos arregalados.

O rosto avermelhado pelo laser atraiu a curiosidade dos espectadores muito mais que o terno bem cortado e a bonita gravata. Ninguém se lembra hoje da cor do terno. Mas quem viu a entrevista recorda outros detalhes exemplarmente reveladores.

Foram capturados por operadores de câmera talentosos e tarimbados. Ao afastar-se para mostrar a dupla frente a frente, uma das câmeras penetrava de baixo da mesa. Os pés de Lula batendo continuamente no chão. Como solitário baterista.

Profissionais pouco experientes perseguem vozes: sempre fecham a lente no rosto de quem está falando. Os melhores caçam expressões. Essa tribo adivinha a hora de mostrar o entrevistado em silêncio, ouvindo a pergunta indesejada. Uma boca ressequida é bem mais eloqüente que discursivas diversionistas.

Tais escorregões não causaríamos tanto desconforto se as falas do entrevistado tivessem sido menos bisonhas. Lula agora sabe que TV não é palanque. Num comércio, agressões ao idioma não soam tão desagradáveis como na tela. E faltaram a Lula, sobretudo, argumentos convincentes.

Gravada no palácio de Lula, quem parecia em casa era Bial. Sereno, polido e sempre incisivo, fez as perguntas entaladas na garganta do Brasil. Confirmou-se que Lula não sabe jogar na defensiva. Embaralhou-se em contradições desastrosas. Procurou contornar campos minados demais pelo palavrório triunfalista de candidato confuso.

E assim naufragou.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, de 25 de janeiro de 2006, intitulada “Presidente não dobrará poder de compra, como tinha prometido”.

A matéria destaca o novo salário mínimo proposto pelo atual governo, que será de R\$350,00. Segundo a matéria, “O presidente Luiz Inácio Lula da Silva encerrará o mandato tendo garantido um aumento real de 24,7% para o salário mínimo – bem abaixo da promessa da campanha eleitoral, de dobrar o piso

salarial do País em quatro anos, e um pouco inferior ao reajuste acumulado concedido por seu antecessor em dois mandatos”.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Presidente não dobrará poder de compra, como tinha prometido

## Aumento real do salário mínimo em 4 anos de governo foi de 24,7%, bem longe da meta anunciada

**Sérgio Gobetti**  
BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva encerrará o mandato tendo garantido um aumento real de 24,7% para o salário mínimo – bem abaixo da promessa da campanha eleitoral, de dobrar o piso salarial do País em quatro anos, e um pouco inferior ao reajuste acumulado concedido por seu antecessor em dois mandatos. O aumento real se dá pela diferença entre o novo salário mínimo de R\$ 350 e os R\$ 200 herdados do governo Fernando Henrique Cardoso, descontada a inflação de 2002 a 2006.

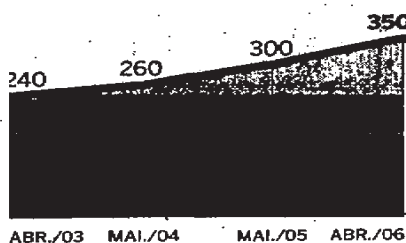
Para cumprir a promessa de palanque, Lula teria de elevar o piso para R\$ 560 – o dobro do valor que tinha em maio de 2002, no último reajuste concedido pelo governo FHC. Se levada à prática agora, porém, essa medida literalmente quebraria a Previdência, elevando o déficit do INSS de R\$ 39,1 bilhões para cerca de R\$ 68 bilhões. Isso sem falar no reflexo sobre outros gastos governamentais vinculados ao salá-

### EVOLUÇÃO NO GOVERNO LULA

Salário mínimo em valores nominais e reais (corrigido pela inflação)

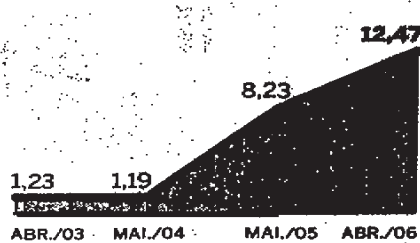
#### Salário mínimo

EM REAIS



#### Aumento real

EM PORCENTAGEM



ARTESTADO

rio mínimo, como o seguro-desemprego e os benefícios pagos a idosos e deficientes de baixa renda (Lei Orgânica de Assistência Social).

O reajuste de abril de 2006, a se confirmarem as projeções do INPC feitas pela equipe econômica, será 12,5% acima da inflação e elevará o poder de compra do salário mínimo para 1,91 cesta básica – o maior desde 1979, segundo estimativas do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Em 2002, o mínimo chegou a comprar 1,74 cesta básica, mas caiu no primeiro ano de governo do petista.

A decisão de elevar o piso para R\$ 350, em vez dos R\$ 321 previstos originalmente na proposta orçamentária, e de antecipar o reajuste de maio para abril, custará R\$ 5,69 bilhões, segundo técnicos da Comissão Mista de Orçamento. Só a antecipação em um mês da concessão custará R\$ 1,1 bilhão a mais aos cofres públicos em 2006.

O relator do Orçamento, deputado Carlito Meres (PT-SC), não definiu de onde vai tirar recursos para viabilizar a medida, mas é possível que sacrifique o repasse aos Estados para ressarcimento das perdas com a desoneração das exportações. ●

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp. PMDB – RO)  
– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas, a seguinte:

### **ORDEM DO DIA**

Às 15:30 horas

#### **1**

### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 268, DE 2005**

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 268, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Defesa e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de um bilhão, quatrocentos e noventa e oito milhões, trezentos e quatorze mil, cento e um reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

Prazo final: 3.4.2006

#### **2**

### **SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59, DE 2004**

*(Votação nominal, se não houver emendas)*

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *dá nova redação ao art. 40 e revoga o art. 92 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para alterar a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial de Manaus.*

Parecer sob nº 7, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, oferecendo a redação para o segundo turno.

#### **3**

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2000**

*(Tramitando em conjunto*

*com as Propostas de Emenda*

*à Constituição nºs 12, de 2000, e 14, de 2001)*

*(Incluída em Ordem do Dia, nos termos dos arts. 356 e 361 do Regimento Interno)*

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, ten-

do como primeiro signatário o Senador Jader Barbalho, que *altera o caput e os § 4º, 6º, II e 7º e acresce o § 8º ao artigo 57 da Constituição Federal* (alteração dos períodos das sessões legislativas e a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária).

Parecer sob nº 1.271, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável, e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 12, de 2000, e 14 de 2001, que tramitam em conjunto.

Dependendo de Parecer sobre a Emenda nº 1, de Plenário, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares.

#### **4**

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2000**

*(Tramitando em conjunto*

*com as Propostas de Emenda*

*à Constituição nºs 3, de 2000, e 14, de 2001)*

*(Incluída em Ordem do Dia, nos termos dos arts. 356 e 361 do Regimento Interno)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Hartung, que *altera a redação do art. 57 da Constituição Federal para, alterando o período de funcionamento do Congresso Nacional, determinar o recesso constitucional de 21 de dezembro a 1º de janeiro e estabelecer que o calendário legislativo será definido por resolução do Congresso Nacional e contemplará período de férias coletivas dos Congressistas.*

#### **5**

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, DE 2001**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de*

*Emenda à Constituição nºs 3 e 12, de 2000)*

*(Incluída em Ordem do Dia, nos termos*

*dos arts. 356 e 361 do Regimento Interno)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que *altera o art. 57 da Constituição Federal, para reduzir o período de recesso do Congresso Nacional, e dá outras providências.*

6

**PROPOSTA DE EMENDA  
À CONSTITUIÇÃO Nº 72, DE 2005**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera o art. 62 da Constituição Federal para disciplinar a edição de medidas provisórias.*

Parecer sob nº 2.251, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp. PMDB – RO)  
– Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 19 horas e 27 minutos.)*

# Ata da 11ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 31 de janeiro de 2006

5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Flexa Ribeiro, Romeu Tuma e Mão Santa

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES  
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

## REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 31/1/2006 07:23:24 até 31/1/2006 22:36:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X		PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X		PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X		PFL	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X		PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X		PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X		PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X		Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X		Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X		PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X		PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X		PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X		PTB	DF	VALMIR AMARAL	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X		PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	X						
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X						
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X						
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X						
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X						
-	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X						
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X						
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X						
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X						
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X						
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X						
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X						
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X						
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X						
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X						
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X						
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X						
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X						
PMDB	PI	MÃO SANTA	X						
PMR	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
PFL	PE	MARCO MACIEL	X						
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X						
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X						
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X						
PDT	PR	OSMAR DIAS	X						
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X						
Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	X						
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X						
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X						
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X						
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X						
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X						

Compareceram: <sup>75</sup> 75 Senadores





**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A lista de presença acusa o comparecimento de 77 Srs. Senadores.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Nos termos do Requerimento nº 25, de 2006, de iniciativa do Exmº Sr. Senador Paulo Octávio e outros Exmºs Srs. Senadores, o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da presente sessão será dedicado a homenagear Juscelino Kubitschek de Oliveira, que há exatamente 50 anos, às 15 horas, tomava posse como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, no Palácio Tiradentes, na então capital do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de convidar para compor a Mesa o Exmº Sr. Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz. (Palmas.)

Convido para compor a Mesa o Exmº Sr. Governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo. (Palmas.)

Tenho a honra de convidar também para compor a Mesa a Ilmª Srª Anna Christina Kubitschek Pereira, Presidente do Memorial JK, neta do Presidente Juscelino e esposa do Senador Paulo Octávio. (Palmas.)

Convido também para compor a Mesa o Eminentíssimo Sr. D. José Freire Falcão, Arcebispo Emérito de Brasília. (Palmas.)

Tenho a honra de convidar para compor a Mesa o Exmº Sr. José Gerônimo Bezerra de Sousa, Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. (Palmas.)

Tenho a honra também de convidar para compor a Mesa o Dr. Maurício Corrêa, ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, ex-Senador e ex-Ministro da Justiça. (Palmas.)

Srªs Senadoras, Srs Senadores, autoridades presentes, há cinqüenta anos, tomava posse o Presidente Juscelino Kubitschek.

O Brasil começava a trilhar o caminho da modernidade pelas mãos de um homem de visão, um político que, desde o início, trabalhou para dar ao País um projeto de nação.

Como esquecer o lema “50 anos em 5”? JK assumia disposto a mudar a cara do Brasil, de um país agrário, que buscava na industrialização um forte componente do desenvolvimento, para a geração de emprego e renda.

JK foi, talvez, o único Presidente que, ao tomar posse, apresentou um ambicioso Plano de Metas, cujos pilares foram: energia, transportes, alimentação, educação e indústria de base – desafios ainda tão atuais.

Sua marca foi a construção da cidade de que aprendemos a gostar, que aprendemos a amar, seja por nossa atividade, seja por sua sedução, pela qualidade de vida que apresenta, por seus monumentos futuristas, por seus intermináveis gramados e áreas verdes, por seu povo, de diversas culturas.

Brasília, esta obra desafiadora para a época, é hoje o mais importante elo de integração do Brasil. Prova disso é que, nos dias de hoje, a cidade é projeto fundamental para o desenvolvimento da região Centro-Oeste, que representa 7% do Produto Interno Bruto – acima de R\$40 bilhões, segundo o próprio IPEA –, tendo na agroindústria o seu carro-chefe. Isso sem falar na agropecuária, cujo rebanho, de 56 milhões de cabeças, é o maior do País.

A implantação da indústria automobilística – outra iniciativa visionária de JK – abriu mercado de trabalho para uma categoria de trabalhadores: os metalúrgicos. E quis o destino que, do meio desses trabalhadores que souberam se organizar em sindicatos em tempos difíceis, saísse um para ser o mandatário do País, assim como Juscelino.

A História – injusta para uns, implacável para outros – reputa a JK a fama de ter sido o único Presidente a tomar posse com um projeto e terminar o seu mandato com esse projeto cumprido. A dinâmica, entre tantos predicados, era uma das marcas de Juscelino.

Teremos, neste ano, eleições presidenciais, e tenho certeza de que muitos subirão nos palanques se espelhando em JK, porque o seu legado é o da modernidade, em que pesem cinqüenta anos de sua posse.

A esse respeito, no entanto, alerta a professora de Sociologia da USP, Maria Victória Benevides, autora do livro **O Governo Kubitschek: Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política**, em recente entrevista:

Na campanha presidencial deste ano, todos vão querer tirar uma casquinha de JK. Mas ninguém pode ser equiparado a ele.

Depois de Juscelino, nenhum presidente realizou um plano de desenvolvimento com política industrial. Ele foi um grande político, independentemente de suas qualidades e seus defeitos. Teve um grande sentido de construção de nação.

JK foi assim: amado, ousado, arrojado, sonhador, administrador, polêmico até, mas inigualável. Falem ou não, o Governo Juscelino impôs ao País um crescimento anual de 8%.

No plano político, JK agiu com habilidade sem igual. Vivíamos uma crise política de proporções gigantescas também.

O trauma da morte do Presidente Getúlio Vargas ainda não havia sido superado. Duas rebeliões militares e uma tentativa de golpe não foram suficientes para abalar o equilíbrio e a capacidade de JK de contornar a crise.

O Presidente Juscelino Kubitschek soube, como poucos, preservar o Estado Democrático de Direito. Para o historiador Cláudio Bojunga, também em recente entrevista:

...é impossível reunir em um mesmo presidente as três grandes dimensões de Juscelino: o crescimento com planejamento, o respeito absoluto ao Estado de direito, sob as nuvens negras da política mundial, e uma efervescência cultural. Juscelino vivia cercado de artistas.

JK, como muitos sabem ou podem acompanhar pela eletrizante série da Rede Globo, nasceu na cidade mineira de Diamantina, em setembro de 1902. E trilhou uma vida digna de muitos longas-metragens.

Uma face pouco lembrada de Juscelino é a de Senador. Eleito por Goiás, depois de passar a faixa presidencial para Jânio Quadros, JK trouxe para esta Casa a mesma dinâmica que imprimia ao seu trabalho no Executivo. O Golpe de 1964 interrompeu por dez anos os direitos políticos de JK, que se exila no exterior, de onde só retorna em 1967.

Desde que seus direitos políticos foram cassados, Juscelino nunca mais exerceu mandato político. Morreu em 1976, num acidente automobilístico na via Dutra.

Mas não quero encerrar esta homenagem ao Presidente Juscelino Kubitschek com fatos tristes. É preciso lembrar que ele é símbolo de uma época. Dos Anos Dourados. Da Bossa Nova, esse estilo musical que ainda hoje encanta a todos nós. Do Brasil Campeão do Mundo pela primeira vez, na Suécia, em 1958. Esse foi JK. Um democrata. Um político como poucos. Um homem que sempre teve ao seu lado uma mulher extraordinária, como D. Sarah.

Para concluir, nada melhor do que uma frase do próprio Juscelino para definir esse homem à frente do seu tempo: “Sou visceralmente democrata. Para mim, a liberdade é algo fundamental”.

Muito obrigado por tudo, Juscelino!

Era o que eu tinha a dizer. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Faço uma sugestão aos oradores para que tentem limitar seu tempo a cinco minutos. Se conseguirmos isso, vamos democratizar o acesso de mui-

tos Senadores à tribuna, como todos querem – pelo menos foi a impressão que colhi quando, há pouco, caminhava pelo plenário.

Tenho a honra de conceder a palavra ao primeiro orador inscrito, o nobre Senador Paulo Octávio. (Palmas.)

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, que tanto incentivou a realização desta sessão solene, receba a nossa gratidão de Brasília, do povo candango, da família Kubitschek.

O Presidente Renan Calheiros, hoje, ao lado do Governador Roriz, para dar seguimento à expectativa que Brasília há um ano e meio tem pela criação do seu pólo digital, prometeu no Senado ao Governador Roriz, num prazo muito curto de tempo, colocar em votação esse projeto que é tão importante para a nossa cidade. (Palmas.)

É o estilo JK de fazer política.

Exm<sup>o</sup> Governador Joaquim Roriz, nosso competente Governador, que governa Brasília já por quatro mandatos, com muita eficiência, com uma belíssima administração; Governador Marconi Perillo, Governador de Goiás, jovem talento político que nos honra com a sua presença nesta sessão; Eminentíssimo Cardeal Dom José Freire Falcão; Exm<sup>o</sup> Ministro, também Senador por Brasília, Maurício Corrêa; Desembargador José Jerônimo, que representa aqui a Justiça da nossa cidade; Sr<sup>es</sup> e Srs. Senadores, amigos pioneiros, vejo tantos aqui, secretários, embaixadores, Dr. Ernesto Silva, Lúcia Flecha de Lima, Dr. Paulo Tarso, aqueles que conviveram com JK naquele período tão rico; Palmerinda Donato, representando a força da mulher brasileira.

Rio de Janeiro, 1<sup>o</sup> de fevereiro de 1956. Mal nasce o dia, o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira chega do Palácio do Catete e começa a reunião com os Ministros da Guerra, Marinha, Aeronáutica e Justiça. Quer suspender o estado de sítio decretado duas semanas depois da tentativa de golpe de 11 de novembro do ano anterior, que quase lhe roubara o mandato. Os quatro ministros resistem, ponderam que ainda há profundo descontentamento nas Forças Armadas, que convém esperar mais. Lembram que a medida de exceção não pode ser revogada unilateralmente pelo governo.

JK não cede: “Governar sob estado de sítio? Não o farei.” Um impasse? Não! JK tinha a fórmula na cabeça. Uma solução simples e eficaz: fulminar o estado de sítio com a liberdade de imprensa. Mandou a Agência Nacional distribuir o seguinte comunicado oficial – aí fica a homenagem a toda a imprensa hoje presente:

Por ordem do Senhor Presidente da República, fica, a partir de hoje, suspensa a censura aos órgãos de divulgação e publicidade (jornais, revistas, estações de rádio e televisão”).

Foi o primeiro ato de seu Governo. (Palmas.)

“O Brasil retornara às suas origens. Restabelecera-se a democracia. Daquele dia em diante, haveria liberdade para todos. Governaria de portas abertas e sem temer a crítica dos adversários. Esse era o preço da democracia, e estava disposto a pagá-lo para que o povo compreendesse que uma nova era se iniciara na vida do País: o Brasil iria progredir cinqüenta anos em apenas cinco.”

Nascido em Diamantina, em 12 de setembro de 1902, perdeu o pai aos três anos, o alegre, simpático e irrequieto cometa João César de Oliveira, de tuberculose, bisavô da minha mulher, Anna Christina, presente a esta cerimônia e que, com tanta firmeza e competência, dirige o Memorial JK, talvez o museu mais bonito do Brasil hoje. Tenho visitado sempre o Memorial e encontro muitos pioneiros, crianças, escolas; a emoção é muito grande.

Parabéns, Anna Christina, por preservar o memória do seu avô! (Palmas.)

Infância pobre, é alfabetizado pela própria mãe, a severa e disciplinada professora primária Júlia Kubitschek. Estudioso e determinado, completa os estudos básicos no Seminário de Diamantina. Vai para Belo Horizonte, trabalha como telegrafista à noite, estuda Medicina durante o dia. Quase não dorme! Forma-se em 1927 e vai trabalhar em Belo Horizonte. Segue para Paris, especializa-se em Urologia – ano passado, foi aprovado como Patrono da Urologia do nosso País –, volta a Belo Horizonte e casa-se com Sarah Lemos em dezembro de 1931.

A vida pública começa em 1933, como Secretário do Governador Benedito Valadares, tão bem retratado, como disse o Presidente Renan, nessa minissérie tão bem executada, tão bem dirigida e tão bem escrita pela Rede Globo de Televisão, que, pela primeira vez, resgata a história, a vida pública de um homem brasileiro. É um exemplo a ser seguido. Nós brasileiros precisamos de referência de homens públicos. JK é a primeira referência que temos.

Elege-se Deputado Federal, mas perde o mandato em 1937, com o Estado Novo. Nomeado Prefeito de Belo Horizonte em 1940, faz da cidade um canteiro de obras e é chamado de Prefeito-furacão. Eleito Governador de Minas em outubro de 1950, prioriza o binômio energia e transporte. Empurra Minas para o futuro!

Eleito Presidente da República em outubro de 1955, com 36% dos votos, vence tentativa de golpe em novembro e toma posse em 31 de janeiro de 1956.

Hoje, aqui estamos, 31 de janeiro de 2006, comemorando nesta Casa política por excelência, com a presença de todos os Senadores e de dois Governadores de Estado, os 50 anos que mudaram radicalmente a história deste nosso País.

Foram os chamados Anos Dourados. Lança o programa de metas, ambicioso plano de infra-estrutura focado em energia, transportes, indústrias de base, alimentação e educação. Trinta metas setoriais, e uma especial e síntese: a construção da nova capital. Esta cidade maravilhosa, Governador Joaquim Roriz, que V. Ex<sup>a</sup> tem o privilégio de governar. E nós, que somos pioneiros e estamos aqui há tantos anos, eu, que vivo aqui desde 1961, temos uma paixão enorme por esta cidade, assim como todos aqui presentes. Esta cidade é apaixonante!

Trabalha desde cedo até a noite todos os dias. Não se poupa, pouco descansa, pouco dorme. Cuida da administração sem descuidar da política, articula a marcha para o interior, constrói Brasília em 42 meses. Senadores Antonio Carlos Magalhães, José Sarney, Arthur Virgílio e Aloizio Mercadante, ninguém poderia acreditar na construção desta cidade em 42 meses. Implanta a indústria automobilística, desenvolve a naval, a siderúrgica e outras, multiplica a produção de petróleo, concretiza hidrelétricas, abre mais de 13 mil quilômetros de novas rodovias, investe em mais de 3 mil quilômetros de ferrovias. A economia brasileira cresce quase 50% reais durante os anos JK. Todo o mundo fica impressionado. JK e o Brasil impressionam o mundo.

Clima de inovação, esperança, confiança no Brasil, liberdade, desenvolvimento acelerado, mudanças estruturais na economia, inserção na modernidade, melhoria da auto-estima, afirmação da capacidade do empresário, do trabalhador, do engenheiro e arte dos brasileiros. O Presidente que gostava de música e poesia cria espaço para o surgimento do Cinema Novo e da Bossa Nova. O ambiente de liberdade permitiu que artistas do porte de Vinícius de Moraes, Tom Jobim, João Gilberto, Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos, Joaquim Pedro de Andrade, entre tantos outros, recriassem a cultura brasileira. Nilton Santos, Garrincha, Didi e Pelé ganharam, na Suécia, a primeira Copa do Mundo para o futebol brasileiro, que eu e a grande maioria dos presentes ouvimos no rádio. Parecia que o Brasil finalmente dava certo, caminhava depressa rumo a uma sociedade desenvolvida e democrática.

Em 31 de janeiro de 1961, há exatos 45 anos, JK passa o poder ao adversário Jânio Quadros, vitorioso

so nas eleições limpas e democráticas de 1960. Uma nova esperança, abortada pela polêmica e pernicioso renúncia de agosto de 1961. Depois, crise político-militar, parlamentarismo híbrido, instabilidade, aprofundamento da crise, plebiscito e volta ao presidencialismo, em janeiro de 1963, queda do Governo João Goulart, em março de 64, e, aí, os 21 anos do regime autoritário que excluiu Kubitschek da disputa presidencial e da vida pública, cassando-lhe o mandato de Senador por Goiás e os direitos políticos. Tiraram-no desta Casa, Sr. Presidente Renan Calheiros, arrancaram-no de uma cadeira aqui no Senado Federal.

E aí vai o meu abraço ao Toniquinho, que, em Jataí, fez a célebre pergunta, ainda durante a campanha, representando, Senador Lindberg Cury, o povo de Goiás, ao lado do queridíssimo Governador Marconi Perillo. Goiás perdeu o seu Senador e o Brasil perdeu um grande homem público. (Palmas.)

Viveu o exílio duro, sofreu a distância da Pátria que tanto amava, e morreu com dignidade. Aqui em Brasília, foi alvo da primeira e até hoje mais importante manifestação popular da história da cidade, quando os candangos, os trabalhadores, carregaram JK da Catedral de Brasília até o Campo da Esperança. Doze quilômetros, muitas horas de tristeza e, ao mesmo tempo, cantando as músicas de que JK gostava. Foi a maior emoção, Senador Maurício Corrêa, que Brasília já viveu. Nós, que à época estávamos, aqui, que acompanhamos aquele momento, não o tiramos, nem o tiraremos, jamais, da memória.

Peço licença ao ex-Ministro Ronaldo Costa Couto para encerrar com uma pequena história: disse-lhe um amigo, mineiro como ele, que JK foi o maior Presidente que o Brasil já teve e Tancredo Neves o maior Presidente que o Brasil não teve. O ex-Ministro sabe e sente, como eu, que o Brasil inteiro pensa o mesmo. Sr. Presidente Renan Calheiros, todos nós pensamos, hoje, nesta cerimônia tão bonita que comemora a posse de JK, como ele foi importante para o País, como foi importante para a nossa democracia, para a liberdade e para o nosso grande Brasil.

Muito obrigado, e que Deus acompanhe a todos vocês. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a um Senador que, como passageiro do destino, teve uma dupla satisfação: ser contemporâneo e amigo de Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Com a palavra o nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, a quem

presto homenagem pelo trabalho que desenvolve no Congresso Nacional, Governadores Joaquim Roriz e Marconi Perillo, querida amiga Anna Christina Kubitschek Pereira, Sr. Arcebispo Cardeal Dom José Falcão, Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, meu prezado amigo, grande Senador e um grande Presidente do Supremo Tribunal Federal, que prestigiou esta Casa, Maurício Corrêa, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, senhoras e senhores admiradores de Juscelino Kubitschek de Oliveira, falo como um privilegiado; um privilegiado que conviveu com JK, que sentiu suas aflições e seus momentos de grande alegria. Falo com o conhecimento de quem não sendo contemporâneo, entretanto, pôde viver o seu governo e, sobretudo, as suas angústias.

Falo, Sr. Presidente, com a segurança de quem, com a rebeldia, que ainda hoje conservo, de divergir do seu Partido, muitas vezes estive ao lado de Kubitschek contra o seu próprio Partido, conforme até carta que tenho aqui e que, infelizmente, não vou poder ler, dada a limitação que V. Ex<sup>a</sup> fez do meu tempo. Entretanto, duas delas peço licença a V. Ex<sup>a</sup> para ler.

Falo para dizer que a posse de Juscelino Kubitschek não foi fácil. Foi fruto da coragem pessoal dele, porque todos os grandes chefes militares daquela época lhe mandavam recado, senão até pessoalmente lhe diziam para desistir. Ele não desistiu, baseado naquele bilhete que Schmitd, seu grande amigo, colocou no bolso dele: “Deus me poupou o sentimento do medo”. E assim foi Juscelino no seu governo.

Cinqüenta anos em cinco, como já falaram aqui, reais. Ele realizou em cinco anos mais do que em cinqüenta. E por mais que queiram imitá-lo, isso não acontecerá no País em outra oportunidade. Juscelino era Juscelino. (Palmas.)

Como se disse há pouco, foi o único Presidente que chegou com um plano de metas e cumpriu todas! Todas! Trinta metas distribuídas em cinco setores! Brasília foi a 31<sup>a</sup> meta, a meta-síntese. E já se falou aqui na criação de Brasília. Brasília foi criada – vou dizer aqui, agora – pela coragem de Juscelino e pela descrença do Congresso.

O Congresso aprovou a mudança porque sabia que era impossível fazê-la. (Palmas.)

Mas, aprovada a mudança, Juscelino teve a lei que ele sempre cumpriu como ninguém, o mais democrático regime possível. Cumpriu a lei e fez Brasília. Realizou Brasília com muita coragem e determinação, sem que isso prejudicasse suas outras metas: 43,4% de investimentos em energia; 29% em transportes. Aumentou os investimentos em alimentação em 4%; indústria de base, 20,4%; educação, 4%. Naquela época.

Depois Juscelino fez crescer a produção industrial do Brasil em 80%, quando o Brasil realmente deu o grande passo para ser uma nação industrializada.

Foi criticado na época, mas venceu todas as críticas com a realização verdadeira, não com a falsa realização do discurso. Era com a realidade das metas, que ele cumpria com todo o rigor.

A indústria automotiva – e esta que hoje é orgulho do Brasil – ele fez crescer 600%. E a siderurgia cresceu no seu tempo 100%. Duas novas usinas, que ele criou com muita coragem e determinação, deram ao País 36% a mais de energia. Construiu estradas impossíveis em mais de 20 mil quilômetros. Criou o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste – Sude- ne, que outros mataram e que nós, agora, queremos ressurgir com o apoio de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente Renan Calheiros. (Palmas.)

Homem sem ódio e sem mágoas. Quem conheceu Juscelino – e muitos aqui o conheceram – sabe que era um homem bom. Até mesmo as ofensas mais calorosas que sofria ele perdoava, porque trabalhava, e quem trabalha esquece os ofensores. Assim era Juscelino! Jacareacanga e Aragarças foram revoltas terríveis. No dia 8 de julho de 1976 – aniversário até do Embaixador Paulo de Tarso –, pouco antes da sua morte, eu vinha no avião da Varig em que ele embarcou também. Estava a meu lado Délio Jardim de Mattos. Eu disse: “Délio, eu quero trocar de lugar com aquele Diretor da Varig para ir com o Juscelino”. E Délio me disse: “Vá, ele merece, ele nos perdoou duas vezes de duas revoluções que não deveria perdoar”.

Assim era Juscelino. A alegria dele contagiava o Brasil. Posso dizer que convivendo, como convivi, com um grande amigo seu, que agora está retratado nessa grande novela – a Rede Globo está levando ao conhecimento do País o nome de um homem público, notável, que foi Juscelino –, o meu amigo Augusto Frederico Schmidt, também tão atacado, foi realmente um amigo fiel de JK e soube aconselhá-lo na hora difícil, porque Juscelino ouvia e assimilava o que seus amigos diziam; não era um autoritário, um surdo à vontade do povo; ao contrário, a vontade do povo era a sua meta maior que todas as outras. (Palmas.)

Naquele tempo era fácil, e eu acompanhei com ele dois Presidentes da República que vieram antes da inauguração de Brasília: o Presidente Lopes Mateo, do México, e o Presidente Eisenhower. Vim com ele, e veja se isso hoje seria possível... Acompanhei Juscelino para receber Eisenhower. Hoje, a segurança não deixaria, o Exército muito menos, o Itamaraty acabaria... Mas, para Juscelino, nada disso importava. O que importava era o que ele queria fazer e ele

fazia da maneira que quisesse. Poucos foram e serão assim neste País.

Portanto, esse homem foi para a eleição com o candidato que ele achava difícil de vencer, mas que as circunstâncias impunham. Foi e não ganhou a eleição. O seu candidato foi o Marechal Lott. Venceu Jânio Quadros.

A posse de Jânio Quadros foi difícil. No dia da posse, às três horas da manhã, Juscelino me telefonou e disse: “Antonio Carlos, por favor, veja se fala com o Juracy e outros amigos para impedir que o Presidente Jânio Quadros faça o discurso, que eu já conheço. Se ele o fizer, mesmo naquele pódio, eu lhe darei uma bofetada”.

Quem vê não pensa que isso fosse de Juscelino. Mas foi. E o Jânio Quadros não fez o discurso. E o que fez? Colocou o discurso na “Hora do Brasil”, quando Juscelino já estava voando para a Europa.

Esse período foi difícil na vida dele e me coube – aí está Déa, mulher de Carlos Murilo –, a pedido de Carlos Murilo, a triste obrigação de lhe dar a notícia da cassação para evitar constrangimentos maiores. Ele morava na Vieira Souto, 206, e se fosse qualquer medida mais coercitiva – foi coercitiva –, ele iria para a Embaixada da Espanha. Morava ali o Embaixador da Espanha. Felizmente, nessa hora, não foi preciso, mas o Juscelino sofreu demais. Participei da sua eleição, ao seu lado, em Goiás, em 61. Se não me engano, 4 de junho de 61. Ele foi eleito Senador por Goiás e lhe tiraram o mandato por uma tal linha dura que sempre foi combatida pelo Presidente, mas o Presidente não teve a energia, meu querido amigo Presidente, de segurar os rebeldes, entre os quais se destacavam Costa e Silva e Carlos Lacerda, na exigência da cassação de Juscelino. Aí veio o seu período mais duro, até uma eleição para a Academia Brasileira de Letras, à qual ele tinha todo o desejo de pertencer e com toda razão pertenceria. Escolheram outro candidato, não discuto o seu valor literário, mas ele foi derrotado politicamente, inclusive com a traição de um amigo, o que ele jamais esperaria. E ele perdeu por um voto. Isso o magoou tanto quanto a cassação; aquela injustiça dos homens, aqueles mais letrados. Mas posso dizer que o Presidente Sarney votou nele. (Palmas)

Eu gostaria, Sr. Presidente, de prosseguir, mas quero ler ao final uma carta ou duas do próprio punho do Presidente – eu recebi, estão todas elas aqui. Numa delas ele me pedia – vale a pena ser lida – para aquele que morreu ao seu lado. Veja como ele fazia isso com uma pessoa tão humilde: Geraldo Ribeiro.

Meu caro Antonio Carlos – eu era Presidente da Eletrobrás, o Geraldo Ribeiro, das pessoas mais amigas e mais presentes na

minha vida para falar com alguém em meu nome, não necessita de uma apresentação. Neste caso, porém, sou eu quem deseja que ele leve a você esta carta, estas palavras de minha grande amizade. Um pedido dele, ou para ele tem sempre o meu interesse especial, e, direi mais, caloroso. Afetuoso abraço.

O pedido era para a filha desse motorista que se formou com tanto desvelo, com tanto esforço, seu amigo pessoal, embora um homem pobre, muito pobre, escuro, mas seu amigo mesmo – a Vera Brant pode testemunhar essas coisas, pois participou muito da vida de Juscelino. Era para ser nomeada advogada da Eletrobrás, que eu presidia. De logo, criou-se um embaraço porque ela estava grávida, não podia ser nomeada, mas, no outro dia após a morte de Juscelino, eu fui a Eletrobrás e, ela mesmo grávida, foi nomeada e ainda hoje trabalha na Eletrobrás. Era o meu dever cumprir o desejo de meu amigo desaparecido.

Quando tomei posse na Eletrobrás, ele faz esse bilhete:

Meu caríssimo Antonio Carlos, de coração estou assistindo à sua posse. Direi que os parabéns devem ser dados ao Brasil, que reintegra, agora, no seu serviço, um dos mais destacados estadistas deste período de nossa vida. Abraços afetuosos. Juscelino Kubitschek.

Vou cumprir, Sr. Presidente, a sua vontade. Um dia voltarei a esta tribuna para ler tantas outras cartas, mas V. Ex<sup>a</sup> vai me permitir que eu leia esta, porque esta é o Juscelino por inteiro, e o Juscelino precisa ser conhecido por inteiro neste Brasil para que vejam que foi o maior Presidente da República, contemporâneo, do passado, de todas as épocas. Isso eu sempre disse, inclusive em pleno regime militar. Não faltei a ele nem a sua família. (Palmas) Sofria Juscelino, e esta carta, cujo original vou ler, é do dia 5 de março de 1961, quando ainda não havia tido o golpe militar:

Meu caro Antonio Carlos, desde que parti do Brasil, estou querendo lhe escrever, mas, embora aparentemente desocupado, não me sobra tempo para o que desejo fazer. O telefone, as visitas constantes, os compromissos, felizmente, vêm absorvendo o meu tempo e me dando paciência para esperar o dia do regresso.

Gosto de viajar, porém só agora descobri que o meu turismo é nacional.

Qualquer pequena cidade do Brasil me desperta mais interesse e curiosidade. As grandes, velhas e iluminadas cidades deste

continente morreram na minha admiração. Representam ciclos do tempo já ultrapassados e não ostentam este sabor de coisa nova, cheirando a futuro.

Mas o motivo desta carta é não divagar sobre assuntos a respeito dos quais conversaremos na minha volta.

Quero daqui, distanciado do cenário em que lutei cinco anos com vigor e esperança pelo progresso do nosso País, mandar-lhe um afetuoso e definitivo abraço de amizade e de gratidão.

Você acompanhou passo a passo a **via-crúcis** desse período presidencial, várias vezes, como cireneu, ajudando-me a galgar alguns calvários, e em todas as horas a sua palavra, a sua atitude e o seu coração constituíram pontos extraordinários à minha atuação.

Muito obrigado – obrigado mesmo – e saiba, agora, que sou seu amigo para sempre e sempre.

Abraços do Juscelino Kubitschek. (Palmas.)

Sr. Presidente, eu esperava que o tempo me permitisse apresentar algumas belas fotografias e outras cartas, mas não vou fazê-lo. Vou dizer apenas que hoje posso repetir aquilo que o maior dos brasileiros, Rui, ouviu de João Mangabeira: “Salve o Sol!” Nós podemos dizer de Juscelino: Salve o Sol, que iluminou o Brasil e que ainda continuando iluminando os homens públicos que querem o desenvolvimento desta terra.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradecemos muito a V. Ex<sup>a</sup>.

Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo, ilustre representante do Estado de Minas Gerais.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros; Srs. Governadores Marconi Perillo e Joaquim Roriz; Cardeal Dom José Freire Falcão, Arcebispo de Brasília; Ministro Maurício Corrêa; Sr<sup>a</sup> Anna Christina; Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal; Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, homem de muitas facetas, algumas delas profundamente originais, Juscelino Kubitschek foi tudo em sua vida plena, exceto o homem de cor cinza: o que afirma negando, o que faz desfazendo, o incapaz de qualquer criação.

Juscelino, homem essencialmente simples, mas dotado de rara inventividade, já na primeira campanha política em 1934, para Deputado Federal, visitava casa por casa os eleitores da região de Diamantina.

Atrás do apoio, mais do que do simples voto, foi aos mais longínquos distritos, utilizando-se de mares e até de canoas, pregando a todos um novo estilo político não conhecido pelos eleitores da época.

Alguns anos mais tarde, já como candidato ao Governo do Estado, Juscelino desenvolveu sua campanha da maneira mais revolucionária possível. Ele foi o primeiro a utilizar os ainda hoje atualíssimos “santinhos”, flâmulas e as “placonas”, como os mais antigos chamavam os hoje conhecidos *outdoors*.

Antes dele, aproveitava-se só a extensa rede ferroviária do Estado para, nos pátios das estações, realizar breves comícios. Se a localidade não era servida por trem de ferro, lá não comparecia o candidato.

Juscelino utilizou-se de todos os meios de transporte, desde os mais primitivos, como as canoas aqui mencionadas, até vapores, automóveis, caminhões para as estradas mais precárias, chegando ao velho avião Bonanza e ao enorme DC-3- da época. Algumas vezes, sua campanha ocorria de maneira ainda mais temerária, enfrentando situações supostamente políticas, mas que, na realidade, eram truculentas.

Entre outras cidades visitadas, Juscelino enfrentou resistência em Araguari, Jequitinhonha, Paracatu, que se colocavam em situação de enfrentamento político. Contudo, nem tais acontecimentos conseguiram desviar Juscelino dos rumos que traçara: realizar uma campanha limpa, de propostas a serem realizadas, sempre ignorando as provocações adversárias, tão comuns àquela época.

O jornalista José Moraes, que viria a ser o primeiro assessor de imprensa do governo mineiro, no seu minucioso livro-relatório **A Campanha de Juscelino**, editado em 1951, inicialmente, teceu as seguintes considerações:

Em 56 dias de viagens, cobrimos todo o território mineiro, de norte a sul e de leste a oeste, visitando 168 Municípios. O candidato foi visto por mais de um milhão e meio de mineiros à época, havendo pronunciado ao todo 207 discursos e tendo ouvido 1.032 outros. Esses números são eloqüentes e caracterizavam a campanha como a maior feita até hoje no Brasil, naquela época. Ao mesmo tempo, dá uma ligeira idéia do suplício do autor que, assim, ouviu 1.239 discursos em menos de dois meses...”

No relato seguinte, ele dizia aspirar a que, mediante as cenas e fatos que descrevia, pudessem os mineiros figurar com gratidão esse sentido verdadeiro do movimento empreendido por Juscelino Kubitschek, o qual baseou a sua ascensão ao Palácio da Liberdade no

contato pessoal com o povo. Com isso, ficou encerrada a época em que um candidato ao Governo de Minas se elegia sem sair da Capital. E a prova de ter sido isso algo revolucionário está no fato de, pela primeira vez na história política de Minas, vencer um candidato de oposição, porque não se diga que a situação foi isenta no pleito de 3 de outubro de 1950. Lutando contra o Poder Público, que se valia ostensivamente de todos os recursos em favor de seu candidato, o candidato pesedista logrou uma vitória que não foi apenas eleitoral – foi a vitória do espírito democrático dos mineiros, a consagração da vontade soberana do povo.

Todo esse esforço, acrescido à inesquecível gestão como prefeito de Belo Horizonte, quando revolvendo-a, consolidou-a como a capital dos mineiros, ficou sublimado por sua campanha pra a Presidência da República e pelo exercício desta, quando criou o Brasil moderno que hoje conhecemos.

O Plano de Metas com que tomou posse em 1956 foi o primeiro esforço conseqüente de planejamento da ação pública, cumprindo nos itens estratégicos e fundamentais.

A marcha para o oeste, a partir da construção de Brasília, as grandes usinas hidrelétricas, as grandes rodovias, a cultura nacional, o exercício da verdadeira democracia, as anistias para militares rebeldes, a alegria levada para o Palácio do Catete e a eterna simpatia e simplicidade do homem, ainda hoje polêmico; tudo isso fez JK ser reconhecido como um dos maiores estadistas das Américas.

Por fim, como filho de um grande amigo de Juscelino, amigo das horas difíceis, amigo leal, Renato Azevedo, tive depois, a ventura de ocupar as cadeiras de Prefeito de Belo Horizonte e de Governador de Estado e pude sentir as marcas do trabalho de Juscelino. Quando perguntava quem fez determinada obra a reposta era: foi Juscelino. Quem fez a Avenida Amazonas? Foi Juscelino. Quem fez a Pampulha? Foi Juscelino. Quem fez a estrada para o Rio? Foi Juscelino. Quem fez essa represa? Foi Juscelino. Vi as marcas de um homem que foi um grande Prefeito e um grande Governador e um excelente Presidente da República.

Por fim, vou ler e transcrever neste meu pleito de profunda admiração ao grande mineiro versos de um poeta de Montes Claros, Olegário, s. Seresteiro montes-clarense, que homenageou Juscelino nos tempos duros da cassação, traduzindo como poucos o amor popular por Juscelino.

Onde estás JK?

JK,

Onde está o alegre menino de Diamantina?

onde está sua alegria,  
forjada na longa severidade da D. Júlia?

Onde está sua alegria  
que fazia milagres diurnos de trabalho  
e transbordava pela noite em serestas  
e festas e danças?

Onde está o Presidente  
que obrigou os ricos do café  
a fazerem máquinas  
e depois máquinas de máquinas?

Onde está o médico,  
que operou um País,  
retificando sua espinha dorsal  
para colocá-la no centro do seu dorso  
continental?

Onde está aquele sorriso magnético  
que o povo recebia,  
que o povo aceitava,  
que o povo devolvia?

Onde está aquela alegria mágica  
que enchia o peito brasileiro  
de orgulho e confiança  
e determinação?

JK, o povo precisa de um amigo.  
De alguém que é dele,  
de alguém que mande nele com u'a  
mão no ombro:  
"Vai, meu filho,  
constrói esse País com fé e trabalho".

JK, onde está tua alegria amiga?  
Onde está a inocente cantiga  
que fez de Diamantina  
a pequena cidade de todo País?

Onde estão as candentes palavras  
do orador elegante,  
que acordava emoções nos peitos

mais  
vazios?

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, senhoras e senhores aqui presentes a nesta homenagem a Juscelino, há 50 anos, Juscelino Kubitschek de Oliveira tomava posse como Presidente do nosso grande País., há cinqüenta anos atrás.

Que saudade o Brasil tem dos tempos de JK!  
Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Por permuta com a Senadora Serys Slhessa-  
renko, tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, ilustre representante do Es-

tado de São Paulo e Líder do Governo nesta Casa do Congresso Nacional.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>, Senador Aloizio Mercadante.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – -SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Renan Calheiros, saúdo V. Ex<sup>a</sup>, que vem administrando com tanta competência esta Casa, também o ilustre ex-Senador, ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa, nossos demais representantes. , Governador Joaquim Roriz, é um prazer tê-lo nesta Casa, sobretudo por governar esta cidade, que é objeto desta nossa reflexão. , Sr. Governador Marconi Perillo, Governador do Estado de Goiás, pelo qual JK foi eleito Senador e teve o seu mandato cassado, é uma grande honra. Saúdoudar também a família, e a todos os demais presentes, D. Falcão e todos os demais presentes.

E eu começaria dizendo que é uma honra vsubir a estsa tribuna em numa data como essa estando o num plenário tão repleto de figuras ilustres, Senadores, Senadoras, demais convidados, autoridades, porque nada como o tempo para que possamos fazer um balanço sereno e definitivo da História.

Juscelino Kubitschek –, e já foi aqui detalhadamente retratada a sua trajetória, do menino que cedo perdeu o pai, , um lutador, um homem que inovou na política, que foi um Prefeito ousado dem Belo Horizonte, um Governador de Estado destacado, – chegou à Presidência da República em num momento extremamente delicado, emn um momento de crise política, emn um momento em que os embates políticos, na realidade, já vinham se dando de forma muita intensa, desde a saída, pelo suicídio, de Getúlio Vargas da Presidência da República.

O enfrentamento político-ideológico no ano de 1954 permaneceria submerso na vida pública nacional. E, quando Juscelino Kubitschek toma posse em 31 de janeiro de 1956 – portanto, há cinqüenta anos –, o Governo anterior, do Presidente Café Filho, tinha deixado uma profunda insatisfação na área militar, descrita aqui pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, ameaças concretas de intervenção militar na posse de Juscelino Kubitschek. Nós vivíamos uma situação de censura da imprensa. Não havia liberdade de imprensa. Tínhamos no País, a partir do **impeachment** de Café Filho, um estado de sítio.

Juscelino Kubitschek toma posse – e essa é uma das dimensões fundamentais de um grande estadista – e imediatamente revoga a censura, retira a condição de estado de sítio e vai, posteriormente, demonstrar essa profunda vocação democrática, que sabia conviver com a diferença, com a crítica, com a diversidade,



com o pluralismo das idéias, ao longo de todo o seu Governo, e, com muita generosidade, no caso do Levante de Jacareacanga, não apenas concede anistia, como promove os revoltosos e pacifica o País.

Portanto, num País que tem uma história tão profundamente marcada pelo autoritarismo, viver a plenitude do Estado de Direito foi uma das dimensões mais importantes da grande obra política de Juscelino Kubitschek.

Mas não foi a única. Vivíamos, naquele ano de 1956, um processo de reconstrução da Europa do pós-guerra, com o Plano Marshall. Os investimentos americanos iam, em abundância, para a reconstituição civil, arquitetônica, industrial, da base produtiva da Europa, que tinha sido duramente castigada pela Segunda Guerra Mundial.

No entanto, Juscelino Kubitschek herda uma base industrial bastante consistente, construída ao longo do Governo de Getúlio Vargas. Já tínhamos aqui a indústria da química pesada, a Álcalis; a Fábrica Nacional de Vagões; a Fábrica Nacional de Motores; a Vale do Rio Doce, que hoje ainda é a maior exportadora brasileira na produção de minérios; a maior siderúrgica nacional, que, à época, era a CSN; o BNDES construído, que hoje tem um aporte de recursos maior do que é o Banco Mundial e que alavancaria o financiamento ao desenvolvimento; a Petrobras, que nasceu com tanto ceticismo e hoje é a maior empresa brasileira, está entre as cinqüenta maiores empresas do mundo. Tínhamos já a estrutura sindical, uma CLT, um salário mínimo, o Instituto Brasileiro de Café, o Instituto do Açúcar e do Alcool. Toda essa base do Estado brasileiro e uma base industrial sólida tinham sido construídas a partir da crise de 1929, basicamente durante a gestão de Getúlio Vargas.

Juscelino consegue partir dessa base industrial e construir um pacote de investimentos modernizantes, que vão permitir ao Brasil, definitivamente, instalar a indústria pesada, a indústria que traz o setor de bens de capital, de máquinas e de equipamentos, a indústria que vai trazer a indústria automotiva, que já era naquela época conhecida como a indústria da indústria, porque a indústria automotiva era a indústria que mais relações interindustriais tinha. Atrás de um automóvel, não havia apenas a indústria siderúrgica, metalúrgica, mas também a indústria eletroeletrônica, de borracha, de tinta, de vidro, toda a parte de pós-venda, de combustível, de refino, de postos, de estradas. Portanto, era uma indústria que arrastava todo o processo industrial. Era de tal importância a dimensão da indústria automotiva naquele momento da história – e está aí o Brasil hoje com 2,5 milhões de veículos, um dos poucos países em desenvolvimento que tem

uma plataforma tão diversificada e tão importante na indústria automotiva – que o coração de Brasília era a rodoviária, porque aquele era o coração do País, do processo industrializante que vai ser desenhado por Juscelino Kubitschek.

Mas não é apenas a indústria automotiva. Toda a indústria de base vai ser impulsionada durante o seu Governo. Eram cinco metas: energia elétrica, nuclear, carvão, produção de petróleo e refino de petróleo. Se é verdade que a energia nuclear, o carvão e a produção de petróleo avançaram pouco, o refino avançou, e, quanto à energia elétrica, com Furnas e Três Marias, a produção energética do Brasil aumentou em 80%, que é o que sustentaria o investimento industrial e a expansão de muitos e muitos anos posteriores.

Na estrutura de transporte, foram dezoito mil quilômetros de estrada. Juscelino foi um homem que chegou longe e enxergou o futuro, interiorizou o desenvolvimento do Brasil, olhou para o Centro-Oeste – uma das regiões hoje de maior expansão da agroindústria brasileira – e, a partir de Brasília, criou toda uma estrutura rodoviária de integração da Nação, porque o nosso desenvolvimento estava totalmente concentrado no litoral. Essa visão de nação, essa visão de uma grande nação, essa visão da integração nacional foi viável e hoje é uma realidade exatamente pela perspicácia de um estadista que quebrou todos os paradigmas da época para construir Brasília e construir, portanto, esse impulso à industrialização e ao desenvolvimento a que assistimos durante meio século.

Vou ler só algumas passagens para verificar o quanto, no momento da história, as injustiças são fortes e como às vezes os homens públicos enxergam tão pouco, pelas divergências políticas e ideológicas e pela incapacidade de entender o sentido mais profundo da história.

Vou ler algumas passagens do que dizia em Brasília, à época, a Oposição a Juscelino Kubitschek.

Aqui um discurso, no Senado Federal, do Senador Antonio Mangabeira:

E note-se: Brasília, Furnas, Três Marias, Rio-Acre, Belém-Brasília, tudo se acha em andamento, e não raro em mau andamento, como só poderia acontecer com as obras que se projetam e se executam de modo precipitado e irrefletido. Se me dissessem que se projetou e construiu, em três a quatro anos, uma nova capital por uma republiqueta e que para lá se mudou o respectivo Governo, ainda eu poderia admitir. Mas crer que tal se fizesse ou que tal fosse possível a um país do vulto do Brasil, com a expressão, com o significado – quero presumir – que têm os seus Poderes públicos

e a importância e a amplitude dos seus vários serviços civis e militares, não é só zombar da Nação. É querer levá-la ao ridículo.

Hoje tenho a acrescentar que, se o futuro ou futuros governos não tomarem a peito o problema da crise federativa da República, Brasília, dada a maneira que se vai construindo, não será de estranhar que venha a ser, para a dolorosa surpresa dos que a consideram destinada a obra da integração, um elemento antes contundente à desagregação nacional.

E Antonio Mangabeira era um Senador importante, um homem que deu grandes contribuições intelectuais e políticas ao Brasil.

Mas não era apenas no âmbito do Senado. Havia as matérias nos jornais – “Negociata nas importações de peças de automóveis”. Na realidade, o que estava se construindo aqui era toda a base industrial automotiva, que impulsiona o desenvolvimento do Brasil até hoje.

“O que vai para Brasília está faltando ao Brasil” – isso é do **Correio da Manhã**.

Eu poderia ler inúmeros pronunciamentos, revistas, publicações, mostrando o nível de hostilidade e de oposição que havia a um estadista que estava definitivamente mudando a história do Brasil e que precisava de apoio e de sustentação política.

O jornal **A Nação** publicou:

Começa talvez aí o calvário de Juscelino Kubitschek. Nossa administração central sempre foi ineficiente. A desorganização inevitável do primeiro ano de funcionamento da nova capital multiplicará por dez essa ineficiência federal.

A objeção era brutal.

O **Jornal do Brasil** também. Matérias à época mostravam o nível de embate e de descontentamento. Mas vou ler pelo menos uma, para ver o nível de agressão de que Juscelino Kubitschek foi objeto naquela época. Vou ler o pronunciamento do Senador Mem de Sá, que dizia o seguinte:

Peca, pela injustiça e impropriedade – ao contrário de minhas críticas, que eram todas, invariavelmente, procedentes e justas e só pecaram por serem muito leves, esse desgraçado e maldado Governo, que foi a desgraça do povo e recebeu nas urnas o repúdio da opinião nacional. Merecia muito mais do que isso, merecia ser apedrejado (Discurso da Tribuna do Senado Federal).

Por que digo isso? Digo isso porque, se olharmos para a história hoje, está aqui Brasília, estão aí os dezoito mil quilômetros de estrada de rodagem, estão aí os três mil quilômetros de estradas de ferro, que foram fundamentais ao País; está aí a produção siderúrgica, que dobrou durante aquele período. Alumínio, metais não-ferrosos, cimento, papel e celulose, borracha, exportação de ferro, a indústria naval.

Eu me lembro de Ignácio Rangel, que foi um grande economista e participou da elaboração do plano de metas, contando o desafio que foi impulsionar a indústria naval, trazer os equipamentos, botar os estaleiros a funcionar, os navios que eram produzidos no mar, impulsionando um desafio que até hoje permanece, que é o Brasil ter uma frota própria. A educação, 4,3% de investimentos. A UnB, que é uma grande universidade, que impulsionou e mudou esta cidade, um pensamento inovador no Brasil, está aí a Universidade de Brasília. A Sudene, com Celso Furtado, durante seis anos, dirigindo-a. Rendo aqui as minhas homenagens a esse grande economista e brasileiro, que há um ano e dois meses faleceu, e que pensou, pela primeira vez, com grandeza, a integração do Nordeste ao desenvolvimento. A integração não era só Brasília; a integração era um projeto de Nação, de diminuir as desigualdades nacionais.

Juscelino Kubitschek, hoje, por todas as forças políticas desta Casa, por qualquer analista sério e responsável, obrigatoriamente é colocado no lugar dos grandes estadistas desta Nação. E é colocado nesse lugar que construiu pelo êxito da sua obra, pelo reconhecimento de sua trajetória, pela grandeza de seu espírito público, pela sua formação de democrata.

Mas, ainda assim, Juscelino Kubitschek jamais pôde voltar à vida pública. Teve seu mandato cassado, passou boa parte da sua vida posterior no exílio e não voltou a disputar as eleições, porque, seguramente, ele venceria de novo nas urnas.

Alguns poderiam dizer que tivemos uma grave crise fiscal. É verdade. Ou que tivemos um endividamento externo relevante. É verdade. Mas isso não pode diminuir o tamanho da obra e da importância. Ao final do Governo de Juscelino, o símbolo do seu opositor era uma vassoura. Isso mostra que, talvez, olhando para esse momento da história, possamos aprender, em todos os momentos, não apenas no momento em que vivemos, mas também nos momentos que virão, a olhar com um pouco mais de sobriedade, com menos paixão ideológica, a olhar com um olhar que possa, realmente, observar com mais atenção o sentido da história desta Nação, da construção desta Nação, dos passos que cada governo pode e deve dar. E, com esse

olhar, seguramente Juscelino Kubitschek entra no rol dos grandes estadistas deste País.

Esta homenagem de hoje, que é de todas as forças políticas do País que o reconhecem nesta condição, ficará registrada para sempre.

Espero que aprendamos com Juscelino e que também aprendamos com aqueles que não conseguiram entender o momento da história, que não tiveram grandeza do seu reconhecimento e cujo sectarismo e intransigência dificultaram a convivência e a contribuição que Juscelino poderia ter dado após a sua experiência de Presidente da República.

Sr. Presidente, a trajetória de JK, a grandeza da sua obra e a sua atitude democrática seguramente são uma referência obrigatória para todo e qualquer brasileiro que queira contribuir com a vida pública nacional.

Parabéns e obrigado, Juscelino Kubitschek! (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, valoroso representante do Amazonas e Líder do PSDB no Senado Federal.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Presidente Maurício Corrêa, Dom José Freire Falcão, Governador Joaquim Roriz, Governador Marconi Perillo, Sr<sup>a</sup> Anna Christina Kubitschek, Desembargador José Gerônimo de Sousa\*, senhoras e senhores, vejo que Juscelino já começa a operar alguns milagres há tão pouco tempo da sua morte: é uma das raras vezes em que subo a esta tribuna sem ser para rebater declarações do Senador Aloizio Mercadante.

O fato é que esta sessão é rica, refletindo a riqueza da grande figura humana que era Juscelino Kubitschek. O Senador Antonio Carlos fez, talvez, o mais feliz pronunciamento, dentre os tantos pronunciamentos felizes de sua lavra que eu tenha ouvido. Elaborou raciocínio tão singular, tão original, aquele de que Brasília é fruto da tenacidade de um, de Juscelino, e da casca de banana do Congresso, por outro lado. Ou seja, “ele não vai construir”, “ele não será capaz”. Portanto, “vamos aprovar porque ele se desmoraliza e chegamos a intentos políticos que desejamos”.

Isso me desperta a nítida impressão de que devo olhar, Senador Paulo Octávio, para Juscelino levando em conta a perspectiva histórica do seu momento.

Tenho acompanhado esta minissérie. Em algum momento ele diz para sua esposa, Dona Sarah, “vamos para os Estados Unidos”, algo corriqueiro nos dias de hoje. À época parecia ao contemporâneo de

Juscelino atitude de um pioneiro, de um desbravador. Algumas pessoas dizem: “o que faz esse tal Coronel Licurgo na minissérie?”

Não tem nenhuma ligação com Juscelino, uma ligação mínima, mas, sem dúvida, talvez, a tentativa muito inteligente de contextualizar o momento histórico em que se encaixava Juscelino, comparando-o com a figura aberta que ele era. Ou seja, naquele mundo conservador de então, cabia o brutamonte, o troglodita, que era o Coronel Licurgo, e cabia um homem com a visão do futuro, capaz de compreender o drama da mãe solteira, capaz de ser solidário, aberto na sua relação pessoal, aberto na sua relação com os companheiros, leal e, ao mesmo tempo, inteligente o tempo inteiro.

Ou seja, a partir do discurso do Senador Antonio Carlos Magalhães, eu me pus a pensar sobre o que não aconteceria de bom se, nos tempos de hoje, Juscelino Kubitschek pudesse nos governar, com todas as facilidades de acesso ao conhecimento, com a facilidade de comunicação que faria sua voz ecoar de Brasil a Brasil em poucos minutos a cada momento que ele quisesse. O Juscelino, que foi exemplo de convicção democrática numa época em que o Brasil ainda vivia ameaçado pelos pronunciamentos militares; o Juscelino, que tinha sua clara definição por um país constitucional e que foi capaz de perdoar os golpistas de Jacareacangas e Aragarças; o Juscelino, que foi firme e inflexível ao defender o seu Governo e, certa ou erradamente, ao processar essa outra grande figura – não cabe aqui o ódio, os ódios ficaram para trás e até a Frente Ampla os sepultou – de parlamentar, de administrador, de homem público que foi Carlos Lacerda.

Quando aqui passamos em revista um Governo que tomou posse há 50 anos, que, como disse muito bem o Senador Paulo Octávio, construiu Brasília em 42 meses, que cumpriu suas metas uma por uma, que teve seus equívocos de política econômica – e quem não os comete? –, que teve seus erros de política administrativa – e quem não os faz? –, mas que tem, no conjunto da obra, um saldo enorme, que começa no democrata e termina no grande realizador. Mais ainda, passou para o País a clara noção de que era possível se realizar, era possível se desbravar, era possível unificar este País e era possível se consolidar a idéia de que a vocação do Brasil, ainda que depois viesse a pairar sobre nós a sombra negra de uma ditadura, era a democracia. (Palmas.)

A propósito disso, Sr. Presidente, lembro um episódio extremamente rico que ocorreu na comemoração dos dez anos de Brasília em sessão deste Senado, a mesma Casa que, depois, presenciaria o discurso histórico de Juscelino defendendo o seu mandato e,

aliás, despedindo-se da vida pública, cassado que havia sido pelo arbítrio de um ato de força: o Ato Institucional nº 1. No décimo aniversário, aconteceram aqui dois discursos significativos. O Líder da Arena consegue fazer um discurso bem elaborado, desses em que a assessoria se esmera e que ele lê, supinho eu sem ter tropeçado. Discurso bonito na forma, em que conseguiu não citar uma só vez o nome de Juscelino Kubitschek, comemorando o aniversário de Brasília. Depois, a esse se segue um discurso lacônico do Líder do MDB, Nelson Carneiro. Em três ou quatro linhas, ele diz mais ou menos o seguinte: “Homenagear Brasília sem citar JK é como falar nas tábuas e não mencionar o nome de Moisés”. E se calou, deixando calado atrás de si o Plenário inteiro do Senado. Era uma época obscura.

Eu queria me referir à solidão de Juscelino, porque, nos seus momentos brilhantes, vemos o homem público muito assediado. Sou filho de político, já sou até pai de político, por isso não me encanto muito com essas luzes dos momentos melhores, não me encanto muito com essas luzes. Mas percebo que não há nenhum autor da cena pública que não conheça os seus momentos de mais assédios, de mais prestigiamentos ou os seus momentos de maior solidão.

Juscelino, o Presidente por todos cantado e decantado em verso e prosa, conheceu momentos de absoluta convivência com ele próprio. Eu era menino, meu pai vai numa delegação de Senadores a Paris. Havia Senadores de todos os partidos. Alguns beijavam diariamente a mão de Juscelino Kubitschek. E havia um deles que não tinha relação pessoal e nem política com Juscelino, que era o Senador Josaphat Marinho. Meu pai disse: “Olha, marquei um encontro com o Presidente Juscelino. Eu gostaria muito de ir até lá. Vocês estão dispostos a ir comigo?” Foi um silêncio enorme, nenhum foi, a não ser Josaphat Marinho, que não tinha a menor ligação pessoal e política com Juscelino.

Essa solidão lhe doía, porque lhe doía o exílio. Essa solidão não o fez menor porque o fez esquecer as divergências com Lacerda quando celebraram o Pacto da Frente Ampla para enfrentarem o regime de força. Incluiu João Goulart, que era outro coração generoso. A solidão não o fez mesquinho porque a vida inteira ele se apegou ao que o seu espírito pedia: a boa conversa com os amigos, a boa música, a boa dança, a figura da gratidão, aquele que escreve o bilhete de saudades, aquele que, como homem, tinha os seus sonhos e, como homem, ao mesmo tempo, sabia limitar-se ao que era a contingência de um tempo que estava acima dele. Juscelino Kubitschek de Oliveira é um personagem que a nossa história repassa, mas

que faz parte daquilo que de melhor possamos ter escrito para trás.

Foi muito feliz a idéia do Senador Paulo Octavio de propor esta homenagem. (Palmas.) Nunca é tarde para aprendermos a reverenciar os nossos maiores e até fazemos como os nossos índios e os orientais sabem fazer muito bem: valorizar muito a sabedoria dos que viveram, valorizar sobremaneira a sabedoria dos que fizeram, dos que construíram, aprender muito com os erros dos que erraram, aprender mais ainda com os acertos dos que acertaram e sobretudo registrar as lições de quem fazia da sua força de vontade uma inquebrantável manivela para abrir as portas do futuro. Juscelino Kubitschek sabia abrir as portas do futuro. Sua ascensão foi rápida para alguns; foi sólida para outros. Sua ascensão se deu em cima do que de melhor ele poderia passar primeiro para o povo de Belo Horizonte, depois para o povo das Minas Gerais, depois para o povo brasileiro.

Volto a dizer, Senador Antonio Carlos, como teria sido bom ser governado por Juscelino agora, neste momento de tão radiosa conjuntura internacional, neste momento de tecnologia avançada, neste momento em que ele não teria que dizer mais para a D.Sarah: “Vamos para os Estados Unidos”; neste momento que o mundo estaria nas mãos dele, ao seu alcance, para promover todas as grandes mudanças que este País sugere, as grandes mudanças de que este País necessita, as grandes mudanças que este País requer, que o povo deste País exige, líder de massas sem ser a figura do demagogo, líder de massas e pelo lado positivo. Há o líder de massas que pode dizer muito bem: “Uso o meu dom de ser o líder de massas para rebaixar a compreensão das pessoas que eu lidero. Outros dizem: “Sou um líder de massas e uso a compreensão que o povo tem das minhas palavras para ele se elevar ao lado da minha capacidade de me elevar junto com ele.”

Vi em Juscelino, Senador José Agripino, um líder positivo. Eu vi em Juscelino um líder capaz de ser duro, corajoso pessoalmente, corajoso historicamente, corajoso politicamente, mas, sobretudo, alguém que, em todos os momentos da sua vida pública marcou de maneira muito forte a sua presença, marcou a sua presença quando acertou, marcou sua presença quando errou. E considero que foi um equívoco, por exemplo, ele não ter entendido que seu mandato findaria com o alvorecer do regime de força de 1964; marcou sua presença, quando acertou, perdoando Carlos Lacerda; e marcou sua presença para todo o sempre nessa história que não paramos de reescrever, porque cada um de nós hoje percebe que o Brasil, dos mais novos aos mais velhos, o Brasil inteiro faz o que uma geração já

sentia, que é se apaixonar outra vez, Senador Paulo Octávio, por Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, grande representante do Estado do Piauí.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Renan Calheiros; D. Falcão, Arcebispo de Brasília hoje, de Teresina ontem, figura por quem tenho o maior apreço; Governadores Marconi Perillo, de Goiás, e Roriz, de Brasília; Dr<sup>a</sup> Anna Christina Kubitschek, que representa a família Kubitschek nesta solenidade; Srs. Ministros de Tribunal que aqui se encontram presentes à Mesa; minhas senhoras; meus senhores; Senadores; brasileiros, somente o atrevimento e a audácia, Senador Antonio Carlos Magalhães, me colocariam nesta tribuna agora, pelos que já falaram sobre Juscelino e por aqueles que ainda irão falar.

Na quinta-feira passada, o Paulo Otávio me desafiou aqui no plenário a me inscrever para esta sessão. E fui o quinto. Não vi a lista toda. Mas a audácia, que talvez tenha sido do que mais Juscelino impregnou a minha geração, proporciona-me o sentimento de que sou igual a todos quando é para evocar JK nesta Casa. Quando JK elegeu-se Presidente da República, eu tinha apenas quatro anos. Portanto, tinha muito pouco discernimento do que era certo e do que era errado. Não tive na infância aquelas grandes paixões por jogador de futebol ou por cantores da época. A minha grande primeira paixão foi exatamente Juscelino, pelo que representava em termos de renovação e de esperança para o Brasil. Não tínhamos televisão e tínhamos que nos conformar com as revistas, jornais e, eventualmente, com aqueles jornais na preliminar dos cinemas domingueiros a que assistíamos. E aquele sorriso aberto que tomava a página toda me foi contaminando de maneira tal que, sem nenhuma vergonha de dizer, aos 55 anos de idade, a única música que canto do começo ao fim é o Hino do PSD. Não consigo aprender outra.

E vejam os senhores o magnetismo que esse homem exerceu. Quando esses Partidos foram extintos, eu tinha 14 anos. Roberto Carlos veio depois. Até invejo não saber de cor, Sr. Presidente, nenhuma das músicas nem de Roberto Carlos, nem de nenhum outro cantor. Contudo, o Hino do PSD eu sei de cor.

Foi exatamente isso que contaminou a todos nós. E o mais impressionante no Juscelino era reverter os fatos. Jacareacanga é um símbolo. Mas a capacidade que Juscelino tinha de, no dia-a-dia, nas pequenas coisas, reverter a adversidade e trazê-la para o seu lado era fantástica. Fez isso com os humoristas, com

os cantores, com os colunistas – não é Gilberto? –, com todo mundo. O Juca Chaves quis satirizá-lo e o consagrou como o “Presidente Bossa Nova” e por aí adiante.

Sr. Presidente, nos anos da construção de Brasília, eu morava em Teresina e vivi ali o lado bom e o lado mau. O lado bom era a esperança da construção da nova capital; o lado ruim era que, à medida que aquele sonho se transformava em realidade, íamos perdendo os amigos, que vinham com as famílias tentar a vida nesta Brasília. E quantos eu vim reencontrar aqui homem feito, com a vida definida, muitos anos depois.

Meu caro Senador Antonio Carlos, a força de Juscelino, para mim, foi tão forte, que eu preferi torcer naquela época, aos 8 anos de idade, pelo imóvel e estático Lott e sua espada a me contaminar pela vassoura que assolou o Brasil naquele tempo. E um dos meus divertimentos era sair tomando vassoura de quem as tinha para ver se, já àquela época, eu e um grupo de amigos conseguíamos eliminá-las do País. Que nada! Elas eram em quantidade infinitamente maior do que as espadas. A vassoura, meu caro Embaixador Paulo Tarso, criou-me um problema psicológico tão grande, que a maior alegria que eu tive, aos 9 anos, foi quando minha avó comprou um aspirador de pó. Eu achava, naquele momento, que era chegada a hora de me livrar da famigerada vassoura. E, ao mesmo tempo, cantar o avanço de JK tecnológico, trazendo o aspirador de pó para a indústria brasileira.

Eu tive a felicidade de ter três encontros com Juscelino. Quando eu falo em encontros é o de apertar as mãos, olhar nos olhos e falar. A primeira vez que ele foi ao Piauí, como Presidente, foi para inaugurar uma ponte ligando Teresina ao Bairro Jóquei Clube. Hoje tudo faz parte do centro urbano da capital. A ponte velha de madeira tinha caído havia anos, e as promessas de construção eram tantas, que Juscelino a fez em tempo recorde e foi lá inaugurar-la. Não o vi de perto.

Depois, quando já não era Presidente da República, ele foi receber um título de cidadão piauiense, já na Revolução. Eu nunca vi nas ruas uma multidão espontânea de agradecimento por um lado, e, por outro, de exigência que ele voltasse. Era o começo do JK-65. Alguns trabalhadores tinham ajudado na construção de Brasília e os outros queriam, na etapa seguinte, continuar trabalhando com Juscelino para ver o desenvolvimento da Nação.

O terceiro encontro, o segundo em que tive oportunidade de estar com ele, foi no Rio de Janeiro, levado pelo meu amigo Hugo Napoleão – ele não está aqui; já o procurei inclusive para abraçá-lo –, que também era seu amigo e companheiro de Diretoria do Denasa. Juscelino tinha uma reunião em seguida e prometeu

apenas me cumprimentar. Entrei na sala, e mais uma vez a audácia funcionou. Estou vendo a imagem dele como se fosse agora: um chinelo preto, um sapato no canto da sala. Ele perguntou o meu nome e o que eu queria. E eu disse exatamente que estava ali cumprindo o desejo de toda a minha geração, que era cumprimentar o fundador de Brasília. Esse aperto de mão se transformou numa conversa de quase 30 minutos, em que tive a oportunidade de ouvir dele as angústias pela proibição de visitar Brasília, que ele construiu.

Na última vez, por coincidência, fui ao Hotel Eron. No fim de noite de uma quinta-feira, ele estava lá, dentre outras pessoas, com a Vera Brandt. Conversamos. Depois, ele desceu até a Boate do Hotel Eron e dançou com a Vera. Diz ela que foram muitas danças. Essa eu tenho certeza porque testemunhei e foi a última. Na quinta-feira houve o acidente.

Prestei atenção em tudo o que Juscelino disse naquele dia, mas uma coisa me impressionou: ele recomendou a uma amiga comum minha e do Paulo, que era secretária do Adolpho Bloch, apontando para o Conjunto Nacional: “Minha filha, amanhã, vá àquele Conjunto e compre três cuecas e três camisas para mim. Não quero coisa cara. Cueca tipo Torre”. Eu tinha a impressão de que “tipo Torre”, uma fábrica antiga, era para mostrar que se referia à tradicional samba-canção. Mas o fato de um homem que governou o Brasil, a quem todos atribuíam fortunas e fortunas, ter tido o cuidado de recomendar que seu pedido viesse carregado de compras modestas, para mim, foi um dos momentos mais marcantes em toda a minha convivência com Juscelino.

Senador Renan Calheiros, eu vi, como toda Brasília viu, o sepultamento dele, e algo me comoveu. De funcionários públicos brasileiros, eu vi lá Paulo de Tarso com a Lúcia, Antonio Carlos Magalhães e Severo Gomes. Desculpem-me os outros se lá estavam, mas esses eu tenho certeza de que vi no campanário da igreja, esperando a chegada de Juscelino. Não adianta falar sobre isso. Brasília toda conhece o que foi aquela dor.

Mas o impressionante de tudo isso, Senador Mão Santa, é que estamos aqui cinqüenta anos depois de sua posse, e parece que foi hoje. A sensação que se tem é de que Juscelino não foi, está aqui, com a sua digital, o seu exemplo, o seu otimismo, impregnando o Brasil. O seu exemplo, às vezes, é usado até de maneira errada, demagógica, indevida, mas é um exemplo incontestável nesta Nação.

Quatro anos atrás, chamei a atenção do Paulo Octávio para um fato interessante. Eu vi, em uma galeria de Brasília – salvo engano, Visual –, um quadro pintado por um mineiro chamado Bracher Júnior, tio

do atual Bracher, da década de 1940, em que aparece Juscelino desbravando estradas. Uma pintura fantástica que não sei por onde anda. Mas penso, Governador Roriz, que, se ainda estiver nessa galeria, esse quadro deve ser resgatado para Brasília, porque é o lugar onde ele deve ficar.

Por último e por fim, quero dizer que, no ano passado, por indicação de Aécio Neves, tive a felicidade de receber a Medalha Juscelino Kubitschek, em Diamantina. E lá, convivendo com amigos antigos, com a história, com a cidade, tive a mesma sensação que estamos tendo agora, da sua presença neste recinto.

Diamantina respira, canta, por meio da Vespertata, o seu filho ilustre. Aconselho a quem não teve oportunidade de ir a Diamantina que vá àquela cidade ver como cresceu e onde nasceu JK. Hoje a minissérie da Globo permite que se veja, sem tanto esforço e sem tanto sacrifício, o que estou dizendo aqui, mas é pouco. Vale a pena ir a Diamantina, conhecer suas ladeiras, seu calçamento íngreme, e ver, cinqüenta anos depois, um pouco da história do grande homem que é homenageado nesta Casa, que é homenageado pelo Brasil. Aliás, tenho certeza, Paulo Octávio, de que outros cinqüenta, outros duzentos, outros quinhentos nós iremos comemorar. Juscelino, para o Brasil, é eterno; para Brasília, meu caro Roriz, nem se fala. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, valoroso representante do Estado do Piauí.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, autoridades presentes – são tantas e tão importantes –, peço-lhes permissão – eu poderia esquecer alguns nomes e, mesmo involuntariamente, seria imperdoável – para a todos saudar naquela que penso ser a mais importante autoridade genética desta festa: a Sr<sup>a</sup> Anna Christina Kubitschek Pereira. (Palmas.)

Senadoras e Senadores, brasileiras e brasileiros, todos nós temos muito a dizer e vamos dizer. Feliz do povo que não precisa buscar exemplos em outras histórias, em outros países! O melhor exemplo de homem público é Juscelino Kubitschek de Oliveira. (Palmas.)

Cada um tem sua história. O Heráclito é homem rico de amizades. A mim Deus deu o privilégio de ver Juscelino Kubitschek, na Praça Nossa Senhora das Graças, num coreto de minha Parnaíba, como candidato a Presidente da República.

Senador Antonio Carlos Magalhães, a minha família era toda UDN. Eu era muito jovem, tinha 13, 14 anos e vi também o candidato militar da UDN, Heráclito, lá no nosso coreto, na antiga Praça da Graça.

Juarez Távora ficou na minha mente, muito me inspirou – minha família estava com ele; o Senador Alberto Silva, da UDN, e outro grande Senador lideravam já. Juarez Távora disse: “Nós vamos apertar o cinto do povo do Brasil”. Depois eu vi Juscelino, com aquele sorriso, alegria. Nos cartazes, já era um homem em cima de um trator. E aí, a história. Foi a primeira visão da alegria, do otimismo, da simpatia. Eu não votava, mas o meu coração já se encaminhava para esse caminho.

Anos depois, pré-vestibular em Fortaleza. Juscelino Kubitschek terminava o seu governo, era o fim de seu governo – atentai bem. Atraído, lá eu fui. Juscelino ia visitar a Faculdade de Direito. Eu me senti atraído, queria participar – eu ainda não era universitário, era pré-universitário –, e fui. Naquele tempo, a UNE era forte, eram fortes os sonhos, a esquerda, o comunismo, o socialismo, a Rússia. Juscelino entra: houve vaias, mais aplausos. Eu o aplaudi. Ele disse: “Feliz do país em que se pode vaiar um Presidente da República” – no fim do governo.

Eu acompanhei tudo. A Faculdade de Direito era no centro e, de repente, Juscelino... “Mande-o para a Assembléia”.

Senador Antonio Carlos Magalhães, na praça antiga de Fortaleza, no Ceará, como em todas as praças antigas do Brasil, havia um abrigo onde se tomava o cafezinho. O povo lá, e ele com aquela elegância, com aquele sorriso, no apagar do seu governo, com a satisfação da missão cumprida. Eu, estudante, acompanhava Juscelino. As autoridades, os deputados – ele ia à Assembléia, que era próxima – cercavam Juscelino.

Senador José Agripino, naquele café do Nordeste, do abrigo, da Praça do Ferreira, eu vi um homem, um caboclo nosso – só entende Euclides da Cunha: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte” –, aquele caboclo sofrido da seca, agradecido pelo açude Orós que ele fez no Ceará. O caboclo quis se aproximar também; estávamos ali nós, engravatados, os da época, deputados.

Outro dia conversava com o Presidente José Sarney e ele disse – disse até o nome – que o amigo dele Caetano Costa ficou célebre por ter dito isso em Imperatriz. Mas isso foi o Presidente Sarney, da minha história eu dou testemunho.

Era a linguagem do agradecido homem do sertão brasileiro. Eu estava lá, com os meus 17 anos, vestibulando – formei-me em medicina no Ceará –, e ali estava o homem de chapéu, o típico homem do sertão, das secas, das retiradas, acompanhando. Ele não conseguia se aproximar, mas, de repente, com a nossa coragem, a coragem dos nordestinos, ele deu

um grito: “Ô Presidente pai-d’égua!”. (Palmas.) Esse foi o grito da nossa gratidão, do nordestino.

Diz o Senador José Sarney que isso já tinha sido gritado no Maranhão e no Ceará. Agora, eu grito em nome do povo do Piauí. Essa é a verdade, a tradição do nosso agradecimento – e no fim do governo!

A única coisa que temos, Dom José Freire Falcão, é agradecer a Deus. Sou médico – aliás, como Juscelino –, cirurgião de Santa Casa, fui Prefeitinho, Governador, fui até cassado!

Presidente Renan Calheiros, aqui está Juscelino sob o aspecto médico. Sei tudo: as biografias estão aí, escreveram-se muitos livros e mais livros serão escritos. Com todo o respeito à Bahia, de Martha Rocha e de Rui Barbosa, acho que é tempo de nós, do Senado, como a nossa sociedade médica, que homenageou Juscelino, o Patrono da Sociedade de Urologia, resgatando, pelos médicos brasileiros, toda a sua passagem, a sua história médica – não vou cansá-los –, penso que é tempo de o Senado também passar para a História esse tempo que ele viveu aqui.

Não dou valor a esse negócio de dinheiro. Sou como Palocci, médico. Mas eu tenho um dinheiro, Senador Antonio Carlos Magalhães, que penso que foi o de mais valor na história econômica do Brasil, e esse carrego comigo: cem cruzeiros, com o retrato de Juscelino Kubitschek. (Palmas.)

Considero-me o mais rico dos Senadores, porque está aqui a fonte de inspiração. Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, a Psicologia criou a Neurolingüística, e tem que se ter um modelo. Quer ser jogador de futebol imita o Pelé; cantor, Roberto Carlos. Mas, se quer ser homem público, que se siga aqui o exemplo de Juscelino Kubitschek. (Palmas.)

Todos têm história e não iria concorrer com a intimidade que os Senadores Antonio Carlos Magalhães e Heráclito Fortes tiveram com Juscelino, mas diria que li todas as obras e vou continuar lendo – orgulho-me disso. Nessa luta, já recebi algumas comendas e medalhas, mas orgulhoso sou em ostentar a Comenda Juscelino Kubitschek, quando se comemorou um século de vida no Memorial JK. Recebi a comenda ao lado do extraordinário Senador, que é a cara de Brasília, o nosso Senador Paulo Octávio. (Palmas.)

Das vidas de Juscelino, cito a frase de que gosto mais – há centenas, mas cito a minha: “É melhor ser otimista. O otimista pode errar. O pessimista já nasceu errado e continuando errando”. Essa é a frase de que gosto, mas gostaria de que ficasse nos corações de todos os brasileiros o que traduz Juscelino. Juscelino, pai de Brasília, do tripé que fez: Sul, uma potência industrial; Sudene, igualdade de riquezas; Brasília, tão

bem cuidada por esse extraordinário Governador do meu Partido, Roriz. (Palmas.)

Roriz, Bill Clinton foi quatro vezes Governador de Arkansas e depois Presidente da República.

Atentai bem! A frase que caracteriza Juscelino Kubitschek está no livro dos médicos – como Renan Calheiros, precisamos fazer a história de Juscelino no Senado: “Meu sonho é viver e morrer em um país de liberdade!”. Mas há uma última, para encerrar, e que fique nos corações das brasileiras e dos brasileiros: “Não consigo guardar ódio no meu coração!” E digo isso em respeito a Dom José Freire Falcão, que foi Arcebispo do nosso Piauí, e de Padre Antônio Vieira, que passou pelo Ceará, pelo Piauí e pelo Maranhão, dizendo que um bem nunca vem só. Repito, olhem o que Juscelino disse: “Não consigo guardar ódio no meu coração!”

Brasileiras e brasileiros não podem ter ódio no coração e, sim, Juscelino Kubitschek no coração! (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra à nobre Senadora Serys Slhessarenko.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, senhoras e senhores aqui presentes, quero saudar a Mesa aqui composta e todos, carinhosamente, na figura da Anna Christina, mulher presente nessa Mesa e que traz no seu sangue a história de Brasília.

Senhoras e senhores, entendo que é sempre oportuno evidenciar a figura de Juscelino Kubitschek de Oliveira, o Presidente JK. Não devemos nunca perder qualquer oportunidade de falar deste homem, deste político, deste governante que marcou de forma tão profunda a História de nosso País.

Juscelino dá-nos sempre a oportunidade de discorrer sobre o processo democrático brasileiro que, aliás, foi tão falado aqui, mas que não custa rememorar-mos sempre. Um processo que está sempre a requerer e a exigir o melhor das nossas capacidades.

Nesta comemoração dos 50 anos do Governo JK, que se estendeu de 1956 a 1961, é importante destacar:

- 1 – A relativa estabilidade política do período em todo o mundo;
- 2 – A ênfase no crescimento econômico com distribuição de riqueza;
- 3 – O respeito à democracia;
- 4 – O lugar especial ocupado pelo reconhecimento da cultura e dos valores nacionais;
- 5 – O novo papel ocupado pelo Brasil no cenário das nações.

O Presidente Juscelino Kubitschek teve um papel de relevo quando elencamos esses pontos. O mundo vivia sob a guerra fria, conflito mundial camuflado pelos Estados Unidos e a União Soviética. Era uma época de relativa paz ou, se preferirem, de escaramuças entre Estados Unidos e União Soviética. As políticas de enfrentamento dos Estados Unidos para ofuscarem o crescimento da União Soviética abriram novas possibilidades para o Brasil no plano externo. Internamente, as forças populares, o movimento operário, a juventude, as organizações de bairro, o movimento campestre passaram a ocupar um papel de destaque por intermédio de suas lutas e de sua organização.

Só que democracia, senhoras e senhores, não cai do céu. Democracia se constrói, democracia se conquista. Os trabalhadores e as trabalhadoras, os brasileiros e as brasileiras conhecem bem o significado dessas palavras. Juscelino foi um democrata. Sem dúvida, um grande democrata, um estadista, um político que conseguiu combinar crescimento econômico com estabilidade política, promovendo desenvolvimento com democracia e abrindo espaço para a livre expressão cultural e o desabrochar dos nossos valores.

Acima das críticas e das restrições que se façam a JK, e elas não são poucas, estará sempre a imagem de um presidente civil eleito pelo seu povo, amado pelo seu povo, que cumpriu o seu mandato até o final, sabendo superar de forma altaneira todas as crises que o acometeram. Estará sempre a imagem do Presidente que foi alvo de ódio e perseguição por parte daqueles que implantaram e sustentaram o Regime Militar no Brasil, e que morreu de forma trágica e ainda nebulosa, porque não dizer, por volta das 18 horas do dia 22 de agosto de 1976, no quilômetro 165 da estrada Rio-São Paulo, quando muitos ainda eram os brasileiros que sonhavam com a oportunidade de tê-lo novamente como Presidente da República.

Nada mais apropriado do que falar de Juscelino neste Senado Federal, neste Parlamento, encravado na paisagem de Brasília, paisagem que foi uma das paixões de Juscelino.

O compromisso de Juscelino com a democracia e o seu projeto de desenvolvimento marcaram o Brasil para sempre. Recentemente, nosso querido companheiro, o nosso querido companheiro, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, resumiu da seguinte forma seu entusiasmo pela personalidade de JK: “Acho que o melhor presidente que o Brasil já teve foi Juscelino Kubitschek. Não acredito em quem não tem objetivos, em quem não tem projetos, em quem não sonha alto. Eu acredito em gente como Juscelino.”

O Presidente Lula, também uma das grandes personalidades de nossa história contemporânea,



em sua análise, destaca os objetivos que guiaram a trajetória de JK, objetivos plenamente realizados por meio das modernizações que implementou, com inegável ousadia.

Na China, o Presidente Mao Tse Tung, o grande guia e inspirador do povo chinês, tinha como um de seus *slogans* mais conhecidos a máxima “Ousar lutar, ousar vencer”. Foi com ousadia que os chineses construíram uma nação que hoje cresce de forma acelerada, destacando-se com uma das economias mais dinâmicas deste planeta, tendo como base principal dessa sua arrancada o trabalho e a criatividade do seu povo.

Ao pararmos para analisar a trajetória de JK e os exemplos que ele nos legou, devemos tomar como maior referência também a sua ousadia, a disposição com que soube construir as bases de um Brasil moderno que, desde então, vem se impondo como uma das principais e mais importantes nações da atualidade.

Eu, que represento o Estado de Mato Grosso neste Senado Federal, não posso deixar de registrar a gratidão de minha comunidade para com a ousadia administrativa de Juscelino.

Sei que a pujança que se observa hoje neste vasto interior do Brasil, a pujança que se observa hoje no Estado de Mato Grosso, com a expansão demográfica, com a ocupação dos espaços anteriormente vazios e com o fortalecimento da produção agropecuária, que faz com que regiões como Mato Grosso e também o Mato Grosso do Sul, Rondônia, Tocantins, Roraima e o Acre despontem diante do mundo como novos celeiros da humanidade, são frutos da visão antecipatória de Juscelino, da ousadia que fez dele um dos mais capacitados administradores que este Brasil já teve. Ao implementar a transferência da Capital para Brasília, ele implementou também a integração do Brasil.

Que fique bem claro: nós de Mato Grosso, nós do interior do Brasil somos devedores de JK e temos de agradecer a ele o impulso que deu à integração das mais diversas regiões do Brasil, um processo que está em andamento cada vez mais acelerado e mostra a sua força por meio dos resultados alvissareiros com que vem marcando a nossa economia.

Quando um lavrador planta sua roça no interior mais profundo de Mato Grosso, quando um caminhoneiro cruza as estradas que mergulham nas mais diversas direções que se abrem no Centro-Oeste e no Norte deste Brasil, quando famílias e mais famílias expressam o orgulho de terem trocado as angústias do Sul do Brasil pelas imensas possibilidades que caracterizam a vida em solo mato-grossense, certamente que são os sonhos e os ideais de JK que se cristalizam no cotidiano destes brasileiros e destas brasileiras.

JK sempre buscou unir nossa gente, ampliando as fronteiras do desenvolvimento de nosso País. Com o seu famoso Plano de Metas, JK abriu todo um novo campo de possibilidade para o Brasil e para todos os brasileiros e brasileiras, que nunca antes havia sido experimentado.

Entendo, todavia, que tanto quanto o desenvolvimento das forças produtivas, que JK tanto favoreceu, é importante destacar, nesta Casa política que é o Senado Federal – como lição sempre oportuna para todos nós e para as novas gerações que se aproximam agora da política partidária –, que o Presidente JK não permitiu que se turvasse a sua fé democrática, apesar de todas as tensões políticas que viveu em seu período de Governo.

Quem viveu o Governo JK, quem viveu aqueles anos que são chamados de “anos dourados” jamais poderia esperar que, no espaço de uma década, no início dos anos 60, em 1964, cairia sobre o País a carga terrível de uma brutal ditadura. Ditadura que viria a cassar e perseguir o próprio JK, um dos defensores da abertura democrática liberal.

Os historiadores são unânimes ao nos mostram que tolerância e discernimento foram qualidades políticas fundamentais de Juscelino. Neste momento em que o terrorismo tanto nos sobressalta, tanto o terrorismo de Estado quanto a violência incontrolável dos homens-bomba, devemos nos recordar de JK para firmar que tolerância e discernimento são cada vez mais necessários aos líderes políticos de nosso tempo, no Brasil e pelo mundo afora.

Por tudo isso é que, em memória de JK, em respeito à sua trajetória, a tudo que nos legou em exemplo e em dignidade, devemos nos empenhar firmemente em um processo que nós, do PT, costumamos definir como de “radicalização da democracia”. Um processo que deve valorizar o diálogo político, centrando nossos esforços para que tenhamos a reforma política, para que tenhamos o aprimoramento e a consolidação dos partidos políticos, para que nos empenhemos na busca incessante de um sistema de representação política que não permita decisões que atraíam e nulifiquem a vontade soberana do povo.

Uma sociedade que honre a memória de Juscelino não haverá jamais de ser a sociedade do mensalão, da corrupção política, da venda de sentença, da falta de transparência nos negócios públicos. Jamais!

Para que honremos a memória de Juscelino, é necessário que ampliemos cada vez mais os espaços de participação da sociedade na formulação, no acompanhamento e no controle das políticas sociais, hoje muito facilitadas pela existência de tecnologias chamadas da informação, que fazem com que haja

acesso imediato por parte da cidadania às decisões de Governo e permitem o controle dessas decisões. E, quanto mais democrática a nossa sociedade, quanto mais acesso às decisões do Estado vier a garantir a nossa sociedade, mais estaremos, todos nós, dando cumprimento ao legado de Juscelino Kubitschek.

Juscelino, que ousou tanto, deve nos servir de inspiração para que impulsionemos o combate às desigualdades regionais; para que todos tenham oportunidades iguais de vida e de trabalho em todos os rincões do Brasil; para que se acabe de vez com o trabalho escravo que sobrevive em muitas fazendas do interior do Brasil – e mesmo lá em Mato Grosso; para que se atinjam os objetivos de educação plena, com todos os brasileiros e brasileiras alfabetizados, com todos os filhos e filhas dos brasileiros nas escolas e nas universidades; para que não exista fome nem miséria no lar de qualquer brasileiro ou de qualquer brasileira sequer. Que os filhos e filhas desta terra não tenham mais que cruzar nossas fronteiras em busca de melhores condições de vida em nenhuma outra nação do mundo. E que todos tenhamos orgulho de viver à sombra da bandeira desta Pátria, “gigante pela própria natureza”.

A melhor homenagem que podemos fazer à memória de JK é assumir as mesmas grandes aspirações que ele sempre soube manter vivas em seu coração.

A melhor homenagem que podemos fazer à memória de JK é ousar, ousar a cada dia, a todo momento, na luta incansável para que este Brasil seja uma nação forte e soberana, capaz de garantir vida digna e fraterna a todos os seus filhos e a todas as suas filhas.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Maguito Vilela, ex-Governador de Goiás, Estado que possibilitou Brasília, que cedeu estas terras maravilhosas para que Juscelino criasse Brasília e que teve o privilégio de ter Juscelino como seu representante aqui no Senado Federal.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros; Exm<sup>o</sup> Sr. Joaquim Roriz, Governador do Distrito Federal; Ilm<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Anna Christina Kubitschek Pereira, Presidente do Memorial JK; Eminentíssimo Sr. Dom José Freire Falcão, Arcebispo Emérito de Brasília; Exm<sup>o</sup> Sr. José Gerônimo Bezerra de Souza, Desembargador do Tribunal de Justiça do DF; Exm<sup>o</sup> Sr. ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Maurício Corrêa; Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Prefeitos, Prefeita, demais autoridades

civis, eclesiásticas e militares aqui presentes, eu havia preparado um pronunciamento e dele vou abrir mão para não ser repetitivo. Eu ia falar da industrialização, das grandes estradas pavimentadas por JK, da indústria naval, do maior crescimento do Brasil, em 1958, que chegou a 10,8%, enfim, de tudo o que Juscelino fez pelo Brasil. Mas todos os que me antecederam já falaram muito sobre o dinamismo e o empreendedorismo de JK.

Cumprimento o Senador Paulo Octávio pela iniciativa da homenagem pelo cinquentenário da posse de JK. É muito importante. Acho que toda homenagem que o Brasil fizer a JK ainda é pouco pelo que ele fez pelo País e por por todos os brasileiros.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, visitantes, tenho a honra de ser de Jataí, a cidade onde Juscelino começou sua campanha rumo à Presidência da República. E o Senador Heráclito Fortes falou do PSD; Mão Santa, da UDN; porém, uma grande curiosidade que pouca gente no Brasil sabe é por que Juscelino iniciou a campanha presidencial numa cidade pequena no interior de Goiás. Justamente porque Jataí era o maior reduto pessedista do Brasil, proporcionalmente. A história ainda não registrou isso, mas Juscelino deixou isso manuscrito na minha cidade: era o maior reduto pessedista do Brasil. E por isso ele iniciou sua grande caminhada lá, em Jataí, no dia 4 de abril de 1955, onde chegou debaixo de uma chuva muito forte e, mesmo assim, autorizou que o avião pousasse. Fez o seu pronunciamento numa oficina mecânica, porque a chuva não deixou que o povo se reunisse em praça pública, em cima da carroceria de um caminhão Studebaker, que pouca gente hoje conhece.

Então, foi numa oficina mecânica, na carroceria de um caminhão Studebaker que ele assumiu o compromisso de mudar a capital do Rio de Janeiro para o Planalto Central, o que naturalmente redundou aqui na capital Brasília.

Entre alguns dados interessantes, está o fato de a casa onde ele se hospedava em Jataí ser justamente de um médico que formou-se com ele em Belo Horizonte, Dr. Serafim de Carvalho. Ele foi três vezes a Jataí e hospedava-se nessa casa. A viúva do Dr. Serafim ainda é viva e tem todas as fotos, bilhetes e cartas de Juscelino Kubitschek.

A minha cidade, Jataí, também construiu um memorial para JK, cujo projeto é de Oscar Niemeyer, que foi inaugurado por Anna Christina no ano passado. Um parque ecológico com o nome de JK abriga esse memorial, onde há muitas fotos, muitas cartas, muitos bilhetes, que nem mesmo o Memorial JK daqui de Brasília possui. A minha cidade, portanto, talvez

seja a mais juscelinista de todas as cidades brasileiras. (Palmas.)

No dia 4 de abril de 1955, Juscelino aportava em Jataí, onde prometeu a mudança da capital para o Planalto Central. Foi de Jataí que vieram as perobas e grande parte da madeira que serviu para escoramento dos prédios que foram levantados em Brasília. Portanto, a minha cidade guarda uma afinidade muito grande com JK. E de lá muitas famílias vieram para ajudar na construção de Brasília.

Faço o registro desses fatos, que considero importantes com relação à história do nosso País, e quero dizer que pessoalmente sinto-me honrado em ocupar uma das cadeiras que Juscelino ocupou aqui no passado. Goiás também o elegeu Senador da República e Juscelino sempre teve um carinho especial por Goiás. Por isso, a homenagem dos goianos é mais apaixonada, é mais emotiva com relação a JK.

Sempre tivemos uma amizade muito grande com a família. Fui Deputado Federal com a Márcia Kubitschek, fui vice-Governador na época em que ela era vice-governadora de Joaquim Roriz. Ela inaugurou a primeira homenagem, um marco na história de Jataí, de Juscelino Kubitschek. Por isso, quero prestar as minhas homenagens a Márcia, a Maristella, a Anna Christina e principalmente a D. Sarah, que foi uma mulher extraordinária, um sustentáculo a campanha e da jornada vitoriosa de Juscelino Kubitschek. (Palmas.)

Juscelino foi, sem dúvida, o maior estadista deste País. Ele não foi um dos maiores, ele foi o maior estadista de toda história do Brasil e é um exemplo que todos devemos cultuar. Não precisamos buscar exemplos em outros países. Nós temos aqui o Presidente Juscelino Kubitschek como o grande exemplo de político, de administrador, homem que enxergava longe, pensava grande, sonhava alto e mudou realmente a história deste País.

O Presidente Juscelino inspirou muitos goianos. Da minha pequena Jataí, saímos três Governadores de Estado. Ele teve uma amizade muito grande com Íris Rezende, que foi um grande tocador de obras e mudou também a história de Goiás sendo grande administrador.

O Presidente Juscelino inspirou Joaquim Roriz. Juscelino tinha propriedade aqui bem próximo à cidade de Joaquim Roriz – que hoje, sem favor nenhum, é o maior tocador de obras deste País. (Palmas.) Sem favor nenhum! Construiu a ponte que hoje é referência no mundo inteiro. Realizou obras em Brasília como ninguém imaginava que um Governador pudesse fazer. Joaquim Roriz é, sem dúvida nenhuma, um seguidor de JK. Foi JK no Brasil e JR, Joaquim Roriz, aqui em

Brasília. Realmente, ele fez obras importantíssimas aqui na capital. (Palmas.)

Essa é a minha homenagem a esse Governador, porque hoje nós precisamos de políticos e Governadores que tocam obras públicas. Obras públicas geram empregos, bem-estar à população e riqueza para o País. Nós estamos com uma carência muito grande de obras públicas aqui no nosso País.

Deixo aqui a homenagem de todos os goianos, uma homenagem apaixonada a este brasileiro que foi, sem dúvida nenhuma, o maior administrador, o maior político, o político mais hábil. Aqui foi dito e eu repito: ele enfrentou muitos levantes, enfrentou várias CPIs e, com muita calma, com muita prudência, com muita habilidade soube encerrar o seu Governo e soube dar ao Brasil o progresso, pela interiorização no nosso País.

Presto a minha homenagem a toda a família na pessoa da Anna Christina e de todos os familiares. E cumprimento o Paulo Octávio por esta oportuníssima homenagem pela passagem do cinquentenário da posse de JK.

Sr. Presidente, para encerrar, gostaria que V. Ex<sup>a</sup> permite que o jovem Antonio Soares Neto, que completou 80 anos, viesse aqui se apresentar (Palmas).

Ele foi o homem que teve o lampejo de genialidade ao fazer a famosa pergunta a Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Desculpem-me, mas a minha garganta está muito seca.

Eu gostaria que ele subisse à Mesa para se apresentar. Ele tem 80 anos, mas é um jovem ainda. E a minha cidade tem mais essa característica importante: temos lá muitas pessoas com mais de cem anos, e que recebia lá o Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Toniquinho com 80 anos, ainda jovem, vai ultrapassar os cem anos e seria importante que ficasse registrado nos Anais desta Casa a presença física daquele que fez com que Juscelino promettesse a mudança da Capital. (Palmas)

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PDMB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador José Agripino, nobre Líder do PFL no Senado Federal.

Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Renan Calheiros; D. José Freire Falcão, Arcebispo de Brasília; ex-Senador, ex-Ministro, ex-Presidente do Supremo, nosso sempre estimadíssimo Ministro Maurício Corrêa; Governador Joaquim Roriz;

Desembargador José Jerônimo, mui digno Presidente do Tribunal de Justiça de Brasília; Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores; minhas senhoras e meus senhores; meu Presidente Maurício Corrêa, deixei de propósito de mencionar um nome para cumprimentar, por último, a figura a quem quero dirigir-me para contar uma história: Anna Christina Kubitschek, esposa de Paulo Octávio e neta de Juscelino.

Anna Christina, nós somos, assim me julgo, amigos; sou amigo do seu marido e sou seu amigo. Já convivemos em oportunidades sociais, mas nunca tive a oportunidade de lhe dizer o que vou dizer agora.

Em 31 de janeiro de 1956 – há, portanto, 50 anos –, seu avô assumia a Presidência da República, eleito pelo voto direto. Em 31 de janeiro de 1956, eu me mudava de Mossoró, onde nasci – e morei a minha infância no interior do Rio Grande do Norte –, para Natal. Meu pai acabava de ser nomeado Secretário de Educação do então Governador Dinarte Mariz, a quem ele havia apoiado e que havia ganhado a eleição. Dinarte Mariz, como o meu pai, Tarcísio Maia, eram ferrenhos udenistas, como o meu tio João Agripino, que foi líder da UDN contra seu avô, que era Presidente da República.

Seu avô deixou a Presidência da República em 31 de janeiro de 1961. Nessa época, eu fazia o terceiro ano científico no Rio de Janeiro, fazia o curso de pré-vestibular para o curso de Engenharia e era filho do então Deputado Federal Tarcísio Maia, que morava no Rio de Janeiro e era Vice-Líder da UDN, combatendo Juscelino Kubitschek. Eu digo isso, para que fique ciente de que minha infância e minha juventude, eu as vivi em um ambiente no qual Juscelino Kubitschek não era bem comentado. E aqui estou hoje para falar – e para falar bem – do cinquentenário da assunção de Juscelino à Presidência da República.

O que fez com que eu nunca me tivesse contaminado pelo vírus com o qual convivi na minha infância e na minha juventude do “antijuscelinismo”? O que fez com que eu, filho e sobrinho de líderes da UDN, ferrenhos adversários de Juscelino, nunca tivesse tido uma posição contra Juscelino? Anna Christina, foram os fatos. Em política, sempre digo uma coisa: não se deve nunca acreditar no que dizem, deve-se acreditar no que se vê.

Quando eu era rapaz, no Rio de Janeiro, eu não tinha dinheiro para comprar passagem e tinha muita vontade de passar as férias de final de ano no meu Estado. Às vezes, eu conseguia uma passagem pela FAB, mas, quando eu não a conseguia, eu viajava de automóvel.

Anna Christina, no começo, em 1957, em 1958, levava-se quase uma semana de viagem pela empoei-

rada Rio-Bahia. Quando foram se aproximando os anos de 1960, de 1961, a viagem de uma semana passou a ser feita em três dias, porque seu avô asfaltou o sonho do Nordeste, que era a Rio-Bahia. Isso é um fato.

Comecei a freqüentar com mais assiduidade o meu Estado. Eu morava no Rio de Janeiro, estudava no Rio, onde me formei, e voltava a Natal, onde eu havia feito o curso ginásial e onde havia morado por três agradáveis anos da minha vida, mas onde não havia indústria. Quando eu voltava a Natal, eu já via as Guararapes, eu já via algumas fábricas novas portentosas. E isso era produto de quê? De algo que meu Estado não tinha antes, de uma coisa chamada Sudene, que seu avô criou – ele que nem nordestino era!

Anna Christina, o primeiro carro que tive foi um Fusca. Que Fusca? Um Fusca que seu avô trouxe para inaugurar a indústria de automóveis no Brasil.

Foram os fatos, Senador Antonio Carlos Magalhães, que me fizeram juscelinista. Sou, como V. Ex<sup>a</sup> o é, um udenista ferrenho. Nós o fomos. Nunca me atrevi, Paulo Octávio, a emitir uma opinião contra Juscelino Kubitschek, porque os fatos me mostraram que ele era um homem que merecia o respeito do povo do Brasil. (Palmas.)

É por isso que aqui estou hoje, Presidente Maurício Corrêa, para trazer, em nome do meu Partido – aliás, o Senador Antonio Carlos Magalhães já o fez e, é claro, o Senador Paulo Octávio também –, a palavra de homenagem a um cidadão em favor do qual quero dar, aí, sim, um testemunho.

Nunca apertei a mão do seu avô, nunca vi Juscelino. Guardo dele as imagens que a imprensa registra, os discursos que ouvi gravados, as imagens que vi em filmes, mas nunca tive o prazer de apertar a mão de Juscelino Kubitschek, o galante Juscelino Kubitschek, de quem se conta tanta história interessante; o informal Juscelino Kubitschek, que gostava de retirar os sapatos nas solenidades, mas que, acima de tudo, foi amigo.

Senador Mão Santa, Adolpho Bloch eu o conheci e tive boa amizade com ele. Eu me lembro do carinho com que Adolpho Bloch se referia a Juscelino. Conheci o gabinete onde seu avô despachava ou passava a tarde de trabalho, no prédio de Manchete. Isso não lhe custava um real. Era o produto da amizade de Adolpho Bloch, do reconhecimento de Adolpho Bloch ao homem que ele venerava. Era a forma de reconhecer o estadista que foi Juscelino Kubitschek. Ele era, Presidente Renan, amigo dos amigos, e essa é uma marca muito forte no homem público. Ele foi um estadista que quero reverenciar.

Presidente Maurício Corrêa, quando estive, pela primeira vez, em Buenos Aires, fiquei impactado com

a porta do Banco da Argentina. Era uma porta, D. José Freire, esculpida em bronze, impactante. E, para nós, brasileiros, era humilhante, porque não tínhamos coisa nem parecida. Buenos Aires era uma cidade portentosa, comparada às nossas melhores cidades. Éramos menores do que a Argentina. Quem fez o Brasil muito maior do que a Argentina foi seu avô, Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Por isso, aqui estou, para homenagear o amigo, o estadista, mas para homenagear, acima de tudo, o democrata.

Seu avô, Anna Christina – e esta, talvez, seja a melhor recordação que possamos nós, homens públicos, ter dele –, nunca teve maioria folgada no Congresso. Ele teve a oposição de homens competentes, que lhe faziam oposição com talento. Mas ele pôde governar. Governou e conseguiu tudo o que quis. Não precisou comprar ninguém, porque tinha talento. Era competente, habilidoso e, acima de tudo, um homem que respeitava as instituições.

Por isso tudo é que aqui estou, para, na sua pessoa, reverenciar a memória de um homem que não conheci, mas que eu poderia dizer que é uma das minhas referências na vida pública: Juscelino Kubitschek, o estadista, o amigo, o democrata. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, legítimo representante do Estado de São Paulo.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Ex<sup>mo</sup> Sr. Presidente Renan Calheiros; prezado Governador Joaquim Roriz; meu caro colega no Senado, Ministro e Presidente do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa; prezado Dom José Freire Falcão; Sr<sup>a</sup> Anna Christina Kubitschek; Sr. Desembargador José Jeronimo de Souza, muito já foi dito aqui sobre Juscelino Kubitschek de Oliveira, mas acredito ser importante trazer o testemunho do impacto de Juscelino sobre cada um de nós, como assim o fizeram os Senadores que aqui com ele conviveram.

Eu tinha 19 anos em 1960, quando, estudante, comecei a acompanhar com muita atenção a campanha em que Juscelino despontava como um possível candidato. Eu ficava impressionado com a maneira didática como ele fazia suas exposições, normalmente utilizando um mapa, apontando para as diversas regiões do Brasil e mostrando qual era a sua visão do que poderia ser a nossa Nação.

O Senador Mão Santa mencionou que, naquela oportunidade, não havia televisão, mas talvez não no Piauí. Em São Paulo, lembro-me de ver Juscelino dialogando com o povo. A televisão ainda era em branco

e preto, bastante precária em relação aos aparelhos modernos, mas me lembro perfeitamente de como Juscelino começou a inspirar as pessoas e a entusiasmar jovens como eu a querer bem ao nosso País e a acreditar naquilo que poderíamos realizar.

Ele tomou posse e lembro-me de que, à véspera da inauguração de Brasília, estávamos eu, meus irmãos e meus pais ouvindo o rádio. Eu estava entusiasmado com o que iria se passar em 21 de abril, na inauguração de Brasília, e pedi a meu pai: Puxa, eu gostaria tanto de presenciar o que vai ser a inauguração de Brasília! E ele me deu de presente poder aqui estar. Falei: depois eu me viro lá, porque sei que há amigos que estão ali acampados e tal. Assim, vim para cá, onde passei diversos dias, e pude perceber o entusiasmo das pessoas que haviam partilhado e participado da construção de Brasília, os operários do Núcleo Bandeirantes, mas também daqueles que viam cada edifício, cada prédio.

Passei a ter enorme admiração por Lúcio Costa, que planejou o desenho da cidade, e por Oscar Niemeyer, que construiu este verdadeiro céu, no sentido da beleza, do Senado Federal e do Congresso Nacional, que fez com que tantas pessoas que por aqui passaram por vezes comparassem esta Casa a um céu de reflexão sobre o País e sobre as coisas ora tristes, ora preocupantes, mas também sobre as boas coisas.

Eu gostaria de lhe transmitir, Anna Christina, que o sentimento de brasilidade, de amor à Pátria, de acreditar no Brasil, eu aprendi muito com o seu avô e isso é algo que ficou para sempre como um exemplo para mim e para milhões de brasileiros, hoje.

Meus parabéns! (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet.

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros; Sr. Governador de Brasília, Joaquim Roriz; Reverendíssimo Dom José Freire; Ex<sup>o</sup> Dr. José Jeronimo de Souza, que, nessa Mesa, representa o Poder Judiciário; Senador Maurício Corrêa – permita-me, pois quero incluí-lo como um eterno Senador desta Casa –, senhoras e senhores, vou começar pedindo licença ao Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, porque quero fazer um reparo. A todos os discursos, a partir do de V. Ex<sup>a</sup>, seguido do comovente até discurso do Senador Antonio Carlos Magalhães e de tantos outros que aqui pontificaram, nenhum reparo, só elogios. Porém, pedirei licença ao Senador Maguito Vilela para dizer que não é privilégio de Goiás a paixão por Juscelino Kubitschek de Oliveira. A paixão por Juscelino Kubitschek

de Oliveira é do Brasil inteiro, e é por isso que estou aqui, depois de tantos falarem, para fazer com que a voz de Mato Grosso do Sul também seja ouvida numa das mais importantes homenagens, senão a mais justa e merecida, com toda a certeza, que se presta a um homem público de quem tanto se falou – e já se falou tanto que não temos mais o que falar.

Muitos falaram de reminiscências. Eu as tenho também e quero fazer até algumas comparações. Se o espírito de Juscelino Kubitschek era desenvolvimentista, arrojado, audacioso, de quem quer construir, de quem quer fazer, permitam-me que eu lhes diga que esse espírito continua em Brasília. Precisa ir para outros lugares do Brasil, talvez, mas em Brasília ele continua.

Imagine, Governador Joaquim Roriz, se V. Ex<sup>a</sup> não atendesse à memória de Juscelino Kubitschek e não administrasse a nossa querida Brasília, que ele construiu com seu patriotismo e com seu arrojo, imagine se Brasília fosse administrada olhando eminentemente uma política fiscal, o que seria de nós? Felizmente, Brasília, por quatro vezes, foi governada por V. Ex<sup>a</sup>.

Nessas reminiscências, permita-me que eu diga, Senador Antonio Carlos Magalhães, pois V. Ex<sup>a</sup> não sabe e o Presidente Sarney aqui não está, que quando Juscelino governou o Brasil eu era um estudante no Rio de Janeiro e um frequentador assíduo do Palácio Tiradentes. Se Heráclito Fortes falou no hino do PSD, não foi para discriminar aqueles que pertenciam à UDN ou a outros partidos, porque, no Governo de Juscelino Kubitschek, o embate existia, era um embate de idéias, de partidos fortes, de quem agia com consciência partidária, com vocação democrática. Eu pude, das galerias, dos balcões do Palácio Tiradentes, de manga de camisa, tantas vezes, Senador Antonio Carlos Magalhães, presenciar os grandes debates que lá se travavam em torno do destino do Brasil, em torno da construção de Brasília. Era Vieira de Melo, como Líder do Governo; era Gustavo Capanema; era Fernando Ferrari, do PTB; era Carlos Lacerda, da UDN; Afonso Arinos; Aliomar Baleeiro e tantos outros, mas todos no embate verdadeiramente democrático. E Juscelino, confiante em seu Partido, confiante na força do povo, caminhou resoluto para fazer algo, que também quero aqui lembrar, ao ouvir outros oradores. Sabem o que foi? Apesar de a nossa população reclamar, mas não é verdade, as promessas, as mesmas que muitos fazem em praça pública e que, depois que assumem o poder, se esquecem dos compromissos assumidos perante o povo. Eu não conheço promessa mais arrojada e, na época, mais desacreditada – permitam que eu diga – do que a promessa que Juscelino Kubitschek fez de cumprir a Constituição de 1891, trazendo aqui

para o Planalto Central, a Capital da República, hoje, a nossa querida Brasília. Portanto, ele cumprira a sua palavra. Isso é muito importante ser ressaltado nesta hora e neste momento que o Brasil vive. É de transcendental importância. Por isso, aqui estamos nesta merecida, justa e grande homenagem.

Fui daqueles que, na minha adolescência, na minha juventude militei na corrente do desenvolvimento, na corrente nacionalista. Fui daqueles estudantes que iam às ruas, que tinham ideal, que discutiam os problemas do Brasil, que se reuniam para discutir se era válido ou não construir Brasília, se era certo ou não promover a indústria automobilística, construir estradas, enfim, fazer tudo o que o gênio inigualável de Juscelino Kubitschek legou ao nosso querido Brasil.

Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> marcou meus cinco minutos. Outros, com mais histórias para contar e com maiores dotes, puderam exceder o tempo. Ficarei com os meus cinco minutos e com as reminiscências de minha mocidade, com o ideal da minha mocidade, que foi inspirado por Juscelino Kubitschek, porque eu queria ver a Capital no interior. Eu dizia que era preciso fazer, eu dizia que o Brasil precisava alastrar-se. Não era possível que o Brasil olhasse só para o mar. Existia um outro Brasil: o Brasil da integração nacional, cujo exemplo maior foi Juscelino Kubitschek. Por esse ideal ainda lutamos, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ilustres convidados.

Parece-me que não abracei a neta de Juscelino Kubitschek, que ornamenta esta Mesa. Permitam-me que conte um episódio. Fui procurado por Paulo Octávio, em março. Naquela época, era o Relator do Orçamento, que passaria a vigorar no ano de 1999. Não havia nada para o Memorial JK, que precisava ser revitalizado. Fui procurado. Então, pensei comigo: isso devia constar da peça orçamentária que veio do Poder Executivo para ser apreciada pelo Poder Legislativo; como não consta e o Relator pode, aqui vai uma emenda de Relator, porque não é possível não se ter a casa do maior gênio político – no meu entender, na palavra deste humilde sul-mato-grossense – que o Brasil teve, que foi Juscelino Kubitschek de Oliveira!

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Amir Lando, representante do Estado de Rondônia, como Líder do PMDB no Senado Federal.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros; Dom José Freire Falcão; Desembargador José Jeronymo de Souza; ex-Ministro e Presidente do Supremo Tribunal Federal,

Maurício Corrêa, nosso permanente colega de Senado da República; Governador Joaquim Roriz, que segue os passos desse grande estadista que hoje homenageamos pelo que faz pela Capital da República, dando uma modelagem moderna e uma contínua evolução aos projetos desse que foi seu criador.

Quero saudar a neta do ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, Anna Christina. V. S<sup>a</sup> hoje é o objeto de todas as nossas homenagens, porque representa a alma e, sobretudo, a sucessão deste herói que hoje galga o altar da Pátria.

O nome dos grandes homens não se escreve nas areias das praias nem se esculpe nas lápides e nos rochedos. O nome dos grandes homens, dos heróis e dos pais da Pátria inscreve-se no coração das gerações futuras. Por isso, hoje, numa justa homenagem, reverenciamos aquele que está com o seu nome no coração de todos os brasileiros. Hoje homenageamos os 50 anos de sua posse como Presidente da República.

E por que essa homenagem? Ela é um reconhecimento público, porque a única recompensa dos estadistas é o reconhecimento público. E, se o fizemos, é um preito de gratidão àquele que soube, não administrar a agonia de cada dia, não administrar o caixa de cada mês, desposar os séculos e lançar o Brasil na silhueta do futuro distante. É isso que vemos nesse processo de modernização, porque, se o progresso chegou, ele não chegou para uns poucos, mas para toda a Nação, para que todos os brasileiros pudessem partilhar da grandeza nacional.

O grande homem é aquele que projeta a sociedade para além de seu tempo. E foi isso que Juscelino fez. Juscelino tinha convicção de um projeto de construção nacional. Juscelino tinha um projeto de Brasil, e foi da altura das Alterosas que foi construindo, no dia-a-dia de homem público, mas antes no de jovem pobre, que soube compreender a sociedade em todo o seu perfil, porque nós vemos nele aquele que construiu a grandeza do Brasil, despojadamente, sem nada pensar em si. E esta é a essência da atitude política: pensar nos outros, pensar na Nação, e não pensar em si.

Juscelino percorreu a grandeza de projetos que concebeu, que concebeu porque era um homem devotado à causa de todos, que concebeu do abstrato, mas que foi moldando por uma tenacidade que só a convicção pode ofertar. E, exatamente, para decidir é preciso conhecer, e, para conhecer é preciso estudar, debruçar-se sobre os projetos. Isso fazia Juscelino. Isto é que demanda a todo homem público: conhecer para ter convicção. Ter convicção para decidir. Sem convicção não há decisão. (Palmas.)

Esse é um ponto que queríamos destacar.

E quero trazer para esta Casa o momento em que Juscelino, numa reunião com os Governadores da Amazônia, decidiu construir a Leste-Oeste, a Brasil-Acre. E o que fez ele? Conta-nos, aquele que era o Governador e amigo de Juscelino, o Coronel Paulo Nunes Leal que a construção dessa rodovia por Juscelino foi inspirada por um seringueiro, um morador da estrada de ferro Madeira-Mamoré, lá do Km 172, que, por meio do jornalista Jorge Ferreira, mandou uma carta ao Presidente. E o Presidente soube ouvir um seringueiro abandonado nos confins da floresta como uma estrela perdida na abóbada do céu daquela Amazônia imensa. Essa carta inspirou Juscelino a construir a Leste-Oeste, a Brasil-Acre.

Numa reunião, Juscelino comentava essa carta com o então Governador do Território Federal de Rondônia, mensagem que veio de longe, que veio dos confins da floresta, dos páramos remotos de vasta solidão. De lá ouviu a voz de um brasileiro, dos Raimundos, que eram noventa mil que habitavam o território federal. Hoje 2 milhões ou mais de Raimundos querem, mais uma vez, reconhecer publicamente aqui o preito de gratidão a Juscelino Kubitschek, que fez essa abertura para Oeste e levou a estrada, a que era a BR-029 e hoje é a BR-364, até o Acre, passando pelo Estado de Rondônia. E é exatamente a grandeza da decisão.

JK já havia construído a Belém-Brasília, completando a ligação Sul-Norte. E, nesta reunião, decidiu, de pronto, já no final do seu Governo, realizar esta obra de mais de três mil quilômetros. Nesse momento, quem conta é o próprio Juscelino Kubitschek de Oliveira, em seu livro **Por que construí Brasília**, quando anuncia – e isso não vou ler, vou incluir no meu discurso – aos jornalistas a decisão de que iria construir. Disseram: – “Isso é uma loucura, isso é impossível! Como poderá fazer essa obra que equivale à Belém-Brasília?” Juscelino respondeu: – “Começarei amanhã.” E, na mesma noite, determinou providências junto ao DNER para que fossem tomadas as primeiras medidas. E a BR começou. Nos primeiros meses, seis mil homens trabalhavam e a abertura no meio da floresta foi desenhando o traço que daria ao leito da BR, lembrando as linhas de Rondon da linha telegráfica.

Essa é a atitude de um homem que, numa decisão pronta e acabada, determinou providências e, no dia seguinte, começava a obra. Quem faz exatamente faz a hora. E quem faz realiza com determinação e decisão. Essa é a grandeza de um governante que projetou, determinou e acompanhou pessoalmente a construção da BR-029, e conseguiu inaugurá-la.

Após esse encontro, numa conversa que vale a pena transcrever, o Coronel Nunes Leal disse: Dá para fazer no meio da floresta essa estrada. Mas é uma

obra para muita determinação. Respondeu: – Mas é ‘coisa para macho’ – disse o Coronel Leal. Juscelino encheu o peito – segundo a descrição do próprio Leal – e respondeu: – Pois então vou cravar a imagem do Cruzeiro do Sul no solo pátrio. Isso o que fizeram os dois braços, Norte-Sul, Leste-Oeste. Essa é a grandeza da decisão de um homem que quis fazer, e quem sabe faz a hora.

Por isso, Sr. Presidente, quando reverenciamos o nome desse que desposa os séculos, que vive no coração do povo brasileiro, é pelo que fez; pela sua obra imorredoura, porque a história se escreve sobretudo nos fatos que superam o período da vida, mas que transcende a si própria e ganha sobretudo o respeito das gerações vindouras.

Mas Juscelino, no final de tudo o que fez pelo Brasil, também foi injustiçado. Eu poderia dizer que Juscelino, no final, morreu só, como o cerne dentro da casca de uma árvore velha. Mas morreu só como o cerne da decência, da dignidade, da determinação de construir uma nação para todos os brasileiros, dentro de uma visão democrática da potencialidade e da grandeza do Brasil. Juscelino morreu só, mas somente para demonstrar a todos nós que quem faz o Brasil não interessa nada para si, mas interessa ao povo brasileiro.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, nobre Senador Demóstenes Torres, também valoroso representante do Estado de Goiás.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, Sr. Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, Srs. Representantes da Família do Presidente Juscelino Kubitschek, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Senhoras e Senhores, falar de Juscelino Kubitschek, como todos aqui já puderam compreender, é uma tarefa até certo ponto fácil, por ser um político com tantas características favoráveis, um homem com experiência de vida riquíssima, com a administração modelar e que acabou inspirando toda uma leva de políticos no Brasil. Falar de JK é uma tarefa aparentemente fácil, porque, na realidade, todos aqui já disseram sobre quem era Juscelino Kubitschek. Mais que tudo, representava um estilo de fazer política, porque fazer política hoje se tornou algo pesado, algo carrancudo. O político é um homem sisudo. Não é aquele que tem a possibilidade de compreender a dor do ser humano.

Há até uma música muito famosa que Chico Buarque acabou gravando, segundo a qual: “A dor da

gente não sai no jornal”. E Juscelino tinha essa capacidade de entender.

Sou novo no Senado. Tive a oportunidade de conviver com algumas pessoas que conviveram com JK. Mais que o Juscelino da televisão, mais que o Juscelino do cinema, existiu o Juscelino da vida real, o Juscelino cativante, o Juscelino expressivo, o homem que tinha o sorriso no rosto e, mais do que o sorriso, tinha a alma do brasileiro expressa no seu semblante.

Juscelino foi um vencedor porque mais do que se preparar para ser um vencedor ele se preparou para ser um homem comum. E é isso que nós políticos do Brasil deveríamos entender.

Juscelino teve a capacidade de compreender que havia dois países dentro de um mesmo País, e teve a capacidade de mudar a rota de desenvolvimento para fazer com que esse Brasil atrasado se aproximasse do Brasil desenvolvido.

Juscelino era um homem cordial, um homem que Sérgio Buarque de Holanda certamente não se inspirou nele, até porque a edição é anterior, mas era um homem que representava o Brasil, representava o brasileiro. Aqui nós temos um grande administrador na Mesa, mais que um grande administrador, na ativa, o Governador Joaquim Roriz. Tenho certeza de que ele se inspirou em muito do seu trabalho na obra administrativa de Juscelino Kubitschek.

Quero dizer a todas as senhoras e a todos os senhores: hoje o Brasil precisa de novo de um novo Juscelino Kubitschek, de um homem que vai fazer este País voltar à sua vocação; que não teve medo de enfrentar a inflação, a Oposição; que passou por algumas tentativas de golpe militar, mas que foi capaz de perdoar.

Juscelino era um grande administrador, porque era também um político que sabia unir. O Senador Antonio Carlos Magalhães, certa feita, teve oportunidade de me relatar que Juscelino, quando perdeu o mandato, estava em uma situação muito delicada. Quase sempre quem vem depois quer desfazer a obra do que esteve anteriormente ocupando aquele posto. E tentaram isso com JK. Tentaram, mas não conseguiram, porque hoje aqueles que o detrataram estão esquecidos. E Juscelino está permanentemente na memória do brasileiro.

Mas o Senador Antonio Carlos Magalhães dizia que, naquele momento difícil, fora um dos poucos que puderam consolar o Presidente. Ele e a sua família sofreram muito. É claro que não podemos mais fazer com que Juscelino não tenha mágoas, até porque acredito que ele não tinha, pois era um homem muito grande para, apesar de todas as dificuldades, guardar esse sentimento. Mas se ele não pode hoje ouvir o que es-



tamos falando, ao menos fisicamente, a sua família e os seus amigos tenham a certeza de que ele estará sempre presente no Brasil grande. Juscelino pregava o Brasil país do futuro, e hoje não precisamos mais do Brasil país do futuro. Nós precisamos do Brasil país do presente. Na realidade, nós precisamos de Juscelino Kubitschek. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Os Srs. Senadores Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Flexa Ribeiro e a Sr<sup>a</sup> Senadora Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa alusivos ao presente evento, para serem publicados na forma do art. 203, combinado com o inciso 1 e § 2º do art. 210, ambos do Regimento Interno do Senado Federal.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu gostaria de saudar a iniciativa do Senador Paulo Otávio, que requereu esta homenagem aos 50 anos da posse de Juscelino Kubitschek de Oliveira na Presidência da República.

Muitas vezes fiquei a me perguntar por que Juscelino Kubitschek foi um dos Presidentes mais populares do Brasil. O que levou à construção desse carinho coletivo que nos fascina? Se hoje perguntarmos para os jovens e crianças de 12, 13, 14, 15 anos quem foi JK, a resposta com certeza virá com força e consciência de uma geração que nasceu num País que há 20 anos convive lado a lado com uma senhora chamada democracia.

Homem de personalidade marcante, sonhou um Brasil moderno e industrializado, onde os brasileiros pudessem ter orgulho da terra em que nasceram. Queria um Brasil Pátria. Um Brasil nação. Um Brasil respeitado. E, para tanto, não mediu esforços: o plano de metas 50 anos em 5, estradas, portos, indústrias, empregos, a construção de Brasília, e tantos outros.

Podemos dizer que seu governo de 1956 a 1960 foi um divisor de águas que impulsionou o País e colocou estas terras na agenda internacional nas nações co-irmãs.

Mas, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o que mais me encanta os olhos, sem dúvida, foi a visão que Juscelino tinha sobre o salário mínimo. Naquele período os trabalhadores brasileiros recebiam o maior salário mínimo da história. Mais alto até que no governo Vargas. Dados atualizados indicam que o valor do salário mínimo de JK representaria hoje R\$750,00. Juscelino encampou o salário mínimo como instrumento fundamental para distribuição de renda em nosso País.

Hoje, o Congresso Nacional, por meio da Comissão Mista do Salário Mínimo, da qual sou Relator,

está debatendo a construção de uma política efetiva de recuperação de compra para o salário mínimo. Estamos conversando e buscando sugestões com toda a sociedade para que tenhamos em 2006 um projeto de lei para os futuros aumentos do salário mínimo.

Oxalá nos dê forças e inspiração em Juscelino Kubitschek.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (PSB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, autoridades aqui presentes, Senhores Familiares, não é nada fácil falar de Juscelino Kubitschek de Oliveira; porque não é fácil falar de um estadista. Citar exaustivamente as obras e grandes feitos de JK não representam o que é ser um homem público estadista. Diante do subdesenvolvimento e desigualdade social que ainda assolam o povo brasileiro pode parecer estranho falar de “um estadista brasileiro”, pois alguns cientistas políticos falam que nós esperamos por um “pai protetor”, um homem que “resolva todos e definitivamente os nossos problemas”. E na verdade ser um estadista é encarar os problemas e começar por resolvê-los. Ser estadista é ser o homem público que faz a diferença no momento de crise. É apagar o fogo da crise, caminhando junto com a nação para a tranquilidade e o progresso social e econômico.

JK é um estadista. O Brasil, ainda assombrado com o suicídio político de Getúlio Vargas em 1954 e da forte pressão udenista contra as eleições (e sua impugnação a todo e qualquer candidato considerado getulista), se uniu ao PSD e o PTB para eleger no ano seguinte para presidente da república Juscelino Kubitschek de Oliveira! Mineiro, ex-prefeito de Belo Horizonte durante o Estado Novo, ex-deputado e governador de Minas Gerais e para vice, João Goulart, o ministro do trabalho de Getúlio, agora erigido à condição de líder do nacionalismo e do trabalhismo getulista.

JK obteve 36% dos votos, representava principalmente os setores da classe média, da indústria e do setor financeiro, além de boa parte dos representantes dos Estados mais atrasados, tendo à frente os peessedistas mineiros. Juarez Távora, aliado de Getúlio até 1937 e lançado pelo Partido Democrata Cristão, com apoio da UDN, obteve 30% dos votos, seguido do ex-interventor de São Paulo, Adhemar de Barros, chefe do Partido Social Progressista, com 26%. O menos votado foi o integralista Plínio Salgado, de extrema-direita, com 8%.

Derrotada, a UDN, ao lado de uma organização direitista, a Cruzada Brasileira Anticomunista, tentou impedir a posse dos eleitos, apelando para as Forças Armadas – “que tem nas mãos a força para decidir a questão”, segundo Carlos Lacerda. Como nos diz o

historiador Boris Fausto a “Banda de Música” dos udenistas, referindo-se aos agressivos bacharéis udenistas, argumentava mais uma vez que os eleitos (o argumento só era utilizado após os resultados) deveriam ter a maioria absoluta dos votos. Os argumentos para o golpe também eram no sentido de que os eleitos “eram criminosos da pior espécie e enganaram o povo com o dinheiro que lhe roubou”; além de JK ter “apoio de comunistas” e de um eleitorado “formado pela massa ignorante, sofredora, desiludida”. Como notaram vários historiadores e aqui cito Caio Prado Júnior, tratava-se na verdade de um comportamento típico de muitos liberais na história do Brasil: derrotados nas eleições e sem penetração popular, recorriam à intervenção dos militares para “salvar a democracia”.

A tentativa de golpe foi neutralizada pelo legalismo do ministro da Guerra, General Henrique Lott, que defendia a posse dos eleitos. Afastado do governo por motivo de saúde, Café Filho foi substituído pelo presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, um pessedista dissidente e aparentemente ligado aos conspiradores. Ao tomar conhecimento de sua demissão pelo novo presidente, o General Lott mobilizou o Comando do Exército no Rio, ocupou prédios públicos, estações de rádio e jornais e cercou as bases aéreas e navais envolvidas no movimento. Era o contragolpe. O estado de sítio foi decretado, sendo o presidente do Senado, Nereu Ramos, indicado para o governo até a posse de JK. Carlos Luz, Lacerda e outros se refugiaram na Baía de Guanabara, a bordo do cruzador Tamandaré.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores e autoridades, a crise do início dos anos 50 oferecia alguns ensinamentos. O primeiro deles era que seria impossível prosseguir o desenvolvimento do país sem a criação interna de um setor de bens de capital, o setor principal da economia, capaz de sustentar e dinamizar a totalidade da produção industrial. O segundo, que os recursos necessários não poderiam originar-se do aumento da taxa de exploração da força de trabalho, sob pena de se voltar a uma nova crise social e política. O plano de metas do governo JK visava romper esse estrangulamento, realizando a substituição de importações nos setores de bens de capital e bens de consumo duráveis. Para o primeiro setor, os recursos continuariam sendo fornecido pelo Estado através principalmente de novas emissões de papéis e de empréstimos externos. O Estado voltou a investir maciçamente no setor de construção de estradas e de Brasília; e na indústria de base novas siderurgias (Usiminas e Cosipa), ampliação da capacidade produtiva da Petrobrás, construção de usinas hidrelétricas e outros empreendimentos.

A expansão do setor de bens de consumo duráveis, o de maior lucratividade e que deveria atender à crescente demanda interna, se faria pela internacionalização da economia, abrindo-a ao capital estrangeiro. A Instrução 113 da antiga Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC, criada pelo ministro do Governo Café Filho, Eugênio Gudin, era a chave desta abertura: aproveitando-se da disponibilidade de capitais estrangeiros, ela franqueava a estes a importação sem cobertura cambial, de máquinas e equipamentos, com a condição apenas de se associarem ao capital nacional. Portanto, por essa medida as empresas estrangeiras aqui estabelecidas podiam adquirir máquinas no exterior sem se sujeitarem aos leilões de dólares para importação no Brasil. Sem dúvida que a isenção cambial ajudou o Brasil a sair da crise, muito embora mitigando o capital nacional que tinha que se associar ao estrangeiro.

Aos poucos grandes empresas internacionais transferiram para o Brasil parte de sua tecnologia já obsoleta nas matrizes. Os investimentos concentravam-se principalmente nas indústrias de eletrodomésticos, de aparelhos eletrônicos, em algumas indústrias de máquinas, equipamentos e comunicações e, especialmente, na automobilística: Volkswagen (investimento alemão), Simca (francês), Willys Overland (norte-americano) – esta última com apoio quase total do BNDES.

Não se pode perder de vista também que o momento histórico mundial era de expansão das potências do chamado Primeiro Mundo e do imperialismo econômico.

Os primeiros efeitos da estratégia desenvolvimentista logo apareceram. Criando mercado para diversas indústrias e barateando o fornecimento de matérias-primas e insumos industriais, os investimentos estatais dinamizaram a economia, que entrou em novo e vigoroso ciclo de crescimento. Eram os 50 anos em 5 como prometera JK.

Prenunciado nos discursos do candidato, o clima reinante nos primeiros anos de governo era de entusiasmo e confiança ilimitada na “aspiração social nova”. A industrialização era apresentada, tal e qual nos anos 30, como a chave para a emancipação de todos e conquista do bem-estar geral. Brasília, a nova capital, cuja construção JK audaciosamente (e tipicamente de um estadista) iniciou, representava o “sinal dos novos tempos”. Começa aqui o pequeno, mas infeliz, momento de calvário de JK. É que sem dúvida que as empresas, gerando renda e emprego, lucraram e cresceram com todos os investimentos surgidos...e com elas surgiram as acusações ao governo de negociatas e de corrupção.

Aproveito a oportunidade deste meu pronunciamento para falar um pouco de uma época. E o foco que dou é o do desenvolvimentismo. O desenvolvimentismo tornava-se bandeira de consideráveis setores brasileiros, que não se preocupavam com a expansão estrangeira. A nova orientação tinha, no entanto, a oposição de forças nacionalistas e de esquerda e dividia setores intelectuais e técnicos ligados ao governo. No Instituto Superior de Estudos Brasileiros, uma das instituições formuladoras da ideologia nacionalista, um grupo de intelectuais rompia com a direção, aderindo à nova formulação do desenvolvimento, propondo um nacionalismo “sadio” e não “xenófobo”. A maioria continuava defendendo um desenvolvimento sob a liderança da “burguesia nacional”, não percebendo que esta, em sua maioria, associava-se ao capital estrangeiro, aderindo ao desenvolvimentismo.

Presente nos discursos de JK e nos principais documentos do governo, a ideologia desenvolvimentista teria grande influência na história política do país. Não só funcionou como poderoso instrumento da indústria contra os tradicionais agrários, como, durante muito tempo, influenciou parte das análises sobre a sociedade brasileira.

A forma como se deu o desenvolvimentismo afetaria profundamente a economia brasileira, já marcada pela dependência externa e pelas acentuadas desigualdades. Baseados em padrão tecnológico dos europeus e norte-americanos os novos ramos industriais (automóveis, eletrodomésticos, têxteis sintéticos, etc.), absorviam limitadamente a mão-de-obra disponível e acentuava o caráter concentracionista e internacionalizado da economia brasileira. Por outro lado, sem dúvida que as camadas altas, médias e alguns de baixa renda passaram a ter acesso aos novos produtos da indústria moderna. A própria classe trabalhadora teve os salários aumentados em termos absolutos, pois entre 1955 a 1959 o salário mínimo elevava-se a 15%; muito embora a participação da classe trabalhadora na expansão econômica, em termos relativos, fosse decrescente.

Em 1958, a inflação, resultante das intensas emissões necessárias à política de investimentos estatais e de crédito, atingia um nível elevado. Em decorrência dos empréstimos externos e da deteriorização do valor das exportações primárias, o déficit da balança de pagamentos chegava a 4% da produção nacional. Receosos de que a economia fosse à insolvência, os credores internacionais, tendo como porta-voz o FMI, condicionava a concessão de novos empréstimos à adoção de uma política “austera” de estabilização. Esta requeria, porém, contenção dos salários e o fim dos

subsídios à importação de produtos essenciais, como gasolina e o trigo.

O Presidente JK, ao final do seu governo tinha, de fato, compromisso com o desenvolvimento industrial, daí porque fez a opção pelo prosseguimento do programa desenvolvimentista, embora fosse gerador de inflação (que em 1961 chegou a 25%), e também rompeu com o FMI e a sua proposta de política de arrocho salarial e fim dos subsídios.

Hoje em dia dizer que JK se recusou a implementar a política econômica austera e que não racionalizou a economia via uma verdade cambial (com o fim dos subsídios cambiais a importação) pode soar como uma ofensa. E estaria sendo desagradável nesse momento em que o Senado lhe presta homenagem. Mas isso seria uma meia verdade. Afinal é real o fato de que JK queria voltar a presidência da república para continuar as obras do seu governo. Como falei no início desse meu pronunciamento, estadista é aquele que revela o problema e toma as rédeas de uma Nação para o seu caminhar, especialmente nos momentos de crise. É verdade que se pode apontar erros e acertos na política econômica de JK, e isso não o fará menor.

Crescia nos anos de JK o debate sobre o desenvolvimento nacional – o verdadeiro dilema desta Nação em saber como se desenvolver. E, infelizmente, esse debate ficou parado pelos anos de chumbo do regime militar. Assim, foi necessário retomar todo o ciclo: Primeiro, redemocratizar uma sociedade e instituições que viviam em um regime de força. Segundo, estancar a inflação galopante. Terceiro, tomar os rumos do desenvolvimento.

De várias formas JK está sendo aqui lembrado. Com humildade, que é a virtude presente em JK, trago para esse momento de homenagem um foco muito específico de JK que ainda perdura como dilema no Brasil desse séc XXI: O desenvolvimento nacional! Temos muito que aprender com a nossa história, especialmente quando falamos de desenvolvimento, especialmente quando estamos muito mais do que prestando homenagens a esse homem que foi Juscelino Kubitschek de Oliveira. Estamos nos reencontrado. Estamos nos redescobrimos. Não é preciso descobrir novamente a roda. É preciso aprender com a história. E a história do estadista JK tem muito o que nos ensinar.

Era o que eu tinha a dizer

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores: É profundamente tocante participar de uma Sessão Solene em homenagem a Juscelino Kubitschek. É notável verificar que esta Casa, na tarde de hoje, dedica-se a refletir sobre o legado deixado pelo diamantinense, que marcou a história deste País.

Não podemos pensar o futuro brasileiro sem formarmos massa crítica sobre o período que vai de 31 de janeiro de 1956 a 30 de janeiro de 1961. A história encarregou-se de tornar o governo de Juscelino, com seu notável desenvolvimento econômico e industrial, verdadeiro paradigma, almejado por todos os governantes e cidadãos brasileiros.

Juscelino tornou-se padrão de excelência, olhado com um quê de nostalgia, em momento em que a economia brasileira patina e gira em falso, se comparada à dos demais países em desenvolvimento.

Sr. Presidente, já manifestei desta tribuna, mais de uma vez, minha preocupação quando percebo que jornais brasileiros e periódicos estrangeiros atentam para o crescimento do País muito aquém das necessidades de justiça social que devemos ao povo brasileiro.

Juscelino, bom mineiro que era, jamais correu o risco de perder o bonde ou o trem da história. Kubitschek sintetizava, em sua figura pública, tanto o sonhador, o visionário que enxerga possibilidades onde os outros só vêem dificuldades, quanto o realizador, capaz de traçar metas, objetivos bem definidos, e não poupar esforços para cumpri-los.

Este pronunciamento não seria capaz de abranger, minimamente, a vastidão da obra de Juscelino. Uma tarde de homenagens tampouco conseguiria fazer jus às contribuições indelévels do brasileiro que, pelo trabalho infatigável e pelo amor ao país, transformou a economia, a política e, mesmo, a geografia do Brasil.

Reconhecendo as lacunas inevitáveis que haverá ao enumerarmos alguns dos feitos de JK, gostaria de ressaltar, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, algumas das várias contribuições de Juscelino à Região Norte e ao Estado do Pará.

A ênfase na integração rodoviária do Norte – em que a construção da Rodovia Belém-Brasília é exemplo evidente – revela o caráter estratégico que as riquezas e potencialidades da Região possuíam no governo de JK. Lea Sayão, filha do engenheiro Bernardo Sayão, um dos principais responsáveis pela construção da rodovia, disse, certa vez, que o nome Belém-Brasília, e não o contrário, Brasília-Belém, não é acidental: revela a firme intenção de Juscelino de interligar a capital paraense e as demais comunidades amazônicas ao centro-sul do País.

A rodovia BR-010, inaugurada em janeiro de 1960, com 2.080 km, quebrou o secular isolamento físico, exceto por via marítima, de toda a Amazônia com o resto do Brasil. Com a Belém-Brasília, como passou a ser mais conhecida e carinhosamente chamada, iniciou-se a integração da região amazônica ao sistema econômico brasileiro, trazendo-lhe os benefícios advindos do progresso brasileiro.

Além disso, a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), no ano de 1953 durante o Governo de Getúlio Vargas em Belém do Pará, continuou a dar frutos na gestão de Juscelino Kubitschek.

Várias indústrias foram instaladas durante o mandato de JK. Mas, acredito, que a importante implementação de Juscelino para a Amazônia foi a Rodobras, autarquia responsável pela conclusão da Belém – Brasília e vinculada à SPVEA. Sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente, a Rodobras foi a responsável pelo fim do isolamento amazônico.

É certo que o fator decisivo que motivou Juscelino a desbravar o Estado do Pará foi o de resolver, de forma perene, definitiva, as dificuldades de transporte que havia entre a Região Norte e o resto do País. Juscelino buscava inaugurar ciclo virtuoso que abrangesse os Estados e os, então, territórios federais da região amazônica.

Juscelino foi um dos principais pioneiros da história do desenvolvimento paraense e amazônico. Nesse sentido, vale citar o seguinte trecho da obra **Cinquenta Anos em Cinco: Meu Caminho para Brasília**, da lavra de nosso homenageado. Dizia Juscelino: “Há quem confunda pioneiro com bandeirante, já que ambos fazem do desbravamento sua atividade habitual. Entretanto, uma diferença enorme os distancia. O bandeirante descobre e passa à frente. Sua sina é avançar. Finca um marco. Poda uma árvore. Faz um monte de pedras. É tudo o que deixa, como sinal de sua passagem, para os que virão depois. Já o pioneiro é influenciado pela atração da terra. Descobre e fica. É um símbolo que se projeta através de um ânimo de permanência. E do seu ânimo brotam valores duradouros (...)”.

É esse espírito, é essa visão de um presente que se projeta para o futuro, que explica, também, a abertura da rodovia federal até o Acre, em busca da fronteira ocidental, ou da Brasília-Fortaleza, cortando o território de forma diagonal no rumo do Nordeste. A criação da Zona Franca de Manaus, em 1957, é outro exemplo eloqüente do tirocínio político de Kubitschek: não é viável conceber desenvolvimento nacional sem a transformação qualitativa da economia e da sociedade dos povos amazônicos.

Em suas memórias, Juscelino demonstra estar ciente da necessidade de executar política de integração nacional que se estenda até a Bacia do Araguaia, até a ilha do Bananal, localizada na foz do velho e caudaloso Araguaia. Foi esse o sentido da “Operação Bananal”, compreendida no último ano de seu governo.

Com JK, mudaram-se os paradigmas e as prioridades. Relegados, até então, a segundo plano, nordestinos e nortistas passaram a fazer parte de uma

estratégia nacional de superação dos desníveis gritantes entre o desenvolvimento do Norte e o do Sul do Brasil. Nesse ponto, Brasília sintetiza o enorme esforço – mais atual que nunca – de fazermos convergir, nesse imenso território nacional, os interesses de todas as regiões.

O investimento maciço no setor de transportes do Governo Juscelino, efetuado de forma planejada, sem o açodamento de medidas emergenciais tão comuns hoje em dia, serve para mostrar que o saudoso Presidente não descansava no sonho dourado da integração nacional: buscava efetivá-la com recursos e com medidas arrojadas que faziam empalidecer os detratores.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a homenagem que o Senado faz à memória de Juscelino, justíssima, serve para lembrar a diferença que faz o exercício de liderança política imbuída de um projeto, de uma agenda para o País. O carismático diamantinense, pé-de-vela e seresteiro, deixou muita saudade.

Mas deixou, também, a belíssima lição de que a esperança na construção de um Brasil mais desenvolvido e socialmente mais justo se faz com planejamento minucioso, muito trabalho e perseverança.

Muito obrigado.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, comemorar os 50 anos da posse de Juscelino Kubitschek de Oliveira como vigésimo presidente do Brasil é uma honra para todos nós, que somos neste momento, representantes do povo brasileiro, a quem JK se referia como “a força propulsora” de nosso país.

Seu governo, marcado pelo progresso, pelo desenvolvimento econômico, social e cultural, tem sido exemplo para gerações de políticos de todos os partidos.

Assim como Juscelino, o verdadeiro político luta a vida inteira para concretizar um ideal, superando desafios e barreiras e negando-se a concessões fáceis.

A construção de Brasília foi o ápice de seu governo, a maior lembrança que o país dele preserva.

Patrimônio da humanidade, resguardada na memória e na arquitetura, representou e representa o compromisso do presidente Juscelino com a democracia e o desenvolvimento econômico, capazes de gerar a justiça social pela qual tanto ansiava.

Seus cinco anos de governo ficaram conhecidos como a “Era JK”. O próprio presidente Juscelino, ao anunciar seu programa de administração, afirmou que pretendia que aqueles cinco anos representassem 50, tal seu entusiasmo e ousadia com os projetos que começava a pôr em prática.

O Plano de Metas, que incluiu a mecanização da agricultura, e, por extensão, a expansão da indústria automobilística, foi uma estratégia acertada.

Setores como energia, transportes e indústrias de base receberam grandes incentivos e investimentos, o que foi fundamental para o processo de industrialização do país.

Ao final do governo JK o Brasil era outro, e, apesar das críticas, a população sabia que não havia mais chance de retrocesso. O progresso chegara e ia ficar.

O resultado de todo seu entusiasmo e de uma administração realmente inovadora foi que entre 1956 e 1960 a economia brasileira cresceu, em média, 8,1%. A produção nacional de petróleo multiplicou por 15; o Produto Interno Bruto industrial cresceu em média 10,7% ao ano.

O presidente Juscelino virou símbolo de uma era de democracia e prosperidade e até hoje é lembrado com admiração e respeito por homens públicos e pela população em geral.

Mas foi o mineiro simples e ao mesmo tempo o grande estadista quem deixou as maiores lembranças.

Juscelino Kubitschek de Oliveira foi menino do interior, nascido em Diamantina, filho de um caixeiro viajante e de uma professora.

Sempre quis ser médico, ajudar os outros. Homem do povo venceu pelo estudo, pelo trabalho e pela inabalável força de vontade.

Foi prefeito de Belo Horizonte, deputado federal e governador de Minas Gerais.

Ameaçado de não assumir por setores das Forças Armadas, soube, posteriormente, garantir-lhes a anistia, num gesto que só os grandes homens sabem ter.

Democrata, governou para todos, sempre procurando ouvir a todos. Sua base parlamentar garantiu-lhe realizar sua maior obra, que foi a construção de Brasília.

Durante os cinco anos em que Juscelino Kubitschek de Oliveira foi presidente da República, o Brasil viveu a democracia no sentido maior da palavra.

A Nação compreendeu que política se faz com honestidade, respeito e integridade.

Mais do que tudo, o Brasil de JK herdou a sua fé no povo simples e humilde que forma esta grande Nação.

Em seu discurso aos trabalhadores, quando da inauguração de Brasília, Juscelino resumiu a essência da alma brasileira, quando afirmou: “falais pouco, apenas o suficiente, pois o sofrimento vos tornou homens sérios, graves. Não é por palavras e aplausos

que manifestais o vosso agrado e o entusiasmo que vos possui: é pela ação”.

Creio, Sr. Presidente, senhoras e senhores parlamentares, que esta é a grande lição que mais uma vez devemos recordar, nesta homenagem ao presidente Juscelino Kubitschek: sua crença inabalável no povo brasileiro.

É esta fé que deve ser permanente na trajetória de cada homem público que deseja servir ao seu país como JK o fez, há 50 anos, e que por isso hoje recebe esta respeitosa homenagem do Senado Federal.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Esta Presidência designa Comissão para dar continuidade às comemorações pela passagem dos 50 anos da posse de Juscelino Kubitschek como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil.

Designo os Srs. Senadores Paulo Octávio, José Sarney, Antonio Carlos Magalhães e Pedro Simon.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Entre outras, faço algumas sugestões para essas comemorações: a reimpressão ou a republicação da sua principal obra, o livro **Por Que Construí Brasília?**; organizar uma trilogia sob o título geral “JK – político, parlamentar e presidente”, reunindo a produção parlamentar do ex-presidente e o seu famoso plano de metas; e lançar o Prêmio JK, voltado para estudantes de graduação e pós-graduação, prêmio em dinheiro a ser outorgado em janeiro, ainda no atual biênio.

Para tanto, já fiz as devidas recomendações ao 1º Secretário da Mesa do Senado Federal, Senador Efraim Morais, e ao Diretor-Geral, Dr. Agaciel da Silva Maia.

Agradeço às autoridades civis, militares, religiosas e diplomáticas e às personalidades que nos honraram com suas presenças.

Agradeço às autoridades que compuseram a Mesa: o Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, o Governador Joaquim Roriz, o Governador Marconi Perillo, Dom Falcão e nosso querido ex-ministro Maurício Corrêa.

Agradeço, especialmente, homenageando toda a família, a presença da Anna Christina, que é presidente do Museu Juscelino Kubitschek, esposa desse querido amigo, Senador Paulo Octávio, e filha da nossa saudosa Deputada e Vice-Governadora do Distrito Federal, Márcia Kubitschek.

Muito obrigado a todos.

Muito obrigado, Juscelino. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Suspendo a sessão por cinco minutos.

*(Suspensa às 17 horas e 54 minutos, a sessão é reaberta às 19 horas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está reaberta a sessão.

Sobre a mesa, expediente que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

## AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

- Nº 6/2006, de 6 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.345, de 2005, da Senadora Roseana Sarney.
- Nº 9/2006, de 4 do corrente, da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.198, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.
- Nº 17/2006, de 11 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.170, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos.
- Nº 20/2006, de 12 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando informações parciais em resposta ao Requerimento nº 1.221, de 2005, do Senador José Jorge.
- Nº 21/2006, de 12 do corrente, do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.244, de 2005, do Senador Osmar Dias.
- Nº 21/2006, de 12 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.318, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros.
- Nº 25/2006, de 11 do corrente, da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 540, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.
- Nº 55/2006, de 13 do corrente, do Ministro da Justiça, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.316, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros.
- Nº 298/2005, de 30 de dezembro último, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.313, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros.

**AVISO  
DA SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE  
PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DA  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

- Nº 1/2006, de 3 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.308, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros.

**OFÍCIOS  
DE MINISTROS DE ESTADO**

- Nº 1/2006, de 4 do corrente, do Ministro da Educação, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 880, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.
- Nº 2/2006, de 9 do corrente, do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.315, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros.
- Nº 5/2006, de 12 do corrente, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.311, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros.
- Nº 9/2006, de 12 do corrente, do Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.314, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros.
- Nº 9/2006, de 13 do corrente, do Ministro do Esporte, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.319, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros.
- Nº 11/2006, de 16 do corrente, do Ministro do Esporte, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.270, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.
- Nº 16/2006, de 12 do corrente, do Ministro da Ciência e Tecnologia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.304, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros.
- Nº 32/2006, de 10 do corrente, do Ministro do Trabalho e Emprego, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.323, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros.
- Nº 33/2006, de 10 do corrente, do Ministro do Trabalho e Emprego, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.220, de 2005, do Senador José Jorge.

- Nº 271/2006, de 12 do corrente, do Ministro das Cidades, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 936, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.
- Nº 410/2006, de 6 do corrente, do Ministro do Controle e da Transparência, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.224, de 2005, do Senador Flexa Ribeiro.
- Nº 442/2005, de 28 de dezembro último, do Ministro da Educação, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 877, de 2005, da Comissão de Educação.
- Nº 478/2005, de 1º de dezembro último, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.095, de 2005, do Senador Romero Jucá.

**AVISO  
DO MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES**

- Nº 338/2005, de 21 de dezembro último, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 766, de 2005, do Senador João Capiberibe.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência comunica ao Plenário que as informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

A resposta ao **Requerimento nº 1.095, de 2005**, foi juntada, em cópia, ao processado do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005, que volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A resposta ao **Requerimento nº 1.170, de 2005**, foi juntada, em cópia, ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2004 – Complementar (que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 343, de 2003; 2 e 146, de 2004- Complementares), que volta à Comissão de Assuntos Econômicos.

A resposta ao **Requerimento nº 877, de 2005**, foi juntada, em cópia, ao processado do Aviso nº 57, de 2002, que volta à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Os referidos requerimentos vão ao arquivo, salvo o **Requerimento nº 1.221, de 2005**, que aguardará a complementação das informações solicitadas, bem como o **Requerimento nº 1.224, de 2005**, que está à disposição do Requerente, ambos na Secretaria-Geral da Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Of nº 1/06/PS-GSE

Brasília, 18 de janeiro de 2006

Assunto: Comunica que o Projeto de Lei de Conversão nº 31/05 foi convertido em lei

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que foi aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2005 (MPv 261/05), o qual “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Previdência Social e de Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 933.400.000,00 (novecentos e trinta e três milhões e quatrocentos mil reais) para os fins que especifica”.

2. Comunico, outrossim, que o citado projeto foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, tendo se convertido na Lei nº 11.266, de 10 de janeiro de 2006.

3. Na oportunidade, encaminho a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que o mesmo foi convertido.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro Secretário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com referência ao expediente que acaba de ser lido, o Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2005 proveniente da Medida Provisória nº 261, de 2005, volta à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

Of Nº 5/06/PS-GSE

Brasília, 19 de janeiro de 2006

Assunto: comunica envio de PL à sanção presidencial

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovada a Emenda oferecida por essa Casa ao Projeto de Lei nº 735, de 2003, da Câmara dos Deputados (PLC nº 87/03), o qual “Altera a redação dos arts. 165, 277 e 302 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro-Secretário.

OF Nº 45/06/PS-GSE

Brasília, 24 de janeiro de 2006

Assunto: comunica que o PLS nº 233/01 foi convertido em lei

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que foi aprovado o Projeto de Lei nº 6.386, de 2002 (nº 233/01 no Senado Federal), o qual “Denomina “Aeroporto de Palmas/TO – Brigadeiro Lysias Rodrigues” o Aeroporto de Palmas, no Estado do Tocantins”.

2. Comunico, igualmente, que o citado projeto foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, tendo se convertido na Lei nº 11.192, de 16 de novembro de 2005.

3. Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro-Secretário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

OF Nº 46/06/OS-GSE

Brasília, 24 de janeiro de 2006

Assunto: comunica que PLV nº 27/05 foi convertido em lei

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que foi aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2005 (MPV nº 259/05), o qual “Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003; altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.”.

2. Comunico, outrossim, que o citado projeto foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, tendo se convertido na Lei nº 11.204, de 5 de dezembro de 2005.

3. Na oportunidade, encaminho a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como có-



pia da mensagem e do texto da lei em que o mesmo foi convertido.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**,  
Primeiro-Secretário.

Of nº 47/06/PS-GSE

Assunto: comunica que PLV nº 30/05 foi convertido em lei

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que foi aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2005 (MPV nº 260/05), o qual “Abre crédito extraordinário ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa e, em conseqüência, também ao Orçamento de Investimento, em favor da Infraero, no valor de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) para os fins que especifica”.

2. Comunico, outrossim, que o citado projeto foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, tendo se convertido na Lei nº 11.206, de 15 de dezembro de 2005.

3. Na oportunidade, encaminho a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que o mesmo foi convertido.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**,  
Primeiro-Secretário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com referência aos expedientes que acabam de ser lidos, os Projetos de Lei de Conversão nºs 27 e 30, de 2005 provenientes das Medidas Provisórias nºs 259 e 260, de 2005, respectivamente, uma vez que se esgotou o prazo da Comissão Mista, previsto no art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, as matérias vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

OF GLPMDB Nº 24/2006

Brasília, 31 de janeiro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Valmir Amaral, como membro suplente, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI, em vaga cedida pelo PMDB.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**,  
Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência designa o Sr. Senador Valmir Amaral como suplente para compor a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

OF GLPMDB Nº 28/2006

Brasília, 31 de janeiro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Gilvam Borges, como titular, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**,  
Líder do PMDB.

OF GLPMDB Nº 28/2006

Brasília, 31 de janeiro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, Comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Maguito Vilela, como membro titular na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em substituição ao Senador Ney Suassuna. Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

Ofício nº 17/Plen

Brasília, 31 de janeiro de 2006

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim indicar como titular, o Deputado Eduardo Valverde – PT/RO em substituição ao Deputado Assis Miguel do Couto – PT/PR que passará a ocupar suplência da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Atenciosamente, – Deputado **Henrique Fontana**, Líder do PT.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

**REQUERIMENTO Nº 76, DE 2006**

Requeiro, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno, que seja inserido em ata voto de pesar pelo falecimento de Coretta Scott King, ocorrido nesta terça feira, 31 de janeiro 2006, viúva e inspiradora de Martin Luther King nas lutas e transformações raciais americana, manteve acesa a luta do marido e emprestou-se a causa com a dignidade a ela inerente, dando crédito ao ditado popular que diz “Ao lado de um grande homem está sempre uma grande mulher”. Cidadã americana mundialmente respeitada, certamente o mundo perde como perde todo os cidadãos amantes da paz e da justiça social. E nos termos do art. 221, inciso I, a apresentação de condolências à seus familiares.

Sala das Sessões, 31 de janeiro de 2006. – Senador **Paulo Paim**.

**REQUERIMENTO Nº 77, DE 2006**

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal requeiro seja consignado voto de aplauso à Cidade de Balneário Camboriú, como patrocinadora pelo “Mundialito de Fast Triathlon Feminino” e à Rede Globo de Televisão, realizadora do evento, disputado no dia 29 de janeiro de 2006, em Balneário Camboriú, Santa Catarina.

**Justificação**

Balneário Camboriú – Santa Catarina, promoveu no domingo passado, em sua praia central, o “Mundialito de Fast Triathlon Feminino”, reunindo aproximadamente 36 mil pessoas.

O “Mundialito de Fast Triathlon” faz parte dos Jogos Mundiais de Verão da Rede Globo, realizadora do evento, que contou com o patrocínio da Prefeitura de Balneário Camboriú, Wizard, Oi, Goodyear e Sedex juntamente com co-patrocínio da Ativo.com e Gu Energy Gel. A produção e a organização foram da Gayotto Marketing Esportivo.

O evento foi transmitido ao vivo para todo o Brasil e também para o exterior pela Rede Globo, no Esporte Espetacular e a disputa ocorreu em três baterias de 250 metros de natação, 4.000 metros de ciclismo e 1.400 metros de corrida, com pausas pequenas para descanso.

As atletas Carla Moreno, Mariana Ohata e Sandra Soldan conquistaram para o Brasil o tetracampeonato do “Mundialito”.

Canadá chegou em segunda e a República Tcheca em terceira posição.

Além das provas femininas houve a seletiva para a definição do time brasileiro ao “Mundialito Masculino” que ocorrerá no dia 5 de março em Florianópolis – Santa Catarina.

Em reconhecimento e agradecimento a esse sensacional evento propomos o presente voto de aplauso.

Sala das Sessões, 31 de janeiro de 2006. – Senador **Leonel Pavan**.

**REQUERIMENTO Nº 78, DE 2006**

**Requer Voto de Aplauso ao jornalista Paulo Nogueira, que fez de VIP uma das maiores revistas do País, que, neste ano, completa 25 aos de existência e da qual ele, seu editor, se afasta para novos desafios.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao jornalista Paulo Nogueira, o editor que fez de **VIP** uma das mais importantes revistas do Brasil e da qual ele se afasta espontaneamente, para novos desafios.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e à direção da revista **VIP**, da Editora Abril.

**Justificação**

Paulo Nogueira, jornalista, tem em seu currículo a transformação de VIP, então uma publicação sobre lazer de executivos, numa grande revista nacional, ampliando seu enfoque. Neste ano, a revista comemora suas bodas de prata. E dela se retira espontaneamente o vitorioso editor, que parte para novos empreendimentos na área. Como escreve o diretor de redação de VIP, Paulo Nogueira, o Paulinho, “vai deixar saudades e vai fazer falta”. Paulo Nogueira merece, por tudo isso, o Voto de Aplauso que proponho ao Plenário do Senado da República.

Sala das Sessões, 31 de janeiro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará os votos solicitados. O requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, DE 2006**

**Estabelece incentivo fiscal de dedução do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas a empresas que fizerem doações de materiais para uso em programas governamentais de habitação popular.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei, nos termos dos arts. 2º a 4º, estabelece incentivo fiscal que faculta a dedução de percentual do Imposto sobre a Renda devido, para as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, referente a doações por elas efetuadas a programas governamentais de habitação popular.

Art. 2º A pessoa jurídica tributada pelo Imposto sobre a Renda com base no lucro real poderá deduzir, até o máximo de cinco por cento do imposto devido, na forma do regulamento, observado o disposto no § 4º do art. 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, cinquenta por cento do valor das doações de materiais consistentes em matéria-prima ou produto acabado, efetivamente realizadas no período de apuração, para uso em programas governamentais de habitação popular, a cargo da União, de Estados, do Distrito Federal ou de Municípios.

Art. 3º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. A dedução de que trata esta Lei produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 3º.

#### Justificação

Um dos maiores problemas com que se defronta o Brasil é, sem dúvida, o da moradia popular. De acordo com dados censitários, convivemos hoje com um déficit habitacional de 6,5 milhões de unidades, acrescido, a cada ano, de cerca de quatrocentas mil novas carências.

É relevante frisar que, desde 1995, o conceito de “déficit habitacional”, antes impreciso, encontra-se definido em estudo da Fundação João Pinheiro, órgão do governo do Estado de Minas Gerais, cuja metodologia foi incorporada pelo IBGE. Nos termos desses estudos, as situações que configuram “déficit habitacional” são as seguintes: moradia edificada em condições fisicamente precárias; co-habitação (mais de uma família por domicílio); deterioração do prédio pela ação do tempo; e aluguel excessivo (mais de 30%) em relação à renda familiar.

Nada menos que 92% do déficit apurado concentram-se nas famílias com renda inferior a cinco salários mínimos mensais, exatamente aquelas que, por não poderem arcar com os ônus dos financiamentos regulares, demandam subsídios do Poder Público. Presentes nos orçamentos fiscais da União nos últimos exercícios, os aportes de recursos, a fundo perdido, em programas de habitação popular, embora crescentes, alcançam pouco mais de quinhentos mil beneficiários por ano, o que mal cobre o crescimento do próprio déficit em igual período, sem, contudo, reduzi-lo.

A presente proposição tem, assim, o objetivo de permitir que esse grave problema social deixe de ser enfrentado apenas pelas próprias populações carentes que contam, quando contam, com escasso auxílio do Poder Público – e passe a agregar a participação do empresariado, com base em mecanismos de incentivo fiscal. Nos termos do projeto, 50% do valor de doações em materiais destinados à construção de moradias populares no âmbito de programas governamentais poderá converter-se em dedução do Imposto sobre a Renda, até o limite de cinco por cento do tributo devido.

Estamos certos de que tal mecanismo estimulará a participação solidária da iniciativa privada, parceira importante na ingente tarefa de assegurar a todos os brasileiros a efetividade do direito à moradia, preceito inscrito no art. 60 da Carta Constitucional de 1988.

Sala das Sessões, 31 de janeiro de 2006. – Senadora **Maria do Carmo Alves**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.430, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996

**Dispõe sobre a Legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências.**

O Presidente da República,  
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

#### CAPÍTULO I

#### Pagamento por Estimativa

Art. 2º A pessoa jurídica sujeita a tributação com base no lucro real poderá optar pelo pagamento do Imposto, em cada mês, determinado sobre base de cálculo estimada, mediante a aplicação, sobre a receita bruta Auferida mensalmente, dos percentuais de que trata o art. 15 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 29 e nos arts. 30 a 32, 34 e 35 da Lei nº 8.981, de 20 de

janeiro de 1995, com as alterações da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995.

.....  
 § 4º Para efeito de determinação do saldo de imposto a pagar ou a ser compensado, a pessoa jurídica poderá deduzir do imposto devido o valor:

I – dos Incentivos fiscais de dedução do imposto, observados os limites e prazos fixados na legislação vigente, bem como o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995;

II – dos Incentivos fiscais de redução e isenção do imposto, calculados com base no lucro da exploração;

III – do imposto de renda pago ou retido na fonte, incidente sobre receitas computadas na determinação do lucro real;

IV – do imposto de renda pago na forma deste artigo.

.....  
 Brasília, 27 de dezembro de 1996; 175º da Independência e 108º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Pedro Malan.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,  
 DE 4 DE MAIO DE 2000

**Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.**

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei Complementar:

**CAPÍTULO I**  
**Disposições Preliminares**

Art. 1º Esta lei complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

.....  
**SEÇÃO III**  
**Da Lei Orçamentária Anual**

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias, e com as normas desta lei complementar:

.....  
 II – será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

**CAPÍTULO III**  
**Da Receita Pública**

**SEÇÃO I**  
**Da Previsão e da Arrecadação**

.....  
 Art. 12 As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.

§ 3º O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

.....  
**SEÇÃO II**  
**Da Renúncia de Receita**

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário – financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

.....  
 Art. 74. Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 75. Revoga-se a Lei Complementar nº 96, de 31 de maio de 1999.

Brasília, 4 de maio de 2000; 179º da Independência e 112º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Pedro Malan – Martus Tavares.**

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

SEÇÃO II  
**Dos Orçamentos**

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

Brasília, 5 de outubro de 1988. – **Ulysses Guimarães**, Presidente – **Mauro Benevides**, 1º Vice-Presidente – **Jorge Arbage**, 2º Vice-Presidente – **Marcelo Cordeiro**, 1º Secretário — **Mário Maia**, 2º Secretário – **Arnaldo Faria de Sá**, 3º Secretário – **Benedita da Silva**, 1º Suplente de Secretário, – **Luiz Soyer**, 2º Suplente de Secretário – **Sotero Cunha**, 3º Suplente de Secretário – **Bernardo Cabral**.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e despachado à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2006**

**Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro –, com a finalidade de instituir Permissão Especial para Dirigir, destinada aos menores com idade entre dezesseis e dezoito anos, nas condições que especifica.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 140 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se como § 1º o parágrafo único existente:

Art. 140. ....

§ 2º Aos menores com idade entre dezesseis e dezoito anos que preenchem os requisitos especificados nos incisos II e III do **caput** poderá ser concedida Permissão Espe-

cial para Dirigir, nas condições estabelecidas nos arts. 160-A à 160-D. (NR)

Art. 2º A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 160-A à 160-D, e 291-A:

Especial para Dirigir de que trata o § 2º do art. 140 se sujeita às seguintes condições:

I – destina-se exclusivamente à condução de veículos abrangidos pela categoria B de habilitação, conforme definida no inciso II do art. 143 deste Código;

II – será obtida mediante aprovação do candidato em exames a serem realizados de acordo com regulamentação do Contran;

III – terá prazo máximo de validade de dois anos, extinguindo-se automaticamente ao atingir o portador a maioria.

Art. 160-B. O portador de Permissão Especial para Dirigir somente poderá conduzir veículo Automotor acompanhado de um dos pais ou responsável legal, devidamente habilitado para dirigir há, no mínimo, três anos.

Art. 160-C. É vedada ao portador de Permissão Especial para Dirigir a condução de veículo no exercício de qualquer atividade remunerada.

Art. 160-D. Atingida a maioria, o portador de Permissão Especial para Dirigir deverá submeter-se aos exames e procedimentos previstos no processo regular de habilitação de condutores, conforme estabelecido pelo Contran.

Art. 291-A. Aplicam-se ao ato infracional cometido ao volante por menor com idade entre dezesseis e dezoito anos de idade as disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), sem prejuízo das penalidades de suspensão ou proibição de obter a permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor, na forma prevista no Capítulo XIX deste Código.

Art. 3º O art. 161 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se como § 1º o parágrafo único existente:

Art. 161. ....

§ 2º A prática de infração de trânsito sujeita o portador de Permissão Especial para Dirigir às penalidades e medidas administrativas previstas para os demais condutores. (NR)

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

O Código de Trânsito Brasileiro exige do candidato à habilitação para conduzir veículo automotor à condição de imputabilidade penal. Isso faz com que milhares de jovens, independentemente do grau de maturidade de cada um, fiquem impedidos de dirigir enquanto não atingirem a idade de dezoito anos.

Ora, todos sabem que a juventude vem, ao longo das últimas décadas, passando por enormes transformações, fruto do qual o amadurecimento individual ocorre de forma cada vez mais precoce. Não por outra razão, sucessivos direitos vêm sendo conquistados e gradativamente estendidos aos adolescentes a partir dos dezesseis anos – exatamente aquele contingente de indivíduos dos quais até bem pouco se dizia não terem maturidade suficiente para votar.

É freqüente associar-se a ocorrência de acidentes de trânsito à presença de menor ao volante. Mesmo nessas circunstâncias, não se pode extrair a certeza da incapacidade ou do despreparo do jovem para a função. Na realidade, o que esses acidentes revelam é a ausência de treinamento adequado à condução de veículo em condições seguras, já que, dirigindo irregularmente, os jovens condutores não passaram pelo necessário processo de aprendizado e avaliação com vistas à habilitação. Trata-se, a propósito, de um processo extremamente rigoroso e eficiente. Graças à extensa pauta de exigências estabelecidas no Código de Trânsito, que envolve uma bateria de cursos de formação, testes e exames diversos, o processo consegue evitar a ingresso nas vias públicas de motoristas despreparados, inclusive do ponto de vista psicológico.

Com a presente iniciativa, pretendemos assegurar aos jovens a partir de dezesseis anos a possibilidade de dirigir e a chance de provar que podem fazê-lo com competência e serenidade, sem riscos para a segurança do trânsito, nem ameaças à sociedade. Ainda assim, não descuida a proposição de envolver, no exercício do novo direito conquistado, a intensa vigilância dos pais ou responsáveis legais dos jovens condutores abrangidos pela medida, cuja presença no veículo será obrigatória sempre que o menor estiver ao volante. Por isso mesmo, exige-se simultaneamente desses acompanhantes que sejam habilitados para conduzir veículo automotor há pelo menos três anos.

Aos pais ou responsáveis legais dos menores, caberá responder civilmente por todo e qualquer dano a que der causa o motorista principiante. Já pelas práticas tipificadas no Código como crime de trânsito res-

ponderá o próprio infrator, da forma que a sociedade e o estado de direito consideram adequada aos adolescentes, nos termos da legislação específica.

Acreditamos que o projeto ora submetido à apreciação dos nobres parlamentares contribui para o aperfeiçoamento da legislação de trânsito e para sua adequação aos padrões atuais de comportamento predominantes entre os jovens. Em razão disso, esperamos receber o apoio necessário a sua aprovação.

Sala das Sessões, 31 de janeiro de 2006. – Senador **Gilvam Borges**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

### Institui o Código de Trânsito Brasileiro

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

### CAPÍTULO XIV Da Habilitação

Art. 140. A habilitação para conduzir veículo automotor e elétrico será apurada por meio de exames que deverão ser realizados junto ao órgão ou entidade executivos do Estado ou do Distrito Federal, do domicílio ou residência do candidato, ou na sede estadual ou distrital do próprio órgão, devendo o condutor preencher os seguintes requisitos:

I – ser penalmente imputável;

II – saber ler e escrever;

III – possuir Cadeira de Identidade ou equivalente.

Parágrafo único. As informações do candidato à habilitação serão cadastradas no Renach.

Art. 143. Os candidatos poderão habilitar-se nas categorias de **A** a **E**, obedecida a seguinte gradação:

I – Categoria A – condutor de veículo motorizado de duas ou três rodas, com ou sem carro lateral;

II – Categoria B – condutor de veículo motorizado, não abrangido pela categoria A, cujo peso bruto total não exceda a três mil e quinhentos quilogramas e cuja lotação não exceda a oito lugares, excluído o do motorista;

III – Categoria C – condutor de veículo motorizado utilizado em transporte de carga, cujo peso bruto total exceda a três mil e quinhentos quilogramas;

IV – Categoria D – condutor de veículo motorizado utilizado no transporte de passageiros, cuja lotação exceda a oito lugares, excluído o do motorista;

V – Categoria E – condutor de combinação de veículos em que a unidade tratora se enquadre nas Categorias B, C ou D e cuja unidade acoplada, reboque, semi-reboque ou articulada, tenha seis mil quilogramas ou mais de peso bruto total, ou cuja lotação exceda a oito lugares, ou, ainda, seja enquadrado na categoria trailer.

§ 1º Para habilitar-se na categoria C, o condutor deverá estar habilitado no mínimo há um ano na categoria B e não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias, durante os últimos doze meses.

§ 2º Aplica-se o disposto no inciso V ao condutor da combinação de veículos com mais de uma unidade de tração, independentemente da capacidade de tração ou do peso bruto total.

Art. 160. O condutor condenado por delito de trânsito deverá ser submetido a novos exames para que possa voltar a dirigir, de acordo com as normas estabelecidas pelo Contran, independentemente do reconhecimento da prescrição, em face da pena concretizada na sentença.

§ 1º Em caso de acidente grave, o condutor nele envolvido poderá ser submetido aos exames exigidos neste artigo, a juízo da autoridade executiva estadual de trânsito, assegurada ampla defesa ao condutor.

§ 2º No caso do parágrafo anterior, a autoridade executiva estadual de trânsito poderá apreender o documento de habilitação do condutor até a sua aprovação nos exames realizados.

Art. 161. Constitui infração de trânsito a inobservância de qualquer preceito deste Código, da legislação complementar ou das resoluções do Contran, sendo o infrator sujeito às penalidades e medidas administrativas indicadas em cada artigo, além das punições previstas no Capítulo XIX.

Parágrafo único. As infrações cometidas em relação às resoluções do Contran terão suas penalidades e medidas administrativas definidas nas próprias resoluções.

## CAPÍTULO XIX Dos Crimes de Trânsito

### SEÇÃO I Disposições Gerais

Art. 291. Aos crimes cometidos na direção de veículos automotores, previstos neste Código, aplicam-se as normas gerais do Código Penal e do Código de Processo Penal, se este Capítulo não dispuser

de modo diverso, bem como a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, no que couber.

Parágrafo único. Aplicam-se aos crimes de trânsito de lesão corporal culposa, de embriaguez ao volante, e de participação em competição não autorizada o disposto nos arts. 74, 76 e 88 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Art. 292. A suspensão ou a proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor pode ser imposta como penalidade principal, isolada ou cumulativamente com outras penalidades.

Art. 293. A penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação, para dirigir veículo automotor, tem a duração de dois meses a cinco anos.

§ 1º Transitada em julgado a sentença condenatória, o réu será intimado a entregar à autoridade judiciária, em quarenta e oito horas, a Permissão para Dirigir ou a Cadeira de Habilitação.

§ 2º A penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor não se inicia enquanto o sentenciado, por efeito de condenação penal, estiver recolhido a estabelecimento prisional.

Art. 294. Em qualquer fase da investigação ou da ação penal, havendo necessidade para a garantia da ordem pública, poderá o juiz, como medida cautelar, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público ou ainda mediante representação da autoridade policial, decretar, em decisão motivada, a suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor, ou a proibição de sua obtenção.

Parágrafo único. Da decisão que decretar a suspensão ou a medida cautelar, ou da que indeferir o requerimento do Ministério Público, caberá recurso em sentido estrito, sem efeito suspensivo.

Art. 295. A suspensão para dirigir veículo automotor ou a proibição de se obter a permissão ou a habilitação será sempre comunicada pela autoridade judiciária ao Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, e ao órgão de trânsito do Estado em que o indiciado ou réu for domiciliado ou residente.

Art. 296. Se o réu for reincidente na prática de crime previsto neste Código, o juiz poderá aplicar a penalidade de suspensão da permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor, sem prejuízo das demais sanções penais cabíveis.

Art. 297. A penalidade de multa reparatória consiste no pagamento, mediante depósito judicial em favor da vítima, ou seus sucessores, de quantia calculada com base no disposto no § 1º do art. 49 do Código Penal, sempre que houver prejuízo material resultante do crime.

§ 1º A multa reparatória não poderá ser superior ao valor do prejuízo demonstrado no processo.

§ 2º Aplica-se à multa reparatória o disposto nos arts. 50 a 52 do Código Penal.

§ 3º Na indenização civil do dano, o valor da multa reparatória será descontado.

Art. 298. São circunstâncias que sempre agravam as penalidades dos crimes de trânsito ter o condutor do veículo cometido a infração:

I – com dano potencial para duas ou mais pessoas ou com grande risco de grave dano patrimonial a terceiros;

II – utilizando o veículo sem placas, com placas falsas ou adulteradas;

III – sem possuir Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação;

IV – com Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação de categoria diferente da do veículo;

V – quando a sua profissão ou atividade exigir cuidados especiais com o transporte de passageiros ou de carga;

VI – utilizando veículo em que tenham sido adulterados equipamentos ou características que afetem a sua segurança ou o seu funcionamento de acordo com os limites de velocidade prescritos nas especificações do fabricante;

VII – sobre faixa de trânsito temporária ou permanentemente destinada a pedestres.

Art. 299. (VETADO)

Art. 300. (VETADO)

Art. 301. Ao condutor de veículo, nos casos de acidentes de trânsito de que resulte vítima, não se imporá a prisão em flagrante, nem se exigirá fiança, se prestar pronto e integral socorro àquela.

## SEÇÃO II

### Dos Crimes em Espécie

Art. 302. Praticar homicídio culposo na direção de veículo automotor:

Penas – detenção, de dois a quatro anos, e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

Parágrafo único. No homicídio culposo cometido na direção de veículo automotor, a pena é aumentada de um terço à metade, se o agente:

I – não possuir Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação;

II – praticá-lo em faixa de pedestres ou na calçada;

III – deixar de prestar socorro, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à vítima do acidente;

IV – no exercício de sua profissão ou atividade, estiver conduzindo veículo de transporte de passageiros.

Art. 303. Praticar lesão corporal culposa na direção de veículo automotor:

Penas – detenção, de seis meses a dois anos e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

Parágrafo único. Aumenta-se a pena da um terço à metade, se ocorrer qualquer das hipóteses do parágrafo único do artigo anterior.

Art. 304. Deixar o condutor do veículo, na ocasião do acidente, de prestar imediato socorro à vítima, ou, não podendo fazê-lo diretamente, por justa causa, deixar de solicitar auxílio da autoridade pública:

Penas – detenção, de seis meses a um ano, ou multa, se o fato não constituir elemento de crime mais grave.

Parágrafo único. Incide nas penas previstas neste artigo o condutor do veículo, ainda que a sua omissão seja suprida por terceiros ou que se trate de vítima bom morte instantânea ou com ferimentos leves.

Art. 305. Afastar-se o condutor do veículo do local do acidente, para fugir à responsabilidade penal ou civil que lhe possa ser atribuída:

Penas – detenção, de seis meses a um ano, ou multa.

Art. 306. Conduzir veículo automotor, na via pública, sob a influência de álcool ou substância de efeitos análogos, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem:

Penas – detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

Art. 307. Violar a suspensão ou a proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor imposta com fundamento neste Código:

Penas – detenção, de seis meses a um ano e multa, com nova imposição adicional de idêntico prazo de suspensão ou de proibição.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre o condenado que deixa de entregar, no prazo estabelecido no § 1º do art. 293, a Permissão para Dirigir ou a Carteira de Habilitação.

Art. 308. Participar, na direção de veículo automotor, em via pública, de corrida, disputa ou competição automobilística não autorizada pela autoridade competente, desde que resulte dano potencial à incolumidade pública ou privada:

Penas – detenção, de seis meses a dois anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

Art. 309. Dirigir veículo automotor, em via pública, sem a devida Permissão para Dirigir ou Habilitação ou, ainda, se cassado o direito de dirigir, gerando perigo de dano:



Penas – detenção, de seis meses a um ano, ou multa.

Art. 310. Permitir, confiar ou entregar a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada, com habilitação cassada ou com o direito de dirigir suspenso, ou, ainda, a quem, por seu estado de saúde, física ou mental, ou por embriaguez, não esteja em condições de conduzi-lo com segurança:

Penas – detenção, de seis meses a um ano, ou multa.

Art. 311. Trafegar em velocidade incompatível com a segurança nas proximidades de escolas, hospitais, estações de embarque e desembarque de passageiros, logradouros estreitos, ou onde haja grande movimentação ou concentração de pessoas, gerando perigo de dano:

Penas – detenção, de seis meses a um ano, ou multa.

Art. 312. Inovar artificialmente, em caso de acidente automobilístico com vítima, na pendência do respectivo procedimento policial preparatório, inquérito policial ou processo penal, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, a fim de induzir a erro o agente policial, o perito, ou juiz:

Penas – detenção, de seis meses a um ano, ou multa.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo, ainda que não iniciados, quando da inovação, o procedimento preparatório, o inquérito ou o processo aos quais se refere.

.....  
**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**Casa Civil**

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

**Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.**

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....  
**TÍTULO III**  
**Da Prática de Ato Infracional**

**CAPÍTULO I**  
**Disposições Gerais**

Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.

Art. 104. São penalmente imputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta lei.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei, deva ser considerada a idade do adolescente à data do fato.

Art. 105. Ao ato infracional praticado por criança corresponderão as medidas previstas no art. 101.

**CAPÍTULO II**  
**Dos Direitos Individuais**

Art. 106. Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.

Parágrafo único. O adolescente tem direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão, devendo ser informado acerca de seus direitos.

Art. 107. A apreensão de qualquer adolescente e o local onde se encontra recolhido serão incontinentemente comunicados à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.

Parágrafo único. Examinar-se-á, desde logo e sob pena de responsabilidade, a possibilidade de liberação imediata.

Art. 108. A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias.

Parágrafo único. A decisão deverá ser fundamentada e basear-se em indícios suficientes de autoria e materialidade, demonstrada a necessidade imperiosa da medida.

Art. 109. O adolescente civilmente identificado não será submetido a identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, salvo para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada.

**CAPÍTULO III**  
**Das Garantias Processuais**

Art. 110. Nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal.

Art. 111. São asseguradas ao adolescente, entre outras, as seguintes garantias:

I – pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente;

II – igualdade na relação processual, podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e produzir todas as provas necessárias à sua defesa;

III – defesa técnica por advogado;

IV – assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei;

V – direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente;

VI – direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.

**CAPÍTULO IV**  
**Das Medidas Sócio-Educativas**

**SEÇÃO I**  
**Disposições Gerais**

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I – advertência;
- II – obrigação de reparar o dano;
- III – prestação de serviços à comunidade;
- IV – liberdade assistida;
- V – inserção em regime de semi-liberdade;
- VI – internação em estabelecimento educacional;
- VII – qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

§ 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

§ 2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado.

§ 3º Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições.

Art. 113. Aplica-se a este Capítulo o disposto nos arts. 99 e 100.

Art. 114. A imposição das medidas previstas nos incisos II a VI do art. 112 pressupõe a existência de provas suficientes da autoria e da materialidade da infração, ressalvada a hipótese de remissão, nos termos do art. 127.

Parágrafo único. A advertência poderá ser aplicada sempre que houver prova da materialidade e indícios suficientes da autoria.

**SEÇÃO II**  
**Da Advertência**

Art. 115. A advertência consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada.

**SEÇÃO III**  
**Da Obrigação de Reparar o Dano**

Art. 116. Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.

Parágrafo único. Havendo manifesta impossibilidade, a medida poderá ser substituída por outra adequada.

**SEÇÃO IV**  
**Da Prestação de Serviços à Comunidade**

Art. 117. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

Parágrafo único. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a freqüência à escola ou à jornada normal de trabalho.

**SEÇÃO V**  
**Da Liberdade Assistida**

Art. 118. A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

§ 1º A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

§ 2º A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.

Art. 119. Incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros:

I – promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social;

II – supervisionar a freqüência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula;

III – diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho;

IV – apresentar relatório do caso.

**SEÇÃO VI**  
**Do Regime de Semi-liberdade**

Art. 120. O regime de semi-liberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.

§ 1º São obrigatórias a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade.

§ 2º A medida não comporta prazo determinado aplicando-se, no que couberem, as disposições relativas à internação.

### SEÇÃO VII Da Internação

Art. 121. A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

§ 1º Será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário.

§ 2º A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses.

§ 3º Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos.

§ 4º Atendido o limite estabelecido no parágrafo anterior, o adolescente deverá ser liberado, colocado em regime de semi-liberdade ou de liberdade assistida.

§ 5º A liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade.

§ 6º Em qualquer hipótese a desinternação será precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público.

Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando:

- I – tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;
- II – por reiteração no cometimento de outras infrações graves;
- III – por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

§ 1º O prazo de internação na hipótese do inciso III deste artigo não poderá ser superior a três meses.

§ 2º. Em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada.

Art. 123. A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.

Parágrafo único. Durante o período de internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas.

Art. 124. São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes:

- I – entrevistar-se pessoalmente com o representante do Ministério Público;
- II – peticionar diretamente a qualquer autoridade;

III – avistar-se reservadamente com seu defensor;

IV – ser informado de sua situação processual, sempre que solicitada;

V – ser tratado com respeito e dignidade;

VI – permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável;

VII – receber visitas, ao menos, semanalmente;

VIII – corresponder-se com seus familiares e amigos;

IX – ter acesso aos objetos necessários à higiene e asseio pessoal;

X – habitar alojamento em condições adequadas de higiene e salubridade;

XI – receber escolarização e profissionalização;

XII – realizar atividades culturais, esportivas e de lazer.

XIII – ter acesso aos meios de comunicação social;

XIV – receber assistência religiosa, segundo a sua crença, e desde que assim o deseje;

XV – manter a posse de seus objetos pessoais e dispor de local seguro para guardá-los, recebendo comprovante daqueles porventura depositados em poder da entidade;

XVI – receber, quando de sua desinternação, os documentos pessoais indispensáveis à vida em sociedade.

§ 1º Em nenhum caso haverá incomunicabilidade.

§ 2º A autoridade judiciária poderá suspender temporariamente a visita, inclusive de pais ou responsável, se existirem motivos sérios e fundados de sua prejudicialidade aos interesses do adolescente.

Art. 125. E dever do Estado zelar pela integridade física e mental dos internos, cabendo-lhe adotar as medidas adequadas de contenção e segurança.

### CAPÍTULO V Da Remissão

Art. 126. Antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, o representante do Ministério Público poderá conceder a remissão, como forma de exclusão do processo, atendendo às circunstâncias e conseqüências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional.

Parágrafo único. Iniciado o procedimento, a concessão da remissão pela autoridade judiciária importará na suspensão ou extinção do processo.

Art. 127. A remissão não implica necessariamente o reconhecimento ou comprovação da responsabilidade;

de, nem prevalece para efeito de antecedentes, podendo incluir eventualmente a aplicação de qualquer das medidas previstas em lei, exceto a colocação em regime de semi-liberdade e a internação.

Art. 128. A medida aplicada por força da remissão poderá ser revista judicialmente, a qualquer tempo, mediante pedido expresso do adolescente ou de seu representante legal, ou do Ministério Público.

.....  
**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 9, DE 2006**

#### **Altera o Regimento Interno do Senado Federal para dispor sobre a votação, mediante acesso eletrônico remoto, em caso de ausência justificada de senador.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. Será considerado ausente o Senador cujo nome não conste da lista de comparecimento, salvo quando se tratar de:

- I – licença;
- II – representação a serviço da Casa;
- III – missão política ou cultural de interesse parlamentar aprovada pela Mesa, obedecido o disposto no art. 40;

IV – outros casos justificados de ausência, desde que sejam acatados pela Mesa,

§ 1º O painel do Plenário será acionado nas sessões deliberativas e deverá conter o nome do senador ausente em razão do disposto nos incisos II, III e IV do **caput**, desde que comunique previamente o seu interesse em participar da discussão ou votação, mediante acesso eletrônico remoto.” (NR)

Art. 2º. O art. 292 do Regimento Interno passa a vigorar acrescido de parágrafo único com a seguinte redação:

“Art. 292. ....

Parágrafo único. Poderá participar da votação o Senador que tenha sua ausência justificada em conformidade com este Regimento, desde que seja adotada a providência prevista no § 1º, do art. 13”. (NR)

Art. 3º As garantias de segurança eletrônica contra fraude e violação do sigilo do voto deverão ser rigorosamente observadas na implementação desta resolução.

Art. 4º A votação do senador justificadamente ausente submete-se, no que couber, às normas regimentais aplicáveis à votação em Plenário, exceto quanto ao disposto nesta Resolução.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

#### **Justificação**

A crescente complexidade da civilização, intensificada no início deste terceiro milênio, vem impondo às atividades humanas a necessidade do processamento eletrônico de dados, o qual está presente, hoje em dia, nas mais mezinhas operações comerciais, financeiras ou mesmo no lazer das crianças.

O Congresso Nacional, como espelho da sociedade, não poderia ficar à margem desse processo e, por essa razão, já dispõe de equipamento eletrônico de votação, que, inexplicavelmente, não é utilizado de modo eficiente.

De outro lado, a atividade parlamentar não se resume à presença em Plenário da Casa. Há constante necessidade de o parlamentar deslocar-se para outros locais, até mesmo fora do País, para exercer o seu trabalho, seja como integrante de comissão, seja como representante da instituição em foros e debates de interesse para a sociedade brasileira.

Nesses deslocamentos, o parlamentar pode acompanhar o que se passa no Congresso Nacional, pois as facilidades de comunicação em face da rede mundial de computadores (internet), da TV Senado, e, eventualmente, dos recursos de videoconferência, permitem-lhe interagir, em tempo real, com os seus pares e com a Mesa, com vistas aos trabalhos e votações em andamento no plenário da Casa.

Assim, é o nosso objetivo, mediante este projeto, propor que em caso de ausência justificada de senador, nos casos previstos no art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, possa ele exercer o seu direito de voto nas matérias submetidas à deliberação do Plenário, desde que a Mesa aceite o seu pedido de votação por meio de acesso eletrônico remoto.

Nesse caso, caberá à Mesa prover sistema de segurança eletrônica de transmissão de dados protegido contra fraude e violação do sigilo de voto, tal como já vem sendo adotado, com eficácia, nas operações bancárias e comerciais pela internet.

Ademais, o resultado da votação de um colegiado numericamente reduzido – com apenas oitenta e um votos, no máximo —, permite aos próprios sena-

dores e líderes partidários perceber como votou cada um dos participantes da deliberação e atestar a lisura do processo. Desse modo, poderemos evitar que em votação de matérias complexas e polêmicas não seja possível contar com a participação de senadores que, justificadamente, estejam ausentes do Plenário.

Acreditamos que a proposição seja acolhida pelos nossos pares, em razão de não haver empecilhos técnicos para a sua adoção, consoante informação do Prodasen, e por ir ao encontro da valorização do Senado Federal, dos parlamentares e da modernidade.

Sala das Sessões, 31 de janeiro de 2006 – Senador **Marcelo Crivella**.

## RESOLUÇÃO Nº 93, DE 1970

### Regimento Interno do Senado Federal.

Art. 13. Será considerado ausente o senador cujo nome não conste da lista de comparecimento, salvo se em licença, ou em representação a serviço da Casa ou, ainda, em missão política ou cultural de interesse parlamentar, previamente aprovada pela Mesa, obedecido o disposto no art. 40.

§ 1º O painel do plenário será acionado nas sessões deliberativas.

§ 2º Considerar-se-á ainda ausente o senador que, embora conste da lista de presença das sessões deliberativas, deixar de comparecer às votações, salvo se em obstrução de clara da por líder partidário ou de bloco parlamentar. (NR)

Art. 292. Na votação, serão adotados os seguintes processos:

I – ostensiva:

a) simbólico;

b) nominal;

II – secreta:

a) eletrônico;

b) por meio de cédulas;

c) por meio de esfera.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência comunica ao Plenário que fica aberto o prazo de cinco dias úteis para o recebimento de emendas, perante a Mesa, para o Projeto de Resolução nº 9, de 2006.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

### REQUERIMENTO Nº 79, DE 2006.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento, ocorrido dia 27 último, na cidade de Olinda, do Senador Nivaldo Machado, que integrou a representação do Estado de Pernambuco nesta Casa, no período de março de 1985 a abril de 1987, pelo Partido da Frente Liberal; da decisão, solicito seja dado conhecimento à esposa, Senhora Maria Carmelita Martins Machado, aos filhos Antônio Carlos, Nivaldo Filho e Paulo Henrique, bem como à Prefeitura e à Câmara Municipal de Olinda, e à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.

Sala das Sessões, 31 de janeiro de 2006. – Senador **Marco Maciel** – Senador **José Jorge**.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará o voto solicitado. O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

### REQUERIMENTO Nº 80, DE 2006

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 396, de 2005 que, “Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para disciplinar as relações de consumo realizadas por meio eletrônico”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Sala das Sessões, 31, de janeiro de 2006. – Senador **Gerson Camata**.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255 do Regimento Interno do Senado Federal.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

### REQUERIMENTO Nº 81, DE 2006

**Requer Voto de Pesar pelo falecimento do brasileiro Felipe Carvalho Barbosa, que, como fuzileiro naval das forças militares dos Estados Unidos, morreu em acidente na região de Falluja, a 50 km de Bagdá, onde integrava a corporação norte-americana no Iraque.**

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Pesar, pelo falecimento em acidente no Iraque, do brasileiro Felipe Carvalho Barbosa, que integrava naquele país, coma fuzileiro naval norte-americano, as forças militares dos Estados Unidos.

Requeiro também que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família do militar, por intermédio da Embaixada dos Estados Unidos em Brasília.

### Justificação

O Voto de Pesar que ora requeira justifica-se. O brasileiro Felipe Carvalho Barbosa, fuzileiro naval dos Estados Unidos, morreu no cumprimento do dever, servindo às forças militares daquele país no Iraque. Ele foi vítima de acidente nas cercanias de Bagdá, quando o caminhão em que se encontrava tombou, provavelmente ao passar sobre uma mina.

Sala das Sessões, 31 de janeiro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio** – Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

### REQUERIMENTO Nº 82, DE 2006

**Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário sobre o quantitativo de famílias assentadas pelo atual governo.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, seja solicitada ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário as seguintes informações:

1. O que justifica essa Pasta ter colocado, no **site** do Incra, duas listas diferentes de famílias assentadas pelo atual governo no ano passado?

2. Por que, na segunda versão, desapareceram todas as datas de criação dos assentamentos?

3. Fornecer relação com o quantitativo de famílias assentadas durante o Governo Lula, até o presente momento, contendo a data de criação de cada assentamento.

### Justificação

O jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 26 de janeiro do corrente, publicou matéria intitulada “Lista com data de assentamentos some do **site** do Incra”, que mostra que “o Ministério do Desenvolvimento Agrário colocou no site do Incra na internet duas listas diferentes de famílias assentadas pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva no ano passado. Na segunda versão, desapareceram todas as datas de criação dos assentamentos”.

Segundo a matéria, as listas apresentadas consideravam famílias que foram instaladas em assentamentos criados em governos anteriores.

Ainda segundo a matéria, “o Governo Lula tem usado amplamente o recurso de contar como projetos de assentamento da reforma agrária reservas extrativistas na Amazônia Legal”, sendo que esse tipo de reserva já é habitada muitos anos antes da decisão do governo.

Assim, as informações que ora requeiro são de fundamental importância para que se tenha o devido esclarecimento do conteúdo da referida matéria, principalmente se levarmos em consideração que o atual governo não medirá esforços para cumprir as metas estabelecidas no seu programa de reforma agrária.

Sala das Sessões, 31 de janeiro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

### REQUERIMENTO Nº 83, DE 2006

**Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações sobre a decisão da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT de realizar novo concurso para provimento de cargos naquela empresa pública, em detrimento de candidatos aprovados em concurso realizado anteriormente para preenchimento dos mesmos cargos.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações informações sobre a decisão da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT de realizar novo concurso para provimento de cargos naquela empresa pública, em detrimento de candidatos aprovados em concurso realizado anteriormente para preenchimento dos mesmos cargos:

1. Quantos candidatos foram aprovados no concurso público objeto do edital de abertura nº 105/2003, publicado no **Diário Oficial** da União do dia 12-5-2003, e realizado no dia 16-11-2003?

2. Qual era o prazo de validade do concurso acima citado?

3. Dos candidatos aprovados, quantos foram nomeados durante o prazo de validade do concurso?

4. O concurso acima citado teve seu prazo de validade prorrogado por mais um ano, conforme o edital nº 298/2004, publicado no **Diário Oficial** da União de 23-11-2004. O que justificou tal decisão?

5. Quantos candidatos foram chamados durante a prorrogação do referido concurso?

6. Em 17 de janeiro de 2006, o **Diário Oficial** da União publicou o edital nº 14/2006, no qual a ECT torna público a realização de novo concurso para provimento dos mesmos cargos objeto do concurso anterior. Qual a justificativa para a realização desse novo concurso, sendo que a simples nomeação dos candidatos aprovados anteriormente supriria a falta de pessoal na empresa?

7. Qual foi a despesa da ECT com a realização dos dois concursos?

#### Justificação

Em 16 de novembro de 2003, os Correios realizaram concurso público para o preenchimento de cargos de engenheiros e analistas de sistemas. Embora centenas de candidatos tenham sido aprovados, nenhuma nomeação foi feita pela empresa.

Passados dois anos sem que ninguém tivesse sido nomeado, a validade do concurso foi prorrogada, por mais um ano, conforme o edital nº 298/2004, publicado no **Diário Oficial** da União de 23-11-2004. No entanto, durante o prazo de prorrogação, apenas algumas poucas nomeações foram feitas.

Como se não bastasse, os Correios publicaram, no **DOU** de 17 de janeiro deste ano, o edital nº 14/2006, que prevê a realização de novo concurso para o preenchimento dos mesmos cargos relacionados no concurso anterior.

Assim, as informações que ora requeiro visam a entender por que a direção dos Correios, sabendo da existência de candidatos já aprovados em concurso público, decidiu esperar o vencimento do prazo desse concurso para, logo em seguida, promover a realização de outro, com imenso prejuízo para os aprovados, para a empresa e, conseqüentemente, para a moralidade do serviço público.

Estes são os esclarecimentos que pretendo obter com o requerimento que apresento nesta oportunidade.

Sala das Sessões, 31 de janeiro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À mesa para decisão)

#### REQUERIMENTO Nº 84, DE 2006

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam fornecidos, em meio magnético, pelo Exmº Sr. Ministro de Estado da Justiça, o nome, CNPJ, endereço, telefone, fax, data da publicação, nome do responsável e respectivo CPF, bem como a finalidade das pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) pela Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça.

Sala das Sessões, 31 de janeiro de 2006. – Senador **Sérgio Guerra**.

(À Mesa, para decisão.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os requerimentos que acabam de ser lido serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 85, DE 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno, requeiro seja registrado, nos Anais do Senado Federal, voto de aplauso ao colunista político do jornal **Diário do Nordeste** Edilmar Norões, pelos cinquenta anos de exercício profissional dedicados à sociedade cearense.

Requeiro, ainda, seja dado conhecimento desta homenagem ao jornal **Diário do Nordeste** e à família do jornalista.

Sala das Sessões, 31 de janeiro de 2006. – Senadora **Patrícia Saboya Gomes**.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido depende de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o desejarem.

Para encaminhar a votação, tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE. Para encaminhar a votação. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, eminente Senador Renan Calheiros, Srªs e Srs. Senadores, o requerimento que ora submeto à consideração da Casa dispõe sobre a concessão de um voto de pesar pelo falecimento ocorrido no dia 27 deste mês, na cidade de Olinda, do ex-Senador Nivaldo Machado.

O Senador Nivaldo Rodrigues Machado integrou a representação do Estado de Pernambuco nesta Casa no período de março de 1985 a abril de 1987, e integrava a Bancada do meu Partido, o Partido da Frente Liberal.

Nivaldo Machado nasceu em Olinda, em 1921, e era advogado e professor. Casado com D. Maria Carmelita Martins Machado deixou três filhos, todos eles, de alguma forma, seguindo as pegadas do pai, são homens públicos: Antonio Carlos e Nivaldo Filho, ex-Vereadores de Olinda, e Paulo Henrique Machado, magistrado.

Voltando a falar sobre o ilustre falecido, o Senador Nivaldo Machado, gostaria de lembrar que, além de Vereador pela cidade de Olinda em duas Legislativas, ele foi também Prefeito da cidade hoje declarada, oficialmente pela Unesco, Patrimônio Mundial da Humanidade, proposto ao tempo em que eu governava o Estado de Pernambuco.

Devo também acrescentar que ele foi Deputado estadual em seis Legislativas, período em que exerceu, por três vezes, a Presidência da Assembléia Legislativa do Estado. Também presidiu o Diretório Regional da Arena; como meu suplente, assumiu o Senado Federal, no período de março de 1985 a abril de 1987, por encontrar-me desempenhando as funções de Ministro da Educação e Ministro-Chefe do Gabinete Civil. Nesta Casa, teve atuação destacada à mercê dos seus conhecimentos, não somente no campo jurídico, mas também no campo político, vez que era um homem público na ampla acepção do termo.

Ele teve ativa participação nas Comissões Permanentes desta Casa e deixou um exemplo muito rico de vida. Posso dizer que, ao longo dos seus 40 anos de vida pública, ele se houve como uma pessoa proba, competente administrador e um Parlamentar que conhecia os problemas do Estado e do País. De mais a mais, o ex-Senador Nivaldo Machado fez da atividade política sua única atividade. Não exerceu nenhuma outra tarefa a não ser no magistério.

Além disso, chamo a atenção para o fato de que ele defendia, com ardor e consistência, suas idéias, mas era incapaz de gerar inimigos, porque situava muito bem as questões que propunha e mantinha sempre o diálogo em termos elevados. É bom lembrar que a relação na política é aliado/adversário, ou seja, diferentemente do que preconizou Karl Smidt, tratando-a como amigo/inimigo. Enfim, o território pessoal deve ficar indene aos conflitos que surgem no campo da atividade política.

Sr. Presidente, antes de encerrar as minhas palavras, saliento que Nivaldo Machado foi um homem de excelente formação cristã muito acatada em todo

o Estado de Pernambuco. O seu desaparecimento entristeceu seus amigos, que eram muitos.

Sabemos, como cristãos, como afirmou Santo Agostinho, que a vida não é mortal, a morte é que é vital. Portanto, temos a certeza de que ele será, como certamente já o foi, acolhido nos braços do Criador.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes de conceder a palavra ao Senador Arthur Virgílio, eu a concederei, para encaminhar a votação, ao Senador Heráclito Fortes.

Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, fala aqui meu lado pernambucano, que teve a virtude e a alegria de conhecer Nivaldo Rodrigues Machado e de com ele conviver.

Associo-me a esse voto de pesar, proposto pelo Senador Marco Maciel, com a convicção de que S. Ex<sup>a</sup> o fez com a autoridade de ex-Governador de Pernambuco, de ex-Vice-Presidente e de homem de convivência estreita com Nivaldo Machado e com a consciência de que presta uma grande homenagem a um dos maiores homens públicos que Pernambuco teve.

Quando saí do Piauí e fui para Pernambuco, tive a felicidade de conviver com o então Deputado Nivaldo Machado, que, além de ser um político totalmente voltado para os interesses maiores de Pernambuco, tinha, para mim, naquele momento, a felicidade de ser casado com uma piauiense, D. Carmelita, que me proporcionou um acesso e um convívio familiar muito enriquecedor no período em que morei nas terras pernambucanas.

Portanto, sei por que principalmente a cidade de Olinda está enlutada com a perda de um dos seus grandes defensores, como também está Pernambuco, por perder uma figura ímpar como Nivaldo Rodrigues Machado. Pernambuco perde, e o Piauí associa-se a ele, na certeza de que esse é um gesto que todo o Brasil também aplaude, por intermédio da iniciativa do Senador Marco Maciel em prantear seu prematuro desaparecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

A Mesa encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Arthur Virgílio.

Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.



**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, chamo a atenção dos Líderes do Governo para algo que me parece bastante grave. A publicação **em questão**, do dia 30 de janeiro deste ano, traduz uma inverdade brutal. E, com dinheiro público envolvido na história – pois isso custa dinheiro público –, sou obrigado a fazer uma denúncia à Casa.

Primeiramente, agradeço a gentileza do ex-Ministro, e hoje assessor especial do Presidente, Luiz Gushiken, porque pedi a ele, da tribuna – e ele me atendeu –, que não mandasse mais essa publicação para a minha casa. Eu pedi. Tenho o direito de ler só o que eu quiser e de não ser orientado na leitura por quem quer que seja. Isso, portanto, chegou às minhas mãos por um assessor muito competente.

Diz o **em questão**, fazendo propaganda deslavada e com mentira pelo meio, que o investimento, em 2005, chegou a R\$18,4 bilhões. Isso não é verdade.

Informa o **em questão**:

Números divulgados pelo Ministério do Planejamento comprovam que em 2005 os investimentos do governo federal bateram recorde, atingindo um total de R\$18,4 bilhões. O valor representa um crescimento de 60% em relação ao realizado em 2004 (R\$11,2 bilhões) e quase o triplo do executado em 2003 (R\$6,5 bilhões).

Sr. Presidente, vamos agora à verdade, com dados do próprio Ministério do Planejamento. O realizado, neste ano, foi, efetivamente, de R\$18,4 bilhões, mas o liquidado, aquilo que efetivamente virou despesa real, foi de apenas R\$7,917 bilhões.

Ou seja, se formos pegar ano a ano, Sr. Presidente: em 1995, R\$13,4 bilhões; em 1996, R\$14,5 bilhões; em 1997, R\$17,7 bilhões; em 1998, R\$18,7 bilhões; em 1999, R\$14 bilhões; em 2000, R\$18 bilhões; em 2001, R\$23,5 bilhões; em 2002, R\$14,5 bilhões; em 2003, primeiro ano do Governo Lula, o efetivamente liquidado caiu para R\$7,482 bilhões; em 2004, subiu para R\$11,518 bilhões; em 2005, caiu novamente para a casa dos R\$7,917 bilhões. Ou seja, a média de 1995 a 2002 foi de uma liquidação de R\$16.798.375.887,35. A média dos três anos do atual Governo foi de apenas R\$8.972.397.535,01. Então, a redução do investimento público significou 47%. Essa é que é a verdade!

Sr. Presidente, tenho ainda de fazer uma outra observação. O Governo tem-se vangloriado muito do tal superávit primário. Vamos dissecá-lo!

Anteontem, foi divulgado pelo Banco Central o resultado das contas primárias de 2005. O superávit primário de 2005 do setor público foi de 4,84% do PIB, um aumento de 0,25% em relação ao ano anterior, que tinha sido de 4,59%.

No entanto, ao contrário do que se poderia imaginar, a qualidade do ajuste fiscal piorou e o resultado primário do Governo Federal em 2005, igual a 2,9% do PIB, foi pior do que aquele de 2004, de 2,98% do PIB. A melhora do resultado primário ocorreu integralmente pela melhora do resultado das estatais e dos Municípios. Ou seja, o Governo Federal contribuiu, no que toca à União, muito pouco. Ele piorou o seu resultado fiscal. As estatais melhoraram o delas, os Estados não acrescentaram grande coisa; e os Municípios, sim, melhoraram a sua participação no esforço fiscal.

Mas, quero voltar e chamar a atenção para algo que a mim me choca: uma publicação empurrada goela abaixo das pessoas, esse **em questão**, com todo o aspecto da propaganda mussolinista, fascista, contém uma mentira deslavada, dizendo que o investimento em 2005 chegou a R\$18,4 bilhões, maior do que o realizado em 2004, de R\$11,2 bilhões, e quase o triplo do executado em 2003, R\$6,5 bilhões. Não é verdade! O realizado foi R\$18,4 bilhões e o executado foi apenas R\$7,917 bilhões. Aonde quer chegar o Governo com esse emaranhado de mentiras?

Digo isso, Sr. Presidente, porque é preciso ter-se uma relação de confiança entre quem faz vida pública, e quem faz vida pública neste País. É preciso uma relação de confiança. Se o Governo me dá um dado, eu gostaria de acreditar que o dado é aquele e poder criticá-lo ou até elogiá-lo se o dado é aquele. Mas o Governo me dá um dado, vou investigar, e o dado não é aquele! É um dado mentiroso que visa novamente a obter resultados eleitorais. Ou seja, não sei quanto custa essa tolice desse **em questão**, só sei que custa dinheiro público, e estão usando dinheiro público para mentir. Mentir a respeito de investimento, como se tivesse aumentado o investimento. O investimento baixou, conforme acabei de provar com dados técnicos irrefutáveis.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso 1 e § 2º do Regimento Interno)*

ARTHUR VIRGILIO *Publ. em int. 31-01-06*

31 de Janeiro de 2006

## Sobre as Contas Fiscais de 2005

Ontem foi divulgado pelo Banco Central o resultado das contas primárias de 2005. O superávit primário de 2005 do setor público foi de 4,84% do PIB; um aumento de 0,25% do PIB em relação ao do ano anterior de 4,59% do PIB.

No entanto, ao contrário do que se poderia imaginar, a qualidade do ajuste fiscal piorou e o resultado primário do governo federal em 2005 (2,90% do PIB) foi pior do que aquele de 2004 (2,98% do PIB). A melhora do resultado primário ocorreu integralmente pela melhora do resultado das estatais e dos municípios.

A piora do resultado primário do governo federal de 2,98% do PIB em 2004 para 2,90% do PIB em 2005 decorreu apesar do aumento da receita líquida do governo federal em 1% do PIB.

Se parte o aumento desejado do superávit primário nos anos anteriores decorreu do aumento indesejado da carga tributária, a dinâmica 2005 foi muito pior, pois todo crescimento da receita transformou-se em crescimento da despesa não financeira do governo federal que passou de 17,1% do PIB para 18,2% do PIB, sem o aumento correspondente do superávit primário do governo federal.

O que torna o resultado das contas fiscais de 2005 mais agravante é a constatação de que o crescimento das despesas não financeiras do governo federal ocorreu em gastos permanentes, enquanto o investimento público (liquidado) passou de R\$ 10,8 bilhões em 2004 (0,61% do PIB) para R\$ 7,9 bilhões (0,41% do PIB) em 2005.

Pelos nossos cálculos, 76% do crescimento das despesas não financeira do governo federal decorreu do pagamento de pessoal, aposentadorias e pensões (37,3%) ; e da expansão dos gastos sociais (39,5%). Esses dois itens em 2006 devem continuar no mesmo ritmo de expansão dos anos anteriores o que nos leva a seguinte conclusão: a trajetória atual do crescimento do gasto público levará a carga tributária para um valor próximo a 40% do PIB nos próximos dois anos ou para uma redução acentuada do superávit primário, com um possível impacto no aumento dos juros para conter o efeito inflacionário.

## Principais Observações Referente às Contas Fiscais de 2005

- (1) A Receita Líquida de Transferências do Governo Federal (Tesouro e INSS) passou de 19,93% do PIB para 20,92% do PIB; um aumento de 1% do PIB (ver Tabela 1 Anexa). A Receita Total das três esferas de governo deve ter crescido por volta de 1,6% do PIB, o que aponta para uma carga tributária global já próxima a 38% do PIB em 2005.

- (2) As despesas não financeiras do Governo Federal (Tesouro e INSS) passaram de 17,13% do PIB para 18,21% do PIB (Tabela 2 Anexa), enquanto o investimento público (liquidado) foi reduzido de 0,61% do PIB para 0,41%.
- (3) A expansão dos programas sociais, aposentadorias, pensões e pagamento de pessoal responderam por 76% do crescimento das despesas públicas não financeiras do governo federal que foi de 1% do PIB em 2005. Isso indica que a expansão dos gastos públicos tem ocorrido em itens da despesa pública que são de difícil redução em anos posteriores o que sinaliza para uma piora do ajuste fiscal.
- (4) O aumento do superávit primário em 2005 correu integralmente do crescimento do superávit primário das estatais e dos municípios. O resultado primário do governo federal em 2005 já piorou e essa piora deverá ser maior em 2006.
- (5) A tendência para este ano de 2006 é que os gastos públicos voltem a crescer próximo a 1% do PIB; o que nos levará para um novo aumento da carga tributária ou mesmo para uma forte redução do superávit primário.

## Anexos

### Receita Líquida do Governo Central\*

	R\$ milhões	% do PIB
1997	134.044	15,39%
1998	154.784	16,93%
1999	174.482	17,92%
2000	194.769	17,69%
2001	224.416	18,72%
2002	263.917	19,61%
2003	296.430	19,05%
2004	352.058	19,93%
2005	404.419	20,92%

Fonte: Tesouro Nacional

OBS:\* Tesouro Nacional, Bacen e Previdência Social.

### Despesas Não Financeiras do Governo Central\*

	R\$ milhões	% do PIB
1997	131.548	15,11%
1998	147.250	16,11%
1999	154.317	15,85%
2000	173.787	15,78%
2001	202.679	16,91%
2002	232.204	17,25%
2003	257.141	16,52%
2004	302.689	17,13%
2005	351.931	18,21%

Fonte: Tesouro Nacional

OBS:\* Tesouro Nacional, Bacen e Previdência Social.

## Investimento Público Liquidado (1995-2005)

R\$ de 2005 atualizado pelo IGP-DI

1995	13.359.029.723,37
1996	14.506.043.654,92
1997	17.692.871.747,69
1998	18.716.815.300,60
1999	14.113.743.176,60
2000	18.014.227.533,96
2001	23.564.999.283,70
2002	14.419.276.677,97
2003	7.482.118.490,91
2004	11.518.074.114,12
2005*	7.917.000.000,00

Fonte: Tesouro Nacional e Ministério do Planejamento

\* Investimento Liquidado (Min. do Planejamento)

---

*Média FHC (1995-2002)* 16.798.375.887,35

---



---

*Média Lula (2003-2005)* 8.972.397.535,01

---



---

*Redução do Investimento Público FHC-Lula* -47%

---



---

*Redução do Investimento Público 2004-2005* -31%

---

# em questão

Publicação no Pícaro  
Brasília, 31-01-06  
Editado pela Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República - Secom  
Nº 400 - Brasília, 30 de janeiro de 2006.

## Investimento em 2005 chega a R\$ 18,4 bilhões

Números divulgados pelo Ministério do Planejamento comprovam que em 2005 os investimentos do governo federal bateram recorde, atingindo um total de R\$ 18,4 bilhões. O valor representa um crescimento de 60% em relação ao realizado em 2004 (R\$ 11,2 bilhões) e quase o triplo do executado em 2003 (R\$ 6,5 bilhões).

A prioridade é dar continuidade às obras de infra-estrutura, essenciais para o desenvolvimento sustentado do país. Para isso, o governo trabalha para recuperar a capacidade de investimento público e eliminar os obstáculos ao crescimento, especialmente com obras de reforma e conservação das estradas ampliação da capacidade dos portos.

Com o Projeto Piloto de Investimentos – PPI, instituído a partir de 2004, o governo está alavancando as obras de infra-estrutura. Os projetos estão fora do cálculo do superávit primário e em 2005 receberam R\$ 3,5 bilhões, 100% do valor previsto para empenho.

Para as estradas o governo liberou, por meio de medida provisória publicada no dia 03.01, crédito, crédito extraordinário de R\$ 350 milhões do orçamento de 2006. O dinheiro foi acrescido aos R\$ 90 milhões do orçamento de 2005 já empenhados, totalizando R\$ 440 milhões. Os recursos estão sendo utilizados para obras recuperação emergencial de rodovias em todo o país.

Como mostram os números, o governo também voltou a investir em ferrovias. Incluída no PPI, a Ferrovia Norte-Sul recebeu recursos em 2005 de R\$ 324 milhões, que inscritos em restos a pagar, poderão começar o ano sendo executados.

Com os resultados positivos da economia, o país entra em uma nova fase com perspectivas de altos investimentos em infra-estrutura. De acordo com o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, João Bernardo Brinquel, em 2006 o governo terá capacidade de pagar entre R\$ 14 bilhões e R\$ 15 bilhões dos investimentos, superior ao montante de R\$ 11,5 bilhões pagos em 2005.

Investimentos diretos (R\$ em milhões)	Realizado 2002	Realizado 2003	Realizado 2004	Empenhado 2005
rodovias	1.656,2	1.260,9	1.894,0	4.546,0
ferrovias	72,2	76,0	75,2	386,2
portos	133,6	67,8	212,7	386,3
hidrovias	50,2	29,6	63,2	70,3

## em questão

[www.brasil.gov.br/emquestao](http://www.brasil.gov.br/emquestao)

Para receber o Em questão, por correio eletrônico, mande uma mensagem para [emquestao@secom.planalto.gov.br](mailto:emquestao@secom.planalto.gov.br), escrevendo "incluir" no campo de assunto. Tendo dúvidas ou sugestões, use o mesmo endereço.



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Peço a palavra como Líder do PFL.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Há um pedido do Senador Heráclito Fortes para falar como Líder do PFL. Estão inscritos também os Senadores Aloizio Mercadante e José Agripino.

Senador Aloizio Mercadante, se não houver objeção de V. Ex<sup>a</sup>, darei a palavra ao Senador Heráclito Fortes e, em seguida, a V. Ex<sup>a</sup>.

Com a palavra, o Senador Heráclito Fortes. Só para ajustar o procedimento.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, “ao contrário de tantos outros flagelos naturais, as secas são um fenômeno cíclico, previsível e inevitável. Assim sendo, o que precisamos fazer é adotar programas permanentes que capacitem o habitante do semi-árido a conviver bem com as condições ambientais em que ele está inserido,

em vez de recorrermos a planos emergenciais durante os períodos de estiagem”.

Não são minhas essas palavras, quero ser bem justo, mas do Governador do meu Estado, Wellington Dias, em abril de 2002, no exercício de seu mandato de Deputado Federal. Naquela ocasião e em várias outras, ele ocupou a tribuna para dizer que “medidas simples e baratas como a construção de cisternas para o armazenamento de água que cai do telhado, por exemplo, fazem enorme diferença na qualidade de vida do sertanejo e são investimentos permanentes, que não precisam ser refeitos a cada novo período de seca”.

Como um *expert* no assunto e já no terceiro ano de mandato, era de se esperar que o Governador colocasse em prática suas idéias e promessas. Pois o Piauí está vivendo uma das suas piores e mais prolongadas estiagens, e muito pouco está sendo feito. E, ainda assim, com muita lentidão, Sr. Presidente. Propostas não faltariam, bastando que ele consultasse o seu próprio projeto a respeito, o Programa Permanente de Convivência com o Semi-Árido, que acabou arquivado por inadequação financeira, embora tivesse recebido a aprovação das comissões técnicas desta Casa.

Naquela época, na oposição, Wellington Dias dizia que as ações do Governo no combate à seca eram paliativas, de cunho meramente assistencialistas, citando os programas bolsa-renda, bolsa-alimentação, renda mínima, vale gás e bolsa-escola: “O fato é que tudo não passa de enganação”, sentenciava o então Deputado opositorista.

Pois agora estamos assistindo novamente a um terrível período de seca e não vemos o Governo apresentar nada de diferente, Senador Mão Santa.

A situação é tão grave que, na região dos Cerrados, normalmente pouco atingida, choveu apenas 30 milímetros neste mês, contra uma média histórica de 200 a 250 milímetros.

Ali, calcula-se que 20% da plantação de soja – que ocupa quase 50 mil hectares – e 30% do arroz já estão comprometidos.

Nada disso deveria ser surpresa para o governador. Num discurso, em março de 2002, na Câmara dos Deputados, ele chamava a atenção para estudos de 1999, que ele entregou a várias autoridades, demonstrando que, entre os anos de 2002 e 2011, haveria um período de chuvas irregulares: “Hoje, com a tecnologia existente, já é possível, baseando-se no estudo do ciclo da seca, detectar com alguma ante-

cedência a condição climática e, conseqüentemente, prevenir-se com relação a ela”, afirmava ele.

Parece que o governador esqueceu o que ele próprio pregou. É a tragédia anunciada. São hoje 97 Municípios em estado de emergência, e outros seis pedidos de decretação foram feitos esta semana, o que dá quase a metade dos Municípios do Estado, com mais de 150 mil famílias atingidas, segundo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG).

Segundo declarações de Evandro Luz, vice-presidente da entidade, publicadas na imprensa piauiense hoje, a agricultura familiar está comprometida, as ações são assistencialistas e obedecem a critérios políticos.

Sr. Presidente, só nos caberia perguntar: quem mudou nesses últimos anos?

O governador, que tem tanta pressa na operação tapa-buraco, parece que não tem a mesma disposição com relação à seca. Em outubro do ano passado, o Ministério da Integração Nacional já reconhecia 28 Municípios em estado de emergência em razão da seca. Em novembro, 55 decretos de emergência já haviam sido reconhecidos. Desde setembro, muitos Municípios só sobreviviam às custas dos carros-pipas, os mesmos que o então deputado do PT dizia serem dispensáveis, meramente assistencialistas. Consta, porém, que até mesmo essa medida o governador quer cancelar.

Agora, segundo as agências de notícias, os Municípios estão passando do estado de emergência para o de calamidade. E parece ser esta a orientação do governador, como se isso fosse resolver todos os problemas que se vêm acumulando há meses.

Os entraves burocráticos, no entanto, são tamanhos que os prefeitos não estão conseguindo nem uma coisa nem outra.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, triste o destino do meu Estado, que ora vive com enchentes inclementes que deixam centenas de desabrigados, ora com a seca que tira o sustento de milhares de famílias. Mais triste ainda é ver a falta de ação do governo estadual e a indiferença do Governo Federal.

Disse aqui várias vezes que o Piauí, embora seja o único Estado do Nordeste governado pelo PT, recebe muitas vezes o tratamento de adversário. Vamos ver se agora o quadro muda.

O governador, em campanha pela reeleição, tem percorrido todo o interior do Estado e deve estar a par da situação calamitosa dos Municípios atingidos pela

seca. No momento, parece que está em Brasília. Espero que consiga, dessa vez, levar dos órgãos competentes mais do que promessas e tome as providências com a rapidez que o caso exige.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Obrigado pela intervenção de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Heráclito Fortes.

Vou conceder a palavra ao nobre Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante. Antes, informo à Casa que, em várias conversas que tivemos com alguns dos Sr. Líderes partidários, acertamos um acordo para votarmos as matérias que estão prontas na Ordem do Dia apenas amanhã, quando o faremos, impreterivelmente, a partir das 15h. Haverá o Expediente das 14h às 15h e, a partir daí, vamos votar absolutamente tudo.

Reitero o pedido para que as emendas à proposta que pretende mudar as medidas provisórias sejam apresentadas hoje, a fim de que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania possa discuti-las amanhã. Se for possível, à tarde, já faremos a votação. Vou fazer tudo para que isso aconteça.

Também há um acordo para que votemos a lei de florestas, que é fundamental para o País, para o desenvolvimento sustentável que todos pretendemos. Recebi um sinal dos Líderes partidários para que possamos votar, afinal, essa matéria amanhã. É um compromisso da convocação extraordinária.

Há pouco, eu conversava com os Senadores Romeu Tuma e Fernando Bezerra com relação à Timemania. Há um consenso. Alguns aspectos ainda precisam ser discutidos, mas, com certeza, até quarta-feira da próxima semana, votaremos todas as outras matérias que precisam ser votadas.

O Senado Federal, na última quarta-feira, demonstrou sobejamente a quem tinha dúvidas – e são poucos os que têm dúvidas – que o Senado vota, delibera. Não há nenhuma matéria pronta para votar que não tenha sido votada; votamos absolutamente tudo, não só na convocação, mas no dia-a-dia.

Como disse ao nobre Líder Aloizio Mercadante, mesmo que não tenhamos um consenso com relação à mudança das medidas provisórias, não pode deixar de ocorrer a tramitação dessa mudança. Mesmo que o Senado Federal tenha de votar e aprovar um texto que não seja consensual, considero muito bom, porque a Câmara dos Deputados terá uma oportunidade de construir um consenso em torno dessa matéria, o que é fundamental para

o País e para o Legislativo. E aí teremos, na volta, na modificação da matéria aprovada pelo Senado, uma oportunidade para votar as mudanças das medidas provisórias aqui, no Senado Federal, em dois turnos de votação.

Fiz um apelo, Senador Antonio Carlos Magalhães, como combinamos, para que o Senador Aloizio Mercadante apresente as emendas.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Para que votemos amanhã?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Para que votemos amanhã na Comissão e, quem sabe – vou trabalhar para que isso se realize –, possamos votar tudo isso à tarde. Há um consenso para que a votação comece, efetivamente, a partir das 15 horas, 15 horas e 30 minutos, guardando o respeito ao espaço do Expediente.

São os seguintes os itens sobrestados:

## 1

### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 268, DE 2005**

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 268, de 2005, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Defesa e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de um bilhão, quatrocentos e noventa e oito milhões, trezentos e quatorze mil, cento e um reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

Prazo final: 3-4-2006

## 2

### **SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59, DE 2004**

*(Votação nominal, se não houver emendas)*

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *dá nova redação ao art. 40 e revoga o art. 92 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para alterar a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial de Manaus.*

Parecer sob nº 7, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator:

Senador Alvaro Dias, oferecendo a redação para o segundo turno.

### 3

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2000

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 12, de 2000, e 14, de 2001)*  
*(Incluída em Ordem do Dia, nos termos dos arts. 356 e 361 do Regimento Interno)*  
*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Jader Barbalho, que *altera o caput e os § 4º, 6º, II e 7º e acresce o § 8º ao artigo 57 da Constituição Federal* (alteração dos períodos das sessões legislativas e a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária).

Parecer sob nº 1.271, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável, e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 12, de 2000, e 14 de 2001, que tramitam em conjunto.

Dependendo de Parecer sobre a Emenda nº 1, de Plenário, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares.

### 4

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2000

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 3, de 2000, e 14, de 2001)*  
*(Incluída em Ordem do Dia, nos termos dos arts. 356 e 361 do Regimento Interno)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Hartung, que *altera a redação do art. 57 da Constituição Federal para, alterando o período de funcionamento do Congresso Nacional, determinar o recesso constitucional de 21 de dezembro a 1º de janeiro e estabelecer que o calendário legislativo será definido por resolução do Congresso Nacional e contemplará período de férias coletivas dos Congressistas.*

### 5

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, DE 2001

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 3 e 12, de 2000)*  
*(Incluída em Ordem do Dia, nos termos dos arts. 356 e 361 do Regimento Interno)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que *altera o art. 57 da Constituição Federal, para reduzir o período de recesso do Congresso Nacional, e dá outras providências.*

### 6

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 72, DE 2005

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera o art. 62 da Constituição Federal para disciplinar a edição de medidas provisórias.*

Parecer sob nº 2.251, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para esclarecer ao Senador Antonio Carlos Magalhães, autor da emenda constitucional, e ao Presidente e demais Líderes: apresentamos cinco emendas que tratam apenas de dois temas; o resto é para poder adequar a redação e tinha de ser feito dessa forma.

O primeiro tema é que, na proposta original, na emenda à Constituição, propõe-se que a medida provisória só tenha eficácia de lei após cinco sessões, sendo aprovada na Comissão de Constituição e Justiça de uma das Casas.

A nossa proposta é que ela tenha eficácia de lei imediata, podendo a Comissão, evidentemente, alterar essa definição. A outra emenda é relativa ao tratamento de matéria tributária. São apenas dois temas organizados na forma de cinco emendas.

Já foi entregue à Mesa, para que possa ser publicado hoje e votado amanhã na Comissão.

São as seguintes as emendas:



**SENADO FEDERAL**  
**EMENDAS N°S 3 A 8, DE PLENÁRIO**  
**APRESENTADAS À**

**Proposta de Emenda à Constituição n° 72, de 2005**, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera o art. 62 da Constituição Federal para disciplinar a edição de medidas provisórias*:

**Projeto de Emenda à Constituição n° 72/2005**

**EMENDA N° 3 - PLENÁRIO**

Suprima-se, no art. 1° da Proposta de Emenda à Constituição n° 72, de 2005, a redação proposta para o “caput” do art. 62 da Constituição Federal.

**JUSTIFICAÇÃO**

Pretendem os autores, com a nova redação que se daria ao “caput” do art. 62 da Constituição Federal, subtrair às prerrogativas constitucionais do Presidente da República, no processo legislativo, o juízo de valor quanto à urgência e relevância para editar medidas provisórias com força de lei e eficácia imediata desde a sua publicação.

A matéria tem suscitado debates de natureza política e jurídica, praticamente desde a promulgação da Constituição de 1988.

Um parecer de lavra do jurista Saulo Ramos, quando Consultor Geral da República, publicado no Diário Oficial da União em 23 de junho de 1989 (SR-92, de 21/6/1989), frisava que a faculdade do Presidente da República de editar medidas provisórias constituía uma competência constitucional extraordinária, representando um poder cautelar geral anômalo **deferido** ao Chefe do Poder Executivo da União, face a um estado de necessidade de seu exclusivo juízo valorativo. Citando o eminente constitucionalista italiano, Biscaretti de Rufia, o ilustre consultor sublinhava o fato de ser essa atribuição do Presidente da República uma verdadeira “potestade legislativa”.

O conceito jurídico de “potestade” encontra sinônimo no termo poder. Um direito potestativo, portanto, é aquele ao qual nada se pode opor. No caso, a potestade só encontra a oponibilidade de parte de quem detenha a competência constitucional legiferante ordinária, que é reconhecida, no plano atribuições para legislar da União, consoante o devido processo legislativo regular, com ou sem aquiescência do Presidente da República, ao Congresso Nacional.

No julgamento da ADIn nº 162, em 14/12/89, o Ministro Moreira Alves assinalou que, assim como se passava na ordem constitucional anterior a 5 de outubro de 1988, com os decretos-leis, a precisão do que venha a ser “urgência e relevância” a justificar, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, a adoção de medida provisória **“assume caráter político, e está entregue ao discricionarismo dos juízos de oportunidade ou de valor do Presidente da República, ressalvada a apreciação contrária e também discricionária do Congresso”**.

Em igual sentido, o Ministro Francisco Rezek, no julgamento da ADIn nº 1130, em 10.08.95, afirmou que a evocação dos pressupostos de “urgência e relevância” configura **“juízo político do governo, e uma das pouquíssimas coisas que escapam à consideração judiciária”**.

Também o Ministro Sidney Sanches destacou ser atribuição comum do **Executivo e do Legislativo** o juízo político de urgência e relevância: “No que concerne à alegada falta dos requisitos da relevância e da urgência da Medida Provisória (que deu origem à Lei em questão), exigidos no art. 62 da Constituição, o Supremo Tribunal Federal somente a tem por caracterizada quando neste objetivamente evidenciada. E não quando dependa de uma avaliação subjetiva, estritamente política, mediante critérios de oportunidade e conveniência, esta confiada aos Poderes Executivo e Legislativo, que têm melhores condições que o Judiciário para uma conclusão a respeito.” (ADI 1.717-MC, Rel. Min. Sydney Sanches, DJ 25/02/00)

Importa destacar que, o art. 77 da Constituição Italiana, que serviu de modelo ao constituinte brasileiro para a construção do instituto das medidas provisórias, ressalta que o Governo, em casos extraordinários de necessidade e urgência, adota medidas provisórias com força de lei **“sob a sua responsabilidade” (*sotto la sua responsabilità*)**.

Querer, agora, que a força de lei e a eficácia da medida só venham a ocorrer após o exame de admissibilidade por comissão de uma das Casas do Congresso Nacional equivale a transferir do Presidente da República para um pequeno grupo de parlamentares o poder de aquilatar a existência, ou não, dos pressupostos constitucionais de exercício desse poder legiferante cautelar, o que é inconstitucional. A inovação afronta o princípio da separação de poderes, eis que retira do Presidente da República uma prerrogativa que o constituinte originário lhe outorgou – insuscetível de deliberação do Congresso Nacional, consoante o

item III das cláusulas pétreas listadas no § 4º do art. 60 da Constituição Federal. Mesmo o Supremo Tribunal Federal, em juízo cautelar tem evitado questionar pressupostos de urgência e relevância, ainda que sob o argumento de abuso do poder discricionário do Presidente da República (ver Otávio Gallotti, na ADIn nº 1.417)

É certo que o art. 58, § 2º, inciso I da Constituição Federal prevê que, na forma dos regimentos internos das casas legislativas, possa haver a dispensa da competência do Plenário para, em alguns casos, discutir e votar projetos de leis, os quais, todavia, não têm força de lei e eficácia desde a publicação. Ocorre que, no caso das medidas provisórias, o constituinte originário e o derivado -- que formulou a Emenda Constitucional nº 32, de 2001 -- não cogitaram da subtração das atribuições do Plenário, no que concerne ao juízo prévio sobre atendimento dos pressupostos constitucionais de urgência e relevância.

Ademais, a novidade provocaria duas consequências absolutamente indesejáveis.

Em primeiro lugar, a publicação da medida, sem força de lei e sem eficácia imediata, propiciaria tempo para articulação dos agentes que seriam atingidos pelos efeitos da norma. O período de cinco dias que o texto dispõe para que se examine a admissibilidade da medida pode ser bastante para que se promovam mudanças de conduta que tornem a inócuo o provimento normativo. Assim, o pressuposto de “periculum in mora”, substrato da urgência da lei, deixaria de existir por elisão antecipada a seus efeitos. O estado de necessidade a motivar a emergência legiferante seria substituído, nesse caso, pelo fato consumado, tornando-se sem sentido a mudança do ordenamento jurídico. Ademais, esse prazo pode ser dilatado por mais cinco para que o Plenário delibere em substituição à comissão. E o que é pior: sob condição resolutiva, pois caso não venha a deliberar, a medida seria considerada inadmitida!

Em segundo lugar, proporcionaria a mais absoluta insegurança jurídica. Com efeito, o quinquídio de interregno, a mediar a publicação e a vigência, constitui, de pronto, perigoso *vacatio legis* pelos motivos acima expostos, inviabilizando a ação efetiva do Poder Público. Além disso, deve-se considerar que a manifestação da comissão não dispensa a competência do Plenário, que pode, nos termos propostos, mediante recurso, deliberar em sentido exatamente contrário ao da comissão. Assim, se a CCJ entender ser inadmissível uma medida e o Plenário considerá-la admissível e aprovar a medida, cabe-lhe fazer retroagir sua decisão para dar força de lei a medida? Retroagindo, terá a decisão efeitos “*ex tunc*”, isto é, retroagirá à data da publicação? Ou retroagirá até a data de leitura da matéria na Casa? Ou ao dia posterior ao termo final para exame da comissão? Deverá ser aguardado o pronunciamento da Casa revisora? Se, superados os problemas anteriores, ao final, for reconhecida a admissibilidade, como tratar os atos de elisão, se o escopo da medida, editada por razão de urgência e relevância, seria exatamente o de evitar condutas elisivas?

Por essas razões advogamos a supressão da nova redação que se pretende dar ao art. 62 da Constituição Federal.

**Sala de Sessões em,**

Proposta de Emenda à Constituição nº 72/2005

Nos termos do art. 358 do Regimento Interno do Senado Federal, subscrevo a EMENDA Nº - PLENÁRIO, que altera o art. 1º, da PEC nº 72/2005.

SENADOR	ASSINATURA
Alejo Meirelente Sen. SARKIS	Alejo Meirelente
Sen. FAVIO ALVES	Favio Alves
Sen. ISAMI SAUATI	Isami Sauati
Sen. JILMA CARNEIRO	Jilma Carneiro
Sen. RUI ROCHA	Rui Rocha
Sibri Machado	Sibri Machado
Deide	Deide
Sen. MARCO ANTONIO	Marco Antonio
Sen. PAULISTA	Paulista
Sen. DULCIVALDO	Dulcivaldo
Sen. PEDRO BASTOS	Pedro Bastos
Sen. GILSON CRUZ	Gilson Cruz
Sen. OTTO KREJCI	Otto Krejci
Sen. GABRIELI	Gabrieli
Sen. LUIZ OTAVIO	Luiz Otavio
Sen. NED JASSUNA	Ned Jassuna
Walcirson Salgado	Walcirson Salgado
Sen. JOMY PINHEIRO	Jomy Pinheiro
Sen. PAULO SENA	Paulo Sena
Arthur Virgílio	Arthur Virgílio

S

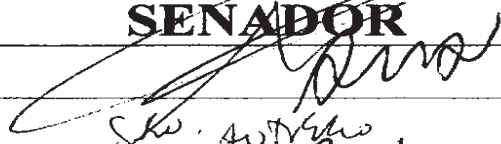

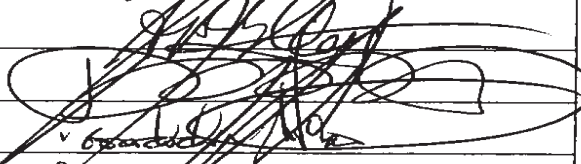
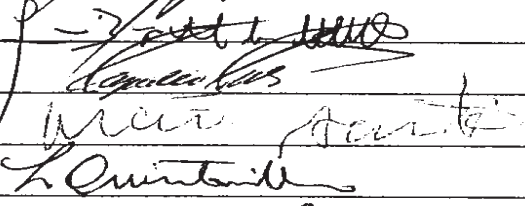
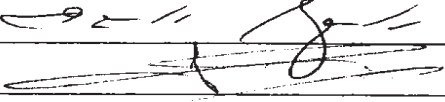
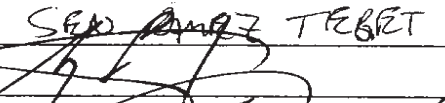
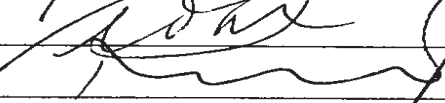
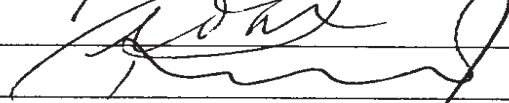
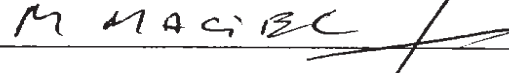
10

15

do

**Proposta de Emenda à Constituição nº 72/2005**

Nos termos do art. 358 do Regimento Interno do Senado Federal, subscrevo a **EMENDA Nº** - **PLENÁRIO**, que altera o art. 1º, da PEC nº 72/2005.

	<b>SENADOR</b>	<b>ASSINATURA</b>
		
25	Sen. Augusto Aras Augusto Aras Alexs Riccio João Baptista Motta Luis Carlos	
30	Sen. Armando Costa Sen. Jefferson Peres <del>Sen. ...</del> Sen. Amir Lando Sen. Alberto Silva	   
35	Zomeray Jairo Luis Carlos	 

**Projeto de Emenda à Constituição nº 72/2005**

**EMENDA Nº 4 - PLENÁRIO**

Suprima-se, no art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2005, a alínea “e” do inciso I, do § 1º, do art. 62 da Constituição Federal.

**JUSTIFICAÇÃO**

Assim vem decidindo o Supremo Tribunal Federal sobre a faculdade do Poder Executivo de editar medidas provisórias em matéria tributária: "(...) já se acha assentado no STF o entendimento de ser legítima a disciplina de matéria de natureza tributária por meio de medida provisória, instrumento a que a Constituição confere força de lei (cf. ADI 1.417-MC)." (ADI 1.667-MC, Rel. Min. Ilmar Galvão, DJ 21/11/97). Dessa forma, se o Poder Executivo observar o princípio da anualidade, no caso de impostos, e a noventena, em caso de contribuições, para o fim de fixação da eficácia da norma, nada deve conduzir a supressão dessa prerrogativa.

Sala de Sessões em,

## Proposta de Emenda à Constituição nº 72/2005

Nos termos do art. 358 do Regimento Interno do Senado Federal, subscrevo a **EMENDA Nº** - **PLENÁRIO**, que altera o art. 1º, da PEC nº 72/2005.

SENADOR	ASSINATURA
Aurejo Mercadante Sen. SRS	Aurejo Mercadante
Sen. Flavio Avelar	Flavio Avelar
Sen. Edmundo Pavesi	Edmundo Pavesi
Sen. Ana Júlia	Ana Júlia Careca
Sen. Eduardo Suplicy	Eduardo Suplicy
Gibson Machado	Sen. Gibi Machado
Djalma	Sen. Djalma Cruzes
Márcio	Márcio
Sen. Fátima	Fátima
Sen. Durvaldo	Durvaldo
Sen. Valdeoberto Barreto	Valdeoberto Barreto
Sen. Orelson Chaves	Orelson Chaves
Sen. João Ribaldo	João Ribaldo
Sen. Garibaldi	Garibaldi
Sen. Luiz Otávio	Luiz Otávio
Sen. Nereu de Souza	Nereu de Souza
Wanderley de Souza	Wanderley de Souza
Sen. Zomar Pinheiro	Zomar Pinheiro
Sen. Paulo Sérgio	Paulo Sérgio
Arthur Vitorino	Arthur Vitorino (appointed)

**Proposta de Emenda à Constituição nº 72/2005**

Nos termos do art. 358 do Regimento Interno do Senado Federal, subscrevo a **EMENDA Nº - PLENÁRIO**, que altera o art. 1º, da PEC nº 72/2005.

	<b>SENADOR</b>	<b>ASSINATURA</b>
	<i>[Handwritten signature]</i>	<i>[Handwritten signature]</i>
	Sen. Adolfo	<i>[Handwritten signature]</i>
25	Augusto Sobrinho	<i>[Handwritten signature]</i>
	Fleury Ribeiro	<i>[Handwritten signature]</i>
	João Baptista Motta	<i>[Handwritten signature]</i>
	Randolph	<i>[Handwritten signature]</i>
	Walter Azeiteiro	<i>[Handwritten signature]</i>
	Leandro Quintanilha	<i>[Handwritten signature]</i>
30	Sen. Alfredo	<i>[Handwritten signature]</i>
	Sen. Jefferson Peres	<i>[Handwritten signature]</i>
	<i>[Handwritten signature]</i>	Sen. Jorge Turbetti
	Sen. Amir Lando	<i>[Handwritten signature]</i>
	Sen. Alberto Silva	<i>[Handwritten signature]</i>
35	Romero Júnior	<i>[Handwritten signature]</i>
	<i>[Handwritten signature]</i>	M. Maciel

**Projeto de Emenda à Constituição nº 72/2005**

**EMENDA Nº 5 - PLENÁRIO**

Dê-se ao § 4º do art. 62, alterado pelo art. 1º da PEC nº 72/2005, a seguinte redação:

“§ 4º. Ressalvado o disposto nos incisos I, II e V do § 5º, os prazos a que se referem os §§ 3º e 6º suspendem-se durante os períodos de recesso do Congresso Nacional”.

**JUSTIFICAÇÃO**

Trata-se de ajuste que se faz ao § 4º, para adequação à sistemática proposta no § 5º, com modificação da natureza da deliberação da comissão competente para examinar o juízo de admissibilidade das medidas provisórias.

Sala de Sessões em,

Proposta de Emenda à Constituição nº 72/2005

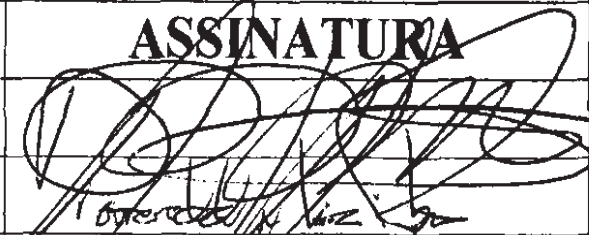
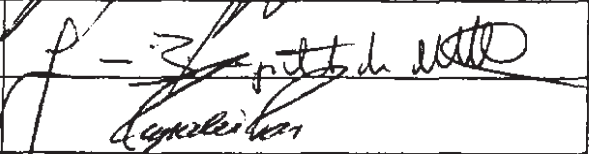
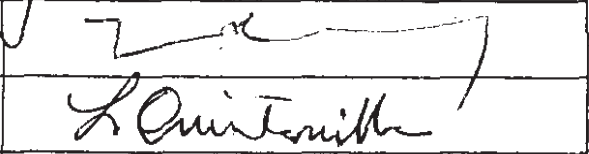
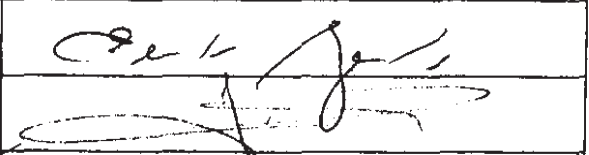
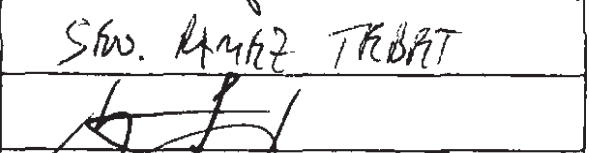
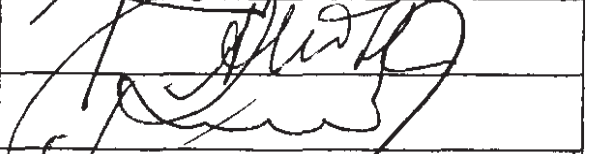
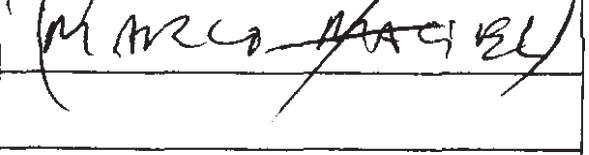
Nos termos do art. 358 do Regimento Interno do Senado Federal, subscrevo a EMENDA Nº - PLENÁRIO, que altera o art. 1º, da PEC nº 72/2005.

	SENADOR	ASSINATURA
	Flávio Mesquita SEN. SERYS	Flávio Mesquita
	SEN. Flávio Aul	[Signature]
	Sen. EDUI SANTI	[Signature]
S	Ana Júlia Carneiro SEN. ANA JÚLIA	[Signature]
	SEN. SIBRILIA RIBEIRO	[Signature]
	Sibria Ribeiro do Reide	SEN. SIBRILIA RIBEIRO
	SEN. VERA RIBEIRO	[Signature]
LO	SEN. PATRÍCIO	[Signature]
	SEN. DULCEIO	[Signature]
	SEN. FÁBIO BRAGA	[Signature]
	SEN. GILSON CAMPOS	[Signature]
	SEN. JOÃO KLEBER	[Signature]
LS	SEN. ERIBERTO	[Signature]
	SEN. WIL OTÁVIO	[Signature]
	SEN. NATALIA SILVA	[Signature]
	WELLINGTON SALGADO	[Signature]
	SEN. ZONAR PINHEIRO	[Signature]
20	SEN. FÁBIO SILVA	[Signature]
	ARTHUR VIGÓ	[Signature]
	SENADOR	ASSINATURA
22	[Signature]	[Signature]
23	ANTERO	[Signature]



Proposta de Emenda à Constituição nº 72/2005

Nos termos do art. 358 do Regimento Interno do Senado Federal, subscrevo a EMENDA Nº - PLENÁRIO, que altera o art. 1º, da PEC nº 72/2005.

SENADOR	ASSINATURA
25 Augusto Pólo FELIX ALBINO	
João Baptista Motta LUCAS	
Mira Dantas LUCAS	
30 SEN. AFRÉDIO SEN. JEFFERSON PEREIRA	
SEN. ANÍBAL LAGO SEN. ALBERTO SILVA	
35 ROMERO JACO LUCAS	
	

## Projeto de Emenda à Constituição nº 72/2005

### EMENDA Nº 6 - PLENÁRIO

Dê-se ao § 5º do art. 62, alterado pelo art. 1º da PEC nº 72, de 2005, a seguinte redação:

“§ 5º A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais emitido, em caráter terminativo, pela comissão competente para examinar a constitucionalidade das matérias, na Casa onde se iniciar a discussão, observado o seguinte:

I - a comissão terá cinco dias úteis contados da publicação da medida provisória para se manifestar;

II – da decisão caberá, no prazo de vinte e quatro horas, recurso, assinado por um terço de sua composição, para o plenário, que será recebido:

a) apenas com efeito devolutivo, se o parecer for favorável ao atendimento dos pressupostos constitucionais; e

b) com efeitos devolutivo e suspensivo, se o parecer for contrário ao atendimento dos pressupostos constitucionais;

III – o plenário terá cinco dias úteis para apreciar o recurso, que constará da ordem do dia com prioridade sobre os demais itens nesse período;

IV – se a comissão não se manifestar no prazo a que se refere o inciso I, a decisão sobre a admissibilidade transfere-se para o plenário da respectiva Casa, que terá cinco dias úteis para se manifestar;

V – se o Congresso Nacional estiver em recesso, caberá à comissão representativa de que trata o § 4º do art. 58 apreciar a admissibilidade, nos termos do inciso I, mantido o direito ao recurso previsto nos incisos II e III’.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo apresentar uma solução equilibrada que, resguardando a prerrogativa do Poder Executivo para valorar, discricionariamente, o estado de necessidade legislativa, acelere o devido processo legislativo no caso de apreciação de medidas provisórias. É importante assinalar que, não sendo atribuído efeito suspensivo às decisões das CCJs, da Câmara dos Deputados e do Senado, em caso de veredito preliminar de inadmissibilidade estar-se-á, na prática, subtraindo-se, tanto do Poder Executivo, como do Plenário, a faculdade de emissão de tais juízos: ao Executivo, porque a medida não teria força de lei e eficácia imediata; ao Plenário, porque, entendendo de forma contrária ao da comissão, não teria como, na prática, retroagir a eficácia e o atributo de lei, sem causar uma perturbação nos atos jurídicos praticados até então, em elisão às diretrizes da medida.

É importante observar que, por esta emenda, deixaria de ocorrer a desconstituição da medida, por decurso de prazo. Isso porque, no direito constitucional pátrio não se pratica o sistema de governo parlamentarista. No regime presidencialista, onde se pratica, na expressão do Senador Marco Maciel, a “equipotência de poderes”, ou “freios e contrapesos”, como diz a doutrina norte-americana, os Executivos não estão atrelados a uma maioria congressual. Podem, às vezes, governar em minoria. O que não pode ocorrer é a inviabilização a ação governamental por desídia parlamentar, o que seria delito de lesa-pátria. Aqui deve ser praticado um mecanismo de co-responsabilidade. De toda forma, o Congresso Nacional deve, sobre a admissibilidade, deliberar: sim, ou não, mas jamais escudar-se no silêncio da omissão para obstaculizar o funcionamento do Poder Executivo. Vale lembrar aqui a lição do Ministro Celso de Mello no julgamento da ADIn nº 293, em 16/4/93: a edição de medida provisória gera um efeito “de natureza ritual, eis que a publicação da Medida Provisória atua como verdadeira “provocatio ad agendum”, estimulando o Congresso Nacional a instaurar o adequado procedimento de conversão em lei”.

**Sala de Sessões em,**


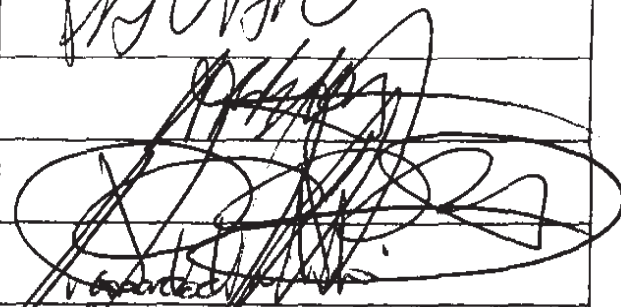
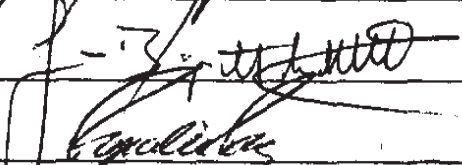
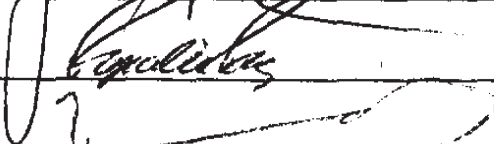
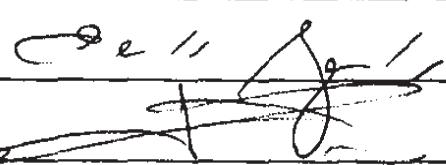
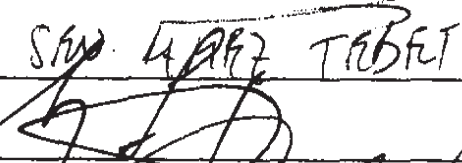
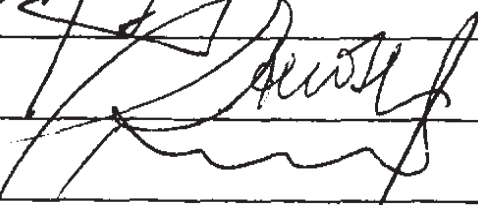
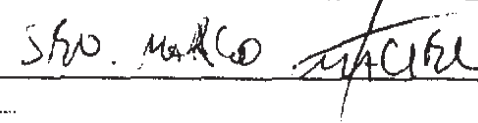
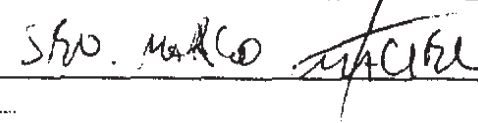
Proposta de Emenda à Constituição nº 72/2005

Nos termos do art. 358 do Regimento Interno do Senado Federal, subscrevo a EMENDA Nº - PLENÁRIO, que altera o art. 1º, da PEC nº 72/2005.

SENADOR	ASSINATURA
Aurelio M. Mesquita Sen. SRRXS	Aurelio M. Mesquita
Sen. Flavio Avel	Flavio Avel
Sen. EDUARDO SALVATI	Eduardo Salvati
5	Ana Julia Carneiro
Sen. EDUARDO SORICE	Eduardo Sorice
Sibi Machado	Sibi Machado
Heide	Heide
Sen. VALDAROS	Valdaros
10	Sen. PAZ
Sen. DARCIO	Darcio
Sen. FREDERICO BUSTORRA	Frederico Bustorra
Sen. GILSON CRUZ	Gilson Cruz
Sen. ZORIO RIBEIRO	Zorio Ribeiro
15	Sen. GALBARDI
Sen. LUIZ OTAVIO	Luiz Otavio
Sen. NIKÉ GUASSUNA	Níké Guassuna
WOLINGTON SALGADO	Wolington Salgado
Sen. ZOMAS PINHEIRO	Zomas Pinheiro
20	Sen. PRADO SILVA
Arthur Virgílio	Arthur Virgilio

Proposta de Emenda à Constituição nº 72/2005

Nos termos do art. 358 do Regimento Interno do Senado Federal, subscrevo a EMENDA Nº - PLENÁRIO, que altera o art. 1º, da PEC nº 72/2005.

SENADOR	ASSINATURA
SEN. ADRIANO	
25 SEN. AUGUSTO BOELLI	
SEN. JOÃO BAPTISTA MOTTOS	
SEN. MARCELO CORDEIRO	
30 SEN. JEFFERSON PEREIRA	
SEN. AMÉRICO LOPES	
SEN. ALBERTO SILVA	
35 SEN. ROMERO JUCÁ	
SEN. MARCO ANTONIO	

*Emenda n.º 7 - Plen*

**EMENDA ADITIVA À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 72, DE 2005**

Insira-se no art. 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2005, o seguinte Parágrafo único:

“Art. 2º .....

I .....

II .....

**Parágrafo único** O disposto no inciso I deste artigo não se aplica às Medidas Provisórias editadas em data anterior à Emenda Constitucional nº 32 que se encontrarem em tramitação no Congresso Nacional e que tenham sido objeto de parecer conclusivo aprovado pela Comissão Mista da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, aplicando-se a elas as normas em vigor para aquelas editadas após a Emenda Constitucional nº 32, de 2001.”

**JUSTIFICAÇÃO**

Existem medidas provisórias que, editadas em data anterior à Emenda Constitucional nº 32, ou seja, antes de 11 de setembro de 2001, já foram analisadas pelas respectivas Comissões Mistas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e já tiveram parecer conclusivo por parte daquelas Comissões, com relatório e parecer devidamente aprovado.

Entretanto, não foram apreciadas pelo Congresso Nacional em decorrência de acúmulo de matéria ou de dificuldade em inseri-las nas respectivas pautas de votação.

Dessa maneira, já foram apreciadas pelos Deputados Federais e pelos Senadores e os seus pareceres e votos estão em condições de serem submetidos de pronto à apreciação do Plenário do Congresso Nacional.

Não há, assim, necessidade de possibilitar a essas Medidas Provisórias que continuem em vigor até que medida provisória ulterior as revoque explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 2º da Emenda Constitucional nº 32, de 2001, assegurando a elas a perenidade de vigência. Isso seria invalidar o trabalho feito pelo Relator e os parlamentares e desconsiderar debates, discussões, audiências públicas, que possibilitaram às respectivas comissões mistas deliberar, em caráter conclusivo, sobre aquelas medidas provisórias.

Sala das Comissões, em

*[Handwritten signatures]*

Senador LEOMAR QUINTANILHA

*[Handwritten signature]* - J. Kubur

José Góes

Wagner Salgado

~~Alvin Rupp~~  
~~Flexa~~

Agripino

~~Augusto Botelho~~

Inácio

Efraim Horn

Lucia Xuxa

Alton Freitas

Gilberto Mesquita

Sergio Guerra

~~Mozambique~~

Amir Lanza

Jucá

Silvanio Rupp AP

Caetano

Antônio

DEMOSTRAGÃO

## Projeto de Emenda à Constituição nº 72/2005

### EMENDA Nº 8 - PLENÁRIO

Suprima-se, no art. 4º da PEC nº 72, de 2005, a expressão “§ 2º”.

### JUSTIFICAÇÃO

O art. 4º, sob exame, contém as chamadas cláusulas revocatórias da norma em apreço. Pelas objeções já apontadas quanto ao tratamento que é dado ao tema da “força de lei e eficácia imediata” das medidas provisórias, entendemos ser apropriada a manutenção da abordagem concernente ao princípio da anualidade, em caso de edição de medida provisória que trate da instituição ou majoração de impostos. O § 2º, que se quer revogado significa revolver todo o debate sobre a legitimidade, ou não, da adoção de medida provisória com relação a tributos, especialmente quanto à discussão sobre lei, em sentido formal, em matéria tributária, como garantia individual. A matéria já está pacificada no âmbito do Supremo Tribunal Federal (cf. ADIn nº 1.417 e ADIn nº 1.667), razão pela qual se torna imprudente e inoportuna a ressurgência desse debate.

Sala de Sessões em,

#### Proposta de Emenda à Constituição nº 72/2005

Nos termos do art. 358 do Regimento Interno do Senado Federal, subscrevo  
a **EMENDA Nº** - **PLENÁRIO**, que altera o art. 4º, da PEC nº 72/2005.

SENADOR	ASSINATURA
<i>[Handwritten signature]</i>	<i>[Handwritten signature]</i>
<i>[Handwritten signature]</i>	<i>[Handwritten signature]</i>
<i>[Handwritten signature]</i>	<i>[Handwritten signature]</i>
Sen. IZUI SAUATI	<i>[Handwritten signature]</i>
5 Ana Júlia Cones	<i>[Handwritten signature]</i>
Sen. EDUARDO SUPRICK	<i>[Handwritten signature]</i>
Silvia Maebudo	Sen. Sérgio Menezes
Reide	Sen. Artur Uieda



10	SEN. VALADARES	
	SEN. PATRÍCIO	
	SEN. DARCIO	
	SEN. PEDRANDO BASTOS	
	SEN. CARLOS CAMATA	
15	SEN. JOÃO RIBEIRO	
	SEN. GALIBARDI	
	SEN. WILZ OTAVIO	
	SEN. NAY DE AGUIAR	
	WILSON ROSAS	
20	SEN. JOÃO PINHEIRO	
	SEN. PAULO SENA	
	ARTHUR VIGORIS	

**Proposta de Emenda à Constituição nº 72/2005**

Nos termos do art. 358 do Regimento Interno do Senado Federal, subscrevo a **EMENDA Nº** - **PLENÁRIO**, que altera o art. 4º, da PEC nº 72/2005.

	<b>SENADOR</b>	<b>ASSINATURA</b>
25	SEN. AUGUSTO BOELLA	
	FLEX RIBEIRO	
	João Baptista Netto	
	Maria Aurora	
30	LEONAR QUINTELA	
	SEN. ABRILDO	
	SEN. JEFFERSON PEREIRA	
	SEN. AMAR LINDO	
35	SEN. ALBERTO SILVA	
	RODRIGO JACQUES	
	SEN. PAULO FREITAS	

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Senador Aloizio Mercadante continua com a palavra para fazer o seu pronunciamento.

Em seguida, concederei a palavra aos Senadores Arthur Virgílio e Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE NA SESSÃO DO DIA 31 DE JANEIRO, DE 2006, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra a Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Peço a palavra para me inscrever pela Liderança do P-SOL. Evidentemente, vou reivindicar o que possibilita o Regimento e não os 43 minutos que foram dados ao Sr. Aloizio Mercadante, Líder do Governo. Foram dados 43 minutos a S. Exª.

Certamente, o Senador Arthur Virgílio terá 43 minutos, porque vai começar a polêmica PSDB e PT. Então, eu solicito a V. Exª os mesmos 43 minutos pela Liderança do P-SOL e vou controlar o tempo do Senador Arthur Virgílio também.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu assegurarei a V. Exª os 43 minutos, para ser mais uma vez justo como Presidente da Casa.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu só falei porque não havia tempo marcado, senão falaria dentro do meu tempo. De qualquer forma, não voltarei à réplica para não prejudicar os outros interventores.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – V. Exª prejudicou. Então, V. Exª pode dizer que não vai à réplica. Agora, que eu tenho o mesmo direito de V. Exª, e vou exigir, não tenho dúvida disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes de conceder a palavra ao Senador Arthur Virgílio, eu queria, em nome da Mesa Diretora do Senado Federal, parabenizar o Senador Pedro Simon, que hoje completa ano, aniversário. O Senador Simon é das referências da nossa Casa e eu queria transmitir, neste momento, as felicitações de todos os membros da Mesa. Aliás, pediram-me para que eu fizesse isso e o faço com muito orgulho.

Eu hoje tive a honra, Senador Arthur Virgílio, de designar o Senador Pedro Simon para compor uma comissão que dará continuidade às comemorações do cinquentenário da posse do Presidente Juscelino Kubitschek e tenho grande prazer de me desincumbir da tarefa que recebi dos membros da Mesa Diretora.

Tenho a honra de conceder a palavra a V. Exª, Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

A primeira atitude de V. Exª foi justa e fraterna, e a segunda foi realmente inteligente, porque o Senador Pedro Simon é a figura talvez mais apropriada para tocar com brilho essa série de homenagens a Juscelino Kubitschek.

Mas não usarei 42, nem 43 minutos. Cheguei a temer que o Senador Aloizio Mercadante estivesse pedindo mais tempo, de acordo com o art. 14, ainda há pouco. Quando o vi se aproximar duas vezes, pensei: “Ele quer mais tempo, de acordo com o art. 14”. Mas, não.

Sr. Presidente, como Líder do PSDB, vou chamar a Casa a um debate que reputo sério. Hoje, vimos a decisão do Supremo Tribunal Federal, a liminar do Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal, denegando a quebra dos sigilos do Sr. Paulo Okamoto.

Uma hipótese – e o Senador Antero Paes de Barros reconhece isto com muita clareza –, ele o diz com a humildade que o caracteriza, é a de que, se houve qualquer deficiência técnica na formulação, o Senador Antero a refaz e a reformula. A outra solução para a outra hipótese foi entreaberta no próprio despacho do Ministro Jobim, Senador Garibaldi. S. Exª disse que espera – entendi isso – contato e diálogo com a CPI.

Cheguei hoje a aventar as duas hipóteses, na reunião da CPI, pela manhã. Uma delas o Senador Antero Paes de Barros reformula e, então, atende-se à exigência formal do Presidente do Supremo; a outra é um diálogo entre V. Exª, Senador Garibaldi, e o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, Efraim Morais, dispondo-se a esclarecer pessoalmente ao Ministro Nelson Jobim sobre tudo, porque precisamos – e aí vem o ponto fulcral – defender a prerrogativa das Comissões Parlamentares de Inquérito de quebrarem sigilos; ou elas não são Comissões Parlamentares de Inquérito. Não teria sentido se as mantivéssemos abertas, porque bastaria o foro da Comissão de Fiscalização da Casa.

A diferença entre a Comissão Parlamentar de Inquérito e a Comissão de Fiscalização é que uma não pode quebrar sigilos, e a outra, pode. “Ah, mas

não está no foco”. Na minha cabeça, está no foco. Ele é acusado de arrecadação de fundos para prefeituras que têm envolvimento com bingos; e, depois, ele aceitou legitimidade da CPI para vir aqui. Ele depôs perante a CPI. A partir do momento em que ele depôs e que suas declarações não foram consideradas, pela maioria daquele foro, adequadas, ele não pode agora dizer que o foro era adequado para ouvi-lo, mas não é adequado para lhe quebrar o sigilo fiscal ou telefônico, ou bancário.

O fato é que é um assunto nebuloso. O Presidente da República alega não ter contraído empréstimo qualquer, o Sr. Okamoto disse que pagou empréstimo para ele. O Sr. Delúbio confirma que Okamoto pagou. Só se pode saber se é ou não é verdade o que um disse ou o que o outro disse quebrando o sigilo do Sr. Okamoto.

Eu me espanto, Sr. Presidente, porque vivemos, às vezes, meio na idade da pedra em matéria de comportamento – e até de decoro. Digo isso como crítica ao Parlamento que todos integramos com muita honra, mas é uma crítica de forma geral, que abrange a todos nós.

Então, continua sendo um cavalo-de-batalha se quebrar o sigilo de alguém. Os homens públicos brasileiros continuam assumindo que muitos deles não têm independência e liberdade para, a qualquer momento, terem os seus sigilos quebrados. Se alguém tem o seu sigilo quebrado, isso pode ser uma catástrofe na vida dele. Por quê? Porque ele não está se portando com honestidade? E se não tem o que temer, por que fazer o cavalo-de-batalha? Por que não se expor à sociedade de maneira nítida, de maneira clara? Por que ir ao Supremo Tribunal Federal para que não lhe quebrem o sigilo?

Volto a repetir, Senador Leonel Pavan: se o Sr. Okamoto diz que não há foco e que ele não teria de ter o sigilo quebrado por uma CPI desfocada – não creio que seja assim –, eu digo que ele reconheceu, como legítima, a Comissão Parlamentar de Inquérito. Ele a reconheceu como legítima para depor nela. No momento seguinte, ele diz que ela já não é mais legítima? Não faz sentido, não é correto, não é sensato, não é justo; não me parece justo porque ele estabelece, nessa relação entre ele e a Comissão Parlamentar de Inquérito dois pesos e duas medidas.

Sem falar no fato, Sr. Presidente, que merece de V. Ex<sup>a</sup> um repúdio claro: estamos apresentando um voto de repúdio, que, amanhã, será levado à Mesa. O advogado do Sr. Okamoto chamou a CPI de circo. E tem muita razão a Senadora Heloísa Helena. Eu não julgo que alguém ofenda outrem o acusando de despenhar atividade circense.

Carlos Lacerda, que foi, talvez, o maior tribuno que este País já conheceu, certa vez se deu muito mal em um debate com o Deputado Último de Carvalho, segundo me relatou o Colega de ambos daquela época, no Palácio Tiradentes, Almino Afonso. Carlos Lacerda disse: “V. Ex<sup>a</sup>, Deputado Último de Carvalho, é um palhaço.” Aí, ele disse: “Deputado Carlos Lacerda, V. Ex<sup>a</sup> quer me elogiar, mas não está conseguindo, porque eu não consegui ser um palhaço. O meu avô era, o meu pai era. Eles me puseram na escola, e eu não consegui realizar o que, para mim, sempre foi um sonho de infância: seguir a carreira do meu pai e do meu avô e acabei, ao contrário, Deputado Federal, junto de um homem esclarecido, inteligente e brilhante como V. Ex<sup>a</sup>. Não chego nem perto da cultura de V. Ex<sup>a</sup>”.

Disse-me Almino Afonso que, Carlos Lacerda, com toda a sua capacidade de reação, sentou-se e ficou ali, vivendo algum momento de tormento; depois se levantou e pediu desculpas a Último de Carvalho.

Foi a resposta mais cabal que ele poderia ter dado àquela acachapante crítica que lhe fizera, com toda a humildade, um homem que não era talvez tão ilustrado quanto ele, mas era um homem inteligente e que estava ali para ser respeitado, e não para ser insultado, muito menos quando esse insulto resvalava para pessoas que trabalham numa atividade que é adorava pelas crianças.

Nada toca mais do que presenciarmos, no cinema, aquela célebre passagem do palhaço que está vivendo um drama conjugal, um drama de saúde ou tem um filho enfermo, ou que não tem dinheiro para pagar suas contas. É o drama daquele que tem que fazer rir e que está chorando por dentro.

Senador Magno Malta, concedo-lhe um aparte.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PL – ES) – Senador Arthur Virgílio, quero, num ponto, concordar com V. Ex<sup>a</sup> e, pela primeira vez, num segundo ponto, discordar. Faço isso até com constrangimento, porque sou seu fã. V. Ex<sup>a</sup> sabe disso. V. Ex<sup>a</sup> é a mente mais arguta que conheci na minha vida, o raciocínio mais rápido, mais consistente; V. Ex<sup>a</sup> tem verdadeiro conhecimento de causa do que fala, e isso é extremamente interessante. V. Ex<sup>a</sup> é um dos poucos oradores que chama a minha atenção. Concordo no ponto da reação do advogado. Parece que é um afã: “Preciso receber meus honorários de qualquer maneira. Então, falo qualquer besteira em nome disso”. Na CPMI do Narcotráfico, meus ouvidos ficaram “lisos” de ouvir essas bobagens de advogados. Creio que o Senador José Jorge fez uma proposta corretíssima, que a CPI precisava oficiar à OAB, que sempre reage quando um dos seus filiados é atingido de alguma forma. E acho até acho isso muito bonito. É preciso que realmente se faça isso, até porque ele

ofendeu o circo, ofendeu a classe, ofendeu os palhaços, que fazem parte de uma categoria tão nobre, tão digna, tão honrada. Eu, pelo menos, sou um fã do circo. Menino pobre, do interior, muitas vezes entrei por debaixo da lona, para ver o circo de qualquer maneira. Eu ajudava a armar o circo, a carregar as coisas. Também tenho a mesma reação de V. Ex<sup>a</sup>, apenas permitame discordar em uma questão: qualquer cidadão tem direito de recorrer e, normalmente, o fundamento da justificativa de uma quebra de sigilo tem de ser feito em cima de um fato determinado. Insisto muito nessa questão por um dever de justiça para comigo mesmo, pelo fato de eu ter escrito aquele fato determinado. Saiu da minha cabeça e do meu coração e eu o coloquei no papel pelo computador. Se a justificativa não estiver afinada com o fato determinado, vamos correr o risco de o Supremo Tribunal Federal negar pela segunda vez; e vai negar pela segunda vez exatamente porque o fundamento não é o fato determinado. Por exemplo, a justificativa não diz assim: “Tivemos aqui três depoimentos de pessoas que apontam que há ligação do Sr. Paulo Okamoto com fulano de tal, do bingo tal, que colocou os caça-níqueis em tal lugar e tal. Então, esse rapaz está ligado mesmo a isso, essa é a razão da quebra. Esse rapaz é sócio do caça-níquel tal, de tal lugar. Essa é a razão. Está dentro do fato determinado. Não dá. Eu nunca fiz esse questionamento com relação, por exemplo, à GTech, porque realmente é jogo, tem relação com o fato. Nesse caso, vai ser negada pela segunda vez e até vejo isso com muita tristeza, não pela negativa, mas por ser um pedido de quebra de sigilo em razão de ele ter dito que pagou as contas do Presidente Lula. Eu até gostaria de encontrar um amigo que pudesse pagar as minhas contas também. Não sei se isso é crime, o Ministério Público que investigue para lá. Agora, dentro do fato determinado da CPMI, não tem relação, não tem como ser fundamentado e vai ser negado, pela segunda vez, o pedido da CPMI. Lamento discordar de V. Ex<sup>a</sup>, mas o faço por questão de dever de justiça comigo mesmo. Foi um pedido fora do fato determinado da CPI.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Respeito a posição de V. Ex<sup>a</sup> e reputo que a sua, sim, é uma inteligência extremamente arguta. Creio que a discordância faz parte, mesmo, da nossa convivência fraterna.

Senador Magno Malta, antes de conceder o aparte ao Senador Romeu Tuma e ao Senador Wellington Salgado, tenho a dizer que há repetição de argumentos, ou seja, ele foi à CPMI que, depois, julgou que eram insuficientes as suas explicações.

Em segundo lugar, tenho o maior respeito pelo Ministro Nelson Jobim e muito acatamento pelo Su-

premo Tribunal Federal em si, mas li que não se pode conceder algo baseado em nota de jornal. Não foi bem isso. Não é nota de jornal, mas a contradição que os jornais publicaram em relação a ele ter pago ou não ter pago as contas do Presidente Lula. Além disso, com que fontes ele o fez? Se ele o fez com o seu salário do Sebrae, é uma coisa e é grave, porque ele foi nomeado por Lula para lá. Se ele fez isso com o dinheiro do fundo partidário, é terrível – foi o que o Delúbio insinuou que teria sido. Se fez isso com depósitos extrafundo partidário dessas fontes que estão sendo investigadas muito pela CPMI dos Correios foi mais do que grave, foi exacerbadamente grave.

O fato é que ele está no meio de um processo que passa por arrecadação de fundos ilegais, caixa dois, recursos supostamente para campanha. Tudo isso se mistura. Lula não era Presidente ainda e depois, no exercício do poder, acontece esse fato.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PL – ES) – Senador, seguindo o raciocínio de V. Ex<sup>a</sup>, não caberia à CPI dos Bingos officiar à CPMI dos Correios que já procede a esse tipo de investigação, no sentido de incluir esse fato na sua investigação?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sim. Aí, V. Ex<sup>a</sup> tem muita razão. Eu queria, então, dizer o que houve – a Senadora Heloísa Helena sabe muito bem.

Lá, eles negaram a convocação do Sr. Okamoto. Aquele era o caso até talvez mais típico da CPI dos Bingos. Diziam, injustamente: “Ah, a CPI dos Bingos é a CPI do fim do mundo”, tentando depreciar um trabalho sério que se vai fazendo lá sob a orientação dos Senadores Efraim e Garibaldi. Nós temos um caso bem específico de uma tentativa de *pizza* que quiseram fazer, ou seja, se ele tivesse sido convidado e tivesse comparecido à CPMI dos Correios, ele estaria arrolado em uma outra situação. Não o convocaram lá e aconteceram denúncias de arrecadação de fundos em Prefeituras que estão sendo investigadas pela CPI dos Bingos. Foi um pouco por aí.

Vejo como V. Ex<sup>a</sup> é o arguto aqui desta dupla, porque V. Ex<sup>a</sup> foi em cima, mas aconteceu isso antes. Eles negaram lá achando que, com isso, pura e simplesmente, não precisavam dar mais satisfação alguma a alguém.

Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Senador Arthur Virgílio, sou simpatizante permanente do nosso Senador Mão Santa. O Magno Malta, com as suas rezas, transforma-se em um Mão Santa quando abençoa os seus discípulos. Peço desculpas porque os considero meus amigos, mas olhei para o meu amigo Magno Malta e vi o Senador Mão Santa.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – É elogio para ambos.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – É, mas não quero deixar correrem os 43 minutos, senão a nossa querida Heloísa Helena vai brincar comigo. Senador, V. Ex<sup>a</sup>, assim como a maioria dos Senadores – a Senadora Heloísa Helena, o Senador Magno Malta, o Senador Mão Santa, o Senador Suplicy –, sabe que a proposta da CPI do Jogo ocorreu com a gravação do Waldomiro Diniz, mas, por razões que não nos compete discutir agora, foi impedida de ser instalada. O Magno Malta fez o requerimento da CPI dos Bingos, que a Justiça determinou que se instalasse. Tenho uma visão não policesca, mas de policial que ama a verdade e que busca a responsabilidade daqueles que praticaram crime. Dizem: “Mas estão investigando o Celso Daniel? Não tem nada com bingo”. Em tese, meu Deus, em tese, porque ninguém pode virar as costas quando está no poder judicante, mesmo que mitigado, e é revelado, em depoimento claro, um crime praticado por alguém que estava envolvido em uma situação difícil. Não dá para virar as costas, Senador. É impossível deixar de investigar. O caso do Paulo Okamoto, o Senador Antonio Carlos já havia levantado esse problema, tem todas as características para ser investigado, mesmo. Por que digo isso? V. Ex<sup>a</sup> tem participado de todos os depoimentos. O Magno Malta é presente, interrogando as pessoas sobre outros fatos que não o jogo do bingo. Ele está lá, presente, interpelando, questionando sobre outros fatos porque ele concorda com a clareza da CPI dos Bingos. Então, o que me aflige? A origem do dinheiro com que o Paulo Okamoto pagou as contas do Presidente. Não se sabe ainda. O Rogério Buratti declarou claramente, embora ainda falte ser comprovado, que o bingo do Rio deu um milhão e o bingo de São Paulo também. Pode ou não ter saído desses recursos? Eu posso não ter a inteligência do Magno Malta ou a astúcia de V. Ex<sup>a</sup>, como ele diz, mas tenho um raciocínio calmo e lógico. Se há várias origens e não se definiu de onde veio o dinheiro, qualquer uma delas poderá ter servido para, realmente, se financiarem esses pagamentos que foram feitos de forma irregular, sob o meu ponto de vista. Houve um Presidente que pagou o preço por ter ganhado um Fiat Elba e, aqui, houve alguém que ganhou um Land Rover e o devolveu porque acreditou que não precisava responder nada, que apenas devolvendo o carro estava resolvido o seu caso. Eu não gostaria que o Magno ficasse magoado, mas penso que se tem que investigar mesmo, porque, senão, estaríamos caindo no vazio, num abismo de angústia profunda, por termos deixado o assunto de lado, porque não seria, em tese, compatível com a definição do que se está apu-

rando. Penso que depois da denúncia do Buratti e a instalação de uma CPMI para apurar a empresa dos Correios, apareceram tantas denúncias e tantas origens de dinheiro, que ela se transformou em uma CPMI de alargamento das investigações, até pela própria definição das origens de dinheiro. A CPI dos Bingos também, sob o meu ponto de vista, está correta.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Romeu Tuma.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PL – ES) – Senador Arthur Virgílio, um minuto, por favor?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Pois não.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PL – ES) – Como ficar magoado com o Senador Tuma? Essa palavra nem cabe para ele. Quando nasciam os meus dentes ele já era Tuma, já era o cara, já era o homem respeitado, o Delegado respeitado, o xerife do Brasil. Morro de respeito por ele. Quanto ao caso do Celso Daniel, só aceitei ser Sub-Relator quando houve um depoimento que citou a ligação dos bingos diretamente com a sua morte. Trata-se de um crime emblemático e enigmático, que precisa de resposta. O Senador Romeu Tuma tem muito mais experiência do que eu, mas não se pode tentar adivinhar. Se existem diversas fontes, em nenhum momento foi citado que esses recursos, de fato, viriam do bingo. Assim, o meu raciocínio baseia-se nisso e pode ser que tenha sido esse o raciocínio do Ministro Nelson Jobim. Com tudo que estou dizendo, está plenamente respeitado, duplamente respeitado ou quatro vezes mais toda a argumentação feita pelo Senador Romeu Tuma. Quem sou eu? Por dever de justiça, este é o meu raciocínio, e creio no raciocínio que faço, mas, com todo o respeito ao raciocínio desse Senador brilhante, a quem o Brasil deve muito, porque foi o grande comandante da Polícia Federal do Brasil.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Agradeço-lhe, Senador Magno Malta.

Antes de passar a palavra ao Senador Wellington Salgado de Oliveira, digo algumas poucas coisas. Saúdo a presença do Deputado Raul Jungmann, que abrilhanta este nosso final de sessão. E digo que não foi à toa que aqui mencionei a importância de a CPI dialogar com o Ministro, até para ver onde há deficiência, mas que se resguarde o direito de as Comissões Parlamentares de Inquérito quebrarem sigilos. Fora disso, elas passariam a ser nada mais do que um prolongamento da Comissão de Fiscalização e Controle da Casa.

Mas, de tudo isso que se disse aqui sobra para mim um fato constrangedor: ele defende, com unhas e dentes, Senador Teotônio Vilela, o que ele julga que é o seu direito: de não ter o seu sigilo quebrado; com

unhas e dentes. Ele não quer de jeito algum que se lhe quebrem o sigilo, de jeito nenhum. Ou seja, antes, uma boa morte; quebrar o sigilo, não. Ele entende, certamente, que não está preparado, não tem sua vida preparada, não tem sua vida à altura de uma possível quebra de sigilo. Então, isso já o coloca, Presidente do Sebrae que é, um órgão tão importante que mexe com bilhões de reais por ano, coloca-o em posição de bastante dificuldade se quisermos examinar a necessidade de seriedade comprovada, formal e por dentro na Administração Pública.

Concedo um aparte ao Senador Wellington Salgado de Oliveira, com muita honra.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Senador Arthur Virgílio, eu queria aproveitar este momento para dizer que nesta minha passagem pelo Senado, vendo aqui grandes expressões, grandes políticos que ajudaram a construir este País, tenho em V. Ex<sup>a</sup> também um grande político, um homem que, para a minha surpresa, também foi ativista do Partido Comunista lá atrás no início da sua história.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Muito obrigado.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Acabei de chegar ao Senado neste momento conturbado, e aqui tenho visto V. Ex<sup>a</sup> sempre fazendo oposição ao Governo. E, neste momento, sinto-me sem a oportunidade de conhecer o outro lado desta mente brilhante que tem V. Ex<sup>a</sup>. Falo do exemplo citado – aqui e agora – acerca da questão de um grande político haver sido chamado de palhaço e de ele ter dado uma resposta. Quer dizer, uma resposta bonita, citado em um momento importante, dentro do contexto no qual V. Ex<sup>a</sup> colocava. Quer dizer, é um momento bonito da política!

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – É comovente mesmo, não é?

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – É comovente. Mas, o que acontece? Com todo esse debate, nós perdemos, aqui, há pouco tempo – desculpe-me – mais de uma hora e meia, ou uma hora, discutindo renda, poder aquisitivo, e eu, sentado ali, perguntava-me: “Será que o povo está entendendo isso: melhorar a média do poder aquisitivo?”. Eu estava sentado, aprendendo – porque aqui eu estou sempre aprendendo –, e, no entanto, ao fazer V. Ex<sup>a</sup> uma colocação, aprendi muito com a posição colocada por V. Ex<sup>a</sup>. Talvez, hoje, eu tenha ganho o dia inteiro com aquele exemplo citado por V. Ex<sup>a</sup>. Então, fico realmente triste de haver chegado ao Senado neste momento de embate, com tudo o que aconteceu, e usufruir pouco desta mente brilhante que tem V. Ex<sup>a</sup> e com toda a sua história: um homem que foi do comunismo; passou e

se formou em Direito; é do Itamaraty; teve um pai político, foi Prefeito de Manaus, quer dizer, de muita coisa V. Ex<sup>a</sup> tem conhecimento, e eu realmente gostaria de participar. No entanto, acabo não tendo acesso porque V. Ex<sup>a</sup> assumiu a posição de Líder da Oposição e acaba sempre tendo de se contrapor. Então, só queria dizer que espero, um dia, ter a oportunidade de usufruir do seu conhecimento, num outro momento, com mais calma, não sei se na situação ou em outra frente. É só isso que queria dizer. Foi um prazer ouvi-lo da tribuna.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Wellington. Tenho por V. Ex<sup>a</sup> um apreço pessoal grande; o qual tenho procurado revelar a cada momento.

Ainda há pouco eu pilheriava com a Senadora Patrícia Saboya dizendo-lhe que o Aloizio Mercadante não estava fazendo aquele discurso de graça; S. Ex<sup>a</sup> estava fazendo aquilo para esvaziar a audiência da TV Senado, para ver se depois livrava a repercussão das críticas sobre o Governo. Amanhã S. Ex<sup>a</sup> disse que voltará; é um outro capítulo.

Quero saudar também a presença do Deputado, meu querido amigo e colega de Câmara, Arnaldo Faria de Sá, outra figura atenta, de espírito público, sempre firme na defesa de suas convicções.

Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes, com muita alegria.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, tenho, ultimamente, observado os apartes, sempre precisos, do Senador Salgado, e tenho ficado profundamente triste com a maneira nostálgica de S. Ex<sup>a</sup>, que sempre diz: “Eu passei por aqui; estou terminando a minha passagem por aqui”. E aí abro os jornais e vejo o Ministro, a quem V. Ex<sup>a</sup> substitui como suplente nesta Casa, trabalhando a todo vapor, anunciando a TV Digital. Ainda mais: vou para a sucessão mineira e não vejo o Ministro muito empolgado em nenhuma disputa majoritária. E aí fico em dúvida: será que nosso Senador, independente como é, está incomodado em estar aqui, ocupando uma cadeira de Governo? Será que S. Ex<sup>a</sup> está querendo, com isso, ou se desamarrear de compromissos e ir para a Oposição, ou, então, abrir mão para o seu segundo suplente? Espero que não seja nada disso e que essa nostalgia termine, porque é a quarta ou quinta vez que o Senador Wellington Salgado de Oliveira faz um aparte ou um discurso anunciando um “até breve”, um “até logo”. A Casa não está satisfeita com isso, Senador, porque aprendeu a gostar de V. Ex<sup>a</sup>, desse seu jeito e até dessa sua independência, embora que, de rompante, voltando, vez ou outra, ao eixo natural das obrigações partidárias, mas vemos que, todas as vezes que tem que votar contra

a realidade, contra o bom-senso, V. Ex<sup>a</sup> o faz de maneira constrangida, o que para nós, da Oposição, já é um consolo. Agora, meu caro Senador Arthur Virgílio, é muito engraçado o comportamento do Governo hoje. O PT quer tratar CPI como funcionário de banco trata cliente, com aquela cartilha de cumprimento de metas: “Isso pode; isso não pode”. Está esquecido de como ele fez na CPI dos Anões, na CPI do Orçamento, quando estuprou regimentos e conceitos de CPI e lá tudo pôde. O Senador Eduardo Suplicy, que está ao meu lado, foi um membro atuante dessa CPI, embora fosse um homem mais atrelado ao Regimento, sabe o que se cometeu naquela época. Agora, recentemente, quando pensaram que a CPI do Banestado seria contra o Governo passado, usaram de todos os subterfúgios – está aqui o Senador Romeu Tuma que protestou, e de maneira justa. Agora, essas reclamações e essas socorridas que o Legislativo vez por outra dá ao Judiciário são pontuais. Quando não interessa, quando estão em perigo os interesses do Governo, aí se procede dessa maneira. Mas ai deste País, Senador Arthur Virgílio, se não fossem a coragem e o arrojo destas CPIMs que estão aí, muitas vezes, não desrespeitando seu Regimento e seu funcionamento, mas tendo a coragem de abrir determinadas feridas. Não fosse feito isso, estaríamos aí, Senador Arthur Virgílio, fazendo um papelão perante a Nação brasileira. Congratulome com o arrojo de alguns companheiros que têm, por meio de trabalhos indormidos, conseguido alguns avanços na CPIM. O Senador Delcídio Amaral, que está aqui, é um conciliador. A imprensa noticia – quero crer que não seja verdade – que esta semana S. Ex<sup>a</sup> foi repreendido pelo Presidente da República, porque resolveu tomar uma atitude que o contrariava. E, no entanto, S. Ex<sup>a</sup> segue determinado em fazer com que esta CPIM chegue ao final. É assim que todos nós temos de fazer, até porque seu relatório tem de ser um relatório que o Brasil já conheça, que esteja nas ruas. Qualquer modificação, a Nação não vai aceitar, e nós, mais uma vez, vamos pagar o preço da incompreensão, quem sabe até sem ter dado motivo para isso. Muito obrigado.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Concluo, Sr. Presidente Romeu Tuma, abordando dois pontos mais.

Primeiramente, quero dizer, Senador Heráclito Fortes, que V. Ex<sup>a</sup>, com esse senso agudo de percepção, que a sua inteligência também aguda lhe dá, lembra de um momento que o PT talvez não queira lembrar mais.

Outro dia, uma pessoa que foi submetida a uma CPI me disse que sentiu um brutal constrangimento

quando foi depor e se referiu a quatro pessoas, e vou citar duas delas: José Dirceu e Luiz Gushiken. Era uma espécie de pelotão de fuzilamento. E a humilhação era a consequência natural, ou seja, antes de se fazer alguma pergunta, vinha uma sessão de humilhação, coisa que me recuso a fazer com quem quer que seja, por princípio.

Só fui mais irreverente com aquele tal Poletto por todo o deboche que ele encerra em torno da sua personalidade. As demais pessoas, sempre as olhei com respeito por entender que, superior naquele momento, com imunidade, eu deveria ter muito cuidado mesmo para não parecer aquela coisa truculenta, que, aliás, era a forma como o PT se havia.

Então, ele disse que era um pelotão de fuzilamento, Senador Mão Santa. O que ia depor, o morituro, primeiro, passava por uma sessão de humilhação. Cada um dos comissários do povo ali humilhava, depois humilhava e humilhava. E aí vinham as perguntas. Não vejo que isso esteja se passando na maioria dos casos. Pessoalmente, recuso-me a abusar da minha prerrogativa de Parlamentar para impor humilhação a quem quer que seja. Ao contrário, quero que aquele que está sendo interrogado, seja quem for, seja respeitado por mim, porque é meu dever respeitá-lo como pessoa. É meu dever procurar fazer perguntas inteligentes para extrair verdades. Não é meu direito ficar humilhando ninguém.

Senador Heráclito Fortes, concedo a V. Ex<sup>a</sup> o aparte.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – É um gesto seu, na CPI do Banestado. Por diversas vezes, jogaram contra nós, que tínhamos participado do Governo passado, aquela velha história de que quem tinha CC5 era bandido, lavador de dinheiro, entre outras coisas mais. E V. Ex<sup>a</sup> advertiu diversas vezes para a possibilidade de membros do atual Governo terem aquelas famosas contas. Não acreditaram, levaram na brincadeira, e o que deu?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – E não apareceu pouca gente.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Não apareceu pouca gente. E tiveram de demitir os Presidentes de dois Bancos, Banco Central e Banco do Brasil, muito embora, aos olhos da lei, eles estivessem fazendo o que era permitido. Mas a conceituação daquela época era diferente. O que me causa espécie, Senador Arthur Virgílio, é que, enquanto pregavam aquela moralidade na CPI, no mesmo momento, por baixo do pano,...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – O mensalão corria solto.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – ...pessoas eram adrede usadas e escolhidas – inclusive, algu-

mas de Governos passados – para fazer e praticar o mesmo mecanismo que eles, com tanta arrogância, combatiam.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Concluo, Sr. Presidente, dizendo que o outro ponto a abordar é este: é uma situação delicada. Não estou aqui para fazer qualquer panfleto, nada de proselitismo, questionando autoridade do Supremo Tribunal Federal, que respeito muito.

Estou aqui para dizer que é fundamental encontrarmos logo a solução, porque, se a CPI não pode quebrar sigilo, já não é CPI, é Comissão de Fiscalização e Controle. Nesse caso, temos de dissolvê-la. Para mantê-la até o final, é essencial que se veja o que ficou posto de equivocada ali. Se foi a forma como redigiu o documento o Senador Antero Paes de Barros, vamos corrigi-la. Se estiver faltando mais embasamento e adensamento, como foi a opinião de um assessor do Senador Efraim Morais hoje na Comissão, vamos adensar e cuidar de satisfazer as exigências do Supremo, para que aquele Tribunal, com sua capacidade de interpretar a Constituição Brasileira, conceda a quebra do sigilo. É grave a Comissão Parlamentar de Inquérito, neste momento, estar ameaçada de não poder mais quebrar sigilo de quem quer que seja.

Quanto ao Sr. Okamoto, sobram motivos para se ter o seu sigilo quebrado. E encerro, e encerro mesmo desta vez, dizendo que me causa mais espécie do que tudo ele morrer de medo de que seu sigilo seja quebrado. Ele não quer que quebrem o sigilo dele. Pronto! Ele não aceita que quebrem seu sigilo. Então, tem jabuti em cima da árvore, se quero interpretar uma boa do caboclo da minha terra: “Tem jabuti em cima da árvore, e, se jabuti está em cima da árvore, ou aquilo é obra de enchente ou de mão de gente”. Não entendo! Deveria ser de somenos importância. Quer quebrar o sigilo? Quebra! Pronto! Está aqui o sigilo. Qual o problema de quebrar? Agora, não. Virou uma batalha campal. Aqui não posso comparar a Passionária com essas pessoas, mas **no pasarán, no quebrarán los sigilos del Señor Okamoto. No pasarán!** É a Passionaria ao contrário. Não está certo. Não é justo, e não há coerência em certos membros do PT defenderem isso, porque queriam quebrar o sigilo do Papa João Paulo II; já tentaram quebrar o sigilo da Madre Teresa de Calcutá; já tentaram quebrar o sigilo de D. Hélder Câmara; e agora não querem deixar quebrar o do Okamoto!

Inventam todas as piores desculpas para que não se investigue a fundo. E hoje houve uma resposta muito nítida do Presidente da CPI dos Bingos,

Senador Efraim Morais: “Não adianta postergarem. O que vão conseguir com isso é a prorrogação da CPI por mais alguns meses. E, se sentirmos obstaculização e tentativa de se dissolverem os efeitos práticos da própria CPI, vamos prorrogá-la”. É ano eleitoral! Se não querem, vamos trabalhar para que possamos concluir no prazo que está correndo. Fora disso, vamos conseguir as 27 assinaturas e vamos prorrogar a Comissão Parlamentar de Inquérito, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

*Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma e Mão Santa, sucessivamente.*

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Azeredo.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ao final desta sessão, informo uma notícia do meu Estado de Minas Gerais, atinente à beatificação do Padre Eustáquio, a realizar-se em 15 de junho, dia de Corpus Christi, no estádio do Mineirão, em Belo Horizonte. A data oficial da celebração foi anunciada, nesta terça-feira, pelo Arcebispo metropolitano de Belo Horizonte, Dom Walmor Oliveira. Segundo o Arcebispo, o Papa Bento XVI permitiu que a cerimônia fosse realizada na Capital mineira, abrindo a festa a toda a população.

No dia 19 de dezembro do ano passado, o Papa reconheceu uma cura milagrosa atribuída a Padre Eustáquio, há mais de 40 anos.

Nascido na Holanda em 1890, Padre Eustáquio veio para o Brasil como missionário e foi religioso da Congregação dos Sagrados Corações e pároco nas cidades de Romaria (MG), Poá (SP), Ibiá (MG) e Belo Horizonte, também em Minas Gerais, onde morreu em 30 de agosto de 1943.

O Padre Eustáquio era também muito querido por todos os mineiros, inclusive pelo Presidente Juscelino Kubitschek, que a ele recorreu em suas orações, na época, para que pudesse ter sua filha Márcia Kubitschek.

Dessa maneira, trago esta informação da data de hoje da beatificação de Padre Eustáquio, que será realizada em Belo Horizonte.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao orador que está na tribuna, o Senador Antonio Carlos Valadares.



**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho a esta tribuna tratar de tema da maior importância para o nosso País: a agricultura!

Todos nós sabemos que o agronegócio vem batendo recordes de exportações.

Hoje, no Brasil, o agronegócio alcançou proporções gigantescas, abarcando em torno de um terço do nosso PIB, e, como argumenta o Ministro Roberto Rodrigues, ele se constitui na “soma das atividades que começam nas pranchetas de um pesquisador científico e terminam na gôndola do supermercado. Tanto que o agronegócio (31% do PIB brasileiro) é muito maior que a produção rural (9% do PIB). Nesse sentido amplo, todo o produtor, do pequeno ao gigantesco, pertence ao agronegócio”.

Estamos falando do setor líder das exportações brasileiras: o saldo da balança do agronegócio, da exportação de *commodities* vem crescendo ao ponto de o Brasil já deter liderança agrícola mundial em café, açúcar, suco de laranja e soja, carne bovina, frango, tabaco e etanol.

O que muitos de nós não sabemos – e é esse o motivo que me traz a esta tribuna – é o que vem ocorrendo do outro lado do balcão, do outro lado dos superávits de exportação de produtos agrícolas, do outro lado do nosso sucesso nas vendas internacionais. Detrás de todos esses recordes de exportações de *commodities*, vem acontecendo um fenômeno na nossa agricultura que tem de merecer a nossa atenção. E que é motivo do nosso discurso, preocupado, como sempre estive, com a busca de soluções para o nosso País e para o nosso agricultor.

Eis o problema ou eis a contradição: ao mesmo tempo em que ocorrem aqueles saldos de exportação, também estão ocorrendo prejuízos em vários setores do agronegócio. Somente o café e o petróleo não foram vítimas de prejuízos no ano passado, em 2005. Na mesma direção, tem sido constatada uma acumulação de pobreza rural, precarização das condições de vida e de trabalho do nosso homem do campo, enquanto a renda da agricultura cresce pouquíssimo se for comparada com a urbana.

Esses são dados oficiais que passaremos a expor em seguida, mas dele já queremos chamar reiteradamente a atenção para essa contradição: crescem os saldos de exportação, mas acumulam-se prejuízos em quase todos os setores do agronegócio. E ampliou-se, especialmente no ano passado, um ano ruim, o endividamento de uma ampla camada dos nossos agricultores.

Queremos chamar a atenção não somente para o problema, mas também para soluções, para projetos de lei que já se encontram em tramitação nesta Casa e sobre os quais nós podemos nos debruçar neste momento com a clara intenção de solucionarmos esse grave problema que, sem dúvida, pode comprometer seriamente o mais elogiado setor da produção brasileira. E pode vir a comprometer também os nossos saldos de exportação, que tanta diferença fazem na nossa contabilidade pública e tanta diferença poderiam fazer no nosso crescimento social global.

Vamos aos dados.

São dados, Sr. Presidente, da própria OCDE, publicados e divulgados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, e que revelam crescimento e concentração de pobreza na área rural das Regiões Norte e Nordeste do nosso País. Os dados mencionam um crescimento minúsculo da renda global rural, minúsculo especialmente se comparado com o crescimento da renda urbana, não-agrícola. Segundo aquele documento,

A melhoria da renda rural não foi atribuída à renda da agricultura, que cresceu somente 2% entre 1991 e 2000, comparada aos 38% de crescimento da renda não-agrícola. Além disso, a renda agrícola se tornou mais concentrada entre as famílias mais ricas, (...) e, dessa forma, pouco contribuiu para a redução da pobreza. A situação dos 20% mais pobres dentre as famílias rurais, que se encontram bem abaixo da linha de extrema pobreza (mais de um terço das famílias rurais), na realidade se deteriorou (...). O crescimento da renda no Centro Oeste foi forte o suficiente para reduzir a pobreza rural, muito embora a desigualdade tenha aumentado. A pobreza rural tem-se reduzido mais lentamente no Nordeste e aumentado na Região Norte, onde a população rural cresceu, indicando que a pobreza rural se encontra crescentemente localizada nessas duas regiões.

Aqui está claramente documentada a face perversa do sistema.

O mais curioso é que o volume do crédito rural cresceu de 2002 para 2005: cresceu de R\$2,2 bilhões para R\$6,2 bilhões no Pronaf. Aqui vai o nosso elogio ao Governo do Presidente Lula. No entanto, isso não foi suficiente para alavancar, de forma significativa, a renda **per capita** da população rural, nem foi suficiente para impedir aqueles prejuízos que mencionei há pouco.

Os dados daqueles documentos oficiais nos mostram, nas palavras do próprio Secretário de Política Agrícola do Governo, Ivan Wedekin, que o Brasil é marcado por grandes desequilíbrios de distribuição de renda, mas que, no entanto, “a renda **per capita** da população rural equivale a (apenas) 45% da renda de cada habitante no meio urbano”. Esse dado se encontra naquela publicação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Já mencionamos os prejuízos estampados na maioria dos setores da produção do agronegócio, o que levou a uma menor participação do setor no PIB. Pois bem, os dados estão no *site* da CNA, onde se menciona que:

O Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio teve uma retração de 3,4% em valores nominais, na comparação com o resultado do ano passado. O PIB do setor será de R\$520 bilhões, frente a R\$540 bilhões do ano passado. É a queda mais acentuada desde que o estudo começou a ser preparado, na safra de 1990/1991. No ano passado, o setor representou 30,07% do total do PIB brasileiro. Este ano (referindo-se ao ano de 2005), responderá por 28,13%.

Há outros dados, neste caso da Funcex, que demonstram que, à exceção do café, que teve rentabilidade de 34%, e refino de petróleo e petroquímica, 2%, as demais **commodities** tiveram prejuízo no ano passado.

A agropecuária foi a que apresentou maior variação de perda ou prejuízo, comparando-se 2004 com 2005. As perdas alcançaram 31,9%, segmento que foi prejudicado pela incidência da aftosa e da seca que atingiu a Região Sul do País.

Ora, se juntarmos as duas faces do mesmo problema, tudo fica bastante claro: o setor produtivo, que tem sido o maior responsável pela saúde das exportações brasileiras, está padecendo de uma doença que precisa ser curada urgentemente para que ele possa continuar garantindo os importantíssimos saldos de exportação. Essa face perversa do sistema tem que ser mudada: o campo precisa ter significativo crescimento de renda; o campo precisa reduzir sua extrema desigualdade, e a desigualdade não é maior por causa das políticas compensatórias que são desenvolvidas por intermédio do Governo Federal, com o Bolsa Família; o campo não pode continuar acumulando prejuízos, vendo sua produção encolher e enfrentando, com evidentes desvantagens, situações excepcionais de

mercado e de câmbio, como a do ano passado, sem que providências sejam tomadas a seu favor.

Nas palavras do Ministro Rodrigues em entrevista à revista **Carta Capital**, o ano de 2005 foi “o pior dos mundos: os custos agrícolas subiram, preços caíram, a produção diminuiu e o endividamento aumentou”; e tudo isso, diz ele, foi agravado pela questão cambial, pelo descasamento que ocorreu, de tal forma que “os insumos foram comprados com o dólar a R\$3,00, e a produção foi vendida com o dólar a R\$2,20; para piorar, os preços mundiais em dólar estavam muito baixos”.

É o próprio Ministro Rodrigues quem nos fornece os dados para que se possa entender por que 2005 foi um ano tão trágico para a agricultura e por que os produtores acumularam uma montanha de dívidas. É ele quem argumenta, naquela entrevista:

A perda de renda da agricultura brasileira no ano passado foi próxima de R\$20 bilhões – um buraco que não se tapa facilmente com políticas públicas. Aí veio o último complicador, que foi a enorme demora do governo em exercitar políticas para acudir os produtores nessa perda de renda e, de alguma forma, minimizar esses problemas. O primeiro instrumento do governo é o da comercialização da produção. Como os preços despencaram abaixo do preço mínimo (principalmente arroz, algodão e milho), a regra legal permite que o governo entre no mercado para sustentar os preços mínimos com recursos de comercialização. Mas não tínhamos orçamento para isso. Desde fevereiro eu solicitava à área econômica do governo R\$1 bilhão para poder jogar nesse mercado para segurar o preço. Esse R\$1 bilhão nunca veio. Nós tivemos somente em julho R\$ 400 milhões e em novembro outros R\$300 milhões. Falo do ano passado. Quando os recursos chegaram, o grosso da comercialização já tinha sido realizado e o prejuízo assumido pelos produtores. Prejuízo de R\$ 20 bilhões. Foi um ano trágico para a agricultura. A isso se somou o problema da febre aftosa, que também representou perdas muito grandes. Apesar disso tudo, fechamos o ano com um saldo na balança comercial de US\$38,4 bilhões, US\$4,3 bilhões a mais em relação a 2004.

Sr. Presidente, o balanço do ministro Roberto Rodrigues, da Agricultura, é, como mostramos, coerente

com os dados oficiais do próprio governo, e com aquela contradição para a qual estamos chamando a atenção de V. Ex<sup>as</sup>. Ou seja, para que o setor continue brilhando no mercado internacional, é preciso garantir a saúde do produtor e atacar de frente o grave problema dos prejuízos, do alto endividamento, da inadimplência, da ruína e da baixa renda do agricultor rural, problemas esses que, como foi demonstrado, alcançaram um auge no ano passado.

O importante, dentro desse quadro, é que temos nas mãos as ferramentas para que se comece o enfrentamento mais profundo dessa situação do homem do campo. Temos em mãos dois projetos de lei – projetos que foram convertidos na Câmara dos Deputados em um só – cujo debate e aprovação são da máxima importância para que se possa enfrentar aquele gargalo na situação penosa do produtor rural.

Ora, justamente, diante do quadro que acabamos de expor, como desconsiderar as propostas de repactuação e alongamento de dívidas oriundas do crédito rural?

Durante anos a fio, muitas foram as propostas que por aqui passaram com esse objetivo, mas nenhuma delas resolveu a contento a difícil situação do endividamento do meio rural, simplesmente porque os governos sempre subestimaram o tamanho da crise.

Para a quebradeira dos bancos, houve solução pronta e acabada com a criação do Proer, quando cerca de R\$ 30 bilhões foram torrados para o saneamento das instituições financeiras falidas.

Ora, por motivos que são conhecidos de todos, é inegável o descompasso entre o tratamento dado aos bancos para salvá-los de uma *débâcle* e as soluções surgidas para reerguer a agricultura, um setor produtivo cuja falência total ainda não aconteceu devido à força e à pujança do trabalho anônimo desenvolvido por quem vive no campo às custas de grandes sacrifícios.

Neste momento da convocação extraordinária, temos, quem sabe, a última oportunidade para chegar a uma solução definitiva para a crise da agricultura brasileira.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Antonio Carlos Valadares...

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Concedo já a V. Ex<sup>a</sup> o aparte com muito prazer, Senador Mão Santa.

É que já se encontra nesta Casa, para apreciação final, depois de uma ampla discussão na Câmara, o Projeto de Lei nº 142, de 2005, que aponta o cami-

nho mais correto visando ao objetivo de solucionar o grande e profundo endividamento rural.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o PLC nº 142, de 2005, do Deputado Roberto Pessoa, também vai ao encontro de uma renegociação de dívidas rurais que pode beneficiar o Nordeste e uma parte de Minas Gerais. Dentre as principais medidas desse projeto estão a redução das taxas de juros, o alongamento dos prazos de pagamento e desconto sobre o saldo devedor para quem pagar em dia ou antecipadamente.

O relator dessa matéria aqui no Senado Federal é o Senador Fernando Bezerra, que tem imensa responsabilidade, como o Parlamentar do Nordeste, de conduzir as negociações com o Governo e com as Senadoras e Senadores da Oposição e do Governo para resolver em definitivo essa crise permanente que se abateu sobre o setor agropecuário no Nordeste e em todas as regiões do Brasil.

Concedo o aparte ao eminente ex-Governador do Piauí, Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Antonio Carlos Valadares, recentemente estive no seu Estado e vi o carinho e a esperança que o povo de Sergipe, inclusive da própria capital, deposita em V. Ex<sup>a</sup>. Isso é fruto de um trabalho profundo e realista. O povo do Piauí, na sua capacidade sintética e na sua coragem, recentemente se manifestou a respeito do problema da agricultura. Visitei há pouco Uruçuí, que hoje seria a capital da soja, da última fronteira agrícola, dos onze mil hectares que o Piauí tem com plantação de soja, cidade que tem como prefeito um ex-Deputado, Chico Filho, um homem de grande vocação agrícola. Foram me recepcionar no aeroporto. Eu tinha encravado lá uma unidade da multinacional Bunge para beneficiar soja nessa cidade – a cidade cresceu muito. Senador, o Piauí tinha dez mil toneladas de soja e passou a produzir setecentas mil, dando condições para a implantação da fábrica da Bunge de beneficiamento de soja. Quando eu cheguei, fiquei perplexo: vários carros e veículos, Senadora Heloísa Helena, tinham um decalque do Lula. Pensei que isso se devesse ao fato de o Governador, que é do PT, estar por chegar. Ao me aproximar, vi que não era isso: o decalque traduz, faz uma síntese do repúdio dos homens do campo em relação a este Governo. Nele aparece Lula com aquela barba e os seguintes dizeres: “Lula, a nova praga da agricultura”. Esse é o clamor do homem que produz no Piauí!

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (PSB – SE) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa.

Temos uma grande oportunidade, o Governo Lula tem uma grande oportunidade. Já que Fernando Henrique salvou os bancos falidos criando o Proer, agora é o momento de nós criarmos, por intermédio desse projeto, o proer da Agricultura e salvar esse setor produtivo que tem sido castigado não apenas pelas intempéries – pelas secas e pelas chuvas em excesso – mas também pelos planos econômicos que jogaram, ao longo desses anos todos – alguns planos loucos –, a dívida dos agricultores lá para cima sem nenhuma contrapartida.

Criaram uma tal de TJLP. Essa TJLP foi responsável, sem dúvida alguma, pela astronômica dívida da agricultura brasileira. O expurgo da TJLP, aliás, é objeto de um projeto que apresentei no Senado Federal. Além desse projeto, há o do Senador pelo Estado da Bahia, César Borges. Estão sendo levados em consideração esses dois projetos: o do expurgo da TJLP a partir de 1989 e, também, a possibilidade de os agricultores negociarem as suas dívidas em até 25 anos – naturalmente, abatendo esse incrível saldo devedor que se apossou do endividamento brasileiro graças aos planos econômicos feitos em outros Governos e que foram assumidos um a um, sucessivamente, até chegarmos ao Governo do Presidente Lula.

A bem da verdade, Sr. Presidente, o PLC nº 142, de 2005, que certamente será votado pela Comissão de Assuntos Econômicos na próxima semana, na próxima terça-feira, com relatório do Senador Fernando Bezerra, do Rio Grande do Norte, abarca o próprio PLS nº 517, que é de autoria do Senador César Borges, e um projeto de minha autoria, o PLS nº 96, de 2001, em que busco expurgar, como falei, a TJLP das operações rurais realizadas com recursos dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Quero abrir um parêntese para reconhecer não só a luta de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa, mas a luta de muitos e muitos anos que aqui foi feita com muita coragem, com muito destemor, desde o Governo passado, pela Senadora Heloísa Helena, que sempre foi uma batalhadora em favor dos agricultores, justiça tenho de fazer, não apenas neste Governo, mas também no Governo Fernando Henrique Cardoso. Quantas vezes travamos, aqui, lutas tremendas para reduzir o endividamento rural e atender aos pequenos e médios agricultores por este País afora.

Tal benefício, Sr. Presidente, é auto-explicado porque, naquele período, as operações, de 1989 até 2000, estavam submetidas às formas de indexação

absolutamente incompatíveis com a natureza incerta da atividade rural e com a capacidade de pagamento dos agricultores. É que, somente a partir da aprovação da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, passou a adotar, nos processos de endividamento rural, a prática de juros pré-fixados, em condições mais compatíveis com a natureza do empreendimento agrícola e com o porte do tomador dos recursos.

Ora, Sr. Presidente, se não fosse a Lei nº 10.177, a situação estaria muito pior, porque a negociação não era pré-fixada, simbolizando o seguinte: em qualquer plano, qualquer indexador que fosse criado, **a posteriori**, após a assinatura do contrato, poderia incidir no pagamento da dívida do agricultor.

**O Sr. Efraim Morais** (PFL – PB) – Permite-me um aparte, Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Senador Efraim Morais, com muito prazer, concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Efraim Morais** (PFL – PB) – Senador Antonio Carlos Valadares, inicialmente, parabeno V. Ex<sup>a</sup> pelo brilhante e importante pronunciamento em defesa dos agricultores brasileiros, em especial dos nossos pequenos e médios agricultores do Nordeste. Nobre Senador, entendo perfeitamente esta luta. Participo dela. Sei da dificuldade que tem hoje o agricultor nordestino para saldar as suas contas. Sabe V. Ex<sup>a</sup>, que conhece tão bem quanto os Senadores Mão Santa e Heloísa Helena, que é simplesmente impossível o pequeno agricultor saldar essa dívida. Não adianta tentar aqui passar para 25, 30 anos, depois de morrer. Não há a menor chance. Infelizmente, essa é a realidade. Estamos novamente com outra seca. Está aí, o Nordeste está em polvorosa em função da questão climática. E não consigo entender, não sou economista, só faço Oposição ao Governo Lula e levanto esta questão sempre: por que é tão fácil perdoar dívida de outros países? Por que é tão fácil perdoar a dívida da Bolívia, que está aumentando o gás, o gás ficará mais caro para o nosso País? Por que investir ou perdoar dívida da Venezuela, Colômbia, da própria Argentina, e, para os nossos agricultores, nossos irmãos, que querem recomeçar sua vida... E não estamos querendo perdão para quem deve R\$1 milhão, R\$500 mil, não. É para quem deve até R\$30 mil, o pequeno agricultor. Porque aí se daria oportunidade de ele recomeçar, de ele não ter que vender seu animal, sua vaquinha, que dá leite ao seu filho, de ter condições de, se a chuva vier, poder novamente plantar, porque do jeito que está, Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex<sup>a</sup>, que conhece tão bem – e sou testemunha da defesa de V. Ex<sup>a</sup>, da

luta de V. Ex<sup>a</sup> em relação a essa causa – imagine que, daqui a pouco, esses pequenos proprietários... Porque sabe muito bem V. Ex<sup>a</sup> que ter 50 ou 100 hectares no sertão do meu Estado, na Paraíba, é melhor estar no Bolsa-Família, pois terá muito mais renda. Então, o que eu diria a V. Ex<sup>a</sup>? Daqui a pouco esse cidadão estará entregando sua propriedade ao banco. E o pior é isto, é que o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil estão cobrando a dívida e ameaçando o pequeno proprietário, tomando inclusive as terras. O que vai acontecer? Daqui a pouco os atuais proprietários serão os sem-terra, pessoas que terão que invadir a sua própria terra para poderem se manter. Digo isso a V. Ex<sup>a</sup>, que é um homem que tem trânsito no Governo e que defende essa causa ao lado de tantos outros Senadores aqui, para que possamos fazer um apelo até emocional ao próprio Governo no sentido de que entenda que, se houve um superávit tão grande, se há dinheiro sobrando neste Governo, se pagou tantos bilhões de dólares de juros, por que não perdoar um pouquinho, muito pouco, a dívida dos agricultores? Sei que conto com V. Ex<sup>a</sup> e que o Brasil todo entende a necessidade de dar condições a esses pequenos proprietários que estão sofridos, seja pelas secas, seja pelas enchentes. Mas o Governo, infelizmente, ao invés de uma solução está ameaçando e tomando as terras dos agricultores nordestinos. Parabenizo a V. Ex<sup>a</sup> pelo brilhante discurso, muito importante. Tive a oportunidade de tratar deste assunto, ontem, aqui da tribuna e V. Ex<sup>a</sup> merece o meu aplauso e o meu apoio ao seu discurso.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Efraim Moraes. V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão quando se refere à dívida dos pequenos proprietários que deixaram de produzir simplesmente porque não podem tomar nenhum financiamento no Banco do Nordeste, no Banco do Brasil ou qualquer banco autorizado pelo Ministério da Fazenda por meio dos fundos constitucionais a fim de manterem as suas famílias. Muitos deles já perderam as suas terras, alguns deles já abandonaram a atividade agrícola, foram para a cidade e não têm como pagar essa dívida.

Hoje mesmo eu me encontrei casualmente com o Dr. Paulo, assessor do Senador Jonas Pinheiro. Sempre que tenho alguma dúvida sobre problemas agrícolas, procuro o Dr. Paulo, que é o assessor nesta área de S. Ex<sup>a</sup>, e ele me disse o seguinte: que o Senador Jonas Pinheiro enviou para a Consultoria do Senado um pedido para que fizesse um estudo a respeito da dívida dos pequenos agricultores a fim de que essa dívida fosse dispensada. E que, com isso, com o projeto que

está em andamento no Senado Federal, o de número 142... Isto é, uma dívida que foi tomada 1989, por exemplo, de R\$5 mil, hoje está em R\$25 ou R\$30 mil. Não há possibilidade alguma de o pequeno agricultor pagar. Ora, o estoque dessa dívida não vai resolver o problema do Brasil, mesmo porque é impagável. Seria melhor, como disse V. Ex<sup>a</sup>, dispensar e partirmos para uma nova etapa em que o pequeno agricultor pudesse se reinstalar no campo e produzir e não apenas receber o Bolsa-Família.

O Programa Bolsa-Família, a meu ver, é um programa provisório; é um programa que visa resolver um problema em um momento de emergência, porque o Brasil está com mais de 30 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza, e esse é um programa compensatório. Mas o programa produtivo da agricultura precisa voltar. E só voltar dessa maneira como se referiu V. Ex<sup>a</sup>, dando oportunidade aos que tomaram R\$35, R\$50, R\$100 ou até R\$200 mil a recomporem essa dívida em 25 anos para que possam voltar à atividade agrícola. Essa é a única maneira pela qual o Brasil poderá caminhar – como está caminhando – para se tornar um dos grandes exportadores de agronegócio no mundo inteiro. As **commodities** do Brasil na área agrícola têm funcionado e ajudado o nosso País, muito embora, Senador Efraim Moraes, eu tenha mostrado que somente dois setores se beneficiaram na exportação e não tiveram prejuízo: o petróleo e o café.

O agronegócio teve um prejuízo de 32% em relação ao ano de 2004, significando dizer que, se o grande, aquele que exporta, está tendo prejuízo de 32%, imaginem o pequeno que não tem por onde gritar. Está cavando a própria sepultura no meio rural, porque não tem onde bater.

Então, o Governo do Presidente Lula, que é voltado para o social, tem essa grande oportunidade. Agora, o Senado Federal também tem essa grande oportunidade, abrindo as portas para uma negociação definitiva e uma solução permanente para o grande endividamento rural que assola o nosso País, pior do que as intempéries, as secas e as chuvas que acontecem no Brasil.

Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> que o Senado Federal publique na íntegra o meu discurso. Não me alongarei, para que os outros oradores tenham o mesmo direito que eu.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES.**

## DO SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – PSB/SE

Senhor Presidente,  
Senhora e senhores Senadores,

Venho à tribuna do Senado Federal tratar de um tema de máxima importância para o nosso país: a agricultura!

Todos nós sabemos que o agronegócio vem batendo recordes de exportações.

Hoje, no Brasil o agronegócio alcançou proporções gigantescas abarcando em torno de um terço do nosso PIB, e como argumenta o ministro Roberto Rodrigues, ele se constitui na “*soma das atividades que começam nas pranchetas de um pesquisador científico e terminam na gôndola do supermercado. Tanto que o agronegócio (31% do PIB brasileiro) é muito maior que a produção rural (9% do PIB). Nesse sentido amplo, todo produtor, do pequeno ao gigantesco, pertence ao agronegócio*”.

Nós estamos falando do setor-líder nas exportações brasileiras: o saldo da balança do agronegócio, da exportação de *commodities* vem crescendo ao ponto do Brasil já deter liderança agrícola mundial em café, açúcar, suco de laranja e soja, carne bovina, frango, tabaco e etanol.

O que muitos de nós **não sabemos** - e é esse o motivo que me traz a essa tribuna - é o que vem ocorrendo do outro lado do balcão, do outro lado dos superávits de exportação de produtos agrícolas, do outro lado do nosso sucesso nas vendas internacionais. Detrás de todos esses recordes de exportação de *commodities* vem acontecendo um fenômeno na nossa agricultura que tem que merecer a nossa atenção. E que é motivo do nosso discurso, preocupado, como sempre estive, com a busca de soluções para o nosso país e para o nosso agricultor.

Eis o problema ou a contradição: ao mesmo tempo em que ocorrem aqueles saldos de exportação, também estão ocorrendo **prejuízos** em vários dos setores do agronegócio: somente o café e o petróleo não foram vítimas de prejuízos em 2005. Na mesma direção tem sido constatada uma acumulação

de pobreza rural, precarização das condições de vida e de trabalho do nosso homem do campo, enquanto **a renda** da agricultura cresce pouquíssimo se for comparada com a urbana.

Esses são dados oficiais, que nós passaremos a expor em seguida, mas desde já queremos chamar reiteradamente a atenção para essa contradição: crescem os saldos de exportação mas acumulam-se prejuízos EM QUASE TODOS OS SETORES do agronegócio e ampliou-se – especialmente no ano passado, um ano ruim - o endividamento de uma ampla camada dos nossos agricultores.

Queremos chamar a atenção não somente para o problema, mas também para soluções, para projetos de lei que já se encontram em tramitação nesta Casa e sobre os quais nós podemos nos debruçar neste momento com a clara intenção de solucionarmos esse grave problema que sem dúvida pode comprometer seriamente o mais elogiado setor da produção brasileira. E pode vir a comprometer também os nossos saldos de exportação que tanta diferença fazem na nossa contabilidade pública e tanta diferença poderiam fazer no nosso crescimento social global.

Vamos aos dados.

São dados, senhor Presidente, da própria OCDE, publicados e divulgados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, e que revelam crescimento e concentração de pobreza na área rural da região Norte e Nordeste do nosso país. Os dados mencionam um **crescimento minúsculo** da renda global rural, minúsculo especialmente se comparado com o crescimento da renda urbana, não-agrícola. Segundo aquele documento,

*“a melhoria da renda rural não foi atribuída à renda da agricultura, que cresceu somente 2% entre 1991 e 2000, comparada aos 38% de crescimento da renda não-agrícola. Além disso, a renda agrícola se tornou mais concentrada entre as famílias mais ricas, (...), e, dessa forma, pouco contribuiu para a redução da pobreza. A situação dos 20% mais pobres dentre as famílias rurais, que se encontram bem abaixo da linha de extrema pobreza (mais de um terço das famílias rurais), na realidade se deteriorou. (...). O crescimento da renda no Centro-Oeste foi forte o suficiente para*

*reduzir a pobreza rural, muito embora a desigualdade tenha aumentado. A pobreza rural tem-se reduzido mais lentamente no Nordeste e aumentado na Região Norte, onde a população rural cresceu, indicando que a pobreza rural se encontra crescentemente localizada nessas duas regiões”.*

Aqui está claramente documentada a face perversa do sistema.

O mais curioso é que o volume de crédito rural cresceu de 2002 para 2005, cresceu de R\$ 2,2 bilhões para R\$ 6,2 bilhões no PRONAF – e aqui vai nosso elogio ao governo Lula – mas, no entanto, não foi suficiente para alavancar significativamente a renda per capita da população rural. E nem foi suficiente para impedir aqueles prejuízos que mencionei há pouco.

Os dados daqueles documentos oficiais nos mostram, nas palavras do próprio secretário de Política Agrícola do governo, (SPA), Ivan Wedekin, que o Brasil é marcado por grandes desequilíbrios de distribuição de renda mas que, no entanto, “a renda per capita da população rural equivale a (apenas) 45% da renda de cada habitante no meio urbano”. Este dado se encontra lá naquela publicação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Nós já mencionamos os prejuízos estampados na maioria dos setores da produção do agronegócio o que levou a uma menor participação do setor no PIB. Pois bem, os dados estão lá no *site* da CNA onde se menciona que

*“o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio teve uma retração de 3,4% em valores nominais, na comparação com o resultado do ano passado. O PIB do setor será de R\$ 520 bilhões; frente R\$ 540 bilhões no ano passado. É a queda mais acentuada desde que o estudo começou a ser preparado, na safra 1990/1991. No ano passado, o setor representou 30,07% do total do PIB brasileiro. Este ano (referindo-se ao ano de 2005), responderá por apenas 28,13%”.*

Há outros dados, neste caso da Funcex, que demonstram que, à exceção do café que teve rentabilidade de 34% e refino de petróleo e petroquímica, 2%, **as demais commodities tiveram prejuízos ano passado.**

A agropecuária foi a que apresentou maior variação de perda ou prejuízo comparando-se 2004 com 2005. As perdas alcançaram 31,9%,



segmento que foi prejudicado pela incidência da aftosa e da seca que atingiu a Região Sul do País.

Ora, se nós juntarmos as duas faces do mesmo problema, tudo fica bastante claro: o setor produtivo que tem sido maior responsável pela saúde das exportações brasileiras está padecendo de uma doença que precisa ser curada urgentemente para que ele possa continuar garantindo os importantíssimos saldos de exportação. Essa face perversa do sistema tem que ser mudada: o campo precisa ter significativo crescimento de renda; o campo precisa reduzir sua extrema desigualdade; o campo não pode continuar acumulando prejuízos, vendo sua produção encolher e enfrentando com evidentes desvantagens situações excepcionais de mercado e de câmbio como a do ano passado sem que providências sejam tomadas a seu favor.

Nas palavras do ministro Rodrigues em entrevista à revista *Carta Capital*, o ano de 2005 foi “*o pior dos mundos: os custos agrícolas subiram, preços caíram, a produção diminuiu e o endividamento aumentou*”; e tudo isso, diz ele, foi agravado pela questão cambial, pelo descasamento que ocorreu, de tal forma que “*os insumos foram comprados com o dólar a 3 reais e a produção foi vendida com o dólar baixo, a 2,20; para piorar os preços mundiais em dólar estavam muito baixos*”.

É o próprio ministro Rodrigues quem nos fornece os dados para que se possa entender porque 2005 foi um ano tão trágico para a agricultura e porque os produtores acumularam uma montanha de dívidas. É ele quem argumenta, naquela entrevista:

*“A perda de renda da agricultura brasileira no ano passado, foi próxima de R\$ 20 bilhões – um buraco que não se tapa facilmente com políticas públicas. Aí veio o último complicador, que foi a enorme demora do governo em exercitar políticas para acudir os produtores nessa perda de renda e, de alguma forma, minimizar esses problemas. O primeiro instrumento do governo é o da comercialização da produção. Como os preços despencaram abaixo do preço mínimo (principalmente arroz, algodão e milho), a regra legal permite que o governo entre no mercado para sustentar os preços mínimos com recursos de comercialização. Mas não tínhamos orçamento para isso. Desde fevereiro eu solicitava à área econômica do*

*governo R\$ 1 bilhão para poder jogar nesse mercado para segurar o preço. Esse R\$ 1 bilhão nunca veio. Nós tivemos somente em julho R\$ 400 milhões e em novembro outros R\$ 300 milhões. Quando os recursos chegaram, o grosso da comercialização já tinha sido realizado e o prejuízo assumido pelos produtores. Foi um ano trágico para a agricultura. A isso se somou o problema da febre aftosa, que também representou perdas muito grandes. Apesar disso tudo, fechamos o ano com um saldo na balança comercial de US\$ 38,4 bilhões, US\$ 4,3 bilhões a mais em relação a 2004”.*

O balanço do ministro Roberto Rodrigues é, como mostramos, coerente com os dados oficiais do próprio governo, e com aquela contradição sobre a qual estamos chamando a atenção dos Senhores. Ou seja, para que o setor continue brilhando no mercado internacional é preciso garantir a saúde do produtor e atacar de frente o grave problema dos prejuízos, do alto endividamento e inadimplência, da ruína e da baixa renda do agricultor rural, problemas esses que, como foi demonstrado, alcançaram um auge no ano passado.

O importante, dentro desse quadro, é que temos nas mãos as ferramentas para que se comece o enfrentamento mais profundo dessa situação do homem do campo. Temos em mãos dois projetos de lei cujo debate e aprovação são da máxima importância para que se possa enfrentar aquele gargalo na situação penosa do produtor rural.

Ora, justamente, diante do quadro que acabamos de expor, como desconsiderar as propostas de repactuação e alongamento de dívidas oriundas do crédito rural?

Durante anos a fio muitas foram as propostas que por aqui passaram com esse objetivo, mas nenhuma delas resolveu a contento a difícil situação do endividamento do meio rural, simplesmente porque os governos sempre subestimaram o tamanho da crise. Para a quebradeira dos Bancos houve solução pronta e acabada com a criação do PROER quando cerca de 30

bilhões de reais foram torrados para o saneamento das instituições financeiras falidas.

Ora, por motivos que são conhecidos de todos, é inegável o descompasso entre o tratamento dado aos bancos para salvá-los de uma débâcle e as soluções surgidas para reerguer a agricultura cuja falência total ainda não aconteceu devido à força e à pujança do trabalho anônimo desenvolvido por quem vive no campo, às custas de grandes sacrifícios.

Neste momento da convocação extraordinária temos, quem sabe, a última oportunidade de uma solução definitiva para a crise da agricultura brasileira. É que já se encontra nesta Casa para apreciação final, depois de uma ampla discussão na Câmara, o projeto de lei nº 142, de 2005, que aponta o caminho mais correto visando aquele objetivo.

Senhoras e senhores Senadores, o PLC 142, de 2005, do deputado Roberto Pessoa, também vai ao encontro de uma renegociação de dívidas rurais que pode beneficiar o Nordeste e uma parte de Minas Gerais. Dentre as principais medidas desse projeto estão a redução das taxas de juros, o alongamento dos prazos de pagamento e descontos sobre o saldo devedor para quem pagar em dia ou antecipadamente. *RELATOR FERNANDO BEZERRA*

**A bem da verdade, o PLC 142/2005 abarca o próprio PLS 517/2003 e um projeto de minha autoria, o PLS 96/2001, onde busco expurgar a TJLP das operações rurais realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e do Centro-Oeste. Ora, é que o Substitutivo do PLC 142/2005 da Câmara dos Deputados estabelece em seu art. 2º que serão beneficiados os agricultores, pessoas físicas e jurídicas, e demais instituições do setor rural ali identificadas, somente quando mutuários das operações identificadas no art. 1º, se firmadas na área de atuação da ADENE entre 27 de setembro de 1989 a 31 de dezembro de 2000.**

Tal benefício é auto-explicado porque naquele período as operações da dívida rural estavam submetidas a formas de indexação absolutamente incompatíveis com a natureza incerta da atividade rural e com a capacidade de pagamento dos agricultores. É que somente a partir da aprovação da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, é que se passou a adotar nos processos de

endividamento rural a prática de juros prefixados, em condições mais compatíveis com a natureza do empreendimento agrícola e com o porte do tomador dos recursos.

Evidentemente reconheço que a dificuldade do governo não é a falta de vontade política ou sequer insensibilidade social, mas sim os compromissos deixados pelo governo anterior para com uma política macroeconômica ortodoxa, em função da qual o impacto financeiro para arcar com os custos dessa repactuação se torna alto, uma vez que o próprio projeto da Câmara estabelece que o governo federal poderá emitir até R\$ 07 bilhões em títulos da dívida pública.

De qualquer modo, a gravidade daquela contradição que mencionei no meu discurso, os problemas que ameaçam corroer os nossos saldos de exportação, os problemas climáticos do semi-árido nordestino, como de resto de toda a região Nordeste, a crise do endividamento do nosso agricultor, são de amplo conhecimento, desnecessário, portanto, enumerar a todos eles. Na área do crédito rural a situação é ainda mais grave e a dívida dos agricultores nordestinos, foi contraída com as instituições financeiras em patamares insuportáveis para a sua capacidade de pagamento. Houve um evidente descasamento entre os valores das dívidas dos agricultores nordestinos, inflados pelos juros altos e indexados praticados entre nós, e o aumento da inadimplência, em decorrência da seca e das garantias oferecidas por ocasião da contratação.

Por todas estas razões, somos favoráveis ao debate amplo sobre a repactuação e alongamento da dívida rural; e essa convocação extraordinária pode ser uma excelente oportunidade, inclusive para não ficarmos presos a debates menores.

Precisamos todos pensar no Brasil. E pensar em agricultura brasileira é pensar no Brasil. Precisamos garantir que a repactuação e alongamento da dívida, de fato e de direito, se converta em benefício dos trabalhadores no campo.

Era o que tinha a dizer.

*Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Flexa Ribeiro.*

**O SR. PRESIDENTE** (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Nobre Senador, de acordo com o Regimento, a Mesa atenderá a solicitação de V. Ex<sup>a</sup>. Parabenizo V. Ex<sup>a</sup> pelo brilhante pronunciamento sobre o problema seriíssimo do estoque da dívida dos pequenos agricultores e do setor industrial. Há necessidade de se encontrar uma solução definitiva para que as pessoas afastadas do segmento produtivo possam retornar à produção.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, Líder do P-SOL.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Com a aquiescência da Senadora Heloísa Helena, Líder do P-SOL, gostaria de requerer, Sr. Presidente, que façamos uma homenagem à Sr<sup>a</sup> Coretta Scott King, viúva de Martin Luther King Jr., que faleceu hoje aos 78 anos. O ex-prefeito de Atlanta, Andrew Young, muito amigo da família, informou hoje que ela faleceu dormindo. Ela já não estava bem de saúde. No último dia 16, feriado nos Estados Unidos, em homenagem ao Líder dos direitos civis, ela se encontrava em cadeira de rodas. Não discursou nesse último dia de homenagem a Martin Luther King Jr. Ressalto que a Sr<sup>a</sup> Coretta King era considerada uma primeira-dama da luta pelos direitos civis nos Estados Unidos.

Então, por toda a batalha que realizou juntamente com o seu marido para que pudessem avançar nos Estados Unidos da América e no mundo os direitos humanos, sobretudo, dos negros e de todos aqueles que, de alguma maneira, tiveram desrespeitado os seus direitos, possamos todos homenagear a Sr<sup>a</sup> Coretta King e o seu marido Martin Luther King Jr.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – A Mesa se associa à manifestação de V. Ex<sup>a</sup> e, lamentando o falecimento da viúva de Martin Luther King Jr., fará o encaminhamento solicitado.

Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, como possibilita o Regimento, solicito falar sentada.

Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, sinto muito, Senador Flexa Ribeiro, porque vou deixar-lhe sentado durante 43 minutos, no mínimo.

**O SR. PRESIDENTE** (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Senadora, é uma alegria e um prazer ouvi-la não só por 43 minutos, mas pelo tempo que V. Ex<sup>a</sup> precisar.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Muito obrigado, e tenha V. Ex<sup>a</sup> a certeza de que não é uma provocação tola.

Senador Flexa Ribeiro, posso me considerar a menor partícula na dimensão do universo se comparada com um serviçal daqui, uma das meninas lindas, maravilhosas, que às vezes se trancam no banheiro para poder lanchar. Ganhando um salário miserável, às vezes não conseguem nem um vale transporte para ir para casa. Então, em relação às serviçais da Casa, considero-me uma medíocre partícula na dimensão do universo, mas nem em relação a Senador, nem a Presidente da República, nem a Ministro do Supremo, a ninguém, deixo que seja retirado aquilo que conquisei. Não é por promiscuidade com os setores poderosos do Estado de Alagoas, até porque sabem todos que havia uma moda em Alagoas que, para se sentar nestas cadeiras azuis, tinha de ser de família tradicional, tinha de ser das varandas dos usineiros, tinha de ser daqueles ricos e poderosos abençoados pela elite política e econômica que nunca me abençoou; muito pelo contrário. Tudo fez, Senador Flexa Ribeiro, para me esmagar, liquidar-me na alma e no coração. Imagine, Senador Mão Santa, o que eu passei para chegar aqui!

É por isso que, tendo a honra de ter aqui a minha Líder na Câmara dos Deputados, a minha querida Deputada Luciana Genro, vou falar durante 43 minutos. Eu sinto muito, porque vai ser para quem quiser e para quem não quiser ouvir. E deu o azar de ser V. Ex<sup>a</sup>, que é tão querido e carinhoso, que terá de me agüentar, Sr. Presidente.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite roubar um minuto desses?

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P – SOL – AL) – Pode começar, Senador.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> nos encanta pela coragem da mulher que V. Ex<sup>a</sup> sintetiza. Rui Barbosa está ali. Sabemos muito dele e, por isso, ele está ali. Mas um dos ensinamentos dele que muito me encantou foi a frase: “O homem – o **homo sapiens**, o homem e a mulher – que não luta pelo seu direito não merece viver”. Então, V. Ex<sup>a</sup> segue a mensagem

de Rui Barbosa, nosso patrono. Está no Código Civil que o direito é igual para todos. Mas não é só isso não. V. Ex<sup>a</sup>, com esse tempo, vai premiar o povo brasileiro ao ouvir o que V. Ex<sup>a</sup> pensa e será capaz de fazer por este Brasil, quando ele tiver a consciência como a do irmão do Chile, que elegeu uma mulher para Presidente.

**A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL)** – Obrigada, Senador Mão Santa.

Senador Flexa Ribeiro, para completar, além de ter contado com a generosidade do povo de Alagoas, ainda aconteceu um fato no dia da eleição. Claro que eu achava que não iria ganhar a eleição para o Senado, era apenas uma vaga e sabe V. Ex<sup>a</sup> exatamente como é a disputa. Dois dos cinco candidatos com os quais eu disputava eram muito fortes, apoiados por pessoas muito fortes e muito poderosas. Eu achava que não iria ganhar a eleição.

Sabe V. Ex<sup>a</sup> que, no dia da eleição, geralmente nós, candidatas, andamos nas seções eleitorais cumprimentando as pessoas. Eu acordei paralisada no dia da eleição. Lembro que peguei o Evangelho. Dormi na casa de uma prima minha, a Lúcia, e o Evangelho do marido dela, o Guilherme, estava ao lado.

Eu o peguei e o abri, naquela mania que temos de abrir em qualquer página do Evangelho. Sabem o que tinha lá? “O eleito”. Olha, alguém não acreditar é difícil! Sabem aquela passagem da transfiguração? É aquela passagem em que Jesus leva Pedro, Tiago e João a um monte, e lá eles encontram duas pessoas que eles identificam como Moisés e Elias. Lá Deus diz: “Esse é o meu filho eleito”. Assim, eu não tinha nem o direito de ter dúvida, embora eu tenha ficado ainda com dúvida. Porém, na hora em que vi aquilo...

Então, foi muita benção, benção demais. Foi generosidade do povo e benção de Deus! É por isso que não deixo que ninguém tire meu mandato.

Senador Flexa Ribeiro e minha querida Deputada Luciana Genro, qualquer pessoa de Alagoas ou do Brasil tem todo o direito de achar que sou péssima Senadora. É normal isso. Uma pessoa pode achar isso, tem esse direito, do mesmo jeito que posso achar que determinados Senadores o são, por com eles não me identificar. Mas, em relação a uma coisa tenho a consciência tranqüila: dei tudo que eu podia dar da minha saúde, da minha capacidade de trabalho; dei tudo o que eu podia dar, e é isso que me dará, seja deixando o mandato, sendo reconduzida para qualquer outro mandato, voltando para a sala de aula ou tendo qualquer uma outra oportunidade, a consciência tranqüila. E, mais do que a consciência tranqüila, é preciso ter a certeza de que se podem

olhar os caminhos que foram trilhados no mundo da política e ter a certeza de que não se vai poder apenas sorrir, mas se vai poder gargalhar para qualquer um, do mais simples ao mais poderoso, no mundo da política e dizer: “Eu o desafio, apresente uma mácula, apresente algo que me desonre como mulher, como mãe, como trabalhadora, como Senadora! Apresente uma única mácula!”.

Então, posso ter sido péssima Senadora, mas tenho a consciência tranqüila de que dediquei tudo que eu tinha – do meu amor, da minha capacidade de trabalho, da minha saúde – para honrar o povo de Alagoas e o povo brasileiro.

É por isso que não deixo ninguém, nem o Presidente Lula, nem o Presidente do Senado, nem o Presidente da Câmara, nem o Líder do Governo, nem o Líder de uma parte da Oposição, tirar meu mandato, por que ele foi dado pela generosidade do povo de Alagoas. Não foi concessão de ninguém, absolutamente, só benção de Deus e do povo de Alagoas.

É por isso que tenho dito várias vezes que, toda vez que ocupar a tribuna a velha polêmica – sobre a qual brinco, às vezes, dizendo que é um caso de amor mal resolvido, em que cada um quer ser o que o outro foi no passado – entre o setor da Oposição vinculado ao Governo passado e as representações do atual Governo, vou entrar no debate do mesmo jeito, porque representam o mesmo projeto, absolutamente o mesmo projeto.

Para nós, a tristeza se dá não com rancor, não com mágoa, não com lamentação, não com melancolia, com nada disso. Para nós, do P-SOL, o significado disso é mais dramático, porque uma coisa era o Governo Fernando Henrique legitimar e aprofundar o projeto neoliberal, sujeitando-se a uma inserção na globalização capitalista, subordinada aos interesses do setor hegemônico do capital, que é o capital financeiro. Até aí, nós combatíamos com a ferocidade que considerávamos necessária, porque passamos mais de vinte anos da nossa vida disputando, no imaginário popular, mentes e corações em torno de uma alternativa ao pensamento único, representado pelo projeto neoliberal. Fizemos isso por muito tempo.

O que é desolador para a Esquerda – por isso, a batalha será gigantesca, Senador Mão Santa – é o fato de o atual Governo, o Governo Lula, haver legitimado, no imaginário popular, a verborragia da patifaria neoliberal. Tudo o que passamos anos de nossas vidas dizendo simbolizar irresponsabilidade fiscal, social e administrativa, eles passaram a conduzir da mesma forma, enaltecendo o pensamento único como única

possibilidade de se inserir na tal da globalização capitalista. Então, isso é muito grave.

Não é à toa que eu até brincava aqui, minha querida Deputada Luciana Genro, dizendo que falaria hoje, mesmo que fosse das novas luas de Saturno descobertas hoje. O universo é muito grande. V. Ex<sup>a</sup> deve ter visto, meses atrás, que alguns cientistas descobriram a possibilidade de um novo anel de Saturno – gosto desses assuntos. Um novo anel de Saturno! Para V. Ex<sup>a</sup> ter uma idéia, olhe como existe alta tecnologia e pesquisa: pode-se ouvir o barulho de uma sonda pousando em um planeta; pode-se detectar, com precisão, que um dos novos anéis de Saturno tem 300 quilômetros. Estão na dúvida ainda se descobriram uma nova lua, além das 34, perto de Pandora, que não é a maior lua de Saturno, e sim, a de Titã, ou se é um acúmulo de partículas. Tudo isso se sabe. Sabe-se de detalhes das galáxias e até da precisão: a 138 mil quilômetros do centro de Saturno, um novo objeto foi detectado. Sabe-se até o que existe na lua de Titã: podem ser os chamados hidrocarbonetos aromáticos, metano, etano, pode ser o congelamento de mares ou lagos com esses hidrocarbonetos aromáticos!

Vejam como se sabe de muita coisa! O que houve de revolução tecnológica, científica! Então, com essas coisas, temos de reconhecer que somos uma partícula na dimensão do universo.

O mundo descobriu tantas e tantas coisas, que não temos o direito, sob pena de acharmos que estamos no fatalismo do fim da história, de apresentar o projeto neoliberal como única alternativa possível e de mentir. Isto que é pior: mentir. Fico impressionada como o Governo não tem óleo de peroba para lustrar tanta cara-de-pau. Se fosse lenda, fantasia, se fossem coisas esotéricas, tudo bem, mas eles saem por aí, mentindo para a opinião pública em relação ao Fundo Monetário Internacional. É um Governo que legitima a verborragia neoliberal. Quem é honesto intelectualmente, quem analisa os memorandos técnicos, as cartas-compromisso, as cartas de ajuste, sabe exatamente o quanto esse Governo é subordinado a todo o receituário imposto pelo Fundo Monetário Internacional. E eles mentem na televisão, o Presidente da República mente. Mentem dizendo que resolveram o problema da dívida externa brasileira.

Pode uma coisa dessas? Tem lógica dizer uma coisa dessa com um superávit como esse? É um superávit construído às custas da dor, da miséria, do desemprego, da desestruturação de parques produtivos,

da destruição de postos de trabalho. É muito cinismo! É por isso que o povo odeia político. É por isso que o povo odeia político e faz a generalização perversa, põe o vagabundo, o vigarista, o delinqüente de luxo junto com as pessoas de bem, independentemente das posições que elas defendam.

Respeito muito mais aquele que se reivindica de Direita ideológica, que defende uma visão de mundo completamente distinta da minha – estou aqui para combater o que ele está a defender, e ele está a combater o que estou a defender –, respeito-o muito mais do que a desonestidade intelectual, que sempre vem junto com a desonestidade de saquear os cofres públicos, de patrocinar tudo. Ninguém pode nem imaginar o que determinadas pessoas são capazes de fazer, e até eu me surpreendo ao tomar conhecimento do que essas pessoas podem fazer do lixo do luxo; do que existe de mais sórdido, de mais podre na convivência humana, na convivência política. É realmente impressionante o que vamos vendo todos os dias.

E como se constrói isso? Às custas do quê? Às custas da ausência do serviço de saúde para o filho da Heloísa, para o filho do Senador Flexa Ribeiro, do Senador Mão Santa, da Deputada Luciana Genro? Não. É às custas da dor, da miséria, da desestruturação das políticas públicas e das políticas sociais para os pobres.

Todas as vezes que eles estão saqueando, roubando, pela Desvinculação de Receitas da União, mais de 20% da saúde, da assistência social, da previdência pública, é o aposentado que não consegue o reajuste do seu salário; é o desempregado que vai para a marginalidade, para o narcotráfico como último refúgio; é a menininha que vai para a rua vender o corpo por um prato de comida; é um menininho de cinco anos que vai virar olheiro do narcotráfico para lanchar um sanduíche de mortadela e que será introduzido ao *crack*, para a dependência ser eterna. É assim. Depois, choram quando vêem a mulher que joga uma menininha recém-nascida no lago.

A sociedade vai desestruturando tanto os laços de amor e de ternura que ninguém nem pode saber de quem tem mais pena: se de uma mulher que joga uma criança fora – cuja maternidade a sociedade canta em verso e prosa –, mulher essa da qual a sociedade já retirou tudo o que ela tinha de melhor, de amor, de ternura, que ela acaba por jogar fora a menininha e, depois, pergunta: “quem jogou ‘essa droga’ aí fora?”, ou se pela mãe cuja história apareceu na televisão, que perdeu o filhinho, Senador Flexa Ribeiro, porque

ele caiu de uma árvore. Ele caiu de uma árvore, teve traumatismo craniano e morreu porque não teve acesso ao hospital.

Digo isso todos os dias e brigarei todos os dias, sabem por quê? Até para eu ficar com a consciência tranqüila. Quando eu estava com meu filho aqui, no Hospital de Base, em Brasília, sentada num banquinho pequeno, e ele, com traumatismo craniano, em coma, porque foi atropelado aqui, na cidade, e não havia medicação para conter o traumatismo craniano e a convulsão, quando eu estava ao lado dele, pedi a Deus, em todos os momentos, para me devolver meu filho, porque não teria condição de perdê-lo. Agora, eu tinha a consciência tranqüila, porque sempre lutei pelos serviços de saúde com dignidade. O meu filho também precisou dele. Ele ficou lá, num hospital intermediário, em um posto de saúde intermediário, jogado num banco, porque ninguém sabia quem ele era. Talvez, se soubessem quem era, a agilidade seria maior. Depois, descobriram que o quadro dele era muito grave, e o Corpo de Bombeiros o levou para o Hospital de Base. Ele podia ter ficado com uma seqüela para o resto da vida, podia ter morrido, como ocorre com muitas outras crianças.

Muitas mulheres passam por agonias das mais diversas na hora de ter um filho e ficam rondando às portas dos hospitais. Há tantas crianças pobres que viram assassinos potenciais, que matam outras crianças pobres ou os filhos da classe média – crianças que não têm o carro blindado, que não têm segurança na porta de suas casas, e que podem ser assassinadas também.

Por que isso acontece? Por obra de Deus? Uma ova! Acontece por causa da irresponsabilidade dos governos.

Fica realmente muito difícil agüentar, fica realmente muito difícil agüentar a demagogia eleitoralista, a vigarice política, a apropriação da dor e da miséria de um pai e de uma mãe de família, porque, do mesmo jeito que um velho coronel, safado, entregava, no Nordeste, a cesta básica e manipulava politicamente essa cesta básica, o mesmo fez o atual Governo – e o governo passado fazia do mesmo jeito! O atual Governo entristece muito mais por fazer isso. Apoderaram-se das políticas de assistência social ou políticas compensatórias – ou qualquer nome que seja dado a essas políticas – e ficam manipulando a dor e a miséria do povo, dizendo que o Governo tem de fazer isso, porque este é o único Governo que pode fazer esse tipo de política. Poderia ser uma política nobre de assistência social, um eixo estratégico de desen-

volvimento e de acolhimento até que a pessoa tivesse acesso ao emprego, mas vira a mesma política de manipulação eleitoral!

O governo passado fazia a mesma coisa: era a relação promíscua com o Congresso Nacional; era o velho balcão de negócios sujos; era a seletividade de Senadores e Deputados, que deixam que o Governo ponha uma etiqueta na testa: aquele que tem etiqueta na testa tem a emenda liberada; o que não tem a etiqueta na testa não pode sequer a liberação daquilo que pode viabilizar políticas públicas para os seus respectivos Estados. E são sempre os mais escolhidos, porque os governos gostam disso, precisam disso, dessa ausência de independência entre os Poderes; da possibilidade de venda dos Parlamentares, de governos que se vendem. Esse tipo de promiscuidade.

O Fernando Henrique fez a mesma coisa no processo de reeleição e na tentativa da eleição. O Governo Lula faz a mesma coisa. Aí, o Presidente da República, de forma ardilosa, sabida e esperta – porque é um dos homens mais brilhantes que este País já teve –, vai para todas as inaugurações – claro, ele não é tolo! – e diz que não sabe se é candidato. E participa de todas as inaugurações – por causa dessa maldita reeleição que o Congresso aprovou – e faz campanha política, faz campanha eleitoral. E diz que não é candidato, porque, se passasse a ser, isso se constituiria em crime eleitoral.

Então, realmente fico impressionada.

É por isso que o povo odeia o político, porque o povo acha, começa a achar, pela generalização perversa, que todos são iguais. Fazem o discurso, mas, quando tocam os tapetes supostamente sagrados do palácio, mudam de lado: patrocinam a traição, passam a fazer exatamente o que condenaram ao longo da história recente. É a mesma coisa.

Isso, realmente, dá muita tristeza.

Falta alternativa? Não. Isso é que é o pior, porque se trata de tudo aquilo que apregoamos: o controle de capitais, a repactuação da dívida pública interna, uma política de juros que não seja extorsiva, o alongamento do perfil da dívida pública interna, o aumento dos investimentos públicos naquilo que dinamiza a economia local, que gera emprego, gera renda.

Não é preciso ninguém inventar investimentos nas políticas sociais. Qual é a proposta para a saúde? Não precisa inventar, cumpra-se a lei; qual a proposta para a educação? Precisa inventar? Precisa mandar projeto para o Congresso Nacional? Porque se criou uma lenda também para a governabilidade. A história da governabilidade é para garantir que a patifaria e a



delinqüência de luxo continuem existindo no balcão de negócios sujos, onde se sentam corruptos dos dois lados. E eles dizem sempre exatamente isto: qual o projeto que precisa aprovar?

Na área de saúde, temos a legislação mais avançada do mundo. A Lei Orgânica da Assistência Social é a mais bela declaração de amor do planeta Terra para os pobres, oprimidos, marginalizados, moradores de rua, deficientes, crianças pobres. É a mais bela declaração de amor! Na área de educação, do mesmo jeito. Encaminharam o Fundo da Educação Básica, que não vai significar muito. Imaginem o que significam R\$1,2 bilhão ao ano – para um Governo que joga na lama da especulação R\$40 bilhões – para ser fatiado para as creches, pré-escolas, ensino fundamental, ensino médio, ensino profissionalizante, educação de jovens e adultos em mais de cinco mil Municípios brasileiros? Sabem o que é isso? Uma quantia absolutamente insignificante.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Senadora Heloísa Helena, V. Ex<sup>a</sup> tocou em muitos assuntos. Eu estava pensando, primeiro, no respeito que tenho por V. Ex<sup>a</sup> em relação à sua dedicação em ser solidária, seja quando ocorreu o episódio do seu filho, que, atropelado, precisou da assistência da mãe ao lado dele. V. Ex<sup>a</sup> procurou agir como mãe e enfermeira, que sabe, e dedicar o seu tempo a ele, o que pude testemunhar, quando ocorreu aquele acidente. Mas também achei interessante a observação de V. Ex<sup>a</sup> a respeito da triste situação da mãe que, de tão desesperada com a sua filhinha de dois meses, que, não se sabe bem por que, declarou para as autoridades policiais: “Eu quero saber quem é que jogou essa droga da minha filha na Lagoa da Pampulha”. Isso impressionou a todos que leram, hoje, os jornais. Como poderia chegar uma mãe a esse estágio? V. Ex<sup>a</sup>, com sensibilidade, procurou ver o motivo, o que levou a sociedade a deixar uma mãe nesse estado, em que, não podendo prover o carinho, a alimentação ou o que seria necessário para cuidar de sua filha, possivelmente chegou a um ato de desespero como esse. Agora, detida, ela está lendo nos jornais que sua filha será, provavelmente, encaminhada para adoção pelo Juizado de Menores. V. Ex<sup>a</sup> também observou algo que eu gostaria de comentar um pouco, que os programas de transferência de renda têm um caráter assistencialista, com similaridade ao que era a distribuição de bens pelos coronéis do Nordeste antigamente.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Não é a política no papel, é a manipulação política que os Governos fazem. Isso não tem relação, teoricamente, com o que V. Ex<sup>a</sup> tão bem defende. Respeitosamente, nós acolhemos muitas dessas proposições também.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Certo. Sabe V. Ex<sup>a</sup> que tenho procurado acompanhar bastante de perto o trabalho do Ministro Patrus Ananias. Ainda na semana passada, estive com ele em Campinas, onde ele dialogou com as mães beneficiárias de programas como o Bolsa-Família e outros. No Município de Campinas havia, inclusive, oito programas, mas, no diálogo com as famílias, percebi que ficava difícil para cada uma delas saber os detalhes de cada um dos programas e qual o direito que mantém. Percebo que é um avanço em relação ao que ocorria. Nesse sentido, a intenção do Ministro Patrus Ananias, que V. Ex<sup>a</sup> sabe procura agir com muita seriedade, é fazer com que esse programa, o Bolsa-Família, tenha um caráter que não seja nunca encarado como uma dívida do Presidente, do Ministro, do Governador, do Senador, do Deputado ou do Vereador. Isso deve ser um direito da família, um direito da pessoa, e, portanto, deve ser evitado esse caráter eleitoral. O debate que V. Ex<sup>a</sup> promove serve para que as pessoas todas no Governo venham a amadurecer com relação a isso. Sabe V. Ex<sup>a</sup> que tenho, inclusive, me oferecido, a V. Ex<sup>a</sup> e ao P-SOL – a presença da Deputada Luciana Genro constitui-se até em um reforço -, para, a qualquer momento em que desejarem, realizar um debate sobre para onde vamos com o programa Bolsa-Família e aquilo que já é lei, mas que deve ser instituído gradualmente, ou seja, a Renda Básica de Cidadania. O Senador Mão Santa sabe que, no dia em que quiser, posso ir a Guaribas, a Acauã ou, como ele tem nos convidado, ao Delta do Parnaíba para discutir a Renda Básica de Cidadania. Quem sabe, se ele me convidar para essa finalidade, aí que eu vou mais depressa ainda para o Delta do Parnaíba. Quero refletir a respeito dos dados que, hoje, foram divulgados pelo Diretor do Departamento do Banco Central, Sr. Altamir Lopes, com respeito à evolução dos juros da dívida do setor público – somados os juros da dívida pública dos Municípios, dos Estados e da União. Por que quero me referir a isso e, inclusive, comparar com a evolução do Bolsa-Família? Eu quero que logo chegue o dia em que, no Senado, teremos a oportunidade de dialogar com os diretores do Copom e do Banco Central para discutir exatamente esse ponto. Veja, Senadora Heloísa Helena, em 2003, primeiro ano do Governo Lula, os juros pagos pelo setor pú-

blico, no Brasil, somaram R\$145,2 bilhões. Em 2004, passaram para R\$128,2 bilhões. Eu, preocupado com esse volume tão grande, perguntei ao Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, há cerca de um ano e meio, como seria a evolução para 2005. Eu me lembro, com muita clareza, que ele disse que a previsão do Governo era de baixar, progressivamente, mais e mais. Mas, Senador Mão Santa, os dados hoje divulgados mostram que houve uma evolução para muito mais: de R\$128,2 bilhões, em 2004, para R\$157,1 bilhões. Assim, acredito que será importante dialogarmos com os diretores do Banco Central, do Copom e com o Presidente Henrique Meirelles. Por mais sincera que seja a postura deles, os objetivos de combate à inflação e outros, essa evolução do pagamento de juros é algo preocupante. Observemos a evolução do programa Bolsa-Família: em outubro de 2003, quando instituído, 2,3 milhões de famílias estavam nos programas que foram unificados e, em dezembro desse mesmo ano, 3,5 milhões de famílias. Em dezembro de 2004, esse número passou para 6,5 milhões, para 8,7 milhões no final de 2005 e será de 11,2 milhões em meados deste ano. No ano passado, o total de recursos pagos pelo Bolsa-Família foi de R\$6,5 bilhões, valor significativo. Para este ano de 2006 serão R\$9 bilhões, quase R\$10 bilhões. Quando comparo esse valor com os R\$157,1 bilhões de juros pagos, sinceramente fico preocupado e tenho o dever de, construtivamente, perguntar ao Ministro da Fazenda, meu amigo Antonio Palocci, ao Presidente e ao Ministro Henrique Meirelles: “Por que aquela previsão não caminhou na direção desejada?” V. Ex<sup>a</sup> sabe da estima que sinto pelo Presidente Lula e que digo isso como seu amigo e alguém que quer ajudá-lo, porque essa evolução me preocupou. Não se trata de uma questão fácil de ser resolvida. Se, porventura, um dia o povo brasileiro a escolher para governar o País, tenha consciência V. Ex<sup>a</sup> de que não será fácil resolver esse problema. O Presidente do Banco Central tinha-nos dito que os juros iriam diminuir – era a sua previsão –, mas aumentou o valor dos juros pagos. Fico pensando sobre isso e almejo debater o assunto com os diretores do Banco Central. Já os convidei. Aliás, recorde-me que foi em abril do ano passado que sugeri ao Ministro Antonio Palocci, na CAE, tornarmos transparente, em tempo real, as reuniões do Copom, transmitindo-as ao vivo. Disse-me S. Ex<sup>a</sup>: “Penso que isso é um pouco demais! Mas quem sabe V. Ex<sup>a</sup> convidaria os diretos do Banco Central para aqui debaterem”. “Ótimo”, disse-lhe. Então, apresentei um requerimento, que foi aprovado.

Mas, até hoje estou esperando eles aparecerem. O convite foi feito. Então, sugeriria que, especialmente depois de 15 de fevereiro, o Presidente Luiz Otávio os convide para que eu possa lhes perguntar como vamos destrinchar o problema e fazer com que os juros pagos venham a ser muito menos importantes do que, por exemplo, o Programa de Transferência de Renda, principalmente se levarmos em conta que quem recebe os juros no País, normalmente, são as pessoas que detêm títulos, como as instituições financeiras e aqueles que depositam nas instituições financeiras e compram títulos da dívida pública, que normalmente estão nos estratos mais altos de renda. Claro, isso envolve milhões de pessoas, inclusive a classe média. Mas é necessário observar – vou concluir – que os dados do PNAD, de 2004, mostraram progresso na melhoria da distribuição, na diminuição da desigualdade. E os mais diversos economistas, como Ricardo Paes de Barros, José Alexandre Scheinkman, Lena Lavinias, João Sabóia ou Rodolfo Hoffman, todos reconheceram uma melhoria da distribuição da renda. Mas, nessas observações, como nas de Rodolfo Hoffman, que destrinchou os dados, ele próprio destacou que, dentre os que recebem o Bolsa-Família, que são as famílias mais pobres, exatamente pôde se identificar quem são os receptores do Bolsa-Família, porque são os que recebem outros rendimentos, e, dentre essas famílias, não há qualquer uma que, porventura, receba rendimentos na forma de juros. Os que recebem rendimentos na forma de juros estão nos estratos mais altos. Mas receberam um volume muito significativo. Imagino que o próprio Presidente Lula esteja preocupado com isso. Faço essas observações construtivamente, como uma reflexão deste momento.

**A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – É claro.**

Agradeço-lhe de coração, Senador Eduardo Suplicy, até porque V. Ex<sup>a</sup> já está oficialmente convidado, assim como a querida Deputada Luciana Genro, para participar dos seminários sobre políticas sociais que vamos fazer, especialmente na área da assistência social. Então, não há nenhum problema em relação às políticas públicas, que têm um caráter não necessariamente compensatório, mas de garantir a sobrevivência de um homem, de uma mulher ou de uma criança, até que ele possa ter a realização plena do ser humano, que é o acesso ao trabalho. É isso que realiza um homem e uma mulher, mesmo que seja um salário miserável, mesmo que não esteja sendo realizado aquilo que significa o seu sonho, naquilo

que você deposita a sua alma e o seu coração, mas é completamente diferente de um aspecto de política transitória, até que se possa realmente se inserir no mundo do trabalho.

Se compararmos inclusive o orçamento público, ao qual fazemos muita pose, vemos que o Orçamento compreende R\$1,670 trilhão. Deste total, R\$850 bilhões são intocáveis. O resto pode ser manipulado e garimpado por Senadores e Deputados fazendo pose de que mexemos no Orçamento. Se nas políticas de assistência social ou compensatórias que servem para manipulação eleitoral está sendo destinado isso, imagina analisar a execução orçamentária, como já tive a oportunidade de tratar aqui várias vezes.

Na área de segurança pública, os projetos de prevenção à violência não tiveram a execução nem de 4% do que estava previsto; os investimentos para a saúde não tiveram a execução nem de 9% do que estava previsto; na área de moradia popular e de saneamento, que, como já disse várias vezes, não apenas melhoram as condições de vida da família, significam instrumentos de dinamização da economia local, de geração de emprego e de renda, nem 2% do que estava orçado na área de habitação foram executados; nem 1,8% na área de saneamento básico foi definitivamente executado. Enquanto isso, enchem a pança dos banqueiros, do capital financeiro. Os gigolôs das instituições de financiamento multilaterais e do capital financeiro, esses têm os seus direitos absolutamente intocáveis, enquanto a grande maioria da população fica à mercê do tráfico de influência, da intermediação do interesse privado e da vagabundagem política, de, para se ter acesso ao recurso, precisa ter um traficante de influência no mundo da política para liberá-lo. E outras coisas horrorosas. Vamos vendo orgias financeiras, que vão até às orgias sexuais com dinheiro público roubado. E a impunidade campeia. E o povo brasileiro, Senador Flexa Ribeiro, generaliza de uma forma tão perversa que quem tem um bom coração, quem acha que o mundo da política deve servir para outro fim, como o da justiça social, e até quem defende idéias completamente distintas das minhas, está literalmente frito. O mundo da política é visto como o mundo da delinqüência de luxo, da impunidade e da vagabundagem recompensada. Isso é realmente muito triste. Ver o bandido ser premiado tira – não tira nosso estímulo, porque, certamente, não se vai tirar o estímulo de quem está aqui até esta hora da noite, como nós – o estímulo de muitas mulheres e homens de bem e de pais espalhados pelo Brasil que

querem ensinar aos seus filhos que é proibido roubar, e vêem a impunidade ser recompensada, realmente, é muito duro.

Só vou encerrar antes do tempo para que o meu querido Senador Mão Santa tenha a oportunidade da palavra também. Sinto cansar os funcionários da Casa, os telespectadores, os ouvintes da rádio Senado, mas volto a repetir, Senador Flexa Ribeiro, que enquanto Deus me der, mesmo com as minhas cordas vocais combalidas, cheia dos nódulos, de fendas e outras coisas mais, a capacidade de lutar, vai ser difícil alguém me tirar essa capacidade de luta.

Agradeço a paciência de V. Ex<sup>a</sup> e a de todos.

Encerro o meu pronunciamento, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Nobre Senadora Heloísa Helena, quero parabenizá-la. V. Ex<sup>a</sup> sustentou o brilhante pronunciamento, com a ajuda do Senador Eduardo Suplicy, por 45 minutos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, último orador inscrito.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Flexa Ribeiro, que preside esta sessão, Senadoras e Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, quero relembrar que por poucos dias uma mulher governou este País e libertou os escravos. Que isso inspire a confiança do povo em acreditar na Senadora Heloísa Helena.

Venho à tribuna, Senador Eduardo Suplicy, para dizer que votei no PT, mas já disse aqui que há três coisas que só se faz uma vez na vida: nascer, morrer e votar no PT. V. Ex<sup>a</sup> é puro. Acho que está na hora de vivermos a verdade e mudarmos o nome do PT para PB – Partido dos Banqueiros. A cada instante o Partido de V. Ex<sup>a</sup> não segue Rui Barbosa, que disse que a primazia é do trabalho e do trabalhador. O trabalho e o trabalhador vêm antes. É este que faz as riquezas.

O Partido de V. Ex<sup>a</sup> se ajoelha perante o dinheiro, os banqueiros. Pior! Arrumaram um Goebbels moderno, rico e pior, porque está cheio de roubalheira. Goebbels dizia que uma mentira repetida mil vezes se torna verdade; e eles o seguiram.

Aprendi no meu Piauí, do meu pai, que quem mente rouba. Este é o momento em que vivemos.

Cantam, Senadora Heloísa Helena, enganam o povo! “Pagamos a dívida com o FMI!”. É?! Mentira, mentira, mentira! Semana passada, ficamos até a calada da madrugada, aprovando medidas provisórias de empréstimos. Pagaram o FMI, mas se endividaram com o BID, com o BIRD e com outros bancos inter-

nacionais. E o pior: só a mesma laia dos banqueiros deste País que ganhou dinheiro!

Atentai bem, Flexa Ribeiro! Serei breve, contundente. O Lula não entende! Não entende! A religião dele é a fé na ignorância; a minha, a de Sócrates! Só há um bem: o saber; só há um grande mal: a ignorância! É o Presidente que ignora tudo! Não sabe de nada! Também não vai saber disso, se não sabe o que devia saber! Ele é réu confesso que diz que só sabe o que passa na sala dele; não sabe o que passa na sala do lado do Palácio! Avalie neste Brasil grande? Isso ele não sabe, mas o Brasil tem de ouvir. **Errare humanum est!** Erramos ao elegê-lo; permanecer no erro é uma burrice.

A democracia é nossa, não é do PT; é do PMDB, que a fez renascer, e aqui estamos!

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me permite?

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Permito. Permito até que V. Ex<sup>a</sup> saia daqui e vá ao Palácio dizer que não vamos permitir Lula comprar o PMDB. O PMDB é da democracia, é do povo. Ele não faltou a este País na ditadura, e não vai faltar agora, aperfeiçoando-se a democracia.

Ulysses contra a ditadura se candidatou para dar esperança da redemocratização. E agora, nós! Ó Lula, estais enganado, Vossa Excelência, que é um réu confesso ignorante, atentai bem!

Senador Flexa Ribeiro, a dívida externa brasileira! Estamos aí, saímos do FMI e entramos nos outros, mas o nó que nos asfixia nos últimos tempos é a dívida interna, a dívida que o País tem especialmente com os bancos que atuam no Brasil.

Alguém sabe qual é o valor dessa dívida interna? Eu respondo. Senadora Heloisa Helena, o orçamento é um trilhão. Pois ela é um bilhão de reais aos bancos: do Brasil, Caixa Econômica, Bradesco, Itaú, Real. Está ali o Prefeito. Aliás, ele era suplente de Senador, de Alberto Silva. Ganhou a Prefeitura de uma das cidades mais importantes deste Brasil, Barras, a terra dos Governadores; mas ela era importante porque nasceu o profeta da liberdade. Lá nasceu David Caldas que, em Teresina, do meu Piauí, fez um jornal 17 anos antes da República, **Oitenta e Nove; Oitenta e Nove**, Senador Suplicy! Que São Paulo aprenda a nossa história. **Oitenta e Nove** – nome esquisito! Senador Flexa Ribeiro, é porque, em 1789, na França, o povo foi às ruas e derrubou o rei com Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Então, ele que foi o profeta para inspirar o Brasil a lutar pela República, governo do povo e pelo povo.

É a terra do Prefeito Manin Rêgo. E por que essa luta toda? Senadora Heloisa Helena, nós lutávamos contra a derrama. O que era a derrama, Senador Suplicy? O Lula vai pensar que era derramar água num pote; derramar uma garrafa de cachaça num bar. Derrama era um imposto; era um quinto que os portugueses cobravam. Agora é muito mais do banco, dos impostos deste País, que o brasileiro trabalha metade do ano para pagar, se juntarmos os tributos do País com o imposto.

Atentai bem, R\$1 trilhão até fevereiro deverá chegar a esse valor, emblemático e terrível. Está aí um valor para o Presidente Lula comemorar: R\$1 trilhão é a dívida interna. E, sobre esse valor, pagamos os juros mais altos do mundo. Em consequência, estima-se que o País pagará, somente este ano, cerca de R\$160 bilhões, ou seja, R\$440 milhões por dia dessa dívida! R\$440 milhões!

Seja sábado, domingo, feriado, dia santo: R\$440 milhões por dia, Lula! Calculando em ônus, o Brasil paga, só juros da dívida interna, R\$18,3 milhões por hora, Senador Suplicy! É inacreditável! Espero que o Presidente Lula explique na sua campanha ao povo brasileiro porque não tem dinheiro para nada, mas, sobra dinheiro para pagar juros aos banqueiros. É o PB – Partido dos Banqueiros!

Atentai bem! Enquanto isso, no meu Piauí, especificamente em Teresina, aguarda-se há anos uma pequena ajuda do Governo Federal para concluir as obras do pronto-socorro de Teresina. Senadora Heloisa Helena, para Teresina, um pronto-socorro é necessário há tantos anos! E vocês sabem quanto está faltando para concluir as obras físicas e adquirir os equipamentos necessários para o funcionamento? R\$7 milhões, Senador Suplicy! R\$7 milhões, Senador Flexa Ribeiro! Pronto-socorro da capital encravada; serve para o Maranhão, para Tocantins. E Teresina é um centro de excelência médica.

Atentai bem, ou seja, com 23 minutos de pagamento de juros, ele atenderia o Piauí! Bastam 23 minutos de pagamento de juros para beneficiar Teresina com seu pronto-socorro. Ó, Presidente, lembre-se de que Teresina o elegeu com excepcional maioria. Será que a cidade não merece esse mínimo de consideração? Senhor Presidente, é tudo o que Teresina pede: 23 minutos de consideração, como resposta aos milhares de votos que lhe foram concedidos. Espero, quantos minutos queiram, que sejam utilizados por Suplicy, homem de grande sensibilidade, de grande competência e de grande justiça. Que S. Ex<sup>a</sup> convença o Presidente do seu Partido a oferecer 23 minutos do que oferece,

de prenda, para engordar as panças dos banqueiros, como Heloísa Helena diz.

Ouçõ o aparte do extraordinário Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (PT – SP) – Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> procurou construir, de maneira inteligente, o argumento de como R\$7 milhões – equivalentes a 23 minutos –, fazendo uma comparação à contribuição anual dos juros da dívida pública pagos pelo setor público, poderiam ajudar a resolver o problema de saúde da Capital do seu Estado. Ressalto, porém, que suas palavras de consideração sobre o Governo do Presidente Lula são, no meu entender, exageradas por algumas razões. Não concordo que se esteja transformando o Partido dos Trabalhadores em partido dos banqueiros, uma vez que V. Ex<sup>a</sup> não reconheceu que, ao longo dos últimos três anos, houve um aumento significativo nas oportunidades de emprego, nos empregos formais criados, da ordem de 3,4 milhões, muito mais do que, por exemplo, foi verificado em oito anos do governo anterior. Esse é um dos pontos. O segundo ponto é que os dados do IBGE, inclusive os mais recentes, mostram um declínio da taxa de desemprego, inclusive na última evolução, para 8,9%, em média, taxa essa que era superior a 10%. Portanto, ainda que esse índice esteja alto, estamos numa direção de progresso. Com respeito aos juros tão elevados, aí V. Ex<sup>a</sup> sabe que tenho, como há pouco ainda dizia, chamado a atenção e quero mesmo ter um diálogo de profundidade com os diretores do Banco Central. Não se trata de solução simples. V. Ex<sup>a</sup> tem acompanhado os debates e sabe quanto o Ministro Antonio Palocci, assim como o Presidente Henrique Meirelles, do Banco Central, considera importante a meta da estabilidade de preços. Foi importante conseguir a diminuição da taxa de inflação nesses últimos três anos. Uma taxa de inflação da ordem de 5,7%, em 2005, constitui um progresso na direção da estabilidade de preços em relação a anos anteriores. Isso beneficia os trabalhadores de menor renda, que têm muito menor possibilidade de se defender do processo inflacionário em relação àqueles que têm grandes recursos para aplicar. No entanto, precisamos manter um diálogo com o Governo sobre em que medida a diminuição mais acelerada da taxa de juros irá propiciar o aumento dos investimentos, da capacidade produtiva e, conseqüentemente, da oferta de bens e serviços, das oportunidades de emprego, inclusive de maneira a compatibilizar com o objetivo que nós dois consideramos saudável: de não haver quase inflação. Ou seja, é preciso compatibilizar os objetivos de esta-

bilidade de preços, de crescimento da economia, das oportunidades de emprego, da erradicação da pobreza absoluta, sobretudo nas regiões onde o flagelo da pobreza é mais intenso, como no Nordeste brasileiro e na própria região do semi-árido, que V. Ex<sup>a</sup> conhece muito melhor do que eu. São as considerações que gostaria de dizer, para poder trazer um maior equilíbrio ao seu entusiasmo na avaliação crítica que faz do Governo do Presidente Lula.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Agradeço-lhe o aparte e quero ratificar o convite ao Piauí, ao Delta. V. Ex<sup>a</sup> merece ser compensado pela dedicação, conhecendo os encantos do litoral piauiense.

Mas V. Ex<sup>a</sup> está aí! V. Ex<sup>a</sup> é um exemplo de trabalho e de luta. V. Ex<sup>a</sup> está aí não pela tradição da sua família, grandiosa, que deu exemplo de trabalho, mas, sobretudo, porque foi vereador, um senador da câmara municipal; foi presidente daquela câmara e deu exemplo de austeridade. Esse exemplo o Lula não seguiu.

E V. Ex<sup>a</sup> também citou vários autores, economistas. Lula também não os seguiu, pois é réu confesso. Uma de suas declarações é a de que é melhor fazer uma hora de esteira do que ler uma palavra de livro.

Então, peço que V. Ex<sup>a</sup> leve esta mensagem: para tudo, é necessário estudar. Acredito em Deus, acredito no amor, acredito no estudo e no trabalho. Confesso minhas crenças no estudo. Tudo se estuda. Até para jogar futebol, estudam-se as estratégias. É preciso estudar.

Bill Clinton foi exaltado na biografia de Fernando Henrique Cardoso, que vai sair. Ele o vê como o símbolo maior do administrador moderno. Mas chegou à presidência, depois de ser por quatro vezes Governador de Arkansas. Atentai bem à experiência: ele vê que é complicado governar na democracia. Então, manda seus melhores técnicos estudarem, das suas melhores universidades de Harvard, Ted Gaebler e David Osborne. E eles fizeram um livro, que o Lula não vai ler: **Reinventando o Governo**. Mas vou mencionar o mínimo a ele, o erro. E sou do Piauí, e no Nordeste se diz, o baiano diz: “Pau que nasce torto morre torto”. Foi o Governo do Lula.

Então, faço essa síntese para o Lula refletir. Ele não vai ler o livro. Ele não gosta de ler. Ted Gaebler e David Osborne disseram que o Governo não pode ser grande demais, não pode ser como um transatlântico. Se for um Titanic, afunda. Ele tem de ser pequeno, ágil e funcional.

E o Presidente Lula, encaminhado pela ignorância que lhe é peculiar, de chofre, no ato, deu muito

emprego, mas para companheiros derrotados do seu Partido, o PT, transformado em PB.

Como diz o Padre Antônio Vieira, o exemplo arasta, mesmo o mal, e lá no Piauí fizeram a mesma coisa.

São essas as nossas palavras, e queremos ficar no debate qualificado. Estamos, aqui, entrando na madrugada, cumprindo o nosso dever e mostrando a coragem do homem do Piauí, como David Moreira Caldas, que foi o Profeta da República. Nós queremos ser profetas para reencontrarmos o caminho, através do trabalho, para a prosperidade e para a felicidade do povo do Brasil.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco/PT – SP)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Pela ordem, tem a palavra o Senador Eduardo Suppity.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco/PT – SP. Pela

ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, são 22h30. Eu queria aproveitar este momento para sugerir aos Senadores Heloísa Helena e Mão Santa, à Deputada Luciana Genro, a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Flexa Ribeiro, e a todos que nos ouvem, mas também ao Presidente Lula, que façam algo daqui a trinta minutos. Às 23h, acontecerá algo que tenho sugerido ao Presidente Lula fazer de maneira semelhante: será feita, pelas emissoras de televisão internacionais, a transmissão da mensagem sobre o estado da união feita pelo Presidente George Walker Bush.

Esse normalmente se constitui em momento alto da relação entre o Presidente da República e o Congresso Nacional nos Estados Unidos. O Presidente costuma trazer o seu diagnóstico sobre o estado da nação, as suas perspectivas, os seus planos de ação, avaliação que tem, inclusive, grande repercussão nos demais países do mundo. Faz referências às condições de paz ou não, de democracia ou não. Essa tem sido uma preocupação do Presidente George Walker Bush.

Eu estava em Washington no ano passado quando ocorreu essa manifestação e pude perceber o alto valor que ela tem na vida política daquele país. Sugeri ao Presidente Lula que, no próximo dia 15 de fevereiro, comparecesse para ler a sua mensagem sobre o estado do Brasil e os seus planos de ação para este ano. Seria uma oportunidade de Sua Excelência observar a relevância de o Presidente se comunicar olho no olho com os Deputados e Senadores. Fica aqui, portanto, mais uma vez, a sugestão ao Presidente Lula. Será uma boa ele aqui comparecer. Eu também costuma-

va formular essa sugestão ao Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Ressalto que proposta de emenda à Constituição no sentido de que o Presidente realmente venha foi aprovada em primeiro turno pelo Senado. Falta ser aprovada em segundo turno e, depois, ser aprovada pela Câmara dos Deputados. Independentemente disso, o Presidente pode perfeitamente vir.

O Presidente Renan Calheiros disse que estará formulando o convite, talvez já o tenha feito. Espero, então, que, em quinze dias, tenhamos a presença do Presidente Lula no Congresso Nacional.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Senador Suppity, esta Presidência louva a dedicação de V. Ex<sup>a</sup> ao permanecer no plenário até às 22h33 em defesa de seu Governo, o que o credencia a assumir a Liderança do PT.

Os Srs. Senadores Papaléo Paes e Flexa Ribeiro enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Opção pelo improvisado”, publicada na revista **Exame** em sua edição de 1º de fevereiro do corrente ano.

A matéria critica a operação tapa-buracos, deflagrada pelo atual governo em janeiro com o objetivo de recuperar mais de 36 mil quilômetros de rodovias. Segundo a matéria, a operação “é um dos exemplos mais completos da inépcia gerencial que tem caracterizado o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em diversas frentes”.

Ainda segundo a matéria, “o que se vê é mais uma solução improvisada, que combina mau uso do dinheiro público, suspeitas de favorecimento a empreiteiras doadoras de campanhas do PT e interesses políticos tão explícitos que o presidente da República foi obrigado a refutá-los publicamente”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## BRASIL infra-estrutura

# OPÇÃO PELO IMPROVISO

Aveso à privatização, o governo petista abandonou as rodovias. Agora, em ano eleitoral, corre para tapar buracos

José Roberto Caetano

**A** OPERAÇÃO TAPA-BURACOS, DEFLAGrada em janeiro para remendar 26 441 quilômetros de estradas federais em 25 estados, é um dos exemplos mais completos da inépcia gerencial que tem caracterizado o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em diversas frentes. Por trás da iniciativa, tomada a título de atenuar um dos mais graves problemas de infra-estrutura do país, o que se vê é mais uma solução improvisada, que combina mau uso do dinheiro público, suspeitas de favorecimento a empreiteiras doadoras de campanhas do PT e interesses políticos tão explícitos que o presidente da República foi obrigado a refutá-los publicamente. “Se eu não estivesse fazendo as obras, eles (os adversários políticos) iriam aproveitar por conta da eleição. Se estou fazendo, dizem que sou eleitoreiro”, discursou Lula ao visitar rodovia

que está sendo reparada pelo Exército no Nordeste. O que torna o episódio ainda mais absurdo é o fato de existir uma alternativa real para resolver boa parte do problema viário do país — a concessão de rodovias para operadores privados. Em contraste com a penúria das estradas gerenciadas pelo governo, os pouco mais de 10 000 quilômetros terceirizados para gestão privada dominam a lista de melhores do país com 91% do pavimento considerado ótimo ou bom, conforme avaliação da Confederação Nacional do Transporte (*veja o quadro abaixo*). A diferença entre as estradas estatais e as privatizadas pode ser comparada ao vácuo que separa o Terceiro do Primeiro Mundo. O governo do PT, com seu viés antinegócios, decidiu que a população ficaria no pior deles. Há mais de três anos no poder, Lula não privatizou sequer um quilômetro de estrada.

“Entre ter estradas ruins e pagar pedágio nas concessões, não há dúvida que preferimos pagar”, diz Manoel Leite, diretor de operações da pernambucana Rapidão Cometa, segunda maior transportadora de carga do Brasil. Leite estima que a manutenção dos caminhões, com pneus e peças danificados, poderia ser 15% mais barata caso eles não sofressem com a burocracia. Além disso, há custos mais altos com combustível, demora nas entregas e estresse dos motoristas. Viagens que poderiam ser feitas a 60 quilômetros por hora são realizadas à média horária de 45 quilômetros ou até menos. “Perdemos no mínimo o equivalente a uma viagem em cada cinco”, afirma Leite. Um cálculo feito pelo economista Eduardo Simões, da Universidade de Juiz de Fora, em Minas

### CONTRASTE EVIDENTE

Compare os percentuais de condição ótima e boa das principais rodovias do país<sup>(1)</sup>, nos seguintes aspectos:

	Sob gestão privada	Sob gestão estatal
Estado geral de conservação	84%	20%
Qualidade do pavimento	91%	39%
Sinalização	90%	32%

**CONCLUSÃO:** as rodovias administradas por concessionárias privadas apresentam indicadores de qualidade muito superiores à média das estradas gerenciadas pelos governos federal e estaduais

(1) Foram avaliados 91 994 quilômetros de rodovias federais e estaduais sob gestão de concessionárias. Fontes: CNT/ABCP

remendo em estrada tocada pelo Exército no Nordeste: operação de emergência

Gerais, dimensiona em 78,5 bilhões de reais por ano o prejuízo do país com a péssima condição das estradas, levando em conta desde encarecimento de fretes e danos aos produtos transportados até perda de competitividade internacional.

Dos 11 000 quilômetros de rodovias federais considerados viáveis para concessão no país, 3 000 quilômetros, divididos em oito trechos, já poderiam ter sido repassados à iniciativa privada. São ligações entre centros econômicos, como Belo Horizonte—São Paulo e o Corredor do Mercosul, entre a capital paulista, Curitiba e Florianópolis. Os trechos foram incluídos no Programa Nacional de Desestatização em 1997, mas a idéia nunca saiu do papel. Em 2000, chegaram a ser lançados editais para a privatização, mas apresentaram tantos problemas que foram barrados pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O tribunal determinou correções e, depois disso, o processo parou. “O programa de concessão de estradas nunca foi tratado como as demais privatizações no governo passado, e no atual parece que ninguém tem

pressa em levá-lo adiante”, diz uma autoridade do próprio governo.

Logo que assumiu, o governo Lula retomou o assunto. Em 2003, o TCU deu sinal verde para que as concessões prosseguissem, desde que os estudos anteriores fossem atualizados e os problemas corrigidos. Numa atitude que se tornou habitual, as autoridades decidiram começar do zero e revisar todo o processo de concessão. Há dois sistemas em vigor nas estradas concedidas no país. Um, adotado pelo governo de São Paulo na privatização promovida há oito anos, consistiu na cessão de licença ao operador privado que oferecesse mais dinheiro em leilão. O outro sistema, adotado pelo governo federal quando privatizou alguns trechos, baseou-se no licenciamento em troca da tarifa de pedágio mais baixa. Na gestão Lula, o critério cogitado é uma tortuosa mistura de ambos. “O governo atual quer fazer um modelo híbrido, do qual não conhecemos similar em nenhum lugar do mundo”, diz Marcelino Rafart de Seras, presidente da EcoRodovias, concessionária de rodovias

## REMENDO CARO

A Operação Tapa-Buracos desperdiça o dinheiro do contribuinte. Entenda por quê

Se quisesse resolver para valer o problema das estradas, o governo precisaria investir

**42 000**

mil reais por quilômetro. Neste caso, a nova camada asfáltica duraria até 10 anos.

Como optou por fazer remendos nas rodovias, o custo é de

**17 000**

reais por quilômetro. Mas o trabalho precisa ser repetido todos os anos. Ou seja, em sete anos o custo total é de

**119 000**

**CONCLUSÃO:** para oferecer um serviço de pior qualidade, o governo gasta o triplo. Além disso, terá de interromper o tráfego nas estradas a cada ano, causando mais transtornos aos usuários.

Fonte: Prefeitura de Fleury/Copasa-UFPA

em São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. “Seria melhor utilizar um dos modelos que já deram certo.” A EcoRodovias, segundo ele, investiu até agora 1,6 bilhão de reais nas estradas sob sua administração. A empresa tem interesse em assumir outras estradas e investir mais. “Já estamos nos grandes corredores portuários e queremos crescer”, afirma Seras.

Após demorados estudos para encontrar a melhor fórmula, o governo encaminhou ao TCU em maio do ano passado uma nova proposta de concessão. Para surpresa dos auditores, os problemas levantados cinco anos antes não haviam sido corrigidos. “Parece que deram uma maquiada nos dados antigos para ver se passava”, afirma um dos técnicos que analisaram a documentação. O processo foi retomado em agosto, dessa vez com a participação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), até então excluída por decisão do governo. Mas, em dezembro de 2005, foi novamente interrompido pelo tribunal, que pediu mais alterações. Se tudo correr bem, nos próxi-

## infra-estrutura

mos dias os editais serão liberados pelo TCU, prevendo os leilões para abril. Mesmo nesta hipótese otimista, pode ser que o processo se alongue pelo resto do ano. “O novo critério pode gerar contestações dos concorrentes na Justiça e isso demoraria mais uns seis meses para ser resolvido”, diz Seras.

Enquanto esse processo se arrastava, o governo chegou ao seu quarto ano de gestão com as estradas em estado lastimável. A saída, então, foi partir para o improvisado, com orçamento de 440 milhões de reais — uma migalha diante dos 32 bilhões arrecadados desde 2002 com a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), aplicada sobre combustíveis. Criado para sustentar investimentos na infra-estrutura, esse fundo até agora teve os recursos usados para outros fins. Com pressa de mostrar ser-

viço, o governo deu caráter emergencial ao seu programa. “Dizer que o tapa-buracos é emergência é uma idiotice”, diz o professor Paulo Fleury, diretor do Centro de Estudos de Logística, ligado à Universidade Federal do Rio de Ja-

neiro. “O estado das estradas não foi produzido por terremoto, é uma degradação resultante de anos de falta de manutenção.” Além de improvisado, o paliativo adotado é tecnicamente ruim e lesivo ao contribuinte. Fleury calculou que, para fazer remendos nos buracos, que agüentarão no máximo um ano, o governo está gastando por quilômetro o triplo do que seria necessário para reconstruir as estradas, com duração de sete anos (veja quadro). “Isso é falta de planejamento”, diz Eduardo Lafraia, presidente do Instituto de Engenharia de São Paulo. “Seria muito melhor fazer menos, mas fazer bem-feito.” ■

Com reportagem de Gustavo Paul

Saiba mais sobre a situação das estradas brasileiras no Portal EXAME





**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Brasil vai crescer 3% e será lanterninha dos emergentes”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 25 de janeiro do corrente.

A matéria trata do último relatório divulgado pelas Nações Unidas, que estima um crescimento da economia global de 3,3% neste ano.

Ainda segundo a matéria, “Para a ONU, Brasil e México são os responsáveis pelo crescimento menor da América Latina em relação às demais regiões do

mundo. A ONU prevê um crescimento de apenas 3% para o Brasil em 2006, o menor entre as principais economias emergentes”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ORNF <sup>o</sup>	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	ACADERNO:	PÁGINA:
<b>O ESTADO DE S. PAULO</b>	25	Janeiro/06	Economia	B	05

**CENÁRIOS**

# Brasil vai crescer 3% e será lanterninha dos emergentes

Previsão é da ONU, que aposta também numa inflação perto de 5%

**Jameli Claudio**  
CORRESPONDENTE  
GENEBRA

A ONU prevê um crescimento de apenas 3% para o Brasil em 2006, o menor entre as principais economias emergentes. A estimativa faz parte do relatório divulgado ontem pelas Nações Unidas, que estima um crescimento da economia global de 3,3% neste ano, mesmo padrão de 2005, mas abaixo dos 4% de 2004. A inflação no Brasil, porém, ficará abaixo da média latino-americana e deverá chegar a 5%.

Para 2005, a ONU também calculou que o Brasil teve o menor crescimento entre os países emergentes, com 2,5%. Em 2004, a taxa foi bem maior e chegou a 4,9%. Na avaliação dos economistas das Nações Unidas, parte da explicação seria o alto nível das taxas de juros. Uma prova disso seria o desem-

penho da demanda doméstica do Brasil. Segundo a ONU, a América Latina vai experimentar um aumento do consumo interno, ainda que em um ritmo menor que o crescimento do PIB da região. No caso do Brasil, o País não conseguirá seguir a mesma tendência e o pagamento de juros já chega a 7% do PIB nacional.

Já o controle da inflação no Brasil promete ser mais rigoroso que nos demais países latino-americanos em 2006. A taxa no País deve ficar em 5%. A média latino-americana foi de 6% em 2005, ante 7,4% em 2004. A ONU ainda lembra que até a pressão inflacionária criada pelo aumento do custo de energia foi compensada em 2005 pela valorização do real.

Segundo o relatório, com os juros altos, crescimento relativamente baixo e inflação dentro da meta, o Brasil teria espaço para adotar uma política ma-

croeconômica menos rigorosa. Para a ONU, Brasil e México são os responsáveis pelo crescimento menor da América Latina em relação às demais regiões do mundo.

Para os economistas, a América Latina crescerá 4% este ano, ante 5,6% em 2004. Já os

## Mau desempenho de 2005 é atribuído ao alto nível das taxas de juros

números das outras regiões serão melhores: 6,5% no Sudeste Asiático, 5,9% nas economias em transição, quase 9% da China e 5,5% na África. Os emergentes crescerão 5,6% em média este ano e continuarão a ser os motores da expansão mundial.

Mas, mesmo com um desempenho inferior ao das outras re-

giões, esse será o terceiro ano de crescimento seguido da América Latina. O aumento da renda per capita também será positivo e atingirá 10% pelo terceiro ano seguido, fato inédito.

O aumento do PIB regional será mais uma vez puxado pelas exportações, principalmente diante da demanda da Ásia. O desempenho acima da média mundial em 2005 já transformou a América Latina em continente exportador e com superávit de US\$ 20 milhões em 2005. Os investimentos também devem aumentar na região, passando de 18,6% do PIB em 2005 para 19,6% neste ano.

Porém, segundo a ONU, a situação da América Latina ainda precisa ser acompanhada com atenção. Uma mudança no cenário financeiro internacional ou um eventual aumento da taxa de juros podem recolocar a região numa situação econômica complicada. ●

## No mundo, expansão de 3,3%, igual à de 2005

A ONU prevê que 2006 não será um ano de recuperação para a economia global. A taxa média de crescimento ficará perto do registrado em 2005 (3,3%) e abaixo dos 4% de 2004. Para os economistas, isso reflete a maturidade do crescimento nos últimos anos, ainda que os desastres naturais e ameaças terroristas em 2005 também tenham tido repercussões.

Nos países ricos, a média de crescimento deve ficar em 2,5%. Os EUA conseguirão um

pouco mais, 3,1%, mas a Europa continuará estagnada. A ONU prevê recuperação modesta para o Japão, de 2%.

A alta do preço do petróleo e um surto de gripe aviária estariam entre os riscos para a economia mundial em 2006. Mas o principal é o desequilíbrio global decorrente do déficit americano, de US\$ 800 bilhões. Para prevenir um colapso, a ONU sugere a coordenação de políticas entre maiores economias, como EUA, Europa, Japão e China.

Outro destaque de 2006 deve ser o crescimento do comércio internacional a taxas duas vezes maiores que a do PIB. Segundo a ONU, o aumento deve ser de 7,2%, superior a 2005, que registrou crescimento de 7,1%, mas inferior a 2004, com 11%.

Para a ONU, apesar disso, existem sinais de protecionismo no mundo e as negociações para liberalizar as exportações na Organização Mundial do Comércio (OMC) precisam ganhar novo impulso político. ●

**O SR. PRESIDENTE** (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)  
– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

### ORDEM DO DIA

1

#### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 268, DE 2005

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 268, de 2005, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Defesa e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de um bilhão, quatrocentos e noventa e oito milhões, trezentos e quatorze mil, cento e um reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

Prazo final: 3-4-2006

2

#### SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59, DE 2004

*(Votação nominal, se não houver emendas)*

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *dá nova redação ao art. 40 e revoga o art. 92 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para alterar a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial de Manaus.*

Parecer sob nº 7, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, oferecendo a redação para o segundo turno.

3

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2000

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 12, de 2000, e 14, de 2001)  
(Incluída em Ordem do Dia, nos termos dos arts. 356 e 361 do Regimento Interno)  
(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, ten-

do como primeiro signatário o Senador Jader Barbalho, que *altera o caput e os § 4º, 6º, II e 7º e acresce o § 8º ao artigo 57 da Constituição Federal* (alteração dos períodos das sessões legislativas e a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária).

Parecer sob nº 1.271, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável, e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 12, de 2000, e 14 de 2001, que tramitam em conjunto.

Dependendo de Parecer sobre a Emenda nº 1, de Plenário, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares.

4

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2000

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 3, de 2000, e 14, de 2001)  
(Incluída em Ordem do Dia, nos termos dos arts. 356 e 361 do Regimento Interno)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Hartung, que *altera a redação do art. 57 da Constituição Federal para, alterando o período de funcionamento do Congresso Nacional, determinar o recesso constitucional de 21 de dezembro a 1º de janeiro e estabelecer que o calendário legislativo será definido por resolução do Congresso Nacional e contemplará período de férias coletivas dos Congressistas.*

5

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, DE 2001

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 3 e 12, de 2000)  
(Incluída em Ordem do Dia, nos termos dos arts. 356 e 361 do Regimento Interno)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que *altera o art. 57 da Constituição Federal, para reduzir o período de recesso do Congresso Nacional, e dá outras providências.*

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 72, DE 2005**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera o art. 62 da Constituição Federal para disciplinar a edição de medidas provisórias.

Parecer sob nº 2.251, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

7

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, DE 2006**  
(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143,  
do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2006, de iniciativa da Comissão Mista Especial da Reforma do Judiciário, que *regulamenta o art. 102, § 3º, da Constituição Federal, para disciplinar o procedimento para exame da repercussão geral das questões constitucionais discutidas no recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.*

8

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, DE 2006**  
(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143,  
do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2006, de iniciativa da Comissão Mista Especial da Reforma do Judiciário, que *regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal, para disciplinar a edição, revisão e cancelamento de súmulas com efeito vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.*

9

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2006**  
(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143,  
do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2006, de iniciativa da Comissão Mista Especial

da Reforma do Judiciário, que *regulamenta o § 5º do art. 109 da Constituição Federal, para disciplinar o procedimento de deslocamento de competência para a Justiça Federal dos crimes contra os direitos humanos, perante o Superior Tribunal de Justiça.*

**O SR. PRESIDENTE** (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)  
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 22 horas e 33 minutos.)

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR NA SESSÃO DO DIA 30 DE JANEIRO DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.**

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)  
– Será V. Exª atendido na forma do Regimento.

Passamos a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio. (Pausa) Enquanto S. Exª está vindo, passamos a palavra, também inscrito, ao nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o assunto que começa a tomar conta desta Casa do Congresso e que a empolgará cada vez mais é, mais uma vez, a questão do salário mínimo.

Neste ponto, Senador Paulo Paim, depois de três anos de atuação nesta Casa, de convivência, de experiência, cheguei à conclusão de que V. Exª é quem tem razão; é V. Exª quem está certo com relação a esse assunto. Tive o privilégio e a honra de ser relator de um Projeto seu que estabelecia e estabelece um mecanismo perene de reajuste do valor do salário mínimo buscando, da forma mais justa possível, a recuperação progressiva do valor do salário dos cidadãos e das cidadãs brasileiras que vivem nessa faixa. O Projeto foi aprovado em Comissão, mas, curiosamente, desapareceu nos escaninhos do Senado. E curiosamente também, Senador Paim, vejo hoje o Governo propor um reajuste do salário mínimo, praticamente adotando os mesmos critérios que V. Exª propunha no seu Projeto. Estranho.

Por isso registro – e louvo – a sua persistência, a sua coragem em buscar tratar desse assunto com realismo, ascom conhecimento de causa, participando de uma Comissão instalada nesta Casa, que busca equacionar esse problema e estabelecer um mecanismo, uma forma definitiva de tratar de uma questão

tão importante, de tamanha relevância para a grande maioria do povo brasileiro.

Considero inaceitável esse argumento de que o salário mínimo impactaria a Previdência e prefeituras. Só no meu caso, bastaria que o Governo liberasse as emendas destinadas aos municípios acreanos, que, só no meu caso, por exemplo, nos últimos três anos, somam cerca de R\$8 milhões que estão contingenciados, que não são liberados e seriam de grande auxílio às pequenas prefeituras do interior do meu Estado.

Então, mais uma vez, quero aqui reconhecer a habilidade, o conhecimento e a persistência de V. Ex<sup>a</sup> e me colocar à sua disposição, mesmo informalmente, já que não faço parte da Comissão constituída por V. Ex<sup>a</sup> e outros dignos membros desta Casa, para tratar do assunto, mesmo informalmente, para participar deste debate e talvez, quem sabe, oferecer uma modesta contribuição para que cheguemos a bom termo nessa busca tão dramática e tão difícil de estabelecer um mecanismo mais justo que possa contemplar milhões de brasileiros que vivem, ano após ano, nessa angústia de chegar a essa fase e não sabem ao certo o que vai lhes acontecer, quanto lhes será acrescido e até quanto lhes será retirado.

Quero aproveitar a oportunidade, Senador Paulo Paim, para trazer um recado de muita gente, de muitas pessoas com as quais tive contato, neste final de semana, na bonita região do Juruá, em Cruzeiro do Sul e em municípios próximos dali. Fui a Cruzeiro do Sul participar de uma reunião política e estava prevista também a nossa ida a um Município próximo dali, Mâncio Lima. Para minha surpresa, essa reunião não pôde ser realizada porque muitos daqueles que fariam parte desta reunião estavam acometidos de malária. Senador Paulo Paim e Senador Augusto Botelho, que é médico, no Juruá, a malária já é uma epidemia que castiga, que maltrata populações inteiras.

Como sempre fazemos, já que somos representantes daqueles que nos elegeram, trago aqui, a pedido daquelas pessoas que sofrem, um recado ao Presidente da República, ao Ministro da Saúde. Lá, as pessoas dizem: “Senador, em que pesem os esforços das Prefeituras e do Governo do Estado, o caso aqui é de extrema gravidade, estando praticamente fora de controle”. Então, as pessoas pedem que o Presidente Lula e o Ministro da Saúde voltem os olhos para aquela região e que dêem efetivos apoio e suporte ao Governo do Estado e às Prefeituras, para que possamos debelar esse grande mal, para que possamos fazer com que aquela epidemia recue e se situe em níveis suportáveis e aceitáveis, porque a situação está lastimável. Não se conhece sequer uma pessoa, naquela região, que já

não tenha sido contaminada uma, duas ou três vezes pela malária. A situação é absolutamente crítica e repito que o recado que me pediram para dar ao Presidente da República e ao Ministro da Saúde é para que voltem os olhos para aquela região, para que, efetivamente, aportem recursos para que o Governo do Estado, para que as Prefeituras daquela região possam dar um combate mais efetivo a um mal que acomete milhares de pessoas naquela região. A situação é de epidemia, a situação é de tristeza absoluta.

Portanto, deixo aqui este recado, desta tribuna, que é de onde podemos falar, transmitir a voz da nossa população, que está lá ansiosa por uma medida mais efetiva, ansiosa por resolver uma questão tão dramática que atinge tanta gente.

Pois não, Senador Augusto Botelho.

**O Sr. Augusto Botelho** (PDT – RR) – Senador Geraldo Mesquita, aproveitando o apelo de V. Ex<sup>a</sup>, também faço o mesmo apelo em relação ao meu Estado, Roraima, onde, no ano passado, voltamos a ter quase 30 mil casos de malária. São vários fatores que ocorrem para haver essas epidemias. A própria doença em si, de cinco em cinco anos, vai caindo, sobe de novo e dá picos. Todos sabem disso, todos os malariologistas e epidemiologistas sabem desse fato que ocorre. Mas o que acontece é que, quando está havendo uma epidemia assim, o Governo dá mais apoio e as próprias prefeituras se interessam mais. No entanto, quando a ocorrência de malária começa a cair para seis ou sete mil casos anuais no meu Estado, que posso citar por ter conhecimento, começa a haver um relaxamento. Os microscopistas que fazem o diagnóstico e o tratamento vivem nas áreas dos assentamentos, nas vicinais em Roraima, e fazem o exame em suas próprias casas. No início, faz-se um convênio. O Ministério da Saúde libera dinheiro para pagar àquela pessoa que faz esses procedimentos. Enquanto há dinheiro, ela exerce a sua função. Porém, quando os casos de malária diminuem, o Ministério da Saúde retira o dinheiro, e a prefeitura não tem capacidade de colocar, por exemplo, num assentamento onde há vinte vicinais, dez ou, pelo menos, cinco microscopistas, que precisam estar perto da pessoa infectada, já que o diagnóstico deve ser feito próximo da pessoa. Essa é uma forma de agir com mais eficácia e rapidez no tratamento da malária. Quem já teve um amigo morto pela malária sabe como é a doença. V. Ex<sup>a</sup>, com certeza, teve um amigo que morreu de malária, assim como eu conheci várias pessoas que morreram dessa doença. Há uma cepa de falcíparo resistente que, às vezes, mata a pessoa em 24 ou 48 horas. Então, eu gostaria de apelar, juntamente com V. Ex<sup>a</sup>, para que

o Ministério da Saúde preste atenção na Amazônia, preste atenção nos povos da Amazônia, que vivem morrendo de malária, vivem sendo agredidos pela malária, porque faltam recursos simplesmente para se fazer o diagnóstico com efetividade e rapidez, com um tratamento imediato, para que a malária não se propague. Se aparecer um caso de malária em uma comunidade, mas forem adotadas medidas urgentes, a doença se restringe a apenas uma malária. Porém, se não houver recursos para se detectar a doença e tratá-la, ela se multiplicará, certamente, na própria família. Se há cinco membros na família, provavelmente vão aparecer mais cinco casos, transmitindo-se também a doença para os vizinhos e assim por diante, porque a malária é uma doença silvestre. Ela fica incubada nos macacos e nos animais silvestres. Quando ela entra na cidade... Falo da cidadezinha onde fica a casa do colono, do assentado. Então eu gostaria de afirmar que nós temos que prestar atenção. Nós temos que ocupar a Amazônia para não a perdermos. Nós não podemos retirar as pessoas da Amazônia. Como já estão tentando retirá-las por metodologias ambientais e outras coisas, como a não-titularidade de terra, será que agora vão tirar pela morte também? Muito obrigado, Senador.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC) – Eu é que agradeço, Senador Augusto Botelho. O seu aparte, inclusive, dá a dimensão amazônica do problema. No caso, ali me assustou a situação localizada na região do Juruá.

Aqui, mais uma vez, deixo o apelo das pessoas que estão lá, Senador Paim, Senador Augusto Botelho, desesperadas e que me pediram que transmitisse ao Presidente da República, ao Ministério da Saúde, para que ajude mais efetivamente o Governo do Estado e as prefeituras a tomarem medidas mais efetivas no sentido de debelar esse grande mal. Muito obrigado.

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO DO DIA 30 DE JANEIRO DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.**

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Senadores, o Ministro Antonio Palocci veio ao Senado e foi recebido com perguntas duras, mas com enorme educação política por todos os membros da Oposição.

Em seguida, lemos o que já é uma cena comum neste Governo leviano e no comportamento leviano

do Presidente da República. Ele diz que o Ministro Palocci é um monstro de inteligência, que o espetáculo que se queria armar na CPI não aconteceu porque o Ministro foi muito sincero, muito honesto, muito feliz. O Presidente Lula é, pois, uma figura desleal e leviana.

Isso foi veiculado em **O Globo** e na **Folha de S.Paulo**, no dia seguinte à vinda do Ministro aqui. Ao mesmo tempo, leio, datado do dia 28 de janeiro, artigo muito seguro da jornalista Míriam Leitão, publicado em **O Globo**.

Peço que conste nos **Anais**, na íntegra, o artigo da citada jornalista. Mas, ressalto alguns trechos: “O Ministro do STF, Marco Aurélio Mello, autor da decisão que multou o Presidente Lula pela propaganda antecipada no fim de 2005, admite que não se pode fazer muito mais, além de multar, enquanto as candidaturas não forem oficializadas”.

Mais adiante, ela diz: “Para impugnar uma candidatura, ela tem que estar assumida”.

O Presidente está agindo de maneira delinqüente. Não se diz candidato, para poder burlar a lei eleitoral. Recebe uma multa de R\$30 mil e as pessoas já aceitam isso como natural, como se fosse uma multa pequena. Multa pequena?! Como? A não ser que o Valério pague para ele, que o Delúbio pague para ele ou que o Duda Mendonça pague para ele. Mas, para qualquer pessoa normal que trabalha e vive do seu salário, R\$30 mil é muito dinheiro, afora o fato de que significa uma infração clara à lei brasileira. E quem não deveria infringir a lei seria, em primeiro lugar, o Presidente da República. Se ele dá o mau exemplo, temos problemas que durarão já – graças a Deus – menos de um ano, porque daqui a um ano ele não estará mais no Palácio do Planalto.

Mas, diz Míriam Leitão, mais adiante: “Fica clara, então, a razão de o Presidente Lula não se declarar candidato. Agindo assim, aproveita-se de uma brecha da lei, expõe-se apenas à multa branda [e branda não é, discordo de Míriam Leitão], como a que recebeu, de R\$30 mil”. O Presidente Lula não deve ter dinheiro para pagar essa multa; só se Valério pagar por ele. Lula, não tem dinheiro para pagar essa multa, não. Não deveria ter, pelo menos. “Com esse manto, pode requerer horário eleitoral para proclamar os seus feitos...”

Mais adiante, diz Míriam Leitão:

Recentemente, numa inauguração no Nordeste, do palanque, convocou políticos [e disse o Presidente, de maneira despuddorada, naquele estilo simplório e despuddorado dele]: “– Deputado é para estar aqui mesmo, governador é para estar aqui mesmo, prefeito

é para estar aqui mesmo. Candidatos, é para estarem aqui mesmo”. E diz Miriam: “Aquele não era um local de propaganda, era um evento armado com o uso da máquina pública, era um ato de governo”. Portanto, o Presidente de novo infringiu a lei.

Mais adiante ainda, Míriam Leitão refere: “Na Baixada Fluminense, diante de um esqueleto de hospital, Lula descaradamente fez campanha.” Concordo que ele agiu descaradamente, mas Míriam Leitão diz: “... descaradamente fez campanha”.

Muito bem! Diz que até cantaram aquele velho “Lula lá”, e por aí afora. E acabou comprometendo concluir a obra do hospital. E aí disse uma coisa absurda, discriminatória: “Esta é a minha gente. A minha cara não é a da Zona Sul”. Ele vai ser punido, isto é, não terá votos na Zona Norte, na periferia do Rio de Janeiro, e, se Deus quiser, também não será votado na Zona Sul. Não compreende o Presidente algo básico: Presidente deve governar para o País inteiro, deve governar ricos e pobres, deve governar todos com justiça, com senso de justiça e com espírito generoso. Sua Excelência não tem senso de justiça e parece que morreu, faleceu dentro do Presidente qualquer traço de generosidade.

Depois diz um desses absurdos que têm ridicularizado a sua imagem como homem de Estado: “Fazer concurso significa que um mais letrado, que não é mata-mosquito, vai passar no lugar de alguém que já é mata-mosquito”. “Com frases assim [diz Míriam Leitão] arrombou a legislação eleitoral. Fez campanha antecipada, disse que governa não para o País inteiro (“para eles”) [a Zona Sul] mas apenas para seu grupo” que chama de “nós”; e ainda admitiu – e isso é gravíssimo – que prefere contratar funcionário público sem concurso para beneficiar assim quem ele acha que merece o emprego. É o fenômeno do aparelhamento, que deu já em tanta corrupção.

O Presidente age de caso pensado. Adia a decisão sobre candidatura, aproveitando-se de vantagens da lei eleitoral; quer fazer propaganda mesmo, e se alguém reclamar, pede desculpas e continua com o mesmo comportamento. A idéia de não querer que outro colha o que supostamente plantou é autoritária, porque o Governo – e diz Míriam Leitão muito bem – não lhe pertence. Pertence ao País. Ninguém tem o direito de se apropriar do Estado brasileiro desse jeito despuadorado.

Para encerrar, vou registrar algo auspicioso. O Ministro Marco Aurélio diz que será rigoroso se couber a S. Ex<sup>a</sup>, conduzir o Tribunal Superior Eleitoral. E será rigoroso, certamente, o Ministro Gilmar Mendes, se couber a S. Ex<sup>a</sup> presidir o Tribunal. Mas diz Marco

Aurélio no artigo de Miriam Leitão “A justiça estará de olho, e o que os candidatos estão fazendo agora ficará registrado para a consideração futura. A vida pregressa do candidato será considerada também”. A vida pregressa, ou seja, o que delinqüiu antes de estar ao alcance da lei significará que os juizes olharão com mais dureza os fatos da campanha eleitoral propriamente dita.

Portanto, Sr. Presidente, é terrível vivermos essa desilusão que o povo vive. Os Srs. Delúbio e Marcos Valério estão soltos, inacreditavelmente; o Sr. Sílvio do Land Rover está solto, e temos um Presidente que diz que não houve nada, que não aconteceu nada, apesar de ter sido obrigado a demitir o Sr. José Dirceu, que vive de R\$100mil, que ele diz que recebeu a título de adiantamento de um livro que não vai sair mais, e com esse dinheiro ele viaja o mundo inteiro. É uma pergunta a se fazer: quem está pagando as contas do Sr. José Dirceu? Já chega de essa gente fazer dinheiro brotar milagrosamente, como se dinheiro deles reproduzisse – tudo dinheiro fêmea, reproduz; enquanto o dos trabalhadores brasileiros, que se portam com a sobriedade e com a decência que o Brasil precisa, é dinheiro macho, não reproduz, é estéril.

Peço, portanto, Sr. Presidente, que sejam incluídas nos **Anais** da Casa, não as duas peças iniciais do cinismo presidencial em relação ao Ministro Palocci, que não é sincero com o Palocci nem é decente com a Oposição, que se portou com tanto equilíbrio, inclusive com muita responsabilidade econômica naquele momento, mas peço que inclua nos **Anais**, sim, o inteiro teor do artigo intitulado “Enquanto isso”, da jornalista Míriam Leitão, que exhibe o Presidente que dá péssimo exemplo para os nossos filhos e netos ao infringir a lei deslavadamente, porque imagina que esse é o caminho para se reeleger Presidente da República.

Acredito que o Brasil terá bom senso. Mas, não estou discutindo se tem bom senso ou se não tem bom senso, estou discutindo que temos um Presidente que sistematicamente infringe a lei e que não se irrita quando pessoas próximas a ele infringem a lei e que, portanto, passa o exemplo de que a lei no Brasil não é para ser respeitada.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

30/01/06

Seni. A. Virgúlio  
Senador Arthur Virgúlio

# O GLOBO

## PANORAMA ECONÔMICO



MIRIAM LEITÃO

### Enquanto isso

• Esta eleição tem tudo para ser campeã em violação da legislação eleitoral. Os males explícitos atos de campanha vêm do presidente Lula e do ex-governador Garotinho. O ministro do STF Marco Aurélio Mello, autor da decisão que multou o presidente Lula pela propaganda antecipada no fim de 2005, admite que não se pode fazer muito mais, além de multar enquanto as candidaturas não forem oficializadas.

A campanha pode começar abertas em cinco de julho. Até lá é proibido fazer propaganda pedindo votos, divulgar feitos do governo ou vincular a apoios futuros. Quem fizer isso tem que ser multado — diz o ministro que muito provavelmente presdirá estas eleições.

Mas, ele admite que, dificilmente se pode chegar a inelegibilidade porque, para impugnar uma candidatura, ela tem que estar assumida. Quem diz que não é candidato não pode ser punido além da multa.

Mesmo a Lei Complementar de Elegibilidade, quando proíbe uso da máquina e do poder econômico e de autoridade, refere-se ao candidato. Isso pode incentivar o disfarce.

Fica clara, então, a razão de o presidente Lula não se declarar candidato. Agindo assim, aproveita-se de uma brecha da lei, expõe-se apenas a multa branda, como a que recebeu, de R\$ 30 mil, e não fica sob suspeição. Com esse

manito, pode requerer horário eleitoral para proclamar

aquilo e ainda admite que prefere contratar funcionários públicos sem concurso para beneficiar, assim, quem ele acha que merece o emprego.

Em vários momentos, Lula rebate a acusação de estar fazendo atos eleitorais usando três argumentos: que vai usar todo o tempo que tem antes de ser obrigado a dizer se é candidato; que se não fizesse propaganda do que tem feito, outros fariam propaganda do que ele não fez; que não vai deixar outro colher o que ele plantou.

— Se alguém reclamar, eu peço desculpas, mas não posso fazer nada — completou.

Ou seja, o presidente age de caso pensado. Adia a decisão sobre candidatura se aproveitando de vantagens da lei eleitoral; quer fazer propaganda mesmo e, se alguém reclamar, pede desculpas e continua com o mesmo comportamento.

A idéia de que não quer que outro colha o que plantou é autoritária. O governo não lhe pertence. A Presidência é um cargo que exer-

manito, pode requerer horário eleitoral para proclamar seus feitos e, indiretamente, avisar que tem mais a fazer; pode inaugurar buraco tapado e esqueleto de hospital. Recentemente, numa inauguração no Nordeste, do palanque, convocou políticos.

— Deputado é para estar aqui mesmo, governador é para estar aqui mesmo, prefeito é para estar aqui mesmo. Candidatos, é para estarem aqui mesmo.

De fato é, mas no momento certo e no palanque certo. Aquele não era um local de propaganda, era um evento armado com o uso da máquina pública, era um ato de governo. Portanto, o presidente estava não apenas desrespeitando a lei eleitoral, que proíbe tanto o uso da máquina quanto a propaganda antecipada — como convocando outros a desrespeitar com ele a legislação.

Na fronteira com o Peru, na semana passada, Lula não pediu votos exatamente, mas teve quem o fizesse por ele. O governador do Acre entregou um abaixo-assinado para que se candidatasse à reeleição e o presidente do Peru, Alejandro Toledo, pediu votos para Lula.

Na Baixada Fluminense, diante de um esqueleto de hospital, Lula descaradamente fez campanha. Não faltou nem a pena das mãos dadas para o alto com outros políticos. Pessoas transportadas em ônibus de prefeitura foram lá para cantar o hino "Lula Lá"; ele fez afirmações inequívocas de candidatura acabou prometendo completar a obra do hospital.

"Esta é a minha gente. A minha cara não é a da Zona Sul." "Este ano é da colheita, entre fazer para eles e para mim, prefiro fazer para eles aqui." "Fazer concurso significa que um mais letrado, que não é mata-mosquito, vai passar no lugar de alguém que já é mata-mosquito." Com frases assim, arrombou a legislação eleitoral. Fez campanha antecipada; disse que governa não para o país inteiro ("para eles"), mas apenas para seu grupo ("nos

dência é um cargo que exerce, por mandato, temporariamente. Lula, como oposição, ficou contra o Plano Real e a abertura comercial. Como presidente, colheu os frutos da inflação sob controle e do comércio externo vigoroso, ambos fatos plantados por outros presidentes.

Na mesma toada, o ex-governador Garotinho usa todo o espaço que lhe dá o governo que, de fato, controla, no Rio. Propagandas de programas iniciados por ele são veiculadas diariamente no horário nobre. A máquina pública é escancaradamente usada, como no episódio recente quando beneficiados do cheque-cidadão receberiam junto com o pagamento uma convocação: "Você, beneficiário do cheque cidadão, deverá comparecer a reunião com Anthony Garotinho. O que mais é necessário para se comprovar o uso da máquina? Na eleição de 2004, entre os vários flagrantes explícitos de uso da máquina, estava a distribuição de kit escolar em outubro. Nada disso, ameaça o candidato, ele acredita na importância do seu prestígio.

O ministro Marco Aurélio Mello prometeu que combateria a conduta dos

A Justiça estará de olho e o que os candidatos estão fazendo aqui, ficará registrado para consideração futura. A vida progressista do candidato será considerada também.

com o aposentado do município, Garibaldi Velloso, a presidência do TSE foi ocupada pelo ministro Gilmar Mendes. Mas, em junho, o

ministro Ellen Gracie Assis mirra a presidência do STF. O ministro Gilmar Mendes, relator das petições do Supremo, pode ser o vice-presidente. Se for ele, o credencial para ser presidente em 2008. Como não pode acumular o cargo de vice-presidente do Supremo, com a presidência do TSE, é possível que o posto fique para Marco Aurélio Mello. Seja quem for, terá muito trabalho para tentar evitar o que já está hoje acontecendo no país.

E-mail para esta coluna: paneco@oglobo.com.br

COM DEBORA THOMÉ

**SENADO FEDERAL**

**SECRETARIA-GERAL DA MESA  
5ª Sessão Legislativa Extraordinária da  
52ª Legislatura – 2005 / 2006**

**Resenha Mensal das matérias apreciadas  
referente à Convocação Extraordinária do  
Congresso Nacional  
(Período de 16 a 31/01/2006)**



**SECRETARIA GERAL DA MESA  
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO  
FEDERAL**

## I - MEDIDAS PROVISÓRIAS

### 1 - APROVADAS NA ÍNTEGRA E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO:

Total..... 5

**Medida Provisória nº 262, de 2005**, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de trinta milhões de reais, para o fim que especifica.

Sessão: 17.01.2006

**Medida Provisória nº 263, de 2005**, que institui abono aos militares das Forças Armadas.

Sessão: 17.01.2006

**Medida Provisória nº 264, de 2005**, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e das Cidades, no valor global de cento e cinquenta e nove milhões de reais, para os fins que especifica.

Sessão: 17.01.2006

**Medida Provisória nº 265, de 2005**, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no valor de trinta e três milhões de reais, para os fins que especifica.

Sessão: 17.01.2006

**Medida Provisória nº 266, de 2005**, que abre crédito extraordinário ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios dos Transportes, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de seiscentos e setenta e três milhões, seiscentos e vinte e um mil, trezentos e doze reais, para os fins que especifica.

Sessão: 25.01.2006

**SECRETARIA GERAL DA MESA  
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO  
FEDERAL**

### 2 – APROVADA COM ALTERAÇÕES E DEVOLVIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Total..... 1

**Emenda do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2006** (apresentado pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 267, de 2005), que altera dispositivos da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação; autoriza cobranças judiciais e extrajudiciais de créditos da União, no exterior, decorrentes de sub-rogações de garantias de seguro de crédito à exportação honradas com recursos do Fundo de Garantia à Exportação – FGE e de financiamentos não pagos contratados com recursos do Programa de Financiamento às Exportações – PROEX e do extinto Fundo de Financiamento à Exportação – FINEX; revoga a Lei nº 10.659, de 22 de abril de 2003; e dá outras providências.

Sessão: 25.01.2006

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

**II – PROJETOS DE LEI APROVADOS E ENVIADOS À  
SANÇÃO:**

De iniciativa do Presidente da República .	5
De iniciativa da Câmara dos Deputados ..	2
<b>Total.....</b>	<b>7</b>

**Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 2005** (nº 5.463/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica.*

**Sessão:** 17.01.2006

**Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 2005** (nº 5.629/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a concessão da subvenção econômica à Companhia de Navegação do São Francisco - Franave.*

**Sessão:** 17.01.2006

**Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2005** (nº 4.728/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *acresce o art. 285-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil. (dispõe sobre o julgamento de ações repetitivas).*

**Sessão:** 17.01.2006

**Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2005- Complementar** (nº 187/97-Complementar, na Casa de origem), que *cria o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas e dá outras providências.*

**Sessão:** 18.01.2006 (continuação da Sessão do dia 17.01.2006)

**Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2005** (nº 4.724/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera os arts. 504, 506, 515 e 518 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, relativamente à forma de interposição de recursos, ao saneamento de nulidades processuais, ao recebimento de recurso de apelação e a outras questões.*

**Sessão:** 25.01.2006

**Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2005** (nº 4.726/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera os arts. 112, 114,*

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

*154, 219, 253, 305, 322, 338, 489 e 555 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, relativos à incompetência relativa, meios eletrônicos, prescrição, distribuição por dependência, exceção de incompetência, revelia, carta precatória e rogatória, ação rescisória e vista dos autos; e revoga o art. 194 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.*

**Sessão:** 25.01.2006

**Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 2005** (nº 4.675/2004, na Casa de origem), que altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispondo sobre a duração mínima de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.

Sessão: 25.01.2006

**SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO  
FEDERAL**

**III – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À  
CÂMARA DOS DEPUTADOS:**

De iniciativa do Senado Federal .....	6
<b>Total.....</b>	<b>6</b>

**Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003**, de autoria do Senador César Borges, que dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências.

**(decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)**

Sessão: 16.01.2006

**Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004**, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otavio, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sobre a formação de novos municípios até o ano de 2000.

Sessão: 17.01.2006

**Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000**, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que altera os incisos XVIII e XIX do art. 7º da Constituição Federal, para conceder licença-maternidade e licença-paternidade em casos de adoção.

Sessão: 17.01.2006

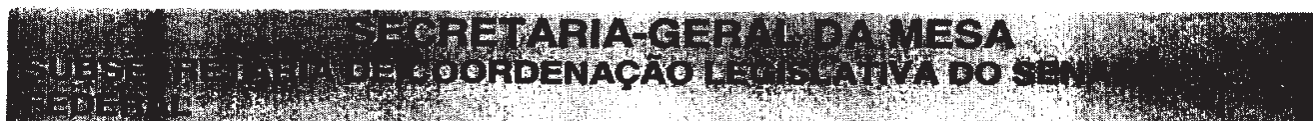
**Projeto de Decreto Legislativo nº 61, de 2006**, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2006.

Sessão: 25.01.2006

**Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002**, que altera o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a finalidade de ampliar, até o final do exercício de 2016, a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e de dispor sobre o valor mínimo nacional por aluno.

Sessão: 25.01.2006

**Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003**, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que acresce parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal para aumentar, nas cidades com população inferior a trezentos mil habitantes, a extensão das áreas urbanas passíveis de terem a propriedade transferida por usucapião especial.



Sessão: 25.01.2006

#### IV - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO:

De iniciativa do Senado Federal .....	9
De iniciativa da Câmara dos Deputados	66
<b>Total.....</b>	<b>75</b>

**Projeto de Resolução nº 91, de 2005**, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que *suspende, nos termos do inciso X do art. 52 da Constituição Federal, a execução, no art. 1º do Decreto-Lei nº 1.724, de 7 de dezembro de 1979, da expressão “ou reduzir, temporária ou definitivamente, ou extinguir”, e, no inciso I do art. 3º do Decreto-Lei nº 1.894, de 10 de novembro de 1981, das expressões “reduzi-los” e “suspendê-los ou extingui-los”.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

Sessão: 16.01.2006

**Projeto de Decreto Legislativo nº 1.356, de 2004** (nº 144/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Difusora Vale do Itajaí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

Sessão: 17.01.2006

**Projeto de Decreto Legislativo nº 417, de 2005** (nº 1.634/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Unisul FM – ACRU a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de União do Sul, Estado de Mato Grosso.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

Sessão: 17.01.2006

**Projeto de Decreto Legislativo nº 423, de 2005** (nº 1.658/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão a Organizações So de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina.*



**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.01.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 437, de 2005** (nº 1.697/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Pojuca a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pojuca, Estado da Bahia.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.01.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 439, de 2005** (nº 1.588/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Frei Diogo de Paramoti a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paramoti, Estado do Ceará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.01.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 440, de 2005** (nº 1.649/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Guaraciaba – ARCGUA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.01.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 442, de 2005** (nº 1.661/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Princesa do Trairi a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bento do Trairi, Estado do Rio Grande do Norte.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.01.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 444, de 2005** (nº 1.667/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Educacional e Ambiental do Município de Paulistas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulistas, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.01.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 446, de 2005** (nº 1.671/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Santo Inácio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Inácio, Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.01.2006**

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**  
**FEDERAL**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 448, de 2005** (nº 1.687/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Apuaé de Sananduva a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sananduva, Estado do Rio Grande do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.01.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 449, de 2005** (nº 1.695/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Transviçosa de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Viçosa, Estado da Bahia.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.01.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 450, de 2005** (nº 1.696/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Agropastoril de Tuiutiba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Formoso, Estado da Bahia.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.01.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 451, de 2005** (nº 1.699/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária da Cidade de Denise - MT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Denise, Estado de Mato Grosso.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.01.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 452, de 2005** (nº 1.700/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária e Cultural de Ajustina FM MHz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ajustina, Estado da Bahia.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.01.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 453, de 2005** (nº 1.703/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Serrana FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Amaro, Estado da Bahia.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.01.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 455, de 2005** (nº 1.706/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza as Obras Sociais Dom*

**SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO  
FEDERAL**

*Bosco a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irapuã, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.01.2006**

*Projeto de Decreto Legislativo nº 456, de 2005 (nº 1.707/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária de Amparo Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anagé, Estado da Bahia.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.01.2006**

*Projeto de Decreto Legislativo nº 457, de 2005 (nº 1.709/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Maia & Oliveira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Costa Rica, Estado de Mato Grosso do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.01.2006**

*Projeto de Decreto Legislativo nº 458, de 2005 (nº 1.711/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Solidariedade Goianorte FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goianorte, Estado do Tocantins.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.01.2006**

*Projeto de Decreto Legislativo nº 459, de 2005 (nº 1.712/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Guimarães a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guimarães, Estado do Maranhão.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

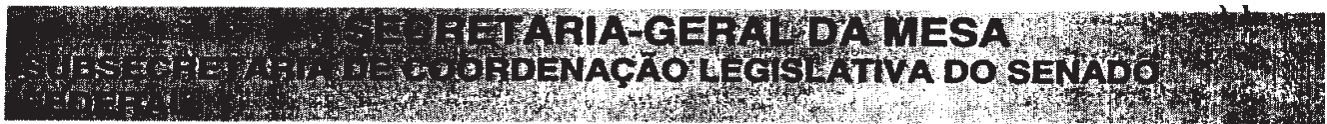
**Sessão: 17.01.2006**

*Projeto de Decreto Legislativo nº 460, de 2005 (nº 1.718/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Rosário/FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Moema, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.01.2006**

*Projeto de Decreto Legislativo nº 462, de 2005 (nº 1.722/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Dixseptiense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Governador Dix-Sept Rosado, Estado do Rio Grande do Norte.*



**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.01.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 463, de 2005** (nº 1.725/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Tibagi a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tibagi, Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.01.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 464, de 2005** (nº 1.738/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Apoio à Comunicação Cristã – FACC para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Picos, Estado do Piauí.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.01.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 465, de 2005** (nº 1.746/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente de Lagoa dos Gatos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa dos Gatos, Estado de Pernambuco.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.01.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 466, de 2005** (nº 1.747/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Sambeneditense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Benedito, Estado do Ceará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.01.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 467, de 2005** (nº 1.749/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Santa Cruz de Canoinhas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.01.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 468, de 2005** (nº 1.750/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Novos Rumos para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barbosa, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**



**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**  
**FEDERAL**

**Sessão: 17.01.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 470, de 2005** (nº 794/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Menina Tropical FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.01.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 471, de 2005** (nº 1.635/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Rádio Comunitária de Central Carapina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.01.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 473, de 2005** (nº 1.740/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Raimunda Cleonice Linhares a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Massapé, Estado do Ceará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.01.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 476, de 2005** (nº 1.789/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ação Candeias FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Riachão do Jacuípe, Estado da Bahia.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.01.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 478, de 2005** (nº 1.637/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Terenos - MS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terenos, Estado de Mato Grosso do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.01.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 479, de 2005** (nº 1.640/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Esperança e Liberdade a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Candiba, Estado da Bahia.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.01.2006**

**SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO  
FEDERAL**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 481, de 2005** (nº 1.666/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Bispo Guaporé Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Amargosa, Estado da Bahia.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.01.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 483, de 2005** (nº 1.676/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural de Radiodifusão Valenciana - Funcrava a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Valença, Estado do Piauí.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.01.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 484, de 2005** (nº 1.698/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cristã de Ação Social Comunitária do Cajuru a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.01.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 485, de 2005** (nº 1.702/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Radiodifusão Ramadam Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.01.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 486, de 2005** (nº 1.723/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Sítio São Miguel - ASMOSSM - Sossego - PB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sossego, Estado da Paraíba.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.01.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 487, de 2005** (nº 1.727/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cambaraense de Rádio Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cambará, Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.01.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 488, de 2005** (nº 1.739/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à*

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO  
FEDERAL

FE 361

*Televisão Verdes Mares Ltda. para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.01.2006**

*Projeto de Decreto Legislativo nº 489, de 2005 (nº 1.755/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Presidente Castelo Branco - Acodecab a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Castelo Branco, Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.01.2006**

*Projeto de Decreto Legislativo nº 490, de 2005 (nº 1.756/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rioclarense dos Colecionadores de Discos de Vinil a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.01.2006**

*Projeto de Decreto Legislativo nº 491, de 2005 (nº 1.761/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Salgado São Félix - PB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salgado de São Félix, Estado da Paraíba.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.01.2006**

*Projeto de Decreto Legislativo nº 493, de 2005 (nº 1.786/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Assistencial e de Difusão Educativa e Cultural de Joinville - Funadej para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 17.01.2006**

*Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2006 (nº 1.109/2004, na Câmara dos Deputados), que altera o caput e revoga o § 1º do art. 3º do Decreto Legislativo nº 7, de 19 de janeiro de 1995, para vedar o pagamento de ajuda de custo ao parlamentar durante a Sessão Legislativa Extraordinária.*

**Sessão: 18.01.2006 (continuação da Sessão do dia 17.01.2006)**

*Projeto de Resolução nº 1, de 2006, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de até US\$ 658.300.000,00 (seiscentos e cinquenta e oito milhões e trezentos mil dólares*

**SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO  
FEDERAL**

*dos Estados Unidos da América) com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).*

**Sessão:** 25.01.2006

**Projeto de Resolução nº 2, de 2006**, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de US\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América) com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).*

**Sessão:** 25.01.2006

**Projeto de Resolução nº 3, de 2006**, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), no valor total de até US\$ 8.000.000,00 (oito milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Projeto de Assistência Técnica ao Programa de Reformas para o Setor de Desenvolvimento Humano (HD-TAL).*

**Sessão:** 25.01.2006

**Projeto de Resolução nº 4, de 2006**, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza o Distrito Federal a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$ 57,643,000.00 (cinquenta e sete milhões, seiscentos e quarenta e três mil dólares dos Estados Unidos da América).*

**Sessão:** 25.01.2006

**Projeto de Resolução nº 5, de 2006**, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza o Município de São Bernardo do Campo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de até US\$ 72,000,000.00 (setenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América).*

**Sessão:** 25.01.2006

**Projeto de Resolução nº 6, de 2006**, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 9,000,000.00 (nove milhões de dólares dos Estados Unidos da América).*

**Sessão:** 25.01.2006

**Projeto de Resolução nº 7, de 2006**, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza o Estado do Espírito Santo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco*

**SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO  
FEDERAL**

*Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 73,500,000.00 (setenta e três milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América).*

**Sessão:** 25.01.2006

**Projeto de Resolução nº 8, de 2006**, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 49,296,000.00 (quarenta e nove milhões, duzentos e noventa e seis mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), destinada ao financiamento parcial do "Projeto de Desenvolvimento Integrado de Áreas Carentes do Estado da Bahia - VIVER MELHOR II".*

**Sessão:** 25.01.2006

**Projeto de Decreto Legislativo nº 461, de 2005** (nº 1.720/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Jaguaruna a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguaruna, Estado de Santa Catarina.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 26.01.2006

**Projeto de Decreto Legislativo nº 494, de 2005** (nº 1.341/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Araguaia de Brusque Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 26.01.2006

**Projeto de Decreto Legislativo nº 496, de 2005** (nº 1.672/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Integração Comunitária de Santa Cruz do Sul – Acicom a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 26.01.2006

**Projeto de Decreto Legislativo nº 497, de 2005** (nº 1.705/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio Gurinhatãense – Rádio Novo Horizonte a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gurinhatã, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 26.01.2006

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 498, de 2005** (nº 1.762/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à SBC – Sistema Brasileiro de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Timóteo, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 26.01.2006

**Projeto de Decreto Legislativo nº 499, de 2005** (nº 1.764/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Mensageiros da Paz de Iepê a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iepê, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 26.01.2006

**Projeto de Decreto Legislativo nº 500, de 2005** (nº 1.766/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores e Amigos de Chonin de Cima “Amacci” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 26.01.2006

**Projeto de Decreto Legislativo nº 501, de 2005** (nº 1.768/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Centro de Assistência Social e Educacional “John F. Kennedy” (Case) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Oriente, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 26.01.2006

**Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2005** (nº 1.774/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São José de Lagoa Grande do Maranhão – MA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Grande do Maranhão, Estado do Maranhão.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 26.01.2006

**Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2005** (nº 1.787/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Organização Cultural e Ecológica de Missal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Missal, Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**  
**FEDERAL**

**Sessão:** 26.01.2006

**Projeto de Decreto Legislativo nº 505, de 2005** (nº 1.822/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Nossa Bom Repouso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Repouso, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 26.01.2006

**Projeto de Decreto Legislativo nº 507, de 2005** (nº 1.615/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Ágape Mantense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mantena, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 26.01.2006

**Projeto de Decreto Legislativo nº 508, de 2005** (nº 1.632/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Cuiabá Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 26.01.2006

**Projeto de Decreto Legislativo nº 510, de 2005** (nº 1.694/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores de Pedra Lavrada (Ampla), a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedra Lavrada, Estado da Paraíba.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 26.01.2006

**Projeto de Decreto Legislativo nº 512, de 2005** (nº 1.767/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores e Amigos do Bairro de Pedra (Asmoape) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 26.01.2006

**Projeto de Decreto Legislativo nº 513, de 2005** (nº 1.769/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Itaiense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itai, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 26.01.2006

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**  
**FEDERAL**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 514, de 2005** (nº 1.772/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Educacional e Cultural – Interativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Medianeira, Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 26.01.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 515, de 2005** (nº 1.773/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Barreirinhas FM – ACRBFM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barreirinhas, Estado do Maranhão.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 26.01.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 516, de 2005** (nº 1.788/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Abaíra – BA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abaíra, Estado da Bahia.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 26.01.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 518, de 2005** (nº 1.593/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Martinópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Martinópolis, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 26.01.2006**



**SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO  
FEDERAL**

**V – PARECERES REFERENTES A MENSAGENS DE  
ESCOLHA DE AUTORIDADES:**

**Total ..... 6**

**Parecer nº 52, de 2006**, sobre a Mensagem nº 280, de 2005 (nº 840/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor *Leur Antonio Britto Lomanto*, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.)

**Sessão:** 25.01.2006

**Parecer nº 53, de 2006**, sobre a Mensagem nº 281, de 2005 (nº 841/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor *Jorge Luiz Brito Velozo*, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

**Sessão:** 25.01.2006

**Parecer nº 54, de 2006**, sobre a Mensagem nº 1, de 2006 (nº 896/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor *Horácio Raymundo de Senna Pires*, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, Bahia, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista criada conforme disposto no art. 2º da Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, que altera a composição do Tribunal Superior do Trabalho.

**Sessão:** 25.01.2006

**Parecer nº 55, de 2006**, sobre a Mensagem nº 2, de 2006 (nº 897/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor *Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira*, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, Distrito Federal, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista criada conforme disposto no art. 2º da Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, que altera a composição do Tribunal Superior do Trabalho.

**Sessão:** 25.01.2006

**Parecer nº 56, de 2006**, sobre a Mensagem nº 3, de 2006 (nº 898/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor *Luiz Philippe Vieira de Mello Filho*, Juiz

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Minas Gerais, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista criada conforme disposto no art. 2º da Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, que altera a composição do Tribunal Superior do Trabalho.

**Sessão:** 25.01.2006

**Parecer nº 57, de 2006**, sobre a Mensagem nº 4, de 2006 (nº 899/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Doutora *Rosa Maria Weber Candiota da Rosa*, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, Rio Grande do Sul, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista criada conforme disposto no art. 2º da Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, que altera a composição do Tribunal Superior do Trabalho.

**Sessão:** 25.01.2006

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

### VI - REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA:

Total.....	1
------------	---

**Requerimento nº 72, de 2006**, de autoria do Senador Paulo Octávio, solicitando a constituição de Comissão Temporária Interna composta de 4 membros titulares para, no prazo de 120 dias, organizar as homenagens pela passagem dos 50 anos da posse de Juscelino Kubitschek como Presidente da República Federativa do Brasil, comemorado no dia 31 de janeiro.

**Sessão:** 25.01.2006

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

### VII – MATÉRIA PREJUDICADA:

De iniciativa do Senado Federal .....	1
<b>Total.....</b>	<b>1</b>

**Projeto de Decreto Legislativo nº 569, de 2005**, de autoria do Senador Jefferson Peres, que altera a redação do art. 3º do Decreto Legislativo nº 7, de 1995, revigorado pelos Decretos Legislativos nºs 7, de 1999, e 444, de 2002, para eliminar o pagamento de ajuda de custo ao parlamentar, referente à sessão legislativa extraordinária.

(Em virtude da aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2006)

**Sessão:** 18.01.2006 (continuação da Sessão do dia 17.01.2006)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

**VIII – MATÉRIA REJEITADA:**

De iniciativa do Senado Federal .....	1
<b>Total.....</b>	<b>1</b>

**Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2003-Complementar**, de autoria do Senador Hélio Costa, que acrescenta § 3º ao artigo 35 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com vistas a permitir a renegociação de contratos, vigentes no momento de promulgação daquela lei, que venham a ter seu equilíbrio econômico-financeiro afetados por perturbação macroeconômica.

(Art. 254 do Regimento Interno)

**Sessão:** 16.01.2006

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

**IX - OUTRAS DELIBERAÇÕES:**

De iniciativa do Senado Federal .....	32
<b>Total.....</b>	<b>32</b>

**Requerimento nº 2, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, pela inauguração de sua nova sede em Manaus.

**Sessão:** 16.01.2006

**Requerimento nº 3, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Município de Novo Aripuanã, no Amazonas, pelo transcurso de seu cinquentenário.

**Sessão:** 16.01.2006

**Requerimento nº 4, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso a Ronaldinho Gaúcho, eleito pela FIFA pelo segundo ano seguido, o melhor jogador de futebol do mundo.

**Sessão:** 16.01.2006

**Requerimento nº 9, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Ângelo Magalhães, ocorrido no dia 18 de dezembro de 2005.

**Sessão:** 16.01.2006

**Requerimento nº 11, de 2006**, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Demóstenes Torres, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Cáo Tácito Sá Viana Pereira de Vasconcellos, que foi Reitor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro no período de 1976 a 1979.

**Sessão:** 16.01.2006

**Requerimento nº 18, de 2006**, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Chefe Militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti, General-de-Divisão Urano Teixeira da Matta Bacellar, ocorrido no dia 7 de janeiro de 2006, em Porto Príncipe, Haiti.

**Sessão:** 16.01.2006

**Requerimento nº 19, de 2006**, de autoria do Senador Luiz Otávio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do empresário, radialista e ex-Deputado Estadual Antônio da Rocha Leonardo, ocorrido na cidade de Belém*

**SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO  
FEDERAL**

*do Pará.*

**Sessão:** 17.01.2006

**Requerimento nº 24, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao professor e crítico literário Antônio Cândido, por haver sido contemplado, no México, pelo prêmio internacional Alfonso Reyes, edição de 2005.*

**Sessão:** 17.01.2006

**Requerimento nº 30, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao jovem Matheus de Almeida por ato de heroísmo praticado quando da queda do avião em que viajava, no dia 2 de janeiro de 2006, em São Paulo.*

**Sessão:** 17.01.2006

**Requerimento nº 31, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso aos lutadores Vanderlei Silva e Ricardo Arona, por terem sido, respectivamente, campeão e vice-campeão do Pride Grand Prix, realizado em 31 de dezembro de 2005, em Tóquio, Japão.*

**Sessão:** 17.01.2006

**Requerimento nº 32, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do músico Robertinho do Acordeon, ocorrido no dia 3 de janeiro de 2006, em São Paulo.*

**Sessão:** 17.01.2006

**Requerimento nº 33, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do cenógrafo Gianni Ratto, ocorrido no dia 30 de dezembro de 2005, em São Paulo.*

**Sessão:** 17.01.2006

**Requerimento nº 35, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ministro Carlos Velloso.*

**Sessão:** 19.01.2006

**Requerimento nº 38, de 2006**, de autoria do Senador Magno Malta e outros Srs. Senadores, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Deputado Estadual Edson Vargas, ocorrido no dia 19 de janeiro de 2006.*

**Sessão:** 19.01.2006

**Requerimento nº 39, de 2006**, de autoria do Senador Augusto Botelho e outros Srs. Senadores, *solicitando voto de lembrança a Leonel Brizola, que no dia 22 de janeiro de 2006 completaria 84 anos.*

**Sessão:** 20.01.2006

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**  
**FEDERAL**

**Requerimento nº 41, de 2006**, de autoria do Senador Romeu Tuma, *solicitando voto de aplauso ao povo paulista, pelos 452 anos de fundação da cidade de São Paulo.*

**Sessão:** 24.01.2006

**Requerimento nº 46, de 2006**, de autoria do Senador Marcelo Crivella, *solicitando voto de congratulações ao jornal O São Gonçalo, pelo transcurso dos seus 75 anos.*

**Sessão:** 24.01.2006

**Requerimento nº 49, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao município de Presidente Figueiredo, no Estado do Amazonas, pelo transcurso do seu 24º aniversário.*

**Sessão:** 25.01.2006

**Requerimento nº 50, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao bailarino manauara Wallace Jones, que foi selecionado para integrar o Balé da Cidade de São Paulo.*

**Sessão:** 25.01.2006

**Requerimento nº 51, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso às vencedoras do concurso de Rainha do maior campeonato de futebol amador do mundo, organizado pelo jornal A Crítica, de Manaus, popularmente conhecido como "Peladão".*

**Sessão:** 25.01.2006

**Requerimento nº 52, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso aos nadadores Luiz Eduardo Oliveira e Ana Marcela Cunha, vencedores da 33ª edição da Maratona Aquática Almirante Tamandaré, realizada em 11 de dezembro de 2005, em Manaus, e aos nadadores amazonenses Mayara dos Santos e Lorence Ramos, respectivamente 2ª e 4ª colocadas na prova feminina, e Ítalo Guimarães, 7º colocado na prova masculina.*

**Sessão:** 25.01.2006

**Requerimento nº 53, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à cidade de São Paulo que comemora no dia 25 de janeiro de 2006, 452 anos.*

**Sessão:** 25.01.2006

**Requerimento nº 54, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à artista plástica Marlene Godoy, por haver participado da Bienal Internacional de Arte Contemporânea/2005, em Florença Itália*

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**  
**FEDERAL**

**Sessão:** 25.01.2006

**Requerimento nº 55, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao pugilista Valdemir Sertão Pereira por haver conquistado o título de Campeão Mundial, categoria peso pena, na versão da Federação Internacional de Boxe.*

**Sessão:** 25.01.2006

**Requerimento nº 56, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Otelo Caçador, ocorrido no dia 23 de janeiro de 2006, no Rio de Janeiro/RJ.*

**Sessão:** 25.01.2006

**Requerimento nº 57, de 2006**, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Aydee Campos Carmona, mãe do deputado estadual, Martinho Carmona.*

**Sessão:** 25.01.2006

**Requerimento nº 74, de 2006**, de autoria do Senador Tasso Jereissati, *solicitando voto de condolências à família de Maria Proença de Macedo, esposa do ex-Senador, pelo Estado do Ceará, José Dias de Macedo, falecida em 30/01/2006, em Fortaleza.*

**Sessão:** 30.01.2006

**Requerimento nº 76, de 2006**, de autoria do Senador Paulo Paim, *solicitando que seja inserido em ata voto de pesar pelo falecimento de Coretta Scott King, ocorrido em 31/01/2006, viúva e inspirador de Martin Luther King nas lutas e transformações raciais americana, e apresentação de condolências aos seus familiares.*

**Sessão:** 31.01.2006

**Requerimento nº 77, de 2006**, de autoria do Senador Leonel Pavan, *solicitando voto de aplauso à Cidade de Balneário Camboriú, como patrocinadora pelo "Mundialito de Fast Triathlon Feminino" e à Rede Globo de Televisão, realizadora do evento, disputado no dia 29 de janeiro de 2006, em Balneário Camboriú, Santa Catarina.*

**Sessão:** 31.01.2006

**Requerimento nº 78, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao jornalista Paulo Nogueira, que fez de VIP uma das maiores revistas do País, que neste ano, completa 25 anos de existência.*

**Sessão:** 31.01.2006

**Requerimento nº 79, de 2006**, de autoria dos Senadores Marco Maciel José Jorge, *solicitando inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento,*

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**  
**FEDERAL**

*ocorrido dia 27/01/2006, na cidade de Olinda, do ex-Senador Nivaldo Machado, que integrou a representação do Estado Pernambuco nesta Casa, no período de março de 1985 a abril de 1987, pelo Partido Liberal; solicita ainda, seja dado conhecimento à esposa, Senhora Maria Carmelita Machado, aos filhos Antônio Carlos, Nivaldo Filho e Paulo Henrique, bem como à Prefeitura e à Câmara Municipal de Olinda, e à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.*

**Sessão: 31.01.2006**

*Requerimento nº 81, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do brasileiro Felipe Carvalho Barbosa, que, como fuzileiro naval das forças militares dos Estados Unidos, morreu em acidente na região de Falluja, a 50 Km de Bagdá, onde integrava a corporação norte-americana no Iraque.*

**Sessão: 31.01.2006**

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**  
**FEDERAL**

**X - ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO  
NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE VIGÊNCIA DE MEDIDA  
PROVISÓRIA**

**Total..... 2**

**Ato nº 1, de 2006** – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 27 de janeiro de 2006, a vigência da Medida Provisória nº 267, de 28 de novembro de 2005, que “altera dispositivos da Lei no 6.704, de 26 de outubro de 1979, que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação, e autoriza cobranças judiciais e extrajudiciais de créditos da União, no exterior, decorrentes de sub-rogações de garantias de seguro de crédito à exportação honradas com recursos do Fundo de Garantia à Exportação - FGE e de financiamentos não pagos contratados com recursos do Programa de Financiamento às Exportações – PROEX e do extinto Fundo de Financiamento à Exportação – FINEX, e dá outras providências”.

(publicado no Diário Oficial da União de 18.01.2006, seção I)

**Ato nº 2, de 2006** – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 3 de fevereiro de 2006, a vigência da Medida Provisória nº 268, de 2 de dezembro de 2005, que “abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Defesa e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de R\$ 1.498.314.101,00, para os fins que especifica”.

(publicado no Diário Oficial da União de 25.01.2006, seção I)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**  
**FEDERAL**

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS ( 16 a 31 de janeiro de 2006)	
Deliberativas Ordinárias	7
Não Deliberativas	4
Especial	1
	<b>12</b>

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**  
**FEDERAL**

**SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL**  
**(de 16 a 31 de janeiro de 2006)**

<b>MATÉRIAS APROVADAS .....</b>	<b>100</b>
<b>I – Medidas Provisórias aprovadas.....</b>	<b>5</b>
1 – aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação .....	5
2 – aprovadas com alterações e devolvidas à Câmara dos Deputados.....	1
<b>II – Proposições aprovadas e enviadas à sanção.....</b>	<b>7</b>
<b>III - Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados .....</b>	<b>6</b>
1 – Por decisão do Plenário.....	5
1.1 - Proposições do Senado .....	5
2 – Por decisão terminativa.....	1
2.1 - Proposições do Senado .....	1
<b>IV - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação .....</b>	<b>75</b>
1 - Concessões de telecomunicações .....	66
2 - Operações de crédito .....	8
3 – Outros.....	1
<b>V – Escolha de autoridades.....</b>	<b>6</b>
<b>VI – Requerimento de criação de comissão temporária .....</b>	<b>1</b>
<b>MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO .....</b>	<b>2</b>
<b>VII – Matéria prejudicada.....</b>	<b>1</b>
<b>VIII – Matéria rejeitada.....</b>	<b>1</b>
<b>TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS .....</b>	<b>102</b>
<b>ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA .....</b>	<b>2</b>



**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**  
**FEDERAL**

**SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 16 DE**  
**DEZEMBRO DE 2005 A 31 DE JANEIRO DE 2006**

**SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS PELO SENADO FEDERAL NA 5ª**  
**LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA**

(16/12/2005 A 15/01/2006)  
 Não houve sessões no Senado Federal

(16 a 31 de janeiro de 2006)

Deliberativas Ordinárias .....	7
Não Deliberativas .....	4
Especial.....	1

**Total .....** 11

**MATÉRIAS APROVADAS .....** 100

**I – Medidas Provisórias aprovadas.....** 5

1 – aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação .....

2 – aprovadas com alterações e devolvidas à Câmara dos Deputados..... 1

**II – Proposições aprovadas e enviadas à sanção.....** 7

**III - Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados .....** 6

1 – Por decisão do Plenário.....5

1.1 - Proposições do Senado .....

2 – Por decisão terminativa.....1

2.1 - Proposições do Senado .....

**IV - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação .....** 75

1 - Concessões de telecomunicações .....

2 - Operações de crédito .....

3 – Outros..... 1

**V – Escolha de autoridades.....** 6

**VI – Requerimento de criação de comissão temporária .....** 1

**MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO .....** 2

**VII – Matéria prejudicada.....** 1

**VIII – Matéria rejeitada.....** 1

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**  
**FEDERAL**

**TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS .....** 102

**ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO**  
**DE MEDIDA PROVISÓRIA .....** 2

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

### Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho\*<sup>S</sup>  
PFL – Antonio Carlos Magalhães \*\*  
PFL – César Borges\*\*

### Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino\*  
PMR – Marcelo Crivella\*\*  
PMDB – Sérgio Cabral\*\*

### Maranhão

PMDB – João Alberto Souza \*  
PFL – Edison Lobão\*\*  
PFL – Roseana Sarney \*\*

### Pará

PMDB – Luiz Otávio\*  
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa\*\*  
PSDB – Flexa Ribeiro\*\*<sup>S</sup>

### Pernambuco

PFL – José Jorge\*  
PFL – Marco Maciel\*\*  
PSDB – Sérgio Guerra\*\*

### São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy\*  
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante\*\*  
PFL – Romeu Tuma\*\*

### Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas\*<sup>S</sup>  
PSDB – Eduardo Azeredo\*\*  
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira\*\*<sup>S</sup>

### Goiás

PMDB – Maguito Vilela\*  
PFL – Demóstenes Torres\*\*  
PSDB – Lúcia Vânia\*\*

### Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros \*  
PFL – Jonas Pinheiro \*\*  
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko\*\*

### Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon\*  
BLOCO-PT – Paulo Paim\*\*  
PTB – Sérgio Zambiasi\*\*

### Ceará

PSDB – Reginaldo Duarte\*<sup>S</sup>  
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes\*\*  
PSDB – Tasso Jereissati\*\*

### Paraíba

PMDB – Ney Suassuna \*  
PFL – Efraim Morais\*\*  
PMDB – José Maranhão \*\*

### Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta\*<sup>S</sup>  
PMDB – Gerson Camata\*\*  
BLOCO-PL – Magno Malta\*\*

### Piauí

PMDB – Alberto Silva\*  
PFL – Heráclito Fortes\*\*  
PMDB – Mão Santa \*\*

### Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra \*  
PMDB – Garibaldi Alves Filho\*\*  
PFL – José Agripino\*\*

### Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen \*  
BLOCO-PT – Ideli Salvatti\*\*  
PSDB – Leonel Pavan \*\*

### Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena\*  
PMDB – Renan Calheiros\*\*  
PSDB – Teotônio Vilela Filho \*\*

### Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves \*  
PMDB – Almeida Lima\*\*  
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares\*\*

### Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho\*  
PSDB – Arthur Virgílio\*\*  
PDT – Jefferson Péres\*\*

### Paraná

PSDB – Alvaro Dias \*  
BLOCO-PT – Flávio Arns\*\*  
PDT – Osmar Dias\*\*

### Acre

BLOCO-PT – Tião Viana\*  
Sem partido – Geraldo Mesquita Júnior\*\*  
BLOCO-PT – Sibá Machado\*\*<sup>S</sup>

### Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca\*  
BLOCO-PT – Delcídio Amaral\*\*  
PMDB – Ramez Tebet\*\*

### Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral\*<sup>S</sup>  
PDT – Cristovam Buarque \*\*  
PFL – Paulo Octávio \*\*

### Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos\*  
BLOCO-PL – João Ribeiro \*\*  
PC do B – Leomar Quintanilha\*\*

### Amapá

PMDB – José Sarney \*  
PMDB – Gilvam Borges\*\*  
PSDB – Papaléo Paes\*\*

### Rondônia

PMDB – Amir Lando\*  
BLOCO-PT – Fátima Cleide\*\*  
PMDB – Valdir Raupp\*\*

### Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti\*  
PDT – Augusto Botelho\*\*  
PMDB – Romero Jucá\*\*

### Mandatos

\*: Período 1999/2007 \*\*: Período 2003/2011

## **COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

**(Ato do Presidente nº 8, de 2005)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA**

**Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA**

**Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO**

<b>Ana Júlia Carepa – PT/ PA</b>
<b>Eduardo Suplicy – PT/SP</b>
<b>Fátima Cleide – PT/RO</b>
<b>Flexa Ribeiro – PSDB/PA</b>
<b>Luiz Otávio – PMDB/PA</b>
<b>Demóstenes Torres – PFL/GO</b>
<b>Serys Shessarenko – PT/MT</b>
<b>Sibá Machado – PT/AC</b>

**Prazo Final: 18.3.2005**

**Designação: 16.2.2005**

## COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB  
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
<b>PMDB</b>	
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
<b>PDT</b>	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	7. Serys Shhessarenko – PT

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB**

**Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL <sup>(4)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) <sup>(3)</sup>
Ney Suassuna <sup>(1)</sup>	3. Serys Slhessarenko <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
<b>PDT</b>	

<sup>(1)</sup> Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

<sup>(4)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

**Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB <sup>(4)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>PMDB</b>	
Luiz Otávio	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) <sup>(1)</sup>
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

<sup>(4)</sup> O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A  
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL  
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB  
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL <sup>(3)</sup>
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>
<b>PDT</b>	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Aelton Freitas - PL**

**Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) <sup>(2)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)



**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**  
(21 titulares e 21 suplentes)

**Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB**  
**Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB** <sup>(2)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) <sup>(3)</sup>	6. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR <sup>(4)</sup>	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	6. (vago) <sup>(5)</sup>
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT  
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR <sup>(2)</sup>**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Marcelo Crivella – PMR <sup>(2)</sup>	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT**  
**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
<b>PMDB</b>	
Papaléo Paes <sup>(3)</sup>	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Mão Santa	
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) <sup>(4)</sup>	2. Demóstenes Torres – PFL
<b>PMDB</b>	
Papaléo Paes <sup>(5)</sup>	1. Mão Santa
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	
<b>PDT</b>	
	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

<sup>(4)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL**  
**Vice-Presidente: (vago) <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB <sup>(4)</sup>	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(6)</sup> (cedida pelo PSDB)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(5)</sup> (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(6)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR**  
(5 membros)

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator: Geral:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Serys Shessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT <sup>(8)</sup> (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR <sup>(5)</sup> (cedida pelo PFL) <sup>(1)</sup>	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(7)</sup> (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) <sup>(4)</sup>
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) <sup>(6)</sup>
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(3)</sup>
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

<sup>(1)</sup> Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

<sup>(7)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

<sup>(8)</sup> O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
**(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB**  
**Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR <sup>(1) (5)</sup>	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(2) (6)</sup>	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
<b>PMDB</b>	
Sérgio Cabral	1. (vago) <sup>(4)</sup>
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) <sup>(7)</sup>	4. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(3)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

<sup>(1)</sup> Vaga cedida pelo PFL

<sup>(2)</sup> Vaga cedida pelo PSDB

<sup>(3)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

<sup>(7)</sup> A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).



**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns - PT  
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) <sup>(3)</sup>	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) <sup>(2)</sup>
Valdir Raupp	3. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLE - CMA  
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>**

**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL <sup>(2)</sup>	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB <sup>(3)</sup>
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	5. Mão Santa
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB <sup>(1)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Valmir Amaral - PTB <sup>(1)</sup>	1. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
<b>PDT</b>	

<sup>(1)</sup> O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS  
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À  
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT  
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL  
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL <sup>(1)</sup>
<b>PMDB</b>	
(vago)	1. Luiz Otávio
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**  
(19 titulares e 19 suplentes)

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT**  
**Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) <sup>(6)</sup>	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(5)</sup>	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) <sup>(7)</sup>
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) <sup>(2)</sup>
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR <sup>(4)</sup>	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(4)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(6)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(7)</sup> O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT <sup>(2)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: [altairgs@senado.gov.br](mailto:altairgs@senado.gov.br)

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(3)</sup>	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: [altairgs@senado.gov.br](mailto:altairgs@senado.gov.br)

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**  
(19 titulares e 19 suplentes)

**Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) <sup>(4)</sup>
Gerson Camata	5. (vago) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(3)</sup>, PL)</b>	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR <sup>(5)</sup>
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) <sup>(6)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(2)</sup> O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

<sup>(3)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)



**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS  
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta <sup>(2)</sup>
Mão Santa	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>	2. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT <sup>(3)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB <sup>(3)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup> PL)</b>	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Shessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

<sup>(3)</sup> Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286  
E – Mail: [scomci@senado.gov.br](mailto:scomci@senado.gov.br)

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	5. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira  
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas  
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627  
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup> PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Serys Shhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella  
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –  
Telefone: 3311-3506 Fax:  
E – Mail: marcello@senado.gov.br

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

**1ª Eleição Geral:** 19.04.1995

**4ª Eleição Geral:** 13.03.2003

**2ª Eleição Geral:** 30.06.1999

**5ª Eleição Geral:** 23.11.2005

**3ª Eleição Geral:** 27.06.2001

**Presidente: Senador João Alberto Souza** <sup>(3)</sup>

**Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres** <sup>(4)</sup>

<b>BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)</b>					
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. (vago) <sup>(1)</sup>	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M <sup>o</sup> doCarmo Alves(PFL)	SE	1306
Leonel Pavan (PSDB)	SC	4041	4. (vago) <sup>(5)</sup>		
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela F (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
<b>PMDB</b>					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camata	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (vago) <sup>(2)</sup>		
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)</b>					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
<b>PDT</b>					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
<b>PTB</b>					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
<b>Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 23.11.2005)

- <sup>(1)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.
- <sup>(2)</sup> O Senador Pedro Simon renunciou ao cargo de acordo com OF nº 101/05 – GSPSIM, publicado no DSF de 14.12.2005.
- <sup>(3)</sup> Eleito em 13.12.2005, na 1ª reunião, de 2005, do Conselho de Ética.
- <sup>(4)</sup> Eleito em 13.12.2005, na 1ª reunião, de 2005, do Conselho de Ética.
- <sup>(5)</sup> O Senador Alvaro Dias renunciou ao cargo de acordo com OF nº 1370/2005-SEM, publicado no DSF de 15.12.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br); [www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)

## CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

### COMPOSIÇÃO <sup>1</sup>

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) <sup>2</sup>	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

<sup>2</sup> Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

## PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

**1ª Designação:** 16.11.1995

**2ª Designação:** 30.06.1999

**3ª Designação:** 27.06.2001

**4ª Designação:** 25.09.2003

**5ª Designação:** 22.03.2005

**6ª Designação:** 20.04.2005

**7ª Designação:** 16.05.2005

**8ª Designação:** 16.05.2005

### COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

**CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**  
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,  
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

**COMPOSIÇÃO**

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko  
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

<b>PMDB</b>
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
<b>PFL</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PDT</b>
Senador Augusto Botelho (RR)
<b>PTB</b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PSB</b>
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – s/ partido
<b>PL</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PPS</b>
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

Atualizada em 27.10.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)



## ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
<b>AELTON FREITAS</b>		<b>ALMEIDA LIMA</b>	
Considerações acerca do Aviso (nº 2.140, na origem) nº 34, de 2004 cujo assunto foi submetido Senado Federal pelo TCU em razão do entendimento de que por procedimento adotado pelo Estado de Mato Grosso do Sul resultou descumprimento por este de obrigações constantes do contrato de refinanciamento que firmou com a União, estando, por isso, sujeito às conseqüências previstas no parágrafo único do art. 2º da Resolução nº 69, de 1998, do Senado Federal. ....	40	Registro da matéria intitulada “Alerta no Supremo”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 25 de janeiro de 2006. ....	141
A ofensiva do Governo Federal que, por intermédio do Ministério dos Transportes, está lançando um programa emergencial de recuperação das rodovias brasileiras, restabelecendo suas condições de trafegabilidade e segurança. ....	92	<b>ALOIZIO MERCADANTE</b>	
<b>ALBERTO SILVA</b>		Comentários acerca do Programa Reluz que permite a troca da luz de mercúrio por sódio, possibilitando, assim, a expansão da iluminação pública. ....	30
Necessidade de se manter o Serviço Nacional da Febre Amarela e o Serviço Nacional da Malária e da Dengue, para evitar que se cuide dos surtos das referidas doenças somente em casos de emergência. Aparte ao Senador Amir Lando. ....	135	Considerações acerca do PLS nº 199, de 2003, que dispõe sobre a destinação a ser dada aos valores relativos às cotas de fundos de investimentos em títulos e valores mobiliários representativos de fundos fiscais, criados pelo Decreto-Lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, não resgatados por seus respectivos titulares. ....	33
Manifestação sobre o pronunciamento do Senador Amir Lando, cujo tema foi um alerta às autoridades sanitárias, a fim de implementar medidas urgentes para controlar um surto de malária e dengue que assola o Estado de Rondônia. ....	136	Considerações acerca do Requerimento que solicita seja realizada audiência pública no Senado Federal com a participação do Secretário-Adjunto da Receita Federal, Dr. Ricardo Pinheiro, a fim de instruir a deliberação dos Projetos de Lei nºs 411 e 495, de 2003, de autoria do Senador César Borges; do Projeto de Lei nº 41, de 2004, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho; e do Projeto de Lei nº 423, de 2003, de autoria do Senador Aloizio Mercadante. .	37
Considerações sobre o depoimento do Ministro Palocci na CPI dos Bingos. ....	246	Falta de instrumentos regionais de desenvolvimento ocasionaram o baixo crescimento do Estado de São Paulo, assim como contribuiu para a concentração de renda - dados do IBGE/PNAD. ....	242
Proposta de criação da Biobrás. ....	246	Homenagem ao Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem dos 50 anos de sua posse como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. ....	280
Apelo para que o Governo libere recursos para o combate à dengue. ....	246	<b>ALVARO DIAS</b>	
		Questionamentos sobre a aplicação dos recursos do BNDES pelo Governo Lula. ....	211

	Pág.		Pág.
AMIR LANDO		como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil.....	297
Homenagem pela passagem do Dia dos Carteiros, dia 25 de janeiro de 2005. Aparte à Senadora Heloísa Helena. ....	127	Preocupação com as perdas de renda no agronegócio brasileiro. ....	353
Abordagem sobre a questão recorrente do Orçamento da União. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. ....	133	ARTHUR VIRGÍLIO	
Alerta às autoridades sanitárias, a fim de implementar medidas urgentes para controlar um surto de malária e dengue que assola o Estado de Rondônia. ....	134	Esclarecimentos sobre fraudes fiscais praticadas por algumas empresas do Pólo Industrial de Manaus, e as providências tomadas pela Superintendente da Suframa, Dra. Flávia Grosso, no sentido de coibir tais práticas. ....	225
Combate aos vetores da malária e da dengue. Aparte ao Senador Alberto Silva. ....	137	Queda do lucro das exportações brasileiras no ano de 2005. Aparte ao Senador José Agripino. ..	238
Considerações acerca da utilização do Biodiesel. Aparte ao Senador Valdir Raupp. ....	215	Homenagem ao Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem dos 50 anos de sua posse como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. ....	283
Posição contrária à idéia de desvincular o salário mínimo dos direitos previdenciários. Aparte ao Senador Paulo Paim. ....	217	Requerimento nº 78, de 2006, que requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto De Aplauso ao jornalista Paulo Nogueira, o editor que fez de VIP uma das mais importantes revistas do Brasil, e da qual ele se afasta espontaneamente, para novos desafios. ....	306
Homenagem ao Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem dos 50 anos de sua posse como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. ....	294	Requerimento nº 81, de 2006, que requer, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do brasileiro Felipe Carvalho Barbosa, que, como fuzileiro naval das forças militares dos Estados Unidos, morreu em acidente na região de Falluja, a 50 km de Bagdá, onde integrava a corporação norte-americana no Iraque. ....	317
ANA JÚLIA CAREPA		Requerimento nº 82, de 2006, que solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário sobre o quantitativo de famílias assentadas pelo atual governo. ....	318
Cumprimentos ao Governo Lula pela decisão de antecipar o novo valor do salário mínimo em R\$ 350,00, a partir do mês de abril de 2005. ....	104	Requerimento nº 83, de 2006, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado das Comunicações sobre a decisão da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT de realizar novo concurso para provimento de cargos naquela empresa pública, em detrimento de candidatos aprovados em concurso realizado anteriormente para preenchimento dos mesmos cargos. ....	318
Manifestação de decepção com a administração da Prefeitura de Belém do Pará. ....	104	Repúdio as matérias publicadas no <i>Em questão</i> sobre as contas fiscais do governo em 2005. ....	321
ANTERO PAES DE BARROS		Comentários sobre artigo de autoria da jornalista Miriam Leitão a respeito do Presidente Lula, publicado no jornal <i>O Globo</i> . ....	381
Registro da matéria intitulada "Assim não dá", publicada pela revista <i>Veja</i> , edição de 25 de janeiro de 2006. ....	143		
Registro da matéria intitulada "PF indiciará Valério, Duda, Delúbio, Genoio e Pizzolato", publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 25 de janeiro de 2006. ....	266		
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES			
Críticas ao novo valor do salário mínimo de R\$350,00. ....	244		
Homenagem ao Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem dos 50 anos de sua posse como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. .	276		
ANTÔNIO CARLOS VALADARES			
Homenagem ao Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem dos 50 anos de sua posse			

	Pág.		Pág.
<b>AUGUSTO BOTELHO</b>		<b>DEMÓSTENES TORRES</b>	
Necessidade de se alcançar a igualdade entre a população brasileira. Aparte ao Senador Paulo Paim. ....	219	Homenagem ao Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem dos 50 anos de sua posse como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. ....	296
Análise de proposta de emenda à Constituição que visa a trazer para o Congresso Nacional a competência de criar, mediante lei, unidades de conservação da natureza. ....	222	<b>EDUARDO AZEREDO</b>	
Apelo ao Governo Federal no sentido de que adote providências para debelar a epidemia de malária em Roraima. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Junior. ....	380	Homenagem ao Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem dos 50 anos de sua posse como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. ....	278
<b>CÉSAR BORGES</b>		Homenagem ao Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem dos 50 anos de sua posse como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. ....	352
Considerações acerca de sua vontade de que o Projeto nº 1.517, que beneficiará os agricultores, seja aprovado. ....	28	<b>EDUARDO SUPLYCY</b>	
Comentários acerca da ação do Governo Federal de adiar votações de projetos importantes. .	36	Homenagem ao Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem dos 50 anos de sua posse como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. ....	293
Considerações acerca do Requerimento que solicita seja realizada audiência pública no Senado Federal com a participação do Secretário-Adjunto da Receita Federal, Dr. Ricardo Pinheiro, a fim de instruir a deliberação dos Projetos de Lei nºs 411 e 495, de 2003, de autoria do Senador César Borges; do Projeto de Lei nº 41, de 2004, de autoria do Senador Rodolpho tourinho; e do Projeto de Lei nº 423, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella. ....	36	Pesar pelo falecimento de Coretta Scott King, viúva do ativista negro americano, Martin Luther King Jr. ....	365
Considerações acerca do Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2003, que altera a lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1955, para assegurar a isenção parcial de impostos sobre a renda das pessoas físicas a contribuintes cujo descendente ou seu dependente sem direito a benefício previdenciário ou assemelhado seja portador de doença crônica. ...	39	Elogios à Senadora Heloísa Helena. Aparte à Senadora Heloísa Helena. ....	369
<b>DELCÍDIO AMARAL</b>		Considerações sobre a situação social do País. Aparte à Senadora Heloísa Helena. ....	369
Considerações acerca do Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2003, que altera a lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1955, para assegurar a isenção parcial de impostos sobre a renda das pessoas físicas a contribuintes cujo descendente ou seu dependente sem direito a benefício previdenciário ou assemelhado seja portador de doença crônica. ...	40	Comentários acerca dos dados divulgados pelo Diretor do Departamento do Banco Central, Sr. Altamir Lopes, com respeito à evolução dos juros da dívida do Setor Público, somando os juros da dívida pública dos Municípios, dos Estado e da União. Aparte à Senadora Heloísa Helena. ....	369
Considerações acerca da Mensagem do Senado Federal nº 137, de 2005, não terminativa, que encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, a programação monetária relativa ao segundo semestre de 1995. ....	49	Gastos do Governo Federal com os juros da dívida interna. Aparte ao Senador Mão Santa. ....	373
		Expectativa da presença do Presidente Lula no Congresso Nacional, quando da leitura da mensagem presidencial. ....	374
		<b>EFRAIM MORAIS</b>	
		Crise por que passa o Hospital Napoleão Laureano, na Paraíba, especializado no tratamento de pacientes com câncer. Aparte ao Senador Ney Suassuna. ....	248
		Situação de calamidade pública verificada em diversas cidades no Nordeste em virtude da seca que assola a região. ....	250

IV

	Pág.		Pág.
Solidariedade com as dificuldades enfrentadas pelo Hospital Napoleão Laureano, na Paraíba. ....	250	como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. ....	299
Apelo ao Governo no sentido de rever a dívida dos agricultores. ....	250	Registro da matéria intitulada “Brasil vai crescer 3% e será lanterninha dos emergentes”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 25 de janeiro de 2006. ....	377
Preocupação com as perdas de renda no agronegócio brasileiro. Aparte ao Senador Antônio Carlos Valadares. ....	356	<b>GARIBALDI ALVES FILHO</b>	
<b>FÁTIMA CLEIDE</b>		Defesa da aprovação do Fundeb bem como de uma reforma do Estado. ....	121
Homenagem pelo transcurso do aniversário da cidade de Porto Velho e do Estado de Rondônia. ....	100	Considerações sobre os principais desafios encontrados na área da educação no Brasil. ....	262
Descaso e falta de compromisso do Governo de Rondônia com a política de segurança pública. ....	100	<b>GERALDO MESQUITA JÚNIOR</b>	
<b>FLEXA RIBEIRO</b>		Apelo ao Governo Federal no sentido de que adote providências para debelar a epidemia de malária que assola a região do Juruá, no Acre. ....	379
Comentários acerca dos esclarecimentos prestados pelo Ministro das Cidades, Márcio Fortes, sobre o procedimento para o empenho de emendas individuais ao Orçamento da União, dando ênfase à distribuição do Orçamento do Estado do Pará. Aparte ao Senador Leonel Pavan. ....	94	Reajuste do salário mínimo. ....	379
Comentários acerca do aumento do salário mínimo. Aparte à Senadora Ana Júlia Carepa. ....	105	<b>GERSON CAMATA</b>	
Registro da participação de S.Exa. na inauguração da Fábrica Esperança, em Belém, projeto de grande importância para a restauração da cidadania e dignidade de egressos do sistema penitenciário paraense. ....	109	Parecer nº 70, de 2006, da Comissão de Educação, sobre a Mensagem nº 283, de 2005 (nº 843/2005, na origem), que submete à apreciação do Senado a indicação do Senhor Leopoldo Nunes da Silva Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Cinema – ANCINE. ....	5
A questão do ensino de terceiro grau e a necessidade de se interiorizar o ensino universitário no País, dando também condições a uma educação de qualidade. Aparte ao Senador Mão Santa. ....	113	Requerimento nº 80, de 2006, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 396, de 2005, “Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para disciplinar as relações de consumo realizadas por meio eletrônico”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo. ....	317
Registro do artigo intitulado “Operação Cuba”, publicado pela revista <i>Veja</i> , edição de 25 de janeiro de 2006. ....	145	<b>GILVAM BORGES</b>	
Comentários sobre matéria divulgada pela imprensa, segundo a qual o Presidente Lula se prepara para anunciar, com intuito de marketing eleitoral, a auto-suficiência brasileira de petróleo. Aparte ao Senador José Jorge. ....	252	Requerimento nº 73, de 2006 que requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e da alínea “a” do inciso I do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro da Fazenda, informações sobre operação de crédito contratada entre o Estado do Maranhão e a empresa Camargo Correa, a título de acordo por cobrança judicial de crédito pela referida empresa. ....	3
Registro do artigo “O grande construtor”, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 26 de janeiro de 2006. ....	261	Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2006, que acrescenta dispositivos à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, com a finalidade de instituir Permissão Especial para Dirigir, destinada aos menores com idade en-	
Comentário sobre a matéria intitulada “Presidente não dobrará poder de compra, como tinha prometido”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 25 de janeiro de 2006. ....	269		
Homenagem ao Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem dos 50 anos de sua posse			

	Pág.		Pág.
tre dezesseis e dezoito anos, nas condições que especifica. ....	309	Poder de compra do novo salário mínimo: o maior desde 1985. ....	264
HELOÍSA HELENA		Desemprego: índice atual é o mais baixo desde 2002. ....	264
Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2006, que fixa o valor do Salário Mínimo, a partir de maio de 2006 e dá outras providências. ....	78	JOÃO BATISTA MOTTA	
Homenagem pela passagem do Dia dos Carteiros, dia 25 de janeiro de 2005. ....	126	O descaso do Governo Lula para com a situação das estradas brasileiras, fato que contribuiu para sua maior deterioração. ....	125
Histórico da eleição de S.Exa. para o Senado Federal. ....	365	JOSÉ AGRIPINO	
Considerações sobre a situação social do País. ....	365	Preocupação com a queda do lucro das exportações brasileiras no ano de 2005 e as altas taxas de juros adotadas no Brasil. ....	238
HERÁCLITO FORTES		Comentários acerca do crédito rural. Aparte ao Senador Efraim Moraes. ....	251
Necessidade de se interiorizar o ensino universitário no País. Aparte ao Senador Mão Santa. ....	115	Homenagem ao Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem dos 50 anos de sua posse como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. ....	291
Homenagem pela passagem do Dia dos Carteiros, dia 25 de janeiro de 2005. Aparte à Senadora Heloísa Helena. ....	128	JOSÉ JORGE	
Abordagem sobre a questão recorrente do Orçamento da União. ....	132	Comentários sobre a aprovação no dia 25 de janeiro de 2005, na Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda à Constituição 548, de 2002, que determina o fim da “verticalização” para as ligações dos partidos políticos. ....	98
Homenagem ao Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem dos 50 anos de sua posse como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. ....	285	Comentários acerca das declarações do Ministro Antônio Palocci na CPI dos Bingos. Aparte ao Senador Mão Santa. ....	112
Afirmção de que o Estado do Piauí está enfrentando uma das piores estiagens dos últimos anos. ....	325	Comentários sobre matéria divulgada pela imprensa, segundo a qual o Presidente Lula se prepara para anunciar, com intuito de marketing eleitoral, a auto-suficiência brasileira de petróleo. ....	252
Encaminha à votação o Requerimento nº 79, de 2006, que requer nos termos regimentais, a inserção em Ata de voto de pesar; apresentação de condolências à família e a Câmara Municipal de Olinda, pelo falecimento, do Senador Nivaldo Machado, ocorrido dia 27 de janeiro de 2006, na cidade de Olinda, Estado de Pernambuco. ....	320	JOSÉ MARANHÃO	
Considerações sobre a quebra do sigilo do Sr. Okamoto pela CPMI dos Correios. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. ....	350	Necessidade de se interiorizar o ensino universitário no País e da criação de cursos profissionalizantes. Aparte ao Senador Mão Santa. ....	114
IDELI SALVATTI		Registro de encaminhamento de ofício das Bancadas paraibanas na Câmara e no Senado, solicitando ao Ministro de Minas e Energia apoio na luta pela instalação de um pólo petroquímico na Paraíba. ....	117
Comentários sobre matéria de autoria de S.Exa., publicada na <i>Folha de S.Paulo</i> , de 26 de janeiro de 2005, enfatizando a necessidade da continuidade da política externa brasileira. ....	102	JUVÊNIO DA FONSECA	
Iniciativas do Governo do Presidente Lula para ampliar as oportunidades de estudo da população. ....	264	Registro do relatório da Controladoria-Geral da União que aponta superfaturamento em contratos	

VI

	Pág.		Pág.
suspeitos assinados pela Funasa, no Mato Grosso do Sul. ....	79	da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, que o Município de São Paulo realizou, sem a prévia autorização da Secretaria do Tesouro Nacional, operação de crédito, relativa ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, por meio do Aditivo Contratual de 5-2-2004, em desacordo com o artigo 32 da Lei Complementar nº 101, de 4-5-2000, e da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001. ....	8
Registro do artigo intitulado “Maturidade e desonra”, de autoria do jornalista Tales Alvarenga, publicado na revista <i>Veja</i> , edição de 25 de janeiro de 2006. ....	140	Homenagem ao Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto. ....	162
<b>LEOMAR QUINTANILHA</b>		<b>MAGNO MALTA</b>	
Preocupação com doença verificada às margens do Rio Araguaia, no Tocantins, que deteriora a visão das pessoas, chegando à cegueira, cuja causa não foi, até o momento, descoberta.....	222	Considerações sobre a quebra do sigilo do Sr. Okamoto pela CPMI dos Correios. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. ....	347
<b>LEONEL PAVAN</b>		<b>MAGUITO VILELA</b>	
Comentários acerca da dificuldade de liberação de verba aos Municípios. Aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca. ....	80	Homenagem ao Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem dos 50 anos de sua posse como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. ....	290
Necessidade de preservação do Meio Ambiente. Aparte ao Senador Valdir Raupp. ....	82	<b>MÃO SANTA</b>	
Considerações sobre a queda da “verticalização” das eleições. ....	93	Comentários acerca do aumento do salário mínimo. Aparte à Senadora Ana Júlia Carepa. ....	105
Esclarecimentos prestados pelo Ministro das Cidades, Márcio Fortes, sobre o procedimento para o empenho de emendas individuais ao Orçamento da União. ....	93	A questão do ensino de terceiro grau e a necessidade de se interiorizar o ensino universitário no País. ....	111
Defesa da implantação do orçamento impositivo. ....	93	Elogios à atuação de Senador Garibaldi Alves Filho. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho. ...	122
Registro da matéria intitulada “TCU na “Operação tapa-fraude””, publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 25 de janeiro de 2006. ....	267	Elogios à atuação do Senador Ramez Tebet. Aparte ao Senador Ramez Tebet. ....	207
Requerimento nº 77, de 2006, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de aplauso à Cidade de Balneário Camboriú, como patrocinadora pelo “Mundialito de Fast Triathlon Feminino” e à rede Globo de Televisão, realizadora do evento, disputado no dia 29 de janeiro de 2006. ....	306	Crise por que passam as universidades federais. Aparte ao Senador Papaléo Paes. ....	209
<b>LÚCIA VÂNIA</b>		Homenagem pela passagem do Dia dos Carteiros, dia 25 de janeiro de 2005. Aparte à Senadora Heloísa Helena. ....	127
Homenagem ao Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem dos 50 anos de sua posse como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. ....	301	Abordagem sobre a questão recorrente do Orçamento da União. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. ....	134
<b>LUIZ OTÁVIO</b>		Combate aos vetores da malária e da dengue. Aparte ao Senador Alberto Silva. ....	137
Parecer nº 71, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício “S” nº 1, de 2005 (nº 561/2004, na origem), do Ministro de Estado da Fazenda, que comunica, nos termos do art. 24		Homenagem ao Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto. ....	156
		Aplicação dos recursos do BNDES pelo Governo Lula. Aparte ao Senador Álvaro Dias. ....	213
		Considerações acerca da utilização do Biodiesel. Aparte ao Senador Valdir Raupp. ....	216

	Pág.		Pág.
Críticas ao aumento do lucro dos bancos no Governo Lula. ....	220	sobre a Renda das Pessoas Jurídicas a empresas que fizerem doações de materiais para uso em programas governamentais de habitação popular. ....	306
Queda do lucro das exportações brasileiras no ano de 2005. Aparte ao Senador José Agripino....	239		
Crise por que passa o Hospital Napoleão Laureano, na Paraíba, especializado no tratamento de pacientes com câncer. Aparte ao Senador Ney Suassuna. ....	249	NEY SUASSUNA	
Considerações sobre os principais desafios encontrados na área da educação no Brasil. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho. ....	263	Registro de encaminhamento de ofício das Bancadas paraibanas na Câmara e no Senado, solicitando ao Ministro de Minas e Energia apoio na luta pela instalação de um pólo petroquímico na Paraíba. Aparte ao Senador José Maranhão. ....	118
Homenagem ao Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem dos 50 anos de sua posse como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. ....	286	Situação de calamidade que se encontra o Hospital Laureano, no Estado da Paraíba, que é o único do câncer no referido estado. ....	124
Preocupação com as perdas de renda no agronegócio brasileiro. Aparte ao Senador Antônio Carlos Valadares. ....	355	Crise por que passa o Hospital Napoleão Laureano, na Paraíba, especializado no tratamento de pacientes com câncer. ....	248
Críticas ao Governo Lula. ....	371	PAPALÉO PAES	
Gastos do Governo Federal com os juros da dívida interna. ....	371	Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2006, que autoriza o Poder Executivo a criar <i>campi</i> avançados da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) nos Municípios de Santana, Oiapoque, Laranjal do Jarí e Amapá, no Estado do Amapá. ....	202
Falta de recursos para conclusão de pronto-socorro em Teresina/PI. ....	371	Saudação ao Deputado Paulo José, liderança política do Estado do Amapá, presente no plenário do Senado Federal. ....	208
MARCELO CRIVELLA		Crise por que passam as universidades federais. ....	208
Projeto de Resolução nº 9, de 2006, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para dispor sobre a votação, mediante acesso eletrônico remoto, em caso de ausência justificada de senador. ....	316	Proposta de criação de <i>campi</i> da Universidade Federal do Amapá em diversos municípios do Estado. ....	208
MARCO MACIEL		Registro do artigo intitulado “A voz da razão prevaleceu”, de autoria do jornalista Augusto Nunes, publicado no <i>Jornal do Brasil</i> , edição dia 8 de janeiro de 2006. ....	268
Requerimento nº 79, de 2006, que requer nos termos regimentais, a inserção em Ata de voto de pesar; apresentação de condolências à família e a Câmara Municipal de Olinda, pelo falecimento, do Senador Nivaldo Machado, ocorrido dia 27 de janeiro de 2006, na cidade de Olinda, Estado de Pernambuco. ....	317	Registro da matéria intitulada “Opção pelo improvisado”, publicada na revista <i>Exame</i> , edição de primeiro de fevereiro de 2006. ....	374
Encaminha à votação o Requerimento nº 79, de 2006, que requer nos termos regimentais, a inserção em Ata de voto de pesar; apresentação de condolências à família e a Câmara Municipal de Olinda, pelo falecimento, do Senador Nivaldo Machado, ocorrido dia 27 de janeiro de 2006, na cidade de Olinda, Estado de Pernambuco. ....	319	PATRÍCIA SABOYA GOMES	
MARIA DO CARMO ALVES		Requerimento nº 85, de 2006, que requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, seja registrado, nos Anais do Senado Federal, voto de aplauso ao colunista político do jornal “Diário do Nordeste” Edilmar Norões, pelos 50 anos de exercício profissional dedicados à sociedade cearense, assim como requer seja dado conhecimento desta homenagem ao jornal “Diário do Nordeste” e à família do jornalista. ....	319

## VIII

	Pág.		Pág.
<b>PAULO OCTÁVIO</b>		<b>RAMEZ TEBET</b>	
Homenagem ao Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem dos 50 anos de sua posse como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. ....	274	Comentário sobre declaração feita sobre S.Exa. atribuída ao Governador de seu Estado, Zeca do PT. ....	205
<b>PAULO PAIM</b>		Apelo ao Presidente Lula para que apóie mais o Estado de Mato Grosso do Sul. ....	205
Favorável a acabar com a Comissão Mista de Plano, Orçamento Público e Fiscalização. Aparte ao Senador Leonel Pavan. ....	95	Crise por que passam as universidades federais. Aparte ao Senador Papaléo Paes. ....	210
Considerações sobre a necessidade de radicalizar a política turística do Estado do Rio Grande do Sul. ....	146	Aplicação dos recursos do BNDES pelo Governo Lula. Aparte ao Senador Álvaro Dias. ....	211
Homenagem ao Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto. ....	158	Situação de calamidade pública verificada em diversas cidades no Nordeste em virtude da seca que assola a região. Aparte ao Senador Efraim Morais. ....	252
Registro de determinação da ONU que designou o dia 27 de janeiro como Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto. ....	161	Homenagem ao Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem dos 50 anos de sua posse como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. ....	293
Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2006, que altera a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001, para dispor sobre a cobertura securitária em financiamentos no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). ....	203	<b>RODOLPHO TOURINHO</b>	
Crescimento do país e diminuição das desigualdades sociais. ....	217	Considerações acerca da Mensagem do Presidente da República nº 138, de 2005, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Alexandre Antônio Tombini para ocupar o cargo de diretor do Banco Central do Brasil. ....	50
Comentários sobre declaração do Secretário Geral da ONU. ....	217	<b>ROMEU TUMA</b>	
Apelo ao Ministro do Trabalho para que o Governo envie ao Congresso Nacional um projeto de lei sobre o novo valor do salário mínimo, e não uma medida provisória. ....	217	Crise por que passa o Hospital Napoleão Laureano, na Paraíba, especializado no tratamento de pacientes com câncer. Aparte ao Senador Ney Suassuna. .	249
Requerimento nº 75, de 2006, que requer, nos termos dos artigos 160 e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, que a hora do expediente da Sessão do dia 13 de fevereiro de 2006, seja destinada a homenagear os Aposentados e Pensionistas Brasileiros. ....	265	Comentários acerca do biodiesel e da Petrobrás. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. ....	261
Homenagem ao Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem dos 50 anos de sua posse como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. ....	297	Considerações sobre a quebra do sigilo do Sr. Okamoto pela CPMI dos Correios. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. ....	349
Requerimento nº 76, de 2006, que requer, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno, voto de pesar e apresentação de condolências aos familiares, pelo falecimento de Coretta Scott King, viúva e inspiradora de Martin Luther King nas lutas e transformações raciais americana, ocorrido dia 31 de janeiro de 2006. ....	306	<b>SÉRGIO CABRAL</b>	
		Considerações acerca do Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2003, que altera a lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1955, para assegurar a isenção parcial de impostos sobre a renda das pessoas físicas a contribuintes cujo descendente ou seu dependente sem direito a benefício previdenciário ou assemelhado seja portador de doença crônica. ...	35
		<b>SÉRGIO GUERRA</b>	
		Comentários acerca dos esclarecimentos prestados pelo Ministro das Cidades, Márcio Fortes,	



	Pág.	IX	Pág.
sobre o procedimento para o empenho de emendas individuais ao Orçamento da União. Aparte ao Senador Leonel Pavan. ....	96	Agradecimentos à direção da CEF pela reinstalação de Superintendência da Instituição no Estado do Acre. ....	240
Requerimento nº 84, de 2006, que requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam fornecidos, em meio magnético, pelo Ministro de Estado da Justiça, dados de OSCIP - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, bem como de seus dirigentes. ....	319	Interiorização da universidade em diversos municípios do Estado do Acre. ....	240
<b>SERYS SLHESSARENKO</b>		<b>TASSO JEREISSATI</b>	
Considerações sobre a definição do reajuste do salário mínimo para R\$ 350,00 e sua antecipação para o mês de abril de 2005. ....	119	Requerimento nº 74, de 2006, que requer, nos termos do art. 221, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam enviadas condolências à família de D. Maria Proença de Macedo, esposa do ex-Senador pelo Estado do Ceará, José Dias de Macedo, falecida no dia 30 de janeiro de 2006, em Fortaleza. ....	265
Homenagem ao Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto. ....	147	<b>TEOTONIO VILELA FILHO</b>	
Homenagem ao Senhor Bem Abraham, vítima do holocausto. ....	155	Registro do editorial intitulado "Nitroglicerina pura", publicado na seção Notas & Informações do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 19 de janeiro de 2006. ....	138
Homenagem ao Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem dos 50 anos de sua posse como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. ....	288	<b>VALDIR RAUPP</b>	
<b>SIBÁ MACHADO</b>		Apio incessante de S.Exa. no desenvolvimento econômico e social da Região Norte do País. ..	80
Comentários acerca da na inauguração da Fábrica Esperança, em Belém, projeto de grande importância para a restauração da cidadania e dignidade de egressos do sistema penitenciário paraense. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. ....	110	Cobrança da implantação do projeto do gasoduto Urucu-Porto Velho. ....	80
A questão do ensino de terceiro grau e a necessidade de se interiorizar o ensino universitário no País. Aparte ao Senador Mão Santa. ....	116	Aplicação dos recursos do BNDES pelo Governo Lula. Aparte ao Senador Álvaro Dias. ....	214
Homenagem pela passagem do Dia dos Carteiros, dia 25 de janeiro de 2005. Aparte à Senadora Heloísa Helena. ....	128	Biodiesel: alternativa aos combustíveis minerais derivados do petróleo e a potencialidade do Estado de Rondônia na produção dos insumos para a cadeia desse biocombustível. ....	214
Manifestação de satisfação com a visita do Presidente Lula e alguns ministros ao Estado do Acre, bem como com os resultados advindos do evento. ....	129	<b>WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA</b>	
Homenagem ao Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto. ....	153	Necessidade de se interiorizar o ensino universitário no País. Aparte ao Senador Mão Santa. ....	113
		Considerações sobre a quebra do sigilo do Sr. Okamoto pela CPMI dos Correios. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. ....	350